



FOTO: ROGÉRIO MOTA, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Edilson Borges de Barros Filho

URBS ADAMANTINA:

O estudo da Morfologia Urbana de Diamantina/MG e implicações na gestão de sua
Paisagem Cultural

Belo Horizonte

2023

Edilson Borges de Barros Filho

URBS ADAMANTINA:

O estudo da Morfologia Urbana de Diamantina/MG e implicações na gestão de sua
Paisagem Cultural

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Staël de Alvarenga Pereira Costa

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Manoela Gimmler Netto

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

B277u Barros Filho, Edilson Borges de.
Urbs Adamantina [manuscrito] : o estudo da morfologia urbana de Diamantina/MG e implicações na gestão de sua paisagem cultural / Edilson Borges de Barros Filho. - 2023.
492f, [8]f. : il.

Orientadora: Staël de Alvarenga Pereira Costa.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Paisagens culturais - Teses. 2. Paisagens – Proteção – Teses. 3. Patrimônio cultural – Teses. 4. Administração pública – Teses. 5. Diamantina (MG) – Teses. I. Pereira Costa, Staël de Alvarenga. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"URBS ADAMANTINA: O estudo da Morfologia Urbana de Diamantina/MG e implicações na gestão de sua Paisagem Cultural"

EDILSON BORGES DE BARROS FILHO

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **primeiro de novembro de dois mil e vinte e três**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída, pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Flávio de Lemos Casarlade

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. George Alex da Guia

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN

Profa. Dra. Lia Motta

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN

Profa. Dra. Maria Manoela Gimmler Netto

Escola de Arquitetura/UFMG

Pofa. Dra. Marina Salgado

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUCMG

Pofa. Dra. Stael Alvarenga Pereira da Costa - Orientadora

Prof. Dr. Vitor Manuel Araújo de Oliveira

Universidade do Porto/U. PORTO

Belo Horizonte, 1º de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Manoela Gimmler Netto, Professora Magistério Superior-Substituta**, em 10/11/2023, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stael de Alvarenga Pereira Costa, Professora do Magistério Superior**, em 10/11/2023, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio de Lemos Carsalade, Professor do Magistério Superior**, em 10/11/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **George Alex Da Guia, Usuário Externo**, em 21/11/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Salgado, Usuária Externa**, em 22/11/2023, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Manuel Araújo Oliveira, Usuário Externo**, em 24/11/2023, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lia Motta, Usuária Externa**, em 04/12/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2768253** e o código CRC **D32F584D**.

Ao meu eterno pai Edilson (*quanta saudade*) e à minha acolhedora e incentivadora mãe Ivanilde; aos meus avôs Seu Barros (*in memoriam*) e Seu Pedro (*in memoriam*); e às minhas avós Dona Luzia (*in memoriam*) e Dona Cleuza: tenros ancestrais de mineiridade.

AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos a uma extensa rede de apoio que aqui me acompanhou, fiel e disposta a me conceder força e energia para conduzir e finalizar esta pesquisa:

- Aos amigos de vida e estímulo diário, como as que guardei da boa experiência da Escola de Arquitetura da UFMG (Paloma, Isabella e Flávia), juntas a tantos outros que mantenho minha gratidão de amizade e consideração.
- Aos meus amigos do mestrado profissional do Iphan, que confiaram na minha persistência taurina e astúcia sagitariana para encerrar o processo de pesquisa, iniciado ainda em 2016 (especialmente Fabi, Lu, JP, Gigi e Heco).
- À minha sócia da Ristor'Arte Arquitetura Ltda., Paula Maia, e aos colaboradores que fiz na vida profissional, pelas boas parcerias nos momentos oportunos. Igualmente agradeço a Laiza, Stefany e Rogério, por aperfeiçoarem cartografias e fotografias empregadas no estudo.
- Aos meus antigos colegas arquitetos do Escritório Técnico do Iphan, em Diamantina, notadamente Vanessa de Pádua, Liliane de Castro Vieira e Junno Marins da Matta – que me incentivaram em dar continuidade à pesquisa no doutorado, dispostos a prontamente fornecer materiais e informações pertinentes à investigação.
- Aos meus colegas do programa de doutoramento, que enfrentaram comigo os dissabores da pandemia de Covid 2019 e os desafios em manter a persistência, perante as adversidades daquele contexto. Do mesmo modo, agradeço aos professores do programa, que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico.
- À minha orientadora Stäel e à minha coorientadora Manoela, que acreditaram no potencial do meu estudo, ao incentivarem a continuidade da pesquisa mesmo diante dos impasses que enfrentei ao longo deste processo.
- Aos membros da banca, que honrosamente aceitaram participar de um momento tão singular para a minha carreira profissional: Flávio Carsalade, George da Guia, Lia Motta, Marina Salgado e Vítor Oliveira.
- Finalmente aos meus ídolos, minha mãe Ivanilde e meu pai Edilson (*que saudades, meu pai*), acompanhados da minha fiel escuderia familiar, inexoravelmente ao meu lado nos reiterados desafios como um arquiteto e urbanista pesquisador, apaixonado pelo nosso legado patrimonial brasileiro.

Acabaram com o beco
Mas ninguém lá vai morar
Cheio de lembranças vem o povo
Do fundo escuro o beco
Nessa clara praça se dissolver.
(NASCIMENTO; BRANDT, 1969)

RESUMO

O tema da pesquisa é verificar como a adoção de abordagens de morfologia urbana podem contribuir para a eficácia da gestão urbana de uma cidade patrimonializada, como Diamantina(MG). A investigação se vincula à linha “Paisagem e Ambiente” do Programa de Pós-graduação Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG - ACPS) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Destarte, o seu objetivo principal é introduzir as questões morfológicas na avaliação da paisagem urbana de Diamantina. Cogita-se que problemas gerenciais se associam à ausência de abordagens que respeitem seus aspectos dinâmicos e atributos morfológicos de sua paisagem cultural. A cidade foi o patrimônio urbano escolhido como objeto de estudo, por conter uma paisagem peculiar e robusto aparato legal preservacionista. No entanto, os meios tradicionais são insuficientes para garantir sua conservação eficaz, exigindo novos subsídios para sua gestão. O método abordado se baseou na análise completa da cidade, contemplando a adoção de aportes geográficos, históricos, urbano-morfológicos e sócio-políticos. Isso foi viável por meio da estruturação da pesquisa em etapas de análise. Iniciou-se por uma revisão bibliográfica e conceitual sobre as noções de “paisagem”, “patrimônio” e “morfologia urbana”, cuja avaliação foi cronologicamente ordenada, com abordagens internacionais e brasileiras sobre os temas. Em seguida, foi realizado o estudo da morfologia urbana de Diamantina, balizado pelos contributos Conzenianos (1960) e Muratorianos (1959). Importa destacar que a pesquisa restringiu a adoção de aspectos desses aportes, em prol de aplicar aqueles relevantes ao estudo evolutivo. Nesse sentido, a cidade foi considerada em seis períodos morfológicos (desde a sua morfogênese, no início do século XVIII, até 2022), em uma abordagem multiescalar. Consolidando a análise, realizou-se ainda o estudo da evolução tridimensional de sua paisagem urbana. Para isso, foi necessária uma investigação sistemática que exigiu pesquisa e capacidade de síntese, cuja análise morfológica recorreu à interpretação de outros referenciais bibliográficos, como fotográficos e cartográficos. Pela análise evolutiva, apreendeu-se o aparato legal existente no território, para se inter-relacionar às estratégias de gestão que tangenciaram aportes de morfologia urbana – em um esforço de explicitar a evolução dessa políticas materializadas no espaço físico. Logo, a originalidade da tese corresponderia a duas estratégias: a aplicação conjunta de parte dos conceitos das duas escolas de morfologia urbana e o estudo tridimensional do decurso dessa forma, em seus contextos político e de paisagem urbana. Após analisar a transformação da paisagem cultural de Diamantina, a pesquisa é concluída pela elucidação da causa de alguns dos problemas analíticos verificados nela, além de apontar de modo geral possibilidades para o aperfeiçoamento de sua gestão. O resultado principal foi a detecção de que problemas vinculados a uma eficaz e articulada gestão preservacionista de Diamantina são derivados da sua não interpretação como paisagem cultural, desprovida da compreensão de seu decurso urbano sobre o suporte físico, ao longo de sua história. A conclusão dessa investigação científica foi possível por meio de uma abordagem interdisciplinar, contribuindo para inovações discursivas na academia e proposições de estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas urbanas.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Patrimônio Construído; Morfologia Urbana; Gestão Urbana; Diamantina/MG; Patrimônio Cultural Urbano.

ABSTRACT

The theme of the research is to verify how the adoption of urban morphology approaches can contribute to the effectiveness of urban management in a protected city, such as Diamantina (MG). The investigation is linked to the “Landscape and Environment” line of the Built Environment and Sustainable Heritage Postgraduate Program (PPG - ACPS) at the School of Architecture at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Therefore, its main objective is to introduce morphological issues into the assessment of the urban landscape of Diamantina. It is believed that management problems are associated with the absence of approaches that respect the dynamic aspects and morphological attributes of its cultural landscape. The city was the urban heritage chosen as the object of study, as it contains a peculiar landscape and robust preservationist legal apparatus. However, it is likely that traditional means would be insufficient to guarantee its effective conservation, requiring new subsidies for management. The method used for the study was based on a complete analysis of the city, including the adoption of geographic, historical, urban-morphological and socio-political contributions. This was feasible by structuring the research into analysis stages. It began with a bibliographic and conceptual review on the notions of “landscape”, “heritage” and “urban morphology”, whose evaluation was chronologically ordered, with international and Brazilian approaches to the themes. In addition, a study of the urban morphology of Diamantina was carried out, guided by Conzenian (1960) and Muratorian (1959) contributions. It is important to highlight that the research restricted the adoption of aspects of these contributions, in order to apply those relevant to the evolutionary study. In this sense, the city was considered in six morphological periods (from its morphogenesis, at the beginning of the 18th century, until 2022), in a multi-scale approach. Consolidating the analysis, a study of the three-dimensional evolution of its urban landscape was also carried out. For this, a systematic study was necessary, along research and synthesis capacity, whose morphological analysis required interpretation of other bibliographic references, such as photographs and cartography. Through evolutionary analysis, the existing legal apparatus in the territory was apprehended, to interrelate with management strategies that touched on urban morphology contributions – in an effort to explain the evolution of these policies materialized in physical space. Therefore, the originality of the thesis would correspond to two strategies: the joint application of part of the concepts of the two schools of urban morphology and the three-dimensional study of the course of this form, in its political and urban landscape contexts. After analysing the transformation of Diamantina's cultural landscape, the research is concluded by elucidating the cause of some of the analytical problems found in it, in addition to generally pointing out possibilities for improving its management. The main result was the detection that problems linked to an effective and articulated preservationist management of Diamantina are derived from its non-interpretation as a cultural landscape, devoid of understanding of its urban course over physical support, throughout its history. The conclusion of this scientific investigation was possible through an interdisciplinary approach, contributing to discursive innovations in academia and propositions of strategies for the development of urban public policies.

Keywords: Cultural Landscape; Built Heritage; Urban Morphology; Urban Management; Diamantina/MG; Cultural Urban Heritage.

RESUMÉ

Le thème de la recherche est de vérifier comment l'adoption d'approches de morphologie urbaine peut contribuer à l'efficacité de la gestion urbaine d'une ville patrimonialisée, comme Diamantina (MG). La recherche est liée à la ligne de recherche "Paysage et Environnement" du Programme de troisième cycle en Environnement Construit et Patrimoine Durable (PPG - ACPS) de l'École d'Architecture de l'Université Fédérale de Minas Gerais (UFMG). Ainsi, son objectif principal est d'introduire les questions morphologiques dans l'évaluation du paysage urbain de Diamantina et de l'efficacité de sa gestion respective. On envisage que les problèmes de gestion sont associés à l'absence d'approches respectant les aspects dynamiques et les attributs morphologiques de son paysage culturel. La ville a été choisie comme objet d'étude en raison de son paysage particulier et de son solide cadre légal de préservation. Cependant, les méthodes traditionnelles sont insuffisantes pour garantir sa conservation efficace, nécessitant de nouveaux moyens pour sa gestion. La méthode abordée était basée sur une analyse complète de la ville, comprenant l'adoption de contributions géographiques, historiques, urbanomorphologiques et socio-politiques. Cela a été rendu possible grâce à la structuration de la recherche en étapes d'analyse. Cela a commencé par une révision bibliographique et conceptuelle des notions de "paysage", "patrimoine" et "morphologie urbaine", dont l'évaluation était ordonnée chronologiquement, avec des approches internationales et brésiliennes sur les thèmes. Ensuite, l'étude de la morphologie urbaine de Diamantina a été réalisée, guidée par les contributions de Conzen (1960) et Muratori (1959). Il convient de noter que la recherche a limité l'adoption d'aspects de ces contributions afin d'appliquer ceux qui sont pertinents à l'étude évolutive. Dans ce sens, la ville a été considérée selon six périodes morphologiques (de sa morphogenèse au début du XVIIIe siècle jusqu'à 2022), dans une approche multi-échelle. Afin de consolider l'analyse, une étude de l'évolution tridimensionnelle de son paysage urbain a également été réalisée. Pour cela, une recherche systématique a été nécessaire, exigeant recherche et capacité de synthèse, l'analyse morphologique faisant appel à l'interprétation d'autres références bibliographiques, telles que des photographies et des cartes. À travers l'analyse évolutive, l'appareil légal existant sur le territoire a été saisi afin d'interagir avec les stratégies de gestion qui ont eu trait aux contributions de la morphologie urbaine - dans un effort pour expliciter l'évolution de ces politiques matérialisées dans l'espace physique. Ainsi, l'originalité de la thèse correspondrait à deux stratégies: l'application conjointe de certains concepts des deux écoles de morphologie urbaine et l'étude tridimensionnelle du déroulement de cette forme, dans ses contextes politique et de paysage urbain. Après avoir analysé la transformation du paysage culturel de Diamantina, la recherche est conclue par l'élucidation de la cause de certains des problèmes analytiques identifiés, ainsi que par l'indication générale de possibilités d'amélioration de sa gestion. Le principal résultat a été la détection que les problèmes liés à une gestion préservationniste efficace et coordonnée de Diamantina découlent de sa non-interprétation en tant que paysage culturel, dépourvu de la compréhension de son évolution urbaine sur le support physique, tout au long de son histoire. La conclusion de cette recherche scientifique a été rendue possible grâce à une approche interdisciplinaire, contribuant à des innovations discursives dans le milieu universitaire et à des propositions de stratégies pour le développement de politiques publiques urbaines.

Mots-clés: Paysage Culturel; Patrimoine Construit; Morphologie Urbaine; Gestion Urbaine; Diamantina/MG; Patrimoine Culturel Urbain.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa hipsométrico e representação de bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Jequitinhonha, em interface com Diamantina/MG. Detalhe para a mancha urbana.	72
Figura 2: Perfil do terreno de Diamantina, contraposta à Serra dos Cristais e ao Pico do Itambé.	73
Figura 3: Estrutura Urbana de Diamantina em 2022.	74
Figura 4: Mapa geológico de Diamantina, com recorte da mancha urbana.	78
Figura 5: Cartografia de Sumidouro em 1732.	88
Figura 6: Arraiais periféricos ao longo das rotas no antigo Arraial do Tijuco.	91
Figura 7: Arraiais periféricos se comunicam de modo tangente ao núcleo central, por meio dos caminhos secundários.	93
Figura 8: Formação da trama central do antigo arraial do Tijuco, entre o final do século XVII e o início do XVIII.	94
Figura 9: Reticulado na formação da centralidade urbana, na primeira metade do século XVIII.	96
Figura 10: Caminhos tronco longitudinal (roxo), transversal (laranja), caminhos secundários (vermelho) e a ordem cronológica de surgimento dos arraiais.	98
Figura 11: Croqui com representação de rancho em Vila Rica.	101
Figura 12: Exemplo de Casa dos Morros.	102
Figura 13: Exemplo de planta da Casa de Arrebalde.	103
Figura 14: Simulação topográfica da morfogênese do antigo Arraial do Tijuco.	105
Figura 15: Perfis do terreno entre as serras de Santo Antônio e São Francisco, e ocupação do 1º Período Morfológico.	107
Figura 16: Marca da Demarcação Diamantina, de 1774. Ao centro, indicação do território do Tijuco.	110
Figura 17: Ampliação do mapa anterior, com indicação das estradas (1 a 5) numeradas em relação ao Tijuco (A).	111
Figura 18: Mapa do Arraial do Tijuco em 1774.	120
Figura 19: Planta do Arraial do Tejuco em 1784.	123
Figura 20: Mapa do Arraial do Tijuco em 1784.	124
Figura 21: Mapa em escala territorial do segundo período morfológico.	126
Figura 22: Mapa do segundo período morfológico (1731 a 1784).	128
Figura 23: Detalhe 1 - Região da rua da Caridade.	130

Figura 24: Detalhe 2 - Região da rua Direita: 1 – Matriz de Santo Antônio; 4 – Intendência dos Diamantes; 8 – Casa do Inconfidente Padre Rolim; C – Casa do Muxarabi.	131
Figura 25: Aspecto do casario com tipologia setecentista ao Largo do Rosário. ...	134
Figura 26: Disposição de plantas térreas e volumetria do sobrado típico colonial.	135
Figura 27: Sobrado colonial e esquema de iluminação e escoamento de águas pluviais.	136
Figura 28: Esquema do arraial do Tejuco setecentista.	140
Figura 29: Simulação tridimensional do segundo período morfológico.	144
Figura 30: Seções esquemáticas com a ocupação do 2º Período Morfológico.	145
Figura 31: Vila de Diamantina em Gravura de Caetano Luiz de Miranda, possivelmente da primeira metade do século XIX.	155
Figura 32: Antigo Arraial do Tijuco, representado a partir do Caminho dos Escravos.	157
Figura 33: Pavimentação em capistranas e pé-de-moleque na rua Direita. Foto: August Riedel, 1868.	160
Figura 34: Tomada de foto apresentando a Igreja de N. Sra. do Carmo e.....	161
Figura 35: Vista do Largo Dom João com parte da torre da Basílica do Sagrado Coração de Jesus, ao fundo e à direita, s/d.	162
Figura 36: Diamantina: 3º Período Morfológico (1785-1889).	164
Figura 37: Detalhe A de Diamantina, em 1889.	166
Figura 38: Detalhe 1 - Rua da Caridade.....	168
Figura 39: Detalhe 2 - Rua Direita: 3 – sede do Fórum; 4 – Mercado de Tropeiros.	169
Figura 40: Centro de Diamantina, a partir da rua Macau do Meio.	170
Figura 41: Proporções de fachadas alteradas a partir da fachada básica.	171
Figura 42: Forro em gamela com pinturas artísticas, na "Casa do Forro Pintado" ..	173
Figura 43: Vista tridimensional de Diamantina, no 3º período morfológico.	175
Figura 44: Seções esquemáticas em Diamantina no 3º Período Morfológico.	176
Figura 45: Batalhão de Polícia, s/d.....	179
Figura 46: Mapa de Diamantina em 1938.	182
Figura 47: Diamantina 4º Período Morfológico (1890-1937).	184
Figura 48: Detalhe A - Diamantina em 1937.	186
Figura 49: Detalhe 1 - Rua da Caridade.....	187

Figura 50: Detalhe 2 - Rua Direita.	188
Figura 51: Edificações à praça Barão de Guaicuí.	191
Figura 52: Asilo Pão de Santo Antônio, à direita, s/d.	192
Figura 53: Capela dos Bambães.	193
Figura 54: Estação Ferroviária ao Largo Dom João, s/d.	194
Figura 55: Catedral metropolitana de Diamantina.	196
Figura 56: Vista de Diamantina a partir do Caminho dos Escravos, s/d.	198
Figura 57: Simulação tridimensional da ocupação de Diamantina, no 4º Período Morfológico.	200
Figura 58: Seções esquemáticas em Diamantina, no 4º Período Morfológico.	201
Figura 59: Mapa com a delimitação da poligonal de tombamento, apenso.	207
Figura 60: Diamantina 5º Período Morfológico (1998).	209
Figura 61: Detalhe A - Diamantina em 1998.	212
Figura 62: Detalhe da Rua da Caridade.	214
Figura 63: Detalhe da Rua Direita.	215
Figura 64: Edificação com aspecto art-déco à rua das Mercês.	216
Figura 65: Maquete do Clube Social de Diamantina. Belo Horizonte/MG.	217
Figura 66: Hotel Tijuco.	218
Figura 67: Grupo Júlia Kubitschek.	218
Figura 68: Edificação executada na década de 1980, reproduzindo a feição colonial.	220
Figura 69: Imóvel com construção de sótão dissimulado sob cobertura.	221
Figura 70: Simulação tridimensional de Diamantina, no 5º Período Morfológico. ...	222
Figura 71: Seção topográfica de Diamantina no 5º Período Morfológico.	223
Figura 72: Centralidade de Diamantina.	227
Figura 73: Diamantina 6º Período Morfológico (2022).	229
Figura 74: Detalhe A - Diamantina em 2022.	232
Figura 75: Detalhe 1 - Rua da Caridade.	234
Figura 76: Detalhe 2 - Rua Direita.	235
Figura 77: Imóvel reconstruído na década de 2000,	236
Figura 78: Edificações contemporâneas no Bairro Jardim Imperial.	237
Figura 79: Edificação residencial de três pavimentos, no Bairro Santo Inácio.	238
Figura 80: Edificações contemporâneas, sem classificação estilística à rua Rio Grande.	238

Figura 81: Supermercado Cordeiro, no Bairro do Rio Grande.	239
Figura 82: Simulação tridimensional de Diamantina no 6º Período Morfológico.	241
Figura 83: Seções esquemáticas em Diamantina no 6º Período Morfológico.	242
Figura 84: Caminhos tronco (vermelho) e secundários (laranja) em Diamantina.	244
Figura 85: Mapa síntese dos períodos morfológicos de Diamantina.	245
Figura 86: Compilação do tecido da rua Direita, entre o final do século XVIII e 2022.	249
Figura 87: Compilado do tecido urbano à rua da Glória, entre o século XVIII e 2022.	251
Figura 88: Exemplos de organização dos ambientes internos, em Diamantina.	253
Figura 89: Tipo básico setecentista em dois gabaritos, na rua do Carmo.	254
Figura 90: Rua do Rosário na área tombada pelo Iphan.	255
Figura 91: Exemplo de quatro igrejas em Diamantina.	256
Figura 92: Edificações ecléticas na praça Barão de Guaicuí,	257
Figura 93: Vista da rua Direita na confluência com a Praça Conselheiro Mata.	258
Figura 94: Clube Social de Esportes de Diamantina, projetado	259
Figura 95: Edificações contemporâneas baseadas na tipologia básica.	260
Figura 96: Edificações do século XX ocupando vazios urbanos na Praça Doutor Prado.	261
Figura 97: Síntese da paisagem urbana de Diamantina, desde sua morfogênese no século XVIII até 2022.	263
Figura 98: Síntese da seção topográfica na Rua Direita.	264
Figura 99: Síntese das seções na rua da Glória.	265
Figura 100: Delimitação da zona histórica de Diamantina, em 1938.	284
Figura 101: Croqui indicando a poligonal da DPHAN agregando o Arraial dos Forros.	292
Figura 102: Primeira planta com a delimitação oficial do perímetro de tombamento,	294
Figura 103: Área urbanizada em 1784, confrontada com o limite estabelecido para o título de patrimônio mundial (cor verde).	309
Figura 104: Poligonais do IPHAN e da UNESCO comparadas ao mapa do 2º período morfológico.	311
Figura 105: Estudo para a delimitação do perímetro de entorno.	313
Figura 106: 4º período morfológico, em 1938.	314

Figura 107: Mapa de zoneamento proposto para o Plano Diretor de 1999.....	317
Figura 108: Perímetro de tombamento (verde) e de entorno (amarelo) da Serra dos Cristais.	322
Figura 109: Mapa de zoneamento proposto para o Plano Diretor de Diamantina, em 2011.	333
Figura 110: Delimitação proposta pela PMD em 1938, contraposta à planta do 2º período morfológico.....	345
Figura 111: Poligonais sobre o mapa do 2º período morfológico (1784).	348
Figura 112: Poligonais sobre o mapa do 4º período morfológico (1938).	349
Figura 113: Mapeamento-síntese realizado por Laura Bahia, conforme estudos sobre a cartografia de 1784 realizados no INBI-SU. Imóveis em azul indicam ocupação ao longo das vias e, em vermelho, voltada para as quatro faces de quadra; em amarelo estão as igrejas.	364
Figura 114: Poligonais do Iphan e da Unesco, sobre o mapa do 2º período morfológico.	365
Figura 115: Evolução da mancha urbana em Diamantina.....	367
Figura 116: Poligonais de entorno e de tombamento, contrapostos ao mapa do 4º período morfológico.	369
Figura 117: A representação do espaço urbano sequencialmente apreendido.	378
Figura 118: Segunda categoria analítica, por campos visuais, e a terceira por meio de efeitos perceptivos.	379
Figura 119: Exemplo de mapa elaborado para Diamantina, pelo INBI-SU,	382
Figura 120: Representação das abordagens de Trieb (1972) nas aplicações de categorias morfológicas estruturais à inferência de traços de identidade, em Ludwigsburg, na Alemanha.	385
Figura 121: Simulação de análise à distância de Diamantina.	388
Figura 122: Exemplos de efeitos topológicos em Diamantina.	390
Figura 123: Efeitos perceptivos em Diamantina e Mariana.	391
Figura 124: Edifícios configurando efeitos topológicos e perceptivos em Diamantina.	392
Figura 125: Setorização proposta para a área tombada.	421
Figura 126: Novas seis setorizações propostas para a área tombada de Diamantina.	423

Figura 127: Poligonais de tombamento pelo eixo das vias limítrofes (cor azul) e passando pelo fundo dos lotes (cor vermelha).....	426
Figura 128: Exemplo de cálculo da taxa de ocupação em uma quadra.	430
Figura 129: Mapa de faixas edificáveis, indicando as de 18 metros (cor amarela) e	431
Figura 130: Exemplo de média de fundo das edificações.	432
Figura 131: Mapa de classificação das edificações, com imóveis construídos até 1938 (cor rosa) e aqueles realizados após 1938 (cor vermelha).	434
Figura 132: Exemplo de faces de quadra à rua do Bonfim.	435
Figura 133: Vila Santa Isabel e loteamento Caldeira Brant.	437
Figura 134: Ilustração sobre elementos permitidos ou não em fachadas.	438
Figura 135: Poligonais de tombamento (vermelho) e entorno (amarelo).	439
Figura 136: Fotografia do casario nas imediações da rua do Amparo.	443

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Períodos Morfológicos de Diamantina/MG.....	81
Tabela 02: Décimas Prediais do Arraial do Tijuco.....	149
Tabela 03: Períodos Morfológicos x Fases de Gestão em Diamantina/MG.....	277
Tabela 04: Períodos Morfológicos x Fases de Gestão em Diamantina/MG.....	341

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACI Arquivo Central do Iphan

AEAD Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

AETD Arquivo do Escritório Técnico de Diamantina

AHEX Arquivo Histórico do Exército Brasileiro

AHU Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

AIP Áreas de Interesse Paisagístico

ANS Arquivo Noronha Santos

APA Área de Proteção Ambiental

BAT Biblioteca Antônio Torres

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAD Computer Aided Design

CCPD Conselho Consultivo do Plano Diretor

CDU Centro de Desenvolvimento Urbano

CEBRAC Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Regional

CF - 1988 Constituição Federal de 1988

CIAM Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

CMD Câmara Municipal de Diamantina

CNRC Centro Nacional de Referência Cultural

CODEMIG Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

CONFEA Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura

CP Conjunto Paisagístico

DET Divisão de Estudos de Tombamento

DEPAM Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Iphan)

DID Departamento de Informação e Documentação (Iphan)

DL-25/1937 Decreto-lei n. 25 de 1937

DPHAN Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPI Departamento de Patrimônio Imaterial (Iphan)

EAUFMG Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

ETD Escritório Técnico do Iphan

FEVALE Fundação Educacional Vale do Jequitinhonha

FHC Fernando Henrique Cardoso

FJP Fundação João Pinheiro

FNPM Fundação Nacional Pró-memória

GAT Grupo de Apoio Técnico

HUL Historic Urban Landscape

IBA Inventário de Bens Arquitetônicos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICMS Imposto Comercial sobre Mercadoria e Serviços

ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEDS Instituto de Estudos e Desenvolvimento Sustentável

IEF Instituto Estadual de Florestas

IEPHA/MG Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFLA International Federation of Landscape Architects

IHGB Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INA CASA Instituto Nazionale delle Assicurazioni

INBI-SU Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos

INBMI Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados

INCEU Inventário Nacional de Configurações Espaciais Urbanos

INRC Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

LAP Laboratório da Paisagem da UFMG

LUOS Lei de Uso e Ocupação do Solo

MNC Ministério da Cultura

MINIPLAN Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

ONU Organização das Nações Unidas

OUV Outstanding Universal Value

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PAC-CH Programa de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas

PCH Programa de Cidades Históricas

PD Plano Diretor

PEP Programa de Especialização do Patrimônio (IPHAN)

PMD Prefeitura Municipal de Diamantina

PPG ACPS Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG

PPSH Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano

PRSH Programa de Revitalização e Recuperação de Núcleos Históricos

RFFSA Rede Ferroviária Federal e Sociedade Anônima

SBBA Sociedade Brasileira de Belas Artes

SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SNPC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STF Supremo Tribunal Federal

UC Unidade de Conservação

UEMG Universidade Estadual de Minas Gerais

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZPC Zona de Proteção Complementar

ZPCH Zona de Proteção do Centro Histórico

ZPR Zona de Preservação Rigorosa

ZRRUC Zona Residencial de Requalificação Urbana e Contenção

ZTF Zona de Tombamento Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. PAISAGEM, PATRIMÔNIO E MORFOLOGIA	32
1.1. PAISAGEM	32
1.2. PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	41
1.2.1. <i>DECURSO CONCEITUAL</i>	41
1.2.2. <i>POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO</i>	46
1.3. MORFOLOGIA URBANA	54
1.3.1. <i>METODOLOGIA DA EVOLUÇÃO URBANA DA ESCOLA INGLESA</i>	57
1.3.2. <i>METODOLOGIA DA ESCOLA ITALIANA</i>	61
2. A MORFOLOGIA URBANA DE DIAMANTINA	69
2.1. A ESTRUTURA URBANA DE DIAMANTINA EM 2022	71
2.2. A GEOLOGIA DE DIAMANTINA	76
2.3. OS PERÍODOS MORFOLÓGICOS	80
2.3.1. <i>1º PERÍODO MORFOLÓGICO – MORFOGÊNESE (FINAL DO SÉC. XVII-1730)</i>	85
2.3.1.1. Análise do Contexto Histórico e Socioeconômico	85
2.3.1.2. Análise do Plano Urbano	89
2.3.1.3. Análise do Tecido Urbano, Uso e Ocupação do Solo	97
2.3.1.4. Análise Tipológica	100
2.3.1.5. Análise da Paisagem Urbana	104
2.3.2. <i>2º PERÍODO MORFOLÓGICO – CONSOLIDAÇÃO DO ARRAIAL (1731-1784)</i>	108
2.3.2.1. Análise do Contexto Histórico e Socioeconômico	108
2.3.2.2. Análise do Plano Urbano	116
2.3.2.3. Análise do Tecido Urbano, Uso e Ocupação do Solo	129
2.3.2.4. Análise Tipológica	132
2.3.2.5. Análise da Paisagem Urbana	143
2.3.3. <i>3º PERÍODO MORFOLÓGICO – CIDADE DE DIAMANTINA (1785-1889)</i>	146
2.3.3.1. Contexto Histórico e Socioeconômico	146
2.3.3.2. Análise do Plano Urbano	153
2.3.3.3. Análise dos Tecidos Urbanos	168
2.3.3.4. Análise Tipológica	170
2.3.3.5. Análise da Paisagem Urbana	174

2.3.4. 4º PERÍODO MORFOLÓGICO – DIAMANTINA POLO REGIONAL (1890-1937)	177
2.3.4.1. Contexto Histórico e Socioeconômico	177
2.3.4.2. Análise do Plano Urbano	178
2.3.4.3. Análise dos Tecidos e do Uso e Ocupação do Solo	187
2.3.4.4. Análise Tipológica	190
2.3.4.5. Análise da Paisagem Urbana	199
2.3.5. 5º PERÍODO MORFOLÓGICO – DIAMANTINA PATRIMÔNIO NACIONAL (1938-1998)	202
2.3.5.1. Contexto Histórico e Socioeconômico	202
2.3.5.2. Análise do Plano Urbano	206
2.3.5.3. Análise do Tecido Urbano e do Uso e Ocupação	213
2.3.5.4. Análise Tipológica	216
2.3.5.5. Análise da Paisagem Urbana	221
2.3.6. 6º PERÍODO MORFOLÓGICO – DIAMANTINA PATRIMÔNIO MUNDIAL (1999-2022)	224
2.3.6.1. Contexto Histórico e Socioeconômico	224
2.3.6.2. Análise do Plano Urbano	228
2.3.6.3. Análise do Tecido Urbano e do Uso e Ocupação do Solo	233
2.3.6.4. Análise Tipológica	235
2.3.6.5. Análise da Paisagem Urbana	240
2.4. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO URBANA	243
2.4.1. SÍNTESE DO PLANO URBANO	243
2.4.2. SÍNTESE DO TECIDO URBANO	248
2.4.3. SÍNTESE DOS TIPOS EDIFÍCIOS	252
2.4.4. SÍNTESE DA PAISAGEM URBANA	262
2.4.5. CONCLUSÃO	267
<u>3. A GESTÃO URBANA DE DIAMANTINA/MG</u>	268
3.1. CONCEITUAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICAS	269
3.2. PRIMEIRAS INICIATIVAS PRESERVACIONISTAS NO BRASIL ATÉ 1936	271
3.3. A CRIAÇÃO DO SPHAN E O TOMBAMENTO DE DIAMANTINA	275
3.4. 1ª FASE DA GESTÃO URBANA (1938 A 1960)	278
3.5. 2ª FASE DA GESTÃO URBANA (1961 A 1997)	295
3.6. 3ª FASE DA GESTÃO URBANA (A PARTIR DE 1998)	307
<u>4. A GESTÃO DE DIAMANTINA E A MORFOLOGIA URBANA</u>	340
4.1. A MORFOLOGIA URBANA NA 1ª FASE DE GESTÃO URBANA	342

4.2. A MORFOLOGIA URBANA NA 2ª FASE DE GESTÃO URBANA	352
4.2.1. <i>INBI-SU</i>	354
4.2.2. <i>INCEU</i>	372
4.3. A MORFOLOGIA URBANA NA 3ª FASE DE GESTÃO URBANA	397
4.3.1. <i>SICG</i>	401
4.3.2. <i>MANUAL DE NORMATIZAÇÃO DO IPHAN</i>	410
4.3.3. <i>NORMATIVAS DO IPHAN EM DIAMANTINA</i>	418
4.4. PONDERAÇÕES	450
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>455</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>463</u>
<u>APÊNDICES</u>	<u>492</u>

INTRODUÇÃO

A presente tese trata da finalização de um enriquecedor processo de aprendizado, iniciado ainda em meados de 2016, quando o autor participou do mestrado profissional ofertado pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP, IPHAN), tendo o conjunto urbano tombado de Diamantina/MG como espaço de estudo.

A defesa da dissertação (BARROS FILHO, 2018) incitou questões que precisavam de maior análise e aprofundamento discursivo, tendo encontrado na tese fortuitos caminhos para conduzir a uma nova abordagem para a gestão de uma cidade acautelada, como Diamantina – a “Urbs Adamantina” (“Cidade do Diamante” em latim).

A pesquisa perscrutou e ampliou a discussão, ao avaliar o decurso do meio urbano diamantinense, desde sua remota consolidação como arraial no século XVIII, até sua compleição urbanística em 2022. Nesse sentido, deu-se enfoque às políticas de administração do seu território e às suas interfaces com o método da morfologia urbana.

A linha de pesquisa “Paisagem e Ambiente” foi a que enquadrou este doutoramento, pelo Programa de Pós-graduação Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPG- ACPS) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Isso se explica pela ampliação das considerações sobre a gestão de uma cidade patrimonializada, que requer interpretação para além daquelas cristalizadas de patrimônio, endossadas pelo arcabouço legal instituído no país: discussão central desta investigação.

Questão-problema

No ano de 1937, foi instaurado no Brasil o Decreto-lei número 25, o primeiro instrumento legal responsável por instruir sobre a proteção de bens com “valoração” de patrimônio histórico e artístico nacional, incluindo dentre eles os conjuntos urbanos. Foi nesse ensejo que, em 1938, tombou-se o conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG, doravante acautelado como patrimônio nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, convertido posteriormente em

instituto com a sigla Iphan), sob o processo número 64-T-1938 e inscrição no Livro de Belas Artes.

A retórica defendida pelo órgão foi a de que Diamantina mantivera-se com a feição urbana basicamente setecentista (IPHAN, 1938), no ano de seu tombamento, consoante o remanescente casario central do antigo arraial do Tijuco ou “Tejuco”, como se grafara nos séculos XVIII e XIX.

Desde a formação do antigo arraial, a urbe passou por momentos de mudanças econômicas, acompanhando com intensidade diferenciada as transformações que o Brasil incorporou nas suas fases colonial, imperial e republicana. Em paralelo, a partir de seu tombamento, órgãos gerências de proteção e de administração desse território também tiveram seus desafios ao geri-lo.

Entretanto, ainda em 2023, é possível constatar que a gestão pública coligada entre os entes municipal, estadual e federal não conseguiu equalizar problemas das mais distintas ordens atuantes em Diamantina/MG, associados à preservação de seu plano urbano e respectivo casario tombado, em consonância com o dinamismo de sua centralidade e de áreas periféricas.

Os principais problemas verificados estão relacionados a diversos aspectos. O mais básico deles se associa à ausência de critérios de intervenção bem estruturados, balizados por um aparato normativo, notadamente na poligonal de tombamento do Iphan. Isso contribui para a ocorrência de intervenções impactantes na centralidade urbana e em áreas envoltórias dessa área tombada, muitas vezes desprovidas de orientações técnicas coerentes conforme a construção avaliada pelo parecerista.

Além disso, as políticas de proteção ambiental e do patrimônio imaterial estão desvinculadas às de acatamento do patrimônio tangível, o que permite com que não haja uma articulação entre as propostas preservacionistas – fato que torna vulnerável a perpetuação delas no espaço citadino de Diamantina.

Nela é observado um intenso dinamismo urbano, constatado não só em áreas periféricas da cidade assim como em espaços intra-quadra do núcleo tombado, o que exige esforços de gestão para soluções de demandas construtivas e

reparativas. Sem contar que há a ausência de articulação entre parâmetros de uso e ocupação do solo vinculados aos territórios de gestão coligados entre prefeitura municipal, Iepha e Iphan, fato que inviabiliza ainda mais a eficácia de uma gestão pública desse solo urbano acautelado.

Hipótese

Cogita-se que uma das principais razões para essa eficácia gerencial se dê pela ausência da abordagem de Morfologia Urbana, associada à interpretação da cidade como uma Paisagem Cultural.

As políticas de preservação do solo urbano diamantinense foram sendo construídas de modo partitivo, relacionadas a aspectos específicos e não integrados, tais quais: preocupação com a preservação de volumetrias e fachadas, controle de gabaritos, análises de faces de quadra, deliberações concisas referentes a envoltórias e áreas de entorno, dentre outros.

As considerações que envolveram a morfologia urbana apareceram de maneira pontual, em uma ou outra estratégia de delimitação de áreas protegidas, ou por algum método de inventário do solo urbano, resultando em leis ou portarias muitas vezes não associadas entre si. Ou seja, a cidade não é apreciada de modo integrativo e amplo pelos seus gestores.

Justificativa

A escolha de Diamantina/MG como objeto de estudo se deu por motivos pertinentes. Seu núcleo urbanizado é um dos raros exemplos de cidades com tombamento federal apresentando delimitação da área de proteção (muitos dos núcleos tombados pelo Iphan sequer apresentam poligonais e normativas de acautelamento), e ainda contém relativo aparato normativo de gestão urbana.

O “relativo aparato” explica-se pelo restrito rol de leis e normas que, apesar de serem intergovernamentais, não são capazes de abarcar todas as demandas de gestão, conservação e preservação do tecido tombado em sua completude. Até mesmo a titulação da cidade como “patrimônio mundial da humanidade”, em 1999, agiu no sentido de tornar ainda mais intrincada (e não plenamente eficaz) essa rede de articulação gerencial do solo urbano.

Trata-se de um complexo caso analítico, cuja proteção dialoga com o conceito de **Paisagem Cultural**, recebendo políticas de acautelamento pelas mais distintas esferas: municipal, estadual, federal e internacional. O diálogo com esse conceito é interposto a partir da constatação de que a cidade precisa ser lida pelo seu aspecto formal: trata-se de plano urbano desenvolvido sobre um substrato geomorfológico, com um decurso de desenvolvimento sociocultural e econômico estabelecido ao longo de séculos, como consequência da atividade antrópica nesse território.

Logo, Diamantina é uma cidade patrimonializada com uma paisagem urbana peculiar, na qual os métodos de acautelamento requerem novos aportes para sua preservação e gestão. A cidade é um estudo de caso da pesquisa e que poderá possibilitar avaliações paralelas a gestores e planejadores urbanos, sobre como repensar o modo de gerir uma urbe valorada como patrimônio cultural.

Objetivos

O objetivo principal dessa tese de doutoramento é introduzir as questões morfológicas na avaliação da paisagem urbana de Diamantina e suas implicações na preservação do seu tecido tombado, em articulação com a gestão de seu território urbano.

A partir desse objetivo principal, podem ser elencados objetivos específicos.

O primeiro deles se relaciona à apresentação e integração dos conceitos de “paisagem”, “paisagem cultural”, “paisagem urbana”, “patrimônio cultural” e “morfologia urbana”. Eles se dialogam e se estruturam em uma ordenação lógica, na qual elementos associados a aspectos urbanos, patrimoniais e paisagísticos relacionam-se entre si.

A partir dessa integração, parte-se para o objetivo de estudar métodos vinculados à abordagem da “Morfologia Urbana”, como forma de verificar a pertinência dessa abordagem para o estudo da evolução de um assentamento edificado, como Diamantina. Com isso, será possível constatar como as normativas de preservação do solo urbano diamantinense impactaram a configuração evolutiva de sua paisagem urbana. E, em paralelo, avaliar como se desenrolaram as políticas de preservação do

patrimônio cultural, no estudo de caso, no Brasil e em seu contexto internacional – partindo do cenário diamantinense.

Por fim, elenca-se como objetivo a análise de inventários urbanos desenvolvidos principalmente pelo Iphan, nas tratativas de se interpretar a cidade e sua familiaridade com a abordagem morfológica. Diante dela, desenvolvem-se debates para soluções de problemas relacionados à gestão do território urbano, a partir da introdução da abordagem morfológica no estudo da forma urbana e de sua evolução ao longo dos anos.

Método

O aporte adotado tomou como base **o decurso de sua formação e expansão, com a aplicação de aportes de morfologia urbana perante desafios de sua gestão.** Tendo como foco esse estudo, foi necessário trazer para a discussão conceitos básicos relacionados à “Paisagem”, ao “Patrimônio Cultural” e à “Morfologia Urbana”.

Dessa forma, o preâmbulo da pesquisa se construiu em uma escala conceitual, partindo da noção mais abrangente de Paisagem (SCHLÜTER, 1899; LA BLACHE, 1903; SIMMEL, 1913; SAUER, 1925; McHARG, 1972; DELPOUX, 1972; MACEDO, 1995; WALDHEIN, 2016), na qual (historicamente) o aspecto meramente “estético” vai incorporando nuances de valoração de seu atributo social e cultural, entre os séculos XIX e XXI.

A discussão sobre o “patrimônio cultural” se incorpora ao primeiro capítulo, articulada à conceituação de “paisagem cultural”, construída e consolidada ao longo do século XX, por meio do processo de desenvolvimento das Cartas Patrimoniais e de discussões afins (RIBEIRO, 2007; CASTRIOTA, 2009). Não obstante, também foi representada a evolução de tratados internacionais refletidos na Convenção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade (UNESCO, 1972) e, mais recentemente, na Recomendação da “Paisagem Histórica Urbana” (UNESCO, 2011) – esta última responsável por integrar a interpretação da paisagem aos fenômenos sociais de um território urbano, em contínua dinamicidade e com atributos de valoração patrimonial.

As considerações morfológicas de Conzen (1960) e Muratori (1959) rematam esse debate, por se instruírem como abordagens para se analisar o aspecto e o processo

formal de uma paisagem. Assim, apresentam-se o conceito sobre Morfologia Urbana (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) e os métodos das Escolas Inglesa e Italiana. O aporte metodológico da Escola Inglesa foi abordado por ser capaz de revelar elementos históricos preservados frente ao palimpsesto de camadas desse território. Ele foi desenvolvido pelo geógrafo alemão M. R. G. Conzen (1960), cuja apreensão das camadas históricas é feita pela interpretação dos períodos morfológicos, refletidos nos processos dinâmicos do tecido citadino.

Eis a relação com o termo “palimpsesto”, analogia feita ao manuscrito em pergaminho que, após ser raspado e polido, era aproveitado para a escrita de outros textos, resultando na sobreposição deles (AURÉLIO, 2022; INFOPEDIA, 2022). No campo do urbanismo, o conceito de palimpsesto pode ser associado à sobreposição de camadas históricas que se acumulam no mesmo espaço físico (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 65).

Já o método Italiano, estruturado por Saverio Muratori em meados do século XX (1959), interpretaria o meio urbano de forma análoga à avaliação de um organismo vivo, com o enfoque nos aspectos de transformação associados ao processo tipológico construtivo.

Esses métodos da abordagem de morfologia urbana são aplicados no estudo da evolução citadina de Diamantina, explorada no segundo capítulo. Para isso, contemplam-se a análise da morfologia urbana (segundo a Escola Inglesa) e a avaliação do processo tipológico diamantinense (conforme a Escola Italiana).

Importa destacar que foi uma decisão investigativa desenvolver um recorte em aportes aqui analisados e aplicados, não tendo sido realizadas na íntegra as metodologias discutidas em consonância com as escolas supraditas. Essa intenção, no entanto, não inviabiliza o desenvolvimento de alternativas para se pensar a interpretação dessa urbe. Não obstante, a pesquisa também inovou ao considerar a análise tridimensional da paisagem urbana associada aos consolidados métodos das escolas inglesa e italiana.

É por essa razão que a pesquisa não traz um receituário ortodoxo, em seus resultados, com as viabilidades de aplicação dessas discussões, tendo em vista

seu principal intuito de evidenciar os conceitos que precisam estar incorporados ao debate.

Ademais, a proposta metodológica visou interpretar um aporte que vinculasse aspectos similares entre as duas escolas, a fim de providenciar uma leitura única e contextualizada sobre o processo de formação urbana de Diamantina. Eis a inovação que se busca escrutinar e adotar na pesquisa. Além de evidenciar como as propostas de gestão aplicadas na cidade (não só nela, como também noutros núcleos acautelados) têm sido desenvolvidas de modo fragmentado, sem compreender a cidade de forma holística.

O capítulo 2 se inicia com a demonstração sobre como se dá a sua estrutura urbana da cidade em 2022, com menção ao seu substrato geomorfológico. Em seguida, são apresentados os seus seis períodos morfológicos, em paralelo com análises sobre os componentes tipológicos em cada período, consoante os métodos das Escolas Inglesa e Italiana, e distribuídos entre o final do século XVII e 2022. O encerramento do capítulo é realizado pela síntese morfológica e tipológica da urbe, **associadas ao estudo da evolução de sua paisagem de modo tridimensional.**

O terceiro capítulo confere um panorama sobre o exercício gerencial na cidade. Ele demonstra a dinâmica de articulação entre a Prefeitura Municipal com as esferas de atuação do Iepha/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) e do escritório técnico do Iphan, representado em três fases de gestão do solo urbano (1938 a 2023), desde seu tombamento federal. **As fases de gestão foram definidas de acordo com o contexto específico do desenvolvimento de aparatos legais na cidade, consoante mudanças políticas e econômicas que se desenvolviam no seu ensejo social.** O marco inaugural dado ao ano de 1938 refere-se ao início da valoração da cidade como conjunto urbanístico e arquitetônico de relevância histórica e artística para o Brasil.

Pretende-se nesse capítulo esclarecer o quadro legal em cada uma das instâncias, na lida das políticas públicas na área tombada. Evidencia assim suas sobreposições e distanciamentos, no conjunto de ações voltadas à preservação do patrimônio diamantinense. Outrossim, são apresentadas as atribuições da Unesco desde a

classificação de Diamantina como patrimônio mundial, em 1999, cujo polígono de proteção se inscreve no de tombamento federal.

O quarto capítulo é o cerne e o epílogo da pesquisa. Ele traz a abordagem da Morfologia Urbana aplicada em Diamantina, por meio da avaliação sobre como esse método foi incorporado às três fases de gestão do seu solo urbano. Para isso, foram retomados os ensejos das definições de poligonais do Iphan (1938) e Unesco (1999), a adoção dos inventários Inbi-Su e Inceu na cidade (décadas de 1990 e 2000), bem como apreciada a mais nova minuta de portaria com normas de intervenção no Conjunto Urbanístico e Arquitetônico de Diamantina (IPHAN, 2023).

Esses contextos de gestão (escrutinados nos capítulos 3 e 4) foram contrapostos ao arcabouço teórico sobre “paisagem e morfologia” (capítulo 1) e aos mapas resultantes dos períodos morfológicos (capítulo 2), o que contribuiu para a coadunação das temáticas da discussão aqui apresentadas, com o remate discursivo no capítulo final. Ressalta-se que a pesquisa não traz uma receita sobre o modo exato de se desenvolver uma proposta de gestão pautada na estruturação de um método morfológico.

O resultado, por outro lado, é mais amplo, conduzindo ao esclarecimento sobre possibilidades de aperfeiçoar a gestão urbana ao se incorporar a abordagem urbana de modo sistemático e não fragmentado – ou seja, não só pautado em aspectos específicos da cidade sem serem inter-relacionados.

O conceito de Paisagem Cultural Urbana percorreu as considerações aqui realizadas e conduziu à conclusão da pesquisa, com discussões sobre a viabilidade de aperfeiçoamento da gestão de uma cidade acautelada, ao interpretá-la como uma Paisagem em seu todo Urbano.

Ao ser tratada como uma paisagem, a cidade precisa ser analisada em todas as suas dimensões, não só relacionadas ao seu suporte físico e aos seus aspectos edilícios, mas também aos fenômenos sociais que a moldaram.

A discussão trazida na pesquisa não se esgota aqui. O que se propôs foi aclarar novas viabilidades de gestão de uma cidade, especialmente se valorada como patrimônio cultural, tendo Diamantina como objeto de estudo. O caráter dinâmico e complexo de

um sítio histórico sempre irá instigar novas arguições e propostas de preservação urbana, tendo como variável o método escolhido para cada abordagem.

Apesar de ter sido confeccionada a partir de aspectos teóricos e técnicos, a abordagem apresentada visa incentivar discussões que possam se articular ao contemporâneo contexto de gestão pública compartilhada do patrimônio cultural.

A tese também trouxe contribuição para o campo interdisciplinar das áreas de conhecimento, visto que o debate perpassa os domínios das ciências humanas e sociais aplicadas, o que inevitavelmente permite novos aportes de reflexões para o Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG.

1. PAISAGEM, PATRIMÔNIO E MORFOLOGIA

O objetivo desse capítulo é apresentar os três conceitos que fundamentam a pesquisa: a paisagem, o patrimônio cultural e a morfologia urbana, desenvolvidos em três escalas de análise, partindo da noção mais abrangente para aquela mais específica.

A “paisagem” foi tratada como o “conceito mãe”, perscrutada ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, conforme se amadureceram as discussões sobre o termo.

Em um segundo momento, foi introduzido o campo do “patrimônio cultural” em diálogo com a noção de “paisagem”, nesse sentido investigada por meio das políticas e convenções resultantes das propostas de acautelamento de bens culturais (em contextos nacional e mundial).

A “morfologia urbana” encerra a capitulação conceitual, por ter se sagrado (como se apresentará a seguir) o método mais eficaz de análise e estudo de uma paisagem urbana, foco principal do estudo aqui proposto.

1.1. Paisagem

A “paisagem” tem assumido diversas conotações ao longo de décadas, desde o século XIX, que foram objeto de enfoques específicos consoante as disciplinas que a avaliou, fossem elas a geografia, a biologia, o urbanismo ou a arquitetura. Viu-se necessário, portanto, trazer uma abordagem desse conceito de forma cronológica, a fim de elucidar o desenrolar do termo em suas principais vertentes de discussão.

Tendo como influência o autor Lineu Bley (1990), importa desde já esclarecer a etimologia da palavra “paisagem”. Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa (2022), a “paisagem” se corresponderia a um espaço de terreno que se abrange em um lance de vista. Essa acepção relacionada à restrição de um território visível é análoga àquela trazida por dicionários na língua francesa (BLEY, 1990), uma vez que a palavra “paysage” conota em sua etimologia a representação de uma parte de um território (ou “pays”) vista por um observador: “partie d’un pays que peut voir un observateur” (LE ROBERT, 2006). Conotação similar é encontrada no termo “landscape” em inglês, sinônimo de região ou parcela da face da terra contida em um

campo visual (BLEY, 1990). Por outro lado, Bley informa que “paisagem”, em espanhol e italiano, incorpora à porção do terreno uma conotação vinculada à expressão artística, o que pode ser explicado pela antiga interpretação do termo desde as contribuições de geógrafos alemães de meados do século XIX.

O expoente dessa vertente é o escritor alemão Alexander von Humboldt, que viveu entre os anos de 1769 e 1859. Em sua obra “Kosmos” (1848), imbuído pelo espírito romântico e naturalista do século XIX, Humboldt procedeu à avaliação descritiva da paisagem vinculando-a à pintura e à própria poesia (LOURENÇO, 2002). Mesmo que não tenha chegado a conceituá-la formalmente, o autor aborda o termo “landschaft” nessas descrições, aplicado no sentido das características estéticas de uma área (BLEY, 1990).

Na virada do século XIX para o XX, o geógrafo alemão Otto von Schlüter adiciona à discussão da paisagem o fator antrópico (SEEMANN, 2004). Em suas obras datadas de 1899, 1920 e 1928, Schlüter institui os termos da “geografia cultural”, da “paisagem natural” e da “paisagem cultural” (RIBEIRO, 2007). Schlüter distinguia os tipos de paisagem da seguinte forma: a paisagem original (antes da intervenção da ação humana); a paisagem natural (condição da paisagem quando todas as obras humanas estão cessadas; a aparência teórica da paisagem sob as condições climáticas, quando todos os elementos antrópicos sumiriam e apenas as forças naturais atuariam); a paisagem antiga (no começo da intervenção humana, quando foram abertas picadas e clareiras); a paisagem cultural (com as marcas das obras do homem).

Segundo Schlüter, a paisagem surgia de uma interpretação das ciências naturais, mas exigia a inclusão de fenômenos não geográficos para uma explicação detalhada dela (SEEMANN, 2004). Por essa razão, a paisagem cultural é a expressão geográfica da cultura, não sendo suficiente apegar-se apenas ao presente - o que induz à necessidade de se entenderem os processos sociais do passado sobre o território geográfico para compreendê-lo, em seu desenvolvimento.

Paul Vidal de La Blache, por meio da obra “Tableau de la Géographie de la France” (1903), dialoga com a percepção cultural da paisagem de Schlüter ao valorizar as marcas impressas no espaço, pela relação entre homem e natureza, traçando uma

reflexão sobre a construção da paisagem. Como interpretado por Bley (1990), La Blache trouxe a ideia de que o homem em cada lugar se adaptou ao meio em que o envolvia, criando um conjunto de costumes que denominou um gênero de vida. Por essa lógica, a diversidade de meios explicaria a variedade de gêneros de vida, e a paisagem então se confundia com o território de vida do grupo humano.

Em 1913, o filósofo Georg Simmel lança “*Philosophie der Landschaft*”, no qual interpreta que “o material da paisagem, tal como a simples natureza o fornece, é tão infundamente variado, tão mutável de caso para caso, que os pontos de vista e as formas, que aglutinam estes elementos naquela unidade de impressão, serão igualmente muito variáveis” (SIMMEL, 1913, p. 9). Dessa forma, reforça o aspecto sensorial e perceptivo que as paisagens podem apresentar e serem variáveis entre si, apesar de apresentar um viés mais associado ao seu caráter ambiental.

Um outro geógrafo alemão, Siegfried Passarge, em 1920 lança a obra “*Grundlagen der Landshaftkunde*” que resultou no ramo de disciplina denominado Geografia da Paisagem (MOURA; SIMÕES, 2010). A sua contribuição foi a formulação de uma hierarquia de regiões e de paisagens, com estudos incluindo aspectos físicos e sociais, tendo a sociedade como um agente na configuração da paisagem (RIBEIRO, 2007).

É na década de 1920 que se consolidam os estudos de geografia cultural, reforçada pela publicação da obra “*The Morphology of Landscape*” (1925), pelo geógrafo estadunidense Carl Sauer. Para o autor (SAUER, 1996), o termo paisagem denota o conceito unitário da geografia (associação geográfica dos fatos) e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais.

Por esse sentido, a cultura seria o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural o resultado. A paisagem possuiria uma identidade (SAUER, 1996) baseada em uma constituição reconhecível, em limites, e em uma relação genérica com outras paisagens, compondo parte de um sistema geral. Assim, seria possível a adoção de um método morfológico de síntese, baseado na unidade orgânica da paisagem, na similaridade de formas em diferentes estruturas e na disposição seriada das unidades estruturais (RIBEIRO, 2007).

Os geógrafos Conzen e Whitehand (respectivamente alemão e inglês) somam-se às considerações sobre a paisagem a perspectiva da “paisagem urbana”, a partir da década de 1960. É principalmente com as aplicações analíticas na cidade inglesa de Alnwick, em 1960, que Conzen lança as bases de seu método de estudo da Morfologia Urbana interpretando a estrutura de uma cidade. Funcionalmente, o caráter geográfico de uma cidade seria determinado pelo significado econômico e social em um contexto regional, quer seja considerada como um “lugar central”, com funções de serviços relativas a uma “área urbana” contígua, quer se trate de uma cidade especializada.

Morfologicamente, encontra expressão na fisionomia ou “paisagem urbana”, que seria uma combinação de plano de cidade, padrão de formas edificadas e padrão de uso do solo urbano. Eis a tríplice estrutura de uma paisagem urbana (CONZEN, 1960), composta por elementos que são objeto da investigação geográfica. Ademais, como todas as cidades possuem uma história de vida, para Conzen e Whitehand (1981) a paisagem urbana seria o registro acumulado do desenvolvimento da cidade – o que retomaria a ideia do palimpsesto urbano já mencionado.

Marcel Delpoux foi um geógrafo francês que trouxe uma dissecação analítica da paisagem, retomando as interpretações feitas até então sobre o assunto. Segundo o autor (1972, p. 158-159), “todas as partes da superfície terrestre se constituem por uma paisagem ou por um mosaico de paisagens”. E, ao se compreender que a paisagem é resultante de três principais componentes (potencial abiótico, a exploração biótica e o uso antrópico), entende-se que ela é composta por duas unidades elementares: o suporte e suas características (forma, cor, grão e micro relevo) e a cobertura dessa forma com suas próprias características bióticas.

Enquanto o suporte está associado aos aspectos geológicos no seu senso mais amplo (orogênese, estratigrafia e litologia), a superfície materializa a influência dos parâmetros climáticos, geomorfológicos, pedológicos, biológicos e antrópicos (pressão humana, industrialização e urbanização). Isto é, “define-se a paisagem como uma entidade espacial correspondente à soma de um tipo geomorfológico e de uma cobertura no sentido mais abrangente desse termo: desde a floresta à aglomeração e à zona industrial” (DELPOUX, 1972, p. 159).

Ian McHarg apresenta ideias em consonância com as de Delpoux, em suas intervenções e desenvolvimentos metodológicos. Segundo ele (1971, p. 174), “forma e processo são indivisíveis aspectos de um mesmo fenômeno processual da natureza”. Em uma cidade, seu desenvolvimento histórico é uma sequência de adaptações culturais refletidas no plano urbano, e suas partes se constituiriam como construções individuais ou em grupos. Nessa lógica, McHarg elucida como as conceituações sobre a paisagem tornam-se cada vez mais imbricadas, confluindo em uma mesma ideia interpretativa sobre o desenrolar antrópico e suas adaptações no meio biótico.

Entre as décadas de 1970 e 2000, a arquiteta e urbanista brasileira Miranda Martinelli Magnoli amplia a conceituação dada acima, ao entender que o “meio ambiente humano é resultado das interações das sociedades com o suporte, contribuindo esta base de diferentes maneiras para sua subsistência biológica e espiritual” (MAGNOLI, 2006, p. 241). A autora conceitua os resultados dessas conformações e configurações, imbricadas da interação social com o suporte, como Paisagens. As transformações dessas paisagens se dão por formas no espaço, criando elementos que assumem significado e consistência quando compreendidas as inter-relações mais abrangentes. “São as paisagens o cotidiano de vida do cidadão” (MAGNOLI, 2006, p. 245). Em paralelo, Magnoli retoma a noção de morfologia da paisagem, que é resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológicos e climático) e aquela peculiar dos processos socioculturais (MAGNOLI, 2006a).

O arquiteto e urbanista brasileiro Silvio Soares Macedo deu prosseguimento às linhas de pesquisa de Magnoli, mas sob o aspecto vinculado ao estudo dos espaços livres. Por mais que a conceituação de espaços livres exclua quaisquer áreas edificadas (MACEDO, 1995), é interessante avaliar o quanto os seus estudos sobre tais espaços trouxeram interpretações sobre a paisagem urbanizada.

Exemplo disso foi o ensaio sobre “Paisagem Urbana e Sistema de Espaços Livres” (2016, p. 4), no qual Macedo relatara que o foco no espaço livre permitiria uma abrangência de análise priorizando o espaço cotidiano da cidade, os diferentes tipos de escalas das vias urbanas, as ruas, as calçadas, as áreas arborizadas e os

percursos sociais. Segundo o autor, “a forma urbana seria entendida enquanto sistema, de espaços livres e edificados, expressão material de todas as ações da sociedade em um determinado espaço urbano” (MACEDO, 2016, p. 4). Nessa acepção, Macedo se coaduna com a interpretação sobre morfologia urbana pronunciada por Magnoli, demonstrando a importância da análise da forma urbana dentro da compreensão mais ampla de uma paisagem urbanizada. Dessa forma, o autor vincula a forma construída aos espaços livres, responsáveis por configurar em conjunto a paisagem urbana.

No final do século XX, a paisagem também começa a ser associada à ecologia, principalmente em decorrência das discussões de sustentabilidade que se disseminam nas décadas seguintes. Forman e Grodon (1986, p. 15) informam que “a ecologia da paisagem essencialmente combina a abordagem espacial do geógrafo com a abordagem funcional do ecologista, ao enfatizar a interação entre o padrão espacial e o processo ecológico” – o que causaria consequências na heterogeneidade espacial por meio de uma variação de escalas. Dessa maneira, a ecologia da paisagem se relacionaria à relação espacial entre elementos ou ecossistemas, aos fluxos de energia e de nutrientes minerais e às dinâmicas ecológicas do mosaico da paisagem ao longo do tempo. A ecologia da paisagem se tornaria um método para caracterização e proposição que visam à integração entre os elementos ambientais e antrópicos.

No início do século XXI, Waldhein (2016), em sua obra “Paisagem como Urbanismo”, relata que o urbanismo da paisagem pode ser lido como um realinhamento disciplinar, no qual a paisagem suplanta o papel histórico da arquitetura como o básico construtor da forma urbana. Destarte, a paisagem é descrita por meio de mutabilidade temporal e de expansividade horizontal de uma cidade contemporânea. Por essa lógica, “a paisagem seria adotada como um modelo para a urbanização, cujas origens poderiam ser traçadas a partir de críticos pós-modernos do planejamento e da arquitetura moderna” (WALDHEIN, 2016, p. 14).

Nessa orientação, a paisagem se integraria à infraestrutura urbana, rejeitando camuflagens de sistemas ecológicos – como era frequente no século XIX, em intervenções de arquitetos estadunidenses. A paisagem seria, portanto, o único meio capaz de responder às mudanças temporais, às transformações e às adaptações,

tornando-se assim um modelo de processo, ao reunir os espaços livres e construídos em sua vinculação primordial.

Aproximando a lente de análise do termo “paisagem” para a disciplina de geografia, segundo Ribeiro (2007), existiriam duas abordagens principais. A primeira se trataria do método morfológico de análise da paisagem, consolidado no início do século XX nos Estados Unidos por Carl Sauer e sistematizados por McHarg. A paisagem seria analisada em suas formas materiais, com investigação sobre como a cultura humana transforma essa paisagem – o que acompanhou a linha cronológica de evolução do conceito apresentada até o parágrafo anterior. A segunda se relacionaria às análises sobre os aspectos simbólicos da paisagem, com destaque dado no final da década de 1960, por meio do movimento da geografia humanista.

Como apresentado anteriormente, para Sauer (1996) o termo paisagem pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais. O autor consolida a perspectiva da geografia cultural construída por Schlüter, La Blache e Passarge. Essa conceituação dialoga com a construção feita nos termos de McHarg e Magnani, além de se articular com a noção de “unidade elementar da paisagem” defendida por Delpoux (1972, p. 160), caracterizada como uma fração de porção terrestre que pode ser qualificada homogênea simultaneamente pelo suporte e pela cobertura.

Não obstante, Sauer ainda considera que não só seria possível compor uma ideia de paisagem em termos de suas relações no tempo, como também no espaço, ao passo em que se encontra em um contínuo processo de desenvolvimento e mudança no tempo e no espaço (SAUER, 1996), em estreita associação com a definição de “paisagem histórica urbana” construída por Conzen na década de 1960.

Na abordagem da geografia humanista, por outro lado, a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, criando relações complexas entre as atitudes e a percepção sobre o meio (RIBEIRO, 2007). A partir de autores como English; Mayfield (1972), Tuan (1980) e Johnston (1986), o conceito de paisagem aproxima-se da noção de lugar e de território, mais fortemente associado à ideia de pertencimento, de individualidade do ser humano e de seu apego a determinados espaços. Sob essa lente, a estética da paisagem é uma criação simbólica, na qual as formas refletem um

conjunto de atitudes humanas, cujas impressões deixadas nela revelam o pensamento de um povo sobre a sua interpretação de mundo (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Em um outro panorama da geografia humanista, é importante resgatar a consolidação do aspecto perceptivo da paisagem, que se intensificou entre as décadas de 1970 e 1990 – retomando as considerações filosóficas de Simmel. Inclusive, as análises perceptivas adotadas por Kevin Lynch na “Imagem da Cidade”, ainda em 1960, inauguraram a abordagem da paisagem urbana observada através de um método que perpassa desde a forma visual da cidade até a sua escala. Por meio do estudo das cidades de Boston, Jersey City e Los Angeles, Lynch desenvolveu sua análise decompondo os elementos que moldam a cidade (vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes), mantendo como referência o processo dinâmico e duplo de interpretação da paisagem urbana entre observador e observado (1960; 1989).

O arquiteto Gordon Cullen (1959) apresenta uma interpretação da paisagem urbana de modo análogo ao de Lynch, ao informar que um conjunto de edifícios adquire um poder de atração visual, com possibilidades distintas ao passo em que o transeunte o percorre. O foco da discussão se centrou, portanto, na percepção visual, por meio do qual o observador apreende o seu meio circundante. Destarte, as reações emocionais suscitadas pelo meio ambiente se comporiam como um resultado da sucessão de surpresas ou revelações súbitas (CULLEN, 1959), o que se entenderia pelas Visões Seriais. Reações que só fazem sentido quando posicionadas no espaço e em interrelação com o seu conteúdo, ou seja, com a própria constituição da cidade por tudo aquilo que a individualiza (cor, textura, escala e estilo, por exemplo).

Já David Lowenthal, em sua obra “Past time, presente place: landscape and memory” (1975), desenvolve estudos sobre a percepção e avaliação da paisagem buscando identificar aquelas altamente agradáveis e determinar as qualidades que tornam tais paisagens especialmente valorizadas. Muitos desses estudos vieram como resultado de avaliações de cenários do pós-guerra e de seus efeitos em sobreviventes. Michel Collot, em uma mesma linha de raciocínio, defende que não se pode falar de paisagem que não seja a partir de sua percepção. Segundo o autor, à diferença de outras entidades espaciais, construídas por meio de um sistema simbólico, científico (o mapa) ou sociocultural (o território), a paisagem se define sobretudo como o espaço percebido: ele constitui o aspecto visível e perceptível do espaço (COLLOT, 1986).

Milton Santos se associa a essa interpretação, por meio da obra “Metamorfose do Espaço Habitado” de 1988. Para o autor, tudo o que é visto, o que a visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 1988). A paisagem toma escala diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo o lugar onde se está. A dimensão da paisagem, portanto, é a dimensão da percepção, aquilo que chega aos sentidos (SANTOS, 1988). Por essa definição, Santos se aproxima das conotações etimológicas do termo “paisagem” apresentadas no início desta discussão, sem se desassociar da abordagem da geografia cultural - mesmo que realizada de forma metafórica e menos incisiva, como o desenvolvido por outros autores e geógrafos.

A arquiteta e urbanista Maria Elaine Kohlsdorf realiza avaliação similar aos métodos de Lynch e Cullen, por meio de uma análise da paisagem urbana pela “Apreensão da Forma da Cidade”, em 1996. Entretanto, o seu marco conceitual foi subsidiado pelas discussões de Michael Trieb (1972) e Jean Piaget (1971) – deste último em relação à teoria cognitiva “Os Mecanismos Perceptivos”, pautados em estudos do comportamento humano. Referenciada por essa obra, a apreensão dos lugares feita por Kohlsdorf espelha a teoria cognitiva no estudo da forma física urbana, segundo abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, associados a estudos cognitivos (DEMARTINI, 2004). Por esse viés, engloba três principais vertentes para avaliar o desempenho morfológico dos lugares: a avaliação da forma dos lugares por sua resposta a expectativas estéticas de grupos sociais, a expectativas psicossociais e a expectativas de informação.

Em suma: a partir de considerações desde sua etimologia e das avaliações de “paisagem” como arte ou natureza, o conceito vai tendo interpretações que incorporam o componente antrópico em sua matéria, alcançando inclusive considerações subjetivas e imateriais, como as apresentadas na escola da geografia humanista. Todavia, importa adicionar à revisão conceitual da “paisagem” o campo do patrimônio cultural, visto que o desenrolar das ideias acerca da proteção de bens culturais patrimonializados acompanhou a própria evolução conceitual desse termo – ainda que de uma forma distinta de progressão analítica.

1.2. Paisagem como Patrimônio Cultural

1.2.1. Decurso Conceitual

Conceitualmente, segundo o Dicionário do Patrimônio Cultural do Iphan (VIANNA, 2016), a ideia de “patrimônio cultural” foi edificada ao longo de um percurso histórico, que conformou o campo das políticas públicas e dos estudos acadêmicos. Desse modo, o “patrimônio” se referiria a bens com atribuição de valor dado por pessoas, comunidades ou nações, cuja esfera “cultural” se remeteria aos aspectos simbólicos, cosmológicos e tecnológicos desenvolvidos pelas sociedades, transmitidos por elas como herança de seu legado.

Essa conceituação contemporânea está imbuída do advento do artigo 216 da Constituição Federal Brasileira (1988), ao relatar que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CF, 1988). No entanto, essa acepção não se manteve a mesma desde a origem das discussões sobre o tema.

Flávio Carsalade (2011) indica que os contextos materiais históricos, reconhecidos como documento importante para a humanidade, tiveram seus primórdios como “ciência” no século XIX. O aspecto material do patrimônio inauguraria essas discussões, muito em decorrência da fundação do conceito de “monumento histórico”, no século anterior.

Françoise Choay (2001) informa que a criação dessa noção de “monumento” se deu associada à elaboração de regras para se proteger esses bens. Isso surgiu no âmbito da Revolução Francesa, em 1769, herança intelectual originada no “Quattrocento”, na grande revolução humanista dos saberes e pensares, com a preocupação de se estudar um edifício pelo fato de ser um testemunho da história e da arte.

Decorreram disso as discussões filosóficas associadas ao restauro e à conservação desse dito monumento histórico, como as veiculadas por Viollet-le-Duc (1875) e Ruskin (1903), nas quais as intervenções incisivas e muitas vezes hipotéticas, conduzidas por Le-Duc, confrontavam-se com a defesa Ruskiniana pela manutenção do monumento desprovido de obras restaurativas. Aloïs Riegl, em 1903, relaciona o

valor de memória ao culto desses monumentos, estabelecendo sete tipos de atribuição valorativa a eles: valores de antiguidade, historicista, memória ou comemorativa, utilitária e de arte. Nesse sentido, extrapolaria as considerações sobre a “preservação do objeto material”, para se discutir acerca dos atributos concedidos a ele.

Vale ressaltar ainda que, segundo Dantas *et al.* (2021), nesse contexto do final do século XIX e início do XX, período de atuação do engenheiro italiano Gustavo Giovannoni, já se tencionariam as noções sobre paisagem, mesmo sem ser tratada explicitamente por esse conceito. Posto que, para Giovannoni (1931), a preocupação com a conservação expandia-se para além do edifício de forma isolada, que deveria ser preservado em seu contexto de existência, “enquanto obra de arte como parte de um todo harmônico, nos (sic) levando às noções do que viria a ser a salvaguarda da paisagem” (DANTAS *et al.*, 2021, p. 3). Logo, antecipando considerações sobre o aspecto urbano, imbrincado no seu contexto, que só viriam a aparecer de forma mais contundente, no campo preservacionista patrimonial, praticamente meio século depois.

A consolidação do patrimônio, como campo de conhecimento, deu-se no século XX, conduzido pelas sucessivas contribuições de teóricos e das cartas internacionais, que funcionavam como pactos procedimentais e recomendações técnicas (CARSALADE, 2011). Foram os arquitetos, entretanto, que praticamente dominaram os discursos conceituais sobre o patrimônio naquele século, seguidos do seu respectivo olhar material, com a supra valoração de monumentos arquitetônicos.

Castriota (2009) indaga que o discurso patrimonial baseado na concepção de “monumento histórico e artístico”, associado aos monumentos do passado, foi interpretado como o conjunto de bens culturais, “referentes às diversidades coletivas” (CASTRIOTA, 2009, p. 12). Esse processo veio acompanhado das ditas cartas patrimoniais e de pactos internacionais, representados notadamente pelas Convenções da UNESCO, a partir da segunda metade do século XX. Entretanto, as considerações sobre o restauro artístico de Brandi, lançado por meio de sua Teoria do Restauro em 1963, ainda evidenciava uma preocupação com o aspecto histórico e artístico do patrimônio naquele momento.

É ao longo das últimas décadas do século XX que o conceito de “patrimônio histórico” vai incorporar de fato seu âmbito cultural, acompanhando as modificações de contexto social depreendido do mundo pós Segunda Guerra Mundial e cada vez mais globalizado (CASTRIOTA, 2009). Por meio dessa ampliação conceitual, abrangeu-se o aspecto intangível do patrimônio, que visaria aos artefatos e espaços como expressões das práticas culturais das comunidades, valorizando a dimensão viva da cultura e se aproximando das considerações constitucionais do Brasil, após o seu período ditatorial, na década de 1980.

Já as ideias mais consolidadas sobre a “paisagem cultural urbana”, arraigada com as discussões sobre o patrimônio cultural, vão surgir no final do século XX, ao se inter-relacionarem três campos: “o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental” (CASTRIOTA, 2009, p. 13). O arquiteto e urbanista Danilo Celso Pereira, em sua dissertação “Paisagem como Patrimônio” (2018), reforça isso ao descrever que as principais cartas patrimoniais desenvolvidas até aquele momento – Carta de Atenas (1931), Convenção de Washington (1940), Recomendação de Paris (1962), Carta de Veneza (1964) e Recomendação de Nairobi (1986) - tratavam a paisagem de forma associada ao “natural” e ao “estético”.

A discussão sobre a cidade, no contexto patrimonial, também foi sendo construída no advento desses pactos internacionais. Uma das principais referências de “cidade histórica” é balizada pela Carta de Washington, na qual os centros urbanos exprimem um aspecto que extrapola a condição generalista de “centro histórico”, com valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (ICOMOS, 1987, p. 1).

Essa carta foi resultante da convenção realizada para a Salvaguarda das Cidades Históricas, em um cenário no qual centros ou bairros históricos estavam em riscos cada vez mais acentuados de degradação ou destruição, em consequência do urbanismo industrial. A carta foi considerada um aprofundamento das discussões da Carta de Nairóbi (1982), na qual se fundamentaram as críticas à acelerada política de desmatamento e da própria desestruturação urbana, resultante do acirramento das sociedades industrializadas.

A Carta de Washington indicou que todas as cidades no mundo seriam expressão material de eventos passados que se sucederam, o que as tornaria “históricas”.

Contudo, a distinção que se buscou elucidar referiu-se às aglomerações urbanas que refletiam em seu tecido urbano a preservação de um documento pretérito – ou seja, mantinham preservados e conservados elementos materiais que a documentavam como tal. É por essa razão que os próprios postulados da carta se mostraram preocupados com a preservação formalista da cidade, incentivando a preservação dos valores que a atestam em seu caráter factual.

A carta de Petrópolis (1987, p. 1) endossa essa informação ao indicar que “sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico”. O Seminário foi o primeiro realizado no Brasil, com discussões sobre a revitalização de centros históricos. Por essa carta, o “sítio histórico urbano” é conceituado como uma parte integrante de um amplo contexto, comportando as paisagens “naturais” e “construídas”, bem como a vivência de seus habitantes em um espaço de valores constantemente realizados em um processo dinâmico de produção social.

A acepção de “paisagem natural” da carta demonstra como a discussão conceitual do patrimônio seguiu de modo descompassado a evolução da própria noção de “paisagem” que, desde o início do século XX, já incorporava o viés cultural de sua acepção, vide discussão apresentada no subitem anterior ao serem referenciados os geógrafos Schlüter (1899) e La Blache (1903).

Não obstante, o documento mostra a diversidade de usos em um espaço da cidade, com reforço para uso de moradias, manutenção dos moradores locais e atividades tradicionais, bem como valores do cotidiano. A carta de Petrópolis extrapola um pouco o âmbito preservacionista da carta de Washington, ao dar atenção especial à permanência da população residente na área do sítio urbano. Ou seja, coibir o fenômeno de gentrificação, no qual uma nova nobreza urbana emerge em oposição a uma antiga ocupação populacional do local (METAAL, 2007). E inova ao incentivar a incorporação de usos que não fossem apenas vinculados àqueles ditos culturais, mas que se dialogassem com os universos de trabalho e de cotidiano do local.

No Memorando de Viena (2005), inaugura-se de modo contundente a discussão sobre o conceito de “paisagem urbana histórica”, cujo sentido possibilita uma “integração de

diversos valores urbanos que incluem o contexto paisagístico e territorial” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 23). Nessa conceituação, os aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural se imbricariam em seu sítio natural antropizado, não sendo mais possível compreendê-los de forma compartimentada.

Lembrando que o conceito de “paisagem urbana histórica” já havia sido discutido em meados do século XX por Conzen, em sua teoria da morfogênese e estrutura das paisagens urbanas históricas da Inglaterra (CONZEN, 1960), tratando-se da combinação de plano de cidade, padrão de formas edificadas e padrão de uso do solo urbano.

Na década de 2010, é englobada de fato a questão holística no debate sobre o patrimônio urbano em sua paisagem. Em 2011, os “Princípios de Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades Históricas, Cidades e Áreas Urbanas” atualizaram as questões discutidas nas Cartas patrimoniais de Nairóbi (1982) e Washington (1987), apontando para a questão do “Espírito do Lugar” (Declaração de Québec, 1984), uma vez que há uma relação inseparável entre patrimônio tangível e imaterial.

Os “Princípios de Valleta” (2011), dando prosseguimento às discussões do “Memorando de Viena” em 2005, vão resultar no surgimento da Recomendação da UNESCO para “Paisagens Urbanas Históricas” (Historic Urban Landscape – HUL), em 2011. Ela referiu-se à área urbana que resultaria da “estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de “centro histórico” ou de “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e sua envolvente geográfica” (UNESCO, 2011; BARROS FILHO, 2019).

Portanto, pela própria definição, ela aprofundaria a inter-relação entre o conceito de “Paisagem Cultural” à noção de “Patrimônio Cultural”, situação consolidada entre o final do século XX e o primeiro quartel do XXI.

O texto acima coadunou o modo de construção conceitual do patrimônio, ao incorporar seus vieses histórico, urbano e da paisagem. Por outro lado, no contexto das políticas públicas brasileiras e da construção de pactos internacionais de preservação, é importante que se esclareçam as considerações sobre o acautelamento do patrimônio histórico e sua inter-relação com a paisagem.

1.2.2. Políticas Públicas de Proteção da Paisagem como Patrimônio

No Brasil, a instituição do Decreto-lei número 25 de 1937 introduziu legalmente a necessidade de se protegerem, por meio do instrumento de tombamento, “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” – conceito bastante próximo da necessidade de se acautelar um “monumento histórico”.

Também aqui fica explícita a conotação de “feição natural” a ser preservada de uma paisagem pelo instrumento legal, mesmo que vinculados a elementos da natureza agenciados de forma antrópica (incorporando, assim, o viés da paisagem cultural discutida conceitualmente, no início do século XX). É por esse decreto que se fundamentou a ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan), promulgado segundo a Lei nº 378 daquele mesmo ano.

Em vista disso, a mesma lei instituiu o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, englobando os ditos bens de relevância com natureza “paisagística”. Nas três primeiras décadas de atuação do Iphan (entre as décadas de 1930 e 1960), o tombamento agregou principalmente paisagens “a partir da concepção como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial” (RIBEIRO, 2007, p. 72). Em um universo de 1,44% de inscrições realizadas no livro de Tombo Arqueológico, grande parte dos bens se relacionava a jardins ligados ao paisagismo, monumentos junto a aspectos da natureza que o emolduram e áreas cujo panorama teria relevância para a população de seus arredores (RIBEIRO, 2007).

Em relação aos conjuntos urbanos, nesse período, majoritariamente eram inscritos nos livros de Tombo Histórico ou de Belas Artes (caso de Diamantina em 1938), tendo como primeira exceção apenas o Centro Histórico de Congonhas, inscrito em 1939 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Segundo Ribeiro (2007), é a partir da década de 1960 que uma maior ênfase é dada ao tombamento de conjuntos inscritos no Livro de Tombo Paisagístico, passando a incluir não só a “ideia de monumentalidade e integridade, mas também conjuntos modestos e triviais, associados sobretudo à história da formação do território brasileiro” (RIBEIRO, 2007, p. 91), com valores históricos e culturais a eles associados. Por outro lado, o autor

avalia que a ênfase ainda é dada ao caráter visual da paisagem, predominantemente estético.

No âmbito internacional, é instituída pela Unesco (em 1972) a Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Segundo Scifoni (2008), tratar-se-ia de uma proposta de mundialização de valores ocidentais para a generalização de práticas preservacionistas gestadas na Europa e nos Estados.

A convenção surgiu a partir da preocupação da agência em relação ao avanço das ameaças de destruição do patrimônio cultural e natural ao longo das economias partícipes da organização. Pereira (2018) indica ainda que essas preocupações se remontariam à própria criação da ONU em 1946, encarregada de gerir questões relativas à educação e cultura no mundo após a Segunda Guerra Mundial.

E, reforçando aqui, o patrimônio “natural” foi conceituado pela convenção como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas estritamente naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972, p. 2).

Mesmo que as motivações para a Convenção de 1972 possam ter tido consequências inúmeras aos países signatários, muitas vezes com foco em atração de recursos financeiros e até mesmo investimentos no capital econômico do turismo cultural, importa dizer que o documento se converteria em um incentivo para políticas correlatas de preservação em diversos países.

E, mesmo com tamanha relevância, viu-se o quanto a definição de “patrimônio natural” ainda estava em consonância com os aspectos físicos e estéticos do elemento ambiental preservado – ponto observado no subitem anterior, ao interpretar cartas patrimoniais, na década de 1980.

Retomando o contexto brasileiro, Ribeiro (2007) interpreta que, entre as décadas de 1970 e 1980, os processos de tombamento inscritos no Livro de Tombo Paisagístico evidenciaram uma redução vertiginosa. A explicação para isso é dada principalmente pela intensificação de políticas de proteção ambiental, com respectiva criação de órgãos de acatamento e vigilância do meio-ambiente vinculados ao governo federal e demais instâncias administrativas públicas. A Constituição de 1988 consolida a interpretação legal disso, ao separar em dois capítulos a jurisdição sobre os caracteres da paisagem: a proteção do meio-ambiente (capítulo VI) e o acatamento dos sítios de valor paisagístico (artigo 216).

Em paralelo, Ribeiro assevera a perpetuação de interpretações valorativas dos bens paisagísticos atrelados aos aspectos estéticos e de ambiência. Mesmo que, em 1985, valha destacar a criação pelo Iphan de uma coordenação para o “tratamento de temas como patrimônio natural, jardins históricos, patrimônio arqueológico e patrimônio paleontológico” (PEREIRA, 2018, p. 63), ampliando a proteção das paisagens para além dos monumentos naturais.

Em relação às ambiências de bens acatados, o chamado “entorno”, pode-se dizer que o vocábulo foi cunhado por técnicos do Instituto Nacional ao longo da década de 1970, como neologismo para a designação das áreas vizinhas aos bens tombados. Assim sendo, pode ser conceituado como uma área que envolve o bem acatado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 12).

As abordagens sobre o entorno, desde a década de 1960, começaram a incorporar propostas protetivas relacionadas à definição de zoneamentos e leis de regulação de áreas especiais de proteção de monumentos, situação aclarada pela própria Carta de Veneza (1964) e pelas Normas de Quito (1967). O ensejo da Carta de Veneza também trouxe a ampliação do conceito de preservação de um monumento vinculada ao seu contexto, situação a ser refletida também na Recomendação de Nairobi (1970), na qual a ambiência dos bens urbanos influi na percepção estática ou dinâmica deles.

Márcia Chuva (1998) acrescenta que, a partir do final da década de 1970, são reforçados os estudos abordando a ambiência histórica e sociocultural do bem tombado, cujas abordagens acabaram por envolver discussões sobre entorno. Essas

discussões extrapolavam o aspecto conciso indicado pelo artigo 18 do Decreto-lei de 1937, vinculado mais ao aspecto de visibilidade.

Em 1979, no âmbito internacional, é instituída a categoria de Patrimônio Misto pela Unesco, com vistas a incorporar bens que poderiam ser inscritos à lista do patrimônio mundial, tanto por critérios naturais quanto culturais, sem necessariamente ter a integração de ambos como objeto de valoração (PEREIRA, 2018). Contudo, a baixa adesão dos Estados signatários a essa categoria mostrou a insuficiência da convenção para dirimir a pretensa dicotomia entre natureza e cultura estabelecida por ela.

O Brasil, nesse momento, começa a se vincular ao processo de intitulação internacional pela Unesco em bens e conjuntos de seu território, tendo Ouro Preto (1980) como a primeira cidade patrimônio mundial do país.

É apenas no ano de 1992 que se incorpora a categoria de Paisagem Cultural à Convenção do Patrimônio Mundial (CASTRIOTA, 2009). Durante a realização do Comitê de Patrimônio Mundial, em Santa Fé (Novo México), foi instituído por meio dessa convenção um primeiro instrumento internacional com vistas ao reconhecimento e proteção da imbricada relação entre a natureza e cultura, associando-os ainda às maneiras tradicionais de viver. Conforme Ribeiro (2007), a adoção da paisagem cultural como tipo específico de bem pela Unesco, em 1992, distingue-se das concepções anteriores (no cenário do patrimônio cultural), ao passo em que a própria paisagem é considerada como um bem, com a valorização de todas as relações ali coexistentes (PEREIRA, 2018).

No ano de 1995, é estabelecida pela Unesco a Recomendação Europa, também conhecida como Recomendação da Paisagem Cultural. Nessa recomendação, com foco específico na preservação das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, o organismo internacional adota essa nova acepção da paisagem herdada da categoria acrescida à Convenção de 1972:

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada de maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (UNESCO, 1995, p. 3).

A conceituação acima não deixa dúvidas de que a antiga acepção de cultura separada da “natureza” não se sustentava mais no contexto contemporâneo. Esse é um marco importante que se reverbera por várias políticas no domínio do patrimônio cultural, tendo ecos inclusive no Brasil.

Tanto que, no ano de 1999, a cidade de Diamantina recebe a intitulação de Patrimônio Mundial, tendo em seu dossiê de candidatura uma forte estratégia de conceituação da paisagem cultural ao associar a cidade com a Serra dos Cristais. Contudo, Ribeiro (2007, p. 107) destaca que essa associação foi realizada por uma perspectiva que valorizava o natural a partir do cultural, tendo a Serra dos Cristais quase como uma visão de moldura. Isso de fato refletiu as delimitações de atuações estratégicas naquele ano, como ainda será contemplado por esta pesquisa.

Algumas cidades no Brasil começam a receber a titulação mundial pela categoria de Paisagem Cultural, a partir da inclusão dessa categoria na década de 1990, tendo como exemplos majoritários o Rio de Janeiro em 2012 (Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar) e o Conjunto Moderno da Pampulha de Belo Horizonte, em 2016.

A mudança conceitual de paradigma, pela Unesco em 1995, fez com que o próprio IPHAN se orientasse nessa perspectiva. Em 2000, por exemplo, o Iphan institui o decreto nº 3551 com instrução do registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, extrapolando as considerações focadas no aspecto tangível do patrimônio cultural. O que influenciaria a própria Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, em 2003.

Em 2005, a preocupação com as áreas de entorno do patrimônio protegido foi retomada pela Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Cenário de Estruturas, Sítios e Áreas Patrimoniais (2005). Foram debatidos estudos que contemplaram o contexto territorial e de paisagem mais abrangente desse patrimônio acutelado. A declaração ainda informou sobre a importância de se compreender as características da área em profundidade, com considerações físicas e sociais dessa ambiência, bem como sua importância cultural para a realização do planejamento urbano. Logo, o entorno não estava sendo interpretado apenas como envoltória, mas como portador de elementos que impactam no planejamento urbano da área protegida.

No ano de 2009, o Iphan instaura sob a Portaria n. 127 a Chancela da Paisagem Cultural, influenciado pela ampliação conceitual da noção de “patrimônio cultural”, representado inclusive pela Unesco. Segundo Pereira (2018, p. 68), o novo instrumento visou preconizar a “gestão compartilhada do patrimônio entre diferentes sujeitos, envolvendo o poder público em seus diferentes segmentos, a sociedade civil, organizações não governamentais, movimentos sociais, setor privado e moradores”. A definição de Paisagem Cultural da Chancela é análoga à apresentada pela Unesco em 1995: “Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009).

Por outro lado, foi apenas no ano de 2011 que se estabeleceu a Declaração de Paris sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO, 2011), no qual o campo cultural é tratado como um pilar do desenvolvimento sustentável, tendo o patrimônio como guia para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de uma cidade – como visto no item anterior.

A principal finalidade da abordagem HUL foi a de preservar a qualidade do ambiente humano, com melhoria do uso produtivo e sustentável dos espaços urbanos, reconhecendo ao mesmo tempo o seu caráter dinâmico. Ainda nessa abordagem, considerou-se a diversidade e criatividade cultural como recursos essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico, disponibilizando instrumentos para gerir as transformações físicas e sociais, além de assegurar que intervenções contemporâneas sejam integradas de forma harmoniosa com o patrimônio em uma envolvente histórica e com respeito aos contextos regionais (UNESCO, 2011).

Ana Pereira Roders, em sua obra “Reshaping Urban Conservation” (2019), faz uma avaliação retrospectiva sobre os então oito anos de existência da abordagem HUL. A sua principal intenção foi a de explicitar como o desenvolvimento sustentável é indubitavelmente dependente do seu patrimônio cultural e natural, associado ao fortalecimento dos esforços para a proteção e salvaguarda desse patrimônio. Contextualiza ainda a realização da “New Urban Agenda” da Unesco em 2016, nesse enredo, com foco em uma visão compartilhada para um futuro melhor e mais sustentável dos sistemas urbanos de se viver.

Para tanto, avaliou as ações governamentais realizadas pelos países que adotaram a abordagem em suas políticas, seus potenciais resultados e quem de fato estavam a elas associadas. A autora trouxe, como conclusão do estudo, algumas observações que são pertinentes inclusive para o contexto brasileiro. O papel governamental seria vital na eficácia da aplicação da abordagem, inclusive ao agregar atividades com agentes sociais estratégicos da sociedade. A gestão dos recursos necessários, para a equação dos problemas urbanos, tornar-se-ia importante de se desenvolver em um espectro sustentável de desenvolvimento urbano, no qual o planejamento urbano e a conservação urbana são indicadores de relevância para tanto.

A partir de uma análise detalhada da estrutura da abordagem HUL (2011), o que se constata é que a sua finalidade e organização apresentaram-se de maneira bastante similar à proposta de chancela instituída pelo Iphan no Brasil (2009). Tanto que as políticas e os instrumentos de implementação da carta trouxeram como propósito a instauração de políticas de conservação urbana acompanhadas pelo envolvimento de diferentes partes interessadas na gestão e apreensão do espaço. Na prática, a abordagem HUL consolida a evolução da perspectiva de se pensar a paisagem cultural, refletida em uma necessidade prática de geri-la e de preservá-la dentro da lógica dinâmica de um espaço urbano. Assim como inter-relacionar bens culturais de naturezas distintas, como as de aspecto imaterial e material, extrapolando instrumentos até então sedimentados e ensimesmados em categorias cristalizadas, ao longo da prática de gestão do instituto até aquele momento.

Todavia, em decorrência da morosidade processual das chancelas realizadas desde a instituição da portaria, em 2014 o Iphan decide pelo sobrestamento dos processos abertos (passivos) sem conclusão (PEREIRA, 2018, p. 179), o que se perpetua até 2023. Como resumiria Pereira, o órgão federal teve de fato dificuldades em implementar as ações definidas nos pactos e planos de gestão. Informação endossada por Andrey Rosenthal Schlee, diretor do Departamento de Patrimônio Material do Iphan (Depam) em 2023, na mesa redonda do “VI Colóquio Ibero Americano da Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto”, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre os dias 12 e 14 de setembro de 2023 (IEDS, 2023).

Segundo Schlee, a dificuldade de implementação da portaria se deu pela falta de compreensão sobre o conceito de chancela da paisagem, dentro do próprio instituto federal, bem como diante da falta de integração entre instâncias administrativas, em um plano de gestão para se acautelar essa paisagem. Contudo, o Iphan ainda se mantém na estratégia de se intentar a reativação da portaria, inserida em uma perspectiva ampliada sobre a paisagem cultural, com respectivo atributo patrimonial.

No contexto recente, a Carta da Paisagem das Américas (Ifla, 2018) foi a responsável por rebater, no contexto do continente americano, as discussões ampliadas sobre a paisagem cultural urbana. Ela foi o resultado de um seminário realizado na Cidade do México, em 28 de setembro de 2018, respaldada pela Unesco e pela Federação Internacional de Arquitetos da Paisagem (Ifla). Seu propósito foi o de promover a conscientização e valorização da paisagem, nos três subcontinentes americanos, por meio da elaboração de instrumentos que favorecessem o desenvolvimento de um arcabouço legal comum e aplicável, diante da diversidade de contexto existente nos trinta e cinco países do continente.

Partindo de uma compreensão sobre os estratos que compõem a paisagem cultural das Américas (estratos natural ou basilar, da cosmovisão espiritual, dos palimpsestos culturais, da ética ambiental e da “americanidade identitária”), o documento se estruturou em 18 objetivos e 5 princípios, desenvolvidos em prol de se reconhecer a fragilidade das paisagens como elementos de cultura e de patrimônio não-renovável, bem como interpretá-las como “paisagens urbanas” que requerem tratamentos especiais perante as recorrentes mudanças climáticas dentre outras ameaças não sustentáveis.

Como visto aqui neste texto, o ensejo de construção das políticas de preservação de uma “paisagem urbana” vai evidenciar como a noção de “paisagem”, no campo do “patrimônio cultural”, denotou o seu desenrolar de forma multidisciplinar, em um processo evolutivo de sua própria noção.

Nessa perspectiva, o que fora considerado apenas como “patrimônio histórico”, entre os séculos XIX e XX, e “patrimônio natural” em 1972, pela Convenção de Patrimônio Mundial da Unesco, acabou se complementando com as noções mais ampliadas de

“paisagem cultural” em 1992 (CASTRIOTA, 2009) e de “paisagem histórica urbana” (UNESCO, 2011).

Importa, no entanto, destacar a morfologia urbana como estratégia adotada por parte dos autores aqui citados (Conzen, Whitehand, Macedo e Kohlsdorf), para se interpretar uma paisagem, uma vez que ela é resultado de formas materiais sobre um substrato da natureza.

É por essa razão que o estudo dos embasamentos teóricos, neste capítulo, passa a apresentar a seguir o aporte teórico da Morfologia Urbana, associado a dois métodos profícuos para a interpretação da paisagem urbana e histórica de Diamantina: as escolas inglesa e italiana.

1.3. Morfologia Urbana

A conceituação de Morfologia Urbana deste estudo baseia-se no Glossário de Morfologia Urbana desenvolvido pelos geógrafos P. J. Larkham e A.N. Jones (1991), e endossada por S. A. Pereira Costa e M. M. Gimmler Netto (2015), na obra sobre os Fundamentos da Morfologia Urbana.

Trata-se da análise do tecido construído (ou físico) da forma urbana, da sociedade e de seus processos na construção dela, ao longo do tempo. Está relacionada de modo inexorável ao solo edificado, composto por suas edificações, parcelamentos e espaços livres. Quaisquer processos urbanos decorrem de uma ação social, por meio de diversos tipos de arranjos que tais atos implicam, principalmente no que diz respeito ao traçado de vias e subdivisões de quarteirões (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 31):

Para além disso, morfologistas urbanos não têm limitado sua atenção para uma concepção restrita de forma urbana, mas avaliam indivíduos, organizações e processos modelando esta forma (LARKHAM, 2006, p. 2).

Silvio Soares Macedo (2016, p. 4) indica que esta forma é a expressão material das ações da sociedade, em um determinado espaço urbano, independentemente de seu porte e dimensão. Ela é entendida por meio de sua materialidade articulada pelos espaços livres (espaço não ocupado por um volume edificado). Para Macedo, a forma não tem existência autônoma, por estar regida por um processo socioespacial. O seu

processo de formação é totalmente dependente da variável humana, dos interesses individuais e coletivos, dos mais diferentes tipos de atores, de indivíduos da população em geral, empresários, políticos e exército que geram políticas e procedimentos de construção da paisagem urbana (MACEDO, 2016, p. 5).

O estudo da Morfologia Urbana é um modo de se analisar o aspecto e o processo formal de uma paisagem antropizada, conduzido segundo algumas escolas ou métodos de abordagem. Importa destacar que a Morfologia Urbana é uma ciência, tendo uma clara natureza multidisciplinar, com contributos de diferentes disciplinas e abordagens (OLIVEIRA, 2018, p. 2). Por derivação de sentido, entende-se que a forma urbana torna-se o resultado edificado desses processos, ao longo dos anos, em um contexto físico.

A partir do momento em que se entende a paisagem urbana como uma porção da superfície terrestre composta pelo suporte biótico e abiótico, e pelas inter-relações sociais, a morfologia urbana surge como uma possibilidade de abordagem, para a análise dessa paisagem que também é cultural, ao ser dotada de atributos valorados nesse ensejo.

A importância de se fundamentar este campo da Ciência, nesta tese, retoma o início do processo de escrita da dissertação *Urbs Adamantina: da Gestão à Preservação* do presente autor (BARROS FILHO, 2018). À época, o estudo se construiu a partir da elaboração de mapas com a evolução urbana da área tombada de Diamantina pelo Iphan, confeccionados conforme cartografias identificadas em arquivos históricos.

O autor Sylvio de Vasconcellos foi uma das relevantes inspirações para o método daquela pesquisa, ao ter realizado uma análise sucinta da formação urbana de Diamantina, desde a formação do antigo Arraial do Tijuco, resultante do crescimento de quatro proto-arraiais periféricos, até a consolidação do casario setecentista (1959). Essa análise aproximou-se da abordagem da Escola de Morfologia Urbana Inglesa, conforme observado por pesquisadores do Laboratório de Paisagem da UFMG (LAP):

O professor da EAUFMG Sylvio de Vasconcellos integrava a equipe do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e desenvolve pesquisas morfológicas inovadoras sobre a evolução urbana e sobre as tipologias edilícias dos núcleos coloniais mineiros. É possível identificar certa semelhança de abordagem entre os estudos urbanos realizados por Vasconcellos e os fundamentos teóricos da Escola

Inglesa de Morfologia Urbana, conseqüente da análise sistemática de determinados períodos de tempo e a identificação de elementos estruturadores do processo de formação e evolução urbana (PEREIRA COSTA *et al.*, 2020, p. 8).

Perante essa constatação, torna-se assertiva a adoção da abordagem da Escola da Morfologia Urbana inglesa, liderada por M.R.G. Conzen desde meados do século XX, para as presentes análises sobre a Morfologia Urbana de Diamantina – desde sua formação no século XVIII até 2022. Visto que a Escola Inglesa enfocaria o estudo da evolução das formas urbanas como parâmetro de modificações e transformações (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 35).

Pesquisas e abordagens desenvolvidas por Whitehand (1987) e Bark (2003), por exemplo, aprofundam aspectos da escola inglesa, com vistas à interpretação da cidade associada às tratativas de se conservar elementos históricos dela, o que evidencia a importância da abordagem ao objetivo principal dessa tese, no tocante ao aperfeiçoamento de gestão de Diamantina.

Por outro lado, a abordagem da Escola Italiana de Morfologia Urbana também surgia no contexto mundial do pós-guerra, em paralelo ao surgimento da Escola Inglesa (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). Por meio dela, a avaliação da forma urbana se traduziu como um modelo de projeto para as cidades, com análises sobre como elas devem ser traçadas a partir de referências em seus elementos vernaculares e sua relação com o espaço urbano (MURATORI, 1959), tendo como foco a análise do tipo construtivo e seu processo de variação ao longo do tempo.

Grande parte das avaliações de intervenções realizadas pelos gestores do Iphan em Diamantina foram feitas conforme análises tipológicas (BARROS FILHO, 2018). Inclusive cogita-se que Lúcio Costa pode ter abordado, para o projeto de Brasília, a avaliação da forma urbana por meio do estudo de escalas, em aporte análogo ao método da Escola Italiana. Isso uma vez que a nova capital foi planejada com uma seqüência de escalas distribuídas pelo eixo monumental, contrastando o terreno agreste com o terraplano triangular, a esplanada dos ministérios, a grande plataforma do terreno urbano e a torre de TV (COSTA, 1995, p. 303).

Sem contar que explicitamente Costa informa ter tido como um dos ingredientes para Brasília a sua experiência com a pureza plástica e urbana de Diamantina. Brasília é

um contraste entre o branco das construções em relação à sua malha urbana, situação similar ao panorama construtivo de Diamantina, sem contar que a cidade é feita para ser vista do chão e não de cima (REGIANI; FRAJNDLICH, 2017).

As abordagens Inglesa e Italiana diferem-se dos aportes de outras escolas tradicionais de Morfologia Urbana, como a da Escola Francesa, pautada na avaliação da ação do movimento modernista sobre a forma urbana (PANERAI *et al*, 1980). Em relação a esta escola, mesmo que tenha como base a avaliação de cidades influenciadas por modernistas, é interessante resgatar o modo de análise urbana atualizada por Philippe Panerai (1980), que se dialoga com a própria Escola de Morfologia Urbana Inglesa. Em sua obra, Panerai estrutura a análise urbana por meio de noções sobre território, paisagem urbana, crescimento urbano, tecido urbano, tipologias, espaço da cidade e prática do espaço urbano.

Mantém-se aqui, todavia, o foco na abordagem das Escolas de Morfologia Urbana Inglesa e Italiana, cujos métodos são perscrutados a seguir.

1.3.1. Metodologia da Evolução Urbana da Escola Inglesa

A descrição da metodologia da Escola de Morfologia Urbana Inglesa foi baseada na obra de M. R. G. Conzen, realizada na década de 1960, com uma análise do plano de cidade de Alnwick, situada ao norte da Inglaterra. É considerada o marco principal da escola inglesa, cuja sistematização metodológica é apresentada para uma análise urbana. Conzen (1960) reforça que a escolha da cidade se deu pela modesta estrutura urbanizada, tornando-a mais adequada para o estabelecimento de princípios básicos e de conceitos aplicáveis a outros assentamentos citadinos.

Por meio da leitura do prefácio da primeira edição, é possível constatar que a motivação para a escrita da obra se coaduna com o intuito da presente tese:

O estudo apresentado nas páginas seguintes é uma tentativa de preencher uma lacuna em morfologia urbana. É motivado pelos seguintes problemas: como é que o plano de uma cidade de formação antiga adquire a sua complexidade geográfica, que conceitos podem ser deduzidos desta investigação de modo a auxiliar a análise de planos de cidade em geral, e qual o contributo que o desenvolvimento de um plano produz sobre a estrutura regional de uma cidade. De algum modo, estas questões têm sido respondidas de modo imperfeito, e esta deficiência tornou-se evidente durante um estudo

local de Alnwick, dando origem a esta investigação sobre alguns aspetos fundamentais (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022, p. 1).

Ou seja, recorre-se à aplicação dessa metodologia em Diamantina como forma de se obter uma contribuição eficaz para a preservação e gestão de sua área acautelada pelo instituto nacional.

Conzen inicia sua análise ao especificar qual é o carácter geográfico de uma cidade, determinado pelo significado econômico e social dela em um contexto regional, com funções de serviços relativos a uma área urbana (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022). Em termos morfológicos, a expressão física da cidade é refletida na paisagem urbana, conceituada por ele como uma combinação de plano de cidade (planta bidimensional da urbe) perante seu relevo (avaliação tridimensional), padrão de formas edificadas e padrão de uso e ocupação do solo. Eis a análise tripartite Conzeniana, como atestado por Whitehand (2001), por meio da qual se estimulou uma escola de pensamentos fundada no seu trabalho.

É sobre o plano urbano que Conzen foca seu estudo. Ao investigar um caso específico, adotando um ponto de vista evolutivo, é possível estabelecer conceitos básicos aplicáveis a fenômenos recorrentes em morfologia urbana e conduzir a uma interpretação da cidade em termos de planos e divisões geográficas resultantes (CONZEN, 1960).

O plano de cidade em si (tridimensional) é definido como a disposição topográfica de uma área urbana em todas as suas antrópicas características construídas (representação bidimensional), composto por três elementos básicos: as ruas (sistema de ruas), os quarteirões e os edifícios (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022).

A análise do plano urbano demonstra que os três elementos estabelecem conexões individualizadas em diferentes áreas da cidade, cuja singularidade de cada combinação resulta das circunstâncias do sítio e estabelece uma medida de homogeneidade ou unidade morfológica. Importa avaliar que os planos de cidades possuem origem, desenvolvimento e funcionamento dentro de um contexto físico e humano – sendo imprescindível que a análise desses planos inclua a avaliação das condições físicas do sítio, bem como do respectivo desenvolvimento econômico e

social. O plano de cidade nada mais é, portanto, do que uma categoria de análise sistemática da forma, uma lógica social de implantação de elementos morfológicos sobre o sítio.

Por meio de uma observação do plano urbano de Alnwick, Conzen constatou um padrão de ruas, limites de lotes e edifícios de complexidade variável. Porém, também verificou irregularidade na organização dos atributos gerais, bem como dos detalhes, além da diversidade na mistura dos elementos (CONZEN, 1960). Isso se explicaria pelo caráter dinâmico da cidade, sujeita a mudanças recorrentes.

As cidades têm uma história de vida. O seu desenvolvimento, juntamente com a história cultural da região em que se inserem, está profundamente inscrito no limite e no tecido das suas áreas construídas. Quando um período atinge a manifestação dos seus requisitos específicos no padrão urbano de uso do solo, ruas, parcelas e edifícios, outro período vem a substituí-lo, e a área construída, na sua organização funcional e na sua paisagem urbana, torna-se o registo acumulado do desenvolvimento da cidade (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022, p. 6).

Com isso, avalia que o padrão de uso do solo é o elemento complexo mais variável, respondendo com certa rapidez aos impulsos socioeconômicos em vigência. Por outro lado, o plano e o tecido edificado ofereceriam grande resistência à mudança, ao representarem o investimento estático do capital e do trabalho passados. Em grande parte da área construída estabelecida em um período anterior, é mais provável ocorrer uma adaptação do que substituição do tecido existente, enquanto edifícios antigos podem ser substituídos por novos nas áreas de maior dinamismo econômico. Para Conzen, provavelmente apenas nas áreas exteriores da cidade é que qualquer novo período seria representado exclusivamente pelos novos edifícios e adições contemporâneas, enquanto na centralidade a introdução de novas formas é frequentemente incompleta e tardia.

O plano de cidade seria o complexo morfológico mais conservador, se comparado aos outros dois da análise tripartite. Mesmo que possam surgir novos edifícios no centro de uma cidade, as alterações estariam sujeitas a adequações variáveis em aspectos morfológicos, mas dentro de unidades de plano já estabelecidas, ao passo em que nas áreas exteriores se formariam sucessivos acréscimos de novas unidades de plano.

Por essa razão, o plano de cidade se destacaria como o elemento que contém o registro mais completo do desenvolvimento físico da cidade, produzindo o conjunto mais abrangente de características remanescentes (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022, p. 7). É daí que surge a explicação para a abordagem evolucionária, visto que rastrear as formas existentes até os processos formativos subjacentes, com respectiva interpretação analítica.

Trata-se do método racional de análise pelos períodos morfológicos, aplicado a Alnwick (CONZEN, 1960). Em uma paisagem urbana, qualquer período histórico específico tem expressão no plano de cidade e no tecido edificado. Cada período deixa resíduos característicos na paisagem, cujos processos de natureza socioeconômica imprimem marcas nas formas materiais e imateriais de uma urbe, sendo permitido assim o reconhecimento de diferentes períodos culturais (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2022), isto é, de diferentes períodos morfológicos.

É por essa abordagem que se confeccionará a metodologia de análise da evolução urbana de Diamantina. A cidade é compreendida pela sua composição tripartite com o plano urbano, o tecido edificado e os padrões de uso e ocupação do solo. A compreensão e análise de seu desenvolvimento urbano, desde sua fundação no final do século XVII, são desenvolvidas pela aplicação de períodos morfológicos definidos conforme o desenrolar histórico e socioeconômico da cidade.

Importa ainda esclarecer que aportes específicos desse método, como os relacionados às regiões morfológicas (agrupamento espacial de formas assentadas pelo princípio geográfico de semelhanças – PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) ou aos “fringe belts” (faixas de baixa densidade de uso não residencial contornadas por áreas residenciais - *ibid*), não foram detalhados nem aplicados em Diamantina.

Visto que o estudo focou em uma análise tripartite geral da sua forma urbana, acompanhada de sua evolução por períodos morfológicos, sem aprofundar definições e setorizações exaustivas, com definição de todos os agrupamentos espaciais juntos aos seus possíveis hiatos de ocupação.

Ademais, a partir de consultas às revisões ou aplicações conceituais de “regiões morfológicas” por Baker (1992), Barke (2003), Whitehand (2009), Kai Gu (2010), Larkham (2011), Oliveira (2015) e Zhang (2015), constata-se que é um tema considerado inconcluso por pesquisadores de Morfologia Urbana. A aplicação desses trabalhos adotaram terminologias que, mesmo similares, são distintas (Oliveira, 2020), desenvolvidas por aportes e estruturas metodológicas nem sempre muito evidentes.

A análise sobre as implicações da Morfologia Urbana na gestão da área tombada pelo Iphan em Diamantina, por outro lado, requer ainda a aproximação de uma ótica pautada na avaliação do processo tipológico edilício.

1.3.2. Metodologia da Escola Italiana

A Escola de Morfologia Urbana Italiana possui como concepção central as ideias do arquiteto Saverio Muratori (CATALDI et al, 2002). A sua abordagem teórica é fundamentada no desenho urbano e arquitetônico, cuja estrutura crítica pode ser explicada por meio da criação e transformação da forma urbana ao longo dos séculos. Nos ensaios “Vitta e storia della città” (MURATORI, 1951) e “Studi per una operante storia urbana di Venezia” (MURATORI, 1959), Muratori relata que existem leis intrínsecas no organismo urbano que descrevem o nascimento e a transformação da cidade, responsáveis por propiciar um processo transformativo – o que inauguraria a sua teoria estrutural (MARZOT, 2002).

Os seus trabalhos foram influenciados pelo conceito de arquitetura contextualizada, liderada principalmente por Gustavo Giovannoni (CATALDI et al, 2002), entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX – visto no subitem anterior como um dos percursores do pensamento patrimonial contextualista. Giovannoni liderou grupos de profissionais que gradualmente reuniram as principais Leis do Urbanismo, válidos desde a primeira metade do século XX, sendo por isso considerado como o pai da tradição urbanística italiana (MARZOT, 2002).

A partir de sua obra “Vecchie città ed edilizia nuova” (1931), o arquiteto lidou com os princípios do crescimento urbano e de sua transformação, inerentes de diferentes situações ao longo de um período temporal. Para Giovannoni, a tradição e a

modernidade poderiam continuar a se cooperarem em um novo conceito de organicidade (MARZOT, 2002). Entraria, portanto, em oposição às ideias modernistas de blocos com novas escalas urbanas propostas por Le Corbusier no seio do movimento moderno.

Muratori deu prosseguimento a essa avaliação contextualista em seus trabalhos, ao investigar a racionalidade da história por meio da reconstrução do processo de derivação, tanto da arquitetura quanto da forma urbana, a partir de estruturas previamente construídas até configurações mais recentes e complexas (MARZOT, 2002). Esse processo de derivação retém os traços da forma construída em arranjos originais simples, pela atualização delas ao longo dos séculos, conforme abordagens vernaculares. Além disso, o autor enfatizou o conceito de que as construções são mutualmente relacionadas conforme a hierarquia de diferentes níveis, nos termos de “escala”. Como consequência, não seria possível compreender qualquer esforço de uma arte construtiva sem a referência constante de todos os seus elementos compositivos e consoante o conjunto ao qual ele pertence. É dessa forma que se esboçaria a abordagem estruturalista de Muratori.

Apesar de ensaios publicados de forma esparsa, a maior parte da teoria estrutural de Muratori foi sendo fundamentada a partir de práticas do “Istituto Nazionale delle Assicurazioni” (INA CASA), instituição voltada a reconstruções urbanas na Itália após a segunda guerra mundial, desde 1948 (CATALDI et al, 2002). No início da década de 1960, uma equipe de assistentes surge para auxiliar os debates conceituais de Muratori em Roma, no cargo de Professor de Composição Arquitetônica. Nascia então a escola muratoriana de morfologia urbana. O time - composto por Renato Bollati, Sergio Bollati, Gianfranco Caniggia, Guido Figus, Sandro Giannini, Romano Greco, Paolo Maretto e Guido Marinucci - acabou tendo destaque na divulgação dos conceitos da Escola Italiana, visto que Muratori falecera em 1973.

Os arquitetos Gianfranco Caniggia e Gian Luigi Mafei sintetizam e organizam os principais postulados da Escola Muratoriana na obra “Architectural Composition and building typology: Interpreting Basic Building (2001), e é a partir dela que são explicitados os seus conceitos e derivações. Os autores os contextualizam a partir do prólogo referente à crise na produção e no ensino da construção do século XX,

revelando como a dinâmica capitalista leva à produção em massa de uma arquitetura individualista e desassociada de seu contexto, situação impulsionada principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, desde o advento do movimento modernista:

(...) what did not change in the old academy was the concept of architects' traditional role as constructors of exceptional products and creators of new forms in opposition to methods used to produce buildings before each was its own creative act. In this way, composition was taken to be a subject suited to developing individual creativity, in a specifically personalized way, to foster the heterogeneity of products and a vague inventiveness professing aestheticism. This formula is extraordinarily efficient in educating architects capable of serving a clientele (relatively important if public or private) and providing them with a consumer product deliberately in opposition to any context, to any existing building and to any civil continuity (CANIGGIA; MAFFEI, 2002, p. 32-33).

Segundo eles, essa lógica mercantilista se dispersou por praticamente todos os ensinamentos de composição arquitetônica, com exceção da abordagem de Saverio Muratori, cujas atividades desenvolvidas em Roma redefiniam o sujeito conforme uma dialética consistente baseada na análise do edifício existente, assumindo uma posição ética e conceitual de se construir. Indo, portanto, na contramão da ação de se executarem produtos excepcionais e de formas em oposição aos métodos tradicionais.

Caniggia e Maffei (2001) oferecem como solução a esse problema a mudança do paradigma de se construir, ao se avaliar aquilo que se perpetua em um elemento urbano e a atividade de continuidade do processo tipológico. Nesse sentido, introduzem definições básicas de terminologias que balizam a Escola Italiana, relevantes para se evitarem dúvidas interpretativas. Os dois primeiros termos são “consciência espontânea” e “consciência crítica”.

Ao se compreender que a palavra “consciência” indica a faculdade imediata de perceber, apreender e avaliar fatos ocorridos em uma experiência individual (CANIGGIA; MAFFEI, 2001), a expressão “consciência espontânea” descreveria a atitude de os sujeitos adaptarem, em seus trabalhos, a sua substância civil adquirida, sem a necessidade de mediações ou escolhas. Esse tipo de consciência seria prevalente em momentos civilizatórios estáveis, sem mudanças culturais radicais. No entanto, a “consciência crítica” refletiria ações de sujeitos obrigados a escolher um modo de agir, possivelmente em decorrência de períodos críticos nos quais se exigem

respostas de codificações comunitárias, em um estado de necessidade. Essa consciência surgiria para uma tomada de decisão (PEREIRA COSTA, 2015).

Consoante os autores, se a principal razão dos problemas é a consciência crítica, a consciência espontânea deveria ser levada em consideração (CANIGGIA; MAFFEI, 2001, p. 45): “Quando a consciência da existência espontânea é adquirida, isso significa que não a possuímos mais, pois aqueles que operam a partir da consciência espontânea não podem saber que a possuem”. Ou seja, o problema de sua existência não surgiria mais, mas sim o problema de extrair de uma herança comum o conhecimento específico direcionado a um modo particular de se comportar, estabelecendo uma relação direta entre a necessidade particular e uma resposta de sua tradição cultural.

Contudo, se uma consciência espontânea é impossível de ser resgatada, quando ela não mais é existente, é sábio exercitar a melhor forma da consciência crítica. O melhor que se pode produzir é tentar se manter associado à lógica da consciência espontânea, ou seja, recuperar aquilo que seria tradicionalmente produzido se a sociedade continuasse se operando por meio dela (CANIGGIA; MAFFEI, 2001). Essa contraposição de termos é apresentada pelos autores como forma de elucidar o modo de operacionalização do método da Escola Italiana de Morfologia Urbana. Partindo-se do pressuposto de que a crise contemporânea da construção advém da fraca produção arquitetônica coerente com seu contexto urbano, importa solucioná-la por meio de ações que respeitem a consciência espontânea de se construir, mesmo em casos que demandem soluções com consciências críticas pautadas no respeito à evolução vernacular de um meio urbano.

No prefácio da obra supradita (CANIGGIA; MAFFEI, 2001, p. 17), Anne Vernez Moudon interpreta a compreensão desse método italiano de forma organicista, visto que as edificações são consideradas extensões da espécie humana e que representam para ela parte essencial da vida. Ou seja, o edifício é um organismo considerado como uma estrutura celular e passível de apresentar padrões de mutação, ao longo do tempo. Segundo Pereira Costa (2015), é por meio dessa analogia que os conceitos da Escola de Morfologia Italiana se desenvolveriam, na qual os edifícios emergiriam da natureza, bem como os seus materiais construtivos são

modificados por humanos na construção de abrigos. Dentro dessa lógica, Caniggia e Maffei vão esboçando os demais conceitos que auxiliam a compreender a trama do método italiano: “rendimento, tipo, tipo edilício, processo tipológico e fase” (2001, p. 243-246).

O conceito de rendimento se associa à implicação dada a cada ação antrópica, visto que ela acarreta modificação da ambiência construtiva. Dessa forma, avaliaria a capacidade de um ambiente absorver eventos drásticos e mutáveis. Já o modo de construir edificações é um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura. Esse modo de fazer é inerente às pessoas, enraizado como um protótipo na mente de alguém que se propõe a construir uma casa, o que seria denominado “tipo” por Muratori (PEREIRA COSTA, 2015). Experiências adquiridas pelos construtores devem ser consideradas como um sistema coerente e unitário de conhecimento, com o intuito de obter objetivos comuns. A expressão “tipo edilício” se refere a construções baseadas em regras pertencentes a um período e lugar específicos que sintetizam uma prévia experiência de um mesmo caráter assumido pelo construtor, como um guia antes de agir. Nesses termos, o tipo edilício se associaria à um projeto compartilhado de construção.

O “processo tipológico” expressa uma progressiva transformação do conceito de “casa” em um lugar específico, enquanto a “fase” indicaria o tempo necessário para que se reconheçam mutações construtivas nos edifícios. As mutações representariam transformações consistentes e coerentes naquilo que previamente se constatara como casa, posto que todo tipo edilício é sujeito a mutações ao longo do tempo para satisfazer novas expectativas dos habitantes.

Por conseguinte, a abordagem da Escola Italiana de Morfologia Urbana seria basicamente o estudo do processo tipológico de uma urbe, partindo-se das partes para se compreender o todo. Os edifícios possuem tipos básicos, correspondentes ao estágio mais primitivo de um bem do qual se derivariam múltiplos tipos mais complexos. Esses tipos básicos podem sofrer mutações resultando em quatro variações: sincrônica, diacrônica, sintópica e diatópica (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). A variação sincrônica possui origem no mesmo tipo básico, porém ocorre em situações menos adequadas, produzindo edifícios menos eficientes. A diacrônica se refere a uma variante ocorrida dentro de uma mesma área cultural, ao

longo de um período significativo, sem modificar substancialmente o conceito do tipo básico. A variante sintópica se trata da quantidade total de modificações ocorridas em um tipo básico, na mesma região cultural e no mesmo momento, conforme as diferentes demandas sociais e culturais. A diversificação diatópica compreende a coexistência de diferentes interpretações de um mesmo tipo edilício, conforme aspectos culturais e patrimoniais de diferentes áreas culturais em um mesmo período,

Os tipos edifícios vão se aglutinando sucessivamente em tecidos e conjuntos, compondo o tecido urbano. O tecido urbano agrega um domínio histórico homogêneo, cujo conceito projetivo se corresponde ao sistema gregário de vários tipos edifícios, compartilhado pelo construtor com outros membros da coletividade. O conjunto dos tecidos urbanos se aglutinam para compor as cidades. Internamente, os tecidos podem ser descritos em termos de diferentes escalas de complexidade, enquanto a junção desses elementos de distintas características podem compor variados graus de organicidade: ocasional – elementos seriais mutuamente arranjados para formar um todo orgânico; sistemática – elementos seriais mutuamente arranjados para compor um todo serial; episódica – elementos orgânicos mutuamente arranjados para compor um todo serial; ou total – elementos orgânicos mutuamente arranjados para compor um todo orgânico (CANIGGIA; MAFFEI, 2001).

As rotas seriam a estrutura do assentamento humano (incluindo escalas territoriais e regionais), estabelecendo-se como o primeiro elemento consolidante de um núcleo urbano por meio de elementos de ligação contidos ou pautados por séries urbanas (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). A rota matriz é o elemento indutor da conectividade entre dois nós principais ou polos, enquanto os polos são pontos considerados parte de um espaço contínuo e homogêneo, sendo o início ou o ponto de encontro de continuidades espaciais. Os cruzamentos de vias corresponderiam aos nós, expressando a qualidade de um ponto ao interconectar duas rotas ou criar a junção de uma rota a outra. Os espaços livres resultantes da descontinuidade de edificações ao longo da rota matriz dão origem às vias transversais, enquanto as rotas de conexão surgem quando o lote é desmembrado, dando acesso às unidades localizadas no fundo e consolidando os quarteirões (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

A compreensão global do ambiente urbano, portanto, fez-se pelo “exame de componentes em uma escala crescente” (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 196). A escala subsequente é a interpretação dos tecidos urbanos pertencentes a um mesmo organismo urbano. Segundo Maffei e Caniggia (2001), o organismo urbano se define como um sistema de edificações especializadas, intimamente relacionadas a um domínio territorial mais amplo do que necessariamente a área construída. Esse sistema é internamente organizado, com o seu próprio centro e limites periféricos. O tipo de organismo urbano seria um projeto mental da cidade compartilhado entre os seus contemporâneos, historicamente legitimado em um tempo específico – correspondente ao modo de se construir a cidade segundo o seu período histórico.

Por fim, na escala mais alta da hierarquia urbana surge o território. O tipo territorial se corresponderia ao projeto mental convencionalmente compartilhado pelos seus habitantes em condições claramente definidas de espaço e tempo. Ele incorporaria um específico modo de percorrê-lo, de apropriá-lo e de torná-lo produtivo, organizando-o como um sistema hierárquico de polos em torno de mercados onde se distribuem as mercadorias (CANNIGIA; MAFFEI, 2001).

Essa abordagem da Escola Italiana de Morfologia Urbana será retomada no próximo capítulo, em complementação à abordagem da Escola Inglesa, aplicada em prol da avaliação da evolução urbana de Diamantina como um todo, segundo seus períodos morfológicos.

Portanto, este capítulo traçou a estrutura conceitual da tese.

O conceito da “paisagem cultural” foi sendo construído em paralelo com a própria evolução conceitual do “patrimônio cultural”, principalmente no século XX e início do XXI, até alcançar a interpretação contemporânea de se tratar de uma “fração do território onde se desenvolve o convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais, em uma relação complementar capaz de estabelecer uma identidade, que não pode ser conferida por qualquer um dos seus elementos de modo isolado” (PORTAL IPHAN, 2023).

Nesse sentido, os aspectos tangíveis, intangíveis e naturais do patrimônio cultural se fundem, o que exige novos esforços para a interpretação de uma paisagem urbana com atributos culturais.

A pesquisa então recorre ao campo científico da “morfologia urbana”, no qual abordagens metodológicas foram estudadas, como forma de se vislumbrarem possibilidades para se interpretar a composição de uma paisagem urbana. Os métodos das escolas inglesa e italiana evidenciaram como aportes Conzenianos e Muratorianos, tomados em complementariedade nesta pesquisa, permitem a leitura da cidade de modo multiescalar.

A convergência desses dois métodos está apresentada a seguir, adaptando-os conforme as singularidades da cidade. Logo, como se trata de uma adequação metodológica, a adoção dos aportes se desenvolveu dando enfoque aos aspectos principais deles, capazes de evidenciar uma básica estrutura inicial, para dela se iniciarem as discussões sobre a gestão do território. Fato que se dará nos capítulos subsequentes.

2. A MORFOLOGIA URBANA DE DIAMANTINA

Tendo como ponto de partida os métodos das Escolas Inglesa e Italiana, desenvolve-se aqui a análise da morfologia urbana de Diamantina. É importante reforçar que não se desenvolveram os aportes de modo completo, como escrutinados no último capítulo. Esse fato se justifica pelo recorte vislumbrado pela pesquisa, ao focar estratégias das duas escolas que pudessem embasar de modo conciso e objetivo a análise da evolução urbana de Diamantina.

Esse estudo sobre a sua evolução morfológica estrutura-se no conceito da “paisagem cultural”, visto que a paisagem urbana será analisada por meio de seus elementos morfo-compositivos, contextualizados aos eventos históricos e socioeconômicos que atribuíram valores culturais à sua massa edificada.

O capítulo se estrutura majoritariamente por meio do aporte inglês, no qual a forma urbana é analisada a partir da visão tripartida, que se consiste nos seus três elementos complexos, como referenciado por Conzen (1960): o plano urbano, o tecido edificado e o uso e ocupação do solo. Esses elementos estão relacionados aos períodos históricos e evolutivos compreendidos pela urbe analisada, tratados aqui como “períodos morfológicos” (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

A abordagem tipológica Muratoriana (1959) permeará as avaliações desses períodos morfológicos, apresentada como um remate da análise multiescalar proposta. A Escola Italiana, como demonstrado no capítulo 1, estuda a forma urbana em uma escala crescente de análise: parte do processo tipológico, com a observação da composição de séries de edifícios e suas aglomerações em tecidos para, enfim, compor um organismo urbano. Na pesquisa, o objetivo foi o de articular a avaliação do processo tipológico da cidade em relação ao estudo dos seus demais elementos urbanos, elucidados pelo método inglês.

No Conzeniano, a análise se inicia pelo estudo da estrutura urbana de Diamantina, em 2022, no qual são considerados os elementos físicos que configuram a área ocupada (áreas de expansão, barreiras, córregos entre outros) e aqueles vinculados aos seus aspectos urbanos (centralidades, rotas e caminhos troncos, por exemplo), referentes à síntese de ações políticas, socioeconômicas e culturais resultantes de sua forma presente (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). A avaliação do

substrato pedogênico e geológico, sobre a qual se assenta a cidade, complementa essa primeira análise. Trata-se do suporte físico que condiciona as formas do relevo e o plano urbano (ordenação topográfica de uma área urbana e sua representação topográfica), associado aos seus decursos históricos e evolutivos.

É com base na conformação da estrutura urbana em 2022 (ano em que foram finalizados os estudos cartográficos da pesquisa), junto à investigação do substrato pedogênico, que o estudo retrocede por períodos morfológicos, para que se avalie a formação e evolução da paisagem urbana diamantinense. O aporte da escola Inglesa foi o escolhido pela razão de se desenvolver com enfoque à historicidade (materialização na paisagem da criação de sociedades passadas; PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) como característica das paisagens urbanas. A partir dele, ficará mais evidente como o estudo da forma cidadina esteve e está articulado às políticas de gestão do território urbano, como se verá nos próximos capítulos.

Em um segundo momento, o método da Escola de Morfologia Urbana Italiana intercala as avaliações tipológicas dos edifícios em cada período morfológico escrutinado. Como predito, será enfocada a primeira escala de análise do método, pautada no estudo do processo tipológico, responsável por expressar a transformação progressiva dos tipos edilícios no território. Pelo fato de outros elementos da análise multiescalar tangenciarem aqueles do aporte inglês, a pesquisa se restringiu ao aprofundamento do estudo na sua terceira escala (usos e tipos edilícios). Por exemplo, as séries tipológicas (processo de transformação dos tipos especializados de um anterior e elementar ao contemporâneo – PEREIRA COSTA, GIMMLER NETTO, 2015) aglutinadas em tecidos (aglomeração de categorias tipológicas semelhantes) relacionam-se à segunda escala do método inglês, enquanto o organismo urbano (sistema de edifícios residenciais e comerciais, organizado com o seu centro e eixos) equivale à estrutura urbana investigada na primeira escala (o plano urbano Conzeniano).

A análise segue distribuída nos próximos quatro subitens, encadeada pela apresentação da análise da **Estrutura Urbana em 2022**, e respectiva **Carta Geológica** sob a mancha urbana, sucedida pela explicação e exposição dos **Períodos Morfológicos** (definidos em seis intervalos cronológicos) com o arremate

cartográfico, sintetizando o palimpsesto (sobreposição de camadas históricas acumuladas no mesmo espaço físico) desses períodos na área urbanizada.

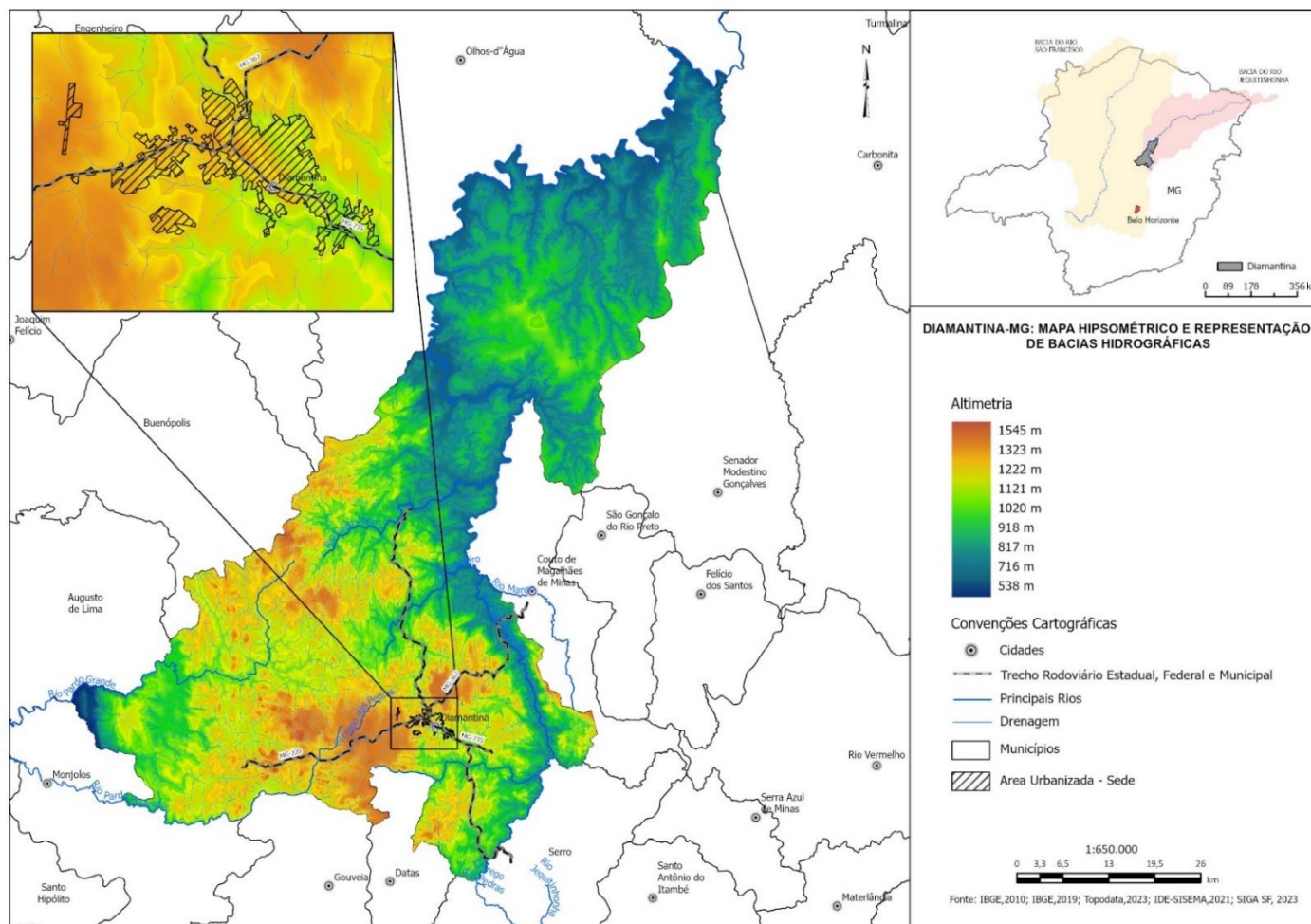
Importa destacar que o mapa da estrutura urbana em 2022 e as cartografias com os seis períodos morfológicos estão apresentados no capítulo de “Apêndices”, em maior resolução e com padronização gráfica, a fim de permitir uma melhor apreensão interpretativa dos dados aqui estudados.

2.1. A Estrutura Urbana de Diamantina em 2022

O método inglês inicia-se pela leitura do tempo presente, encadeada por meio do mapeamento da estrutura urbana contemporânea. O ano de 2022 serviu como referência por ter sido a data em que se desenvolveram as cartografias analíticas da pesquisa.

A cidade de Diamantina está localizada na mesorregião do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais (IBGE, 2023). Ela possui uma população de 47.702 pessoas em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com densidade demográfica de 12,26 habitantes por quilômetro quadrado. Abaixo está a hipsometria do município.

Figura 1: Mapa hipsométrico e representação de bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Jequitinhonha, em interface com Diamantina/MG. Detalhe para a mancha urbana.

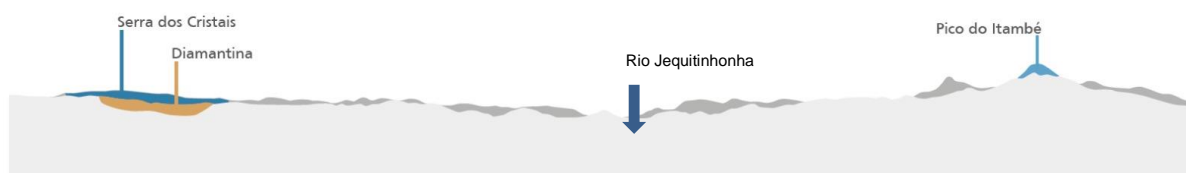


Elaboração: Stefany Silva, 2023.

O mapa acima ilustra como Diamantina se situa margeando o maciço do Espinhaço (mancha de coloração em marrom, indicando maiores altimetrias), no estado de Minas Gerais, a montante da Bacia do rio Jequitinhonha e a oeste do rio São Francisco. Os trechos rodoviários (linha tracejada) percorrem o território municipal, intercalados pelo suporte ambiental do relevo que condiciona a sua hidrografia.

Os locais com menor altimetria correspondem ao fundo de vale do rio Jequitinhonha, na extremidade oriental do município de Diamantina. Segue demonstração sumária da cidade em sua implantação territorial.

Figura 2: Perfil do terreno de Diamantina, contraposta à Serra dos Cristais e ao Pico do Itambé.

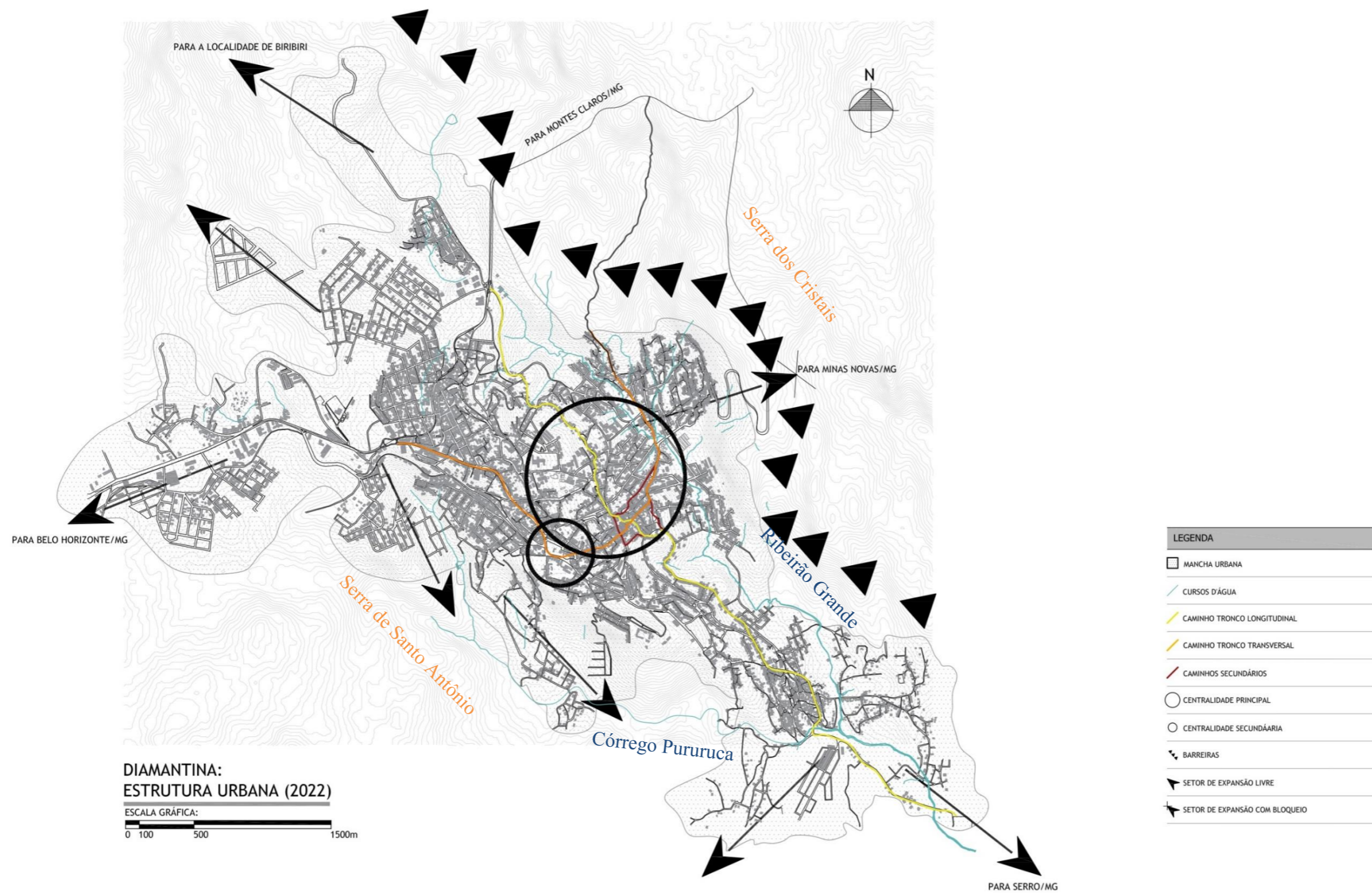


Fonte: IPHAN, 2023.

A cumeeira desse maciço é divisor das bacias dos rios São Francisco (a leste) e Jequitinhonha (a oeste), localizada à porção ocidental do município, enquanto as demais áreas apresentam altimetria mais baixa. O Pico do Itambé é o marco visual de referência da região da antiga Demarcação Diamantina, sendo o ponto de maior elevação altimétrica desse território. Por outro lado, a Serra dos Cristais está anteposta (mancha azul) à declividade onde está assentada a mancha urbana (mancha bege).

Abaixo está a apresentação da estrutura urbana de Diamantina sobre o relevo, inaugurando o primeiro elemento da análise tripartite Conzeniana.

Figura 3: Estrutura Urbana de Diamantina em 2022.



Elaboração pelo autor, 2023.

A cidade, tal qual é interpretada em 2022, encontra-se consolidada em paralelo às linhas de cumeeada das serras de Santo Antônio e São Francisco (Serra dos Cristais), com seu eixo principal margeando o curso do ribeirão Grande. As antigas rotas de tropas conformaram os caminhos tronco perpendiculares entre si, cujos caminhos secundários consolidaram a malha central. Em paralelo com a Escola Italiana (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015), pode-se interpretar o caminho tronco como uma rota matriz do território, percurso de conexão de um lugar a outro nesse espaço, segundo o seu aspecto geomorfológico e responsável por induzir a primitiva ocupação da urbe. Já os caminhos secundários corresponderiam às rotas de conexão, associando rotas edilícias matrizes, para facilitar a relação dos tecidos desenvolvidos entre elas.

A partir dessa articulação morfogênica de rotas coloniais, a cidade se desenvolveu em sentido noroeste-sudeste, principalmente em decorrência de características geomorfológicas específicas do sítio, resultante dos fenômenos históricos, econômicos e de distribuição geoespacial.

A expansão com barreira topográfica se vê na encosta da Serra dos Cristais, contida em função da área acautelada pelo Iepha/MG e da íngreme composição rochosa de sua vertente. As setas denotam que as expansões livres de barreiras, na porção sudeste, coincidem-se parcialmente com as estradas de acesso a Belo Horizonte e Serro, enquanto a expansão com barreiras se associa à rodovia de acesso aos municípios do norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. Isso evidencia que as rodovias também induziram o processo de expansão urbana, como será comprovado pelos estudos dos períodos morfológicos, ainda neste capítulo.

Podem ser constatadas duas centralidades: uma principal no núcleo histórico, agregando principais usos comerciais e de serviços, além das atividades culturais; outra secundária, nas imediações do Largo Dom João e na via de saída para Belo Horizonte, com comércios de maiores portes e diversificações.

Interessa notar como os caminhos troncos de Diamantina articulam-se à BR 367, no acesso a Belo Horizonte, Montes Claros e cidades do Vale do Jequitinhonha, e à via de acesso ao Serro pelo trecho sudeste. A topografia do sítio foi a responsável por orientar a articulação dessas rotas coloniais, que se desenvolveram entre as duas

encostas das serras de São Francisco e Santo Antônio, tendo ao fundo do vale o rio Grande. Esse corpo hídrico, oficialmente denominado córrego da Palha (GODOY, 2021), conflui-se a sudeste com o rio Pururuca.

É por isso que, a partir do mapa hipsométrico, constata-se que o caminho tronco NO-SE (cor vermelho cardinal) seguia cursos de água do córrego da Palha e afluentes, percurso histórico da procura por minerais. O caminho tronco transversal (cor laranja) percorreria parcialmente linhas de cumeada da serra de São Francisco, descendo a sua encosta em direção ao fundo de vale, onde interceptava o caminho anterior, para enfim seguir rumo ao topo da serra de São Francisco: trajeto exploratório do processo de desbravamento desse território, no período colonial.

Como consequência das rotas, foi desenvolvida a ocupação da mancha urbana de Diamantina. Ela se distribuiu no sentido noroeste-sudeste entre as vertentes das serras de São Francisco (Serra dos Cristais, responsável por bloquear a expansão a leste) e de Santo Antônio (área sem bloqueio à ocupação urbana). O aspecto alongado da mancha urbana, nas direções noroeste-sudeste da cidade, segue o eixo dominante de expansão da cidade, ainda em tendência de crescimento observada em 2022.

Ao fundo do vale, à porção sudeste da cidade, ocorre a confluência dos córregos Pururuca e Palha (popularmente denominado como rio Grande), onde teria sido iniciada a exploração do ouro (VASCONCELLOS, 1959, p. 122), em princípios do século XVIII. Inclusive, ainda há ocorrências isoladas de ouro na porção noroeste da cidade (região do Bairro Bela Vista) e de ouro e diamante na saída para o Serro (bairro da Palha), ambos trechos sobre a formação Sopa Brumadinho, característica pedogênica apresentada a seguir.

2.2. A Geologia de Diamantina

Neste item, complementa-se a interpretação da estrutura urbana de Diamantina, por meio do estudo do substrato geológico sobre o qual se assenta Diamantina. Por essa razão, importa localizar a urbe em seu contexto geográfico.

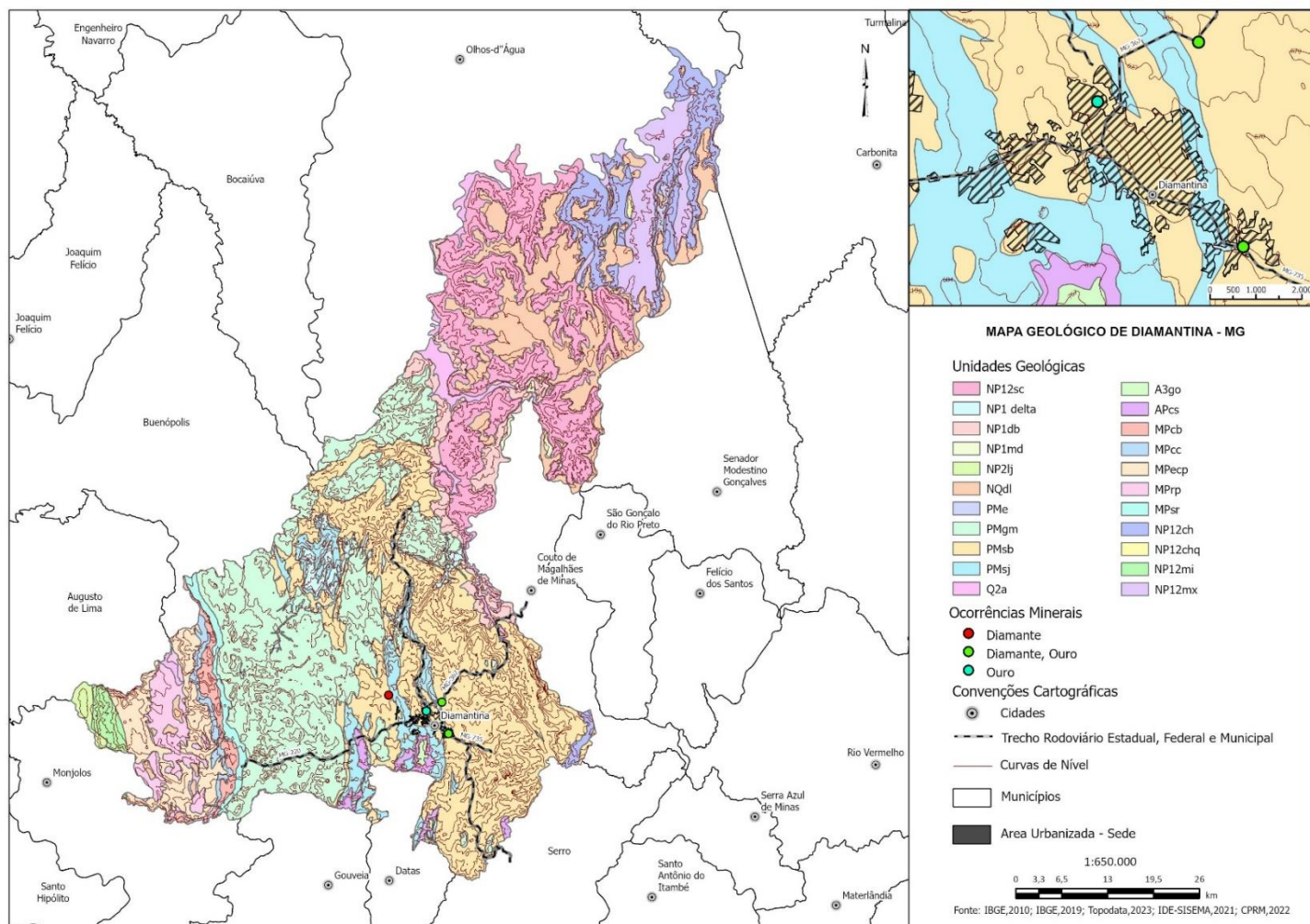
A partir da consulta ao Mapa Geológico da Folha Diamantina/MG, produzido em 2012 pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig), é

verificado que a mancha urbana diamantinense está disposta sobre duas Formações Geológicas - Sopa Brumadinho e São João da Chapada - correspondentes ao Tempo Geológico Proterozóico, na era Mesoproterozóico, e vinculadas ao Supergrupo Espinhaço. O Éon Proterozóico pertence a uma das quatro principais divisões da escala do Tempo Geológico (TEIXEIRA, 2014), definido entre 2,5 Ga (bilhões de anos) até 453 Ma (milhões de anos). Neste Éon, a maior atividade fotossintética - com respectivo aumento na concentração de oxigênio na atmosfera – favoreceu a oxidação e precipitação química de ferro então dissolvido nos oceanos, formando depósitos sedimentares.

A era Mesoproterozóico (referente ao Éon supradito) é definida entre 1,6 a 1 Ga de anos, quando surgiu o supercontinente Rodínia Pangea e se iniciou a reprodução sexuada (BRANCO, 2016). Durante essa era, um adelgaçamento da litosfera continental traduziu-se nas partes superiores desta pela ruptura e fraturação da crosta frágil (DUSSIN, 2018, p. 1). Desenvolveu-se, portanto, um processo de “rifting” (fenômeno de ruptura de uma crosta continental – KUCHLE, 2010) resultando em uma ampla bacia de extensão submeridiana, no qual se depositou o Supergrupo Espinhaço (unidade litoestratigráfica da referida era).

As duas formações enquadram-se no Supergrupo Espinhaço, caracterizadas por um corpo de rochas identificado pelas suas características líticas e sua posição estratigráfica (ALVARENGA, 2008). Segundo o mesmo autor, a Formação Sopa Brumadinho é basicamente composta por quartzito, filito e metaconglomerado diamantífero, enquanto a Formação São João da Chapada por quartzito, metaconglomerados polimíticos, filitos hematíticos e xistos verdes – vide apresentação do Mapa geológico abaixo.

Figura 4: Mapa geológico de Diamantina, com recorte da mancha urbana.



Elaboração: Stefany Silva, 2023.

Por meio do mapa geológico, fica explícito como a maior parte da mancha urbana está na formação Sopa Brumadinho (PMsb), tendo trechos menos significativos sobre a formação São João da Chapada (PMsj). O Grupo Costa Sena (APcs) não abarca a área urbana, enquanto os Diques e Soleiras de Metabásicas (A3go) margeiam as proximidades da confluência dos ribeirões Piruruca com o Grande. Os minerais que deram origem à urbanização no remoto século XVIII (ouro e diamante) foram mapeados pontualmente no eixo norte-sudeste, entre os bairros Bela Vista e Palha, como apresentado no mapa acima.

As análises de Varajão reforçam a percepção acima (2015), em seu estudo sobre a geografia de Diamantina, ao descrever que o sítio urbano se distribui principalmente sobre dois domínios: um predominantemente quartzítico e outro pelítico, composto especificamente por filitos e filitos hematíticos. Interessa também destacar a observação do autor em referência ao emolduramento da cidade por formações de quartzitos, como as expostas na Serra dos Cristais perante a urbe.

O autor ainda constata que a maior parte desse sítio corresponde a uma superfície de erosão formada sobre filitos, mais susceptíveis ao intemperismo e erosão. Quanto ao solo, indica que são rasos (neossolos litólicos), com substrato formado por quartzitos, com a características de serem mais férteis, apesar de pouco desenvolvidos, formados a partir de substrato metapelítico truncado por uma superfície de erosão (VARAJÃO, 2015).

Ao explicar que os solos com filitos eram mais propícios para as práticas agrícolas (mesmo que pouco desenvolvidos), em contraste com a aridez dos solos adjacentes em quartzitos, Varajão (2015) auxilia aqui uma possível avaliação para a ocupação urbana diamantinense. Consigna-se que a coincidência da mancha edificada em terrenos com predomínio de filitos (Formação Sopa Brumadinho) pode ser explicada pelo maior potencial agricultável desse solo, ao contrário das áridas escarpas da Serra dos Cristais (local com altas declividades e desfavorável à ocupação) e ao fundo de vale do bairro da Palha (território com tendência a alagamentos), com predomínio em quartzito (Formação São João da Chapada).

Compreendido o substrato geológico, bem como a composição da estrutura urbana de Diamantina em 2022, sobre esse meio físico, é fundamental realizar a análise de

sua prospecção urbana. Isto é, proceder ao retrospecto dos marcos históricos e sociais que resultaram na sua conformação urbana, ao longo do desenrolar político e econômico da urbe contextualizado ao do Brasil.

2.3. Os Períodos Morfológicos

Os períodos morfológicos de Diamantina são pautados de modo basilar pelo marco histórico, pelas inovações introduzidas na paisagem e respectiva forma urbana (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). O marco historicista e as consequentes inovações constatadas na cidade são responsáveis por embasar a produção dessa forma urbana propriamente dita, e que se torna específica para cada período ponderado.

Tendo como referência as autoras supraditas, em consonância com a abordagem de Conzen (1960), é importante distinguir os conceitos de períodos históricos e períodos evolutivos. Os períodos históricos se associam aos eventos e fatos específicos, demarcados por características ideológicas próprias – no Brasil, pode-se exemplificar isso pelos ciclos políticos dos períodos colonial, imperial e republicano.

No caso dos períodos evolutivos, a definição de datas é mais flexível, por se basear em fatores socioeconômicos e culturais que se confluíram em inovações e alterações refletidas na paisagem urbana (PEREIRA COSTA, GIMMLER NETTO, 2015). São esses dois conceitos que vão dar estrutura à conceituação dos períodos morfológicos, ao resumir cronologicamente eventos históricos em associação às dinâmicas socioeconômicas refletidas na malha urbana.

Por essa contextualização metodológica, pode-se enquadrar o desenvolvimento urbano de Diamantina junto aos principais marcos sociopolíticos e econômicos do Brasil, desde o final do século XVII. Interessa estabelecer três eras da história do país, que invariavelmente afetaram a trajetória e o desenvolvimento da urbe, sendo elas: o período Colonial no contexto da Capitania de Minas Gerais (final do século XVII a 1822); o período Imperial (1822 a 1889) e o período Republicano (1889 a 2022).

Em relação aos períodos evolutivos, a delimitação histórico-temporal se realizou por convenções balizadas por inovações e evoluções refletidas na paisagem urbana de Diamantina, consoante seus fatos históricos. Foram, então, definidos seis períodos

morfológicos, conforme análise da documentação de cartografias e bibliografias históricas sobre a urbe:

- 1º Período: Morfogênese (final do século XVII a 1730)
- 2º Período: Consolidação da Forma Urbana (1731 a 1784)
- 3º Período: Cidade de Diamantina (1785 a 1889)
- 4º Período: Diamantina Polo Regional (1890 a 1937)
- 5º Período: Diamantina Patrimônio Nacional (1938 a 1998)
- 6º Período: Diamantina Patrimônio Mundial (1999 a 2022)

Tendo como referência as três eras históricas do Brasil, foi possível relacionar esses períodos de recorte periódico à evolução urbana de Diamantina, por meio dos seus períodos morfológicos.

Tabela 01: Períodos Morfológicos de Diamantina/MG.

PERÍODOS HISTÓRICOS	PERÍODO COLONIAL	MORFOGÊNESE (Final do séc. XVII-1730)
		CONSOLIDAÇÃO URBANA (1731-1784)
	FINAL DO PERÍODO COLONIAL / PERÍODO IMPERIAL	CIDADE DE DIAMANTINA (1785-1889)
	PERÍODO REPUBLICANO	DIAMANTINA POLO REGIONAL (1890-1937)
		DIAMANTINA PATRIMÔNIO NACIONAL (1938-1998)
		DIAMANTINA PATRIMÔNIO MUNDIAL (1999-2022)

Adaptação pelo autor, 2022. Fonte: PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015.

Cada período morfológico representa uma síntese dos marcos históricos e evolutivos, visto que a forma urbana de Diamantina se estruturou e se transformou ao longo desses intervalos periódicos, em consequência de múltiplos aspectos em atuação neles (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Esses períodos vão ser estruturados em cinco subitens, cuja construção descritiva desses períodos só foi possível após um estudo minucioso dos períodos históricos do Brasil.

1 – Contexto Histórico e Socioeconômico

2 – Análise do Plano Urbano

3 – Análise dos Tecidos Urbanos

4 – Análise Tipológica

5 – Paisagem Urbana

O intuito dos três primeiros subitens é o de desenvolver a avaliação deles sob a perspectiva do método da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, ao descrever o “contexto histórico, socioeconômico e cultural”, a “análise do plano urbano” e a “análise dos tecidos urbanos com o respectivo uso e ocupação”, retomando assim a análise tripartite de Conzen.

Na análise dos tecidos urbanos, foram selecionados dois subtecidos coloniais, referentes a trechos das ruas da Glória e Direita, estudados a partir do segundo período morfológico – no período da morfogênese, os tecidos estavam em fase embrionária. O intuito foi o de exemplificar que o tecido colonial não foi heterogêneo desde períodos remotos de sua fundação urbana.

O quarto subitem é o que incorpora as considerações Muratorianas (1959), por focar a análise do processo tipológico edilício por período morfológico. O último subitem consolida a análise dos demais, ao apresentar o estudo morfológico de modo tridimensional, investigando como se desenvolveu a paisagem urbana no seu território geográfico junto à demonstração evolutiva de tecidos edilícios.

A revisão bibliográfica desses períodos históricos visou obter dados que pudessem subsidiar a compreensão de Diamantina em seu contexto local. Por isso, cada período morfológico é intercalado por uma caracterização histórica sobre os processos econômicos e sociais pelos quais o Brasil atravessava, ao longo de sua formação

desde o século XVI até o XXI, tendo como referências principais Darci Ribeiro (1995), Boris Fausto (2006), Lilian Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2015).

Esses autores realizaram a análise desses eventos sem adotar uma perspectiva de evolução contínua ou de imobilismo de posturas, ao entender que o país mudou “em meio a continuidades e acomodações (...) conforme o caso no plano socioeconômico ou no plano político e, às vezes, em ambos” (FAUSTO, 2006, p. 15).

No âmbito de Diamantina, é inevitável recorrer às obras clássicas sobre a sua formação, com vistas ao estudo dos seus períodos morfológicos. Por essa razão, foram consultados de imediato Joaquim Felício dos Santos (1868) e Aires da Mata Machado Filho (1944) como principais expoentes dos respectivos relatos históricos.

Entre os anos de 1861 e 1866, o jurista e romancista Joaquim Felício dos Santos publicou crônicas sobre fatos ocorridos em Diamantina no jornal “O Jequitinhonha”. As crônicas foram reunidas na obra “Memórias do Distrito Diamantino” em 1868, trazendo dados históricos desde a formação do arraial do Tijuco, no limiar do século XVIII, até 1841 quando a região agonizara uma forte crise econômica, em decorrência do declínio da mineração e com o fim da Real Extração naquele mesmo ano.

Aires da Mata Machado Filho sorveu dados dessa publicação de Santos para confeccionar a obra “Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina”, publicada em 1944 pela Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porém, o autor não só reproduz informações das memórias diamantinenses, como também acrescenta notas específicas sobre as datas de construção das igrejas, além de informações geográficas e sociais da cidade.

Entretanto, além dos autores mencionados, outras fontes de pesquisa foram relevantes para este capítulo. “A Formação Urbana do Arraial do Tijuco” é o artigo desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Silvio de Vasconcellos, para a 14ª edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1959. Nele Vasconcellos resgata os supraditos autores para então fazer um estudo sobre o desenrolar da urbe no século XVIII, resultante do crescimento de quatro arraiais periféricos surgidos do movimento minerário de ouro e diamante. Além dessa fonte, foi especial a consulta ao relato sobre Diamantina em 1922, feito por Lúcio Costa ao visitar a cidade comissionado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes.

A arquiteta Lívia Romanelli D'Assumpção atuou, em meados da década de 1980, na fiscalização e aprovação de obras interventivas em Diamantina junto ao Escritório Técnico do Iphan, mesmo que de forma remota. Essa prática despertou o seu interesse em estudar a cidade, como visto em seu artigo “Uma formação urbana original” (1992) e na sua dissertação de mestrado pela UFBA “Preservação urbana em Diamantina: aspectos teóricos e a prática institucional” (1997), nas quais continua o estudo iniciado por Vasconcellos sobre a forma urbana diamantinense. O seu esboço sobre a primeira malha central é retomado pela arquiteta Cristiane Souza Gonçalves em seu artigo “Diamantina: breve relato de sua formação”, publicado pela edição de número 8 da revista *arq.urb* da USJT, em 2012.

Uma outra fonte de relevância para a retomada histórica dos principais monumentos de Diamantina se tratou do Dossiê de Candidatura de Diamantina a Patrimônio Mundial da Humanidade, realizado em 1999 pelo Iphan, em parceria com a Prefeitura Municipal. O Dossiê faz uma síntese bibliográfica das principais contribuições históricas sobre a cidade, em paralelo aos textos que justificariam o notável valor universal (“Outstanding Universal Value” - OUV) da cidade para poder enquadrá-la nessa titulação.

Essa primeira súmula de autores auxiliou a confecção cronológica e histórica dos períodos morfológicos das épocas colonial e imperial diamantinense. A partir disso, a descrição dos períodos morfológicos de meados do século XIX até a década de 2010 precisou recorrer (do ponto de vista histórico descritivo) aos autores Alessandro Borsagli e Fernanda Guerra Lima Medeiros, por meio do artigo “História Econômica da Cidade de Diamantina/MG”, publicado nos anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência internacional de História de Empresas, em 2011.

Em paralelo a esses relatos, foi relevante a consulta às representações cartográficas que puderam ser encontradas sobre Diamantina, desde sua formação como arraial. Importante destacar desde já que tais registros foram encontrados principalmente no final do século XVIII (mapas de 1774 e 1784), ao longo do século XX (registros de 1938, 1960, 1966 e 1999) e no início do XXI (2000, 2006 e 2022) – portanto, havendo aqui uma relevante lacuna de registros do século XIX.

Uma tentativa no sentido de preencher a lacuna dessa representação cartográfica se fez através da consulta aos textos de viajantes estrangeiros que percorreram o país principalmente no século XIX, atraídos pela transladação da corte europeia para o Brasil. Jonh Mawe (1810), Auguste de Saint-Hilaire (1817), e Spix e Martius (1820), George Gardner (1864) e Richard Burton (1886; 1976) foram os protagonistas das descrições sobre o então arraial do Tijuco - no tocante a sua compleição urbana junto a seus aspectos socioeconômicos e políticos. Ganham destaque, contudo, as gravuras de Miranda e Johan Moritz Rugendas desse arraial, no segundo quartel do século XIX.

Também importa assinalar que houve a incorporação de estudos da dissertação de mestrado realizado pelo presente autor (BARROS FILHO, 2018), na qual são iniciadas as discussões sobre a gestão da área tombada pelo Iphan em Diamantina, em paralelo às investigações sobre a evolução urbana da cidade desde o século XVIII.

A seguir, são apresentados os períodos morfológicos descritos de modo partitivo, em uma sequência cronológica de apreensão. Em cada período, são apresentados os seus contextos histórico e socioeconômico, para a partir deles se realizar a análise multiescalar da morfologia urbana de Diamantina, incorporando os já enunciados aportes inglês e italiano. Essa investigação se fará em três escalas, itemizadas pelo plano urbano, por seu tecido urbano e pelo seus tipos e ocupações edilícias.

2.3.1. 1º Período Morfológico – Morfogênese (final do séc. XVII-1730)

2.3.1.1. Análise do Contexto Histórico e Socioeconômico

A formação da embrionária Diamantina se desenrola no contexto da Colônia do Brasil, cuja história se associa à expansão marítima portuguesa do século XVI e ao início de sua colonização no continente sul-americano.

Entre os séculos XV e XVI, Portugal se afirmava como um país autônomo, transformando Lisboa em um grande centro mercantil (FAUSTO, 2006). A expansão econômica e marítima buscada por Portugal correspondia aos interesses de várias classes e grupos sociais, como a Corte, os comerciantes, os nobres e a Igreja, sendo o ouro e as especiarias os bens mais buscados no curso dessa expansão. O ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa foi a conquista de Ceuta, no norte da

África, em 1415, dando início ao extensivo processo exploratório de seu território e respectivo povo nativo. Paulatinamente foram ocupando as ilhas do atlântico, como as ilhas Madeira – 1420, Açores – 1427, Cabo Verde – 1460 e São Tomé – 1471 (FAUSTO, 2006). Segundo Fausto (2006), a expedição de Pedro Álvares Cabral, com destino às Índias, partiu no dia 9 de março de 1500 de Lisboa. Ao se afastar da costa africana, após passar pelas ilhas de Cabo Verde, a frota teria avistado a terra brasileira a 21 de abril, ancorando-se nela no dia 30, em Porto Seguro no litoral da Bahia. Contudo, há especulações de que portugueses poderiam ter conhecimento desse território em expedições anteriores, situação dada como controversa pelo historiador. Schwarcz (2015) endossa essa especulação, ao relatar que essa expedição teria sido preparada a partir de informações coletadas pelo caminho marítimo estabelecido por Vasco da Gama, em 1499.

Naquele momento, o território brasileiro era povoado por comunidades indígenas, população heterogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia de alguns dos mais importantes rios (FAUSTO, 2006). Em função da dispersão desses povos em grupos distintos, foi possível que se estabelecessem relações assimétricas entre eles e os portugueses, em alguns momentos litigiosos e noutros associados ao intuito exploratório da Coroa. Ribeiro (1995) relata que essa ocupação dos povos originários se deu ao longo de milênios, percorrida e ocupada por inumeráveis povos disputando os melhores nichos ecológicos, seja pela costa atlântica ou subindo os principais rios navegáveis.

Inicia-se o período de exploração do território brasileiro pela Coroa absolutista portuguesa, tendo como atividade primária a extração do pau-brasil, sob a exploração da mão de obra indígena (SCHWARCZ, 2015). O processo de ocupação desse território irradia-se da costa para o interior da colônia, a partir das expedições de bandeirantes, acirradas no final do século XVI e todo o século XVII.

Esse fenômeno veio acompanhado dessa exploração forçada da mão de obra indígena depois substituída pela africana, que das lavouras açucareiras do litoral (séc. XVI – primeiro ciclo econômico da Colônia do Brasil) passam a ocupar os trabalhos das lavras nas recém-descobertas minerações nos sertões da Capitania de São Paulo e Minas Gerais (séc. XVII). Ribeiro (1995) demonstra que essa inter-relação de três

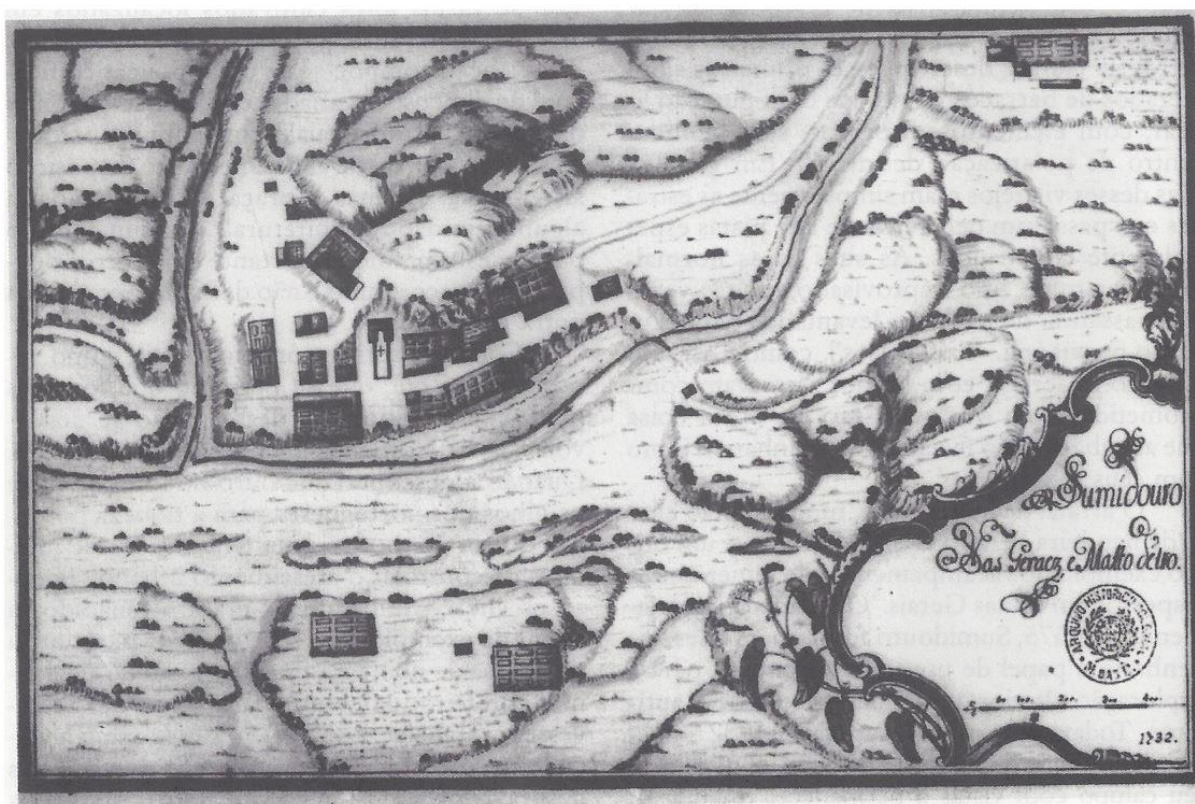
etnias (indígena, africana e europeia) resultaria em uma transfiguração, unificadas a partir de uma construção “com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas” (RIBEIRO, 1995, p. 30).

A formação do antigo arraial do Tijuco se enquadra no final do primeiro ciclo econômico da Colônia, caracterizado pelas entradas de bandeirantes pelos rios São Francisco e Jequitinhonha, em busca de minerais preciosos. A historiografia consultada sobre Diamantina (SANTOS, 1976; MACHADO FILHO, 1980) assevera que a formação do incipiente arraial se depreendeu das primeiras expedições de bandeiras deflagradas no final do século XVII, na região do Ivituruí, atual cidade de Serro. Segundo Pereira Costa et al. (2020), a bandeira de maior vulto foi a de Fernão Dias, que partiu de São Paulo em 1674, estabelecendo pousos no futuro território mineiro. No século XVII, ainda não existia a Capitania de Minas Gerais, pois estava vinculada à de São Paulo.

A região do Tijuco era ocupada por indígenas da etnia dos Puris, segundo Joaquim Felício dos Santos (1868), o que explicaria a toponímia dos rios e localidades dessas expedições. Essa etnia foi extremamente combatida e expulsa da região, não remanescendo vestígios nos registros posteriores sobre a formação do arraial. Grupos étnicos africanos, como mencionado por Ribeiro (1995), foram forçosamente trazidos da costa ocidental majoritariamente, acompanhando inicialmente as lavouras de açúcar no Brasil e, em seguida, empregados na exploração aurífera. No Tijuco, levas desses grupos étnicos vieram a serviço das atividades minerárias, após o desbravamento do território pelos bandeirantes.

Tendo como marco referencial o Pico do Itambé, um grupo de exploradores se deslocou para a confluência dos córregos Piruruca (ou Pururuca) e Palha, no sopé da serra intitulada como São Francisco, na qual foram descobertos os primeiros seixos de minério aurífero. Nesse local, Santos (1868) relata ter sido instalado um pelourinho, marco de fundação do arraial. Aí se formaram os acampamentos expedicionários, ainda nas faldas do elevado natural. Nesse momento, podem ter surgido as primeiras habitações em ranchos esparsos e de pouca duração, erguidos sem preocupações com arruamentos (Vasconcellos, 1959). Essas primeiras habitações podem se assemelhar àquelas da cartografia de Sumidouro de 1732, apresentado por Delson (1979).

Figura 5: Cartografia de Sumidouro em 1732.



Fonte: Delson, 1979.

Por meio da imagem acima, Pereira Costa et al. (2020) endossa a análise de Delson (1979), ao interpretar que as primeiras ocupações urbanas teriam como característica predominante a transitoriedade das ocupações, acompanhadas por uma espontaneidade e falta de ordenamento de edificações. Exceção dada apenas à localização dos templos, cuidadosamente implantados no espaço urbano. Além disso, haveria uma nítida relevância na leitura dos caminhos e acessos à localidade urbana, responsáveis por configurar as principais rotas de entrada e saída ao assentamento. O contato com a água também seria fundamental para o início da implantação do assentamento. No caso do Tijuco, a implantação dos primeiros assentamentos teria seguido basicamente esse esquema, ao se instalar em área irrigada por córregos e transpassada por rotas ao longo das áreas primitivas de mineração.

A segunda ocupação do território tijucano, relatada pelos historiadores, seguiu o curso do rio Grande (córrego da Palha) no sentido norte, até imediações da confluência com o córrego do Tijuco. Esse local acabou se tornando mais populoso, por oferecer lavras

mais ricas e duradouras (SANTOS, 1894). Desenvolveu-se, portanto, novo flanco de povoamento (ruas do Burgalhau, Espírito Santo e Beco das Beatas) à margem direita desse regato, no sentido da encosta da serra de Santo Antônio, atraindo inclusive os moradores da primeira região de ocupação. Foi conforme a toponímia desse córrego que se nomeou o florescente arraial, cuja data mais antiga do relato dessa designação é de 1713 (MACHADO FILHO, 1944).

As principais rotas territoriais estabelecidas em direção a Minas Novas do Fanado e a Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, bem como para outros locais de extração do distrito, influenciaram o estabelecimento da incipiente trama urbana. Vasconcellos ainda conjectura que o entroncamento das rotas do Sul, do São Francisco e do Jequitinhonha se articulariam com a malha quadrangular dos quatro proto-núcleos periféricos, cruzando-se no centro urbano.

Eis o surgimento do primário núcleo urbano do Tijuco, explanado a seguir.

2.3.1.2. Análise do Plano Urbano

Os locais de mineração e exploração do ouro e do diamante contribuíram para essa ocupação primitiva do arraial do Tijuco. Inicialmente, segundo Joaquim Felício dos Santos (1868), as lavras do Tijuco eram exclusivamente auríferas até 1729. As lavras de ouro se desenvolviam no ribeirão do Inferno, no rio Jequitinhonha e nas confluências dos ribeirões Grande com o Pururuca (local que coincide com a ocorrência de ouro e diamante apresentado no mapa geológico), enquanto as lavras de diamantes se davam principalmente nos rios Jequitinhonha e Pardo (MACHADO FILHO, 1944).

Vasconcellos (1959) informa que a exploração mineral se desenvolvia, a princípio, nos leitos dos cursos de água, nos tabuleiros marginais e nos vales. Em seguida, mineravam-se as encostas, nas grupiarias, para aproveitar as matrizes aluvionares de minerais.

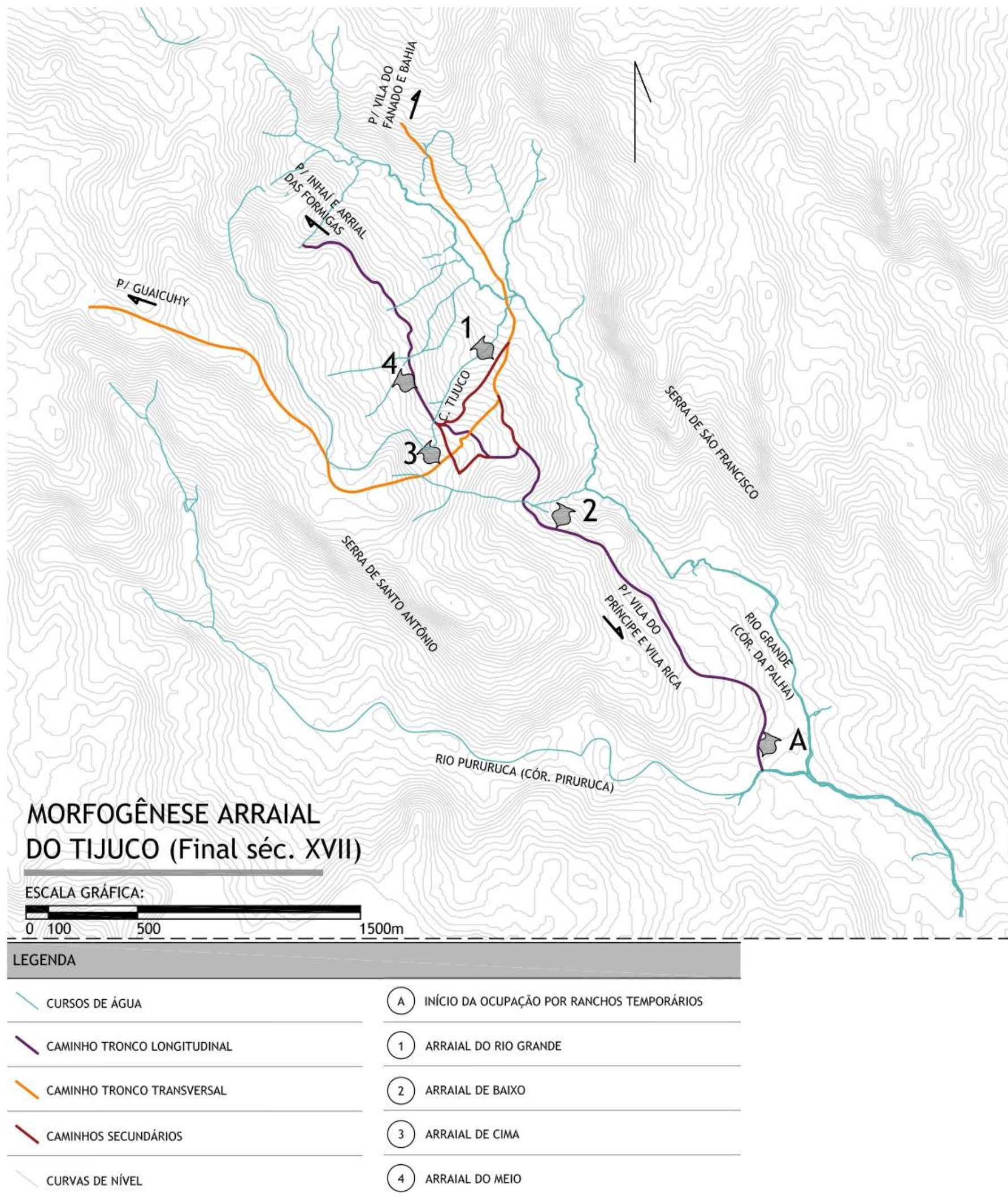
O arquiteto também cogitou que não se explorou diamante na área urbanizada, fato reforçado por despachos reais de proibição em meados da década de 1730 (SANTOS, 1868). Contudo, carta-régia de 1781, feita pelo intendente João da Rocha Dantas e Mendonça ao secretário de Estado Ultramar (Martinho de Melo e Castro), demonstrou

que tardiamente ainda naquele século houvera a descoberta de diamantes na serra de Santo Antônio, ou seja, justamente no território ocupado pela malha urbana. Em relação ao ouro, a maior extração se fazia na várzea do córrego do Tijuco (VASCONCELLOS, 1959), o que endossa a informação de a ocupação ter se acirrado pela rua do Burgalhau, a ela paralela, conformando o primitivo arraial do Rio Grande.

O arraial de Baixo teria surgido a partir da distribuição de casas pela rota entre a Palha (acesso ao rio Jequitinhonha) e a rua do Burgalhau. Como visto anteriormente, mesmo tendo sido o ponto de partida para a instalação de ranchos, a população mais se assentou no arraial do Burgalhau ou do Tijuco, local que daria procedência à formação do arraial principal, sendo o arraial de Baixo secundariamente ocupado. A formação do terceiro arraial, denominado de Cima ou dos Forros, pôde ter acompanhado o processo de subida da exploração de ouro para as grupiaras, percorrendo a rota de acesso a Guaicuí.

Por fim, surgiria o arraial do Meio, em área bastante irrigada pelos córregos do Tijuco e da Caridade, na continuidade da rota entre Palha e Inhaí. Segundo Santos (1894), o local era considerado como um lamaçal (Tyjucaba ou tremedal), fato que atrasou a sua ocupação. A “Roda” era o equipamento semi-industrial, usado preliminarmente na confluência do Pururuca com córrego da Palha (rio Grande) para os trabalhos de mineração. Segundo Vasconcellos, o equipamento mecânico de esgotamento de água mais tarde foi transferido para o alto da serra de Santo Antônio, acompanhando o próprio desenrolar da exploração minerária. Os quatro arraiais periféricos e suas rotas de ligação são representadas no croqui a seguir, baseados na interpretação de Vasconcellos (1959).

Figura 6: Arraias periféricos ao longo das rotas no antigo Arraial do Tijuco.



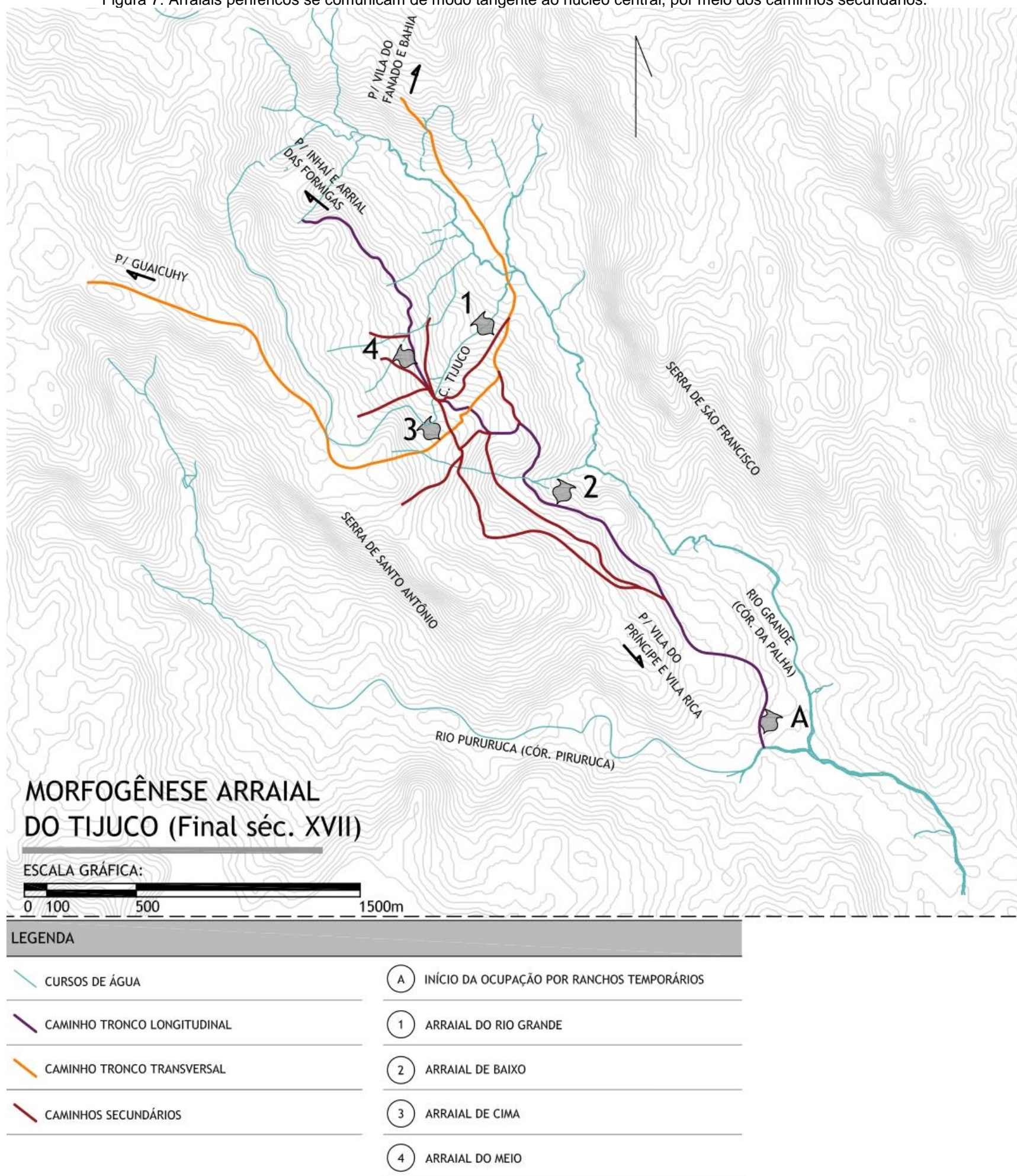
Elaboração pelo autor, 2023, baseado em Vasconcellos, 1959.

O esquema acima sintetiza o processo de ocupação do território Tijucano. O início da ocupação por ranchos esporádicos se deu nas proximidades da confluência dos córregos Pururuca e Grande (A), associada à rota longitudinal (em roxo) que se desenvolvia em meia encosta e paralela ao córrego da Palha, nos acessos à Vila do Príncipe a sudeste e ao Arraial das Formigas a noroeste.

Como visto, em detrimento do lugar preliminar de ocupação esparsa (A), o primeiro assentamento estável de edificações teria ocorrido ao longo do córrego do Tijuco (1), proto-núcleo inaugural urbano e alinhado com a rota transversal (em laranja), comunicando os acessos a Guaicuí e à Vila do Fanado, perpassando as encostas das serras de Santo Antônio e São Francisco. Os outros três proto-núcleos se associaram a essas rotas, por meio dos caminhos secundários (cor vermelho cardinal): o de Baixo (2) na continuidade da rota advinda da confluência dos córregos, o de Cima (3) próxima à cumeada da serra de Santo Antônio e o do Meio (4) à meia encosta, nas cercanias do cruzamento das duas rotas principais.

A rota longitudinal cruzava córregos que se direcionavam ao fundo de vale no encontro com a serra de São Francisco (Tijuco e Caridade). Em sentido transversal às curvas de nível e seguindo a declividade da serra de Santo Antônio, desenvolvia-se a rota entre os arraiais de Cima e do Rio Grande. O arraial de Cima estava mais próximo à cumeada da serra, onde havia criação de gado conforme relatos de Machado Filho (1944). Já a antiga área de mineração aluvionar se desenvolveu ao longo do córrego da Palha (rio Grande), no fundo de vale entre as serras de Santo Antônio e São Francisco. Vide representação dessas rotas no território, abaixo.

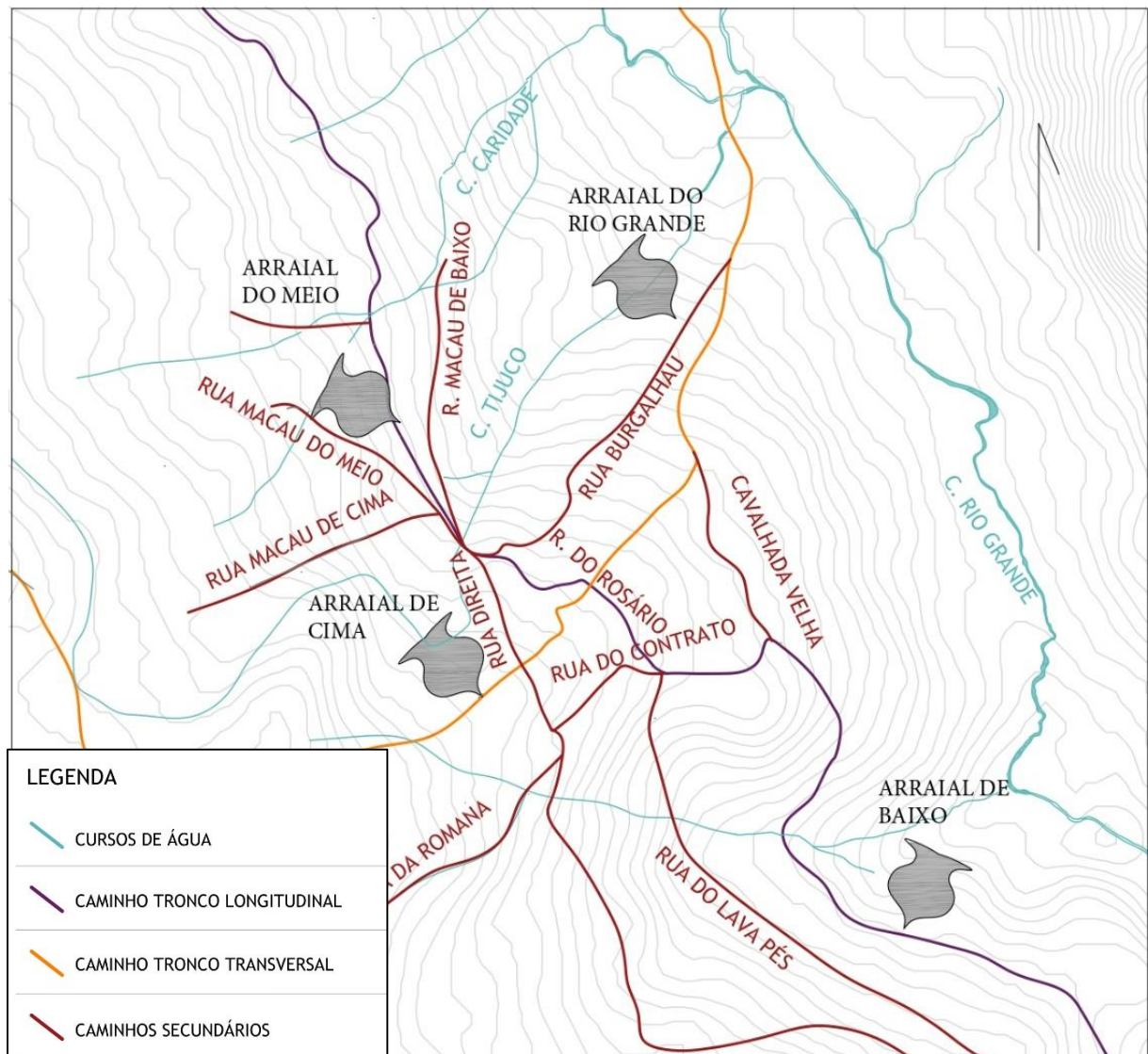
Figura 7: Arraiais periféricos se comunicam de modo tangente ao núcleo central, por meio dos caminhos secundários.



Elaboração pelo autor, 2023, baseado em Vasconcellos, 1959.

Essas rotas, segundo relata Vasconcellos (1959), resultavam em um espaço quadrangular, no qual o incipiente arraial do Tijuco se configurava, como é apresentado acima. O segundo esboço (abaixo), baseado ainda no autor, interpreta que os dois caminhos-troncos se converteram em ramificações de vias, arrematadas por uma trama quadrangular a meia encosta da serra de Santo Antônio.

Figura 8: Formação da trama central do antigo arraial do Tijuco, entre o final do século XVII e o início do XVIII.



Elaboração pelo autor, 2023, baseado em Vasconcellos (1959).

Como visto acima, os acessos para o arraial de Cima comunicavam-se à via de ligação (rua do Contrato) para os largos do Rosário e da Cavalhada Velha, dando

prosseguimento à outrora rota longitudinal, por meio do caminho para o antigo arraial do Rio Grande (travessa Doutor Prado e rua Rio Grande).

A partir do arraial do Rio Grande, uma outra via (rua do Burgalhau) se comunicava ao antigo arraial do Meio, local com ramificação de três vias (hoje denominadas como ruas Macau do Meio, Macau de Cima e Macau de Baixo). A primeira capela de Santo Antônio teria surgido junto à rua do Burgalhau, pertencente ao Arraial de Baixo, percursor da localidade. Localizada ao lado do que seria o primeiro cemitério, reunia assim a composição básica de um povoado primitivo.

Os antigos arraiais do Meio e de Cima passavam a se comunicar por uma via em nível e a meia encosta (rua direita), fechando a malha quadrangular central na interseção com a atual rua do Contrato. Abaixo está a malha permeada de ruas, resultante desse processo de interseção de rotas e caminhos secundários.

perpendiculares entre si. O vale encaixado entre as serras de Santo Antônio e de São Francisco, irrigado por córregos da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, vai ser o responsável por conformar a ocupação urbana desse local. É a adaptação do arraial ao suporte ambiental da paisagem que determinaria a morfogênese de Diamantina.

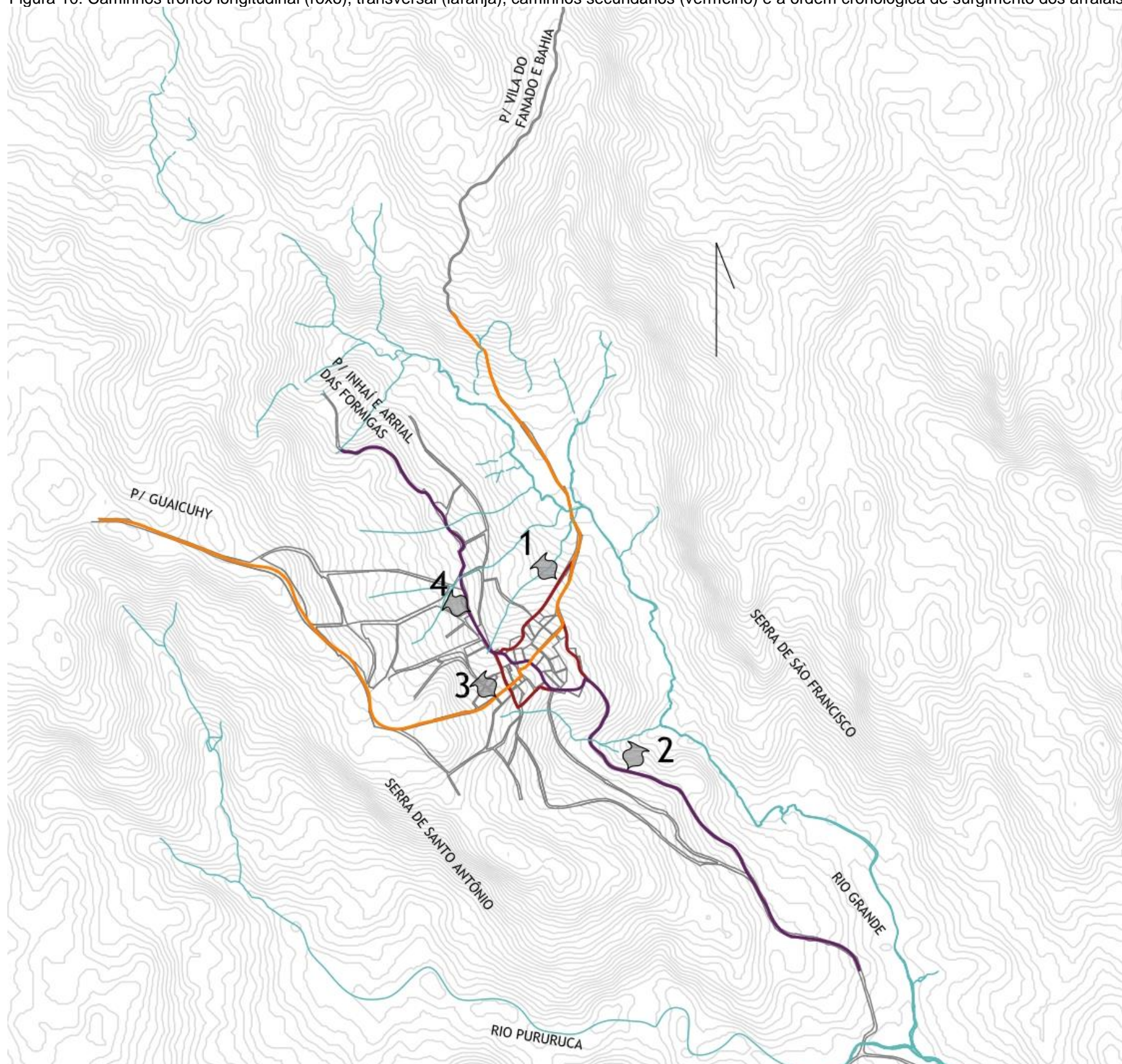
Os ranchos esporádicos se concentravam próximos ao encontro dos córregos Pururuca e Grande, mas logo foram suplantados pelos quatro arraiais que surgiram contíguos ao entroncamento das duas rotas matrizes. No início do século XVIII, os caminhos secundários que se comunicavam às rotas foram se subdividindo, concentradas em uma malha quadrangular central. Essa subdivisão deu origem ao primitivo arraial do Tijuco, cuja toponímia foi pela primeira vez identificada em 1713, por Santos (1868).

Compreendido o plano urbano, a escala de análise concentra a investigação em seu tecido colonial.

2.3.1.3. Análise do Tecido Urbano, Uso e Ocupação do Solo

Na figura abaixo, o esboço desse reticulado feito por Silvio de Vasconcellos é transposto à configuração geográfica do território tijucano.

Figura 10: Caminhos tronco longitudinal (roxo), transversal (laranja), caminhos secundários (vermelho) e a ordem cronológica de surgimento dos arraiais.




LEGENDA

 CURSOS DE ÁGUA

 CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL

 CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL

 CAMINHOS SECUNDÁRIOS

 1 ARRAIAL DO RIO GRANDE

 2 ARRAIAL DE BAIXO

 3 ARRAIAL DE CIMA

 4 ARRAIAL DO MEIO

Elaboração pelo autor, 2023.

Como se vê na figura, o tecido urbano reticulado é mais compacto na conformação da trama quadrangular, área com grande parte do acervo setecentista do casario tombado pelo Iphan em 1938 (vide quarto período morfológico). À esquerda da trama, estão os caminhos que dão acesso ao antigo arraial de Baixo e à antiga sede de Comarca do Serro do Frio (ao qual Tijuco estava subordinada), representada pela Vila do Príncipe. Na porção superior da trama, estão os grandes parcelamentos seguindo vias transversais às cotas de nível topográfico, interrompidas na extremidade superior por uma via longitudinal, consoante a cumeada da serra de Santo Antônio. O período indicado no mapa demonstra o período de consolidação do primitivo tecido colonial, entre os anos de 1713 e 1731.

Os córregos Grande e Pururuca, nos fundos de vale, e as cumeadas das serras de São Francisco e Santo Antônio são os elementos naturais que restringiram a morfogênese do arraial. Também são de suma importância os córregos representados na drenagem desse território. Eles foram conduzindo a urbanização em alguns locais, como é o caso do córrego do Tijuco, por estar situado ao lado do primeiro núcleo de urbanização: casario do Burgalhau. Logo, fica cada vez mais evidente como as características ambientais e topográficas do território foram os principais responsáveis por determinar a forma do nascente arraial.

O córrego da Caridade margeava a ocupação entre as ruas da Glória, Caridade e Macau do Meio. Na porção nordeste, a atual “rua do Bicame” possivelmente tem a designação em referência ao canal de água representado nas cartografias do século XVIII, que se conectava ao córrego do Tijuco nas proximidades da rua Direita. Ali se instalou chafariz só no final daquele século. Esses canais de água, na encosta da serra de Santo Antônio, possivelmente não estavam contaminados a jusante pela atividade minerária, por terem servido para o abastecimento da população. Contudo, era bem provável que se tornavam inadequadas para o consumo ao atingirem o curso do Tijuco e do Grande.

Vieira (2019) informa que esses córregos de água a céu aberto no centro urbano, apesar de praticamente ausentes na estrutura urbana de Diamantina em 2022, podem ter sobrevivido ao desenvolvimento da cidade, por permanecerem canalizados e

subterrados, conforme os registros recentes de estruturas encontradas em trabalhos arqueológicos na cidade.

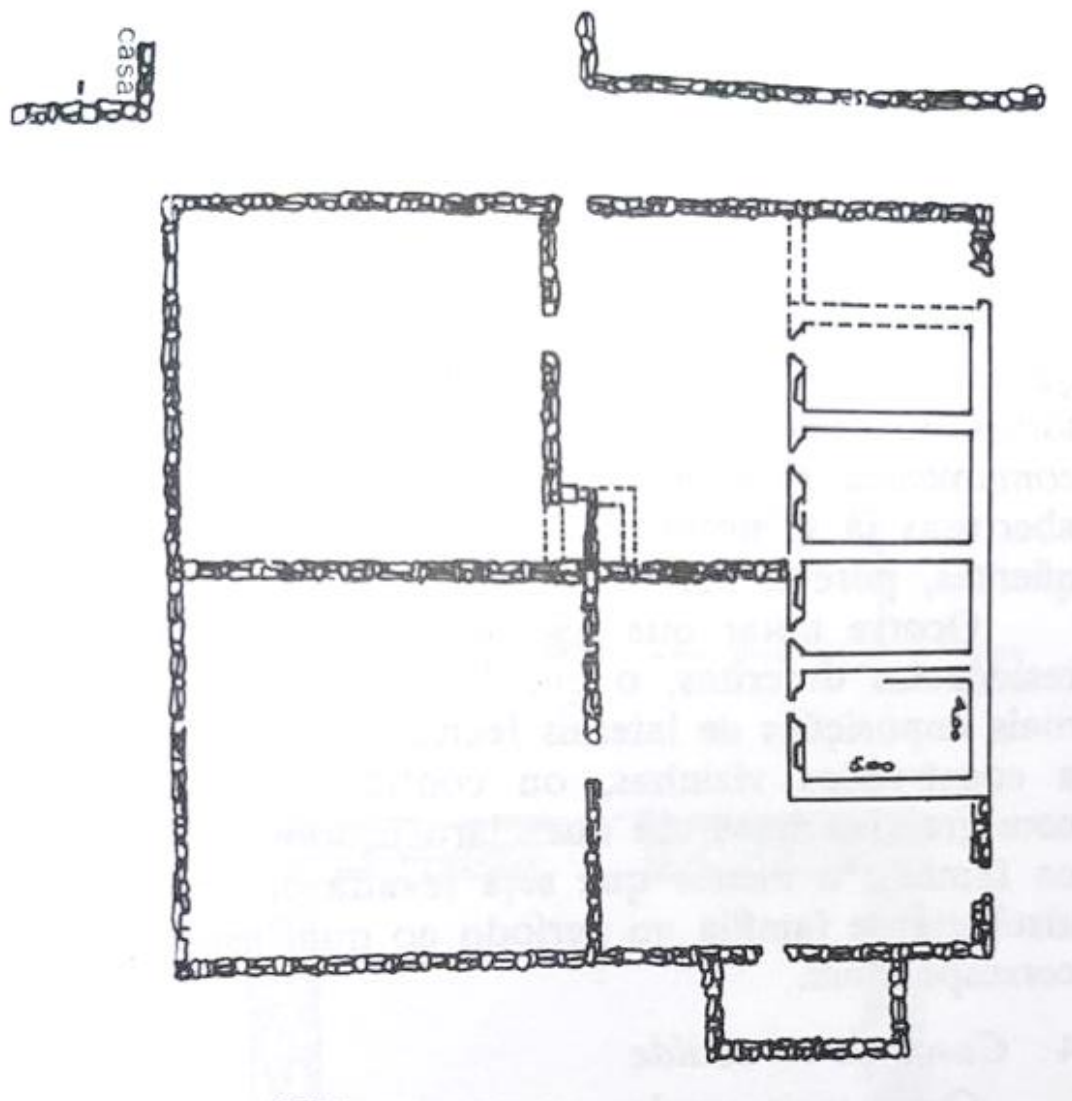
No mapa acima, são identificados os quatro arraiais primitivos – 1 Arraial do Rio Grande, 2 Arraial de Baixo, 3 Arraial de Cima e 4 Arraial do Meio, interligados pela trama quadrangular central, associados externamente aos acessos inter-regionais para Guaicuhy – Guaicuí, Vila Rica – Ouro Preto, Vila do Fanado – Minas Novas e Arraial das Formigas – Montes Claros. Interessa a observação de Vasconcellos ao indicar que os quatro arraiais atuaram mais no sentido de concentrar a urbanização do antigo Arraial do Tijuco do que no de distribuí-la ao longo das rotas territoriais.

Em relação aos usos, os edifícios possuíam o predomínio do uso residencial, com edificações especializadas associadas às atividades de mineração próximas às lavras. A seguir, importa escrutinar a análise do processo tipológico edilício desse período de morfogênese do Tijuco.

2.3.1.4. Análise Tipológica

A característica das primeiras construções, nas ocupações expedicionárias de desbravamento do território tijucano, possivelmente se assimilaram ao aspecto dos ranchos descrito por Vasconcellos (2011), constatados em Vila Rica. Segundo o autor, essas primeiras moradias eram consequência de um povoamento súbito em sítio agreste, sendo a princípio abrigos provisórios, destinados à proteção precária dos habitantes ainda inaptos ao estabelecimento de uma ocupação estável.

Figura 11: Croqui com representação de rancho em Vila Ria.



Fonte: Vasconcellos, 2011.

Como apresentado acima, a organização dessas habitações era muitas vezes para moradias coletivas, ao serviço de bandos sujeitos a transladações contínuas e não agrupados ainda em famílias. Cogita-se que os ranchos do Tijuco também tenham sido compostos por peça única, resumidos em uma área coberta de sapé ou palha vegetal, em estrutura de paus roliços, com piso de terra batida e jiraus para o repouso.

Por essa estrutura, iam sendo realizadas posteriormente as vedações por pau-a-pique, revestidos ou não por vegetais ou completados por varas transversais revestidas por barro. Em decorrência dessa permeabilidade de vedações, seriam constatadas poucas aberturas, por uma porta de ingresso e uma ou duas diminutas

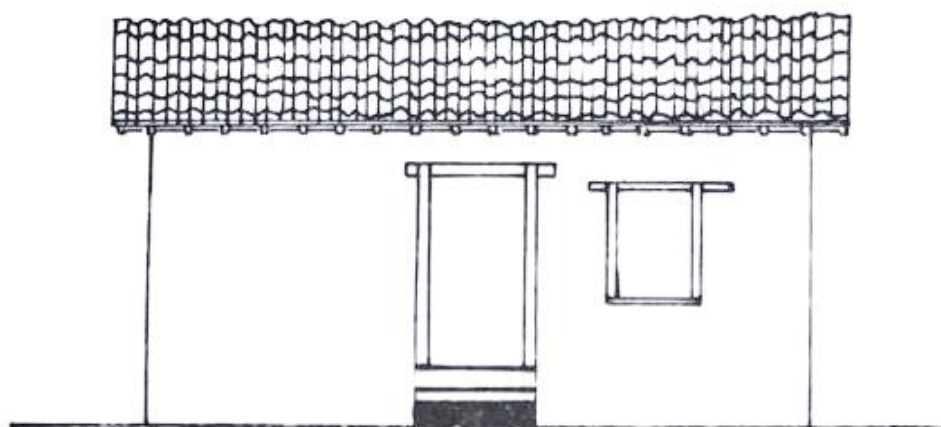
janelas ou estreitas esteiras. As edificações especializadas para templos, por exemplo, também possuíam materiais menos duráveis como os constatados em ranchos, paulatinamente aperfeiçoadas ao longo da ocupação do Tijuco.

Importa destacar, contudo, que no Tijuco houve o emprego extensivo de materiais menos duráveis, a partir do sistema de gaiola autônoma de madeira e vedação em barro, até mesmo nos principais templos da urbe, de modo distinto ao que ocorrera na antiga Vila Rica. Por outro lado, Vasconcellos (2011) comenta que as primeiras habitações da Vila, compostas por ranchos, segundo os aforamentos do século XVIII, não se limitavam apenas às áreas de mineração, ao se espalharem pelo centro da área urbana.

Possivelmente o mesmo fenômeno se notou no primeiro momento de formação do antigo arraial do Tijuco, no qual os ranchos para assentamento temporário de expedicionários e exploradores iniciais de minério iam sendo empregados nas primeiras ocupações da área central urbana.

A partir dos ranchos, dois tipos de moradias foram se especializando na ocupação inicial da área urbana de Vila Rica, fenômeno possivelmente ocorrido também no Tijuco: a casa dos morros e a casa de arrebalde.

Figura 12: Exemplo de Casa dos Morros.

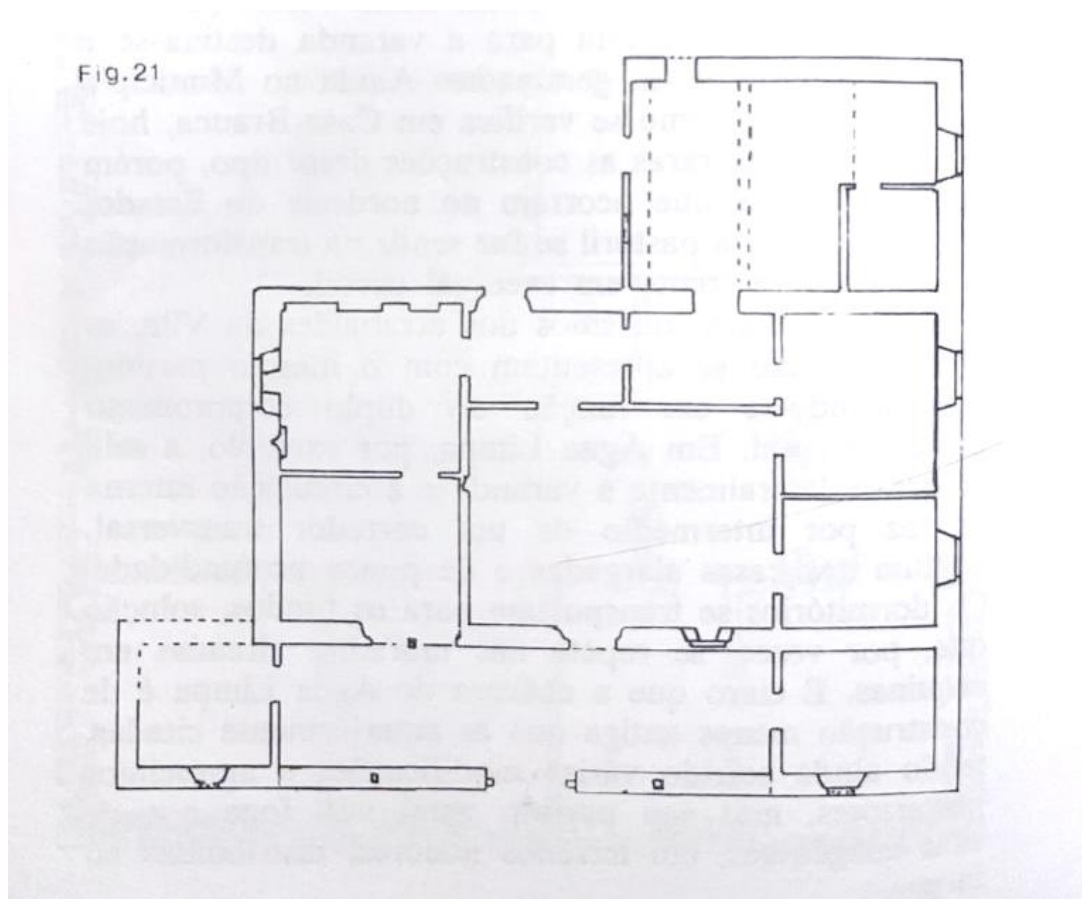


Fonte: Vasconcellos, 1979.

A casa dos morros (visto acima) se trataria de uma edificação de peça única ou com até quatro cômodos, com 15 m², aberta para o exterior com porta e janela, imóveis

que passariam a se dividir e se alongar em planta, conforme as necessidades e os recursos financeiros dos proprietários. As casas de arrebalde seriam edificações mais amplas, comportando um maior número de peças.

Figura 13: Exemplo de planta da Casa de Arrebalde.



Fonte: Vasconcellos, 2011.

Assemelhavam-se assim a casas rurais do século XVII, distintas apenas por parte dos elementos construtivos ou pela complexidade de planta, como sugeriria Vasconcellos (2011).

O processo de construção desses edifícios vai se confluir na consolidação das casas urbanas naquele período, situação que pode ter ocorrido também no Tijuco. Abaixo, segue o resumo dessas análises pelo prisma tridimensional da paisagem urbana.

2.3.1.5. Análise da Paisagem Urbana

Os elementos estudados nos itens anteriores vão demonstrar a aplicação das abordagens de morfologia urbana das Escolas Inglesa e Italiana, na interpretação de como se desenvolveu a remota ocupação urbana do território diamantino.

Contudo, essas aplicações se fizeram predominantemente sobre bases cartográficas, em projeções bidimensionais. Como o objetivo da pesquisa é demonstrar a eficácia do método para interpretar uma paisagem cultural, fez-se necessário acrescentar ao método uma análise compilativa desses aportes, sobre representações tridimensionais e seções de terreno.

A análise de uma paisagem urbana demanda essa avaliação espacial, e é por essa razão que este item arrematará todos os períodos morfológicos analisados, como introduzido por este primeiro período.

A base cartográfica para a simulação tridimensional da ocupação do território recorreu ao uso de imagens de satélite, disponibilizadas pelo Google Earth em 2023. A imagem abaixo sintetiza a ocupação esparsa no processo de morfogênese do antigo Arraial do Tijuco.

Figura 14: Simulação topográfica da morfogênese do antigo Arraial do Tijuco.



Adaptação do autor sobre Google Earth, 2023.

Na imagem acima, fica evidente que elementos naturais do sítio são os primeiros a nortear a ocupação do território, notadamente as elevações das serras de São Francisco e de Santo Antônio, bem como os córregos Pururuca e Rio Grande.

As duas rotas principais do território se interceptam à meia encosta da Serra de Santo Antônio, enquanto a primeira (“Rota T”, transversal) parte da cumeada desta, em direção ao vale do Rio Grande e galgando escarpas da Serra dos Cristais. Por outro lado, a rota longitudinal (“Rota L”) segue o plano inclinado da meia encosta de São Francisco, conduzindo rotas ao sertão norte-mineiro e à Vila do Príncipe.

Os aglomerados urbanos iniciais se resultam da articulação entre elementos naturais e rotas territoriais. Os acampamentos iniciais inauguram o desbravamento urbano, dispostos na confluência dos córregos e onde existiam minerais aluvionares. Em seguida, os arraiais periféricos do Rio Grande (A), de Baixo (B), de Cima (C) e do Meio (D) iam se desenvolvendo ao longo das duas rotas principais de bandeirantes e tropeiros, concentradas na encosta da Serra de Santo Antônio, local onde as duas se interceptavam.

Abaixo estão dois perfis de terreno em duas áreas distintas (representadas pelas setas azul e vermelho na figura anterior), para ilustrar a ocupação na morfogênese.

Figura 15: Perfis do terreno entre as serras de Santo Antônio e São Francisco, e ocupação do 1º Período Morfológico: 1 – Rua Direita (superior – seta azul no 3D); 2 – Rua da Glória (inferior – seta vermelha no 3D).



Elaboração pelo autor, 2023.

Nos perfis de terreno acima, ilustra-se o aspecto acidentado do relevo nas duas áreas destacadas. Como havia arraiais ainda dispersos, a representação simula a distribuição remota de casas pela encosta, com a predominância da volumetria térrea e em sistemas construtivos que poderiam ser até temporários do tipo Tipuaba, conforme se evidenciou no subitem anterior. Mesmo assim, predominava o sistema colonial no emprego de vedações de barro em gaiolas autônomas de madeira.

No primeiro registro, próximo à atual região da Rua Direita (seta azul), estariam representadas as casas térreas que iam se aglomerando nos arraiais periféricos, com casario disperso. Nesse trecho havia o cruzamento de duas rotas territoriais, o que facilitava o surgimento de imóveis ao longo delas.

O segundo registro (mapeado pela seta vermelha) representa o aspecto pouco habitado da região posteriormente conhecida como das ruas da Glória e Caridade, na época com áreas de vegetação nativa, com uma ou outra propriedade rural. A edificação representada simula uma construção temporária, em estrutura de madeira e coberta por palha seca.

A organização desse reticulado urbano central do antigo arraial, em seu esquema primitivo até meados da década de 1730, vai atingir seu ápice na segunda metade do século XVIII, fenômeno avaliado no próximo período morfológico.

2.3.2. 2º Período Morfológico – Consolidação do Arraial (1731-1784)

2.3.2.1. Análise do Contexto Histórico e Socioeconômico

No século XVIII, a exploração de metais preciosos ocasionou importantes efeitos na Metrópole e na Colônia (FAUSTO, 2006). Enquanto na Coroa, esses metais aliviaram momentaneamente os problemas financeiros de Portugal, bastante dependentes da Inglaterra, na Colônia eles configuraram a atração da primeira grande corrente imigratória para o Brasil, além de gerar uma maior articulação entre áreas distantes desse território.

É nesse momento que se inicia a intervenção regulamentadora mais ampla da Coroa no Brasil, refletido em uma maior tributação para arrecadar os impostos: “arrecadar impostos e organizar a sociedade das minas foram os dois objetivos básicos da administração portuguesa, relacionados aliás entre si” (FAUSTO, 2006, p. 191). Marquês de Pombal (1750-1777) se despontou como o ministro de maior destaque nesse cenário, introduzindo modificações no relacionamento Metrópole-Colônia de modo absolutista, além de acirrar ações contra as ordens religiosas.

A exploração de diamantes só se oficializou em 1729, mesmo contexto do ato real de Dom Lourenço de Almeida (governador da capitania) que declarou monopólio da Coroa sobre qualquer extração mineral na Comarca do Serro Frio, junto ao imposto de capitação de diamante por escravo, instaurado no ano seguinte. As vendas só eram permitidas no antigo arraial do Tijuco, havendo punições para quem as fizessem nas regiões a ele circunvizinhas. Gradualmente foram se tornando mais rígidos os controles do fisco sobre a atividade de mineração, alternados por breve relaxamento na concessão de lavras de exploração.

É inegável a atração populacional que essa descoberta acarretou para a localidade. Em 1732, as lavras eram desimpedidas, com franco comércio de diamantes no Tijuco (SANTOS, 1868). A insuficiência do regimento de 1730 para o controle da extração

de diamantes acompanhada do florescimento de povoados circunvizinhos ao arraial vai resultar no estabelecimento nele de uma sede administrativa.

Instituiu-se a Intendência dos Diamantes em 1734, administração especial do Tijuco para expedição de alvarás, portarias, bandos e ordens para as minerações locais. A Demarcação Diamantina, região de jurisdição da intendência, oficializa-se também em 1734, realizada por Marinho de Mendonça e assistência do primeiro Intendente dos Diamantes, Rafael Pires Pardini, empossado naquele mesmo ano (MACHADO FILHO, 1944).

Desde então, sucedem-se inúmeras correspondências entre os administradores da Intendência e a Corte, com dados sobre a extração, o controle de caixa, os mapeamentos de mineração, os despachos reais e as respectivas execuções no Distrito dos Diamantes, conforme dados contidos no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Na figura abaixo, está o mapeamento da Demarcação Diamantina, realizado pela Coroa Portuguesa no século XVIII.

Figura 16: Marca da Demarcação Diamantina, de 1774. Ao centro, indicação do território do Tijuco.

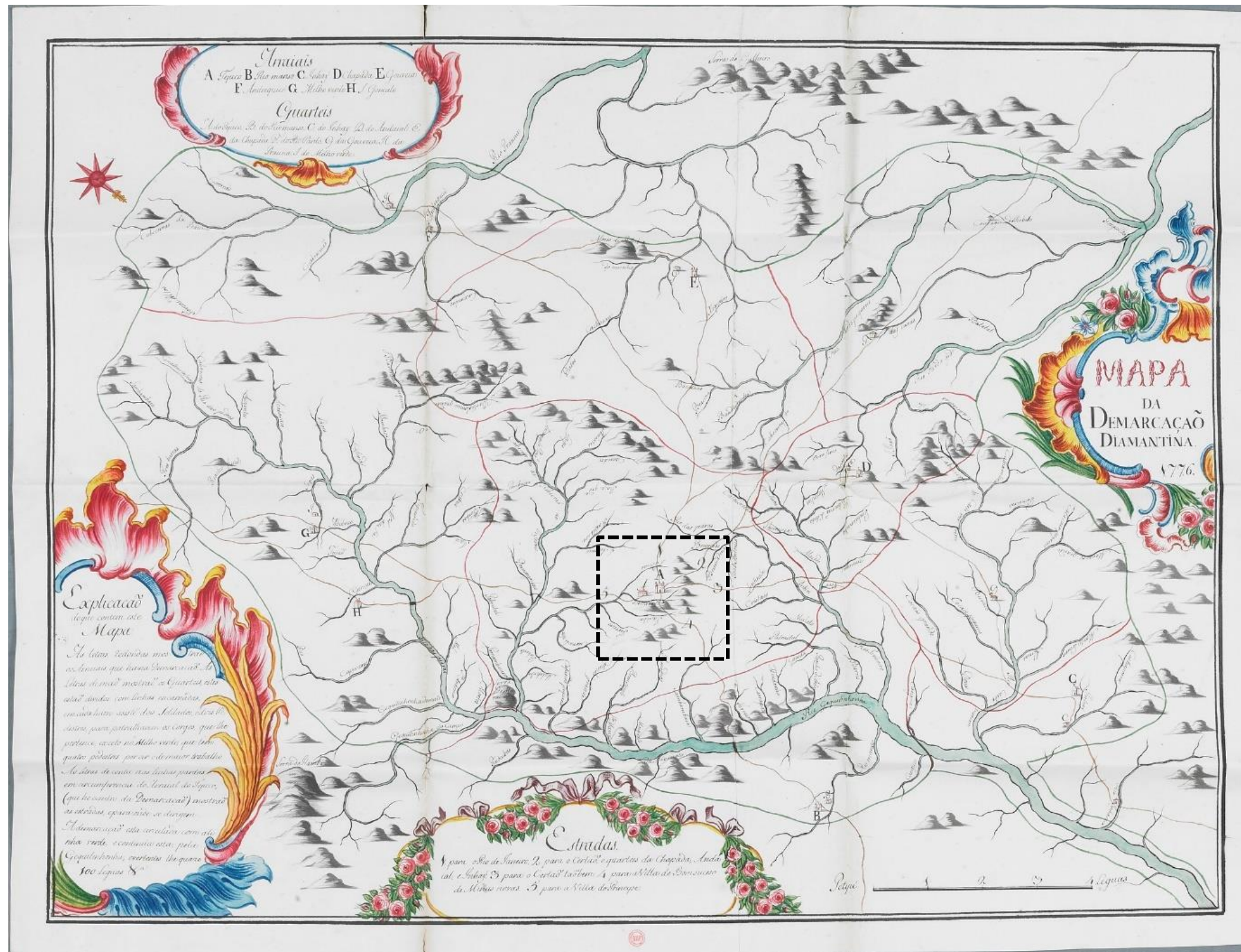


Figura 17: Ampliação do mapa anterior, com indicação das estradas (1 a 5) numeradas em relação ao Tijuco (A).



Fonte: Biblioteca Nacional Portuguesa.

No mapa da Demarcação Diamantina, são apresentados o Tijuco (A) e os arraiais e povoados circundantes, tais como Rio Preto, Gouveia e Curimataí. Por meio das estradas, é possível comprovar que do Tijuco saíam cinco rotas, tendo o caminho tronco transversal coincidente com as rotas para o Rio de Janeiro (1) e sertão do Vale do Jequitinhonha (2), e o longitudinal com as rotas para o sertão do Norte de Minas Gerais (3) e arraiais próximos à Vila do Príncipe (4), como Milho Verde e São Gonçalo do Rio Abaixo.

No período colonial, as sedes de municípios eram chamadas de vilas e dotadas de autogoverno, por meio da Câmara, enquanto o termo “cidade” era aplicado apenas às sedes de dioceses ou arquidioceses (SANTIAGO, 2016, p. 58). Conforme informa Santiago (2016, p. 58), a Demarcação Diamantina e a região Norte Mineira se constituíam de fato como um território de isolamento (área tampão), onde desde metade do século XVIII não eram criadas vilas na capitania de Minas Gerais.

A Vila do Príncipe (1714) era a sede administrativa da Comarca de Serro Frio (1720), compreendendo consideráveis dimensões e englobando as atuais comarcas de “Diamantina, Bocaíuva, São Francisco, Montes Claros, Rio Pardo, Grão Mogol, Minas Novas, Salinas, Tremedal, Teófilo Otoni, São João Batista, Peçanha, Guanhões, Araçuaí, Ferros, Conceição e parte de Januária” (MACHADO FILHO, 1980, p. 271). Portanto, o Arraial do Tijuco estava subordinado à administração da Comarca de Serro Frio. Em 1722, a Capitania de Minas Gerais era desmembrada da de São Paulo (SANTOS, 1868), em decorrência das cada vez mais recorrentes descobertas auríferas.

Não se deve reduzir a importância de Rafael Pires Pardino, em sua estada pelo Tijuco (1734 a 1741), como primeiro intendente. Descrito como pessoa de inteligência cultivada, à prática de muitos anos como magistrado, reunia um caráter firme e rígido, segundo Santos (1868), no alto dos seus 70 anos ao assumir o novo cargo. Pardino chega ao arraial já dotado de experiência pretérita em provimentos urbanísticos nas vilas de Paranaguá e Curitiba, ainda no início do século XVIII (PEGORARO, 2007).

A sua formação profissional se inaugura pela licenciatura em leis, no ano de 1702. Atuou como juiz, em Portugal, entre os anos de 1702 e 1717, quando é empossado como Ouvidor de São Paulo. O Ouvidor possuía a missão de proteger “o poder e interesses régios e, por consequência, a legislação régia” (PEGORARO, 2007, p. 32). Entre 1717 e 1720, passou por Laguna e São Francisco, realizando nesta última provimentos associados às leis das câmaras locais, defesa das terras e organização de demais aspectos da vila.

No ano de 1721, Rafael Pires Pardino desenvolve uma série de provimentos para as vilas de Paranaguá e Curitiba. Neles, o ouvidor se preocupou “não só com a atuação da justiça ordinária, como também instruiu a boa administração do Conselho e de seus

bens, buscando assegurar a boa governança daquelas povoações” (PEGORARO, 2007, p. 34). Contudo, para uma boa execução dos provimentos, era fundamental a definição de fronteiras da jurisdição, como procedeu ao definir limites geográficos para atuação dos juízes de Curitiba.

Nesse sentido, o que se destaca para a presente análise foi a regulamentação da maneira de se construir nas vilas, fazendo com que tal ato ficasse condicionado a uma licença. Além disso, procurou adequar os espaços geográficos de poder, versando sobre a construção do prédio destinado à Câmara e Cadeia. Em Paranaguá, houve inclusive um provimento com proibição de construção de um colégio dos Jesuítas.

Portanto, fica muito claro o interesse da Coroa em estabelecer um jurista, com experiência adquirida na ouvidoria de novas vilas. Possivelmente o arraial, recém consolidado na trama central, não seguia rígidas regras de construção edilícia, bem como estava desprovido de um completo cabedal normativo. E era importante estabelecer esses provimentos no Tijuco, que se tornara sede da Intendência dos Diamantes, responsável por controlar a maior parte da exploração minerária da própria Comarca do Serro.

Seria muita coincidência a instalação de uma praça, com o poder civil e eclesiástico na rua Direita, sem haver uma estratégia política por trás. E a possibilidade dessa consolidação da malha se desenvolver em 1730 reforça ainda mais a hipótese de que Pardinho, assim que assumiu a Intendência, teria estabelecido um rol de normas no sentido de orientar e controlar os assentamentos construtivos junto aos logradouros públicos – mesmo que não haja comprovações históricas desses provimentos urbanos, como já pronunciara Vasconcellos (1959).

Ademais, o seu apoio no estabelecimento de regras jurídicas no arraial, bem como a sua participação na definição da Demarcação Diamantina comprovam que a sua função no Tijuco perpetuaria o seu “modus operandi” das vilas no sul Brasil, razão pela qual foi aí designado.

É esse o ensejo do “Livro da Capa Verde” (FURTADO, 1996), instrumento responsável por copilar leis e normas instauradas sob o novo sistema administrativo implantado pelo ministro forte do reinado de D. José I, o Marquês de Pombal. Um rigoroso compêndio legislativo havia sido decretado em 1734, quando é instaurado o Imposto

da Capitação sob a primeira Intendência dos Diamantes no Tijuco, chefiada por Raphael Pires Pardiniho (SANTOS, 1868). Logo, desde a primeira metade do século XVIII, a presença de Raphael Pires Pardiniho na administração local conjecturava uma atitude de regulação urbana preliminar no território do Arraial:

O decreto de Julho de 1734 determinou a proibição da exploração dos diamantes e o fechamento da região diamantina pela Coroa. A proibição da exploração se deu pelo fato de o diamante ser encontrado com abundância nos rios próximos ao Tijuco e a sua exploração desenfreada fez seu valor despencar no mercado internacional (...). Então realizou-se uma delimitação mais precisa dos limites do Distrito, por Martinho de Mendonça Pina e Proença e pelo Engenheiro Militar Rafael Pires Pardiniho, com a colocação de seis marcos cuidadosamente fixados nas divisas estabelecidas e, cerca de oito postos fiscais que controlavam a entrada e saída do distrito. O Distrito Diamantino era como um Estado dentro do Estado, uma região distinta do resto da Capitania por encerrar diamantes no solo e nos cursos d'água (BORSAGLI, 2010).

Como se mencionou anteriormente, Raphael Pires Pardiniho foi o ouvidor responsável por provimentos urbanísticos nas vilas de Paranaguá e Curitiba, ainda no início do século XVIII (PEGORARO, 2007), equivocadamente indicado como engenheiro militar por Borsagli, possivelmente pelo fato do autor considerá-lo um planejador de vilas.

Sendo o primeiro intendente em Diamantina, a partir de 1734, e por meio do registro apresentado acima, é inevitável dizer que o recém-formado arraial do Tijuco tenha recebido ordenações urbanas durante o processo de consolidação da malha central (articulada pela Intendência dos Diamantes recém-construída e pela nova Matriz de Santo Antônio, relocada desde meados da década de 1740 (MACHADO FILHO, 1944), o que claramente evidencia uma organização com lógica na urbe portuguesa. Essa contextualização associada ao ensejo urbano de vilas coloniais portuguesas ultramarinas será aprofundada no próximo subitem.

De acordo com Furtado (1996), a sociedade tijuicana era composta por grande camada de escravos, seguida de homens livres e pobres (geralmente pardos) e finalmente de uma pequena classe dominante branca, responsável por ocupar os principais postos administrativos – situação análoga à sociedade da Capitania de Minas Gerais como um todo. Fausto (2006) faz leitura similar, ao descrever a sociedade colonial por seus estratos sociais. A pureza de sangue era um princípio básico de exclusão, sendo considerados impuros os cristãos-novos, os negros mesmo livres, os indígenas e algumas espécies de mestiços. A condição de livre e

escravizado tinha um forte apelo discriminatório racial, mesmo quando a pessoa escravizada era alforriada, enquanto as pessoas livres se tratavam dos estratos da nobreza e do clero, além das profissões livres de condições diversas.

Em 1743 é instaurado o Regime dos Contratadores, no qual a Coroa terceirizava a realização e condução dos trabalhos de exploração mineral nas jazidas e lavras, arrematadas por contratadores a cada quatro anos. Por isso, especula-se que o então Palácio dos Contratadores (hoje Palácio Eclesiástico) tenha sido executado naquele ano. Está disposto em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, erigida em 1756. Segundo Machado Filho (1944), na década de 1750, período sob o Contrato de Felisberto Caldeira Brant, houve o crescimento da população do Tijuco, período sem perseguição aos trabalhos dos garimpeiros. Com isso, muitos se enriqueceram, vivendo no luxo e na opulência (MACHADO FILHO, 1944). Ganha força, nesse momento, as construções religiosas que assinalavam a marca das irmandades mais ricas do arraial.

No ano de 1771, a Coroa decide acirrar ainda mais o controle sobre o processo de exploração do diamante, principalmente em razão da grande recorrência de contrabando. É então finalizado o Regime de Contratos e estabelecida a Real Extração dos Diamantes, com centralização da administração extrativa nas mãos do intendente dos diamantes.

O Decreto de 1772, segundo Junia Ferreira Furtado (1996), estabelecia o monopólio da Coroa sobre o comércio e a exploração do diamante do arraial. Contudo, tal situação não impediu novo rearranjo da população sob o novo sistema, tirando daí o seu sustento e mantendo-se a divisão social entre classe dominante (colonos ou respectivos descendentes brancos) em mais altos cargos da Administração, classe média (brancos, pretos e mulatos livres) em cargos menos importantes, e a manutenção da mão de obra escravizada nos trabalhos extrativistas.

O segundo período morfológico encerra-se na década de 1770, com o auge da exploração do diamante acompanhado do maior rigor administrativo da Coroa perante essa atividade. A seguir, a interpretação histórica desse período é refletida na análise do plano urbano tijucano.

2.3.2.2. *Análise do Plano Urbano*

A compreensão do plano urbano do Arraial do Tijuco, consolidado nesse segundo período morfológico, precisa necessariamente tangenciar as considerações sobre o modo que se adaptou o urbanismo setecentista português em suas colônias ultramarinas, como a do Brasil.

É sabido que, ao longo do século XX, discussões acadêmicas acerca do urbanismo colonial ibérico incentivaram a ideia de que havia uma dicotomia entre a adoção da malha geométrica em urbes do Império espanhol, em contraposição aos aglomerados sem planificação empreendidos pela Coroa portuguesa (DELSON, 1979).

Porém, a partir da metade daquele século, novas abordagens amenizaram essa pretensa dicotomia, por meio do reconhecimento de padrões urbanísticos que se repetiam em cidades lusitanas, demonstrando que tais aglomerados não eram propriamente caóticos.

Gilberto Freire (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936) são os primeiros pesquisadores com conteúdo significativo para a descrição de aspectos da morfologia urbana no Brasil (COSTA; TEIXEIRA, 2014, p. 120). Contudo, tais estudos descritivos davam ênfase aos aspectos sociais, econômicos e políticos, ao invés de destacar a forma dos lugares. Mesmo assim, dentre esses dois intelectuais, Holanda (1936) se destacaria por iniciar uma breve conceituação sobre o urbanismo na colônia brasileira.

Na obra “Raízes do Brasil” (1936), defende a interpretação da ortodoxia hispânica versus a espontaneidade portuguesa. Segundo o autor, o traçado dos centros urbanos na América espanhola denunciaria a necessidade de se retificar o sítio natural, enquanto as cidades portuguesas seriam um produto enlaçado na paisagem sem nenhum rigor e mérito (HOLANDA, 1936). Isto é, os portugueses não teriam adotado normas absolutas de construção e planejamento, ao contrário da empreitada espanhola em suas colônias. Robert Smith segue na mesma interpretação (SMITH, 1949), ao informar que em momento algum os portugueses estabeleceram um código de normas para o desenvolvimento urbano, com cidades formadas sem planejamento e falta de clareza urbanística.

Essa leitura começa a adquirir uma inflexão analítica a partir do pesquisador Nestor Goulart Reis Filho. Responsável pelas obras “Vilas e Cidades no Brasil Colonial” (primeira edição em 1956) e “Evolução Urbana do Brasil” (lançada em 1961), Reis incorpora o seguinte viés à discussão:

Adotamos o conceito mais geral, corrente nas pesquisas científicas, segundo o qual há regularidade, quando em um processo podemos observar séries de eventos, com a repetição de determinadas características. (...). Com frequência, a adoção de traçados mais formais correspondia a um alto grau de irracionalidade, em termos de adaptação à topografia. Nesses casos, os traçados de caráter geométrico eram mais uma imposição de caráter legal ou cultural, do que um avanço e um aperfeiçoamento, em termos de técnica urbanística (REIS FILHO, 1999. p. 19 e p. 22).

Ao mesmo tempo em que mostra ser imprecisa a interpretação realizada por Holanda (1933) e Smith (1949), defensores da ineficácia do urbanismo português colonial por não seguir um método geométrico e rígido, Reis Filho (1961) revela a existência de um padrão lógico e até mais eficaz imbuído na pretensa desorganizada malha urbana dessas urbes, visto que haveria uma legislação portuguesa de construção de vilas para o Brasil setecentista (DELSON, 1979, p. 3). Além disso, o urbanismo colonial português representaria uma lógica de implantação do território urbano, adaptado às características ambientais de suporte da sua paisagem.

Paulo Santos é outro autor que ultrapassa a visão binária de Holanda ao defender que a desordem urbana das cidades brasileiras era apenas aparente, pois havia uma coerência orgânica e unidade configurativa nelas (SANTOS, 1868), descrição bem semelhante às ideias de Goulart Reis e Pessôa.

Roberta Marx Delson, em sua obra “Novas Vilas para o Brasil Colônia” (1979), amplia essa análise buscando indícios de padrões nas construções das urbes pelo interior da colônia. O seu argumento é o de que o Brasil não foi percorrido apenas por “aventureiros”, como é tradicionalmente veiculado. Ao contrário, seguindo garimpeiros e sertanistas, a Coroa portuguesa ia estabelecendo a sua autonomia por meio de uma rede de comunidades criteriosamente planejadas e construídas em regiões remotas:

Influenciados pela descoberta de ouro na década de 1690 e diretamente ameaçados, os administradores metropolitanos buscavam ansiosamente os meios de ampliar o seu controle; um sistema racional de distribuição de terras, combinado com a construção supervisionada de vilas, constituiu o processo pelo qual o

interior podia ser protegido contra um crescimento independente e descontrolado (DELSON, 1976, p. 4).

Um dos controles desse crescimento foi representado pelas cartografias. Nestor Goulart Reis Filho (1956, p. 13) e Cláudia Damasceno Fonseca (2011, p. 273) demonstram a ideia de que o interesse da administração portuguesa era principalmente o de se realizar levantamentos como forma de reconhecimento do seu território em missões de demarcação. Não obstante, Fonseca também informa que outra intenção para a produção de cartografias (no século XVIII) seria a de embasar solicitações para a mudança de categoria em núcleos urbanizados (2011, p. 325).

Em sua tese “A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço” (2006), a urbanista Fernanda Borges de Moraes evidenciou como a rede urbana de vilas e cidades setecentistas, na Capitania de Minas Gerais, refletiu os processos de centralização e descentralização do poder político-administrativo da Coroa Portuguesa, expressas espacialmente em representações cartográficas dessa trama de urbes. Moraes destacou que essas cartografias possuíram uma progressiva evolução desde a representação mais naturalista (expositiva ou artística) para uma mais abstrata e objetiva, no decorrer dos séculos XVI e XX.

A década de 1720 seria decisiva nessa inflexão de representação cartográfica, quando Dom João V (1706-1750) dava início a princípios normativos para o trabalho historiográfico, tendo seu ápice no contexto do “Novo Atlas da América Portuguesa” (1729), cujo resultado prático seria a adoção de leis matemáticas em sua elaboração. A descoberta de jazidas auríferas e diamantíferas no Brasil colônia, no início do século XVIII, reforçou esse processo cartográfico (MORAES, 2006, p. 77).

Voltando a lente para Diamantina, José Simões de Belmont Pessôa incorpora a nova leitura de vilas coloniais portuguesas ao reinterpretar a formação do núcleo urbano do Tijuco, no artigo “Forma urbana no Brasil – uma amostragem de casos-tipo” (1998). Ensaio claramente embasado no estudo feito por Sylvio de Vasconcellos no artigo “Formação urbana do Arraial do Tijuco” (1959), Pessôa indica uma lógica por detrás da sua formação espacial urbana:

(...) arriscaríamos afirmar que sempre houve uma lógica construtiva da espacialidade das cidades portuguesas, o que faz com que tenhamos resultados muito semelhantes entre cidades que tiveram o desenho

prévio, cidades ordenadas a partir de um núcleo espontâneo preexistente e cidades não projetadas. (...). Chama a atenção no caso de Diamantina o seu traçado concentrado, ao contrário da lógica linear que determinou a formação da maioria das cidades de mineração na América portuguesa, pelas datas minerais e ao longo dos caminhos que uniam os diversos arraiais. (...). Na realidade, do mesmo modo que as cidades lineares mineiras, Diamantina organizou sua estrutura urbana a partir dos caminhos entre os arraiais iniciais no território (PESSÔA, 1998. p. 652 e p. 656).

Acima, o autor informa que no Tijuco houve uma lógica construtiva na espacialidade da cidade. O seu traçado concentrado, resultante das rotas territoriais (vide período morfológico anterior), demonstra que o arraial teria seguido o processo de formação das demais cidades minerárias, como Ouro Preto e Sabará, mesmo que esses casos tenham seguido uma lógica linear.

No tocante à representação cartográfica do Tijuco, no século XVIII, alguns aspectos de relevância precisam ser elencados. Abaixo está a mais antiga cartografia sobre o arraial.

Figura 18: Mapa do Arraial do Tijuco em 1774.



Fonte: Costa et al, 2002.

É bem provável que a sua elaboração tenha sido motivada em prol do recenseamento da população da localidade, visto que, no início daquela década, a Coroa Portuguesa teria enrijecido o controle sobre toda a extração de diamantes da Demarcação Diamantina. Inclusive pelo fato de o mapa ter sido encaminhado pelo intendente da Extração dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça, a Martinho de Melo e Castro (secretário do Estado da Marinha e do Ultramar do Reino de Portugal entre 1770 e 1795), como confirmado por carta-régia de 1776 acondicionada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU).

Merece destaque a transcrição das informações contidas nessa cartografia intitulada “Pequena planta do Arraial do Tejuco”:

Contém este Arraial sete Templos, são numerados nos seus lugares como diante se mostram. Contém mais 567 casas, estas se mostram nos lugares escurecidos com pardo, em quase todas vindas no centro do mesmo Arraial. Tem pátio, umas maiores, outras menores conforme a comodidade de cada uma. As linhas que se mostram na planta são os muros que dividem os quintais. Os pontinhos são os caminhos que saem do mesmo Arraial. Este está situado na decida de um morro, este estende quase até a falda, é toda esta acompanhada de um regato, que se intitula rio de São Francisco. Todos os lugares onde acompanha uma sombra azul assim risco preto são valos com alguma água, vão dar no mesmo rio (MACHADO FILHO, 1980, p. 22).

Como informado acima, no mapa estão representados os corpos fluviais, as quadras limitadas por muros (possivelmente em pedra aparelhada, como visto em trechos de muros remanescentes) e consequentes vias de acesso (pontilhadas). A hachura marrom foi empregada para representar edificações e quadras densamente ocupadas. Havia cerca de 567 edificações, distribuídas na encosta da serra que se estendia até o ribeirão da Palha – à época denominado São Francisco. Na própria descrição, o autor indica a existência de pátios que são variáveis conforme sua localização na urbe.

Pelo que se observa, a malha adensada do arraial se concentrava no parcelamento reticulado central (‘casas (...) em quase todas vindas no centro do mesmo Arraial’), área resultante das expansões dos quatro arraiais periféricos de origem. Algumas edificações esparsas se distribuíam ao longo das rotas e caminhos de acesso a demais localidades. Chamam a atenção os vários afluentes do córrego da Palha (a noroeste do mapa), intercruzando vias e parcelas do arraial. Em alguns dos meandros

dos afluentes, havia tanques de pedra sabão intercomunicadas por canaletas de madeira subterrâneas, irrigadas por esses córregos (VIEIRA, 2019).

Os vazios urbanos se relacionavam aos antigos largos para cavalhadas ou áreas de pastagens, como se pode inferir das nomenclaturas originais desses locais (como as Cavalhadas Nova e Velha), com exceção do adro da Igreja do Rosário (raro elemento observado em templos tijucanos). No mapa, a numeração informava apenas a relação dos templos então existentes: 1 – Igreja Matriz de Santo Antônio; 2 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 3 – Capela do Nosso Senhor do Bonfim; 4 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo; 5 – Igreja de São Francisco de Assis; 6 – Igreja de Nossa Senhora do Amparo; 7 – Capela de Santa Quitéria (apensa à Casa de Chica da Silva).

Sylvio de Vasconcellos (1959, p. 132) indica que, em relação ao então arraial do Tijuco, a elaboração dessa primeira cartografia em 1774 se associaria à ocasião da implantação do Regime da Real Extração (1771), administração fortemente centralizadora e vinculada diretamente à Coroa portuguesa. Logo, a cartografia funcionaria como instrumento administrativo para coletar informações detalhadas da localidade e repassá-las à Coroa portuguesa.

O próprio autor da cartografia de 1774, Antônio Pinto de Miranda, foi um funcionário da antiga Intendência dos Diamantes (SANTOS *et al*, 2020, p. 273), o que reforça essa interpretação. Dez anos depois, o mesmo autor atualiza essa cartografia, por meio de uma representação mais detalhada sobre os elementos compositivos de seu agenciamento urbanístico, seguida de uma cópia do mesmo período, como pode ser visto nas figuras abaixo.

Figura 19: Planta do Arraial do Tejuco em 1784.

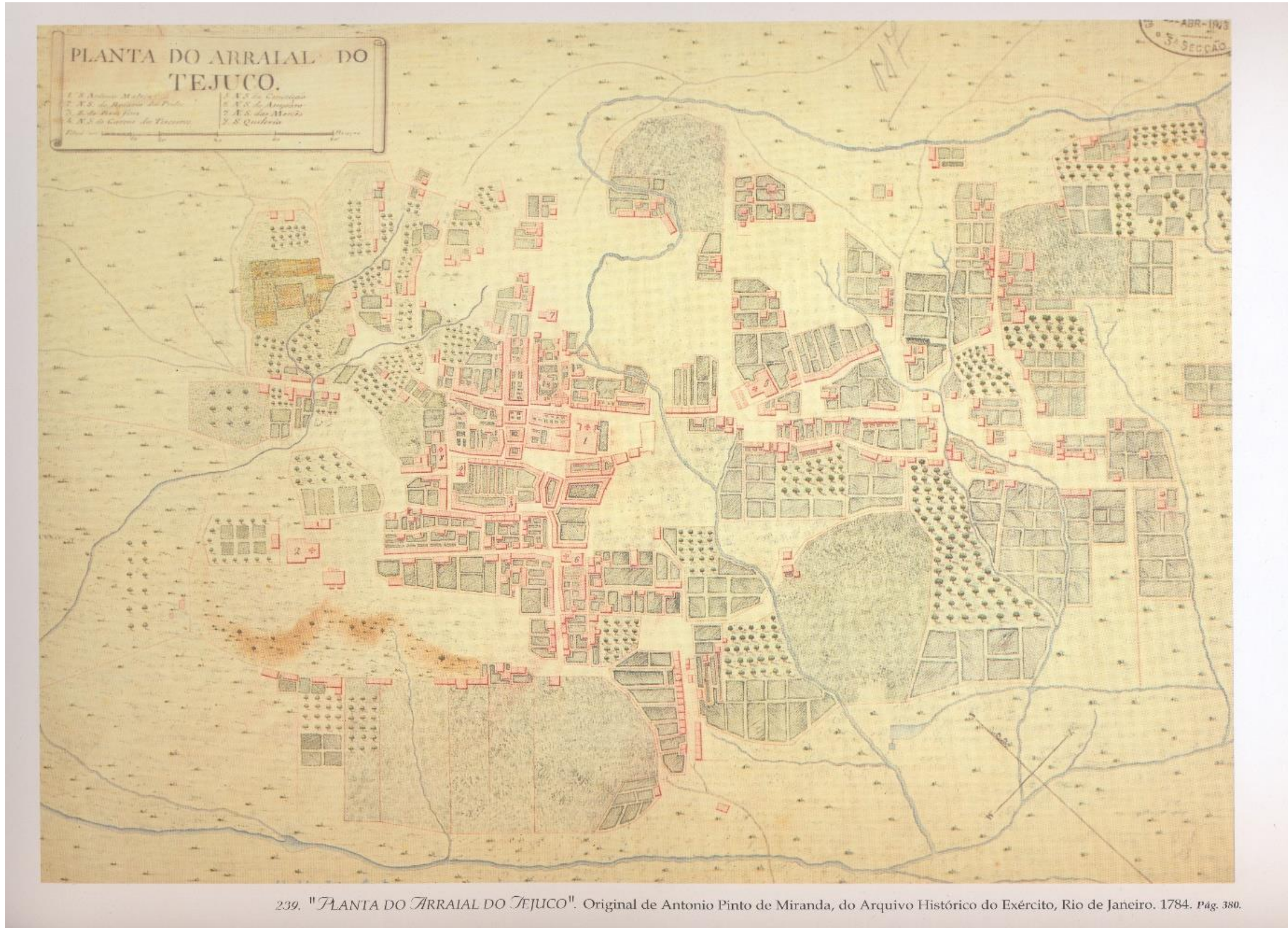
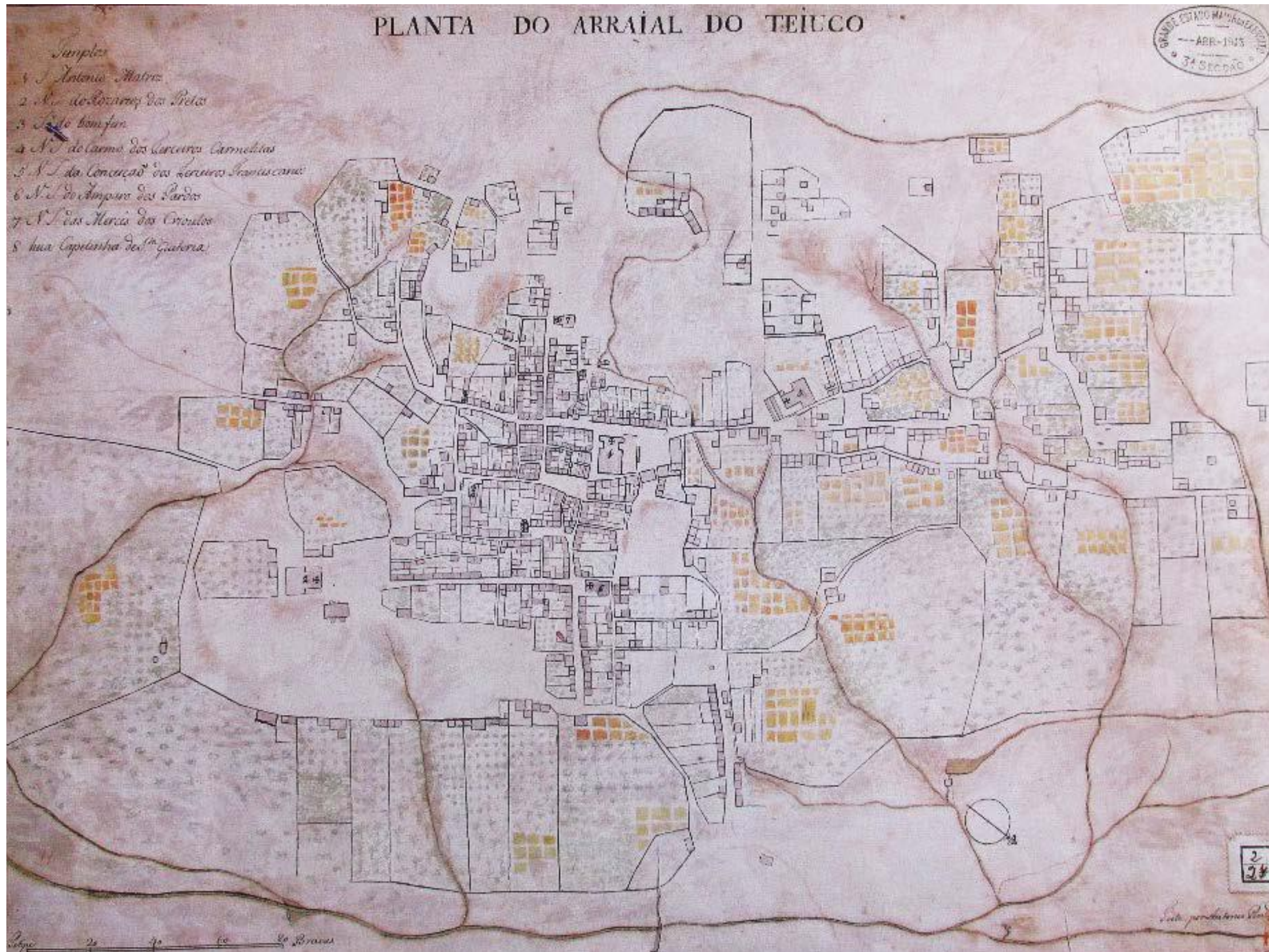


Figura 20: Mapa do Arraial do Tijuco em 1784.



Fonte: Costa et al, 2002.

As cartografias acima demonstram com maior nível de detalhamento o assentamento urbano do Arraial do Tijuco em 1784. Na centralidade, conformada pelas rotas e abastecida por regatos, está a maior parte do casario edificado, alinhado às testadas de quadras. Nas periferias, o casario vai se tornando escasso, permeado por quintais vegetados e com cultivos agrícolas.

Entre as décadas de 1770 e 1790, o arraial atingia o seu apogeu financeiro e político, o que envidou o estabelecimento da malha urbana central setecentista. Os dois mapas de 1784 representam esse apogeu, inclusive pelo maior refino no que diz respeito às representações de quadras, lotes, edificações, áreas arborizadas, áreas de pastagens, corpos fluviais, largos e logradouros.

Entretanto, enquanto o segundo mapa apresentado tratar-se-ia de um aprimoramento da representação de 1774, visto que é mantido o estilo cartográfico (por meio da geometria de quadras e da identificação das edificações), o mapa realizado por Antônio Pinto de Miranda destaca-se de forma contundente desta última.

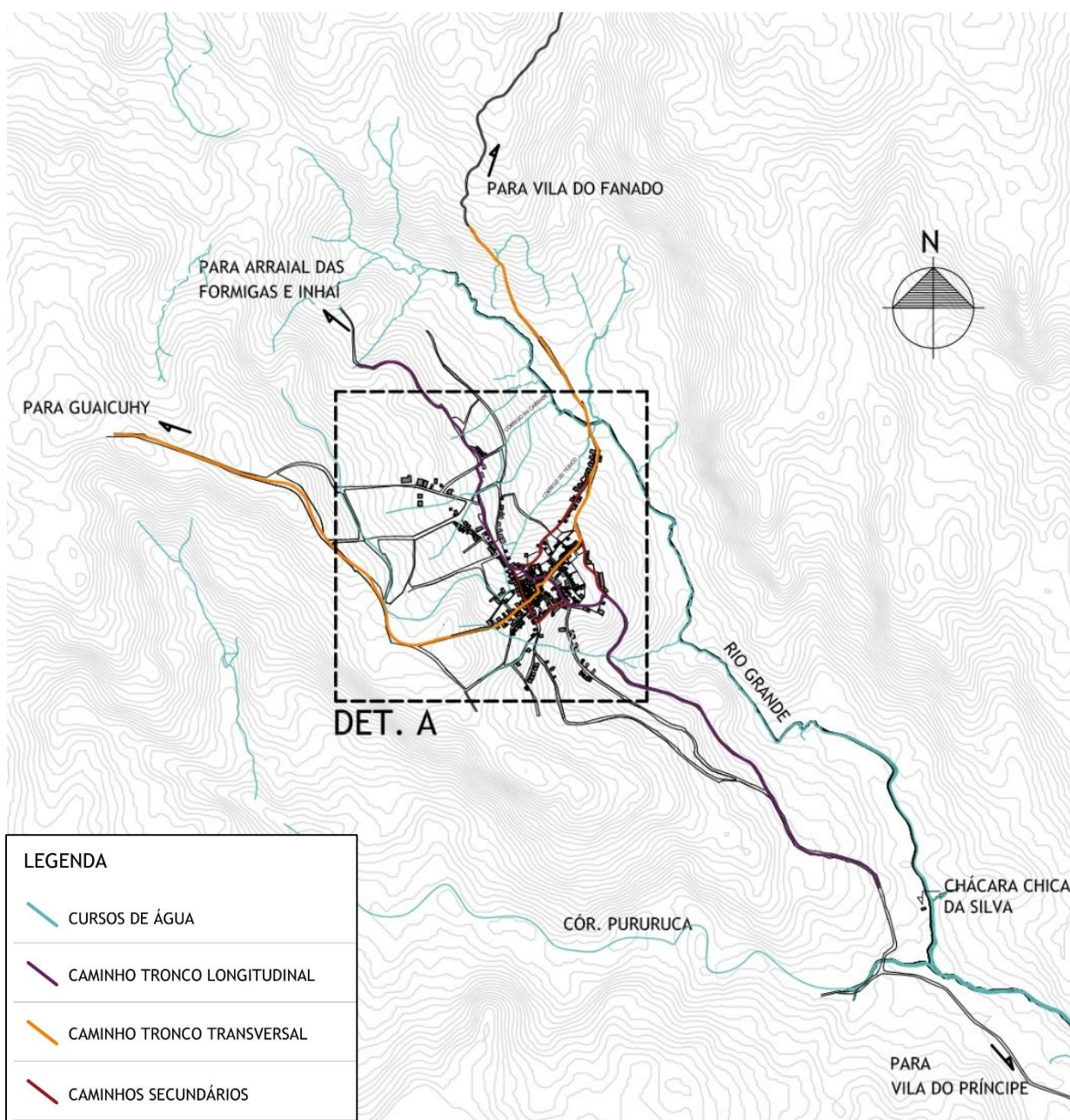
Miranda desenvolveu uma cartografia mais apurada, com definição precisa das áreas de plantações em contraste com locais de provável vegetação nativa. As divisas de lotes são bem definidas e as edificações contíguas foram representadas de modo uniforme, conformando quadras – o que permitia visualizar a distribuição dessas construções ocupando as quatro testadas ou apenas as faces adjacentes às antigas rotas de povoamento. A numeração dos templos religiosos, porém, manteve-se em ambas.

Nos dez anos, entre o mapa de 1774 e os de 1784, pode-se observar que não houve significativo adensamento construtivo. A distribuição edilícia se manteve concentrada no reticulado central, porém, houve certo acréscimo de construções nas extremidades das rotas (nos antigos arraiais de cima e do meio, notadamente). Castro (2019) relata ainda que, no segundo mapa, desponta como novidade a representação de chafarizes do Rosário, da Casa do Padre Rolim e da Casa da Chica da Silva, visto que os cursos d'água a eles se comunicava ou se desenvolviam nas suas cercanias.

As representações mais refinadas das áreas de cultivo mostram que elas se desenvolviam em grandes terrenos circundantes à massa central construída,

próximas à rede hidrográfica do arraial. Nas quadras centrais, entretanto, áreas não edificadas possivelmente encerravam os quintais que, em conjunto, configuravam espaços livres vegetados, no interior dos quarteirões. Com base nessa contextualização, prossegue-se a avaliação do plano urbano de Diamantina. As cartografias representativas, indicadas abaixo, foram desenvolvidas conforme essas cartografias históricas apresentadas.

Figura 21: Mapa em escala territorial do segundo período morfológico (1784).



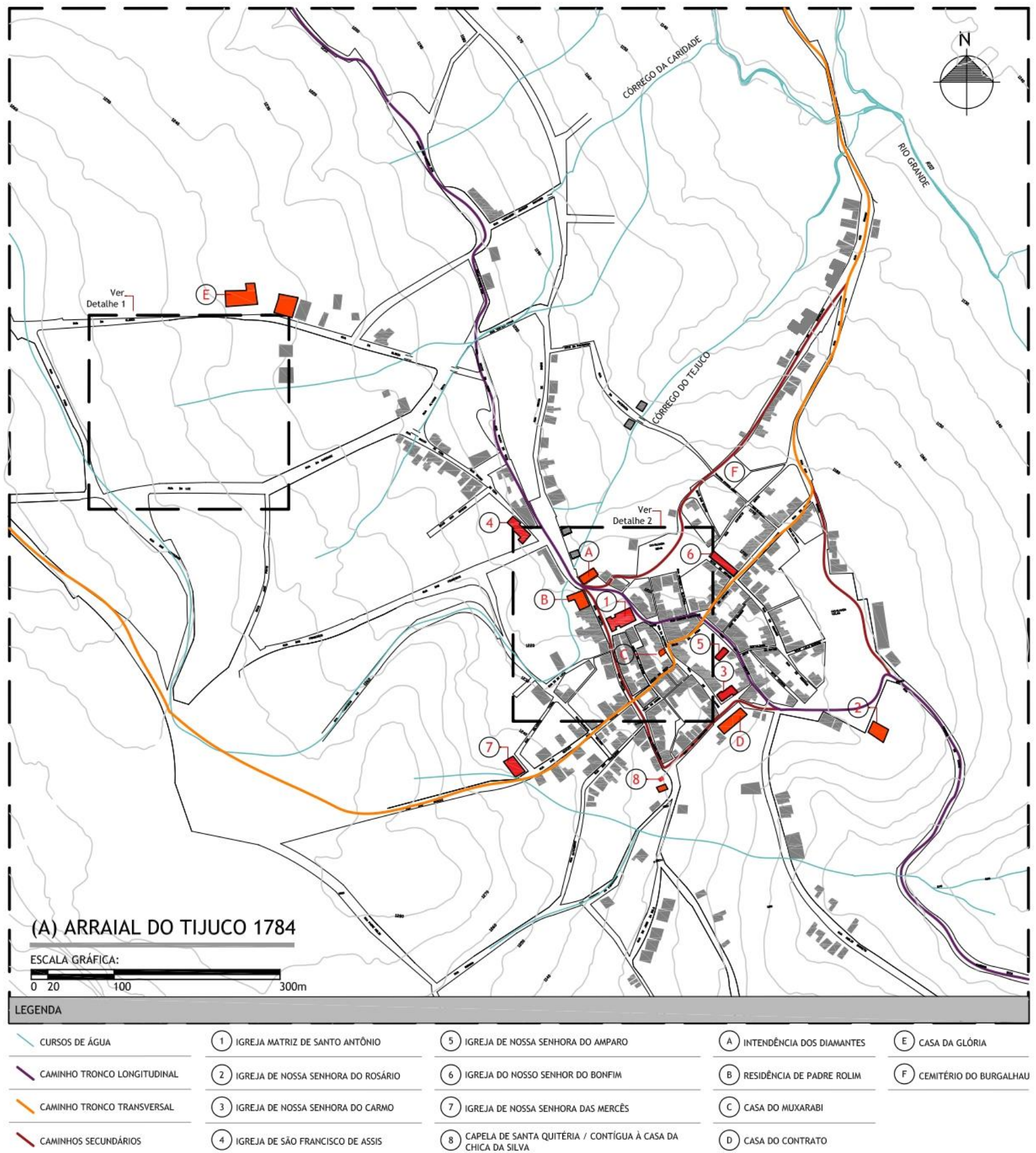
A prancha acima resume o segundo período morfológico de Diamantina, então Arraial do Tijuco. À esquerda está a representação das rotas regionais em “Y”, como já observado por Vasconcellos em 1959 e demonstrado no período morfológico da morfogênese.

A rota transversal estava associada aos acessos a Guaicuí e Vila do Fanado, regiões denominadas como “sertões” no mapa anteriormente apresentado do Distrito Diamantino. Essa rota se fazia intercalando duas linhas de cumeada (serras de São Francisco e Santo Antônio), atravessando o fundo de vale com o rio Grande.

A rota longitudinal, nos acessos para os sertões da Bahia e para Vila Rica, desenvolvia-se a meia encosta, margeando o ribeirão Grande e seguindo mesma cota de nível. Com o crescimento populacional e edificação do Arraial do Tijuco, essas rotas e os caminhos transversais iriam se adensando em população e construção edilícia.

Isso é evidenciado abaixo, com a ampliação da área urbana do arraial (detalhe A da figura abaixo).

Figura 22: Mapa do segundo período morfológico (1731 a 1784).



Elaboração pelo autor, 2023.

O detalhe “A” apresenta o antigo Arraial do Tijuco em 1784, resultante do cruzamento dessas rotas regionais. A partir da interpretação dos mapas históricos recém apresentados, a conformação urbana desse período se depreende dos caminhos secundários de ligação entre as rotas.

As edificações esparsas dos quatro arraiais periféricos foram se distribuindo pelas vias secundárias e de ligação entre as rotas (ruas Direita, Rio Grande, Palácio e Contrato), até resultarem na concentração edilícia ao centro dessa trama. Por essa razão, o tecido urbano colonial é mais subdividido em pequenos parcelamentos ao centro da trama quadrangular, com ocupação de edificações nas quatro testadas das quadras.

As ruas que se irradiavam do centro do arraial comunicavam grandes parcelamentos, locais que historicamente foram ocupadas por áreas de produção agrícola, como representado nas cartografias do século XVIII, e que circundavam a pequena centralidade – portanto, apresentando grandes espaços livres nos interstícios de quadra. Também não havia concentração considerável de edificações no fundo de vale, locais de mineração aluvionar.

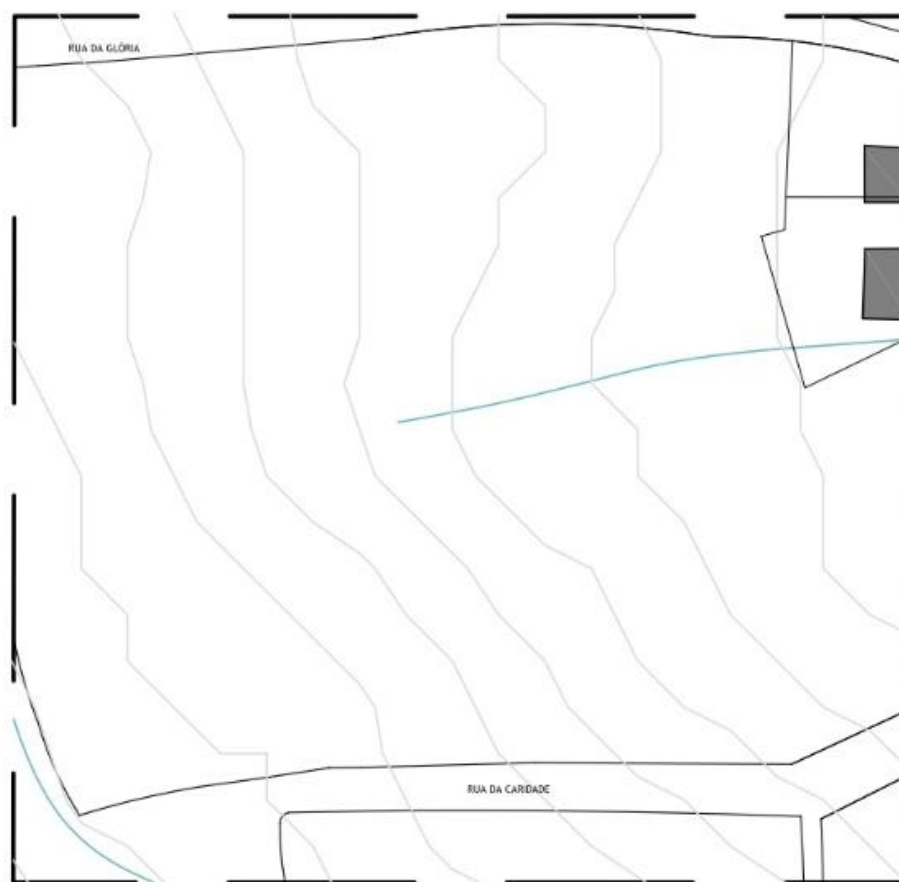
Os córregos do Tijuco e da Caridade se desenvolviam em sua calha natural, sendo necessárias construções de pontes nos locais que cruzavam as primitivas vias, sem calçamento (vide indicações no detalhe “A”). Nas proximidades da Casa do Padre Rolim, um tanque na cartografia de 1784 possivelmente indicava área para distribuição de água potável.

Apesar de se tratar da consolidação remota do plano urbano setecentista, a sua feição urbanística não era homogênea, distinguindo-se a partir de dois tipos básicos de tecidos coloniais, como se verá a seguir.

2.3.2.3. Análise do Tecido Urbano, Uso e Ocupação do Solo

Nas figuras 23 e 24, os detalhes “1” e “2” ampliam a lente de análise do plano urbano para o tecido e o uso e a ocupação de duas regiões estratégicas de análise. O mapa chave desses detalhes está na figura 20.

Figura 23: Detalhe 1 - Região da rua da Caridade.



Elaboração pelo autor, 2023.

A primeira região representa uma área conformada pelas primitivas ruas da Caridade e da Glória, em meia encosta no acesso para a rota de Guaicuí. Essa área é ocupada por grandes lotes sem divisões, nas quais havia plantações para subsídio da urbe. Por isso não foram representadas divisas internas, dotadas por casas margeando o córrego da Caridade.

Figura 24: Detalhe 2 - Região da rua Direita: 1 – Matriz de Santo Antônio; 4 – Intendência dos Diamantes; 8 – Casa do Inconfidente Padre Rolim; C – Casa do Muxarabi.



Elaboração pelo autor, 2023.

A segunda região enquadra a centralidade do Arraial do Tijuco. Esse detalhe contradiz a informação fornecida por Vasconcellos em 1959, ao informar que o arraial não possuía praças. O largo da antiga Matriz constituía-se claramente como uma praça, pois concentrava os símbolos da administração real (Intendência dos Diamantes) e do poder eclesiástico (Matriz de Santo Antônio), como informado na contextualização histórica sobre a intendência de Rafael Pires Pardino. Além disso, esse largo se realizou próximo à rua da Quitanda, área de comércio atestada pelo seu próprio nome e que se derivava da conexão nordeste e sudoeste da rota transversal.

A divisão dos lotes se baseou na representação de 1784 (COSTA, 2002), com áreas de diminutas dimensões na parte central, largamente ocupadas nas testadas das quatro faces dos quarteirões centrais. As quadras marginais à trama quadrangular, conectadas às rotas e aos caminhos secundários, possuíam a ocupação também linear das testadas, mas com desenvolvimento de lotes profundos com áreas posteriores desocupadas.

Essas características de ocupação refletem o processo de consolidação da malha setecentista. Nos quarteirões centrais, os lotes foram se dividindo para receber novas moradias para a população que se avolumava, razão pela qual receberam fachadas nas quatro testadas. Por outro lado, nas rotas marginais aos quarteirões centrais, a ocupação se distribuía linearmente com testadas voltadas para as vias, o que resultava nos alongados lotes desocupados de construção aos fundos, como os constatados nessas cartografias do período.

Essa distinção de ocupação é mais legível no detalhe da rua Direita: à esquerda da rua, estão edifícios seguindo a rota matriz do território, com lotes alongados e desocupados, enquanto, à direita, são vistas as quadras com ocupação nas quatro testadas.

No período colonial, Reis Filho (1964) informa que a arquitetura colonial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bem definidas, conforme antigas tradições portuguesas. Dessa forma, vilas e cidades edificadas na colônia brasileira apresentavam aspecto uniforme, com residências construídas e cordeadas sobre o alinhamento de vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. A rua se constituía como um traço de união entre conjuntos de prédios e por eles se definia espacialmente.

Segundo Reis Filho (1964), a impressão de monotonia dessas vilas era acentuada pela ausência de verde (jardins e recuos são característicos do século XIX), o que reforçava o caráter de concentração, mesmo em núcleos de população reduzida. Essa era a característica do Tijuco no segundo período morfológico, quando se consolidou a moradia urbana colonial (Vasconcellos, 2011).

Interpretada a formação dos dois tecidos coloniais, a análise morfológica segue pela maior escala de avaliação urbana, no tocante ao tipo edilício.

2.3.2.4. Análise Tipológica

A análise tipológica do segundo período morfológico se fará explicando o surgimento do tipo básico residencial e sua derivação em tipos especializados, conforme o aporte italiano.

Segundo as abordagens de Vasconcellos sobre a tipologia construtiva mineira colonial (VASCONCELLOS, 1979), é possível verificar que o tipo básico das construções setecentistas se adaptou a partir de construções rurais ou temporárias (tipo original, visto no período anterior), em gaiola de madeira e vedação de barro, com plantas e fachadas especializando-se em novos planos geométricos até alcançar as composições de sobrados.

Cada período de tempo atribuiria uma adaptação diferente ao tipo básico residencial, segundo Caniggia e Maffei (2001), situação que é refletida no estudo evolutivo apresentado por Vasconcellos, com variações físicas e progressivas das edificações para adequar a sua composição arquitetônica a novas funções utilitárias (PEREIRA COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Retomando considerações sobre a Escola Italiana, o “tipo básico” é o reconhecimento na construção de um conjunto de regras pertencentes a um local e a um período histórico específico (MARZOT, 2001; PEREIRA COSTA, GIMMLER NETTO, 2015).

Teriam ocorrido modificações em um tipo básico (mais comum na paisagem, no tempo presente), situado em uma mesma área cultural e decorrente de um período de tempo específico, sem necessariamente alterar o conceito de habitação – tipo de variação denominada como “diacrônica” pela Escola Italiana (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

Segundo Vasconcellos (1979), a topografia também teria sido um fator relevante para a conformação das edificações, cujo emprego de estrutura autônoma de madeira revelava-se adequada para vencer os acirrados declives de terreno.

Os tipos básicos residenciais eram compostos por estrutura autônoma de madeira, vedação em adobe ou pau-a-pique, finalizados por caiçã branca. As portas e janelas eram compostas por madeira de lei, com folhas cegas, mesmo material adotado nos engradamentos. A cobertura em sapé de residências temporárias começava a dar lugar às cerâmicas curvas nesse período. Abaixo segue um panorama do que se preservou da feição setecentista em Diamantina.

Figura 25: Aspecto do casario com tipologia setecentista ao Largo do Rosário.

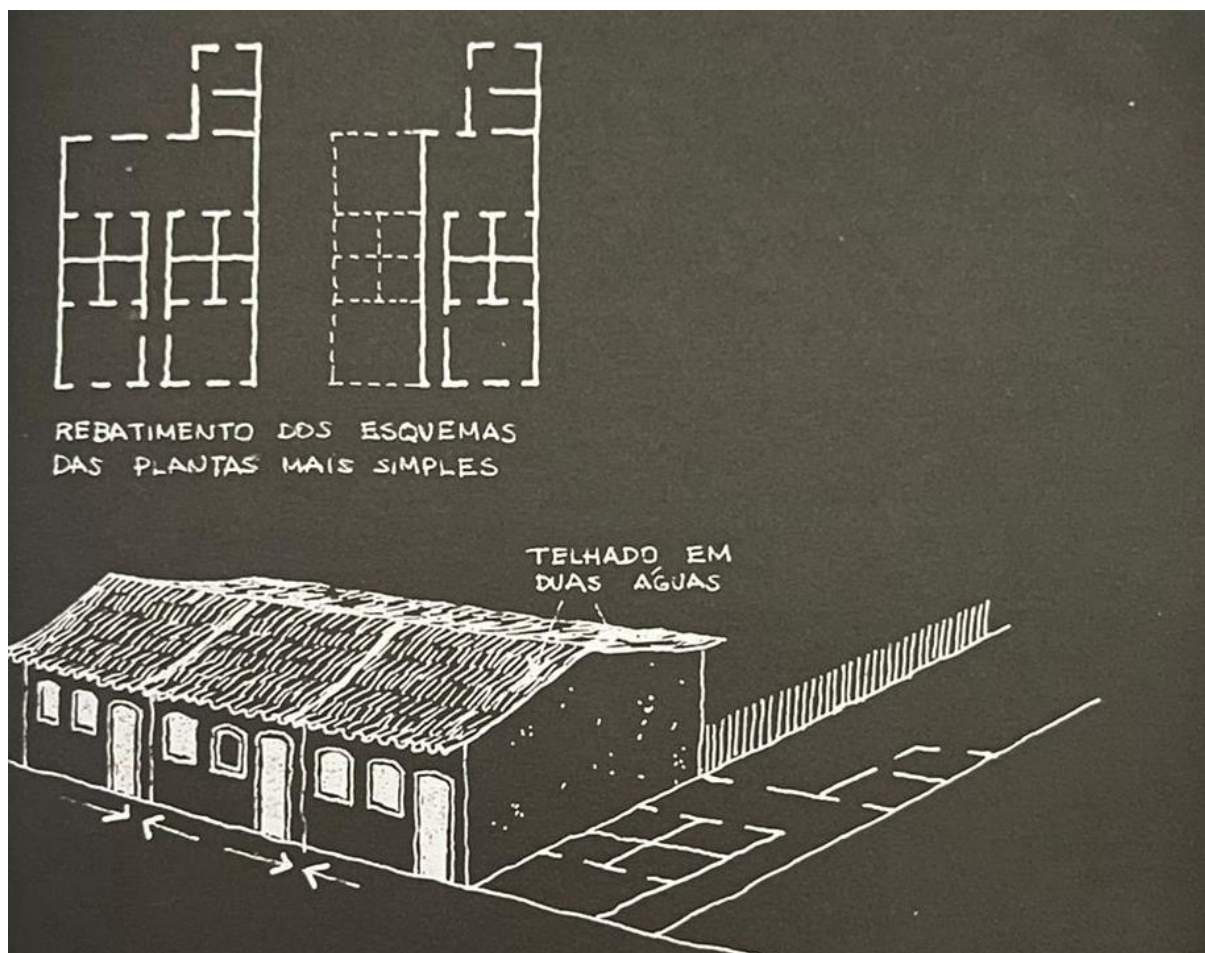


Foto do autor, 2018.

Como se vê acima, o casario de influência colonial, com predomínio de edificações térreas (tipo básico residencial de Diamantina), são alternadas por exemplares assobradados e apresenta estrutura autônoma de madeira. São constituídas por volumes com predomínio de cheios em relação às aberturas de portas e janelas. A cobertura cerâmica estaria disposta principalmente por duas águas, com fachada alinhada aos logradouros. Ao fundo estão as escarpas em quartzito da Serra dos Cristais.

Essas coberturas possuem duas águas, com cumeeira paralela ao logradouro, para assim facilitar o escoamento de água na rua e nos fundos de lote (REIS FILHO, 2013). Na figura 26, está um exemplo do sobrado tipo colonial.

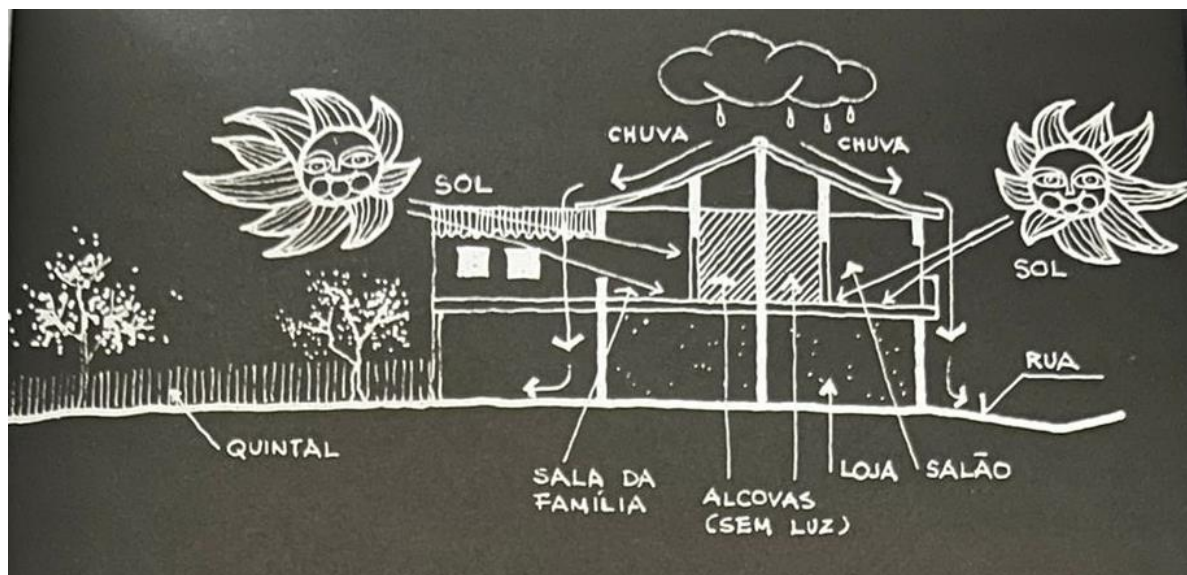
Figura 26: Disposição de plantas térreas e volumetria do sobrado típico colonial.



Fonte: Reis Filho, 2013, p. 31.

No exemplo acima, Nestor Goulart Reis Filho (2013) resume a composição da planta típica de uma casa colonial, que se estruturaria por peças dispostas ladeando a circulação central. Esquema que, quando rebatido, permitiria a composição dos tipos de “duas moradas”, quando janelas ladeariam a porta de acesso principal. Abaixo (figura 27) está uma ilustração sobre o esquema de iluminação e escoamento de águas pluviais nesse tipo construtivo colonial.

Figura 27: Sobrado colonial e esquema de iluminação e escoamento de águas pluviais.



Fonte: Reis Filho, 2013.

A volumetria dos edifícios seria dominada pela cobertura de duas águas e a adoção de construções geminadas seria uma estratégia para garantir a proteção de paredes em estrutura autônoma de madeira e vedação de barro. Quando desprovidas de edifícios contíguos, esses elementos poderiam receber vedações especiais em telha, funcionando como rufo. No exemplo de volume assobradado, Reis Filho demonstra como a solução arquitetônica permitiria iluminação natural para as peças voltadas para o logradouro e os fundos do lote.

No Tijuco não houve largo emprego de cantarias, ao contrário do que foi visto em Vila Rica, como diria Vasconcellos (1979). Contudo, há maior esmero no tratamento de entalhes de portadas e coroamentos das igrejas encimalhadas e com telhas de barro, sem mencionar o refinado trabalho em elementos artísticos internos, representados por retábulos e pinturas de forro no estilo rococó e até mesmo tardo João V.

Edifícios civis de notoriedade do arraial possivelmente foram construídos entre as décadas de 1750 e 1785 e geralmente são assobradados. Não foi possível obter a datação correta dessas construções, mas conjectura-se que nesse momento se enquadrariam a residência do padre inconfidente José de Oliveira e Silva Rolim (padre Rolim), à rua Direita, e a Casa do Muxarabi à rua da Quitanda, que preserva o último

balcão em estilo mourisco da cidade (sede da Biblioteca Antônio Torres desde o século XX).

A Casa da Glória, imóvel com denominação da primeira proprietária do imóvel (Dona Josefa Maria da Glória, dando o nome inclusive à própria rua lindeira – rua da Glória), possivelmente foi construída no último quartel do século XVIII, tendo sido sede de moradias dos intendentos (Machado Filho, 1944).

Em relação aos tipos especializados do Tijuco, é importante desenvolver um registro cronológico das construções dos templos e sua interferência no processo de ocupação social do território tijucano. A arquitetura das igrejas primitivas seguia os materiais encontrados no tipo básico das construções civis, com o emprego de estrutura autônoma de madeira, vedação em barro e cobertura cerâmica – não sendo comum a adoção de alvenaria em pedra. A feitura delas foi se transformando ao longo dos séculos, incorporando elementos de gosto estilístico dos setecentos (barroco e rococó), refletido em seus aperfeiçoamentos construtivos.

As edificações eclesiásticas eram realizadas pelas ordens terceiras, que estavam sob a direção de leigos e agremiavam tanto as camadas menos abastadas quanto as mais privilegiadas, subordinadas às ordens religiosas tradicionais (GOMES, 2009). Na Capitania de Minas Gerais, as ordens primeiras eram proibidas pela Coroa, desde o início do século XVIII, “a fim de controlar o contrabando e reservar para si todos os benefícios advindos da extração de ouro e de diamantes” (GOMES, 2009, p. 2). As construções civis se desenvolviam em prol das necessidades dos moradores do Tijuco, em paralelo aos despachos dos administradores reais.

Segundo Vasconcellos, a população mesmo congregada não pôde desenvolver templos ostensivos quando comparados aos de Vila Rica e de São João del Rey, por terem dependido do “favor de poderosos” (1969, p. 133). Contudo, mesmo mais austeros, os templos foram dotados de acabamentos e pinturas em boa habilidade de execução e acabamento.

O templo religioso mais antigo se tratou da primeira Capela de Santo Antônio, estabelecida na região do Burgalhau e historicamente atestada na região do antigo cemitério, nas imediações do Beco das Beatas. A igreja matriz foi transferida para o centro do entroncamento urbano, convertida em Matriz de Santo Antônio,

possivelmente entre as décadas de 1730 e 1740, com o acirramento da fiscalização da coroa (SANTOS, 1868) e da respectiva ocupação populacional.

É bem provável que, na mesma época, pôde ter sido construída a primeira sede da Intendência Municipal, local dos serviços da Intendência dos Diamantes, estabelecidos desde 1734. Segundo Machado Filho (1980, p. 253), na escritura do imóvel se constatava apenas que, em 1758, a antiga intendência teria sido doada à Irmandade de São Miguel e Almas da antiga Matriz de Santo Antônio. Além disso, foi construída em largo próximo à recém estabelecida matriz. Nesse momento, consolidava-se o centro do poder político e religioso à rua Direita, como possivelmente pretendido por Pardinho.

A Igreja da irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi construída na expansão do antigo Arraial de Baixo, ao lado do largo da Cavalhada Velha, com livro conduzido pelo intendente Rafael Pires Pardinho atestando o inventário de ornamentos desde 1733. É o templo remanescente mais antigo da cidade, visto que a primeira matriz de Santo Antônio foi demolida em 1932, reformulada no estilo neobarroco.

Um outro ponto a se observar é a relevância da igreja nesse primeiro contexto de formação da urbe. É sabido que os processos de extração contavam com centenas de pessoas escravizadas, notavelmente nos primeiros anos de consolidação urbana. Ou seja, a fundação da Igreja do Rosário reforçava a maciça presença dessa mão de obra de trabalho forçado, como parte da sociedade colonial tijuicana. Ainda é digno de nota que o bem é praticamente o único implantado de forma destacada da malha urbana, em grande largo, disposta em local próximo a plantações lindeiras aos caminhos de acesso à Palha e à Vila do Príncipe.

O templo primitivo do Carmo se fez por investimento de João Fernandes de Oliveira, à época no cargo de contratador dos diamantes do arraial do Tijuco e aglutinando a antiga capela de invocação a São Francisco de Paula. Inclusive, Machado Filho (1944) informa que a construção da Igreja do Carmo se deu à revelia dos confrades da irmandade, cujo interesse seria o de construí-la em local de altimetria elevada da rua Direita. Todavia, foi edificada no entroncamento das ruas do Contrato e do Carmo, local que conferiu menos destaque volumétrico do templo na paisagem urbana tijuicana.

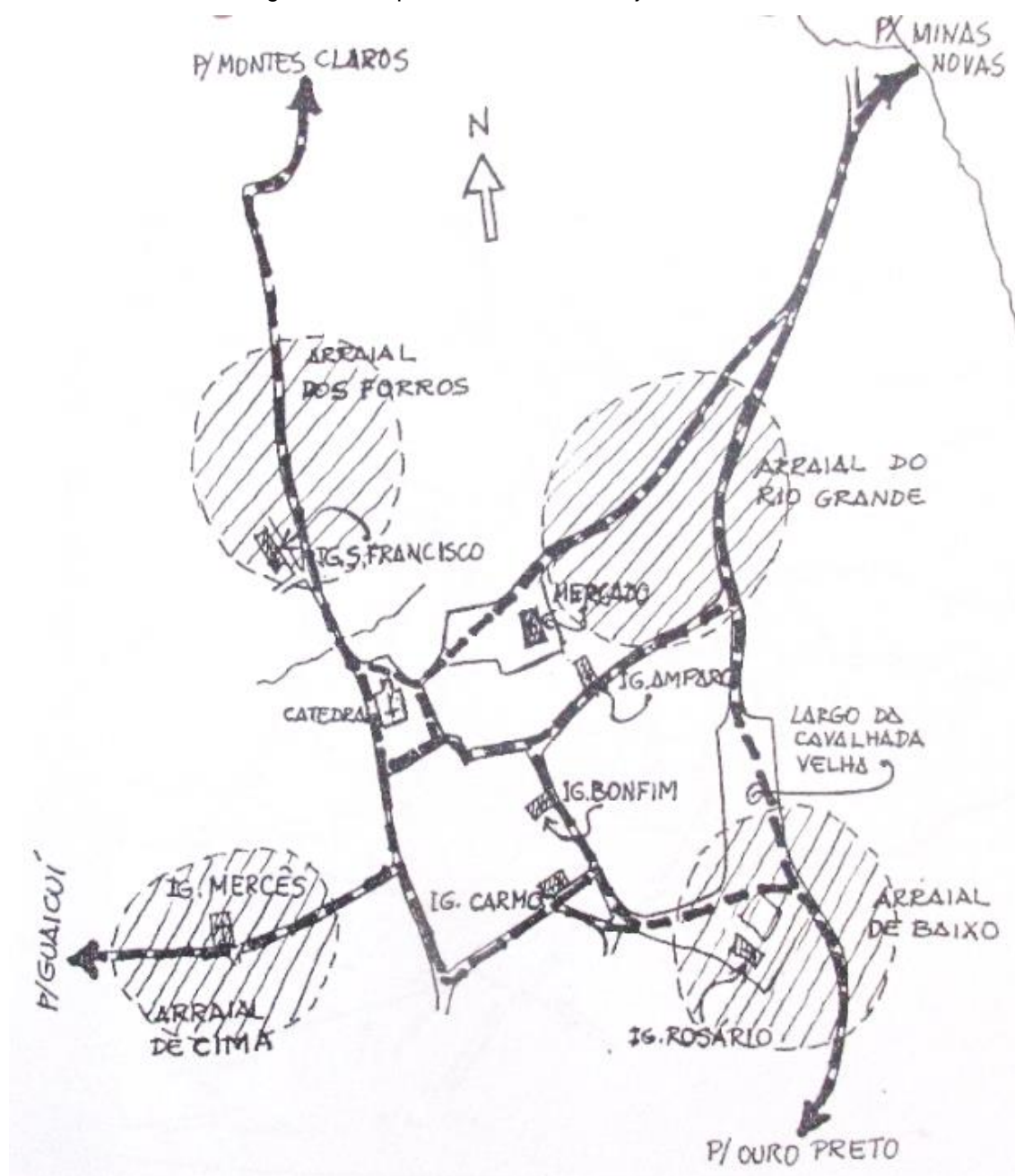
A igreja primitiva de São Francisco de Assis, responsável por abrigar a irmandade de Nossa Senhora da Conceição, foi construída no prolongamento da rua Direita até a Macau do Meio, em rua perpendicular a essas, com documentação mais antiga datada de 1766.

A Capela de Santa Quitéria também foi executada por João Fernandes de Oliveira, anexa à sua residência, possivelmente na década de 1770 (ela está apresentada no mapa de 1774). O imóvel é historicamente conhecido como Casa da Chica da Silva, em clara referência à Francisca da Silva de Oliveira, companheira do contratador, cuja condição de ser alforriada a galgou à posição de notoriedade no contexto tijucano. Chica da Silva também estava associada à Chácara da Palha, construída nas proximidades da confluência do Pururuca com o ribeirão Grande.

É de 1772 o relato mais antigo da Capela do Nosso Senhor do Bonfim, executada na rua homônima e paralela à rua da Quitanda. Dois anos mais tarde, em 1773, é registrada a construção da primitiva Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em rua homônima que se articula entre as ruas do Rio Grande e das Mercês. A primitiva Capela de Nossa Senhora das Mercês dos homens crioulos só foi executada em 1778, na continuidade da rua do Amparo, encerrando o contexto histórico de construção dos templos no segundo período morfológico.

Na figura 28, está a representação do tecido colonial urbano consolidado após a construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

Figura 28: Esquema do arraial do Tejuco setecentista.



Fonte: D'Assumpção, 1995.

O desenho acima, realizado por Lívia Romanelli D'Assumpção (1995), sintetiza o plano urbano do arraial tijuco pontuado pelos templos, em continuidade à análise de Silvio de Vasconcellos. Porém, não representa a malha completa de vias do período, dando destaque àquelas que se interligam às quatro rotas periféricas: ruas Rio Grande e Burgalhau – a nordeste; rua Caminho do Carro a sudeste, rua das Mercês a sudoeste e rua Macau do Meio a noroeste.

Essas vias se articulam com os templos que foram paulatinamente construídos entre as décadas de 1730 e 1770, e cada uma delas estaria próxima aos primitivos arraiais periféricos: Capela do Rosário ao Arraial de Baixo, Capela das Mercês ao de Cima e Igreja de São Francisco próximo ao do Meio. A antiga capela de Santo Antônio teria surgido no arraial do Rio Grande, antes de ser transplantado para a rua Direita. As primitivas capelas de São Francisco de Paula (depois substituída pela Igreja do Carmo), do Amparo e do Bonfim participaram do processo singular de formação do recém consolidado Arraial do Tijuco, pela reunião dos quatro arraiais periféricos, e se fizeram dispostas às suas ruas homônimas.

Como se nota pelo esboço, as capelas não eram construídas em locais de destaque topográfico, incluindo a Matriz de Santo Antônio, tendo apenas a do Rosário se destacando em adro de maiores dimensões, visto que foram surgindo conforme as demandas das suas respectivas irmandades. De fato, pela contextualização histórica desse período, seria possível constatar como a presença das igrejas sugere a hierarquização social do espaço urbano.

As irmandades do Carmo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula e do Santíssimo Sacramento (estas duas sediadas na nova Matriz de Santo Antônio) estavam associadas à camada mais abastada. Pela localização das igrejas praticamente na mesma cota de nível, ao longo da rota longitudinal de meia encosta, faz-nos supor que os edifícios dessa casta social se concentravam na malha central.

Nesse sentido, tendo possibilidade de escolher as melhores condições topográficas, instalavam-se ao longo das curvas de nível. Claro que isso não invalidou a posse de terrenos em encostas que margeavam a centralidade, por parte dessa camada social. Soma-se a isso o estabelecimento do largo de Santo Antônio como sede do poder real e eclesiástico, provavelmente por meio dos provimentos do Intendente Rafael Pires Pardiniho.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos estava na entrada do caminho para a Palha, no acesso às lavras do Jequitinhonha e local com a maior parte dos serviços com mão de obra escravizada. Não é coincidência, por exemplo, que grandes plantações se desenvolviam nas proximidades (em cujas propriedades se abrigava parte dos escravizados) e, em função do grande volume da massa trabalhadora, um

espaço mais amplo era demandado para o agrupamento de suas manifestações religiosas. Sem contar que a própria religião católica serviu como instrumento de domínio e opressão desses trabalhadores (SANTANA, 2007).

As irmandades de pardos e crioulos (desmembrados da irmandade do Rosário), representadas pelas igrejas do Amparo e das Mercês, distinguem socialmente as pessoas miscigenadas ou forras, e que também faziam parte do estrato social de prestadores de serviços. É por isso que, possivelmente, foram implantadas nos caminhos dos serviços, como seria o caso do acesso à área de pecuária, pela rua das Mercês, e do acesso aos serviços de mineração aluvionar no córrego da Palha, feito pela rua do Amparo. Esses locais de serviços eram acessados por vias acidentadas e, sem direito a ocupar os terrenos centrais, restavam aos civis construir em terrenos com topografia acidentada e desfavoráveis à implantação edilícia.

A pequena igreja do Bonfim, tradicionalmente vinculada a oficiais militares, instalou-se próxima à Intendência e à Casa do Contrato, locais de regulação e condução das minerações e extração de diamantes. Já a construção Capela de Santa Quitéria, segundo Machado Filho (1944), teria sido motivada pela razão de Chica da Silva – em função de sua condição como ex-escravizada – não poder acessar os templos das irmandades mais abastadas, tendo para si sua própria capela.

Como remate dessa análise da ocupação por meio das irmandades e classes sociais, vale considerar as informações de proprietários por edificações no Arraial do Tijuco, obtido em um Ofício do Intendente Geral dos Diamantes, João da Rocha Damas e Mendonça, para o Secretário do Estado da Marinha e Domínio Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, do ano de 1775 (documento obtido do Arquivo Histórico Ultramarino).

Nesse documento, é possível verificar a ocorrência de pessoas de vários estratos (pretos, pretos forros, crioulos forros, pardos e comerciantes) proprietários de imóveis nas principais ruas do arraial (mesmo que a maior parte dos pretos ainda estejam na relação de locadores de imóveis), evidenciando que poderia haver certo dinamismo nessas camadas, mesmo em um contexto tão adverso e exploratório quanto o colonial.

Ademais, esse documento reforça a hipótese lançada acima, sobre a ocupação das ruas associadas às irmandades. Por exemplo, há mais pessoas pretas na rua do Rosário e de pessoas pretas e pardas no Bugalhau (perto da Igreja do Amparo). Em ruas e largos “nobres” do arraial (largo da Cavilhada Nova e rua Direita, por exemplo), são relatadas em maior quantidade as pessoas sem a complementação de ocupação ou raça, denotando o pertencimento a posições de nobreza.

Há um predomínio de pessoas pretas no arraial como um todo, refletindo a larga escala da mão de obra explorada naquele tempo, enquanto as pessoas qualificadas pelos seus ofícios se encontravam com maior regularidade nas ruas comerciais como Quitanda e das Vendas (possivelmente a atual Campos Carvalho).

Portanto, além de fatores estratégicos e políticos da Coroa, a configuração social do antigo arraial também corroborou para a sua conformação urbana, cuja síntese é apresentada a seguir na análise da paisagem urbana.

2.3.2.5. Análise da Paisagem Urbana

Em resumo, o segundo período se caracteriza pela consolidação do Arraial do Tijuco, ao articular os quatro arraiais periféricos, à meia encosta da Serra de Santo Antônio, como se vê na ilustração abaixo.

Logo em seguida, são apresentadas as seções longitudinais dos dois tecidos aqui estudados, indicados abaixo pelas setas azul (rua Direita) e vermelha (rua da Glória).

Figura 29: Simulação tridimensional do segundo período morfológico.



Elaboração pelo autor sobre Google Earth, 2023.

Figura 30: Seções esquemáticas com a ocupação do 2º Período Morfológico. Primeiro desenho – rua Direita, seta azul na perspectiva acima; segundo desenho – rua da Glória, seta vermelha.



Elaboração pelo autor, 2023.

Na simulação tridimensional, é possível verificar como o antigo Arraial do Tijuco se consolidou ao agregar os núcleos periféricos dos proto-arraiais, tendo como centralidade o encontro perpendicular das rotas transversal e longitudinal.

Na primeira seção esquemática (indicada pela seta azul, na simulação tridimensional), representou-se a ocupação central do arraial na meia encosta da de Santo Antônio, com o predomínio de edificações térreas de estilo colonial. Despontam-se nesse perfil a primeira feição da Matriz de Santo Antônio, contextualizada pelo casario térreo em suas adjacências.

A segunda seção (seta vermelha) ilustrou a ocupação no tecido entre as ruas da Glória e Caridade, nesta época com predomínio de grandes terrenos para cultivos. Os lotes eram murados, como representado por cartografia do século XVIII, e as edificações lentamente começam a se tornar permanentes. Acima, está ilustrada o que seria a primeira sede residencial dos Intendentes de Diamantes.

O processo de relativa verticalização dos imóveis, por meio de sobrados, é intensificado no final do próximo período morfológico. A última quinzena do século XVIII foi o período de esplendor econômico para o arraial do Tijuco, mesmo que ainda estivesse subordinado à Cabeça de Comarca representada pela Vila do Príncipe (atual cidade do Serro). Porém, o cenário político do século subsequente resultou em novas dinâmicas urbanas no Tijuco, o que inauguraria um novo período morfológico.

2.3.3. 3º Período Morfológico – Cidade de Diamantina (1785-1889)

2.3.3.1. Contexto Histórico e Socioeconômico

Na Europa, as últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por transformações que resultaram na crise das monarquias absolutistas (FAUSTO, 2006), tendo a Revolução Francesa de 1789 um dos marcos mais acentuados desse processo. Em paralelo, o sistema colonial português no Brasil entra em crise.

A Inglaterra se estabelece como a potência mundial, propulsionada pela Revolução Industrial, passando a impor ao mundo um livre comércio com abandono dos princípios mercantilistas. Por outro lado, entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e “tentar salvar o colonialismo mercantilista” (FAUSTO, 2006, 113). Esse momento foi caracterizado pelas várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência, contrários às acirradas imposições de controle e domínio da Coroa, tendo como exemplo disso a Inconfidência Mineira de 1789 – movimento inspirado pela Revolução Francesa e violentamente reprimido.

A guerra travada entre Napoleão e a Inglaterra, no início do século XIX, resultou em um bloqueio de comércio entre este último e o continente. Como Portugal possuía canal aberto de negociação com a Inglaterra, Napoleão decide por invadir o país, enviando frotas a partir de 1807. O resultado disso foi a transferência da Corte de Portugal para o Brasil, entre novembro de 1807 e janeiro de 1808 (FAUSTO, 2006). Esse fato mudou a dinâmica da administração portuguesa instalada no Brasil, cujos efeitos políticos e econômicos tiveram como consequência a Proclamação da Independência em 1822.

Em Diamantina, esse período morfológico se destaca pelo reflexo dessa ação de forças políticas e econômicas no Brasil.

O antigo arraial do Tijuco se manteve com essa classificação até o início do século XIX, devido às restrições impostas pela Coroa (MACHADO FILHO, 1980) perante o monopólio da extração mineral. O seu processo de maior autonomia foi resultante das mudanças políticas e econômicas da antiga Colônia, ao tornar-se independente de Portugal (1822), alcançado pelas sucessivas elevações a vila (1831) e cidade (1838).

Do ponto de vista urbano, apesar de esse período representar um século na história da formação diamantinense, ver-se-á que os propulsores socioeconômicos de seu contexto resultaram em uma ocupação similar àquela do período anterior, adensada de modo ainda não muito significativo em suas bordas. Abaixo segue breve explicação do processo do antigo arraial até se tornar cidade, em paralelo à apresentação do contexto histórico brasileiro.

Como esclarecimento, segue uma rápida explicação sobre os conceitos de concelho, arraial, vila e cidade, conforme o léxico português de organização político-territorial, de acordo com Fonseca (2011). Os concelhos eram a célula básica dessa organização no território português, mais tarde denominados como municípios. Esses concelhos gozavam de autonomia judiciária e administrativa e intitulavam-se como “vilas”. Os concelhos podiam conter várias povoações, como zonas rurais que dependiam da mesma câmara. Esses núcleos, que não gozavam de autonomia do ponto de vista jurídico-administrativo, eram designados arraiais – caso do Arraial do Tijuco. Por fim, o título de cidade era atribuído somente a localidades que exerciam papéis de relevância do ponto de vista religioso, político ou militar, concedido inclusive às sedes de bispado.

No final do século XVIII, o arraial do Tijuco atingiu o ápice do processo extrativo de diamante (MACHADO FILHO, 1944; FURTADO, 1996), associado ao extremo rigor no qual a Coroa executava seu controle nos acessos ao Distrito Diamantino e às lavras minerais. Já a virada do século XVIII para o XIX representou o início do declínio das atividades de exploração mineral no arraial.

Entretanto, os registros sobre o Tijuco, no despertar do século XIX, demonstram que a localidade ainda resguardava o seu decoro urbanístico e arquitetônico em boas condições gerais. Inclusive para Vasconcellos (1959), as iniciativas espontâneas tomadas pelos prepostos do poder real ou pelo afrouxamento do controle administrativo contribuíram muito mais para o reflexo na dinâmica urbana, do que as oscilações da produção diamantífera.

Segundo Vasconcellos (1959, p. 133), a riqueza concentrada determinou uma estratificação social acentuada, “agrupando, de um lado, os beneficiários do favor real - Intendentes, Contratadores, servidores públicos (...), senhores de escravos,

atacadistas etc. - e, de outro, os dependentes dos primeiros, faiscadores, tropeiros, lojistas, pretos e mulatos forros, etc.” Seria essa aristocracia local, com requintes de educação e opulência, que teria encantado esses viajantes na primeira metade do século XIX.

Em 1790, fundava-se a Santa Casa de Misericórdia, na rua da Caridade e proximidades da rua Macau de Cima. É também nesse contexto que ocorre a Inconfidência Mineira (1789), resultando na prisão do Padre José da Silva e Oliveira Rolim, influente intelectual religioso e com propriedade residencial defronte à antiga matriz.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, torna-se um episódio que facilita a interação de vários estrangeiros em seu contexto territorial, o que caracterizaria a atração de expedições científicas nesse contexto. Além disso, os portos foram franqueados ao comércio livre.

Entre 1815 e 1822, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil (FAUSTO, 2006). Em 1815, o Brasil é elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves, sagrado naquele ano como rei Dom João VI. Em agosto de 1820, a Revolução Liberal irrompida em Lisboa era reflexo de insatisfações diante de um cenário de crise generalizada em Portugal, exigindo a volta do rei para o país. No Brasil, grandes proprietários rurais, burocratas e membros do judiciário faziam oposição a esse regresso.

A consequência foi o embarque de Dom João VI para a Europa, deixando o príncipe regente Dom Pedro I no Brasil. Medidas impopulares tomadas pela Corte, em 1821, reforçaram o movimento pró-independência no país. Dom Pedro I cria um ministério e instaura atos anulando despachos da Coroa, ações que culminaram na Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822.

Inicia-se o período imperial brasileiro. Desde então, segundo Borsagli (2011), vários corpos d'água começam a ser de fato franqueados para a exploração mineral, em Diamantina, para além dos controles reais, situação associada ao franco declínio da Real Extração.

Nesse ensejo, ganha força o movimento para a elevação do antigo arraial do Tijuco à Vila, concretizado em 1831. Até então, havia sido percorrido longo caminho de pleito realizado pelos moradores. Vários foram os empecilhos em decorrência do poder centralizador da antiga Coroa. O intuito dela fora o de evitar com que a área urbana tijucana ganhasse autonomia política, abalando-se assim o rigor com que se controlava suas expansões urbanas e comerciais.

O episódio da elevação do arraial à vila de Diamantina é imediatamente sucedido pelo fim da extinção da Real Extração do Diamante. Com isso, os moradores e mineradores passaram a empregar mão de obra, ainda escravizada, na exploração dos cursos de água que estariam fora do rígido controle do poder imperial, a partir de 1832. Não havia, portanto, mais interesse estratégico, por parte do poder monárquico, em se buscar representar cartograficamente áreas urbanas com extração minerária exaurida, o que pode explicar a possível razão pela ausência de representações cartográficas da cidade no respectivo período imperial. Abaixo está uma tabela consolidando as décimas prediais do Arraial do Tijuco (entre 1810 e 1831), coletadas pelo autor no arquivo da Casa dos Contos, antiga sede alfandegária (Real Fazenda) da Capitania de Minas Gerais em Vila Rica.

Tabela 02: Décimas Prediais do Arraial do Tijuco.

DÉCIMA PREDIAL DO ARRAIAL DO TIJUCO (1810-1831)			
ANO	DADOS	N. DE PROPRIEDADES	MONTE-MOR
1810	1799;103;834	778	634\$996
1811	1800;103;861	778	611\$964
1812	1796;103;727	779	582\$844
1813	1794;103;671	779	541\$197
1814	1792;103;625	780	518\$473
1816	2378;133;0003	783	498\$293
1817	3170;182;0710	784	496\$542
1818	3629;224;0203	787	478\$533
1819	2272;125;0909	788	499\$449
1820	3491;210;0319	-	-
1821	2263;125;0422	790	531\$215
1822	3539;215;1103	795	549\$506
1823	3537;215;1059	797	526\$900
1824	3535;215;1015	797	579\$570
1825	3454;215;0896	799	534\$061
1826	2379;133;0045	799	578\$302
1827	3197;184;0905	-	-
1829	3195;185;0864	-	-
1831	2269;125;0723	806	1.072\$804

Elaboração pelo autor, 2022. Fonte: Arquivo da Casa dos Contos, Ouro Preto/MG.

Na tabela, as décimas prediais do Tijuco, entre 1810 e 1831, estão distribuídas por quatro colunas: a primeira com o ano de tributação; a segunda com a identificação do documento (volume, rolo e fotograma), no arquivo da Casa dos Contos; a terceira com o número de propriedades no arraial; a última com a soma de todos os impostos (monte-mor) arrecadados no ano de medição, em Réis.

As décimas prediais foram responsáveis por registrar informações referentes ao proprietário ou ao morador, em associação ao valor cobrado no imposto desses edifícios (cerca de 10% do seu rendimento líquido). Esses dados foram compilados por Ângelo Alves Carrara (2003), em uma série constituída de centenas de livros datados de 1808 a 1835, em Minas Gerais.

De acordo com Carrara, “consideravam-se urbanos todos os prédios compreendidos nas demarcações pelas Câmaras respectivas” (2003, p. 35). Isso reforça a razão pela elaboração das cartografias desde o final do século XVIII, como forma de auxiliar o controle das edificações e a cobrança de impostos devidos.

E, como informa o autor, essa série apresenta importância para os estudos relacionados ao desenvolvimento urbano na primeira metade do século XIX. Por meio desses dados, é possível avaliar o ritmo de crescimento ou decréscimo dos núcleos urbanos mineiros, em anos que se sucederam à substituição da mineração como principal atividade econômica da Capitania.

Avaliando a tabela acima, entre os anos de 1810 e 1820, o quantitativo de propriedades apresentou um tímido crescimento (778 e 788, acréscimo de dez casas), enquanto o faturamento do monte-mor decresceu consideravelmente, de 634.996,00 réis para 499.449,00 réis (queda de 22% na arrecadação). Isso atesta claramente o declínio financeiro da população tijuca, no período de extinção da atividade minerária. Isso pelo fato de as lavras minerais se encontrarem esgotadas (MACHADO FILHO, 1980) naquele período, acompanhando o cenário de consolidação da independência do Brasil.

Contudo, a partir de 1821 ocorre uma inflexão. A contribuição passa a aumentar gradualmente, até duplicar em 1831 (531.215 réis para 1.072.804,00 réis), enquanto houve apenas o acréscimo de 16 propriedades. Em relação ao número de

propriedades, os dados da tabela elucidam o não expressivo crescimento do arraial nas primeiras décadas do século XIX.

É possível cogitar que o aumento expressivo da contribuição, entre 1821 e 1831, evidenciaria como a população local estava se estabilizando através das novas fontes e trocas comerciais do período. Sem contar que o ano de 1831 é o de elevação do arraial a vila, quando administrativamente a urbe se tornara mais autônoma.

A tabela acima endossa as observações de Vasconcellos (1959, p. 133-134). Segundo o autor, o arraial “não se modificou muito em seu primeiro século” (1730-1830), adquirindo mais liberdade apenas a partir de 1831, quando elevada a Vila de Diamantina.

No cenário brasileiro, Dom Pedro I abdica do trono em 1831, em decorrência de manifestações e protestos locais, além do seu irmão Dom Miguel ter assumido a Coroa portuguesa, o qual intentava recuperar (FAUSTO, 2006). Dom Pedro II, aos cinco anos e herdeiro do trono, só assumiria uma década depois, tendo sido inaugurado o período da regência imperial no Brasil. Em 1838, a Vila é elevada à Cidade de Diamantina, possivelmente refletindo a nova dinâmica socioeconômica nela deflagrada.

O segundo reinado é oficialmente instaurado em 1840, com ascensão de Dom Pedro II ao trono (FAUSTO, 2006). O setor econômico era liderado pelas plantações de café nas serras paulistas e da região sul de Minas Gerais, enquanto os movimentos antiescravistas acirravam-se mesmo com a resistência dos proprietários rurais.

Com o escasseamento do diamante nesse período, a economia de Diamantina foi se consolidando com o lucro advindo do comércio regional. Entre 1840 e 1860, apesar do fim do Regime de Extração em 1842 (SANTOS, 1868), tornou-se mais franqueada a exploração mineral na cidade (BORSAGLI, 2010). Houve certo incremento de novos comerciantes, atacadistas e fazendeiros ocupando o até então espaço ocupado pelos antigos mineradores e proprietários de mão de obra escravizada. O resultado imediato foi uma nova situação econômica de Diamantina, acompanhada de alterações na cidade (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2003).

Em 1840, George Gardner informara que o fim do monopólio da extração de diamantes pelo governo, desde a época da independência do Brasil, facilitou a ampliação dessa atividade para os moradores. A maior parte da população, que possuía algumas pessoas escravizadas, procedeu a emprega-la nos trabalhos de extração. Isso evidenciou a perpetuação dessa atividade, mesmo em um momento de franco declínio. Uma outra observação a se assinalar foi a participação de Gardner em celebração feita na Matriz de Santo Antônio, para homenagear Dom Pedro II assumindo seu poder real (em 23 de julho 1840), o que demonstra um alinhamento da cidade (notadamente os das classes influentes) aos interesses do império.

Importa também destacar que Diamantina é elevada ao 2º bispado da então província mineira, em 1853 (SANTOS, 1868), secundário ao 1º bispado de Mariana (primeira capital da Capitania de Minas Gerais, no período colonial). Isso demonstra o crescente poderio eclesiástico na cidade.

No contexto brasileiro, é iniciada a Guerra do Paraguai em 1864, conflito fomentado pelo imperialismo inglês (FAUSTO, 2006) e que se extinguiria apenas em 1870. Esses seis anos de guerra resultariam em um quadro de crise econômica brasileira (maior endividamento com a Inglaterra), fato que estaria entre uma das principais causas para o colapso do império, no final daquele século.

Com o início da exploração de diamantes na África do Sul, houve uma queda no preço dos diamantes no mercado internacional, na década de 1860 (BORSAGLI, 2011). A partir desse fato, a elite de Diamantina passa a investir em trocas comerciais com outras regiões da província, além de iniciar a implantação de atividades têxteis. Ao consultar o recenseamento do município de Diamantina de 1872, foram contabilizadas 3.635 pessoas, dentre elas 1878 homens e 1757 mulheres, demonstrando que a cidade se mantinha em razoável crescimento (40 anos antes, o então arraial possuía apenas 800 moradias).

Entre as décadas de 1870 e 1880, a cidade tornara-se entreposto comercial entre o leste mineiro (recém ocupado, com a expulsão e extermínio de comunidades indígenas) até o porto de Santo Hipólito no rio das Velhas (BORSAGLI, 2011), constituindo-se como um polo regional da porção setentrional de Minas Gerais. A municipalização do Mercado de Tropeiros, reativado na década de 1880,

contextualiza-se nesse período de consolidação de Diamantina como polo regional econômico.

Finda-se, assim, o contexto histórico e urbanístico do terceiro período morfológico, cuja análise se deslocará para os aspectos compositivos de seu plano urbano.

2.3.3.2. Análise do Plano Urbano

A investigação do plano urbano desse período será contextualizada por meio de gravuras, de relatos de viajantes e por registros fotográficos do século XIX.

Os viajantes alemães Johannes Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philips von Martius percorreram o Distrito Diamantino entre os anos de 1817 e 1820. Segundo o respectivo relato, a localidade de Santo Antônio do Tijuco era um dos arraiais mais florescentes do Brasil, com casas de dois pavimentos asseadas e cômodas. Lojas se abasteciam com variados artigos e havia bom calçamento das ruas, sendo à época habitada por 6 mil habitantes (SPIX; MARTIUS, 1820).

Curioso o relato realizado por eles sobre a proibição de atividades de padres no Distrito Diamantino, pelo Regimento de 1771, cuja diocese atrelou-se à da Vila do Príncipe (SPIX; MARTIUS, 1820), fato que poderia explicar uma certa espontaneidade dos templos religiosos, edificadas consoante as faces de quadra e sem a monumentalidade típica daqueles barrocos (visto que eram mobilizados pelas irmandades). A freguesia de Santo Antônio do Tijuco só se instalou em 1822, tendo à frente o vigário Sebastião José de Almeida (SANTIAGO, 2016, p. 34).

Em 1817, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire também visita a povoação e tece breve descrição (1941). Informa que as ruas do Tijuco são largas e limpas, apesar de mal caçadas, além de quase todas elas serem rampadas, em decorrência do modo em que se implantaram no sítio.

Saint-Hilaire deu destaque à constatação da numerosa quantidade de jardins, repletos de plantas frutíferas, leguminosas, foliáceas e medicinais. Informa que os jardins eram bem cuidados e dispostos em perspectiva agradável, uma vez que se implantavam no plano inclinado da serra de Santo Antônio – resultando em encantador efeito produzido na paisagem com o contraste entre a verdura dos jardins, a cor dos telhados e a tonalidade agreste das serranias adjacentes.

Ainda em 1817, Saint-Hilaire confirma que a Casa da Glória servia como residência de intendentess nesse período, além de descrever que se tratava de imóvel fora da cidade, o que mostra que o local considerado como urbe ainda se resumia à centralidade adensada do Tijuco.

Essas últimas décadas do período colonial no Tijuco foram caracterizadas por uma restrita expansão e adensamento da malha urbana. Porém, são raras as cartografias identificadas nessa época, visto que os arquivos históricos começam a se concentrar e serem organizados na corte, no advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

As representações cartográficas começam a se especializar nas representações das novas províncias que se desenhavam (o regime se torna imperial com a independência em 1822) e problemas de ordem financeira no bojo administrativo comprometem parte dessas produções (COSTA, 2007).

A produção cartográfica de Caetano Luiz de Miranda (SANTOS *et al*, 2020, p. 267) comprova isso. O cartógrafo era filho do citado Antônio Pinto de Miranda e, no alvorecer dos oitocentos, teve como principais produções mapas que representavam a Capitania de Minas Gerais e suas principais comarcas, também à serviço da Intendência (SANTOS *et al*, 2020, p. 269).

Uma ilustração apresentada ao escritório técnico do Iphan, em 2023, documentação até então não empregada nos trabalhos que envolviam a análise da evolução urbana de Diamantina, vem endossar a continuidade da atividade de Miranda como cartógrafo da Intendência dos Diamantes. Essa gravura se trata da única representação detalhada sobre a ocupação urbana de Diamantina no início século XIX (possivelmente entre as décadas de 1820 e 1830), até então apenas registrada em gravura de Rugendas (1836).

Abaixo está a representação dessa gravura, obtida em exposição fotográfica realizada em 2023, na Pousada Pouso da Chica, em Diamantina.

Figura 31: Vila de Diamantina em Gravura de Caetano Luiz de Miranda, possivelmente da primeira metade do século XIX.



Fonte: Ilustração em exibição na Pousada Pousa da Chica.

A gravura feita por Caetano Luiz de Miranda apresenta um panorama da serra de Santo Antônio com a ocupação do casario da Vila de Diamantina. Ele ainda era mais adensado na centralidade setecentista, com indicação de sobrados e casas térreas, além de torres dando destaque aos templos religiosos.

A matriz de Santo Antônio representou-se por duas torres, mas não é possível informar se se tratava apenas de uma simbologia para indicá-la como templo matricial. Essa ocupação circundava a serra da Grupiara, pontuada por apenas um edifício, enquanto os arruamentos e o casario se seguiam pelas ruas das Mercês (área mais adensada) e pelas ruas de São Francisco e da Glória (região com maior predomínio de lotes).

Nas extremidades da serra de Santo Antônio, a ocupação tornava-se cada vez mais escassa, mesma situação observada no sopé dela e próxima ao vale do córrego da Palha, local relativamente arborizado e com terreno adaptado para receber criações de gado e agricultura. Na margem oposta ao córrego, vários muros encerrando terrenos desprovidos de edificações e uma única propriedade edificada demonstravam se tratar de área rural e despovoada.

A Igreja da Luz é o edifício de referência para datá-lo entre as décadas de 1810 e 1820, visto que uma década depois Miranda falecera. Inclusive, a construção da Igreja da Luz (em 1919) evidencia uma tímida expansão urbana em direção à cumeada da serra de Santo Antônio. Por mais que ainda houvesse o rígido controle da Coroa em relação ao crescimento urbano do arraial, essas pequenas expansões já demonstravam o desgaste da máquina gestora da Real Extração.

A representação de Johann Moritz Rugendas (abaixo), em 1835, contextualiza-se no contexto de declínio da Real Extração.

Figura 32: Antigo Arraial do Tijuco, representado a partir do Caminho dos Escravos.



Fonte: Rugendas, 1835.

O registro foi elaborado a partir do Caminho dos Escravos, com primeiro plano para uma tropa de tropeiros, em antiga rota que conduzia o acesso da Vila de Diamantina à região da Vila do Fanado. A representação demonstra a área urbanizada balizada pelas torres dos templos religiosos (desde a Igreja do Rosário, à esquerda, até a Igreja de São Francisco à direita), as vias perpendiculares e transversais às cotas de nível da encosta, além de identificar uma incipiente tendência à expansão no sentido longitudinal da escarpa da serra de Santo Antônio. Não havia ocupação na linha de cumeeada dessa serra, representada com esparsa vegetação.

George Gardner descreve assim Diamantina assim que chega à cidade, em 1840:

O viajante se aproxima da cidade tão repentinamente, que quase parece ter vindo à existência pelo poder da magia; espanta-se ao ver tão grande aglomerado de grandes casas caiadas, entremeadas por muitas igrejas, erguendo-se gradualmente umas sobre as outras ao longo das encostas escarpadas da serra, juntamente com os numerosas plantações pequenas, junto aos quais as casas dos subúrbios estão rodeados (...) o que contrasta estranhamente com a paisagem rochosa e absolutamente nua, que rodeia a cidade por todos os lados: é, de facto, um Oásis no deserto (GARDNER, 1846, p. 459).

Sua descrição se coaduna com a representação de Rugendas, ao apresentar um assentamento de casas entremeadas por igrejas, erguendo-se umas às outras e circundadas por pequenas plantações – descrição muito semelhante à realizada por Saint-Hilaire duas décadas antes - além de comentar da presença de jardins floridos e frutíferos em praticamente todos os quintais.

Segundo o autor, a cidade possuía 6000 pessoas, composta por ruas irregulares e estreitas, mal pavimentadas. Em relação às edificações, eram bem construídas tanto na centralidade quanto nas periferias, de dois a três andares. Esses imóveis eram supridos por água de boa qualidade, com abastecimento por fontes em diferentes partes da cidade.

Comenta ter visto edifícios construídos em rocha (situação que de fato não era comum pelo que se observa dos edifícios remanescentes) e de madeira, materiais caros em decorrência da dificuldade de transportá-los até a cidade. Relata a boa qualidade de lojas e de seus produtos comercializados, muito parecidas com as existentes no Rio de Janeiro, apesar de serem 20% mais caros. Os vegetais comercializados eram

produzidos na própria cidade, enquanto outros produtos alimentares vinham de cidades vizinhas, vendidas em locais chamados “Intendências”.

Informa ter visto três ou quatro templos bem compostos, sendo um deles a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde constatou várias celebrações nas quais não só participavam pessoas da irmandade do Rosário dos pretos, como também membros de camadas sociais mais ricas.

A segunda metade do século XIX vai encerrar um fenômeno de expansão da cidade para a cumeada da serra de Santo Antônio (largo Dom João), além de começar a ser dotada de benfeitorias urbanas em sua pavimentação. Uma vez que, no período colonial, grande parte dos logradouros do arraial não recebia quaisquer pavimentações, realizadas em “terra batida”.

Foi apenas a partir da segunda metade do século XVIII que o senado das Câmaras de Vilas Mineiras começava a pavimentar as ruas por pedras miúdas arredondadas, conhecidas como pé-de-moleque (SANTOS FILHO, 2013).

Os desenhos dos calçamentos tinham uma espinha central que funcionava como canaleta de escoamento da água pluvial ao centro, pois ambos os lados se inclinavam para o meio, assim protegendo as paredes das casas de umidade.

As capistranas, ou seja, lajotas mais largas de rocha para dar mais comodidade aos transeuntes, só começariam a ser adotadas no terceiro quartel dos oitocentos (SANTOS FILHO, 2013), em alguns casos ladeadas por pé-de-moleque (blocos de pedra irregulares) vide fotografia abaixo de August Riedel, retratista alemão oficial do império brasileiro.

Figura 33: Pavimentação em capistranas e pé-de-moleque na rua Direita. Foto: August Riedel, 1868.



Fonte: Biblioteca Nacional.

No ano de 1868, August Riedel acompanhou o Duque de Saxe (genro de Dom Pedro II) em viagens pelo interior do sudeste e nordeste brasileiro. Chegaram a Diamantina naquele ano, onde realiza as primeiras fotografias que se têm notícia para a cidade, como a indicada acima com as capistranas. Abaixo mais uma fotografia de Riedel.

Figura 34: Tomada de foto apresentando a Igreja de N. Sra. do Carmo e o Palácio do Contrato.



Foto: Riedel. Ano:1868.

Pela análise da foto acima, constata-se que as ruas não possuíam calçamento regular, alguns trechos com fiadas de lajotas ao centro do logradouro, ladeadas por pé-de-moleque ou terreno natural. Havia considerável massa vegetal nos jardins das edificações que circundavam o centro, e a Matriz de Santo Antônio ostentava sua arquitetura alinhada à rua Direita. Aos fundos, a Serra dos Cristais ou de São Francisco não possuía ocupações, recebendo um cruzeiro em um dos seus picos.

Em 1866, é inaugurado o Seminário Episcopal de Diamantina, nas imediações da região denominada de largo Dom João. Fato que, conforme Martins (1996), atraiu moradores para ocupar a cumeada da Serra de Santo Antônio. A Basílica do Sagrado Coração de Jesus, contígua ao seminário, só seria construída vinte anos mais tarde - 1886 (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2011, p. 9).

Na figura abaixo, está apresentado o Largo Dom João possivelmente na época da construção da basílica.

Figura 35: Vista do Largo Dom João com parte da torre da Basílica do Sagrado Coração de Jesus, ao fundo e à direita, s/d.



Fonte: ETD, IPHAN.

A fotografia foi realizada entre 1870 e 1914, pois não havia sido construída a estação ferroviária. O largo não possuía qualquer tipo de agenciamento urbano e muito escasso era o casario em sua adjacência.

Importa destacar que essa região corresponde à cumeada da serra de Santo Antônio, área historicamente ocupada para a criação de rebanhos (MACHADO FILHO, 1944) e onde se desenvolveu uma das rotas de tropeiro, em associação ao antigo arraial de Cima. Dessa forma, a fotografia ilustra a disposição de edificações ao longo da rota até o vasto platô ainda desocupado, pontuado ao fundo pela recém inaugurada basílica. A partir desse local, transcorriam as ruas das Mercês e Amparo, seguindo o desnível da serra em direção ao vale do córrego da Palha, na centralidade setecentista do Tijuco.

A decisão de se implantar a estação ferroviária nesse local, alguns anos depois, pode ser explicada em razão de ser uma área estratégica associada às rotas territoriais, com local de topografia em boas condições edificáveis.

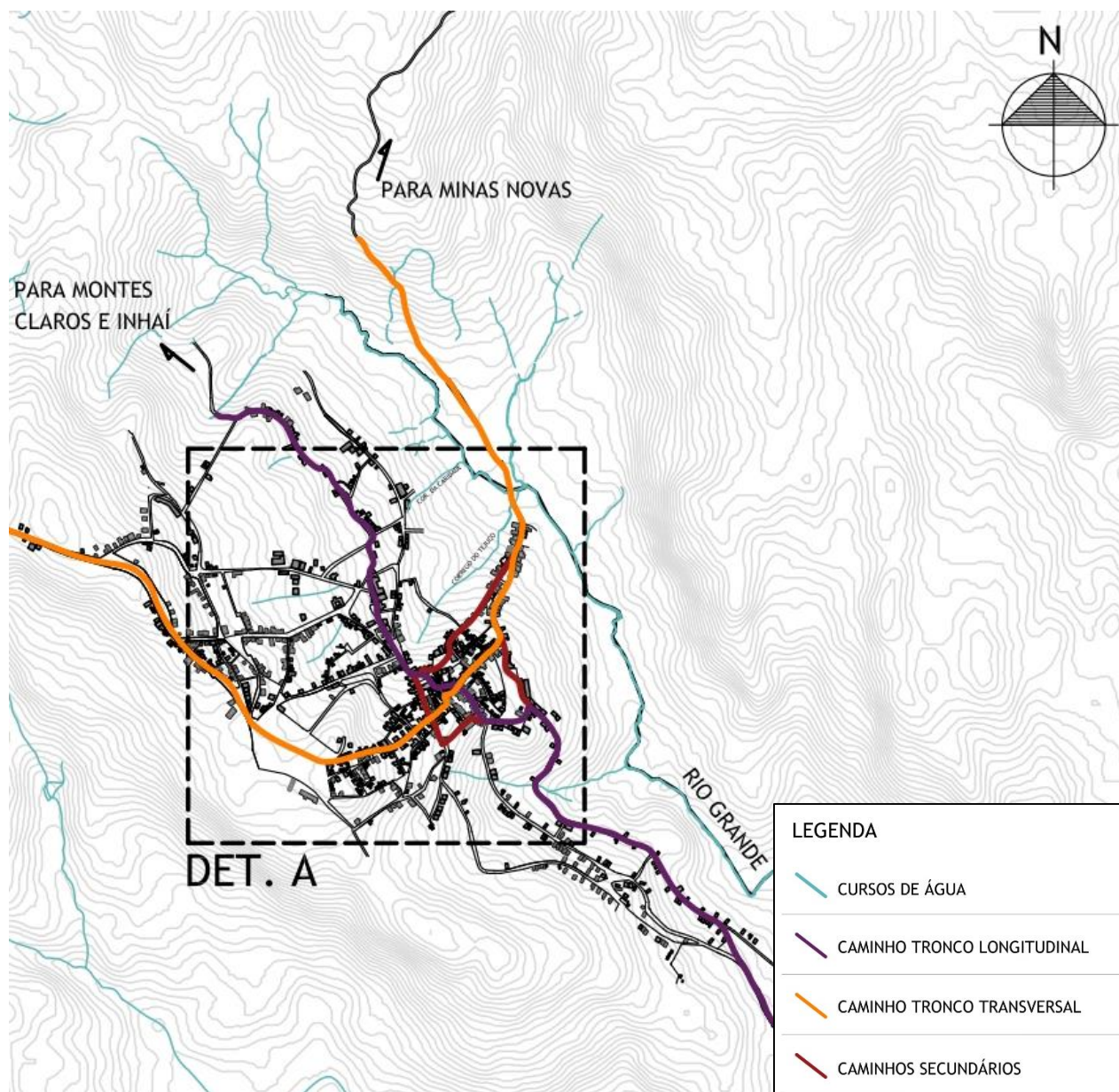
Richard Burton visita Diamantina em 1886 e faz um relato sobre a cidade:

A localização de Diamantina é peculiar: para leste e sudoeste, o terreno é extremamente alcantilado, ao passo que a parte norte é uma continuação das terras onduladas do campo. A incipiente “Haute Ville” é a melhor e mais saudável localidade, e aqui a povoação se espalhar. A “cidadezinha” desce pela encosta ocidental de um morro muito [íngreme, para terminar no profundo vale do Rio São Francisco ou Rio Grande, cujas águas, servindo de escoadouro às do terreno mais baixo, alimentam a artéria principal da bacia, o Rio Jequitinhonha, que fica a 3 léguas em linha reta e seis indiretamente. Visto do “Alto da Cruz”, a cidade apresenta um aspecto de prosperidade. Mudou muito, depois de 1801, quando era o “Arraial do Tijuco” e só contava com casas de pau-a-pique; não poderia ser reconhecida nas páginas de Gardner e M. Barbot, que a descreveram como era na geração passada. Abaixo de nós, estende-se um lençol de casas pintadas de muitas cores, cor-de-rosa, branco e amarelo, com quintais e jardins verdejantes, ao longo de ruas largas e amplas praças, ao passo que os edifícios públicos de tamanho maior e uma confusão de igrejas de duas torres ou uma torre só testemunham a religiosidade do lugar (BURTON, 1976, p. 87-88).

O viajante comenta que Diamantina se alterou significativamente após 1801, quando ainda era Arraial do Tijuco e composta por simples casas de pau-a-pique. A partir do mirante do Alto da Cruz, vislumbra a cidade disposta em meia-encosta, irrigada por córregos que alimentam o ribeirão Grande no fundo do vale. Sua observação é dada à policromia das casas, repletas de quintais e jardins, além da amplitude de praças e ruas, com destaque para os templos que pontuavam a imagem urbana. Seu relato demonstra um dinamismo da cidade no século XIX, mesmo diante das mudanças econômicas que sofrera nesse período.

Nas próximas cartografias, estão a representação do plano urbano de Diamantina, no terceiro período morfológico, baseada na contextualização ora apresentada. Nelas se constata a consolidação do casario central e o prolongamento de ramificações periféricas, no sentido noroeste-sudeste.

Figura 36: Diamantina: 3º Período Morfológico (1899).



Elaboração pelo autor, 2023.

Na cartografia acima, cuja elaboração foi subsidiada pelo contexto histórico e urbanístico apresentado no item anterior, constata-se que a malha urbana de Diamantina foi se condensando ao longo das quatro rotas de estruturação da cidade, para além da trama retangular observada no período anterior.

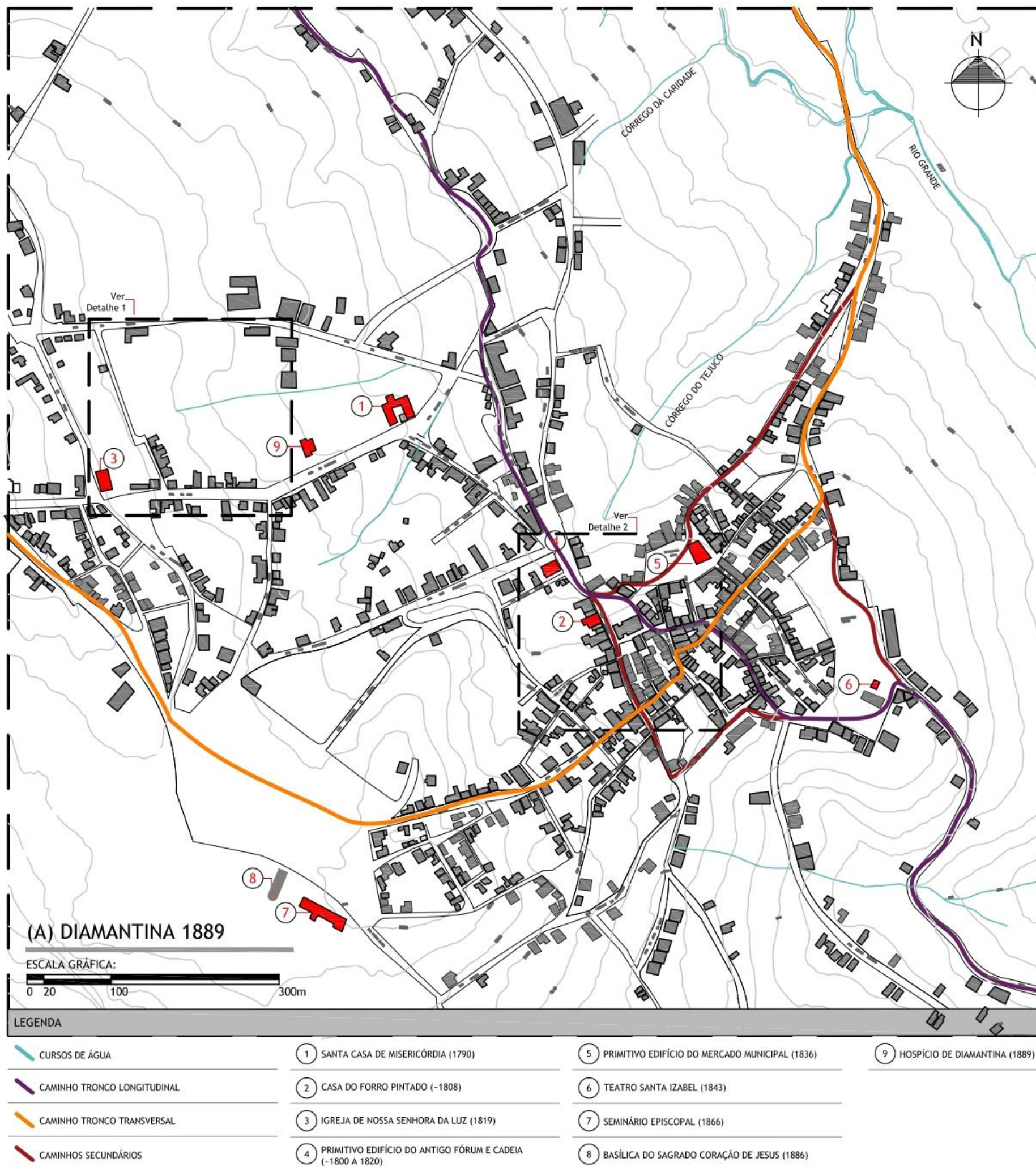
A principal tendência de expansão é a direção noroeste-sudeste, perfazendo a rota longitudinal, já que é a que se desenvolve em cotas de nível mais apropriadas para a construção civil e seu próprio deslocamento intra-urbano. A trifurcação dos caminhos

para a Palha recebe cada vez mais construções, mesma situação observada nos acessos a nordeste para Biribiri e Inhaí.

Ainda merece destaque a ocupação mais adensada da porção ocidental da cidade, subindo a escarpa da serra de Santo Antônio em direção à sua cumeada, mantendo um hiato de ocupação em área coincidente com o morro da Grupiara. As encostas voltadas para o córrego da Palha também continuam pouco ocupadas. Isso pode ser explicado pelas condições adversas desses locais, com terrenos mais íngremes.

Na figura abaixo, está uma ampliação da centralidade de Diamantina.

Figura 37: Detalhe A de Diamantina, em 1889.



Elaboração pelo autor e por Laiza Tadim, 2023.

O recorte do detalhe “A” evidencia o aumento expressivo de edificações irradiando-se da centralidade para as periferias das vias. As regiões dos Forros (norte), da Glória (noroeste) e das Samambaias (sudoeste) são as que mais foram se adensando nesse período, o que implicou na subdivisão das suas quadras.

Os córregos em canal aberto vão sucessivamente sendo canalizados e aterrados em locais coincidentes com as calhas viárias, desaparecendo aos poucos – mesmo fenômeno constatado com as pontes. Esgotadas as minerações desde o começo do século XIX, os canais para movimentação da antiga “Roda” passaram a não ter tanta serventia, servindo exclusivamente para o abastecimento hídrico da população, realizado pelos chafarizes adaptados no final do século XVIII (do Rosário) e XIX (da Rua Direita).

As construções de destaque assinaladas no mapa, referenciadas na contextualização desse período morfológico, foram numeradas conforme a ordem cronológica de execução, o que facilita a leitura do processo de ocupação desse território.

A Santa Casa e a Igreja de Nossa Senhora da Luz (1 e 2) foram executadas entre as últimas décadas do século XVIII e as iniciais do XIX, ao longo da rua da Caridade, evidenciando uma forte tendência de ocupação das grandes quadras antes empregadas para cultivos. A mesma leitura pode ser feita para o Hospício, edifício construído em terreno desmembrado do prédio da Santa Casa, no final do século XIX.

O prédio da nova Câmara Municipal de Diamantina (3) foi instalado no largo da Igreja de São Francisco, em cuja lateral surgiu uma via em direção ao morro da Grupiara, não existente no período anterior. O edifício do primitivo Mercado de Tropeiros (4) se edificou no largo da Cavalhada Nova, acentuando a vocação do local para a concentração de mercadorias e tropas. Entre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o chafariz de mesmo nome, foi criada a primitiva sede do Teatro Santa Izabel. Essas três construções são exemplos de edifícios que perpetuaram a consolidação da trama central da cidade, ainda na primeira metade do século XIX.

O primeiro edifício do Seminário Episcopal (década de 1860), sucedido pela construção da Basílica do Sagrado Coração de Jesus (no fim daquele século), veio a consolidar a formação do largo Dom João, na cumeada da serra de Santo Antônio. Antigamente largo de criação de animais, esse local tornou-se um ponto estratégico

para a distribuição dos acessos à cidade, a partir da rota perimetral na saída para Gouveia e Guaicuí, com tímida concentração de construções. Esse largo está anteposto ao morro da Grupiara, vazio urbano que se manteve pouco ocupado, como já mencionado.

2.3.3.3. Análise dos Tecidos Urbanos

A análise dos tecidos urbanos é feita por uma ampliação de recortes no plano urbano diamantinense. Nas figuras 38 e 39, os detalhes “1” e “2” correspondem à lente mais ampliada de avaliação do território urbano, por meio do seu uso e ocupação.

Figura 38: Detalhe 1 - Rua da Caridade.



Elaboração pelo autor e por Laiza Tadim, 2023.

No primeiro detalhe, a quadra compreendida entre as ruas da Glória, das Craveiras (recém-criada) e da Caridade vai sendo dotada por edifícios residenciais nos seus alinhamentos, principalmente na região da Caridade – o que reforça o processo de ocupação já analisado no detalhe “A”. Os lotes vão sendo sucessivamente divididos,

2.3.3.4. Análise Tipológica

Por meio de relatos do naturalista Saint-Hilaire (1817), é possível avaliar o aspecto físico das construções do tipo básico residencial, na primeira metade do século XIX.

As casas eram compostas por taipa de mão ou adobe, cobertas por telhas brancas bem cuidadas. Os enquadramentos de portas e janelas eram pintados por diferentes cores, além de ocorrerem vidraças em algumas dessas janelas – raras eram as treliças e rótulas. Descreve que os beirais não eram muito proeminentes em relação às paredes, além de destacar a austeridade das peças interiores das casas visitadas, desprovidas de muitos móveis, mas com extremo cuidado na caiação das paredes e no marmorizado de lambris.

Em fotografias de August Riedel, é possível notar a configuração do casario diamantinense, na segunda metade do século XIX. Abaixo segue um exemplar de fotografia do autor, tomada a partir da rua Macau do Meio.

Figura 40: Centro de Diamantina, a partir da rua Macau do Meio.



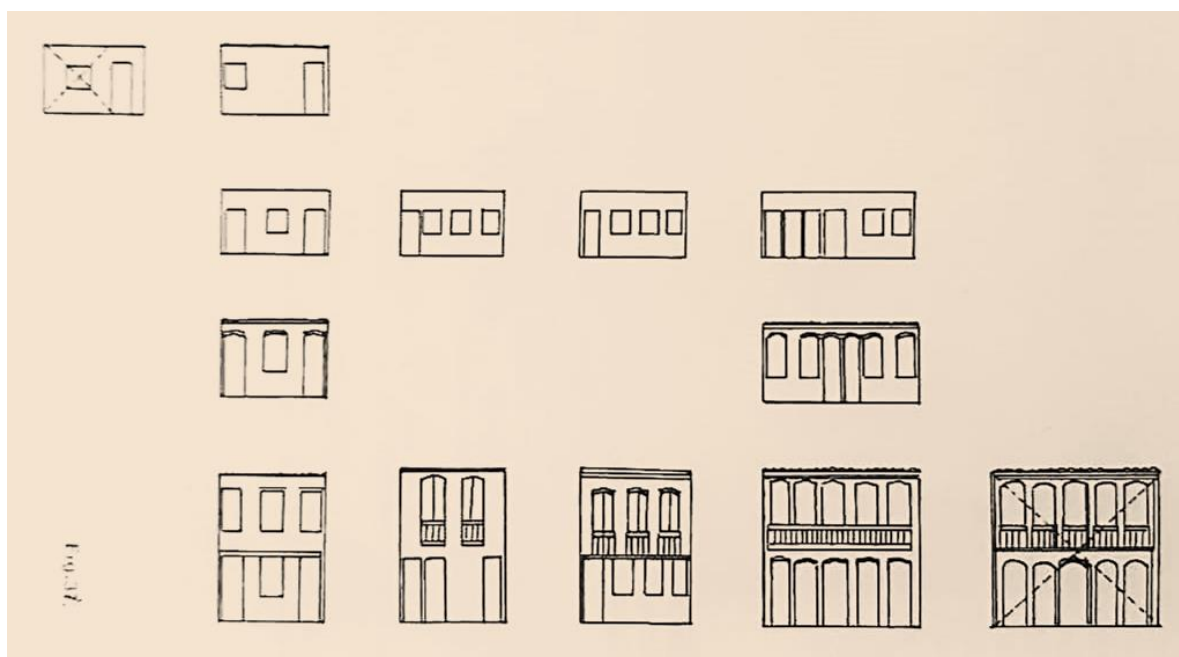
Foto: Riedel. Ano: 1868.

Essa fotografia ilustra a conformação urbana de Diamantina, no final da década de 1860. O casario era predominante térreo, com restrita concentração de sobrados na rua Direita, atestando paredes caiadas, em estrutura de pau-a-pique, coberturas cerâmicas, janelas e portas em madeira.

Por meio das descrições de Gardner (1846), Burton (1886) e pelas fotografias de Riedel (1868), foi possível observar (como apresentado acima) que o casario de Diamantina demonstrava incipiente processo de alteamento construtivo, ao se concentrarem sobrados de dois a três pavimentos em sua centralidade.

Logo, as alterações tipológicas nesse período morfológico seguiram o estudo apresentado por Vasconcellos (1979).

Figura 41: Proporções de fachadas alteradas a partir da fachada básica.



Fonte: Vasconcellos, 1979.

A figura demonstra claramente as variações tipológicas a partir do tipo básico colonial. Por exemplo, como se viu acima, há a representação de casas urbanas térreas, que sucessivamente iam se transformando em sobrados de dois pavimentos.

Contudo, mantiveram os aspectos comuns ao tipo básico colonial (gaiola de madeira, vedação de pau-a-pique, caiação e cobertura cerâmica curva), demonstrando mais uma fase da variação tipológica, conforme postulados da Escola Italiana de Morfologia Urbana.

Em relação aos tipos especializados, destacam-se a construção do templo da Luz e de edificações, com usos relevantes para a dinâmica urbana que se desenvolvia no período de transição entre antigo arraial do Tijuco e cidade de Diamantina.

Do ponto de vista construtivo, partiam da mesma composição em gaiola de madeira, vedação de barro e composição de telhado cerâmico sobre engradamento em peças de madeira. Contudo, destacavam-se da arquitetura civil residencial a partir do esmero construtivo de elementos específicos em sua compleição física.

No prolongamento da rua da Caridade, em 1819, realizou-se a construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz, conduzida a mando de Teresa de Jesus Perpétua (AHU, 1802). Por estar nas imediações da rua do Fogo, demonstrava o processo de expansão da cidade – mesmo que ainda tímido - no sentido noroeste. A solicitação de autorização para a construção da capela, datada de 1802 (em carta acondicionada no Arquivo Histórico Ultramarino), possui a informação de que ela seria construída nos subúrbios do arraial, o que evidencia que as regiões da rua da Caridade, assim como a da Glória, eram vistas como arrabaldes da área urbana.

Machado Filho (1944) também considera ter sido construído, entre as duas primeiras décadas do século XIX, o primitivo edifício da antiga Cadeia Pública e do Fórum. Possivelmente no mesmo período foi executado o edifício conhecido como “Casa do Forro Pintado” (IPHAN, 1999), com propriedade atribuída ao primeiro intendente brasileiro, Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt, que assumiu o cargo entre 1807 e 1823 (MACHADO FILHO, 1944). Na figura abaixo, está apresentado o forro pintado dessa edificação.

Figura 42: Forro em gamela com pinturas artísticas, na "Casa do Forro Pintado".



Fonte: <http://just4u.no.comunidades.net/index.php?pagina=1756681666&numb=103>. Acesso em 22/05/2023.

O painel acima corresponde a um dos dois que ornaram o edifício. Eles são compostos por gamelas em tabuado de madeira, com painéis apresentando requintadas pinturas de paisagens pitorescas e idílicas – vide fotografia acima (IPHAN, 1999), ao gosto dos oitocentos.

Na vila de Diamantina, no ano de 1835, é construído o primitivo edifício do Mercado de Tropeiros (IPHAN, 1999), no largo da Cavalhada Nova, atual Praça Barão de Guaicuí. Foi fundado inicialmente como residência do tenente Joaquim Cassimiro Lages, acompanhada de pequeno comércio e rancho de tropeiros. A sua fundação sinaliza a intensificação da troca de mercadorias por tropeiros na Vila de Diamantina, no novo contexto para além da exploração minerária.

Na década de 1840, na já cidade de Diamantina, é construído o primeiro teatro (ano de 1843), denominado de Santo Isabel (SANTIAGO, 2016), nas imediações da região da Cavalhada Velha (praça Doutor Prado), o que atesta forte processo de urbanização na recente cidade de Diamantina.

Em 1876, o bispo Dom João Antônio dos Santos inaugura a Fábrica de Tecidos de Biribiri (MARTINS, 1996, p. 23), atividade que ajuda a impulsionar a economia local. Ainda naquele ano, o bispo adquiriu a antiga Casa do Contrato, convertendo-a em Palácio Episcopal, enquanto a Casa da Glória (à época, sua habitação, segundo Machado Filho – 1944), após sediar temporariamente o Palácio Episcopal, passou a abrigar as religiosas que fundaram o Colégio de Nossa Senhora das Dores.

Em 1888, o Hospício de Diamantina foi fundado (MAGNANI, 2004) em um sobrado em ruínas, à rua da Caridade. O espaço foi construído por iniciativa da Santa Casa, com a ideia de se criar um asilo de inválidos, no “sentido de ser um lugar de acolhimento dos alienados, com o objetivo de não sobrecarregar a Santa Casa” (2004, P. 47). O Hospício de Diamantina só passou a funcionar em 1889, ano em que se culminaram as movimentações no cenário político para se extinguir o poder imperial e se instaurar a primeira república brasileira.

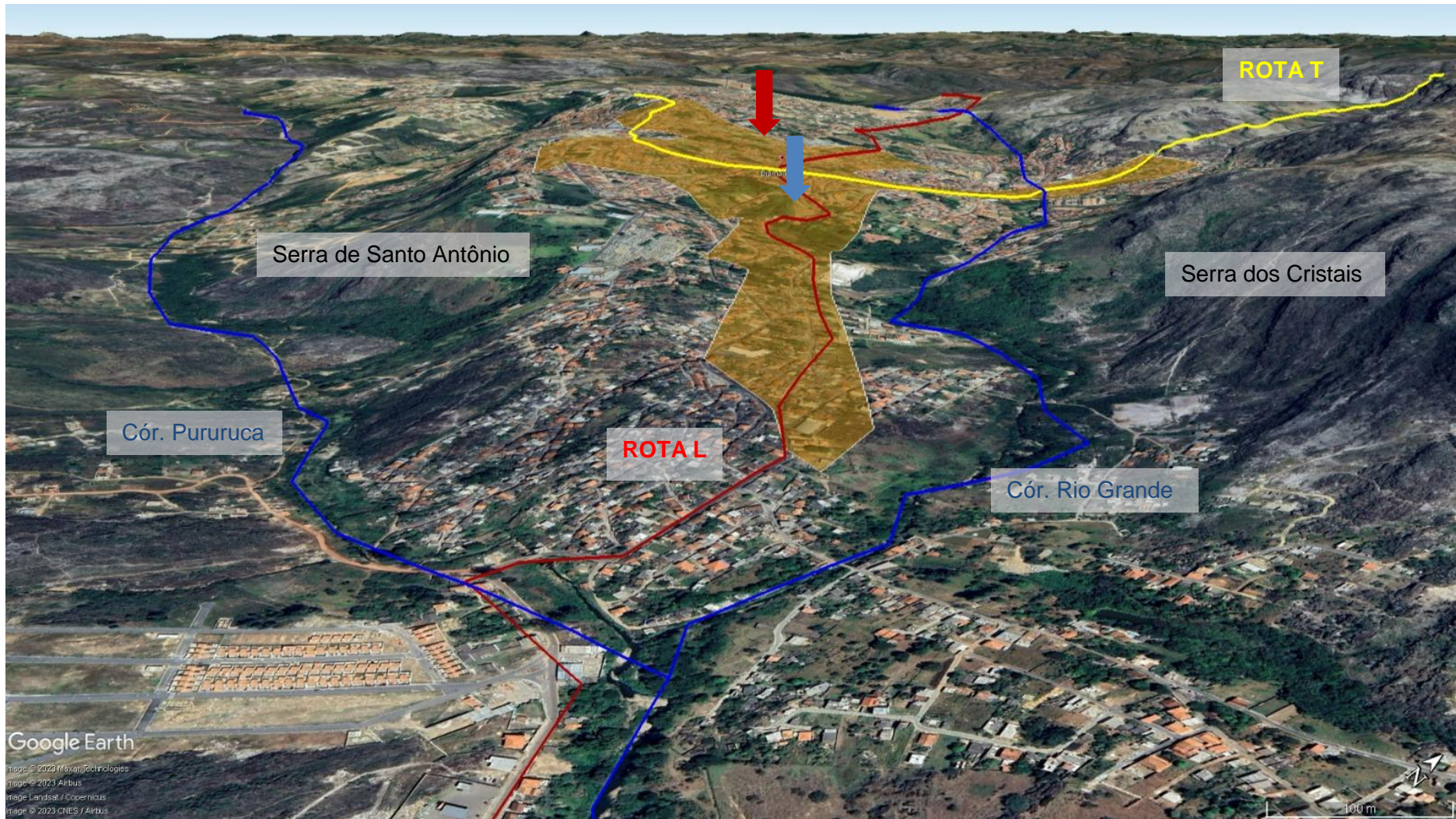
A consolidação dessas análises no viés da paisagem urbana é feita a seguir.

2.3.3.5. Análise da Paisagem Urbana

O período imperial enquadra o contexto do 3º período morfológico, quando o antigo Arraial do Tijuco eleva-se às condições de vila e cidade. A economia local não estava mais pautada pela mineração, agregando de modo crescente atividades comerciais, o que a despontava como um centro urbano que só crescia em relevância regional.

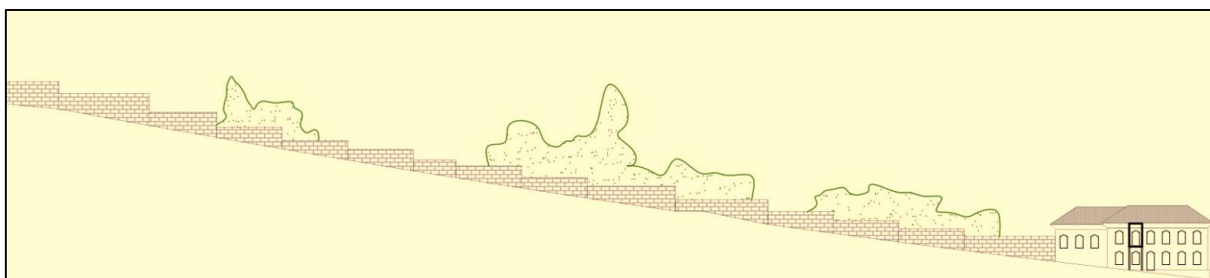
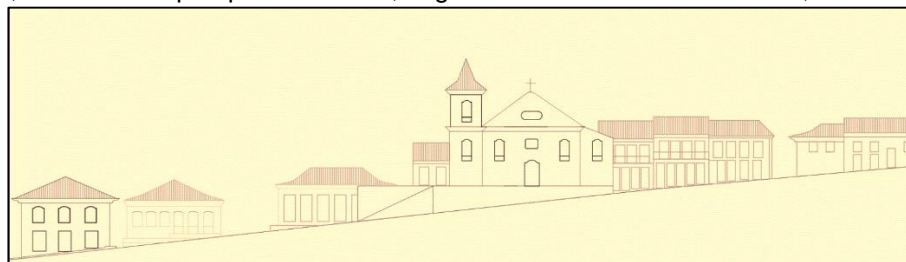
Do ponto de vista da paisagem, esses fatores também vão conduzir em modificações na forma urbana, como demonstrado a seguir tridimensionalmente e nas seções longitudinais dos dois tecidos aqui estudados, indicados abaixo pelas setas azul (rua Direita) e vermelha (rua da Glória).

Figura 43: Vista tridimensional de Diamantina, no 3º período morfológico.



Adaptação do autor sobre Google Earth, 2023.

Figura 44: Seções esquemáticas com a ocupação do 3º Período Morfológico. Primeiro desenho – rua Direita, seta azul na perspectiva acima; segundo desenho – rua da Glória, seta vermelha.



. Elaboração do autor, 2023.

A partir da representação tridimensional, é possível perceber como a cidade de Diamantina intensificou seu crescimento ao longo da rota longitudinal, seguindo trecho com curvas de nível que comportavam melhor os assentamentos edilícios.

À rua Direita (seta direita), as edificações outrora térreas vão se tornando assobradadas, enquanto modificações robustas vão sendo realizadas na Matriz de Santo Antônio, seja em sua feição externa ou nos acabamentos decorativos internos.

Na rua da Glória (seta azul), o edifício antigamente conhecido como residência dos Intendentes dos Diamantes torna-se maior e mais amplo, recebendo a construção do passadiço (no final do século XIX), ao ser ocupado pelo Colégio de Nossa Senhora das Dores. Nos terrenos lindeiros, ainda não havia adensamento construtivo (como evidenciado pela gravura de Caetano Luiz de Miranda, indicada no início desse capítulo).

No final do século XIX, Diamantina se consolidara, ocupando as ramificações dos caminhos prenunciados no período anterior. Contudo, novas situações econômicas, inauguradas pelo ensejo republicano, trouxeram marcas em seu território urbano ainda inéditas, como se verá no próximo período morfológico.

2.3.4. 4º Período Morfológico – Diamantina Polo Regional (1890-1937)

2.3.4.1. Contexto Histórico e Socioeconômico

O fim do período imperial e o início do republicano do Brasil sinalizam um momento de nova consolidação econômica diamantinense, contexto desse período morfológico.

Desde a crise econômica deflagrada pela Guerra do Paraguai em 1870, surgem atritos entre o governo imperial com o Exército e a Igreja (FAUSTO, 2006). A extinção da escravatura em 1888 acentua essa crise, ao trazer para o campo de forças anti-imperialistas a classe de proprietários agrários. Intensifica-se o ideal republicano, associado à ideia de reforma da sociedade e revolução, culminando na Proclamação da República.

O período republicano se iniciou por um golpe de estado (FAUSTO, 2006) encabeçado por Marechal Deodoro, diante do desgaste econômico e político do império em 1889. A economia do país ainda era dependente do setor agrícola, tendo a região Centro-Sul com um maior crescimento econômico, quando analisado no cenário brasileiro.

Em paralelo, o processo de urbanização começa a se intensificar nos grandes centros urbanos. A nível internacional, ocorrera a primeira guerra mundial (1914 a 1917), fato que vai replicar em impactos na economia do país como um todo, além de reforçar a participação da classe média na cena política. Contudo, trazendo a análise para Diamantina, viu-se um desenrolar de posturas sociais e econômicas distintas.

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento de políticas higienistas no Brasil (OLIVEIRA, 2017) começou a induzir novas posturas aos enterramentos em templos religiosos. O costume herdado do período colonial vai sendo posto em xeque por uma série de cartas régias que passam a coibir o sepultamento nas naves das igrejas, exigindo-se a construção de necrópole afastada da urbe para tal finalidade.

Em Diamantina, essa postura só vai se consolidar em 1891, quando se inicia a construção do cemitério em colina localizada na porção sudeste da cidade (SILVEIRA, 2011), com inauguração em 18 de outubro de 1905 (segundo lista de legislações obtidas em pesquisa no arquivo da Câmara Municipal de Diamantina).

As fotografias de Diamantina começam a se tornar cada vez mais frequentes no início do século XX, fato atestado ao se consultar o largo acervo de fotografias acondicionadas nos arquivos do Escritório Técnico do Iphan em Diamantina (ETD) e do Museu do Diamante. Os principais fotógrafos eram Zé da Sé e Chichico Alkmin. Por essas fotografias, fica cada vez mais evidenciado o processo de urbanização da cidade, no início do século XX.

Em 1914, é inaugurada a Estação Ferroviária de Diamantina. Do ponto de vista econômico, o equipamento ferroviário intensifica o escoamento de produtos de todo o norte de Minas Gerais e o Alto Jequitinhonha para os centros mais importantes dos estados brasileiros. O ramal de Diamantina se comunicava com a estação de Corinto, na Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), aberto a partir de 1940 pela Estrada Ferroviária Vitória a Minas (GIESBRECHT, 2019).

Em 1925, por exemplo, Diamantina se consolidara como uma das dez cidades mineiras com mais estabelecimentos comerciais (BORSAGLI, 2011). A partir da década de 1930, a cidade passa a sofrer certa estagnação econômica deflagrada (BORSAGLI, 2011) por dois principais fatores: forte migração da população para cidades polo do sudeste brasileiro, visto que se acirrava o processo de industrialização no país, e a concorrência com produtos industriais de outras regiões.

E é nesse contexto que a cidade recebe o tombamento de seu conjunto arquitetônico e urbanístico pelo Sphan (1938). Abaixo segue a análise do plano urbano diamantinense, com a síntese desse período morfológico, baseada nessa breve contextualização.

2.4.3.2. Análise do Plano Urbano

Ainda com os reflexos da diversificação comercial e econômica que experimentara no século anterior, somada à nova categoria de cidade e à posição de polo regional, a cidade de Diamantina começa a ter a instalação de equipamentos que conduzem a novas configurações urbanas.

Essas novas configurações se caracterizam pela expansão da cidade no sentido sudeste-noroeste, à meia-encosta da serra de Santo Antônio e impulsionado pela instalação do cemitério, do Batalhão de Polícia e da Estação Ferroviária.

A construção do cemitério ocorreu nas décadas finais do século XIX. Esse trecho era até então desocupado, conforme as representações remotas do século XVIII e a ilustrada por Rugendas em 1835, tornando-se então um novo flanco de expansão no final do século XIX.

Na figura 39 está a construção do 3º Batalhão de Polícia, instalado em 1928 e nas imediações desse cemitério, evidenciando essa tendência urbana.

Figura 45: Batalhão de Polícia, s/d.



Fonte: ETD IPHAN.

A foto acima ilustra o aspecto isolado do Batalhão de Polícia quando construído, em local ainda sem ocupações ou arruamentos. De toda a forma, a construção do edifício inaugura o desenvolvimento urbano dessa região, em articulação com a ocupação no largo Dom João cada vez mais intensa, o que reforça a expansão na porção ocidental da cidade.

Na encosta defronte à cidade de Diamantina, em 1901, é inaugurado o Asilo Pão de Santo Antônio, situado imediatamente no sopé da serra de São Francisco e próximo à confluência dos córregos do Tijuco e Palha.

A construção acentua a ocupação na porção leste da cidade, contígua à árida escarpa rochosa dessa serra. No mesmo período (entre o final do século XIX e início do XX), teria sido edificada a Capela de Nossa Senhora da Soledade, ou dos Bambões como conhecida localmente (COUTO, 2002), no final da rua do Rio Grande e na direção da ponte para o asilo de Santo Antônio.

Nas imediações da saída de rota para a nova capital (Belo Horizonte, criada em 1897) e na cumeada da serra de Santo Antônio, é construída em 1914 a Estação Ferroviária de Diamantina (MARTINS, 1996, p. 40).

O percurso da linha ferroviária, articulado com a edícula da estação e com o Seminário Episcopal, atraiu a construção de residências e comércios ao longo dele, reforçando a expansão ao longo da cumeada da serra de Santo Antônio. Foi pela linha ferroviária que Lúcio Costa chega em Diamantina no ano de 1922 e esboça impressões relevantes sobre a cidade, nesse período morfológico:

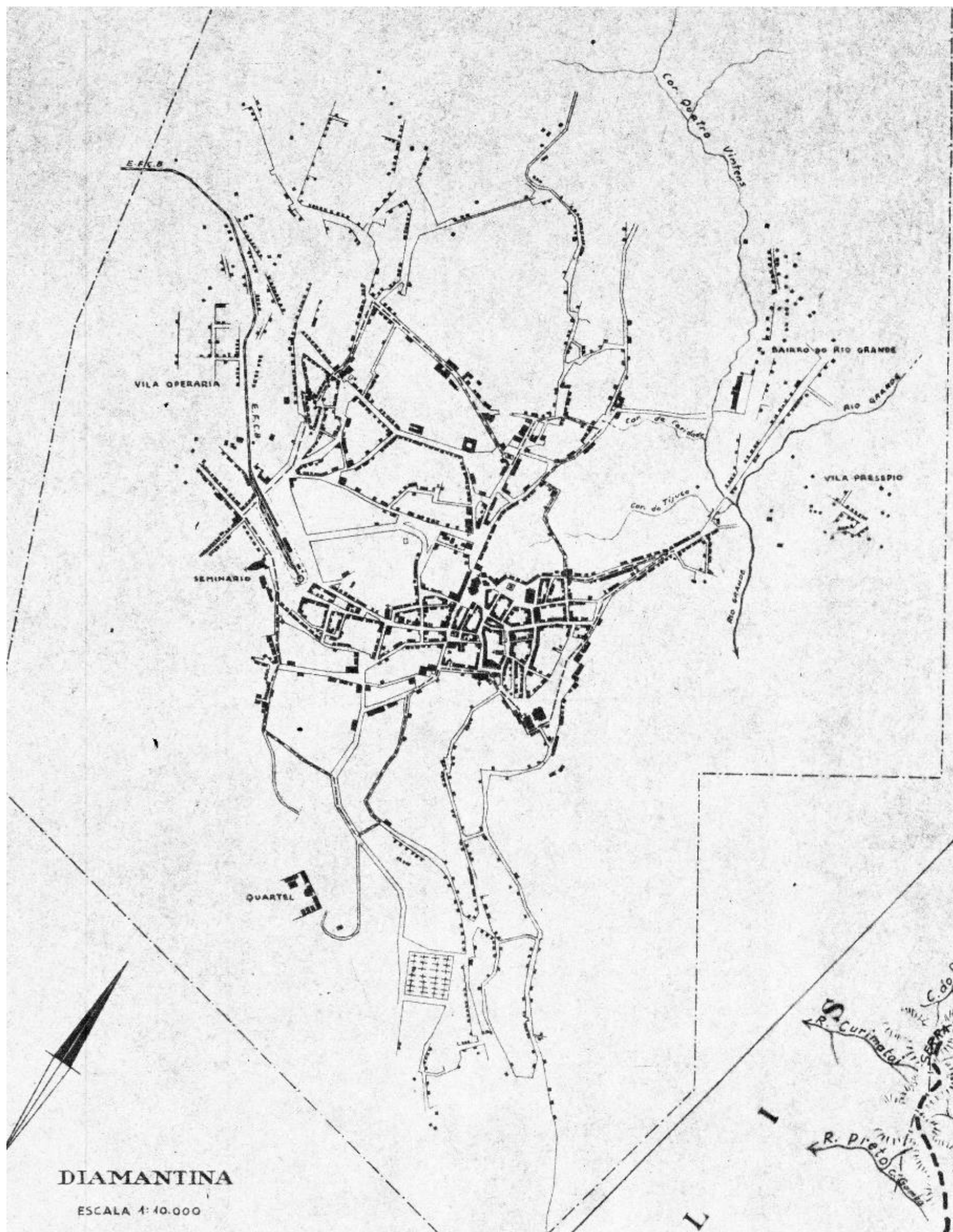
Em 1922, comissionado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, conheci Diamantina. (...) Lá chegando caí em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro: um passado de verdade, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casas, igrejas, pousada dos tropeiros, era tudo de pau-a-pique, ou seja, fortes arcabouços de madeira – esteios, baldrames, frechais – enquadrando paredes de trama barreada (...). Pouca vegetação em torno, dando a impressão de que a área de mata nativa, verdadeiro oásis encravado no duro chão de minério, fora toda transformada em casas, talha, igrejas (...). Um piano distante tocava quando desci e me pus a caminhar pelas *capistranas*, trilha de lajes maiores no meio das ruas empedradas: no alto de uma ladeira os dois sobrados do colégio de freiras (...) ligados por um elegante passadiço; no largo fronteiro a uma igreja o típico cruzeiro de madeira guarnecido dos símbolos do martírio, com uma figueira enroscada, nascida do seu pé. Depois a fachada da casa de Chica da Silva, a famosa amante do contratador, resguardada por extenso muxarabi, e, defronte, a capela do Carmo (...). No último dia, já tarde, subi ao campanário para me despedir da cidade e lá fiquei, olhando os telhados, até escurecer. E mal sabia que, 30 anos depois, iria projetar nossa capital para um rapaz da minha idade nascido ali (COSTA, 1995, p. 27).

O relato de Costa é relevante para se compreender a dinâmica da cidade nesse período e em décadas imediatas. Ele comprova a reminiscência do caráter colonial preponderante pelas ruas da cidade, ao descrever a impressão de se alcançar um passado mais puro e despojado, o “passado de verdade”. Como o arquiteto participou do movimento de consolidação do Sphan em contato com Rodrigo Melo Franco de Andrade, fica fácil de se compreender que Costa influenciou a eleição de Diamantina dentre as oito cidades mineiras tombadas em 1938, visto que foi membro da comissão de tombamentos (REGIAN; FRAJNDLICH, 2017).

Além disso, a menção à construção de Brasília (vista no final do excerto) se coaduna com a informação dada para os “ingredientes” da concepção da nova capital brasileira em 1957, ao informar que Diamantina foi uma de suas inspirações em virtude da sua pureza distante que o marcou para sempre (COSTA, 1995, p. 282). Ao interpretar que a malha urbana de Diamantina possui igrejas que quase se confundem com o casario, por seguirem a orientação das quadras, o esquema de escalas da nova capital brasileira também se desenvolveu de modo respeitoso em relação às quadras e aos seus edifícios especializados.

O mapa desenvolvido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, em 1938, reflete as modificações urbanas como as citadas neste período morfológico – vide figura abaixo.

Figura 46: Mapa de Diamantina em 1938.



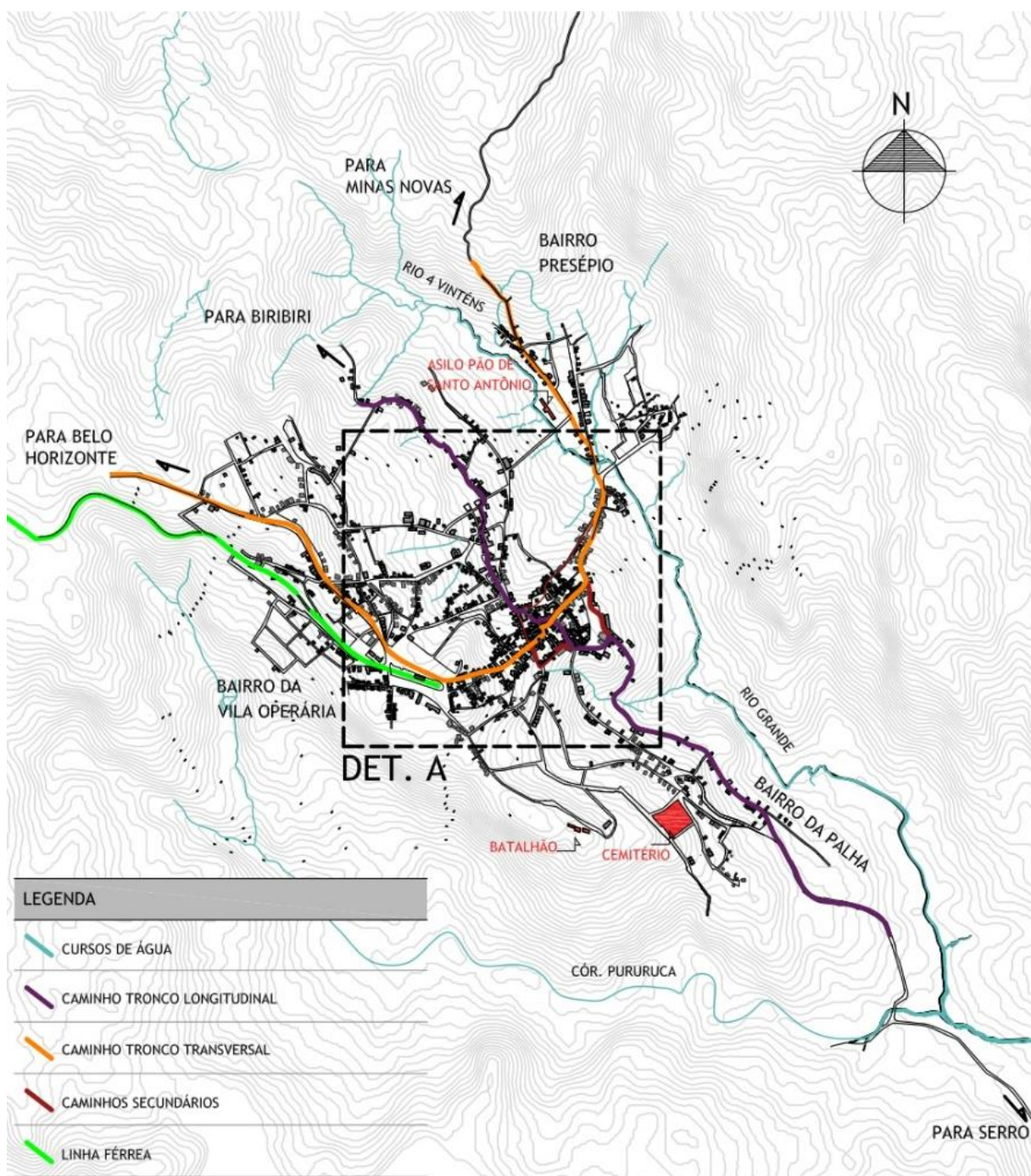
Autor: Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

A parte central está consolidada com as ruas e as edificações já representadas nas cartografias do século XVIII, com pequenas alterações de becos ou desmembramentos de quadra. Ao Norte, as rotas que saíam em direção ao norte de Minas Gerais e ao Alto Jequitinhonha apresentavam algumas poucas edículas, situação semelhante às rotas ao sul no sentido do antigo Arraial de Baixo.

É na porção ocidental que se destacam as duas novas áreas de expansão. A sudoeste se vê o 2º Batalhão de Polícia e novo cemitério, enquanto a oeste está representada a Estação Ferroviária de Diamantina, o Largo Dom João e as edificações se concentrando ao longo do percurso da linha férrea. No trecho ocidental, pode ser observado o Asilo Pão de Santo Antônio contíguo a reduzidas ruas de escassa ocupação, ao longo do córrego da Palha.

A partir da cartografia confeccionada para a análise desse período morfológico, fica evidente como as transformações cogitadas acima se confirmam no território urbano. A figura abaixo sintetiza de modo cartográfico a distribuição do plano urbano nesse período morfológico.

Figura 47: Diamantina 4º Período Morfológico (1937)



Elaboração pelo autor, 2023.

Por meio do mapa territorial, constata-se que a malha urbana se estendeu nos sentidos sudoeste e nordeste, enquanto o eixo longitudinal se permaneceu praticamente inalterado em relação ao período anterior. Como o eixo longitudinal era aquele associado aos territórios de mineração a sudeste, é compreensível que a expansão tenha se estagnado ali, visto que a atividade minerária estava se esgotando.

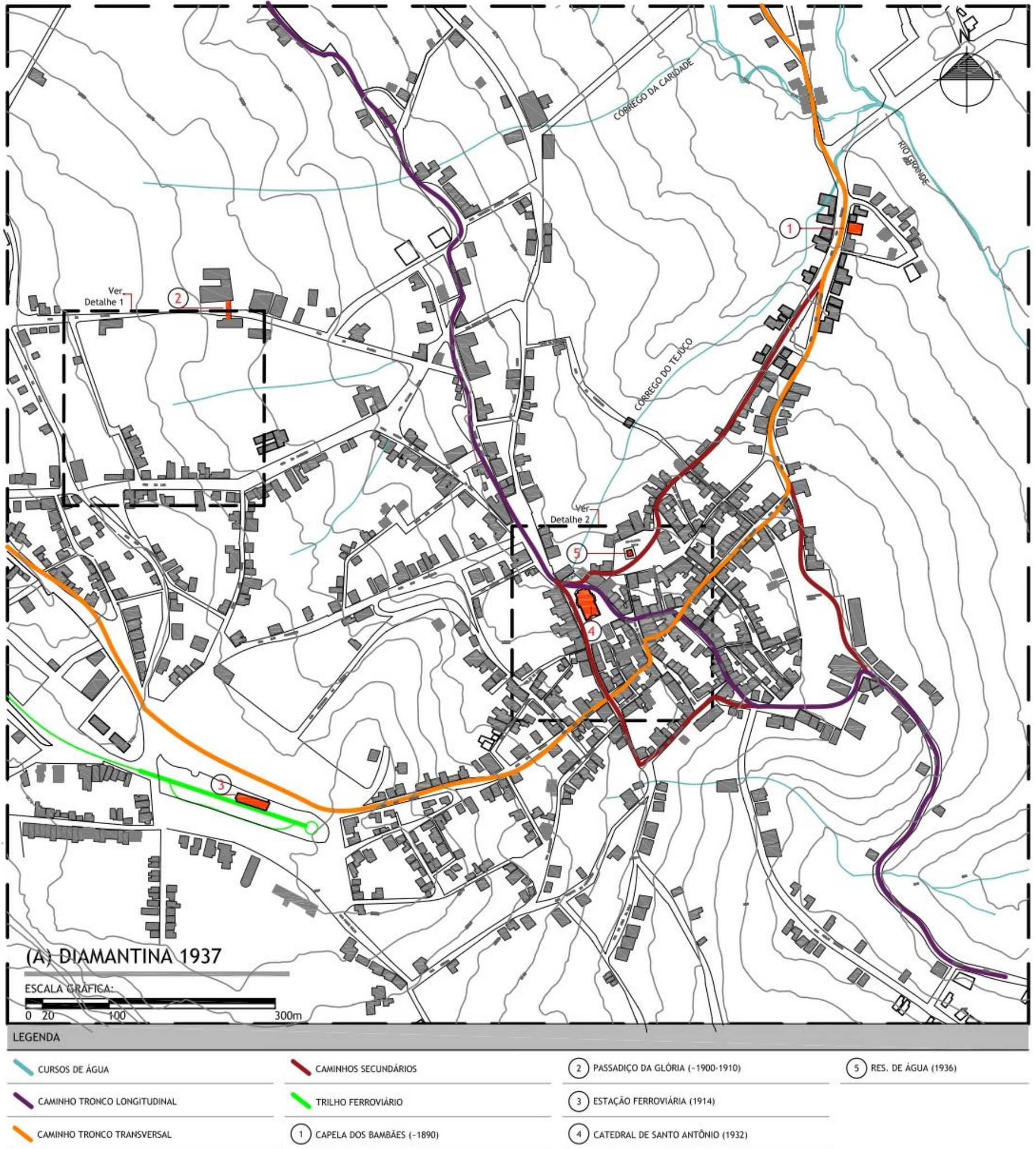
O crescimento a nordeste, seguindo a rota de acesso ao vale do Jequitinhonha, possivelmente começou a se intensificar com a extinção das leis na época do império que coibia a ocupação ao longo do ribeirão Grande e do rio Quatro Vinténs. O Asilo Pão de Santo Antônio e a Capela dos Bambões foram as construções que simbolizaram a ocupação desse local. Por outro lado, também ganha corpo a ocupação na parte íngreme da Serra de São Francisco, em direção à sua cumeada, compondo a Vila Presépio (hoje denominado Bairro do Rio Grande).

A sudeste, as rotas paralelas à via de acesso a Serro vão se desenvolvendo para receber o Cemitério da Saudade e o 3º Batalhão de Polícia, mas sem de fato atrair considerável número de moradias em seu entorno. Por outro lado, a criação da Estação Ferroviária ao largo Dom João intensifica a ocupação no flanco sudoeste.

É inegável o forte fenômeno atrativo que uma edificação férrea impacta em áreas urbanas. Em Diamantina, o percurso da linha ferroviária (articulado com a edícula da estação e com o Seminário Episcopal) atraiu a construção de residências e comércios ao longo desse percurso, reforçando a expansão ao longo da cumeada da serra de Santo Antônio. Nessa região, intensifica-se o desenvolvimento do largo Dom João, segunda centralidade comercial que começava a se consolidar.

Abaixo, segue detalhe A com a área central de Diamantina – ampliando a escala de análise dessa urbe.

Figura 48: Detalhe A - Diamantina em 1937.



Elaboração pelo autor, 2023.

No detalhe “A”, as expansões a sudoeste e nordeste também são as mais evidentes, tendo destaque para a conformação da Praça da Estação Ferroviária e a atração de casario no seu entorno imediato e ao longo da linha férrea. Novos parcelamentos ainda incipientes são vistos no trecho final da rua Rio Grande e após a ponte sobre esse curso de água.

2.3.4.3. Análise dos Tecidos e do Uso e Ocupação do Solo

Na avaliação dos detalhes ao nível dos loteamentos, seguem as observações gerais, refletidas pela apresentação das figuras 40 e 50. Elas ampliam a escala de análise em tecidos dessa urbe.

Figura 49: Detalhe 1 - Rua da Caridade. Destaque para o passadiço (azul) e o Hospício (vermelho).



Elaboração pelo autor, 2023.

No detalhe “1”, a ocupação de quadras entre as ruas da Caridade e da Glória não foi significativa, tendo apenas como destaque a construção do Passadiço da Casa da

Glória e do Hospício. Portanto, os grandes loteamentos ainda estavam desocupados no início do século XX, com ocupações restritas às testadas dos quarteirões.

Abaixo segue o detalhe da rua Direita, na figura 50.

Figura 50: Detalhe 2 - Rua Direita. Destaque para a Catedral em vermelho e o Reservatório em azul.



Elaboração pelo autor, 2023.

No detalhe “2”, o que mais chama a atenção foi a construção da nova Catedral Metropolitana de Santo Antônio, disposta com frontaria a sudeste e impactando o ritmo de alinhamento da rua Direita. Também houve a indicação de um novo volume ao largo da Cavahada Nova, referente ao reservatório de água da cidade que foi convertido em Coreto, segundo dados do Mapa com a proposta de reforma da Praça do Mercado de 1936 (PMD).

Em relação aos loteamentos, foi mantida a massa edilícia concentrada nessa centralidade, com variações referentes a novas subdivisões em alguns dos lotes pré-existentes.

Os dados constantes no processo de tombamento de Diamantina (IPHAN, 1938) evidenciavam que novas dinâmicas urbanas estavam se refletindo nas próprias condições sociais da cidade já no início da década de 1930, como era o caso da ocupação de casas centrais para atividades de meretrício. Uma lei ainda mais antiga, datada de 1925, autorizava a desapropriação de casas na Travessa do Carmo (PMD), justamente a principal rua com essas atividades. Inclusive a construção da catedral nesse período, voltada para o beco do Mota (demolindo a antiga matriz), é considerada localmente como uma atitude simbólica para se interpor a esses processos sociais.

Para além do preconceito social dessa situação, o que se pode depreender é que a centralidade mais antiga da cidade se mostrava cada vez mais especializada em comércios – a própria atividade do meretrício se vinculava a regiões com menos característica de moradia - tendo os usos residenciais se expandindo para áreas a ela circunvizinhas.

O processo de surgimento da embrionária Vila Operária demonstra também a influência da atividade industrial na composição de seu tecidos urbanos. Com a relativa expansão do Largo Dom João, houve paulatina subdivisão de quadras lindeiras, associada ao surgimento da embrionária Vila Operária. Isso assinala o processo industrial da cidade no início do XX, cujos primórdios se retrocedem à criação da Vila Operária de Biribiri, ainda em 1876.

Em consulta aos arquivos legislativos da Prefeitura Municipal de Diamantina (PMD), encontra-se o registro de uma lei datada de 17 de fevereiro de 1902, autorizando a concorrência para a edificação de casas para operários, o que pode se relacionar a essa criação da Vila Operária (PMD, 1902). O documento estabelece concorrência para essas construções, informando vantagens e condições para aqueles que dela participassem, o que demonstra que tal vila teria surgido de clara intenção do poder público, e não uma conformação orgânica como vista nos períodos morfológicos

anteriores noutras áreas da cidade. Inclusive o parcelamento geométrico do bairro comprovaria essa observação.

Diamantina se perfazia como uma cidade estruturada em novas forças econômicas e divisões sociais distintas daquelas estabilizadas no século anterior. Do mesmo modo, esses empuxos socioeconômicos trouxeram consequências para o processo tipológico diamantinense.

2.3.4.4. Análise Tipológica

Entre a morfogênese e o terceiro período morfológico, foi possível constatar a variação tipológica do tipo básico colonial, a partir de ranchos temporários, perpassando pelo edifício térreo até atingir o edifício assobradado. Os tipos especializados acompanharam esse processo, apesar de se adaptarem conforme o uso demandado, fossem eles para instituições administrativas ou religiosas.

O quarto período se caracterizou por um momento transitivo entre tipos construtivos, visto que elementos do estilo eclético iam sendo instituídos no tipo básico colonial, aperfeiçoando ou adequando esquadrias (adoção crescente de esquadrias de madeira com fasquias, distribuídas por folhas guilhotinadas e envidraçadas) ou acabamentos de cimalthas (com o emprego de pinturas simulando veios de rochas), por exemplo.

Em suma, as edificações de arcabouço colonial dos séculos XVII e XVIII já haviam incorporado elementos do estilo eclético no XIX, mesmo que ainda sobrepostos ao padrão de planta e fachada depreendido da tipologia básica de edificações coloniais urbanas, vista em períodos anteriores em Diamantina.

Contudo, a intensificação do processo tipológico, com a adoção do padrão arquitetônico eclético, em edificações construídas no final do século XIX e início do XX, vai evidenciar o surgimento de um novo tipo básico – com características desse novo modo construtivo. Logo, seguiria o contexto de expansão urbana de Diamantina.

Abaixo estão exemplificados imóveis realizados ao largo Barão de Guaicuí, evidenciando a estética do ecletismo.

Figura 51: Edificações à praça Barão de Guaicuí.



Foto do autor, 2018.

Na fotografia, está explícito a variação do processo tipológico, com adoção do padrão eclético, nos dois edifícios à esquerda da foto, ao largo do Mercado de Tropeiros.

Os sobrados, ainda com base tipológica similar à colonial (em relação à contiguidade construtiva, vide sobrado mais baixo à direita), vão se alteando com alterações compositivas de influência eclética: adoção de platibandas ou telhados esconsos, cobertura com telha francesa, ornamentos em massa etc.

Além disso, há a manutenção de parte do aspecto geral de edifícios circunvizinhos: disposição de aberturas e às vezes manutenção do sistema construtivo autônomo.

Entre o final do século XIX e início do XX, a influência eclética começa a orientar construções com novas características de implantação, fenômeno mais explícito em Diamantina pelos seus tipos especializados: o edifício se destaca no lote por recuos frontal e laterais, acessados por alpendrados que quebram com a tradição das portas

de acesso direto pelo alinhamento do logradouro (ALBERNAZ; LIMA, 1998); assim como as coberturas (em telha cerâmica curva) vão sendo substituídas pelas cerâmicas francesas, enquanto às fachadas são acrescentados ornatos em massa nos enquadramentos e platibandas. Surgem os estilos “bangalôs” ou de chalés com inspiração inglesa ou francesa.

Nas figuras 52 e 53, estão representados o Asilo (1901) e a Capela dos Bambões, no início do século XX, exemplificando não só o processo de ocupação em direção ao sopé da serra dos Cristais, como também a adoção de elementos ecléticos em edificações de tipos especializados.

Figura 52: Asilo Pão de Santo Antônio, à direita, s/d.



Foto: Zé da Sé. Fonte: ETD Diamantina.

Figura 53: Capela dos Bambães.



Foto: Zé da Sé. Fonte: Museu do Diamante.

Na fotografia com representação do asilo, é possível ver a parca ocupação do sopé da serra de São Francisco, enquanto a segunda foto ilustra a capelinha dos Bambães, templo não mais existente, situado ao final da rua do Rio Grande (que está conectada com a região do asilo).

Quanto ao tipo edilício, é possível notar que ambas estão contempladas por elementos que fazem referência ao novo estilo, como através do emprego de lambrequins em beirais ou pela adoção de cobertura em duas águas e cumeeira perpendicular ao logradouro. Notadamente na capela, vê-se ainda a manutenção da alvenaria de adobe, seguindo o sistema construtivo do tipo básico colonial.

Na região do Largo Dom João, a segunda centralidade comercial começava a se consolidar. As edificações, com predomínio da tipologia colonial, também iam sendo alternadas por construções de influência do ecletismo.

A figura abaixo demonstra o aspecto do Largo Dom João, possivelmente no início do século XX, em contraponto à figura apresentada neste largo (no terceiro período morfológico), quando a região ainda não possuía a Estação Ferroviária de Diamantina.

Figura 54: Estação Ferroviária ao Largo Dom João, s/d.



Fonte: ETD, IPHAN.

A fotografia, possivelmente realizada entre as décadas de 1910 e 1930, apresenta o largo dom João com outra ambiência urbana, quando comparada com a fotografia apresentada no período morfológico anterior. O casario se multiplicou circundando a estação, enquanto é visto calçamento nas ruas e arborização da praça defronte à estação. Essa área se coadunaria ao tecido da Vila Operária, explicitada na escala do tecido urbano (subitem anterior).

Em primeiro plano, o casario térreo ainda manteve o aspecto colonial horizontalizado, com fachadas contíguas e alinhadas ao logradouro, com coberturas em duas águas. À direita dessa mesma rua e ao fundo, nas imediações da basílica, é possível avistar

imóveis com a proposta eclética de construção, na qual o imóvel começa a se isolar no terreno e provido de afastamentos laterais. Também é importante notar a influência do estilo eclético adotado na feição da estação, compondo o conjunto dominado visualmente pela basílica em estilo neogótico.

Um último episódio de aspecto tipológico, que incorreu em alteração de trecho central da configuração urbana diamantinense, tratou-se da construção da Catedral de Santo Antônio. Segundo Santiago (2016, p. 46), a primitiva capela fora construída voltada para a rua Macau do Meio, depois rotacionada para a rua Direita. Por mais controverso que seja, essa construção da nova catedral pôde ter sido vinculada ao ensejo do envolvimento da mitra com as tratativas de implementação de regras de proteção dos monumentos eclesiásticos, como se verá adiante.

Desde 1925, conforme se pode constatar em consulta aos documentos acondicionados na Mitra Arquidiocesana de Diamantina, é possível verificar que o poder eclesiástico local estava ciente das tratativas governamentais de se instituir no país uma política de proteção do patrimônio histórico.

Em correspondência de 1925, direcionada ao governador de Minas Gerais Melo Viana, há o relato da existência de uma comissão incumbida da defesa do Patrimônio Artístico do Estado de Minas Gerais, tendo sido eleito o bispo de Diamantina Dom Joaquim Silveira como presidente. Em trecho dessa carta, há inclusive o reconhecimento do patrimônio eclesiástico como de importância para a preservação:

Compreendemos que nas mãos respeitáveis da Igreja Católica está, em sua grande parte, o patrimônio artístico do Estado, deliberou a Comissão fazer um largo apelo aos exmos. Srs. Arcebispos e bispos, no sentido de se envolverem os párocos, por atos de propaganda e avisos tocados de entusiasmo, nesta aprumada campanha de acender o fulgor da nossa civilização e cultura (MITRA ARQUIDIOCESANA, 1925, p. 3).

Interessa notar que, mesmo provido desse discurso preservacionista, o próprio presidente da comissão foi o mandante da demolição da antiga matriz de Diamantina. Em 1932, de forma súbita e arbitrária, a diocese decide por essa demolição, pondo fim ao templo outrora construído seguindo o alinhamento da quadra da mesma forma como se fazem as demais igrejas setecentistas.

A figura 55 demonstra como a catedral se inseriu na centralidade de Diamantina.

Figura 55: Catedral metropolitana de Diamantina.



Foto do autor, 2018.

Como se viu acima, fez-se então edificar um novo templo com risco “neobarroco”, realizado por José Wash Rodrigues (ironicamente mais um dos profissionais envolvidos nas tratativas de preservação do patrimônio no início daquele século), executada em uma nova implantação que se distingue da tradição eclesiástica dos templos tijucanos. O volume edificado se destaca do casario civil, fato que não ocorre com as igrejas setecentistas, mimetizadas com o ritmo construtivo dos quarteirões.

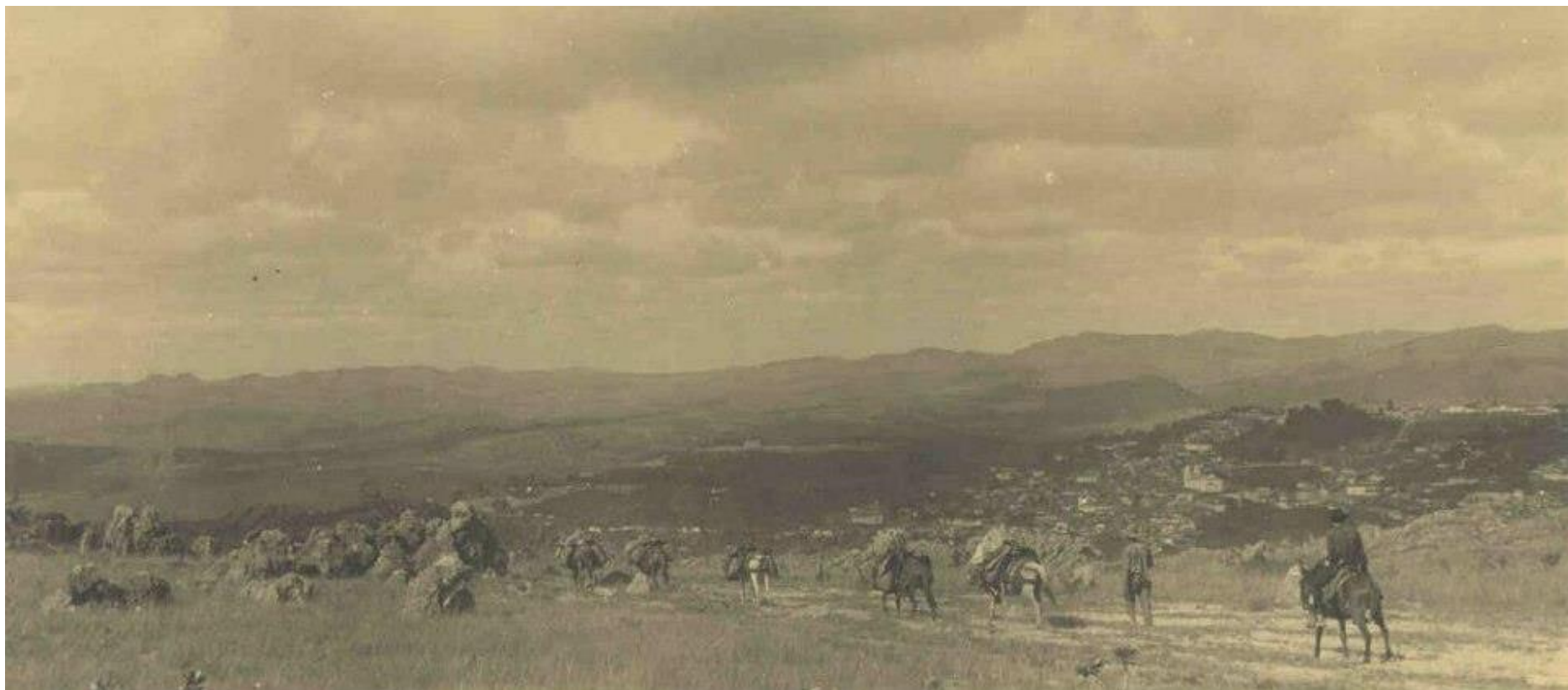
Lúcio Costa critica a construção da nova catedral, ao informar que lamentavelmente foi substituída por “pesada igreja pseudo-barroca de feição mais bávara do que ouro-pretana” (COSTA, 1995, p. 27), como apresentada na ilustração acima. Contudo, sua interposição ao centro histórico se integrou a esse espaço ao longo das suas nove décadas de história, no imaginário do cidadão diamantinense, não só do ponto de vista de sua referência física, como também em relação às manifestações e celebrações que ocorrem nessa centralidade.

Quanto ao aspecto tipológico, a proposta para a nova catedral se enquadrou no processo de evolução de estilos arquitetônicos no Brasil, no início do século XX.

Os movimentos ecléticos e de revivalismo estilístico, com influência de estilos europeus consolidados nos séculos anteriores (gótico, românico e renascentista, por exemplo), começaram a ser questionados por arquitetos brasileiros, no bojo das discussões nacionalistas vinculadas ao movimento modernista de 1922. O próprio estilo neobarroco ou neocolonial se contextualizaria nesse movimento, pautado no resgate de elementos ditos “originários” da arquitetura brasileira, tendo como fonte a produção do período colonial. Mesmo que, ironicamente, edificações originárias do período colonial e com alterações estilísticas (como a antiga Igreja de Santo Antônio) possam ter sido objeto de demolição, para se construir um “autêntico” edifício de inspiração neobarroca.

Abaixo está um panorama do centro de Diamantina com a nova catedral, na primeira metade do século XX, na figura 56.

Figura 56: Vista de Diamantina a partir do Caminho dos Escravos, s/d.



Fonte: ETD IPHAN.

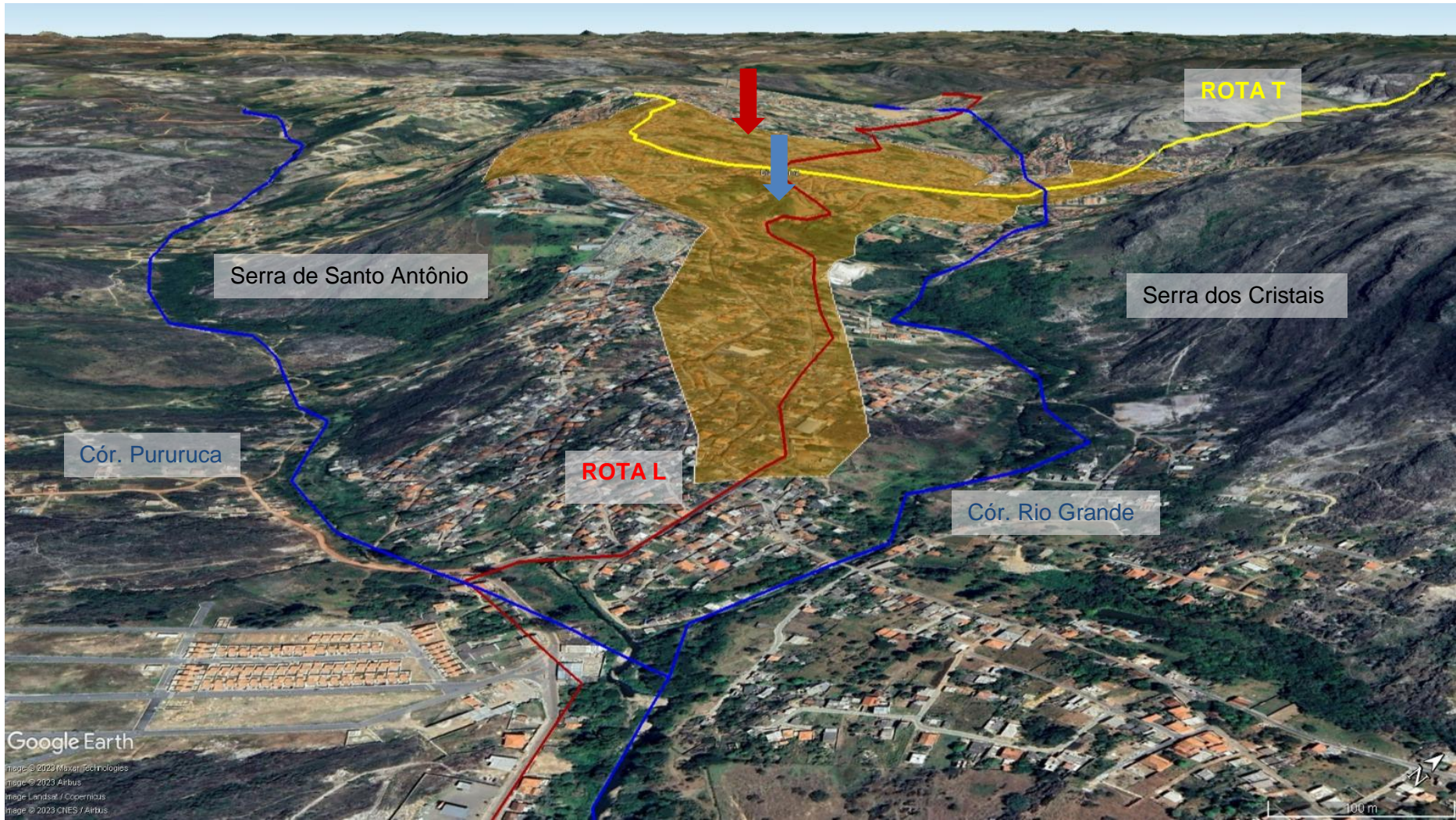
A foto acima foi tirada a partir do caminho dos escravos, possivelmente na década de 1930, no mesmo local onde se realizou a gravura de Rugendas em 1836. No primeiro plano, estão as tropas com cargas nos lombos de cavalos e mulas. Ao centro, é vista Diamantina, com seu casario concentrado, tendo como vazios urbanos a serra do Grupiara e a encosta do rio Tijuco. Aos fundos se eleva a cordilheira de serras do Espinhaço.

Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, foi possível observar que Diamantina reunira - no seu próprio dinamismo urbano - alguns indicativos do que doravante seriam forças responsáveis pela sua expansão e consequentes ações de preservação – como sintetizado a seguir.

2.3.4.5. Análise da Paisagem Urbana

Neste período morfológico, há uma maior robustez na ocupação da encosta da Serra de Santo Antônio, intensificando o processo demonstrado no período anterior, com ocupação que se alonga entre essa encosta e o curso do córrego Rio Grande. Isso é reforçado também pelos perfis de terreno nos dois tecidos coloniais analisados no terceiro subitem deste capítulo.

Figura 57: Simulação tridimensional da ocupação de Diamantina, no 4º Período Morfológico.



Adaptação do autor sobre Google Earth, 2023.

Figura 58: Seções esquemáticas com a ocupação do 4º Período Morfológico. Primeiro desenho – rua Direita, seta azul na perspectiva acima; segundo desenho – rua da Glória, seta vermelha.



Elaboração pelo autor, 2023.

Acima, a simulação tridimensional demonstra que a cidade se expandiu tanto em direção à Serra dos Cristais, como na cumeada da serra oposta. A construção do Asilo Pão de Santo Antônio, entre 1901 e 1902, acompanhou a ocupação do sopé da Serra de São Francisco, junto ao adensamento de edificações residenciais na sua vizinhança.

Em relação à centralidade de Diamantina, representada pela seção da rua Direita (seta vermelha), destaca-se em sua silhueta urbana a implantação, em 1932, da Catedral de Santo Antônio, interferindo na escala local volumétrica dos gabaritos construtivos. Em paralelo, os sobrados lindeiros se estabilizam com dois ou três pavimentos, ocupados por usos comerciais.

Na rua da Glória, começam a surgir edificações residenciais isoladas, em áreas desmembradas das antigas propriedades rurais – situação evidenciada pela cartografia de 1938. Em comparação com o tecido da rua Direita, é possível avaliar como o porte de gabaritos é menor na Glória.

Essa era a característica da cidade nas vésperas de seu tombamento federal, cujas consequências administrativas de sua gestão, vinculada a aspectos preservacionistas, serão mais visíveis a partir deste próximo período morfológico.

2.3.5. 5º Período Morfológico – Diamantina Patrimônio Nacional (1938-1998)

2.3.5.1. Contexto Histórico e Socioeconômico

Segundo Fausto (2006), o Brasil nas três primeiras décadas do século XX percorreu um sinuoso caminho socioeconômico. Seria o período da República Velha, controlada por elites regionais ainda agrárias, em contraste com as incipientes atividades industriais acompanhadas dos primeiros movimentos sociais em prol de melhores condições de trabalho. A transição de poder entre elites dos estados do eixo Sudeste-Sul do Brasil, notadamente, sofreu uma cisão em 1929, em consequência da presidência assumida pelo paulista Washington Luiz – em pleno contexto de crise econômica de 1929, com a queda das bolsas de Nova Iorque.

As elites mineiras e gaúchas, inconformadas, articularam-se em um movimento oposicionista que culminou na chamada “Revolução de 1930”, quando Getúlio Vargas instaura uma ditadura entre 1930 e 1945.

É nesse contexto que se contextualiza o início desse período morfológico, marcado pela ação de tombamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelecido em 1937 pelo Estado Novo getulista, imbuído pelos ensejos de resgate e preservação da identidade nacional, em voga pelo movimento modernista que o impulsionou naquele momento.

Em 1938, o SPHAN depara-se com Diamantina, no mesmo contexto de estagnação urbana e econômica verificada em outras pujantes cidades do ciclo aurífero como Serro, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del Rei.

A cidade é escolhida como uma das áreas urbanas mineiras a receber o tombamento nacional de conjunto arquitetônico e urbano, sob o Processo 64-T-38, em 16 de maio de 1938, e inscrita no livro de Belas Artes – conforme rege o Decreto-lei n. 35 de 1937. Lembra-se ainda que, naquele ano, o tombamento foi reforçado pela celebração do centenário da elevação da antiga Vila à Cidade de Diamantina.

Assis Horta era o fotógrafo destacado para registrar imagens de Diamantina, para as mais diversas finalidades de atuação do recém-criado Serviço do Patrimônio, como pode se atestar pela autoria de fotos consultadas no Arquivo Noronha Santos no Rio

de Janeiro, e suas cópias no Centro de Documentação e Informação da Superintendência do Iphan em Minas Gerais e até mesmo no Escritório Técnico deste Instituto em Diamantina.

O tombamento ocorreu poucos anos depois da demolição da antiga Matriz de Santo Antônio. Ou seja, o instrumento legal foi instituído e teve como consequência colateral o refreamento de ações de demolição ou de descaracterizações levadas a cabo por vários atores, inclusive pela própria igreja católica.

Em paralelo, paulatinamente vão recebendo tombamentos federais arquitetônicos os principais templos da cidade: 1939 – Igreja de N. Sra. do Carmo, 1949 – Igrejas de N. Sra. do Amparo, Senhor do Bonfim, N. Sra. das Mercês, N. Sra. do Rosário, São Francisco de Assis; 1950 – Sede da Biblioteca Antônio Torres (BAT), Casa da Chica da Silva, Casa do Forro Pintado, Casa do Inconfidente Padre Rolim, Mercado Municipal e Fórum de Diamantina. Todos esses edifícios compuseram o desenvolvimento urbano da cidade pelo 2º e 3º período, entre 1730 e 1889, como apresentado anteriormente.

Em 1955, Juscelino Kubistchek é eleito presidente do Brasil (FAUSTO, 2006), governo marcado pelo investimento em avanços econômicos, com apoio no capital público e privado. Foram meses de estabilidade política e simbolizado pela construção de Brasília (inaugurada 5 anos depois). Além disso, promoveu ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura quanto no incentivo direto à industrialização.

Retomando o contexto de Diamantina, é interessante notar como os apelos pela modernidade lideradas por Juscelino, fossem elas locais pelas construções modernistas ou até mesmo a nível nacional a partir do apelo desenvolvimentista, ainda se esbarravam em posturas conservadoras, como a vista no episódio da tentativa de extermínio da área boêmia na centralidade de Diamantina – apresentado a seguir.

No ano de 1958, um incêndio de grandes proporções consumiu o edifício da Rádio Diamantinense, localizado entre a rua Direita e a travessa do Carmo, como pode ser constatada em correspondências acondicionadas no processo de tombamento de Diamantina (BRASIL, 1938). Em uma delas, de 1959, o prefeito Silvio Felício dos Santos remete ao Iphan solicitação de demolição de mais casas nas cercanias, por

se tratar de locais ocupados pelo meretrício, em prol de se edificar uma rodoviária no local.

Silvio de Vasconcellos, então Chefe do 3º Distrito (Minas Gerais) da Diretoria Regional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), declara - em correspondência ao Diretor dessa Diretoria, Rodrigo Melo Franco de Andrade - não anuir com essa solicitação. Silvio não viu justificativa na pretensão da prefeitura, visto que os imóveis – mesmo sem características individuais que os valorizem – possuem valor no conjunto como um todo. Paulo Thedim Barreto (Chefe da S.A. – Seção de Artes) ratifica o indeferimento de Vasconcellos, informando ainda sobre os malefícios de um tráfego pesado naquela região, em decorrência da instalação da rodoviária, tendo ao fim da correspondência (de 27 de agosto de 1959) o “de acordo” despachado por Lúcio Costa, diretor da DET (Divisão de Estudos e Tombamento).

Esse imbróglio demonstra o conflito de interesses dos atores sociais de Diamantina entre as décadas de 1950 e 1960. O pedido para a demolição veio do arcebispo de Diamantina, como comprova uma correspondência de 21 de março de 1959 (BRASIL, 1938). Portanto, os poderes políticos e eclesiásticos ainda mantinham sua unidade de interesses, em prol de combater estratos sociais menos favorecidos e malvistas pela sociedade da época. Problema já constatado desde meados das décadas de 1920 e 1930, como visto no caso da demolição da Matriz de Santo Antônio.

A música “Beco do Mota”, composta por Fernando Brandt em 1969 e interpretada por Milton Nascimento, faz uma alusão a esse fato em paralelo com o próprio cenário nacional daquele momento. Em 1965, no Brasil é instaurado o regime ditatorial militar, cujo ápice pode ser representado pela criação do AI 5, ato institucional com amplos poderes militares e restritas liberdades sociais. A música teria sido inclusive censurada (JORNAL DA UNICAMP, 2012), visto que relacionaria o esvaziamento da função do beco – pela perda de seu uso originário da zona boêmia – à restrição da liberdade social no plano político.

Em paralelo, entre as décadas de 1940 e 1960, foi repercutido em Diamantina o mesmo processo de falência da rede ferroviária a nível nacional. O ingresso dos automóveis na concorrência da política pública de transporte, desde 1940, vai favorecer um lento processo de erradicação de trechos em operação considerados

antieconômicos (MATOS, 2010). Em 1957, foi criada a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), com o objetivo de conservar, ampliar e melhorar o tráfego ferroviário no país. Contudo, ao longo das décadas, isso não conseguiu reverter o processo cada vez mais intenso de abertura de malha rodoviária no país.

Em setembro de 1971, é criado o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico de Minas Gerais, mais uma instância de preservação do patrimônio cultural surgida no estado, tendo futuras implicações na própria cidade de Diamantina. Uma década depois, em 1985, o regime militar se exaure, sendo restabelecida a democracia no Brasil – tendo como ponto culminante a instauração da Constituição Federal em 1988.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a população local de Diamantina e o poder público começam a focar o turismo como possibilidade de reativação econômica. Acompanham, portanto, os movimentos internacionais dos tratados preservacionistas consolidados em convenções, como a do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, realizada pela Unesco em 1972. Essa convenção especificamente traz o turismo como uma estratégia específica para incremento econômico para as cidades então tituladas como patrimônio mundial.

A prefeitura de Diamantina assume essa estratégia na década de 1990, com a realização da primeira candidatura em 1993 a patrimônio mundial, porém, recusada pela agência internacional. É importante lembrar que Ouro Preto já recebera essa titulação em 1980, o que dificultava nova titulação para outras cidades mineiras do mesmo contexto de exploração aurífera.

Novo esforço é realizado pela prefeitura municipal seis anos depois, cujo debate incluiu mais atores sociais e organismos paralelos, em atuação na gestão do território patrimonializado. Nesse ensejo, foi tombado pelo Iepha/MG o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri” (6 de outubro de 1998), pela sua representatividade histórica e cultural no processo de industrialização de Minas Gerais.

O próprio parecer de tombamento (IEPHA, 1998) esclarece que aquele ano seria um marco para o patrimônio cultural de Diamantina, “na medida em que foi solicitado à Unesco o título de Patrimônio Cultural da Humanidade”, mesmo período de criação do Parque Estadual do Biribiri, denotando estratégias evidentes dessa candidatura. Os efeitos mais destacados dessa titulação serão vistos no próximo e último período

de análise urbana. Abaixo está o resumo desse período morfológico, interpretado pelo estudo do seu plano urbano.

2.3.5.2. Análise do Plano Urbano

O plano urbano de Diamantina, nesse quinto período, é o reflexo da nova dinâmica urbana que se instalou na cidade desde o advento de seu tombamento, no final da década de 1930. Em 1945, por exemplo, é inaugurada a Fábrica de Tecidos (Estamparia Antônio Duarte), equipamento que intensifica a ocupação galgando a serra de São Francisco, dando prosseguimento ao processo iniciado no período anterior, com a construção do mencionado Asilo do Pão de Santo Antônio, em 1901.

Borsagli (2011) informa que, na década de 1950, a intensificação da abertura de estradas de rodagem contribuiu para a extinção do ofício de Tropeiros, principal forma de intercâmbio de comércio da cidade desde o período colonial – tanto que o próprio Mercado de Tropeiros é desativado e tombado pelo Sphan. São criadas alças rodoviárias (a BR 365 de acesso a Belo Horizonte surge em 1950), o que desmobiliza Diamantina do entroncamento principal de mercadorias entre Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Mesmo assim, a cidade não deixa de receber instituições de ensino estratégicas para a formação superior de sua população, tais como a criação da Escola de Odontologia (1953) e da Fundação Educacional Vale do Jequitinhonha – Fevale (1965). Do ponto de vista socioeconômico, a cidade passa a ter a economia baseada nas remanescentes e escassas atividades de garimpo, na agricultura, nos serviços de educação e no comércio local. Nesse período, é provável que o largo da Cavalhada Velha tenha passado por modificações urbanas, área com jardim de influência inglesa observada em registros de fotografias do início do século XX. Com a construção do prédio dos Correios, entre as décadas de 1950 e 1960, os canteiros ajardinados começam a dar lugar a um grande largo desprovido de vegetação arbórea, ambientado apenas pelas casas em suas cercanias.

A delimitação do perímetro de tombamento de Diamantina (figura 51) é feita oficialmente a partir do alinhamento realizado entre Iphan e Prefeitura, ratificada pela

lei municipal n. 69 de 1949, mas que só aparece definida em mapa de 1966, apensado ao processo de tombamento (BRASIL, 1938).

Figura 59: Mapa com a delimitação da poligonal de tombamento, apenso ao processo de tombamento de Diamantina.



Fonte: Processo de Tombamento 64-T-38, IPHAN.

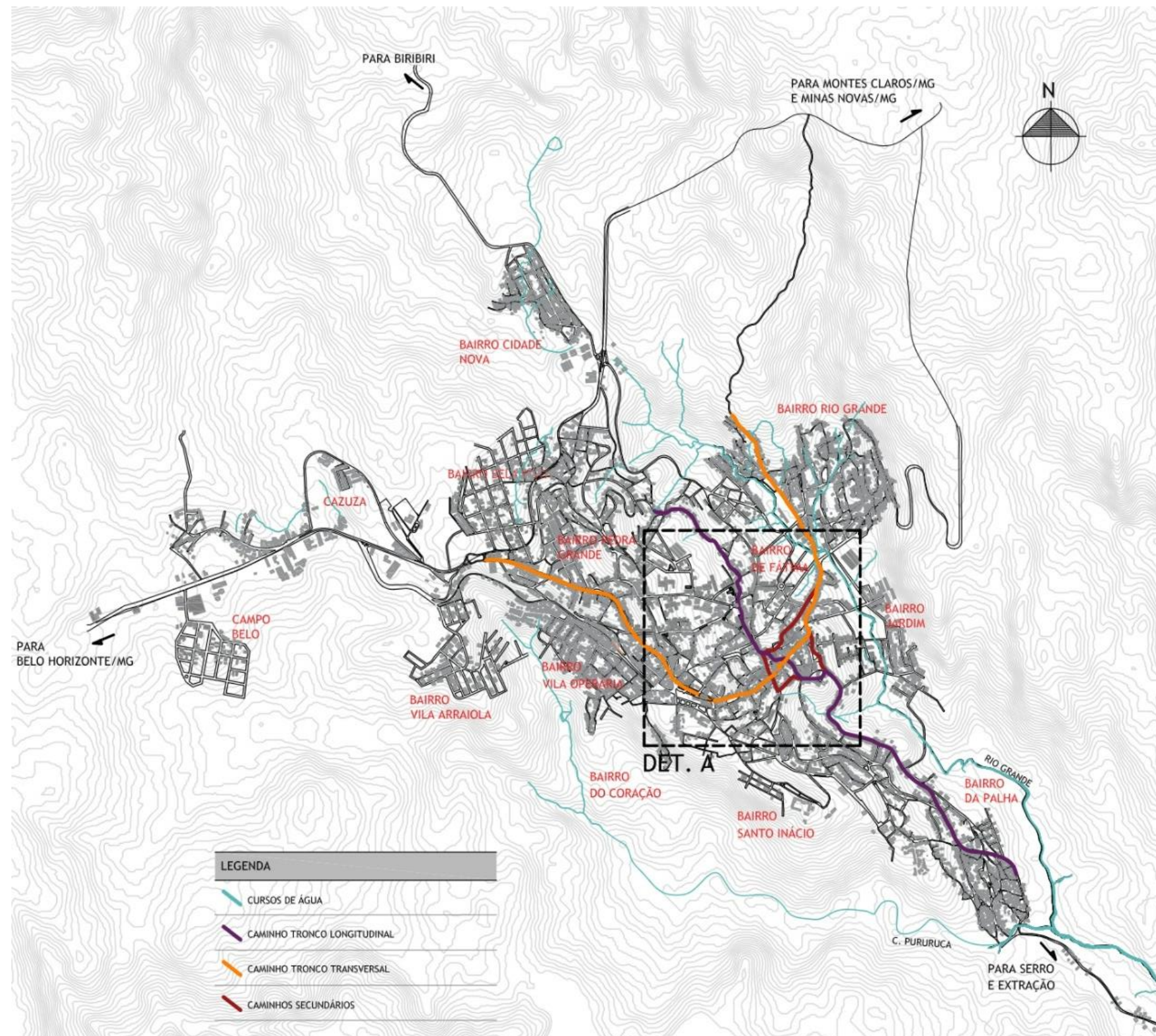
Esse mapa é análogo àquele representado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, em 1938. Isso deve se justificar pela decisão do órgão em eleger a poligonal de proteção conforme o perímetro urbano existente naquele momento, tendo a malha setecentista em destaque.

A rodoviária foi instalada no largo Dom João, defronte ao prédio da Estação Ferroviária, possivelmente entre as décadas de 1960 e 1970. Equipamento que se associava às novas demandas de transporte rodoviário, em progressiva ampliação desde a década de 1950. Essa região era de ocupação tardia (final do terceiro período morfológico, 1889), cuja implantação trazia menos impactos em relação à circulação veicular da estreita centralidade setecentista.

A Estação Ferroviária de Diamantina, porém, foi desmobilizada no início da década de 1970, quanto teve os trens de passageiros desativados (GIESBRECHT, 2019), adentrando em um processo de desmantelamento dos trilhos até 1994, quando oficialmente foi suprimido pela RFFSA. A remoção dos trilhos acompanhou o processo de ocupação intensivo das quadras próximas à Vila Operária.

O mapa em escala territorial de Diamantina ilustra esse contexto, perante uma expansão urbana com acréscimo vertiginoso de construções, na cidade como um todo.

Figura 60: Diamantina 5º Período Morfológico (1998).



Elaboração pelo autor, 2023.

Segundo o censo do IBGE, Diamantina alcançava 44.259 pessoas no ano de 2000, 32.891 delas morando na sede urbana (74% da população). No mapa acima, também é possível verificar como a cidade cresceu se articulando às rodovias criadas na década de 1950, comprovando que essas vias foram um dos fatores decisivos para a sua expansão, nesse período.

Os cinquenta anos que separam esse período do anterior demonstram que os fatores econômicos pelos quais Diamantina atravessou, em meados do século XX, foram decisivos para a sua configuração urbana do período: notadamente o fortalecimento dos seus setores secundário e terciário, bem como o surgimento de múltiplas instituições, inclusive as de ensino. Os eixos de expansão noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste são os mais destacados. Entretanto, é predominante o alongamento da cidade no sentido longitudinal das curvas de nível – eixo noroeste-sudeste.

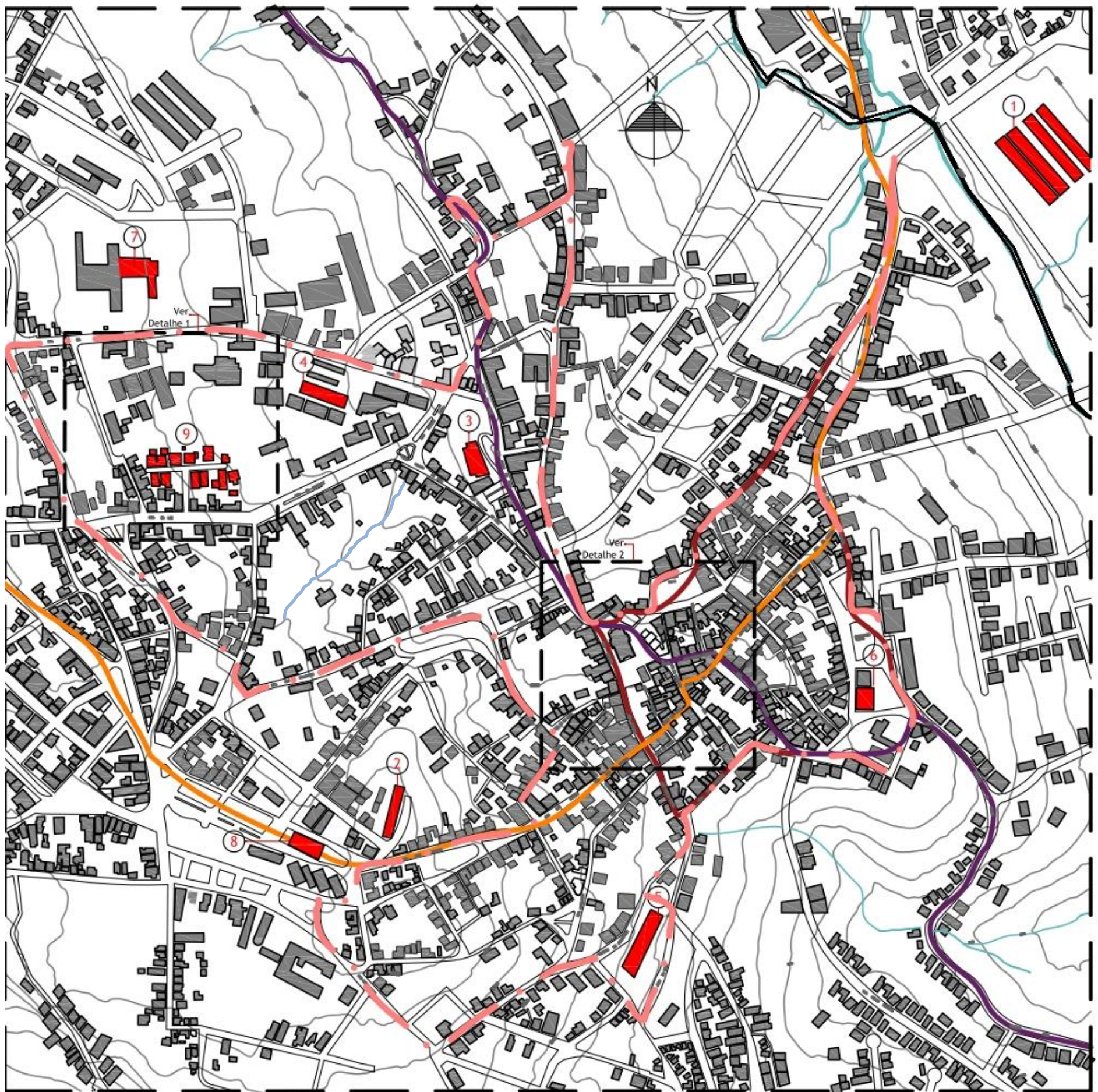
O bairro do Rio Grande demonstra crescimento vertiginoso galgando a Serra dos Cristais, em direção à sua cumeada, replicando ruas que seguem as curvas de nível da encosta, em paralelo ao córrego da Palha no fundo de Vale. É bem provável que a construção da Fábrica de Tecidos, em 1945, tendo sido um indutor do adensamento dessa região. Além disso, a inauguração dessa indústria também é um fato que propiciou a expansão da malha urbana recém-constituída da Vila Operária, no trecho sudoeste da cidade.

Ainda nas bordas dessa serra, surgiu o bairro Jardim, acompanhando o curso do rio em direção ao bairro da Palha. Na Palha, o adensamento de construções foi em direção sudeste, orientado sentido a confluência dos córregos Pururuca e Grande. Houve surgimento de quadras circunvizinhas ao Batalhão e ao Cemitério da Saudade, resultando no surgimento do bairro Santo Inácio. A ocupação circunvizinha ao largo Dom João é significativa, cujo surgimento de quadras e edificações resultam na formação dos bairros Vila Arraiola e do Coração. O bairro Vila Operária se adensa, fato possivelmente associado à remoção da linha ferroviária, resultando em maior flexibilidade de usufruto dos terrenos nessa região.

Como o acesso a Belo Horizonte se consolida pela rodovia 367, a sua comunicação com as vias de ligação ao largo Dom João provoca a construção de edificações nos alinhamentos ao longo desse eixo (repetindo o mesmo processo de ocupação de testadas, visto nos caminhos do segundo período morfológico), resultando no surgimento dos bairros Cazuzza e Campo Belo. Além disso, o trecho dessa rodovia que se comunica com o antigo Caminho dos Escravos, na serra de São Francisco, também se torna um eixo de condução de edificações, acompanhado pela instalação dos bairros Bela Vista e Cidade Nova. O bairro Pedra Grande corresponde à urbanização do interstício entre o centro de Diamantina e essa rodovia.

No detalhe “A” (figura 61), é ainda mais impactante o fenômeno de ocupação dos vazios urbanos que ainda existiam na centralidade de Diamantina. Ele representa uma lente ampliada, sendo possível identificar tipos de tecido que iam se consolidando nessa centralidade.

Figura 61: Detalhe A - Diamantina em 1998.



(A) DIAMANTINA 1998

ESCALA GRÁFICA:



LEGENDA

CURSOS DE ÁGUA	CAMINHOS SECUNDÁRIOS	3 HOTEL DO TIJUCO (1951)	6 SEDE DOS CORREIOS (-1950-60)	9 VILA SANTA ISABEL (1982)
CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL	1 FÁBRICA DE TECIDOS (1945)	4 ESCOLA DE ODONTOLOGIA (1953)	7 FEVALE (1965)	POLIG. TOMBAMENTO IPHAN
CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL	2 CLUBE SOCIAL DE DIAMANTINA (1950)	5 COLÉGIO JÚLIA KUBITSCHEK (1954)	8 RODOVIÁRIA (-1960-70)	

Elaboração pelo autor, 2023.

Foram assinalados os edifícios de referência construídos nesse período, evidenciando que participam igualmente do processo de consolidação e adensamento dessa centralidade. Os três edifícios projetados por Oscar Niemeyer ocupam lotes que eram vagos, bem próximos ao tecido setecentista do casario. O edifício dos Correios, sede do INSS atualmente, reflete a modificação no largo da Cavalhada Velha. Lembra-se que, nesse período, a centralidade já estava tombada pelo Iphan, fato que não resultou na contenção desse adensamento construtivo – como um todo.

A rodoviária é executada junto à antiga Estação Ferroviária, na segunda centralidade de Diamantina em franca expansão nesse período. A Fevale e a Escola de Odontologia se realizam ao longo da rua da Glória, região outrora com grandes loteamentos desprovidos de edificações, propícia para instituições de grande porte. Caso similar da implantação da Fábrica de Tecidos, em área historicamente livre de ocupações concentradas.

A Vila Santa Isabel é o exemplo claro do processo de desmembramento paulatino dos lotes centrais em Diamantina, tendo como resultado o surgimento de um beco, acessado pela rua da Luz, com construções executadas a partir da década de 1980. Os critérios de padrão construtivo e afastamentos foram definidos pela instrução normativa desenvolvida pelo Iphan, uma vez que se trata de parcelamento dentro da poligonal de tombamento.

Mantendo a lógica de abordagem dessa pesquisa, serão pormenorizados os dois tecidos destacados em todos os períodos morfológicos, demonstrados a seguir.

2.3.5.3. Análise do Tecido Urbano e do Uso e Ocupação

Na última lente ampliada de análise, estão as regiões da rua da Caridade e da rua Direita, como visto nas figuras abaixo.

Figura 62: Detalhe da Rua da Caridade.



Elaboração pelo autor, 2023.

O detalhe “1” elucida uma ocupação ostensiva acompanhada da subdivisão dos loteamentos. Todas as faces de quadra voltadas para a rua da Glória, o beco das Craveiras e a rua da Luz estão ocupados.

Desponta-se nesse ensejo a própria ocupação da Vila Santa Isabel, conformando área de uso residencial. Contudo, o uso institucional é o que se prevalece na oposta rua da Glória. Em 1982, o Iphan estabelece a Instrução Normativa n. 01, com normas a serem observadas para aprovação de projetos na Vila Santa Isabel. Essa lei se viu necessária a partir do processo de parcelamento de terrenos desmembrados da Santa Casa de Misericórdia, no quarteirão entre as ruas da Luz e Glória.

Vale trazer a ponderação de que a região da rua da Caridade, mesmo recebendo instrução normativa específica, também está inscrita na poligonal de tombamento. Além disso, é visto uma distinção no processo de ocupação do solo urbano quando

2.3.5.4. Análise Tipológica

Ainda na década de 1920, Lúcio Costa visita Diamantina. Seus croquis e relatos na obra “Registros de uma Vivência” (1995) se tornam materiais que auxiliam na proteção da urbe na década seguinte. Para além disso, os estudos iniciados naquele momento por Costa começam a influenciar a mudança de postura do arquiteto, outrora reproduzidor de estilos neocoloniais, para assim avançar no desenvolvimento de um novo estilo arquitetônico (EM, 2014): o modernismo.

A construção da nova catedral vista no período anterior demonstra o processo de alteração estilística, vivenciado por Diamantina no início do século XX. As soluções arquitetônicas ecléticas, no final do século XIX, surgiram pontualmente sem substituir a feitura colonial ainda dominante do casario. Em paralelo, os estilos neobarroco, neocolonial e *art-déco* demonstram o processo de austeridade decorativa adotada nas novas produções construtivas, representadas por imóveis com fachadas geométricas e desprovidas de ornatos ostensivos. Abaixo está um exemplo de edifício em estilo *art-déco*, na figura 64.

Figura 64: Edificação com aspecto *art-déco* à rua das Mercês.



Foto do autor, 2018.

Acima está um exemplar com feição “art-déco”, representada pela adoção de elementos geométricos em frisos e ornatos da platibanda e dos requadros de aberturas.

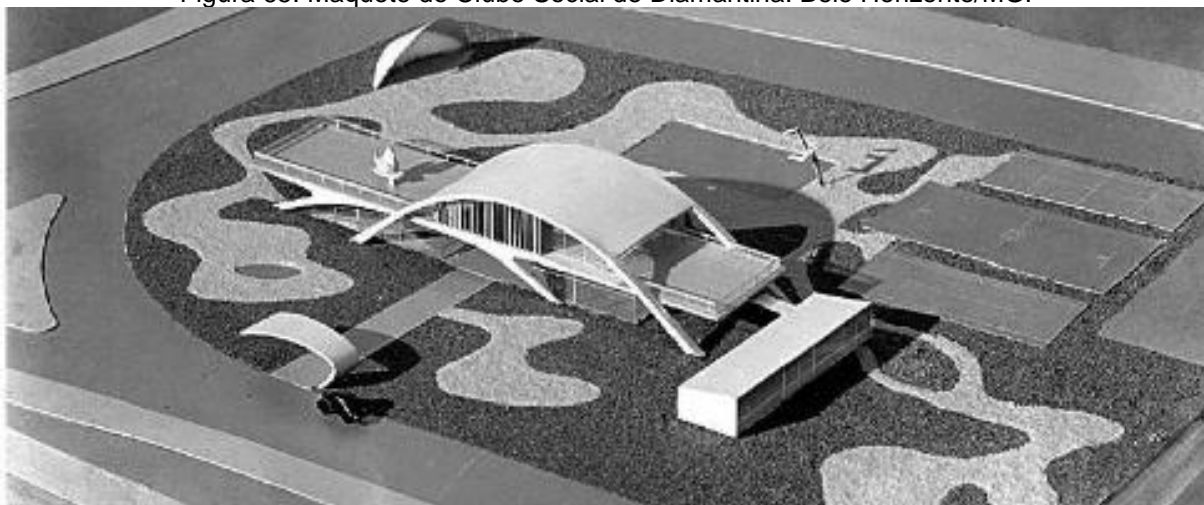
O modernismo foi um novo tipo edilício introduzido na paisagem, a partir da década de 1950. Possuía a característica de incorporar as influências de Le Corbusier, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer na produção arquitetônica, cujo ímpeto se deu nas administrações mineira e nacional do presidente Juscelino Kubitschek.

No estilo moderno, a estrutura de concreto vai ganhando espaço, com vedações em tijolo furado, janelas em fita e volumetria com pilotis e cobertura omitida por platibanda. Elementos envazados de cobogó, algumas azulejarias e pastilhas vão se tornar frequentes nesses imóveis, sejam os residenciais ou os de uso especializado.

Diamantina não ficou alheia a esse processo. O tipo edilício modernista também apareceu em seus edifícios residenciais, mas alcançou maior destaque nos tipos especializados. Uma vez que o mesmo ímpeto preservacionista do SPHAN, criado em 1937 e que instituiu o tombamento do conjunto urbano em 1938, culminara no incentivo às edificações modernistas projetadas por Oscar Niemeyer.

Nesse caso, citam-se a sede do Clube Social da Praça de Esportes (1950; figura 65), o Hotel Tijuco (1951; figura 66) e do Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek (1954; figura 67).

Figura 65: Maquete do Clube Social de Diamantina. Belo Horizonte/MG.



Data: 1950. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

Figura 66: Hotel Tijuco.



Foto do autor, 2018.

Figura 67: Grupo Júlia Kubitschek.



Fonte: <https://www.revistaprojeto.com.br/acervo/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-mg/>, 2007.

Os três edifícios ostentam os elementos típicos do movimento moderno na arquitetura: uso do concreto armado estrutural, disposto em vigas e pilares plásticos, permitindo a adoção de janelas em fita e vedações por paredes de tijolo rebocadas ou envazadas por cobogós cerâmicos.

Das construções acima, apenas o hotel e o grupo escolar estão contemplados pela poligonal de tombamento federal, bem como as demais tombadas isoladamente:

Se, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tais projetos serviam para mostrar que estar a favor da preservação da cidade não significava, necessariamente, estar contra as ideias de “progresso” e “modernidade”; para Juscelino Kubitschek, eles representariam a tradução mais perfeita de seu plano político para o estado e para o país, aplicado em sua cidade natal. Diamantina tornou-se, assim, um território para experimentações modernistas (GONÇALVES, 2010, p. 158).

Essas construções modernistas ocorreram no período em que Juscelino Kubitschek foi governador de Minas Gerais, entre os anos de 1951 e 1955. As aspirações políticas de Juscelino visavam demonstrar, na sua cidade natal, que o progresso poderia caminhar junto à tradição, em uma espécie de reflexo de seu plano político mais abrangente.

A partir da década de 1980, começava a se intensificar em Diamantina o desenvolvimento de novas construções que mimetizavam os tipos básicos coloniais, como estudado por D’Assumpção (1995). Grande parte dessas tipologias estava se concentrando na área central e acautelada pelo Iphan, pois tiveram origem em decorrência da atuação do órgão federal, que sugeria a adoção de feições que se harmonizassem com o aspecto edificado da cidade “originária” (BARROS FILHO, 2018). A figura 68 exemplifica uma edificação baseada na colonial.

Figura 68: Edificação executada na década de 1980, reproduzindo a feição colonial.



Foto do autor, 2018.

Acima está um exemplo dessa construção recente que mimetiza a casa térrea colonial, com cobertura cerâmica de telhas curvas, incorporando ainda elementos comuns do século XIX, como a adoção de caixilharia em guilhotina nas janelas.

Esse tipo de construção vai se constituindo em paralelo com as soluções de reforma em edifícios mais antigos, dissimulando o acréscimo de área construtiva em sótãos ou edículas contíguas. A figura 69 ilustra cobertura dissimulando um pavimento.

Figura 69: Imóvel com construção de sótão dissimulado sob cobertura.



Foto do autor, 2018.

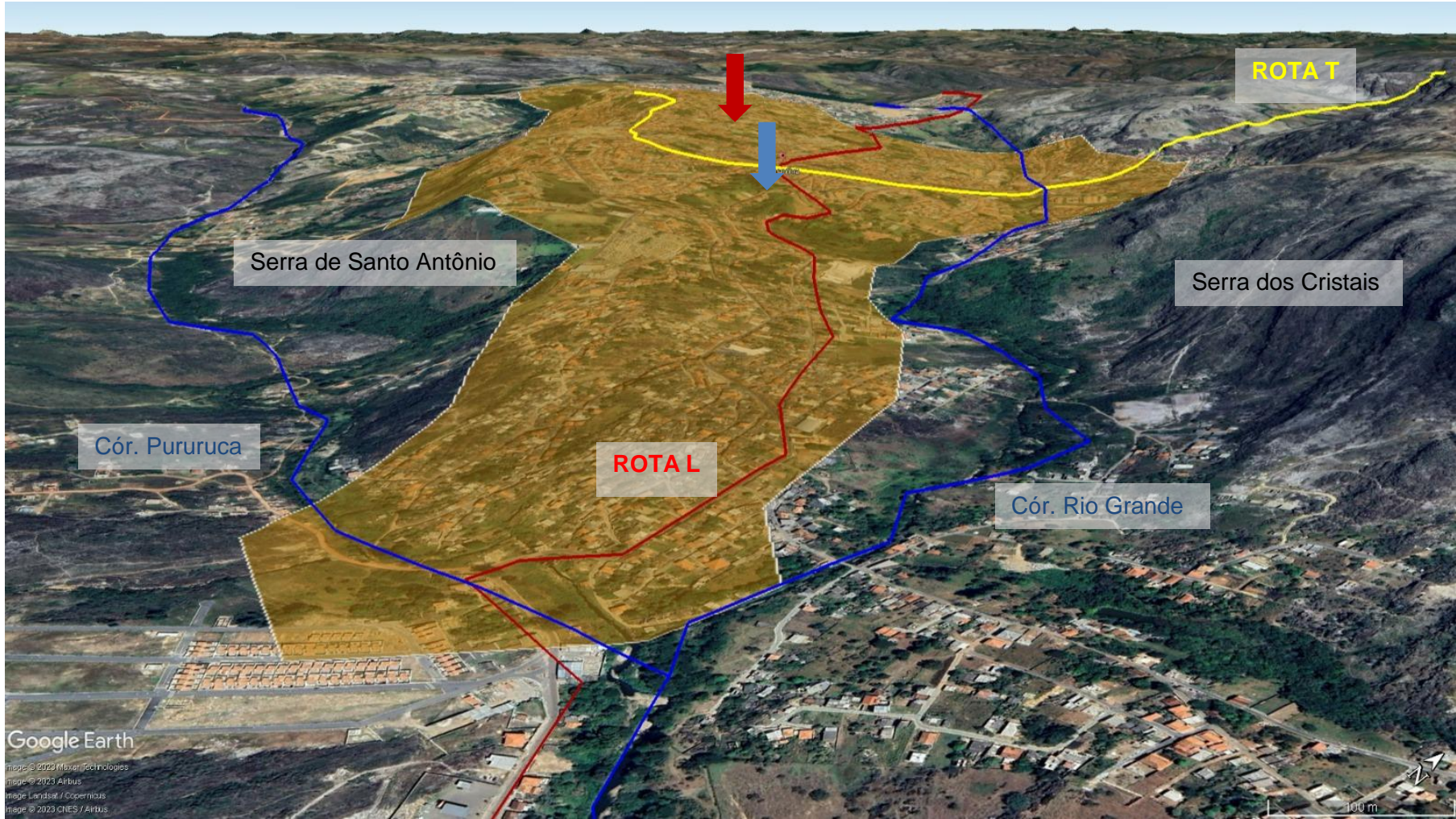
Acima está um exemplo de cobertura alteada, para incorporar um sótão no pavimento superior, sem evidenciar construção de pavimento recuado ou com terraço. Na área tombada e em novos bairros, as construções passam a empregar estrutura autônoma de concreto e vedação em tijolo furado, enquanto na Serra dos Cristais vão se avolumando imóveis em autoconstrução, com sistema construtivo à vista, sem acabamento e com improvisos de vedações ou coberturas.

Em suma, o conjunto dessas análises urbanas pode ser vislumbrado ao focar sua paisagem urbana, como se vê a seguir.

2.3.5.5. Análise da Paisagem Urbana

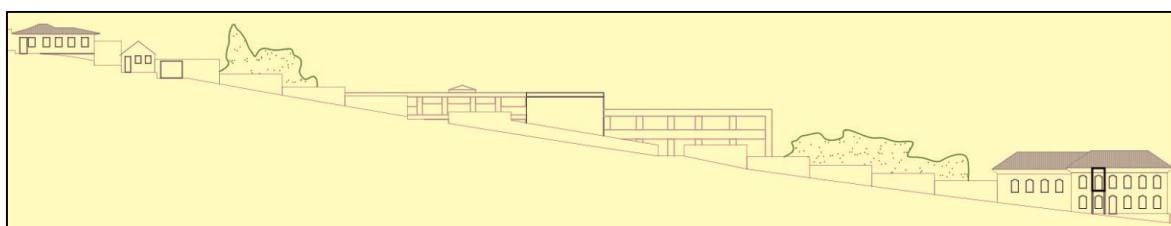
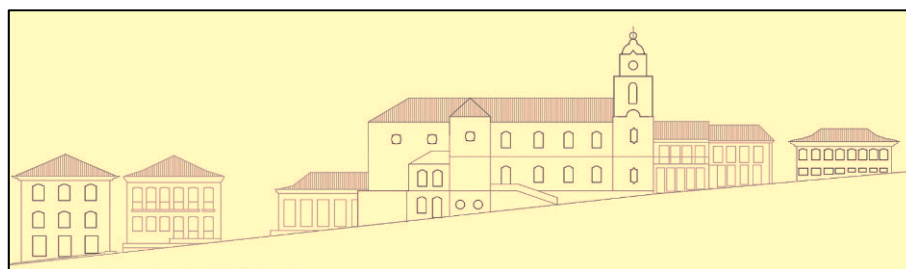
No ano de 1998, Diamantina já demonstrava uma expansão considerável para várias direções, como se vê ilustrado na simulação tridimensional e nas seções longitudinais dos dois subtecidos coloniais.

Figura 70: Simulação tridimensional de Diamantina, no 5º Período Morfológico.



Adaptação do autor sobre Google Earth, 2023.

Figura 71: Seção topográfica de Diamantina no 5º Período Morfológico. Primeiro desenho – rua Direita, seta azul na perspectiva acima. Segundo desenho – rua da Glória, seta vermelha.



Elaboração pelo autor, 2023.

Como visto acima, os córregos e as elevações naturais, que serviram como modeladoras da ocupação de Diamantina, principalmente até o terceiro período morfológico, agora já não eram mais barreiras físicas.

A Serra dos Cristais apresentou ocupação considerável, tendo recebido até o Santuário de N. Sra. Aparecida em sua escarpa, em meados do século XX, para concretizar a consolidação do bairro Rio Grande. Esse fenômeno foi o principal norteador para os tombamentos federal e estadual dela, ao longo da década de 1990, visando conter tal ocupação.

A rua Direita (seta azul e primeira seção indicada acima) representou o núcleo mais representativo do tombamento federal do conjunto, sendo a área com menor incidência de modificações construtivas. Tendo uma ou outra alteração pontual de edificações, realizadas sob a fiscalização do Iphan, para evitar descaracterizações no conjunto.

Por outro lado, a seção da rua da Glória (seta vermelha e segunda seção indicada) foi a que demonstrou maior dinamismo urbano, possivelmente por se tratar de área periférica da área tombada e com maior potencial construtivo, a partir das grandes dimensões de terrenos ainda existentes.

Por essa razão foram sendo incluídos equipamentos institucionais de grande porte, com arquitetura pós-modernista, como demonstrado acima.

Encerra-se o quinto período morfológico. É a partir do próximo e último período que começa a se despontar na cidade a preocupação técnica em relação à paisagem cultural de Diamantina.

2.3.6. 6º Período Morfológico – Diamantina Patrimônio Mundial (1999-2022)

2.3.6.1. Contexto Histórico e Socioeconômico

O último período morfológico se associa ao mais recente estrato socioeconômico e cultural da cidade. No cenário nacional, o Brasil consolida suas primeiras décadas de resgate da democracia política. A Constituição Federal de 1988 se torna referência para as principais políticas de gestão que vão ser paulatinamente aplicadas em relação ao uso do solo (Plano Diretor, 1989 e Estatuto das Cidades, 2001) e à preservação do patrimônio cultural (instituição da política de registro imaterial – 2003, criação da chancela da paisagem – 2007, lei do patrimônio ferroviário – 2009, entre outros).

No contexto de Diamantina, uma nova candidatura é apresentada, no final do século XX, pela prefeitura municipal em associação com o Escritório Técnico local do Iphan (estabelecido desde meados da década de 1980), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IEPHA/MG) e com a própria Unesco (BARROS FILHO, 2018).

Para as candidaturas, a agência internacional exige um formulário para que se desenvolva um dossiê comprovando as condições práticas da cidade em se titular. Cria-se um Grupo Técnico multissetorial envolvendo entes sociais e do poder público interessados no processo, que foi finalmente ratificada pela agência internacional em 1999.

Como forma de individualizar a cidade em sua importância arquitetônica e paisagística, distinguindo-a de Ouro Preto e de demais cidades minerárias dos setecentos, propôs-se o argumento de que a cidade é notória por seu casario colonial

edificado em agreste e inóspita escarpa rochosa do maciço do espinhaço mineiro - vide trecho da declaração de valor da candidatura:

Diamantina está tão admiravelmente integrada ao seu sítio que forma com a Serra dos Cristais um conjunto indissociável. O centro histórico que está sendo proposto para inscrição na lista do patrimônio mundial forma com a Serra dos Cristais uma autêntica paisagem cultural, completada pela Gruta do Salitre, bela curiosidade geológica localizada na sua vizinhança imediata, e pela vila operária de Biribiri (1873-1890), utopia inserida em uma paisagem severa e paradisíaca (IPHAN, 1999, p. 1).

A paisagem aparece pela primeira vez como um elemento de importância no contexto da valoração de Diamantina, empregado mais como uma estratégia de distingui-la de Ouro Preto em prol de sua candidatura: “Sua arquitetura se distingue radicalmente daquela barroca praticada nas outras cidades do ciclo do ouro pelos materiais (...) e modo de inserção do sítio” (IPHAN, 1999, p. 2).

Mesmo assim, a sua titulação mundial é definida como Centro Histórico da Cidade de Diamantina, com a paisagem sendo empregada mais no sentido de contextualizá-la do que de classificá-la. Isso porque a categoria de “Paisagem Cultural”, incluída na Convenção do Patrimônio Mundial no início da década de 1990 (vide capítulo 1), não foi a empregada para classificar a titulação de Diamantina, mesmo que se tenham incorporadas justificativas de valoração de sua paisagem em seu dossiê instrutivo.

Como consequência dessa titulação, novas portarias e legislações foram realizadas em decorrência desse contexto. Pode-se exemplificar esse fato através do tombamento da Serra dos Cristais pelo Iepha/MG (2000), a realização de um Plano Diretor e uma Lei de Uso e Ocupação do Solo (2001) e a primeira Portaria de Critérios para Intervenções na área tombada pelo Iphan em Diamantina (2002) – objeto de aprofundamento dos próximos capítulos.

Borsagli (2011) aponta que a titulação confirmou o interesse estratégico da prefeitura municipal, visto que é incrementado o fluxo turístico da cidade, convertendo-a em novo polo turístico da região setentrional do estado de Minas Gerais.

O turismo é mais um viés econômico que se torna significativo nesse momento. A partir do seu reconhecimento como patrimônio mundial, várias rotas turísticas e eventos regulares começam a se estabelecer na cidade, como forma de atrair pessoas

que buscam apreender o valor cultural da área protegida. Hotéis e pousadas surgem junto a um especializado sistema de restaurantes e serviços afins. Essa observação é respaldada por Rabelo (2019), que indica a classificação de Diamantina na categoria de nível “B”, o segundo no “ranking” das cidades mais atrativas para o turismo, conforme o Ministério do Turismo.

Em paralelo, é instituída a sede local da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em 2005. Em 2013, a Universidade Estadual de Minas Gerais incorpora a FEVALE. Por conseguinte, intensifica-se a atividade das universidades junto a novos incrementos comerciais e de serviços. Isso favoreceu a retomada de uma certa influência regional de Diamantina sobre os municípios vizinhos do Vale do Jequitinhonha, mesmo que com outra natureza econômica.

Para os estudantes, foi designado uma ocupação, nas proximidades do acesso ao Parque Estadual do Biribiri, uma Moradia Universitária - apesar de que muitos ocupam pensões ou repúblicas adaptadas em edificações da área tombada, situação refletida na acirrada construção de acréscimos construtivos em edificações pré-existentes.

Dessa forma, segundo os dados do IBGE, Diamantina alcançava em 2021 uma população estimada de 47.924 pessoas (crescimento de 8% em relação a 2000), distribuídas em uma área territorial de 3.891,659 km², com escolarização de 98 % de sua população.

Na figura abaixo, segue o registro da centralidade de Diamantina em 2018, a partir do caminho dos escravos, próximo ao local das visadas registradas por Rugendas em 1832 (4^o período morfológico) e pela fotografia do início do século XX (5^o período morfológico).

Figura 72: Centralidade de Diamantina.



Foto: Rogério Mota, dezembro de 2023.

A imagem acima ilustra como a expansão urbana de Diamantina se adensou no centro, além de ter se espreado ao longo da encosta da serra de Santo Antônio – tanto longitudinalmente como pelas vias transversais às cotas de nível. Mesmo assim, vazios urbanos ainda são verificados com massas vegetadas, principalmente no fundo de vale, nas várzeas do córrego da Palha.

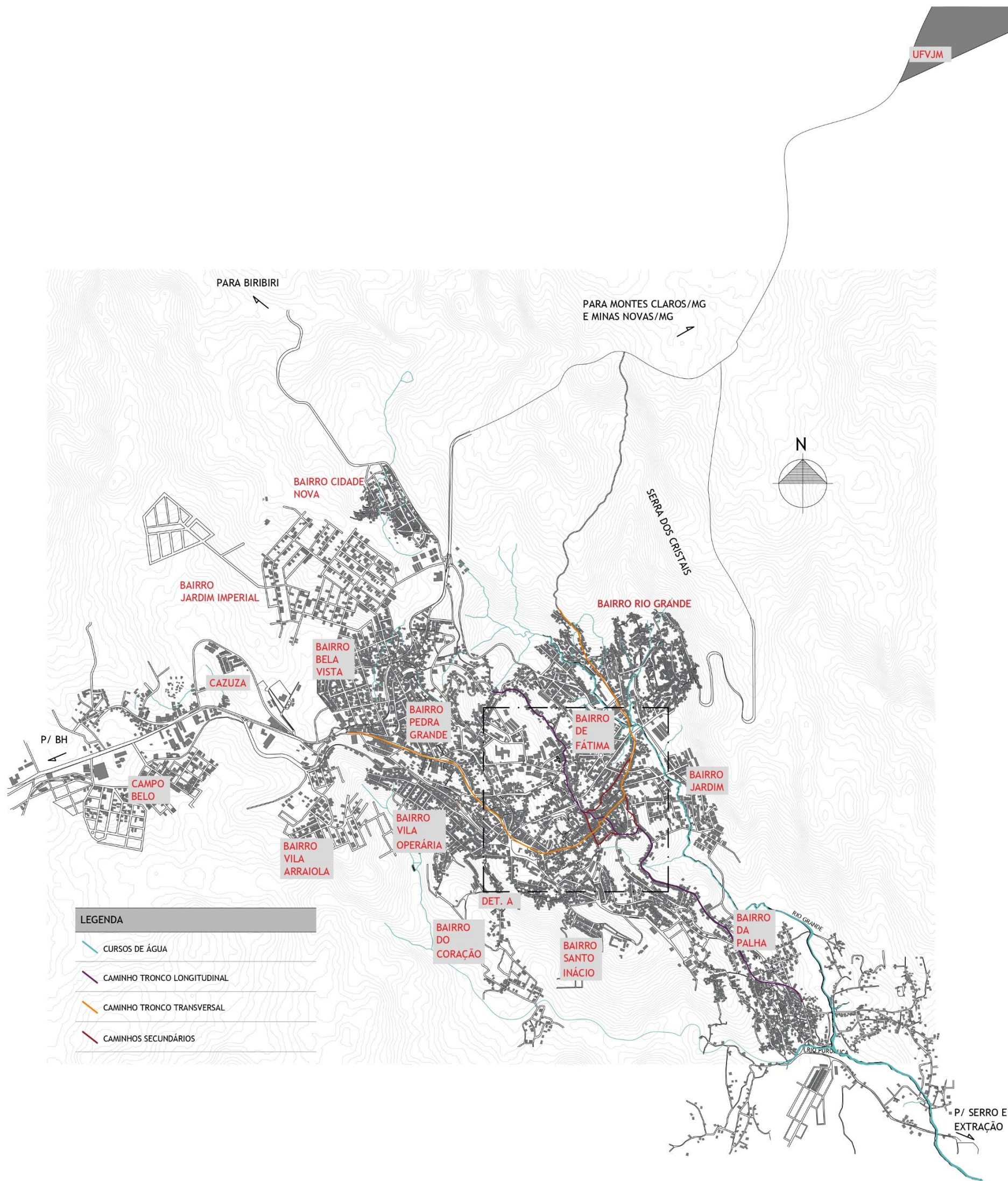
Ao centro da imagem, está o casario acautelado pela poligonal de tombamento do Iphan, de onde é possível notar os citados adensamento e crescimento urbano para além da centralidade acautelada, principalmente na cumeada da serra e no fundo de vale (borda inferior da imagem).

Ela também elucida elementos que serão avaliados nas escalas do tecido urbano, visto que não há uma homogeneidade na composição edilícia desse território, e do tipo edifício por meio da variedade de gabaritos e estilos arquitetônicos. Nos próximos subitens, será realizada uma análise urbana e tipológica do 6º e último período morfológico de Diamantina.

2.3.6.2. Análise do Plano Urbano

A análise em escala territorial demonstra que a expansão de Diamantina não se manteve simétrica em relação aos quatro sentidos já observados no período anterior. Na figura abaixo, está o seu plano urbano em 2022.

Figura 73: Diamantina 6º Período Morfológico (2022).



Elaboração pelo autor, Laiza Tadim, 2023.

Como visto acima, neste período manteve-se uma expansão significativa nas bordas da cidade, intensificando parte daquelas observadas no período morfológico anterior: sudeste pelo bairro da Palha no sentido Extração/Serro; norte por loteamentos planejados em área próxima à saída para Biribiri; a oeste acompanhando área da antiga ferrovia e da rodovia de acesso a Belo Horizonte.

O eixo longitudinal noroeste-sudeste continua sendo o que mais possui dinamismo urbano, ampliando-se pelas bordas. Nelas surgem, como novos eixos de expansão, o bairro Jardim Imperial, no trecho noroeste, e novos loteamentos na vertente sudeste (Japão), com condomínios de classe média alta – muitas vezes ocupadas por professores ou servidores das atividades educacionais.

A noroeste, surge o bairro Jardim Imperial, localmente conhecido como território de moradia dos estudantes da UFVJM, enquanto a moradia estudantil dessa universidade foi criada próxima a esse bairro, nas imediações do trevo para Biribiri. Há ainda um parcelamento em desenvolvimento, na expansão do Jardim Imperial. Desse modo, a construção do campus da universidade, na BR 367, induziu de forma evidente o acirramento da ocupação no sentido noroeste da cidade, área contígua ao acesso para aquele campus. É por isso que os setores leste, noroeste e sudeste demonstram grande concentração populacional no mapa atualizado em 2022. Enquanto a criação da UFVJM e o acirramento das atividades universitárias também trouxeram novo dinamismo urbano.

Seguindo a BR 367 até a confluência com a avenida Silvio Felício dos Santos (responsável por dar acesso ao largo Dom João), é observada uma ampliação do bairro Campo Belo, fenômeno similar ao constatado nos bairros distribuídos pelo flanco sudoeste da cidade: Vila Arraiola, Vila Operária, do Coração e Santo Inácio. Essa é a segunda expansão mais acentuada da malha urbana, fenômeno que está associado ao surgimento de condomínios nessas proximidades.

Além disso, esse processo cada vez mais reforça o caráter comercial da sub-centralidade de Diamantina, circunscrita ao Largo Dom João. Ainda vale destacar a recente alteração da configuração urbana desse largo, tendo recebido em 2022 a

inauguração de nova praça, em projeto licitado pelo Programa de Aceleração do Crescimento-Cidades Históricas, PAC-CH (IPHAN, 2015).

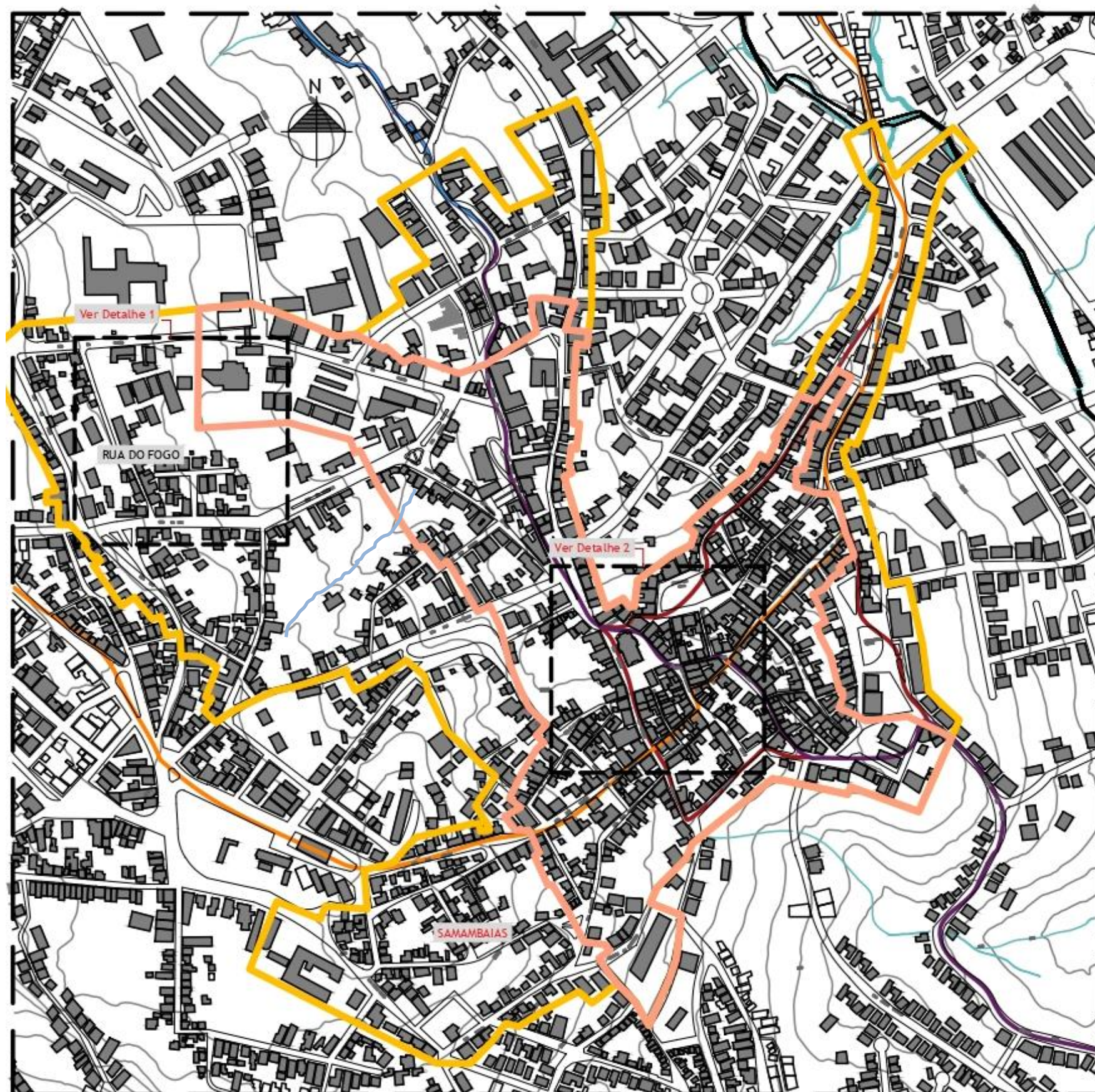
No sentido sudeste da cidade, nas imediações do bairro da Palha, vão se sucedendo ramificações de ruas e novas quadras e edificações seguindo os alinhamentos das vias. Bem como o lançamento de condomínios fechados tem sido constatado a oeste do córrego Pururuca, a sudoeste e descendo a escarpa da serra de Santo Antônio.

Apenas o bairro Rio Grande manteve-se praticamente inalterado, mostrando que o tombamento da Serra dos Cristais pelo Iepha/MG pôde ter contribuído para a contenção do crescimento urbano por ela. Contudo, viu-se maior concentração de imóveis no último período, evidenciando que o processo urbano de novas construções nas quadras existentes não se paralisou totalmente. Além de ter sido constatado o avanço de arruamentos no bairro Maria Orminda, galgando o sopé da Serra dos Cristais, na proximidade da confluência dos rios Pururuca e Grande.

Os bairros Cidade Nova e Jardim, ao longo dos rios 4 Vinténs e Grande, também não tiveram alteração significativa, locais situados na área de entorno do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais.

Na figura 74, o detalhe “A” recorta a centralidade de Diamantina, apresentando as duas poligonais de acautelamento do patrimônio local.

Figura 74: Detalhe A - Diamantina em 2022.



(A) DIAMANTINA 2022

ESCALA GRÁFICA:

0 20 100 300m

LEGENDA

 CURSOS DE ÁGUA	 CAMINHOS SECUNDÁRIOS
 CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL	 POLIGONAL DE TOMBAMENTO IPHAN
 CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL	 POLIGONAL UNESCO

Elaboração pelo autor, 2023.

A poligonal da Unesco, definida em 1999, está circunscrita à poligonal do Iphan, em uma menor dimensão.

Constata-se adensamento da centralidade, notadamente em novos loteamentos realizados nessa região, como é o caso das quadras próximas à rua do Tijuco. As extremidades ocidentais da poligonal do Instituto Nacional são aquelas com maior dinamismo urbano, destacando-se regiões das ruas do Fogo e Samambaias. Na poligonal em verde, onde se incidem três esferas de acautelamento (municipal, federal e da UNESCO), o plano urbano não se modificou.

A avaliação sobre o efeito dessas poligonais na dinâmica urbana de Diamantina será feito nos próximos capítulos. A seguir, escrutina-se o aspecto morfológico dos dois tecidos analisados na pesquisa.

2.3.6.3. Análise do Tecido Urbano e do Uso e Ocupação do Solo

Essa análise se repercute nas duas regiões de análise ao nível do uso e ocupação do solo, como apresentado nas figuras 75 e 76.

Figura 75: Detalhe 1 - Rua da Caridade.



Elaboração pelo autor, 2023.

Na área entre as ruas do Fogo, Caridade e Glória, o adensamento novamente se acentuou, com surgimento de mais edifícios próximos às instituições e no loteamento da Vila Santa Isabel. Na figura 76, está a segunda área de estudo no nível de tecido urbano.

Figura 76: Detalhe 2 - Rua Direita.



Elaboração pelo autor, 2023.

Na rua Direita, não há alteração das ocupações e dos traçados urbanos, sendo cada vez mais especializados os usos comerciais e de serviços.

Como se viu, Diamantina apresentou um crescimento vertiginoso ao longo dos 6 períodos morfológicos, tendo refletido na sua malha urbana as suas próprias dinâmicas socioeconômicas. No item a seguir, o estudo desse crescimento vertiginoso é realizado na maior escala de análise: a do tipo edilício.

2.3.6.4. Análise Tipológica

No último e mais recente período morfológico, as construções em Diamantina vão consolidar dois tipos mais frequentes: a adoção de características que remontam ao padrão básico colonial (principalmente na poligonal de tombamento federal), ou a aplicação de um novo tipo básico residencial, com uso de elementos contemporâneos

construtivos: estrutura autônoma de concreto com vedação em tijolo cerâmico e cobertura em telhas no mesmo material.

Esses novos tipos começaram a surgir no período tipológico anterior, principalmente a partir da década de 1980. Na figura 77, está um exemplar desse tipo construtivo.

Figura 77: Imóvel reconstruído na década de 2000, reproduzindo elementos da arquitetura setecentista.



Foto do autor, 2018.

Acima está um exemplar de uma “restauração urbana” (BARROS FILHO, 2018), prática aprovada pelo ETD, no qual se propõe a reconstrução de edificações arruinadas, a partir de sistema construtivo contemporâneo (estrutura em concreto e vedação de tijolo furado), reproduzindo a feição setecentista em sua volumetria.

As figuras abaixo vão ilustrar a adoção do novo tipo básico e especializado com o estilo construtivo contemporâneo.

Figura 78: Edificações contemporâneas no Bairro Jardim Imperial.



Fonte: NRS Corretor de Imóveis.

Figura 79: Edificação residencial de três pavimentos, no Bairro Santo Inácio.



Fonte: NRS Corretor de Imóveis.

Figura 80: Edificações contemporâneas, sem classificação estilística à rua Rio Grande.



Foto do autor, 2018.

Figura 81: Supermercado Cordeiro, no Bairro do Rio Grande.



Autor: Fernando B., junho de 2012.

As fotos acima ilustram o fenômeno mais comum observado nas bordas da área tombada e nas áreas periféricas da cidade, nas quais as construções não seguem um padrão estilístico definido, com sistema construtivo contemporâneo.

A primeira fotografia elucida as residências de alto padrão construídas no bairro Jardim Imperial, área afastada da centralidade tombada e próxima da entrada do Parque Estadual do Biribiri – exemplifica, assim, um dos processos de dispersão urbana por meio de condomínios.

A segunda já demonstra o processo de verticalização da periferia de Diamantina que, mesmo incipiente, acarreta em impacto visual em seu núcleo urbano. O local de implantação daquele edifício se deu em bairro próximo ao antigo Batalhão de Polícia, nas proximidades da linha de cumeada da serra de Santo Antônio.

As duas últimas fotografias demonstram o processo contemporâneo de ocupação do bairro Rio Grande, que se realiza no sopé da Serra dos Cristais. Por elas é possível notar a adoção de elementos construtivos contemporâneos tanto nos tipos básicos residenciais (mesmo naqueles de menor valor construtivo), quanto em tipos especializados como no Supermercado Cordeiro.

A inclusão de novos tipos na paisagem se desenvolve em paralelo à preservação do casario da área tombada, com representantes protegidos dos estilos colonial, eclético, *art-déco* e modernista, como visto nos períodos morfológicos anteriores.

Finalizando a análise deste período, consolidam-se os estudos urbanos e morfológicos no enfoque da paisagem urbana.

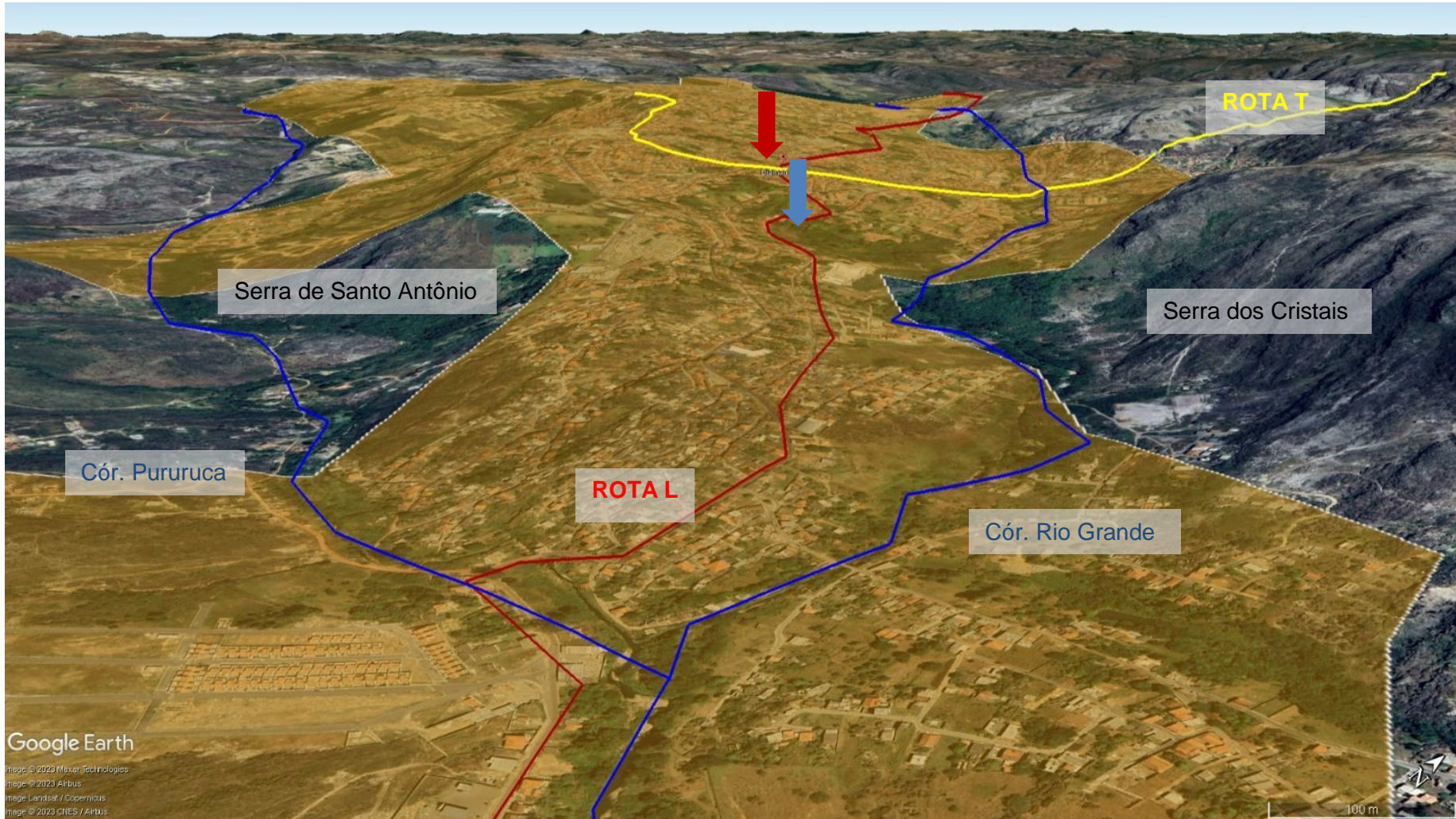
2.3.6.5. Análise da Paisagem Urbana

A cartografia do 6º período foi desenvolvido com base em imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth em 2022, fato que balizou a definição temporal deste último período morfológico.

A partir disso, foi possível simular a elevação da cidade contemporânea, utilizando-se da imagem de satélite atual para guiar a definição da mancha urbana existente, como se verá a seguir em 3D.

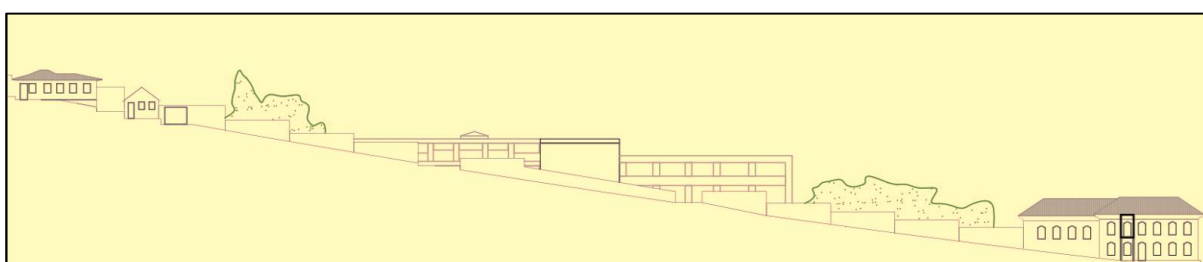
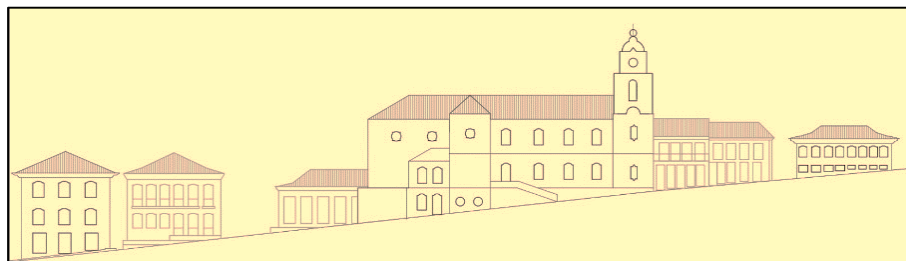
Em paralelo, são evidenciados os aspectos construtivos dos dois tecidos urbanos estudados ao longo da evolução dos períodos morfológicos.

Figura 82: Simulação tridimensional de Diamantina no 6º Período Morfológico.



Adaptação do autor sobre Google Earth, 2023.

Figura 83: Seções esquemáticas em Diamantina no 6º Período Morfológico. Primeiro desenho – rua Direita, seta azul na perspectiva acima. Segundo desenho – rua da Glória, seta vermelha.



Elaboração do autor, 2023.

Breves conclusões podem ser extraídas da ilustração tridimensional. A rodovia BR-367, que no período anterior já havia influenciado a ocupação do trecho noroeste da cidade, agora tornou-se ainda mais influente nesse sentido.

Além disso, foi considerável a ocupação nas porções mais baixas do terreno e próximas à saída para Serro, local com cada vez mais ofertas de condomínios residenciais.

Situação parecida foi vista na porção anterior da Serra de Santo Antônio, polarizada também pela construção de condomínios afastados da centralidade urbana já consolidada.

Interessa ainda notar como o tombamento da Serra dos Cristais prestou ao seu intuito de conter ocupações ao longo de suas encostas, fato que não se alterou mesmo com a instalação da UFVJM em uma de suas linhas de cumeada.

Em relação às seções dos dois tecidos urbanos, não foi verificada alteração significativa em relação ao período morfológico anterior, demonstrando que maior dinamismo urbano se realizou em áreas externas às poligonais de proteção do Iphan e da Unesco.

Encerra-se assim a avaliação do 6º período morfológico de Diamantina.

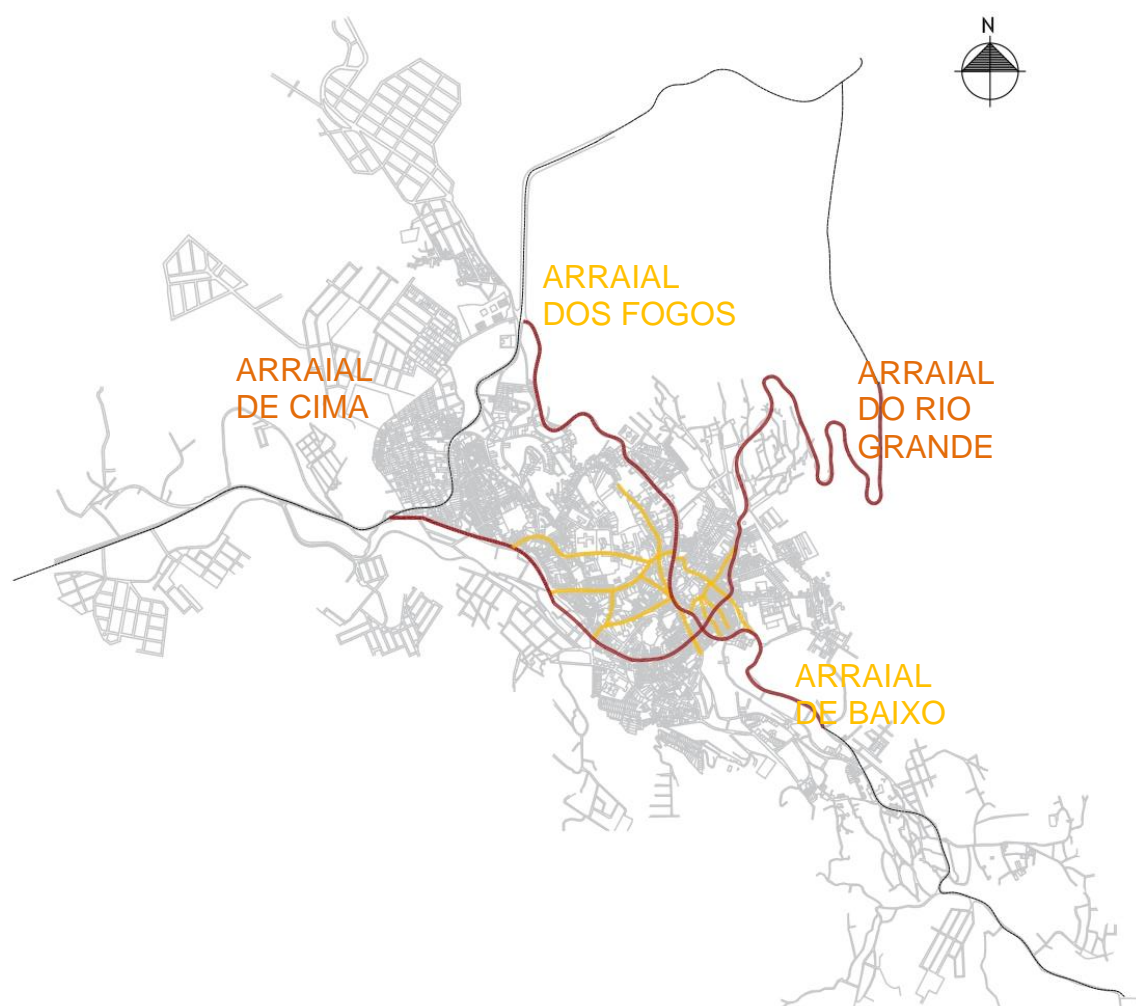
2.4. Síntese da Evolução Urbana

A síntese da evolução urbana de Diamantina apresenta-se estruturada, inicialmente, pelas três escalas de apreensão do método da Escola Inglesa de Morfologia Urbana: plano urbano, tecido urbano e uso e ocupação. A primeira escala é detalhada pelo mapa síntese da evolução urbana de Diamantina, enquanto a segunda e a terceira se apresentam pelos tecidos avaliados por período morfológico. À última escala é acrescentada a análise dos tipos edifícios em Diamantina e seu processo tipológico. O arremate da síntese se faz com o estudo tridimensional da evolução de sua paisagem urbana.

2.4.1. Síntese do Plano Urbano

O estudo de Sylvio de Vasconcellos sobre Diamantina (1959) permitiu a identificação de dois principais caminhos troncos: um no sentido noroeste-sudeste, comunicando os dois proto-núcleos urbanos conhecidos como Arraial de Baixo e Arraial dos Fogos (ou do Meio), referente a rotas para Serro do Frio e Vila do Fanado (Minas Novas); outro no sentido sudoeste-nordeste, entre os antigos Arraial de Cima e Arraial do Rio Grande, nas rotas para cidades no Vale do Alto rio das Velhas, norte de Minas e Vale do Jequitinhonha – vide na imagem abaixo.

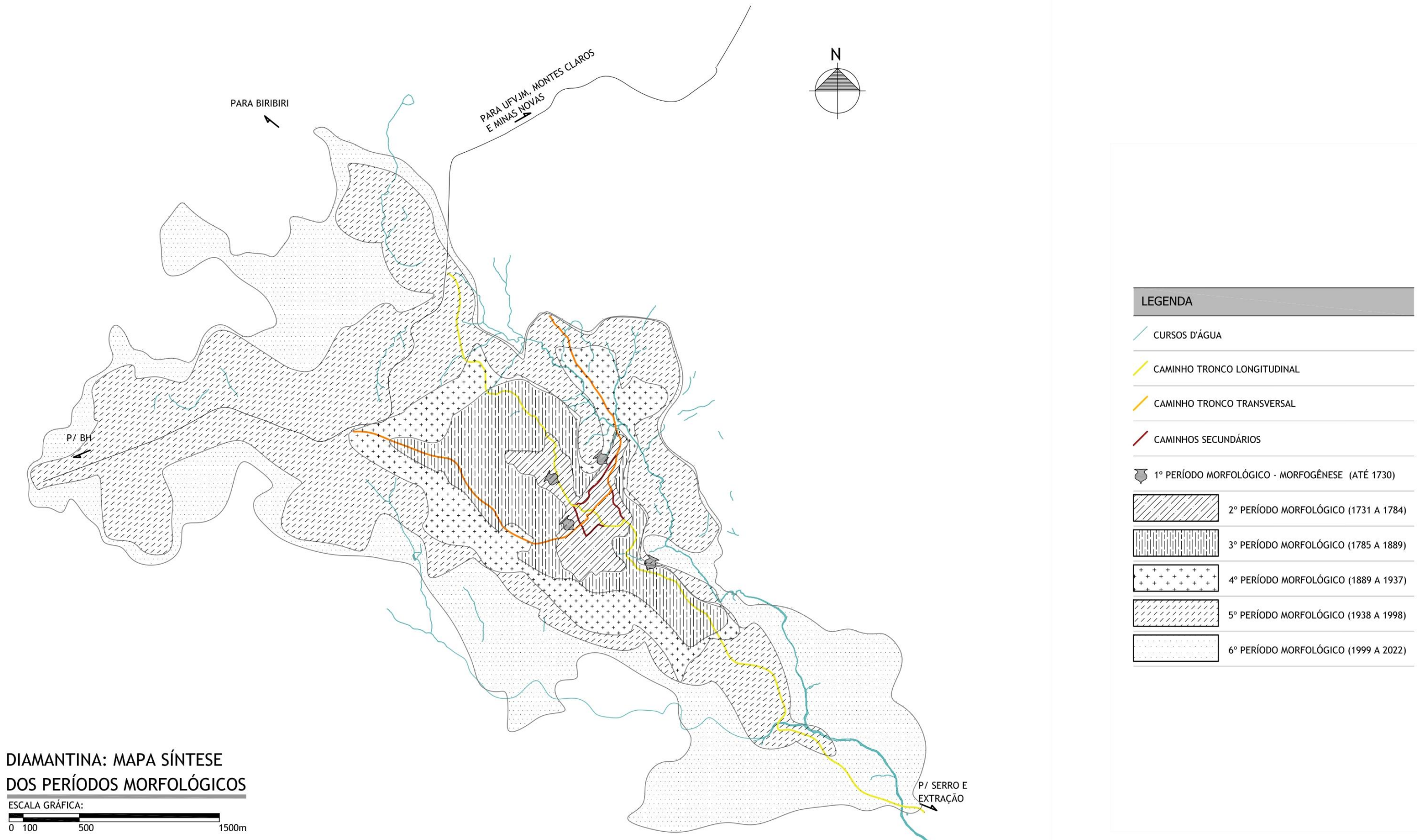
Figura 84: Caminhos tronco (vermelho) e secundários (laranja) em Diamantina.



Adaptação pelo autor, 2022.

A partir desses caminhos troncos, foram sendo conformadas vias secundárias ao longo das curvas de nível ou longitudinais a elas, concretizando o plano urbano do setecentista Arraial do Tijuco. O mapa abaixo demonstra a evolução do plano urbano.

Figura 85: Mapa síntese dos períodos morfológicos de Diamantina.



Elaboração pelo autor, 2023.

A cidade se expandiu principalmente entre o eixo noroeste e sudeste, desde o desenvolvimento dos quatro arraiais primitivos. Essa situação pode ser explicada pelas barreiras naturais (serranias) que configuram o sítio. Do ponto de vista topográfico, as serras de Santo Antônio e São Francisco, e seu vale encaixado com o ribeirão Grande são o suporte físico que vão conformando o desenvolvimento da cidade.

A meia encosta da serra de Santo Antônio foi o local escolhido para a implantação da cidade, longe dos alagamentos esporádicos do córrego da Palha e acompanhando as lavras que iam se formando no início do século XVIII.

A serra de São Francisco é a barreira geográfica, intercruzado apenas pela rota do antigo caminho dos escravos, para transporte de mercadorias e pessoas entre o antigo Tijuco e os sertões do norte das Capitânicas de Minas Gerais e da Bahia. A hidrografia local também foi um condicionante na conformação da cidade, limitando-a entre esses contrafortes topográficos.

A foz do córrego Pururuca na Palha era o local de mineração mais antigo do território, próximo à rota de acesso à sede da Comarca Vila do Príncipe. Desse local, os ranchos foram galgando a serra de Santo Antônio, até se inter-relacionarem com os arraiais do Rio Grande, de Cima e do Meio, entre os anos de 1713 e 1730.

O segundo período morfológico (1731 a 1784) consolida a área urbana do arraial do Tijuco, alongada ao nível das cotas de nível, em meia encosta da serra de Santo Antônio. O arraial é instituído como sede de intendência da Delimitação Diamantina, na década de 1730, e recebe o Regimento dos Diamantes em 1771, fatos políticos que encerram o período de maior rigor administrativo da Coroa, situação refletida na contenção da sua expansão urbana. A transposição da Igreja Matriz para o centro do arraial, próximo ao poder administrativo da intendência, vai consolidar a centralidade política e eclesiástica dessa urbe. É também nesse momento que vão surgindo os seus principais templos.

O terceiro período (1784 a 1889) representa uma expansão acentuada ao longo da rota longitudinal entre os acessos para as cidades de Serro e Montes Claros, em paralelo ao curso do córrego da Palha. Nesse contexto que perpassa o final do período

colonial e os dois impérios brasileiros, Diamantina é elevada sucessivamente às categorias de vila (1831) e cidade (1838), alcançando maior autonomia política. Mesmo com esgotamento das atividades minerárias, a cidade vai se consolidando paulatinamente como polo regional de comércio das regiões setentrionais de Minas Gerais, fato que associado à sua liberdade administrativa resulta em uma maior expansão urbana. No final do século XIX, a Basílica do Sagrado Coração de Jesus é construída no largo Dom João, local que orientaria a nova expansão pelo flanco sudoeste da cidade.

No quarto período (1890 a 1938), a cidade mantém a expansão no sentido noroeste-sudeste, mas começa a se ramificar pela serra de São Francisco, tendo a instalação do Asilo Pão de Santo Antônio (1901) como um dos fatores de indução dessa polarização. Ao lado contrário, pelo flanco sudoeste da cidade, as inaugurações do cemitério (1904) e do Batalhão de Polícia (1926), junto à instalação da estação ferroviária (1914) culminam na consolidação de nova expansão por esse trecho.

No largo Dom João, com a recém instalação da linha ferroviária com sua estação, começa a se desenvolver a segunda centralidade comercial da cidade, acompanhada pelo surgimento do bairro Vila Operária.

O quinto período (1939 e 1998) engloba o tombamento federal de Diamantina (1938) e o surgimento de novos setores econômicos, associados ao setor secundário e institucional. Além disso, o tombamento federal de seu núcleo apareceu em momento crucial para a conservação de sua centralidade histórica, visto que a cidade começava a se expandir significativamente. A instalação da Fábrica de Tecidos (1945) impulsiona ainda mais a ocupação da serra de São Francisco (ou dos Cristais), enquanto a BR 367 – criada em 1950 – vai atrair a ocupação ao longo de seu trecho pela porção noroeste da cidade. A sudeste, a ocupação linear em direção ao acesso para o Serro continua se expandindo.

Finalmente, eis o último período (1999 e 2022). Com a cidade elevada a patrimônio mundial em 1999, fenômenos de expansão urbana continuam a pleno vapor. A paisagem cultural de Diamantina é pela primeira vez incorporada à valoração da cidade que, mesmo não sendo refletida no tipo de categoria da titulação, trouxe o

desenvolvimento de políticas e leis que tangenciaram essa discussão. O turismo surge nesse contexto, reverberando a política da titulação mundial.

Por outro lado, algumas estratégias foram implantadas para evitar ocupações da Serra dos Cristais, elemento natural valorado no ensejo da paisagem, naquela titulação. Uma das estratégias foi o seu tombamento pelo Iepha/MG em 2000. De fato, esse tombamento estancou a expansão do bairro do Rio Grande, mas não o crescimento dos bairros Maria Orminda e Jardim em seu sopé sudeste (menos visível a partir da centralidade tombada). A criação da UFVJM, naquele mesmo ano, acirra a ocupação do trecho noroeste da cidade, com a criação de bairros sediando alunos e professores. Os flancos sudeste e sudoeste demonstram crescimento vertiginoso, acompanhado do surgimento de condomínios cada vez mais afastados da cidade, em processo de dispersão urbana.

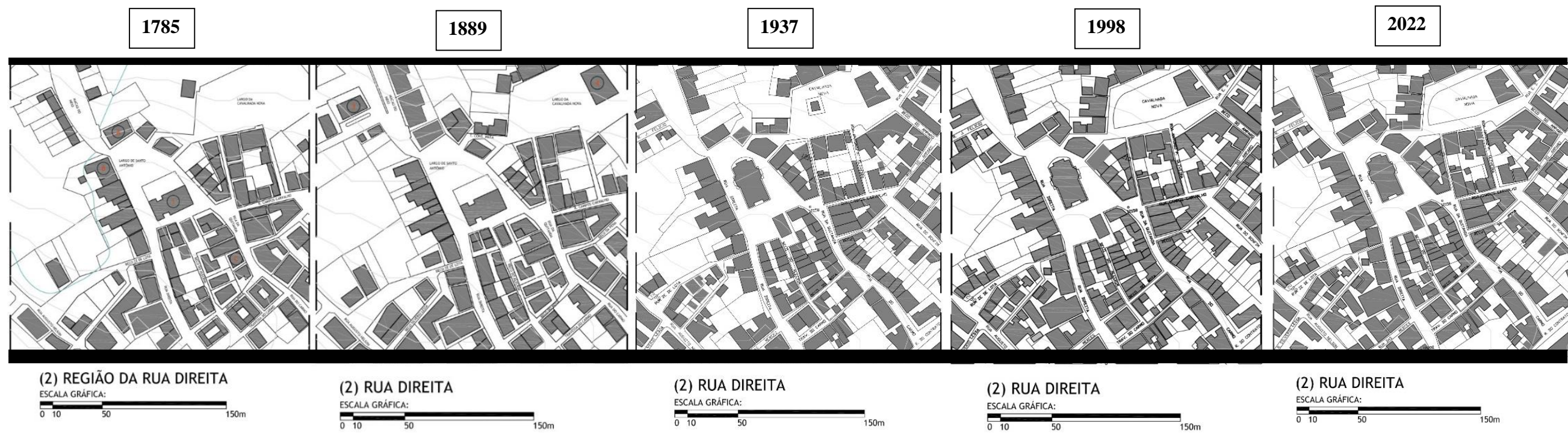
Como conclusão, avalia-se que as barreiras naturais, antes responsáveis pela sua conformação e limitação, começam a ser suporte da urbanização crescente, principalmente nos trechos sudeste, sudoeste e noroeste, onde a topografia não é significativamente acidentada. A única serra que ainda é vista como uma barreira é a de São Francisco, elemento valorado na titulação de Diamantina no ensejo da paisagem cultural. Por outro lado, ainda se desenvolvem as ocupações em seu sopé, região escondida do ponto de vista da ambientação do centro histórico.

2.4.2. Síntese do Tecido Urbano

Agora analisa-se a síntese dos tecidos urbanos em Diamantina, dando ênfase aos dois tecidos estudados em cada período morfológico: ruas Direita e da Glória. Por meio do método aplicado da Escola Inglesa, foi possível perceber como os dois foram se consolidando ao longo dos séculos, de modo distinto entre si.

Abaixo, na imagem abaixo, está uma compilação do tecido da rua Direita, ao longo de cinco períodos morfológicos posteriores à morfogênese (1785 e 2022).

Figura 86: Compilação do tecido da rua Direita, entre o final do século XVIII e 2022.



Elaboração pelo autor, 2023.

O tecido da rua Direita manteve-se com o padrão de ocupação, com edificações dispostas à testada do lote, sem afastamentos laterais e em lotes alongados, geralmente com quintais significativos. Esses edifícios seguiam as rotas e os caminhos secundários e apresentaram uso misto, variando desde o residencial ao comercial e institucional.

Sendo uma das áreas mais antigas de ocupação, percebe-se que sua disposição morfológica se consolidou e foi razoavelmente preservado nas faces de quadra, fato ratificado pela ação de tombamento na década de 1930.

O mesmo não se deu no interior e fundo dos lotes, cada vez mais adensados no século XX. Esse adensamento só se estabilizou entre 1998 e 2022, possivelmente como consequência de políticas mais criteriosas de preservação daquela região, por parte do Iphan (área também correspondente à poligonal da UNESCO).

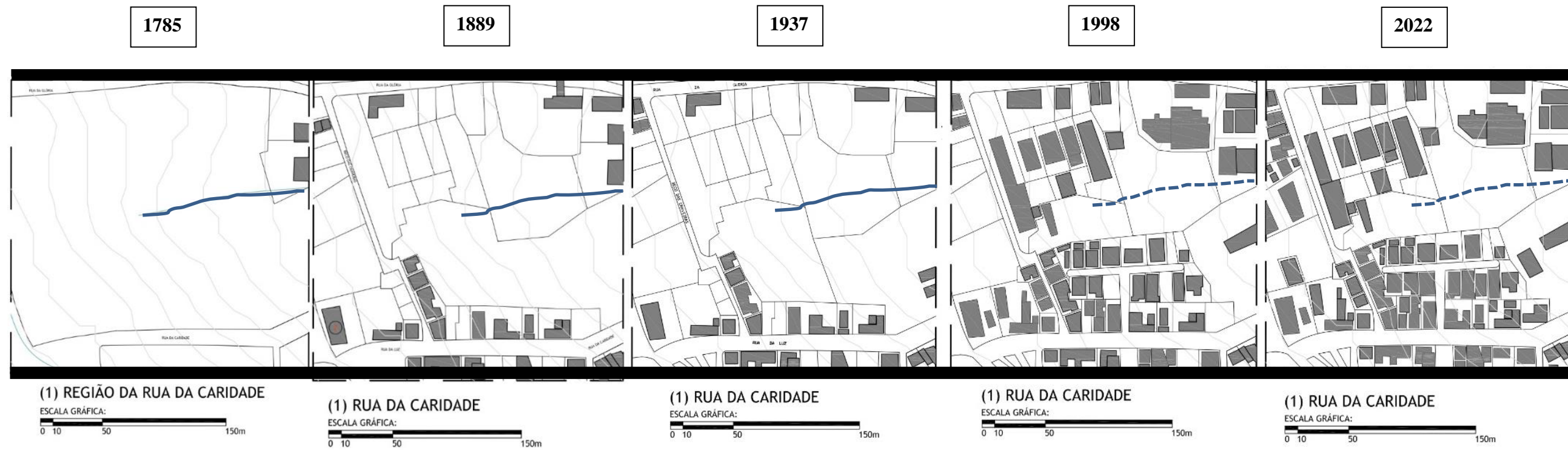
O largo da Cavalhada Nova não estava ocupada no século XVIII, paulatinamente adensada a partir do século XIX (segundo mapa).

Além disso, nota-se a alteração da disposição da antiga Matriz de Santo Antônio (terceiro mapa), substituída por uma catedral em 1932, em outro alinhamento – quebrando com o ritmo construtivo da rua Direita.

Em relação ao tecido da rua da Glória, ele apresentou outro processo urbano. No século XVIII, tratava-se de uma área periférica ao antigo arraial do Tijuco, ocupada por equipamentos rurais edificados, com plantações e cultivos de subsistência para a atividade minerária local.

Na figura abaixo, está um compilado do tecido da rua da Glória, também ao longo de cinco períodos morfológicos posteriores à morfogênese (1785 a 2022).

Figura 87: Compilado do tecido urbano à rua da Glória, entre o século XVIII e 2022.



Elaboração pelo autor, 2023.

Desde o século XIX, a área foi sendo ocupada por edificações, mas que se desenvolveram em terrenos de grandes extensões e providas de recuos e afastamentos.

Um maior adensamento foi visto no século XX, principalmente a partir da segunda metade daquele século (últimos dois mapas). O desmembramento do terreno da antiga Santa Casa e a criação da Vila Isabel foi um fato decisivo para aprofundar a ocupação interna de quadras dessa área. Conjectura-se, também, que o córrego que se desenvolvia em calha natural, ao centro da quadra, teria permanecido assim até a primeira metade do século XX, uma vez que há fotografias desse período representando uma ponte que existia na confluência desse córrego noutra, a jusante.

Esse tecido também está contido na área de tombamento do Iphan. Contudo, sua característica distinta de ocupação fez com que posturas distintas de preservação do órgão federal fossem adotadas, quando se comparadas àquelas da rua Direita. Tanto que o local não está incorporado à poligonal da Unesco, fato que possibilitou maior flexibilização quanto às possibilidades e os tipos de novas ocupações e desmembramentos de lotes.

Como conclusão, importa notar que mesmo o tecido de origem colonial não é homogêneo. Ele apresentou, pelo menos, dois subtecidos com características bem específicas e que não se dialogam entre si, como apresentado nos recortes às ruas Direita e Glória.

Essa constatação será retomada no último capítulo da pesquisa, ao serem avaliados aspectos de morfologia urbana integrados à gestão do território tombado diamantinense.

2.4.3. Síntese dos Tipos Edifícios

Os tipos edifícios estudados nos seis períodos morfológicos de Diamantina apresentaram um cronológico processo de diferenciação tipológica, análise balizada pelo aporte da Escola Muratoriana (1959).

No período da morfogênese, existira o tipo original, caracterizado por Vasconcellos (1979) por imóveis em elementos construtivos menos duráveis e relacionados a ranchos temporários (como as Casas de Arrebalde, representadas na Morfogênese). No Tijuco não foram comuns construções em alvenaria de rocha, o que inviabilizou a perpetuação de consideráveis vestígios arqueológicos, representantes desse tipo edilício.

Entre o primeiro e o segundo período morfológico, o tipo original se converteria no tipo básico, segundo acepções da Escola Italiana (CANIGGIA; MAFFEI, 2001; PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2011). Esse tipo básico possivelmente seria similar ao observado em Ouro Preto (VASCONCELLOS, 1979), referente a uma edificação térrea, com elementos da arquitetura colonial: gaiola de madeira, vedação de barro, elementos de madeira e acabamentos internos e esquadrias, cobertura de barro sobre engradamento.

A figura 88 apresenta uma síntese das plantas comuns ao tipo setecentista (IPHAN, 2023):

Figura 88: Exemplos de organização dos ambientes internos, em Diamantina.



Fonte: IPHAN, 2023.

As quatro plantas demonstram como a circulação central se articula aos cômodos distribuídos lateralmente, partindo dos tipos básico à esquerda (corredor unilateral)

para se tornarem complexos e geminados, como os da direita (corredor central ladeado por cômodos).

Consoante as abordagens de Vasconcellos (1979) sobre a tipologia construtiva mineira colonial, principalmente por meio dos seus estudos nas tipologias de Ouro Preto, é possível reforçar que o tipo básico das construções setecentistas se adaptou a partir das ditas construções rurais, com plantas e fachadas especializando-se em novos planos geométricos até alcançar as composições de sobrados (3º período morfológico). Situação que também se desenvolveu no Tijuco.

Nas figuras abaixo, é ilustrada a consecução de dois tipos coloniais (térreo e assobradado) dispostos às ruas do Carmo e do Rosário.

Figura 89: Tipo básico setecentista em dois gabaritos, na rua do Carmo.



Foto do autor, 2018.

Figura 90: Rua do Rosário na área tombada pelo Iphan.



Foto do autor, 2018.

É possível notar que a rua do Carmo apresenta predomínio de sobrados coloniais, em contraposição ao aspecto térreo do casario na rua do Rosário. Portanto, esse tipo básico sofreu variações, nos três primeiros períodos morfológicos, pertencentes ao contexto histórico da colonização brasileira. Ou seja, a partir do tipo original que se converteu no básico, teria havido uma terceira derivação para os tipos assobradados.

Segundo o mapa de gabaritos e de tipos arquitetônicos, desenvolvido pelo autor em 2018 (BARROS FILHO, 2018), há a preponderância do tipo básico colonial térreo na área tombada, cuja concentração de sobrados se dá no território confrontado pelas ruas Direita, Carmo, Contrato e Quitanda (setor triangular conformado pelas rotas territoriais, apresentado na morfogênese). Dessa forma, a área tombada concentraria prioritariamente duas variantes do processo tipológico colonial: a casa térrea (tipo básico e preponderante) e o sobrado.

Em tipos especializados coloniais, como nos templos religiosos, é possível avaliar um processo de adaptação construtiva, dentro de um modo similar de disposição de vãos e volumes, como se vê a seguir, na figura 91.

Figura 91: Exemplo de quatro igrejas em Diamantina.



Fonte: IPHAN, 2023.

Acima, nas quatro igrejas exemplificadas (Rosário, Bonfim, Amparo e São Francisco de Assis), nota-se uma repetição de soluções arquitetônicas para a disposição de aberturas e composição de volumetrias, guardadas as devidas especificidades para a disposição de torres e configuração de frontões e ornatos construtivos.

A partir do quarto período morfológico, começam a surgir na cidade novos tipos básicos construtivos, extrapolando o contexto colonial de se edificar. Tratar-se-iam dos exemplares de edifícios ecléticos e até proto-modernistas, erigidos entre o final do século XIX e início do XXI.

À princípio, são as influências neoclássica e eclética que chegam a Diamantina, adaptando esses tipos coloniais em uma nova leitura estilística. Na figura 80, por exemplo, é possível constatar a adoção de um novo aspecto arquitetônico que, ainda associado a uma volumetria assobradada, incorpora elementos ecletizados de influência oitocentista.

Figura 92: Edificações eclétizadas na praça Barão de Guaicuí, edificadas entre o final do século XIX e início do XX.



Foto do autor, 2018.

Nesse imóveis eclétizados da Praça Barão de Guaicuí, é possível verificar a manutenção de ritmos e volumes, quando se comparam as edificações adjacentes ainda coloniais. Contudo, a adoção de uma volumetria verticalizada, em nova linguagem construtiva para alvenarias, esquadrias e coberturas, vai sinalizar a introdução de um novo tipo básico na paisagem.

No início da década de 1930, é edificada a Catedral Metropolitana de Santo Antônio, adotando o novo tipo estilístico neobarroco, com incorporação de elementos mimetizados do tipo especializado religioso do período colonial. Abaixo é demonstrada a catedral inserida no tecido assobradado colonial da rua Direita.

Figura 93: Vista da rua Direita na confluência com a Praça Conselheiro Mata. A catedral de Santo Antônio domina a perspectiva local e foi inaugurada em 1932, em estilo neobarroco.



Foto: Rogério Mota, 2023.

A catedral metropolitana demonstra uma linguagem própria arquitetônica, representada pelo volume isolado no largo Conselheiro Mata, dominado pelas duas sineiras ladeando o frontão triangular, em uma proporção distinta da do casario adjacente. Este, por sua vez, é realizado por sobrados de dois pavimentos, resguardando o sistema construtivo em gaiola de madeira e vedação de barro ou tijolo (nos casos de reconstrução).

Mais uma ruptura entre os processos tipológicos é visto a partir das transmutações entre os estilos eclético e proto-modernista, no século XX (4º período morfológico), quando um novo conceito de construção começa a ser adotado, por meio de volumetrias cada vez mais geometrizadas, desprovidas de ornatos e adornos.

O ápice desse processo ocorre no período de construções modernistas, entre as décadas de 1950 e 1960 (5º período morfológico), com a realização de novos tipos

isolados e (preponderantemente) especializados deste estilo, em trechos estratégicos da área tombada, por exemplo. Parte dos edifícios modernistas, principalmente aqueles associados a instituições escolares ou à administração pública, foram instalados nesse contexto.

Na figura 94, está um exemplar de arquitetura modernista de Oscar Niemeyer, introduzindo um novo receituário estilístico de se edificar em Diamantina.

Figura 94: Clube Social de Esportes de Diamantina, projetado por Oscar Niemeyer na década de 1950.



Autor: Rogério Mota, 2023.

A sede social do Clube de Esportes de Diamantina é um dos exemplos mais evidentes desse tipo de instalação. O edifício modernista foi projetado por Oscar Niemeyer, na década de 1950, e dialoga com mais outros dois de sua autoria e contemporâneos: Escola Júlia Kubitschek e Hotel do Tijuco.

Diferentemente do processo tipológico colonial, pode-se conjecturar que o processo especializado modernista pôde ter influenciado a adoção do tipo básico moderno na

cidade. Entretanto, a pesquisa se limitou apenas a demonstrar a sucessão de principais tipos básicos e especializados, desenvolvidos nos seis períodos morfológicos de estudo.

Interessa notar, ainda, que um outro tipo básico residencial é identificado como resultado das ações do Iphan em Diamantina (BARROS FILHO, 2018), notadamente a partir da década de 1940 (4º, 5º e 6º períodos morfológicos): os tipos edifícios mimetizando elementos do estilo colonial.

Eles compõem a adoção de posturas normativas do Iphan, como identificado em pesquisas de Lia Motta (1986), D'Assumpção (1995), Gonçalves (2010) e Barros Filho (2018).

Na figura 95, estão imóveis que exemplificam essa situação, na rua Rio Grande.

Figura 95: Edificações contemporâneas baseadas na tipologia básica.



Foto do autor, 20218.

Por meio da fotografia acima, é possível notar que os imóveis contemporâneos incorporam elementos de abertura, composição de cheios e vazios de fachada e o modelo de cobertura cerâmica, no intuito de se harmonizarem com o casario

acautelado – que, quando remanescente nesta rua, já passou por intensos processos interventivos. Eles ocupam majoritariamente os antigos vazios urbanos que foram sendo paulatinamente loteados, nas porções leste, norte e oeste da área tombada.

Nas imediações desses vazios urbanos, também são vistos os edifícios em tipologia contemporânea (6º período morfológico), que não seguem estritamente os ordenamentos estilísticos dos demais tipos e que foram executados principalmente a partir da década de 1980. Na figura 96, é exemplificado na Praça Doutor Prado.

Figura 96: Edificações do século XX ocupando vazios urbanos na Praça Doutor Prado.



Foto do autor, 2018.

Na foto acima, ao centro está o edifício do INSS, novo volume com elementos que fazem uma breve referência a elementos compositivos de seu entorno assobradado (edificações à direita da foto). Conquanto, à esquerda, está instalado um galpão contemporâneo, sem qualquer relação estética ou tipológica com imóveis da área tombada.

A Praça Doutor Prado, ao ter tido ocupação mais incisiva no século XX, apresenta exemplares construtivos mais recentes, dispostos em quadras ao longo de vias orgânicas. Importa esclarecer que os edifícios também adotaram vãos retangulares ou coberturas cerâmicas em decorrência de instruções dadas pelo Escritório Técnico do Iphan, para novos imóveis na área acautelada (BARROS FILHO, 2018).

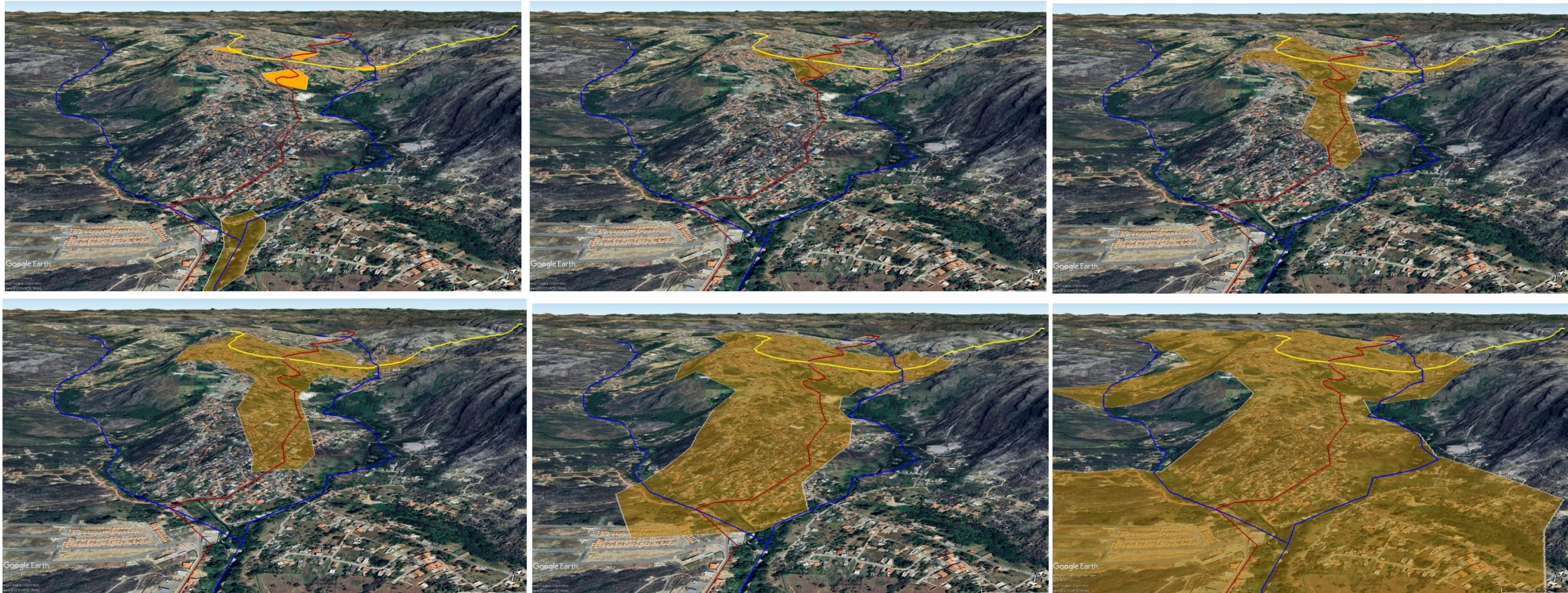
Como resultado dessa análise, constatou-se que a cidade ostenta, em 2022, seis tipos edilícios mais significativos em Diamantina: setecentista, eclético (neogótico e neobarroco), proto-modernista (“art-déco”), modernista, baseado no setecentista e contemporâneo.

Esse breve resumo com os tipos arquitetônicos, suas variantes e disposições (notadamente na área tombada evidenciada) refletem a dinamicidade do processo edilício na cidade, que não se cessou e ainda se perpetua. Ademais, essa e as análises das demais escalas estão sintetizadas a seguir, no enfoque da paisagem urbana.

2.4.4. Síntese da Paisagem Urbana

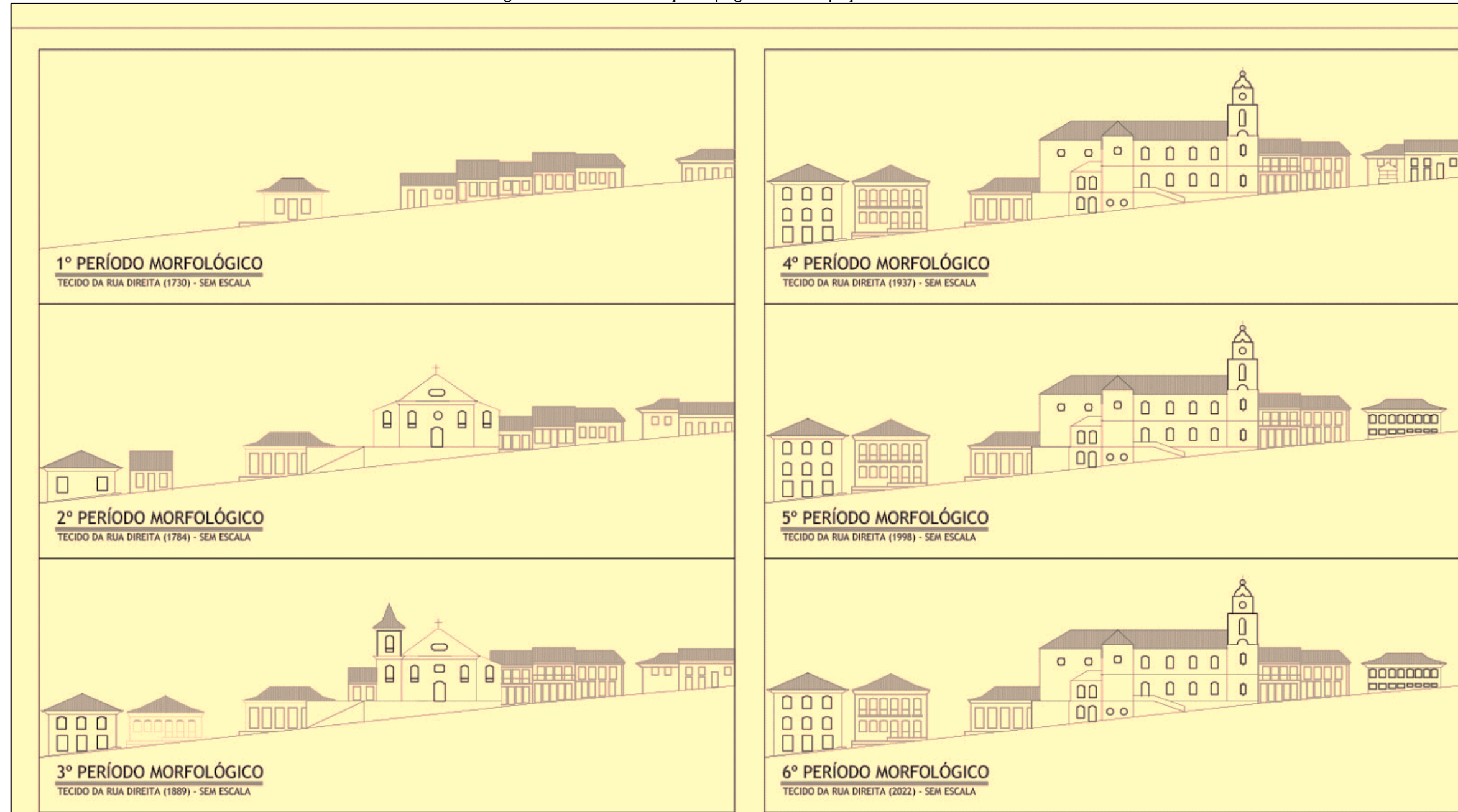
Por meio das simulações tridimensionais da cidade - sobre seu suporte físico, junto à ilustração de perfis esquemáticos dela disposta entre as serras dos Cristais e de Santo Antônio - foi possível fazer uma leitura sobre como se desenvolveu a paisagem urbana de Diamantina, desde sua morfogênese e consolidação no século XVIII, ainda como Arraial do Tijuco, até o seu estágio contemporâneo de conformação.

Figura 97: Síntese da paisagem urbana de Diamantina, desde sua morfogênese no século XVIII até 2022.



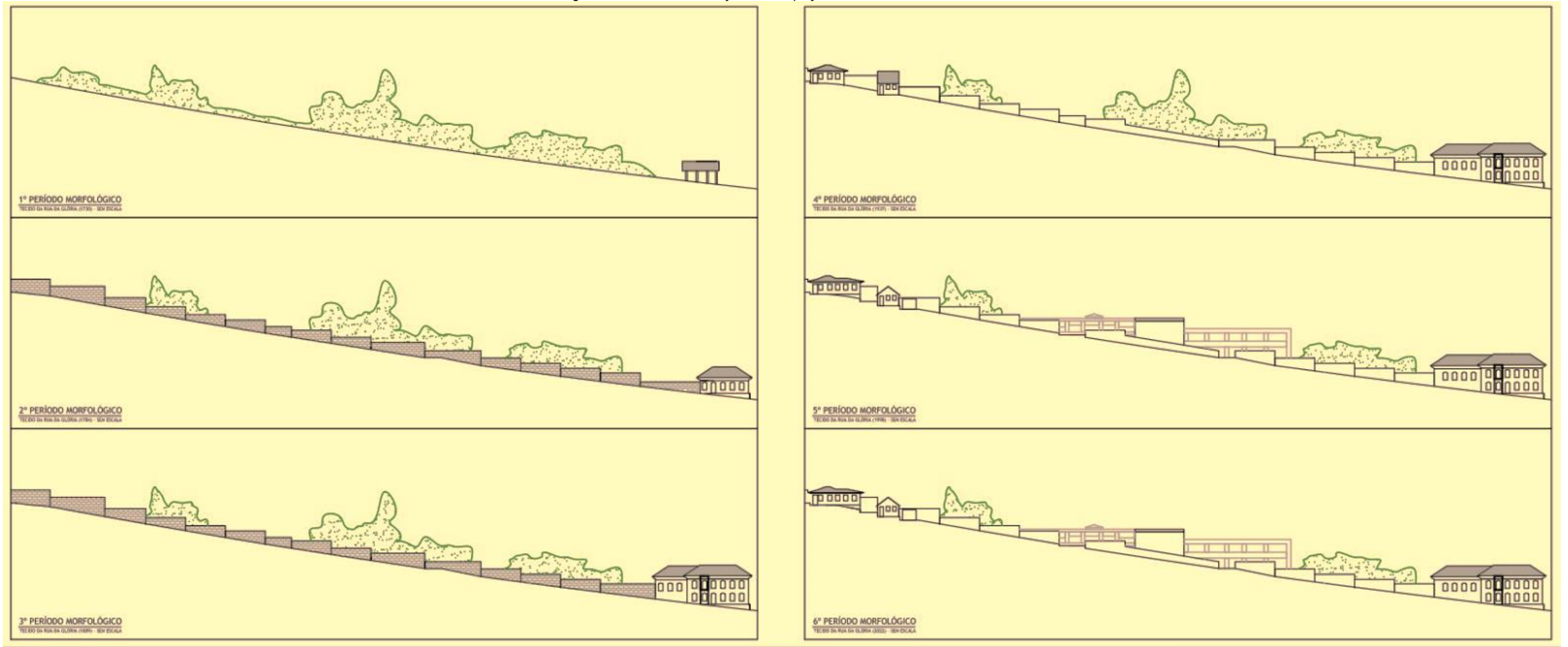
Adaptação pelo autor, 2023.

Figura 98: Síntese da seção topográfica e ocupação na Rua Direita.



Elaboração pelo autor, 2023.

Figura 99: Síntese das seções e ocupações na rua da Glória.



Elaboração pelo autor, 2023.

A partir das seis simulações tridimensionais da ocupação urbana, assevera-se a constatação de que os elementos naturais e topográficos desempenharam papel importante na conformação e consolidação de seus tecidos, principalmente nos três primeiros períodos morfológicos.

Desde o quarto período, quando Diamantina se consolidava como um dos polos regionais e comerciais do norte e nordeste de Minas Gerais, a sua mancha urbana apresentou crescimentos consideráveis, extrapolando as barreiras naturais de suas serras e ultrapassando as divisas desenvolvidas pelos corpos fluviais, nos fundos de vale.

As seções de terreno com representação esquemática de edificações complementam essa leitura, ao elucidar o processo de ocupação de casas e edificações de referência entre as encostas das serras dos Cristais e de Santo Antônio, em dois subtecidos urbanos. A análise dessas seções evidencia que a área tombada não é homogênea, nem mesmo em seus processos de evolução edilícia.

A alteração de tipos edilícios elucidada como a altimetria e gabarito das construções vai compondo a imagem da cidade, junto à sua topografia. O que indica que, para se ler a paisagem de uma cidade, é fundamental compreendê-la de modo tridimensional e conforme suas peculiaridades morfológicas.

A rua Direita foi o tecido que apresentou concentração edilícia desde o segundo período morfológico, por se tratar de área central da urbe, no encontro de rotas territoriais. Além disso, nela ficou evidente os processos de alteração construtiva tanto no casario residencial, que se verticalizou, quanto nas reformulações da Matriz de Santo Antônio. Tratou-se, ainda, da área com maior cautela de preservação, desde o tombamento em 1938.

Já a rua da Glória é um tecido periférico à centralidade de ocupação, recebendo construções esparsas ao longo dos anos, em área predominantemente ocupada para cultivos e plantações. Uma ocupação mais incisiva ocorreu a partir do século XX, por grandes equipamentos, que mesmo assim mantiveram gabarito baixo para respeitar a altimetria da região. É provável que uma menor rigidez, em parâmetros de

acautelamento patrimonial nessa área, possa se explicar justamente pelo seu tardio processo de ocupação.

Por conseguinte, desse modo foi demonstrado como se deu a conformação da paisagem urbana da cidade, articulada aos estudos setorizados de modo multiescalar, seja pelo seu plano urbano, pelos seus tecidos ou pelos seus edifícios.

O estudo atento à evolução e conformação de elementos compositivos e arquitetônicos da área urbana de Diamantina pode servir como baliza de políticas de preservação, ao compreender peculiaridades desses componentes morfológicos, assunto que será retomado no último capítulo.

2.4.5. Conclusão

Essa é a compleição física, tipológica e urbana de Diamantina em 2022. A cidade se dispõe sobre dois planos geológicos de composição pétreia com filitos e quartzitos, inclinados e tendo como fundo de vale, na porção oriental, o curso do córrego da Palha. O tecido urbano setecentista (explicitado aqui por dois sub-tecidos) está resguardado legalmente na centralidade tombada pelo Iphan, desde 1938. Entretanto, outros tecidos foram se adaptando ou se formando de modo distinto da matriz colonial, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

Em paralelo às conformações urbanas, são vistos elementos tipológicos que se compuseram por meio de adaptações ou contraposições ao tipo básico edilício, como foi estudado aqui na área tombada. Por essas análises, fica evidente como a paisagem é fator decisivo de condição para a expansão urbana, devendo ser entendida como infraestrutura para a gestão contemporânea, discussão central dessa pesquisa. Situação elucidada principalmente a partir dos estudos de perfis e cenários tridimensionais da cidade, nas análises de paisagem urbana.

Compreendida a evolução da forma urbana de Diamantina, desde sua formação no final do século XVII até o tempo presente, a pesquisa avança para a análise do corpo de leis e decretos em atuação (ou que atuaram) na cidade. No próximo capítulo, foram selecionados aqueles vinculados à gestão pública em consonância com a preservação de sua paisagem, distribuídos por fases de gestão urbana na cidade de Diamantina.

3. A GESTÃO URBANA DE DIAMANTINA/MG

O intuito deste capítulo é o de escrutinar a estrutura legal que se desenvolveu no território de Diamantina, pela ótica da preservação do patrimônio cultural, nas três esferas de poder público administrativo: municipal, estadual e federal. Em complemento, avalia-se a ação exercida pela Unesco, visto que a cidade é intitulada como patrimônio cultural da humanidade desde 1999.

Além disso, ao ser enfocada pela ótica do patrimônio cultural, também será possível entender como o conceito de paisagem cultural começa a tangenciá-lo no contexto de Diamantina, principalmente a partir do episódio de sua titulação pela Unesco. Isso pelo fato de a discussão estar se consolidando internacionalmente (vide primeiro capítulo), e se espelhando no contexto brasileiro por novas lentes interpretativas, como a utilizada para endossar a valoração de Diamantina por se tratar de uma urbe desenvolvida em agreste paisagem rupestre mineira.

Para essa análise ser viável, foi necessário organizar cronologicamente o aparato normativo, a fim de permitir uma compreensão dos processos de desenvolvimento dessas leis, segundo os mais específicos contextos de ações, em atuação naquele território.

O campo do patrimônio cultural vai ser o fio condutor dessa análise, responsável por relacionar a concretização das práticas de preservação patrimonial, na jurisprudência brasileira, junto ao emprego de métodos para se fomentar a gestão urbana de Diamantina. Antes, contudo, importa esclarecer o que seria o conceito de gestão subordinado a uma administração pública.

Assim que explicitado esse conceito, vão ser apresentadas as três fases da gestão urbana de Diamantina, a partir do acautelamento cultural de seu conjunto arquitetônico e urbano pelo Iphan, em 1938, correspondendo aos intervalos entre 1938 a 1959, 1960 e 1997 e 1998 a 2022.

Essas fases gerenciais se articulam aos períodos morfológicos apresentados no capítulo anterior, como se verá mais adiante.

3.1. Conceituação de Administração e Gestão Públicas

No campo da jurisprudência brasileira, vários conceitos sobre a administração pública são debatidos como forma de explicitar o funcionamento da estrutura administrativa no contexto político nacional. Por mais que essa conceituação possa ter sofrido mudanças, ao longo dos períodos históricos pelos quais o Brasil atravessou, é possível estabelecer uma conceituação geral que ordenaria a Administração e a Gestão Públicas.

Dentre os autores que discutem esses conceitos, destacam-se aqui Meirelles (2001) e Figueiredo (2006). O magistrado Hely Lopes Meirelles foi reconhecido como um dos principais doutrinadores do Direito Administrativo e defendia que a administração pública teria caráter subordinado e de respectiva execução da lei:

A Administração não pratica atos de governo; pratica, tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes. São os chamados atos administrativos. Comparativamente, podemos dizer que o governo é atividade política e discricionária; administração é atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica. Governo é conduta independente; administração é conduta hierarquizada. O Governo comanda com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade técnica e legal pela execução. A Administração executa sem responsabilidade constitucional ou política, mas com responsabilidade técnica e legal pela execução (SARAI, 2010, p. 3).

Lúcia Valle Figueiredo, por sua vez, também foi uma jurista no cenário nacional e complementa a conceituação apresentada por Meirelles, indicando que a função administrativa consiste no dever de o Estado dar cumprimento fiel aos comandos normativos, para a realização de fins públicos sob o regime de direito público (SARAI, 2010, p. 4).

É importante deixar claro que a Gestão Pública, nesse ensejo, enquadra-se em uma especificação da Administração Pública. Conforme apresentado, a Administração Pública compõe-se por uma estrutura refletida pelo Estado, que por ela atinge os objetivos demandados pela coletividade, através de uma série de metodologias administrativas, técnicas e políticas (RIEIRA, 2015). Esclarece-se que o instrumento legal primário de qualquer atuação administrativa é a lei, cuja definição é:

Regra geral justa e permanente, que exprime a vontade imperativa do Estado, a que todos são submetidos. Norma jurídica obrigatória, de efeito social emanada do poder público competente. Direito formal.

Diz-se dispositiva a parte da lei que contém os preceitos coercitivos, devidamente coordenados e articulados (NUNES, 1990).

Para determinada lei ser um ato normativo primário, sua fonte de validade e inspiração mais atual é a própria Constituição Federal de 1988 (BST, 2017).

Quanto aos demais instrumentos legais usados pela administração pública, interessa indicar concisas definições do glossário de legislação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2018) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Os decretos “são atos administrativos da competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expreso (...) pela legislação” (UFSC, 2018); por serem atos administrativos, não possuem natureza jurídica de lei (fato diferente dos decretos-lei, cuja natureza tinha eficácia legal).

Uma lei ordinária (UFSC, 2018) aborda qualquer matéria que não seja regulamentada por lei complementar, enquanto esta regulamentaria matérias já reservadas ou pré-existentes. Uma lei orgânica se refere a normas que regulam a vida política na cidade, respeitando as Constituições Federal e Estadual.

A instrução normativa (UFSC, 2018), ainda, é um ordenamento administrativo interno destinado a estabelecer diretrizes, a fim de orientar dirigentes e servidores no desempenho de suas atribuições. A portaria, por fim, é o ato emanado pelo chefe dos órgãos públicos ou por outras autoridades acima dessa hierarquia com o objetivo de instruir sobre assuntos de natureza predominantemente administrativa.

Nesse contexto, o sentido da Gestão Pública denota estratégia de ação, realizando-se através do entendimento das articulações necessárias para se alocar recursos e usar técnicas de previsão de ações úteis para determinado gerenciamento:

A Gestão Pública deve guardar consigo a importância do planejamento, aquele inerente à originária Administração, mas considerando que, nos âmbitos governamentais, o conhecimento daquele conceito de política – despido, e não deteriorado como o temos hoje – e o entendimento das articulações, dos jogos de pressão e influência, dos poderes que possuem os detentores dos mais diversos recursos (financeiros, psicológicos e outros tantos consideráveis), é mais que essencial, é questão de sobrevivência. Assim como prever alterações de contexto (em qualquer dos elementos que fazem parte dele), mudanças de rotas e de objetivos, alterações nas redes de interferência, é mais do que simples planejamento, é o

necessário e sonhado planejamento estratégico governamental (...) (RIEIRA, 2015).

À Administração Pública competiria, portanto, a macro-organização operacional de um planejamento de ação vinculado à estrutura estatal, validado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) – organização que pode ser refletida nos três entes federativos. À Gestão, por sua vez, caberia o desenvolvimento de estratégias por parte do gerenciador ou ator que coordena as ações de gestão, para implementar e fazer valer o planejamento previsto ainda na esfera administrativa, refletidos em portarias ou instruções normativas.

À vista disso, o recorte temporal da gestão pública do território urbano de Diamantina se iniciaria do período de surgimento do Sphan, na década de 1930, até o início da década de 2020, com a coleta dos principais despachos legais, nas três instâncias políticas, relacionadas à sua gestão urbana. A discussão das políticas de preservação do patrimônio urbano, no Brasil, desenvolveu-se nesse recorte, o que justifica adotá-lo como baliza para o estudo dessa administração do território diamantinense.

3.2. Primeiras iniciativas preservacionistas no Brasil até 1936

Ao se contemplar o retrospecto político da cidade, inclusive pelos períodos morfológicos vistos no capítulo anterior, verifica-se que os códigos e normas urbanas não estavam imbuídos da atribuição de valor em relação ao patrimônio cultural, até o início do século XX – vide contextualização sobre as políticas patrimoniais no primeiro capítulo.

No período colonial, momento de formação do antigo arraial do Tijuco (1º período morfológico: 1713 a 1730) até sua consolidação como sede da Intendência dos Diamantes (2º período morfológico), os documentos régios (AHU; SANTOS, 1868; MACHADO FILHO, 1944) demonstravam notadamente preocupação com a regulação das lavras, das respectivas populações nas áreas de exploração e dos tributos e capitações estabelecidas para se controlar a arrecadação dos minerais.

As duas cartografias, no final do século XVIII, endossam isso, ao detalhar a massa construída do antigo arraial do Tijuco, relacionando-a aos proprietários e templos existentes, como forma de manter a vigilância da Coroa sobre seu sítio colonial de mineração. Entretanto, apesar de inexistente nas fontes disponíveis de pesquisa

(Vasconcellos, 1959), as regras de ordenamento urbano podem ter surgido a partir da intendência de Rafael Pires Pardinho. Elas estariam mais focadas em garantir o controle do crescimento do arraial, com a regulação das construções de ruas e casarios.

Por meio do esgotamento das lavras e do surgimento de novas alternativas econômicas, no início do século XIX (3º período morfológico), o arcabouço normativo desenvolvido pela Câmara Municipal - na recém instituída cidade de Diamantina (1838) - ganha outro viés. Essa dedução é possível ao se consultar as leis acondicionadas nos arquivos da Câmara Municipal, da Prefeitura Municipal e da Biblioteca Antônio Torres. Ou seja, ao alcançar maior autonomia política, em um país independente da Coroa portuguesa desde 1822, o aparato legal desenvolvera-se em prol dos beneficiamentos da cidade, tais como: contratações e despachos sobre a abertura de bairros e ruas; acompanhamento de infraestruturas urbanas (rede hidráulica, pavimentações e iluminação pública); autorizações para abertura ou fechamento de estabelecimentos comerciais e institucionais.

Nas três primeiras décadas do século XX, Diamantina começava a demonstrar um tímido acirramento de sua expansão urbana (4º período morfológico), resultante dos retornos econômicos vindos da atividade ferroviária e da instalação de fábricas têxteis. Eis o período em que se instaura na cidade a primeira política de preservação do seu patrimônio urbano.

A trajetória das ideias preservacionistas no Brasil remonta às décadas de 1920 e 1930, segundo Pinheiro (2017). A transição entre os séculos XIX e XX no país foi marcada pela valoração de atributos originados de países europeus, enaltecidos como modelos de estilos em vestimentas, modos sociais e até mesmo na arquitetura e urbanismo do período. Os estilos românticos de revivalismo estilístico atingem seu ápice nesse momento, cujos efeitos nas áreas urbanas significaram remodelações e embelezamentos, como os vistos no Rio de Janeiro no início daquele século.

Em um movimento refratário e nacionalista do período, começam a surgir personalidades preocupadas em resgatar a história e os elementos arquitetônicos que se fizeram no Brasil, ao longo dos séculos anteriores. Ricardo Severo é um dos primeiros expoentes dessa ação, ainda na década de 1910. O engenheiro português

radicado no Brasil desperta o interesse pela arquitetura brasileira dos primeiros séculos, consubstanciando-o no movimento neocolonial. Doravante realiza conferências sobre a arte tradicional do Brasil (entre 1914 e 1917), demonstrando a qualidade e adequação da arquitetura brasileira ao seu meio físico do período colonial, ao qual denominava arte tradicional, sendo um dos primeiros a destacar a originalidade da arquitetura barroca mineira (PINHEIRO, 2017).

Segundo a autora, Mário de Andrade, em 1920, escreveu uma série de artigos influenciados por essas palestras de Severo, enaltecendo a arte religiosa no Brasil, confluindo em esforços de divulgação do neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922.

O ambiente era de exaltação nacionalista, contexto de criação do projeto de Lei em 1923, por Luiz Cedro, para a Inspetoria dos Monumentos Históricos do Brasil. Tratava-se da primeira iniciativa voltada para a preservação do patrimônio cultural brasileiro (PINHEIRO, 2017), contemplando edifícios públicos e particulares. Nesse momento, a Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA) começa a conceder bolsas de viagens para estudos sobre o repertório da arquitetura brasileira, ensejo pelo qual Lúcio Costa realiza viagem a Diamantina em 1924, como demonstrado no 4º período morfológico. José Wash Rodrigues, pintor e autor do projeto da Catedral de Santo Antônio (1932), também foi um dos agraciados por essas concessões.

Inclusive, a demolição da antiga matriz nesse período se amalgama às ideias em voga nesse momento. O traço neobarroco da nova catedral se coaduna com o estilo neocolonial, defendido por Soeiro e Mário de Andrade como a mais adequada fonte de inspiração de estilo arquitetônico do período, o que justificaria inclusive demolições de construções coloniais que não possuísem apuro artístico. Consoante Pinheiro (2017), Mário de Andrade não criticava demolições de templos coloniais, mas a escolha errônea de estilo a ser empregado nas novas igrejas. Rodrigues, portanto, incorporaria em Diamantina esse ideário do estilo adequado por meio de seu projeto.

No cenário mineiro, em 1924 o governador do estado de Minas Gerais, Augusto de Lima, apresentara um projeto de lei para impedir a saída de obras de arte tradicional brasileira e, em 1925, o jurista Jair Lins encabeça uma Comissão (criada pelo governador do estado, Fernando de Melo Vianna) voltada à preservação do

patrimônio mineiro. É justamente a comissão conduzida pelo arcebispo de Diamantina naquele ano, cuja correspondência enviada ao governador também foi apresentada na contextualização do 4º período morfológico. Essa comissão, segundo Pinheiro (2017), não obteve êxito, mas influenciou o projeto de lei que, uma década mais tarde, instauraria o Sphan.

Entre 1927 e 1928, são criadas as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos da Bahia e de Pernambuco e, em 1933, Ouro Preto é elevada à condição de Monumento Nacional. A década de 1930 inaugurava o Estado Novo getulista, com grande interesse em valorizar símbolos de abrangência nacional.

Em 1931, no contexto mundial, a Carta de Atenas (CIAM, 1931) se resultava da Conferência realizada pelo Escritório Internacional dos Museus Sociedades das Nações (CIAM), responsável por reunir os principais intelectuais europeus envolvidos com a discussão das causas patrimoniais. Ela deliberou sobre a valoração, preservação, conservação e restauração dos monumentos culturais em âmbito internacional, inclusive com sugestões de aparato legal para esses bens. Evidencia-se pela redação da carta o enfoque aos bens dotados de excepcional valor ou monumentais, como aqueles que mereceriam ser preservados – o que estava em conformidade com as discussões nacionalistas do Estado Novo.

Em 1934 é criado o Serviço de Inspeção dos Monumentos Nacionais, com a aprovação da Constituição de 1934 (CHUVA, 1998), cuja inclusão do artigo 148 dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, primeiro a aparecer em uma constituição federativa do Brasil.

No final de 1934, Mário de Andrade estabelece um anteprojeto de lei de proteção à arte no Brasil (CHUVA, 1998), não efetivada. Dois anos depois, Lúcio Costa, já abraçado pela causa modernista (o arquiteto era adepto do estilo neocolonial), surge no contexto do projeto para a sede do Ministério da Educação, dirigida pelo ministro Gustavo Capanema, tendo sido auxiliado por Oscar Niemeyer – primeiro projeto de destaque no contexto do modernismo brasileiro.

Em contrapartida, também naquele ano, Mário de Andrade foi convidado por Gustavo Capanema para desenvolver um projeto para o Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – SPHAN. Autorizado por Getúlio Vargas, em abril de 1936, começa então a funcionar o serviço de patrimônio nacional (FONSECA, 1997; CHUVA, 1998).

3.3. A criação do SPHAN e o tombamento de Diamantina

O arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade é o primeiro diretor a assumir o Sphan, responsável pela sua organização administrativa desde sua fundação (CALABRE, 2017). Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei n. 378 e por meio do Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, “foi respectivamente criado e organizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan” (CALABRE, 2017, p. 39).

A ação do Sphan é, sobretudo, validada por esse Decreto-lei. Segundo sua definição legal, o patrimônio nacional é constituído por bens existentes no país “cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, p. 1).

O Decreto-lei 25/1937 (DL-25/1937) foi estruturado em cinco capítulos e trinta artigos, distribuídos da seguinte forma:

- 1º capítulo, explicitando o que constitui patrimônio histórico e artístico nacional (três artigos);
- 2º capítulo, correspondente à explanação sobre o tombamento como instrumento jurídico de proteção (sete artigos);
- 3º capítulo, com os efeitos do tombamento (onze artigos);
- 4º capítulo, referente ao direito de preferência (um artigo) – revogado pela lei nº 13.105 de 2015;
- 5º capítulo, com disposições gerais sobre a atuação do serviço de patrimônio (oito artigos).

Foi instituído um Conselho Consultivo para avaliar a aprovação dos tombamentos, que podiam incluir bens acautelados de forma individual ou em conjunto. A inscrição desses bens se faz em quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas. Segundo Calabre (2017), até

1939 foram registrados em todo o país 261 monumentos tombados, dentre eles nove conjuntos arquitetônicos e urbanísticos (inscritos nos livros de Belas Artes, Histórico ou Paisagístico), dentre os quais se incluiria o de Diamantina (inscrito no de Belas Artes). Além disso, como informa Ribeiro (2007), no livro “paisagístico” havia a predominância (naquele momento) da inscrição de jardins ligados ao paisagismo ou aos monumentos que emolduravam áreas históricas, como visto no 1º capítulo.

Segundo Chuva (2009), os anos iniciais de consolidação do Sphan naturalizaram a ideia de que os arquitetos seriam os profissionais com maior aptidão para a seleção dos bens de tombamento, tendo o arquiteto Lúcio Costa como uma das principais referências técnicas no auxílio a essas decisões. Além disso, a rotina de práticas de proteção do patrimônio nessa agência consolidou procedimentos de um “conceito de patrimônio histórico e artístico nacional a partir da seleção de determinados objetos para tombamento” (CHUVA, 2017, p. 205-206). Esse conceito se baseava na construção de uma memória nacional (ou da produção nacional mais autêntica da nação) expressa pela coleção de bens da cultura material que a representasse, coadunado à ideia de nação defendida pelo Estado Novo.

A seleção dos bens naquele momento resgatou a produção arquitetônica do período colonial, com a identificação dos discursos sobre a história do Brasil que buscassem as raízes fundadoras da nacionalidade (CHUVA, 1998), o que inauguraria a primeira fase do Iphan conhecida como “heroica” por Fonseca (1997), datada entre os anos de 1930 e 1945. Sant’Anna (1995, p. 192) complementa isso, ao destacar que a área urbana era tratada como uma “cidade monumento”, “reliquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir”.

Por essa razão, o processo histórico decorrido em Minas Gerais, que teria dado consequência ao movimento de 1789 (resgatado como símbolo de fortalecimento nacional nos primeiros anos da república brasileira), foi considerado a expressão-síntese da origem da nacionalidade, fato concretizado pelo tombamento das cidades mineiras. No ano de 1938, foram tombadas pelo Sphan os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Tiradentes, Serro e Diamantina, para esta última sob o Processo Federal n. 64-T-38, inscrita no Livro de Belas Artes.

Fez-se importante esse preâmbulo descritivo, com dados sobre a formação do ideário preservacionista no Brasil até alcançar o tombamento de Diamantina, para assim se apresentar de forma coesa os processos de desenvolvimento do aparato legal de gestão do patrimônio urbano da cidade.

A fim de facilitar a apresentação desses dados, propôs-se a divisão dessa análise em três fases da gestão do patrimônio urbano de Diamantina, como destacadas abaixo.

Tabela 03: Períodos Morfológicos x Fases de Gestão em Diamantina/MG.

PERÍODO COLONIAL	1º Período Morfológico MORFOGÊNESE (Final do séc. XVII-1730)		
	2º Período Morfológico CONSOLIDAÇÃO URBANA (1731-1784)		
FINAL DO PERÍODO COLONIAL / PERÍODO IMPERIAL	3º Período Morfológico CIDADE DE DIAMANTINA (1785-1889)		
PERÍODO REPUBLICANO	4º Período Morfológico DIAMANTINA POLO REGIONAL (1890-1937)		
	5º Período Morfológico DIAMANTINA PATRIMÔNIO NACIONAL (1938-1998)	Fase Heroica do Iphan (1937-1964)	1ª Fase de Gestão (1938-1960)
		Fase Moderna do Iphan (1965-1985)	2ª Fase de Gestão (1961-1997)
		Fase da Redemocratização do Iphan (1986-2002)	
6º Período Morfológico DIAMANTINA PATRIMÔNIO MUNDIAL (1999-2022)	Fase contemporânea do Iphan (a partir de 2003)	3ª Fase de Gestão (1998-2023)	

Adaptação pelo autor, 2023. Fonte: PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015.

A tabela demonstra uma articulação entre os períodos morfológicos, estudados no capítulo anterior, relacionados às fases de gestão definidos para Diamantina. Como elas se iniciam com o tombamento da cidade, em 1938, as fases se associam aos dois períodos morfológicos mais recentes. Além disso, cabe ressaltar que a adoção do termo “fase” se realizou para distingui-las dos “períodos morfológicos”.

Importa esclarecer que elas foram estipuladas pelo autor, conforme o contexto político gerencial de Diamantina. Por essa razão, elas estão contextualizadas àquelas consolidadas para se compreender a trajetória do Iphan (FONSECA, 1997), correspondentes às Fases Heroica (1937 a 1964), Moderna (1964 a 1985), da Redemocratização (1985 a 2003) e a Contemporânea (a partir de 2003).

Em relação às fases gerenciais, a 1^o agregaria desde os primeiros despachos sobre o conjunto tombado até a saída de Silvio de Vasconcellos da chefia da 3^a Divisão do Sphan (1962); a 2^o desde a década de 1960 até a consolidação do escritório técnico local do Iphan, entre as décadas de 1980 e 1990; e a 3^a fase, a partir da titulação da cidade como patrimônio mundial (1998 a 2023).

Destarte, a 1^a fase de gestão se enquadra na Fase Heroica do Iphan (ênfase no caráter monumental de bens materiais), a 2^a contempla as Fases Moderna (introdução de abordagens a bens imateriais) e de Redemocratização do Iphan (instituição de novas políticas de acautelamento), enquanto a mais recente se articula principalmente à Contemporânea do instituto nacional (ensejo da chancela da paisagem cultural).

O processo de tombamento do conjunto (IPHAN, 1938) e os autores D’Assumpção (1995), Gonçalves (2010) e Barros Filho (2018) foram as referências básicas para a estruturação desse estudo, como serão tratadas a seguir.

3.4. 1^a fase da gestão urbana (1938 a 1960)

Assim que se criou o Sphan, sua sede foi instalada no Rio de Janeiro para a centralização das ações administrativas (GONÇALVES, 2010). A esta diretoria, comandada pelo arquiteto Rodrigo Melo Franco de Andrade, conectavam-se diversas regionais lideradas, em sua maioria, por arquitetos (CHUVA, 2017). Em 1939, o Serviço se dividia por oito jurisdições, sendo a oitava referente aos estados de Minas Gerais e Goiás.

O historiador Salomão de Vasconcellos foi o responsável pela representação regional dessa jurisdição (CHUVA, 2004), entre os anos de 1938 e 1945. A gestão pelo Sphan da área tombada de Diamantina era realizada remotamente, com auxílio de entrepostos locais (BARROS FILHO, 2018), no caso representado pelo advogado João Brandão Costa e auxiliado pelo fotógrafo Assis Horta, profissionais referenciados nas interlocuções disponíveis no processo de tombamento federal (BRASIL, 1938) e em documentos do Arquivo Noronha Santos (ACI, 1938).

O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina foi realizado em 17 de fevereiro de 1938. A partir de então, a prefeitura municipal começa a se organizar para desenvolver a gestão de seu território, a partir da ótica do tombamento recém-instituído. É o que comprova a correspondência de 9 de maio de 1938 (IPHAN, 1938), desenvolvida pelo prefeito da cidade, Joubert Guerra, e direcionada ao diretor do Sphan.

Agradecendo a V. Excia.(sic) a gentileza dessa comunicação, venho pedir-lhe, para meu governo e orientação, o obséquio de prestar-me esclarecimentos sobre alguns pontos em que pairam dúvidas. O conjunto arquitetônico e urbanístico desta cidade foi considerado como constituído de ‘coisas de interesse histórico, de obras de arte histórica, de coisas de arte erudita nacional ou estrangeira’. Tendo em vista o § 2º do artigo 4º e bem assim os artigos 17º e 18º do Decreto-Lei citado, desejaria que me fossem respondidas as perguntas abaixo formuladas e que submeto à consideração de V. Excia.

- a) Poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nesta cidade, ora levados a tombamento?
- b) São permitidas, nesta cidade, as construções em estilo moderno – *bungalows, chalets* e semelhantes?
- c) Qual o modelo-padrão a ser obedecido e aconselhado nas futuras construções?
- d) Toda e qualquer reconstrução depende da planta e deve ser feita sem alteração de estilo?
- e) Nas construções antigas é permitida a colocação de telhas francesas?
- f) Qual o tipo de esquadrias a ser adotado em construções ou reconstruções?
- g) Em caso de reconstruções, podem as casas comerciais colocar portas de ferro?

São todas perguntas de real interesse para a administração municipal, de cuja licença dependem, a todo instante, as construções e reconstruções, pois é Diamantina constituída, em sua quase totalidade, de prédios a reclamarem constantes reparos (Joubert Guerra, 09/05/1938, ACI/RJ, Pasta Processo 64-T-38).

Por meio da correspondência transcrita acima, o prefeito busca esclarecimentos sobre questões relacionadas ao modo de se proceder na preservação do conjunto urbano.

Há a solicitação sobre a definição dos bens levados a tombamento, quais seriam os estilos permitidos na cidade e o modelo padrão a ser aconselhado nas futuras construções, e demanda orientação sobre reconstruções e materiais a serem usados em reformas (em telhados e esquadrias). Segundo o prefeito, seriam perguntas de real interesse para a administração municipal, pelo número significativo de construções que demandavam reparos, construções e reconstruções.

Em consulta ao processo de tombamento (IPHAN, 1938), a resposta a essa carta se realizou no dia 9 de maio de 1938. A carta está na documentação acondicionada no Arquivo Central do Iphan (ACI), cuja resposta está concedida em outra correspondência do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prefeito, datada de 17 de setembro de 1941.

Senhor Prefeito:

Em resposta ao seu atencioso ofício nº 21/38 de 9 de maio corrente, tenho a honra de prestar a V. Excia. os esclarecimentos nele solicitados. De referência à consulta de V. Excia. acerca da possibilidade deste Serviço especificar e definir os bens que, nessa cidade, foram objeto de tombamento, cumpro-me levar ao seu conhecimento que é excusada tal especificação, uma vez que o tombamento recaiu sobre o 'conjunto arquitetônico e urbanístico' de Diamantina, o que vale dizer sobre toda a área urbana construída na cidade, inclusive os logradouros públicos. Entende-se daí que, tendo sido deliberada a inscrição do referido conjunto nos Livros do Tombo a que se refere o artº 4º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi julgada de interesse público não só a conservação das construções existentes na área urbana de Diamantina, mas também do aspecto geral da cidade, cujo desenvolvimento característico tem notável interesse histórico-urbanístico.

Relativamente à segunda consulta de V. Excia, que versa sobre se serão permitidas nessa cidade as construções em estilo moderno, ou sejam em particular – *Bungalows, chalets* e semelhantes -, devo ponderar que, pelas mesmas considerações feitas em respostas a antecedente consulta de V. Excia, qualquer obra nova a ser executada dentro do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, ou nas suas imediações, precisa ser detidamente examinada, pois haverá sempre o risco de, qualquer que seja a feição que lhe pretendam dar, vir a obra projetada a prejudicar e desfigurar o conjunto histórico característico cuja conservação foi julgada de interesse público nacional. Caso as construções novas que se projetassem fossem situadas em local afastado da cidade antiga, sem risco de lhe causar prejuízo ao aspecto característico, poderia haver maior liberdade em tais iniciativas, pois [formar-se-ia] assim uma parte nova da cidade, nitidamente separada e diferenciada da velha Diamantina. Mas, ainda assim haveria necessidade de um estudo atento do problema, tendo-se em vista a planta geral da cidade e outros elementos que interessavam à solução urbanística da questão.

O que parece indicado em relação às construções novas que se erigirem em Diamantina é que, uma vez satisfeita a condição das mesmas não alterarem o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, sendo deste convenientemente afastadas, elas fossem executadas com o mesmo espírito com que foram erigidas as antigas edificações que hoje aí admiramos, isto é, com a utilização dos materiais característicos da região e segundo os sistemas construtivos correntes no lugar, cuja tradição felizmente ainda se conserva bem viva em Diamantina, tal como o comprovam construções recentes sobre as quais o Serviço colheu documentação fotográfica. Cumpre, pois, aos arquitetos locais tirar o máximo partido possível desses elementos para as suas obras, sem preocupação, porém, de copiar estilo. Onde existe tão boa tradição de arquitetura, seria deplorável que principiassem a ser imitados os maus exemplos arquitetônicos, falseando-se os verdadeiros princípios da arte da construção, como sucede na maioria das casas chamadas de 'estilo moderno', - *Bungalows, chalets* etc;

No tocante ao objeto da terceira consulta de V. Excia. importa ponderar que, do contexto do que acima foi observado, não deverá haver 'modelo padrão a ser obedecido ou aconselhado nas futuras construções', mas sim apenas são princípios de boa arquitetura a serem conservados e mantidos, pois neles é que reside o interesse artístico da cidade.

Quanto à quarta consulta de V. Excia., tenho a responder afirmativamente, isto é, que toda e qualquer reconstrução a ser feita na área urbana de Diamantina deverá depender de planta, ou melhor, de projeto esse que deverá ser encaminhado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de completa especificação das obras a realizar, a fim de tudo ser sujeito à aprovação que se refere o Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, tal como sucede em todas as obras tombadas.

À quinta consulta de V. Excia. não posso senão esclarecer que nas construções antigas as telhas primitivas deverão ser substituídas por outras idênticas, convindo por todos os motivos que seja vedada a sua substituição por telhas francesas.

Em resposta à sexta consulta de V. Excia., tenho a comunicar-lhe que nas reconstruções, quando se trata de substituir esquadrias que não mais se possam conservar, deverão ser empregadas outras iguais, em cuja execução seja observada fielmente: a mesma feição da primitiva. Na hipótese de faltar esquadria a um vão, deve ser tomada por modelo alguma outra existente em construção semelhante e cujo tipo convenha ao caso. Quando se tratar de construções novas, deve-se adotar, para as esquadrias e demais pormenores, o critério indicado nas considerações gerais feitas em torno das primeiras consultas, isto é: preferir sempre a tradição construtiva local, que é boa, à cópia de sistemas ou modas de fora.

Finalmente, relativamente a última consulta formulada por V. Excia., ocorre-me ponderar que, de um modo geral, não é conveniente a adaptação de portas de ferro às construções antigas, pois tal adaptação não poderá deixar de desfigurá-las.

Antes de terminar, tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia. que estarei à sua disposição para fornecer a essa Prefeitura quaisquer novos esclarecimentos gerais ou pormenorizados de que necessitar, cumprindo-me acrescentar que diligenciarei no sentido de responder a qualquer consulta de V. Excia. dentro do menor prazo

possível, a fim de não lhe retardar a solução de casos que dependerem de sua decisão.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos de minha alta estima e consideração (Rodrigo Melo Franco de Andrade, 30/05/1938, ACI/RJ-SO, N. 478, Cx. 105; IPHAN, 1938).

Nessa resposta, Andrade (1938) esclarece as questões supraditas. Em relação à definição dos bens contidos no tombamento, diz que a proteção recaiu sobre o conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina. Portanto, toda a área urbana, inclusive os logradouros públicos, estariam por ele contemplados. Interessava proteger tanto as construções quanto o aspecto geral da cidade, dotados de notável interesse histórico e urbanístico.

Quanto aos estilos, faz uma ponderação. Indica que qualquer nova obra dentro do conjunto, ou nas imediações, precisariam ser examinadas pelo Sphan, em decorrência do risco de prejudicarem a conservação do conjunto histórico. Maior liberdade construtiva seria dada aos edifícios afastados e diferenciados da centralidade mais antiga de Diamantina – que, de toda forma, passariam pelo estudo do serviço federal. Não obstante, indica que as novas construções, uma vez satisfeita a condição de não alterarem o conjunto tombado, sendo deste convenientemente afastadas, deveriam ser executadas com a manutenção das técnicas construtivas tradicionais do local. Tomando-se o cuidado para que não se copiassem o estilo. Quanto ao “tipo padrão”, esclarece que ele não deveria existir, mas sim obras com os princípios de boa arquitetura a serem conservados e mantidos.

Qualquer reconstrução a ser feita na cidade deveria depender de projeto a ser avaliado pelo Sphan, acompanhado de completa especificação das obras. Por fim, as substituições de materiais antigos deveriam respeitar aqueles originalmente empregados.

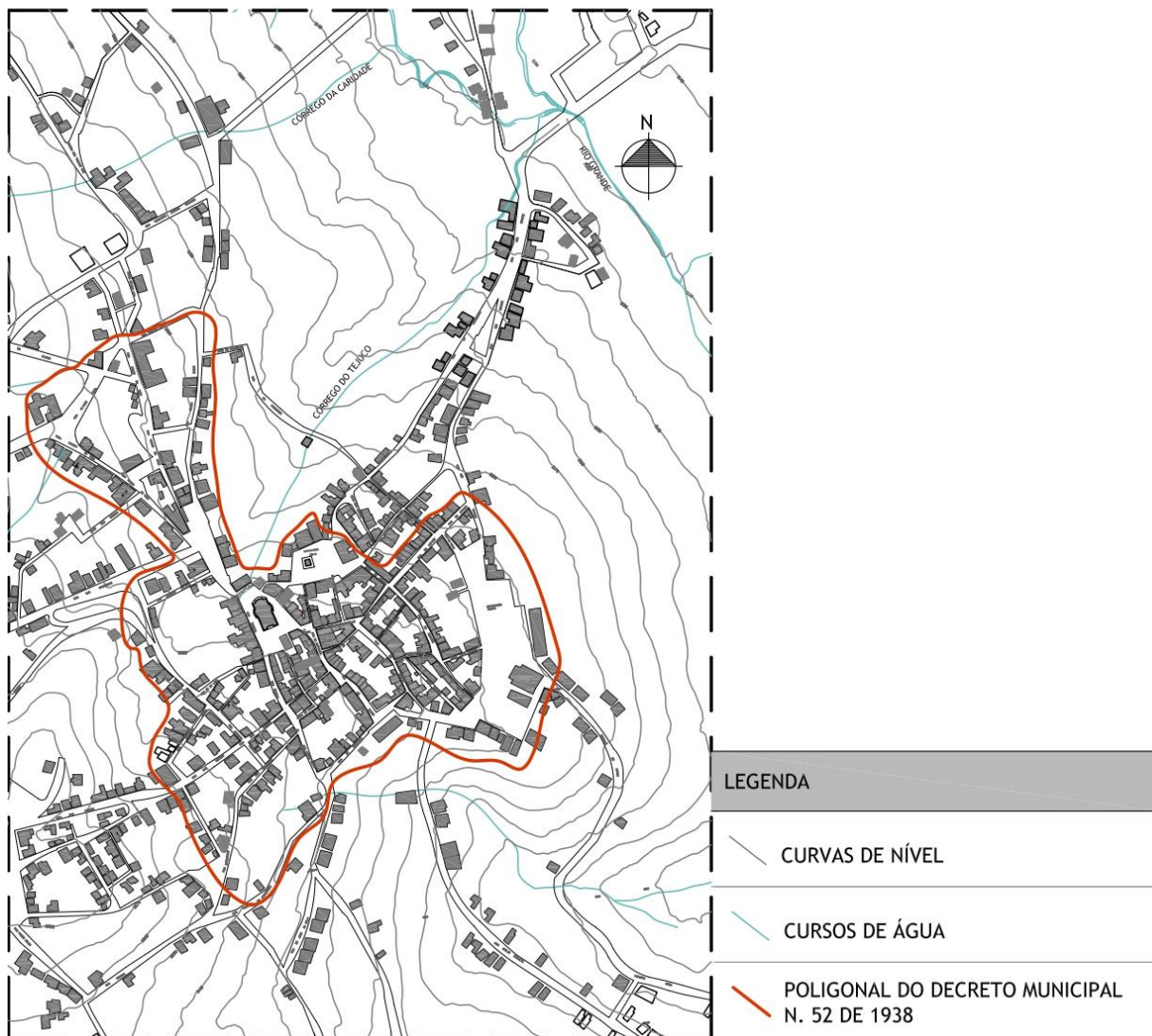
O diretor do Sphan pontua a finalidade de gestão do órgão na cidade, cujas diretrizes são resumidas a seguir. O tombamento do conjunto trazia a importância da conservação do todo em detrimento das partes, sendo fundamental a preservação dos logradouros e casarios. As novas construções deveriam possuir proposta arquitetônica que se harmonizasse com as existentes, utilizando-se de técnicas tradicionais, inclusive nos locais externos à “centralidade histórica”. Porém, era atribuída maior liberdade estilística aos edifícios que não se articulavam diretamente

com aquela área. As reconstruções e restaurações deveriam se realizar em respeito às características originais da edificação.

A partir dessa resposta, é possível supor que o Decreto n. 52, elaborado por Joubert Guerra em 21 de outubro de 1938 (PMD, 1938), pode ter se baseado por aquela orientação do Sphan. Esse Decreto é o primeiro a estabelecer uma delimitação da zona histórica da sede de Diamantina, motivada pelas considerações de haver uma grande parte do perímetro urbano da cidade com construções recentes (ditas como “estilo moderno”), pela impraticável exigência de construções em estilo “colonial” – mormente na zona suburbana – e pela existência de grandes áreas ainda não edificadas.

Abaixo está a reprodução da poligonal proposta pela prefeitura, contraposta à malha urbana consolidada em Diamantina no ano de 1938.

Figura 100: Delimitação da zona histórica de Diamantina, em 1938.



Adaptação pelo autor, 2023.

A adaptação da delimitação acima foi realizada sobre a cartografia confeccionada para o 3º período morfológico, visto que o mapa se baseou na base cartográfica da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, confeccionado em 1938. O perímetro dessa zona histórica engloba uma massa edificada similar à área de maior concentração de edifícios, nas cartografias do século XVIII, apesar de não ter sido possível obter qualquer dado que comprovasse quais foram os estudos que permitiram chegar a essa delimitação. Pela sua forma, nota-se que contempla todos os edifícios religiosos executados até 1772 (vide 2º período morfológico). Além disso, aparenta ter avaliado as rotas em “Y” na formação do arraial, a configuração das vias, os afastamentos e os padrões semelhantes de tecidos.

Vale ponderar, entretanto, que essa delimitação, inexistente no processo de tombamento de 1938, não foi endossada pelo Sphan. Além disso, o decreto não se estabeleceu acompanhado de diretrizes federais para se gerenciar o solo urbano protegido, e muito menos com a delimitação de zona sobre a qual recairia a proteção da cidade. O entendimento à época era de preservá-la como um todo, situação difícil de se efetivar na prática gerencial, desprovida de regras específicas que a direcionassem.

No esclarecimento à carta impetrada pelo prefeito municipal Joubert Guerra, em 13 de setembro de 1941, Andrade reforça o entendimento de se preservar a cidade como um “todo”:

1º) O que constitui monumento, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos (conjuntos arquitetônicos e urbanísticos – grifo do autor), não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo, isoladamente, a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico artístico. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentem essa documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia peculiar. É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional. Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais, de bens individualizados, cada um isoladamente considerados (SPHAN, 1941, p. 6; IPHAN, 1938, p. 6).

Esse trecho evidencia a identificação da área tombada como um conjunto de edificações, cujo valor “histórico-artístico” é definido a partir do resultado da

superposição de edifícios que conferem aspecto peculiar à urbanidade de Diamantina. O presente autor (BARROS FILHO, 2018) informa que esse entendimento já estava em discussão por teóricos no Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, como apresentado por Ricardo Severo em conferência de 1914, na qual defendeu que “(..) o caráter de uma cidade não lhe é dado por seus monumentos colocados em pontos dominantes, grandes praças ou lugares históricos. Ligam esses locais as ruas e avenidas (...) e são estas que dão a característica arquitetônica da cidade (...)” (PINHEIRO, 2017, p. 15).

Gonçalves (2010) relaciona essa postura com os preceitos da Carta de Atenas (CIAM, 1931). Segundo a autora, Gustavo Giovannoni influenciou a carta, ao defender uma doutrina residida na forma de organização dual dos organismos urbanos, divididos em cidade antiga e planejada.

Tendo como matriz a teoria de Camilo Boito, Giovannoni indicaria o respeito a todas as fases do monumento (aqui estudadas pelos períodos morfológicos), a máxima conservação e as restaurações necessárias para a adotar o critério de distinção dos novos elementos. No plano urbano, alertava para a necessidade de se realizarem planos diretores para a integração dos fragmentos antigos, bem como para contextos dos monumentos. Essa informação demonstra como o pensamento de Giovannoni se alinhava às discussões sobre os períodos morfológicos por Conzen, apresentadas no 1º capítulo.

Retomando a correspondência de 1941, Andrade indica que caberia à prefeitura o direito de ditar normas e execução das obras de construção, reconstrução e reparação, alinhadas com o intuito do Sphan de conservação do aspecto “tradicional” de cada uma das partes. Por isso, a prefeitura não poderia, de modo algum, conceder licença para a execução de obras em desacordo com a lei, devendo ser realizada mediante autorização prévia do Serviço (IPHAN, 1938). Ademais, admoesta a prefeitura a notificar proprietários recalcitrantes em relação ao tombamento e diz que examinaria a solicitação do prefeito em publicar um edital, dando ciência aos moradores sobre o tombamento.

O diretor do Sphan deixava claro como se organizava a proteção patrimonial do conjunto de Diamantina naquele momento. Mesmo que competisse à prefeitura a

gestão do solo urbano, ela não poderia se realizar sem anuência da agência de patrimônio. Além disso, reconhecia a necessidade de se publicizar a instauração da lei, visto que acabavam surgindo tentativas de demolições à revelia do tombamento.

Desde 1945, o Decreto n. 8.534 convertia o serviço do patrimônio em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), segundo Gonçalves (2010). Fonseca (1997) informa que, nesse período, o órgão federal adentrava a “fase moderna”, que se imperou após o Estado Novo até o ano de 1967, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposenta. A autora explica que o Brasil enfrentava mudanças em sua estrutura política e econômica, refletida nos processos industriais e de crescimento urbano. Esses processos diretamente se vincularam às crescentes pressões em áreas de caráter histórico, fato que levou o órgão a compatibilizar os interesses de preservação ao modelo de desenvolvimento vigente no país.

Para isso, a relação entre valor cultural e valor econômico começava a ser empregado para convencer autoridades e sociedade civil a preservar valores culturais. Fonseca (1997) informa que essa articulação se fazia encontrando nos bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado.

Ainda em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o intuito de estabelecer a solidariedade moral e cultural da sociedade, em um contexto após a Segunda Guerra Mundial (UNESCO, 1946).

Esse ensejo se relacionaria ao início de significativa expansão de Diamantina, após a década de 1930, recebendo novas obras rodoviárias que facilitavam sua comunicação aos grandes centros. Juscelino Kubitschek, nativo da cidade, assumiu (entre as décadas de 1940 e 1950) o governo de Minas Gerais e a presidência, situação que se correlacionou a esses novos investimentos de infraestrutura e às inserções de edifícios modernistas no contexto urbano colonial preservado (como visto no 5º período morfológico).

No âmbito da gestão urbana, em nível federal, a Dphan se estruturava por quatro distritos administrativos, sendo o 3º associado ao de Minas Gerais, dirigido por Sylvio de Vasconcellos, a partir de 1945 (CHUVA, 2017). João Costa Brandão ainda se manteve como entreposto administrativo da diretoria federal em Diamantina, conforme

dados do processo federal de 1938. Brandão era responsável por fiscalizar as obras locais (só sairia desse posto em 1977 – BARROS FILHO, 2018) e posteriormente esteve vinculado ao Museu do Diamante, criado por decreto federal em 1954.

Esse retrospecto se fez necessário para enquadrar o cenário de elaboração da primeira poligonal federal da cidade, na década de 1940. Outrossim, a posição de Sylvio de Vasconcellos como novo diretor da regional mineira (seu pai fora o anterior, Salomão Vasconcellos) pode explicar a razão pelos seus estudos envolvendo Diamantina (1959), visto que a delimitação federal se deu durante a sua chefia.

A delimitação se depreendeu de pressão exercida pela prefeitura, como foi constatado por Gonçalves (2010), em correspondência acondicionada no ACI. O prefeito Edison Lago Pinheiro, em 1945, enviaria carta ao órgão federal informando que havia uma crise de habitações, com escassez de serviços e falta de construções em decorrência das exigências do Sphan (mesmo com a mudança de nomenclatura para Dphan, a sigla anterior se mantivera na comunicação da prefeitura). Para atenuar a situação, solicitava a possibilidade de um novo tombamento da zona urbana, a partir de estudos de um urbanista junto à municipalidade. Pinheiro justifica que a delimitação deixaria livre a parte alta da cidade (região da cumeada da serra de Santo Antônio), para onde a prefeitura previa a sua expansão. A análise do 3º período morfológico (1889 a 1938) demonstrou que a ocupação do largo Dom João foi realmente significativa naquele momento.

Andrade respondeu por correspondência, no dia 7 de maio de 1945 (GONÇALVES, 2010), informando que a repartição se esforçava em conciliar as determinações da legislação em vigor, com os reclamos de progresso e conforto dos habitantes. A Dphan, segundo ele, teria aprovado a maior parte das solicitações, conciliando os objetivos dos interessados com as necessidades de proteção do patrimônio histórico. Inclusive ao representante local (João Brandão Costa) estava atribuída a possibilidade de conceder imediata aprovação, independente de consulta à Seção Técnica. Ressalva, todavia, que obras não autorizadas se referiam àquelas que prejudicavam a preservação da fisionomia tradicional da cidade. Esclarece que não seria equitativo responsabilizar a repartição pela crise de habitações em Diamantina, mesmo diante da deficiência de recursos e da capacidade técnica dela. Por fim, indicara que havia

providenciado a visita do arquiteto Lucas Mayerhofer, professor da Escola Nacional de Belas Artes, a Diamantina (em junho daquele ano), a fim de proceder estudos que habilitassem a área alcançada pelo tombamento.

A informação acima demonstra como a proposta de delimitação oficializada pelo órgão federal se realizou por meio da sua articulação com a prefeitura local. Enuncia ainda a precariedade da atuação do órgão na cidade, em função da escassez de recursos e equipes técnicas, mesmo viabilizando – contudo – sua gestão. A formalização dessa delimitação aparece, pela primeira vez, contida na Lei municipal n. 69, de 31 de outubro de 1949, como pôde ser observado na documentação apensa ao processo de tombamento federal (IPHAN, 1938).

A correspondência de 10 de dezembro de 1949, encaminhada pelo prefeito J. Machado Freire, esclarece que a delimitação daquele ano respeitou o resultado do estudo de Lucas Mayerhofer, com a inserção de “todos os nossos templos religiosos, consoante a tradição seguida pelo Sphan” (IPHAN, 1938/1949, p. 10). Os templos religiosos foram, então, uma estratégia adotada para a delimitação da poligonal, estendida para agregar a Igreja da Luz (ruas do Fogo e da Luz) e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus (ao Largo Dom João), na porção ocidental e para além do trecho central proposto em 1938. A área dita como de “expansão”, ao largo Dom João, foi mantida fora da delimitação, assim como o prolongamento de ruas a sudeste, sentido Extração, e a incipiente urbanização que se formava no sopé da serra de Santo Antônio.

O arquiteto Lucas Mayerhofer havia sido o representante regional do SPHAN no Rio Grande do Sul, entre 1939 e 1940 (CHUVA, 2004). Segundo dados sobre sócios falecidos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 2022), o arquiteto e urbanista viveu entre os anos de 1902 e 1973, com larga experiência em projetos de restauração e conservação de monumentos pela agência federal de patrimônio, além de ter lecionado na Escola Nacional de Belas Artes. À época da consultoria, Mayerhofer já tinha se envolvido com trabalhos de restauro na Zona dos Sete Povos das Missões pelo Sphan e estava em vias de obter o título de doutor em arquitetura.

A partir da informação mencionada anteriormente, sobre a inclusão dos templos religiosos seguindo tradição adotada pelo órgão federal, é bem provável que as

análises deliberadas por Mayerhofer possam ter se baseado no estudo da formação histórica da cidade, desde o arraial do Tijuco. Visto que a listagem das ruas, contempladas pela poligonal, seguiu criteriosamente a indicação do professor, como informado na correspondência de 27 de dezembro de 1949 (IPHAN, 1938/1949). Gonçalves (2010) acentua essa observação, ao declarar que a atuação do SPHAN, naquele período, dava importância ao século de formação e consolidação da cidade. A valorização do tombamento dizia respeito à documentação “de seu período primitivo de formação e desenvolvimento” (GONÇALVES, 2010, p. 194).

O conteúdo da Lei de 1949 inicia-se pela enunciação das ruas protegidas pelo perímetro, sobre o qual recairia a proteção do Decreto-lei federal n. 25 de 1937. A redação apresentou que, fora daquele perímetro, seriam permitidas construções e reconstruções em estilo “não colonial”, devendo ser observadas as posturas municipais atinentes e recomendações do Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura (Confea).

Portanto, esclarecia que se legalizavam duas posturas de construção na cidade: a manutenção rigorosa de construções em estilo colonial nas edificações dentro da poligonal (inclusive em relação a novas obras), enquanto fora dela se permitiriam quaisquer estilos construtivos. Foi justamente em relação a esse rigor de preservação do estilo construtivo que se teceu a correspondência de 13 de dezembro de 1949, por Alcides da Rocha Miranda (IPHAN, 1938), arquiteto da Seção Técnica da Dphan, a partir de 1940 (CHUVA, 2017). Um dia depois, Andrade (diretor da DPHAN) despacha carta de resposta ao prefeito, ratificando a observação de Miranda.

Nela, o diretor inicia a redação solicitando para que se acrescentasse, após as palavras “fica assim delimitado”, a qualificação “de acordo com a demarcação estabelecida pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Portanto, demanda feita no sentido de asseverar que a delimitação teria partido do órgão nacional e não o contrário, como havia sido a primeira tentativa de delimitação pela prefeitura em 1938.

Em um segundo momento, endossa a observação de Miranda ao comentar que a suposição dada pela “restrição de construções em estilo colonial na área tombada” não se tratava do critério adotado pela agência federal, “que sempre orientou as novas

construções em áreas tombadas, procurando harmonizá-las com as construções antigas” (IPHAN, 1938, p.12). Essa harmonização buscaria evitar as réplicas arbitrárias da chamada arquitetura colonial (pastiches estilísticos) que prejudicariam os exemplos autênticos da cidade.

Isto é, Andrade esclarecia que, à Dphan, importava que se fizesse a distinção entre os ditos exemplos autênticos daqueles novos, construções estas que poderiam ser realizadas com a adoção de uma linguagem arquitetônica em prol de coaduná-las com os conjuntos pré-existentes, e não de deturpá-los. Isso demonstra que a poligonal não havia sido aprovada sem ressalvas por parte da Diretoria Nacional.

Em 27 de dezembro de 1949, J. Machado Freire responde a essa solicitação (IPHAN, 1938, p. 14), indicando que não seria possível atender à correção da redação, por se tratar de lei promulgada que não comportaria modificações em seu texto, competência da Redação da Câmara Municipal e não do Poder Executivo. Sobre a expressão “estilo não colonial”, explica que a prefeitura não faria restrições nas formas construtivas, segundo ele, periféricas ao meio urbano. Além disso, todo o serviço estaria sujeito à prévia licença da agência federal, não havendo o receio da má indução informada por Andrade (sobre os pastiches estilísticos).

Freire não dava margem a alterações na lei municipal, pelo que se consta na correspondência. Contudo, deixa uma importante informação registrada, relacionada à condução de todos os processos de aprovação à agência de preservação. Ou seja, a Dphan estaria responsável pela gestão de toda a área urbana e não apenas pela zona histórica delimitada. Na prática, isso significaria que as imediações da zona histórica, dentro da área urbana, estariam sob a jurisdição do órgão federal, mesmo que avaliadas como territórios envoltórios.

A primeira correspondência de Vasconcellos como Chefe do 3º Distrito, datada de 6 janeiro de 1950, ainda questionava a delimitação realizada pela Lei de 1949. Indagava sobre a remoção de trecho na proposta de 1949, que contemplaria região do antigo Arraial dos Forros. Abaixo segue o croqui apenso à correspondência.

Figura 101: Croqui indicando a poligonal da DPHAN agregando o Arraial dos Forros.



Fonte: Processo de Tombamento de Diamantina, 1938, p.18.

Esse croqui se tratou de mais um indicativo sobre a realização de uma análise, no estudo de Mayerhofer, sobre a formação do arraial do Tijuco, pelo qual se atribuiu a importância de se incluir o quarto arraial primitivo na delimitação de proteção. Na foto acima, a linha vermelha com a delimitação da Dphan faz-nos supor que existia uma delimitação realizada pelo órgão federal, em paralelo à da Lei municipal, que ainda não aparecia no processo de tombamento. Isso sugere que Vasconcellos acompanhara os estudos de Mayerhofer em Diamantina, cujo resultado foi o artigo publicado em 1959 (VASCONCELLOS, 1959).

Em 12 de janeiro de 1950, o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade solicita esclarecimento sobre as “edificações de interesse do ponto de vista histórico ou artístico”, porventura contempladas nesse local (IPHAN, 1938/1950, p. 20), o que evidencia o viés de preocupação histórica, além da estética, com a delimitação da poligonal de proteção.

Em 14 de março de 1950, Andrade direciona correspondência ao prefeito municipal de Diamantina informando que o trecho excluído estava contemplado pelo estudo de Lucas Mayerhofer. Solicita, portanto, sua incorporação à delimitação expressa na lei municipal de 1949, explicitando de forma incontestável a análise da forma urbana histórica de Diamantina realizada durante tal ínterim:

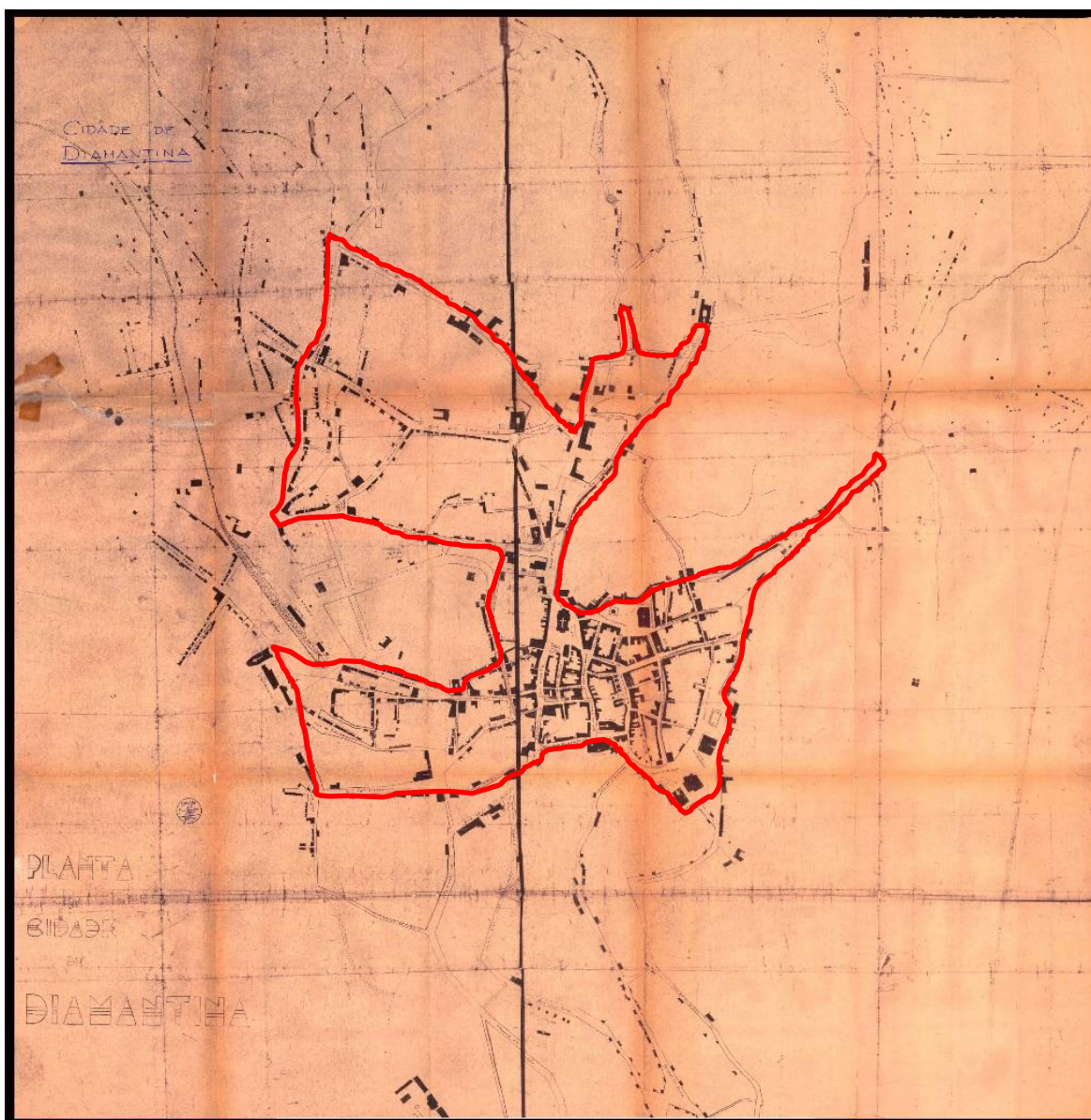
À vista do exposto, e dado o interesse em manter sob o regime de tombamento o trecho em questão, **pela sua típica fisionomia tradicional** (grifo do autor), integrante do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina que importa preservar e conservar (IPHAN, 1938; 1950, p. 23).

O prefeito J. Machado Freire, em 29 de março de 1950, atesta estar ciente da solicitação feita pela Diretoria Nacional e se prontifica a encaminhá-la à Câmara Municipal. Não há documentação comprovando a retificação da lei, porém, o primeiro mapa oficial com a delimitação apresentado no Processo de Tombamento incorpora o Arraial dos Forros, comprovando que a poligonal se concretizou como tal desde então.

Por conseguinte, importa notar que a primeira limitação ratificada pela agência federal estaria também respaldada por uma lei municipal, além de ter se depreendido de uma demanda vinda da prefeitura.

Abaixo segue a primeira planta com a delimitação da área tombada de Diamantina (IPHAN, 1938), acordada entre a Dphan e a prefeitura municipal, datada de 1966 e constante no processo de tombamento federal.

Figura 102: Primeira planta com a delimitação oficial do perímetro de tombamento, datada de outubro de 1966. Poligonal reforçada pelo autor.



Fonte: Processo de Tombamento de Diamantina, 1938/1966.

No mapa acima, apesar da data informando se tratar de documento elaborado em 1966, vale a pena observar que o traçado urbano e a ocupação edilícia assemelham-se bastante com a planta realizada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, em 1938 e, respectivamente, o que fora apresentado no 4º período morfológico. Ou seja, por mais que representada tardiamente, pode ter se realizado em base cartográfica do ano de tombamento.

No processo de tombamento de Diamantina (IPHAN, 1938), entre 1949 e 1959, as correspondências se referiram à negociação entre prefeitura municipal e Dphan para

deliberar sobre a demolição da Travessa do Carmo e construção da rodoviária da cidade, embate apresentado no 5º período morfológico e que resultou no indeferimento daquela proposta pelo órgão federal.

Em paralelo, foi no período de gestão de Sylvio de Vasconcellos que se desenvolveu uma série de tombamentos isolados, realizados em imóveis reconhecidos como “portadores de valor artístico e/ou histórico”, entre os anos de 1940 e 1959 (IPHAN, 1938; 1982, p. 88-89). Tratou-se de sete edificações religiosas (igreja do Carmo – 1940; igrejas de N. Sra. das Mercês, N. Sra. do Amparo, N. Sra. do Rosário, São Francisco de Assis e Sr. do Bonfim – 1949; e igreja de Sant’Ana no distrito de Inhaí – 1952) e de seis edifícios civis (casa da Chica da Silva, edifício do Fórum, Mercado, casa do inconfidente Padre Rolim e sede da Biblioteca Antônio Torres – 1950; Casa com forro pintado – 1959). Em 1962, Vasconcellos se desligaria da chefia da regional mineira (BARROS FILHO, 2018), sendo sucedido por Antônio Augusto Veloso.

3.5. 2ª fase da gestão urbana (1961 a 1997)

Entre 1960 e 1981, houve um hiato de documentação no processo de tombamento, contexto que se coincide com a ditadura militar brasileira. Dentre as leis de destaque no campo de patrimônio, assinala-se a n. 3.924 de 26 de julho de 1961, responsável por dispor sobre os monumentos arqueológicos e pré-arqueológicos no Brasil. Em suma, informava que os monumentos daquela natureza passariam a ficar sob guarda e proteção do Poder Público, representado pela agência de preservação do patrimônio nacional (BRASIL, 1961).

No ano de 1964, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) instituiu a Carta de Veneza, considerada como uma revisão do conceito de patrimônio, que deixava de ser a expressão da identidade nacional para se converter em herança comum de todos os povos. Dessa forma, o monumento isolado perdia importância para os sítios urbanos e naturais (AZEVEDO, 2017). Um ano depois, como resultado dessa carta, é criado o Icomos, cuja missão é promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios (ICOMOS, 2008). Seria a partir desse Conselho Internacional que se desenvolveriam as novas assembleias e conselhos, dos quais se resultariam inéditas cartas patrimoniais.

Entre 1967 e 1979, Renato de Azevedo Soeiro assume a direção da DPHAN em substituição a Andrade (AZEVEDO, 2017), órgão convertido em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1970 (REZENDE et al, 2015). Nesse momento, o Brasil já enfrentava um período de urbanização intensificada e o desafio do patrimônio não era mais a sua afirmação, senão sua gestão “frente às pressões econômicas e urbanas” (AZEVEDO, 2017, p. 46). A estratégia de Soeiro seria, portanto, a integração do patrimônio ao processo de desenvolvimento, cooptando para isso outras esferas de poder – federal, estadual e municipal, resultando em um Plano Estratégico de Ação.

Nesse momento, quando o Iphan esteve sob as administrações de Renato Soeiro (1967 a 1979) e Aloísio Magalhães (1979 e 1982), período áureo da “fase moderna” do instituto nacional (FONSECA, 1997, p. 147), a diretoria de Minas Gerais passou por intensas mudanças, dentre as quais se destaca a contratação de mais técnicos para as funções de fiscalização e aprovação de projetos nas áreas protegidas (BARROS FILHO, 2018). Lívia Romanelli D’Assumpção, arquiteta contratada em 1974, passou a fiscalizar na cidade de Diamantina, estando a regional mineira do Iphan sob a direção de Roberto Lacerda.

Em 1972, a Unesco estabelecia a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. Nela foram estabelecidas as bases para o incentivo à preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade (IPHAN, 2008, p.4), no âmbito da cooperação internacional entre os países signatários:

Cada estado-parte da presente Convenção reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. O Estado-parte envidará esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperações internacionais às quais poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico (UNESCO, 1972, p. 3-4).

A incorporação do atributo paisagístico à convenção só irá aparecer na década de 1990 (vide primeiro capítulo), visto que o bem cultural era interpretado de modo separado do patrimônio dito “natural”. A Convenção de 1972 estabeleceu as atribuições compatíveis aos Estados-partes e à própria agência internacional, no âmbito da proteção dos bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial. O artigo 5 da

Convenção informa sobre a necessidade de cada Estado-parte em se empenhar quanto:

- à adoção de uma política geral com vistas a integrar sua proteção aos programas de planejamento;- à instituição, caso não existam, de órgãos de proteção de patrimônio cultural; ao desenvolvimento de pesquisas como forma de aperfeiçoar métodos de intervenção para barrar riscos ao patrimônio; à adoção de medidas cabíveis para salvaguardá-lo; - ao fomento de centros nacionais ou regionais de ensino para estimular a pesquisa científica nesse campo (UNESCO, 1972, p. 4).

O turismo era uma das principais atividades econômicas decorrentes dessa convenção, como estratégia associada às titulações, e os sítios urbanos eram classificados segundo critérios específicos, para definir a atribuição de valor dada à titulação.

Ainda no contexto internacional, surge a Declaração de Amsterdã em 1975, pelo Conselho da Europa, responsável por defender o princípio da conservação integrada, por meio da preservação de conjuntos históricos via planificações urbanas (AZEVEDO, 2017). Isso demonstra como Soeiro se articulava ao movimento político internacional, uma vez que o Iphan passava a avaliar os acautelamentos de forma associada com o desenvolvimento econômico desses núcleos urbanos. Azevedo (2017) indica que essa atitude teria sido refletida nas ações de tombamento, quando se intensificaram os tombamentos de conjuntos paisagísticos em detrimento daqueles de conjuntos urbanísticos.

Em 1971, é criado em Minas Gerais o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha/MG), fato que refletia a estratégia de Soeiro referente à integração do patrimônio em mais uma esfera de gestão pública. O Iepha/MG foi instituído pela Lei 5.775 de 30 de setembro de 1971 e veio a somar com as disposições gerais do artigo 23 do Decreto-lei 25/1937, que prevê a complementação da legislação federal de proteção ao patrimônio histórico através da instrumentalização jurídica das administrações estaduais:

Art. 3º - O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG), entidade de colaboração com a Secretaria da Cultura (SEC), do Ministério da Cultura, tem por finalidade exercer proteção, no território do Estado de Minas Gerais, aos bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou privada, de que tratam o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (MINAS GERAIS, 1971, art. 3).

De acordo com a sua Lei de 1971, uma das primordiais demandas correspondia ao levantamento e tombamento de bens considerados de excepcional valor “histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, bibliográfico ou artístico existentes no Estado e cuja conservação seja do interesse público” (MINAS GERAIS, 1971, art. 3). Ou seja, desde a fundação do Iphan, já havia certa consideração do aspecto paisagístico do patrimônio, seguindo a interpretação dada pelo Decreto-lei de 1937.

Cabia, ainda, ao Instituto Estadual a demarcação de área de entorno ou vizinhança no caso de tombamento, com efeitos e destinações análogas às indicadas do decreto federal. A Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, por sua vez, acrescenta às responsabilidades do instituto estadual a tutela de monumentos com mais de cento e cinquenta anos no território mineiro:

Art. 3º - Independentemente de decisão do Conselho Estadual de Cultura, mas devendo constar de seu Registro Cultural, ficam considerados sob proteção especial do Estado os documentos, as obras e locais históricos e monumentos, com mais de cento e cinquenta anos, existentes em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1994, art. 3).

A maior parte dos bens com mais de 150 anos já estariam inscritos no polígono de proteção do Iphan em Diamantina, não recebendo qualquer tipo de ingerência pelo órgão estadual, naquele momento. O 15º artigo indicava ainda a celebração de um pacto entre o Iphan e o Ipeh, firmado conforme a Resolução nº 970, de 12 de maio de 1971 (contexto do PCH), destinado à preservação do patrimônio histórico e artístico do Estado, cabendo ao Instituto Nacional a expedição de diretrizes técnicas e ao Estadual a vigilância dos monumentos e contratação de equipe terceirizada para empenho dos trabalhos. Esses trabalhos foram mais frequentes na década de 1980, período em que se encontra a maior parte dos levantamentos arquitetônicos de imóveis por essa parceria (arquivo do Ipeh). As ações mais visíveis da instância estadual na cidade começariam a aparecer apenas em duas décadas mais tarde.

Vale assinalar que a criação dos institutos estaduais de patrimônio também esteve vinculada ao ensejo do Programa das Cidades Históricas (PCH), implementado em 1972 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Mipiplan), após o Encontro dos Governadores (Compromisso de Brasília, 1970). O PCH não teve apenas como objetivo a recuperação das cidades históricas da região do Nordeste,

finalidade mais conhecida do programa, mas também buscou a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área (CORRÊA, 2012).

Segundo Azevedo (2017), o PCH foi estendido para Minas Gerais em 1977 e Corrêa (2012) informa que Diamantina estaria contemplada pela terceira fase do PCH, no qual teria um plano específico compreendendo projetos de restauração de edificações e ambientes, infraestrutura urbana e equipamento social básico necessário à melhoria da qualidade de vida e sua integração nas funções desenvolvidas em cada um. Tal fase incluiria medidas legais de preservação, formas de revitalização da área estudada e orientação do fluxo turístico. A informação de se ter interesse em orientar o fluxo turístico, como indicado, pode mostrar uma inicial preocupação com essa temática na cidade mineira junto às demais consideradas “históricas” naquele momento.

Na documentação legal do processo de tombamento do Iphan, lacunar nesse período, não foi possível verificar despachos que confirmariam o alinhamento da política federal do órgão em associação aos investimentos reverberados em Diamantina (que possivelmente ocorreram, fato também indicado por Sant’Anna, 1995). Não foi encontrado sequer um plano de desenvolvimento urbano para Diamantina, mesmo em documentação da Fundação João Pinheiro (FJP), órgão que conduziu o desenvolvimento de planos urbanos para Mariana e Ouro Preto no contexto do PCH (SHIKIDA, 2022), por meio do Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU). A FJP foi criada pela Lei Estadual n. 5599 de 12 de dezembro de 1969, com o intuito de promover o desenvolvimento do Estado, à qual competia a aplicação de técnicas nos campos da economia, da administração além de apoio a órgãos e entidades que operavam nos seus campos de atuação (SHIKIDA, 2022).

Em 1979, o PCH e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) se fundem ao Iphan. Logo em seguida, o órgão é reestruturado, decompondo-se em duas entidades: Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), segundo Anastassakis (2017). Azevedo (2017) indica que essa fusão correspondeu, na prática, ao desenvolvimento de dois grupos técnicos dentro do órgão: um deles reunindo aqueles da tradicional atuação do órgão federal (mais pautados na preservação do patrimônio material, ou de “pedra e cal” como designado

por Aloisio), e o outro (mais associado a bens imateriais) composto por antropólogos e historiadores ligados ao antigo CNRC. Nesse momento, Aloisio Magalhães é nomeado presidente do organismo federal, sendo que em 1975 já havia assumido a coordenação do Centro Nacional, responsável por organizar os primeiros métodos de desenvolvimento de inventários para se registrar as referências culturais do país.

No Brasil, o cenário de enfraquecimento do poder militar ditatorial ecoava na administração do órgão federal, uma vez que Aloisio marcava um novo posicionamento das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, mais afinado a esse clima de mudança do fim do regime autoritário (ANASTASSAKIS, 2017). Magalhães tentou atuar dentro das políticas de Estado, articulando cultura e desenvolvimento.

Os órgãos do patrimônio, nesse cenário, assumiriam a responsabilidade de intermediar os diálogos entre os agentes culturais e os governos. Anastassakis (2017) também comenta que Aloisio prenunciava instrumentos que só se institucionalizariam décadas mais tarde, tais como os conceitos de patrimônio imaterial e de paisagem cultural, a partir de seus enfoques participativos implicados em considerações dos aspectos materiais e imateriais, apesar do curto período de gestão (1979 a 1982), interrompido abruptamente pela sua morte.

Quanto ao contexto gestor de Diamantina, o Escritório Técnico (ETD) seria efetivamente implantado apenas na década de 1980, ocupando a Casa do Bonfim (décadas de 1980 a 1990) e a Casa da Chica da Silva (desde 1990). Antes disso, toda a gestão da área tombada era realizada remotamente, centralizada na antiga Diretoria Regional da agência federal em Belo Horizonte, com auxílio de entrepostos locais, como foi o caso de João Brandão Costa, responsável por fiscalizar as obras na cidade até 1977 (BARROS FILHO, 2018).

A partir da década de 1980, com a instalação oficial do escritório técnico do Iphan de Diamantina, profissionais locais passaram a fornecer maior apoio aos trabalhos de gestão e acompanhamento de intervenções na área protegida de Diamantina. Esses trabalhos englobavam alterações e reparos de edificações, logradouros e praças – ou seja, aspectos arquitetônicos e urbanísticos –, apesar da ausência de arquitetos. Havia no escritório funcionários vinculados às atividades de intervenção em bens

imóveis, associados à última equipe de obras, criada em dezembro de 1983, que acompanhava as ações de restauro e reforma de edificações na área tombada.

É nesse contexto que se desenvolveram as Instruções Normativas de 1982 e 1986, responsáveis por indicar parâmetros construtivos nos novos loteamentos desmembrados de terreno da Santa Casa de Misericórdia (episódio apresentado no 5º período morfológico). Tratava-se do primeiro aparato legal explícito com regulações construtivas desenvolvido pelo ETD.

Na metade daquela década, Livia D'Assumpção foi indicada pelo então diretor do Iphan em Minas, Dimas Dário Guedes, como responsável pela avaliação de obras interventivas nas cidades de Diamantina e Serro, passando a visitá-las praticamente uma vez por mês. Paulo Elias Lopes era o chefe do escritório local na época, responsável direto pela equipe de obras e autorização de parte das intervenções construtivas nos imóveis da área tombada.

No cenário brasileiro, o regime antidemocrático se arruinaria em 1985, quando José Sarney assume a presidência e cria o Ministério da Cultura (o presidente democraticamente eleito Tancredo Neves falecera na véspera de sua posse). Após o episódio do “milagre brasileiro” da década anterior, pautada em maciços endividamentos no mercado financeiro, o país ingressava na década “perdida” de 1980 (CHUVA, 2017). Período representado pelo péssimo desempenho da economia e altos índices inflacionários, situação que marcou o desgaste da ditadura até o seu fim.

O ponto culminante da nova democracia brasileira é representado pela instituição da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo n. 216, foi atualizada a definição de patrimônio, vinculada aos bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988), para além da materialidade destacada no Decreto-lei 25 de 1937, indicando a necessidade de colaboração da comunidade nas ações de promoção e proteção ao patrimônio, compreendidas pelo Estado (CHUVA, 2017). A noção sobre o patrimônio cultural se ampliava naquele momento, tornando-se cada vez mais inclusiva e participativa.

Em relação às atribuições legais dos municípios, elas foram revalidadas pelos artigos 29, 30 e 31 do 4º capítulo da Constituição Federal de 1988. No artigo 30, as alíneas

referentes à atuação do poder municipal no território urbano e nos aspectos associados ao patrimônio cultural são os seguintes:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 1988, art. 30).

A alínea I indica a competência do poder municipal em desenvolver normas que tratam de interesses ao nível local, podendo inclusive suplementar leis federais ou estaduais quando couber. Essa alínea chama a atenção enfaticamente para a observância do arcabouço legislativo já desenvolvido nas outras duas instâncias políticas, como forma de evitar choque de informações nas posturas legais instituídas. Em Diamantina, contudo, as leis orgânicas referentes ao plano diretor e ordenamento do solo só apareceriam uma década mais tarde.

No ano de 1985, o escritório técnico local do Iphan passa a ser gerenciado pela primeira vez por uma arquiteta, Maria Cristina Rocha Simão, durante seis meses. Após esse período, a historiadora Simone Fernandes assume a direção do escritório, em parceria com Paulo Elias Lopes, até 1992. Naquele momento, Paulo Elias Lopes (assistente de preservação) e Simone Fernandes (chefe do ETD) realizavam aprovações de execução de pequenas obras, ao passo que grandes intervenções eram repassadas para aprovação na sede, em Belo Horizonte, ou pela técnica lotada no escritório do Serro, a arquiteta Maria Cristina Seabra (BARROS FILHO, 2018).

Desde o início da década de 1990, várias atividades foram desenvolvidas no ETD para coletar informações sobre os bens imóveis da área protegida. Isso evidencia uma preocupação sistemática dos técnicos do Iphan, a fim de se estudar e escrutinar as características do território urbano. Seria uma característica das operações de seleção e conservação do período, segundo Sant'Anna (1995), nas quais a área urbana-patrimônio passaria a ser uma cidade-documento, "objeto rico em informações sobre

a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história” (SANT’ANNA, 1995, p. 192).

É por esse viés que se criava, pelo órgão federal, o método do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (Inbi-Su), em 1989. Ele visou ao levantamento e à organização de informações que caracterizariam o sítio urbano (IPHAN, 2001b). O instrumento se aplicava aos conjuntos de bens imóveis pertencentes às áreas urbanas ou aos trechos de cidades, como conjuntos arquitetônicos, ruas e praças. Segundo Chuva (2017, p. 99), a preocupação dessa metodologia seria a de “subsidiar a gestão do bem tombado, cada vez mais atingido pelas pressões do crescimento urbano”, buscando dar transparência às ações institucionais e assistir às demandas da população nas áreas protegidas. O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (Inbmi) também surgiu nesse momento, com o foco voltado para o controle do tráfico ilícito de bens culturais (CHUVA, 2017). O Inbi-Su e o Inbmi só seriam aplicados em Diamantina anos mais tarde, por se tratar da consolidação de ações de inventário iniciadas pelo ETD, como se verá adiante.

No final da década de 1980 (BARROS FILHO, 2018), a historiadora Simone Fernandes (responsável pelo ETD) aliou-se à secretária Denise Alves Ferreira e ao técnico administrativo Jackson Camelo, pertencentes ao quadro do Escritório Técnico, para dar início ao tratamento dos “inventários dos mortos” do Arraial do Tijucu, pretendendo a criação de um banco de dados e o mapeamento com datação dos imóveis na área tombada – trabalho interrompido no início da década de 1990, em decorrência da conjuntura política no país (dissolução do Iphan e criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, IBPC).

Os “inventários dos mortos” corresponderiam a fichas com informações transcritas de inventários, testamentos e registros de imóveis de moradores do antigo arraial do Tejuco, datados dos séculos XVIII e XIX. Os documentos originais estão disponíveis na Biblioteca Antônio Torres e foram adquiridos através de doação feita pelo Fórum de Diamantina em 1983 (D’ASSUMPÇÃO; FERNANDES, 1991, p. 125).

Em uma outra atividade de levantamento, Livia D’Assumpção acompanhou, em parceria com Denise Alves Ferreira e Paulo Elias Lopes, o inventário de bens imóveis da área tombada, no ano de 1991, por meio do qual foram levantadas informações

referentes ao uso, às características do imóvel e ao seu estado de conservação. Esse trabalho foi realizado por empresa terceirizada e resultou em um conjunto de fichas com informações sobre cada edifício: foto do imóvel, uso, implantação, croqui da planta, gabarito (número de pavimentos), época aproximada de construção, intervenções, existência de garagem ou de muro.

No contexto brasileiro, entre os anos de 1990 e 1992, o presidente Fernando Collor de Melo presidiu o país. Seu governo foi caracterizado pelo desmonte sistemático do setor cultural brasileiro (CHUVA, 2017), decorrente da sua política neoliberal (redução da participação do Estado na economia), em um cenário de grave crise econômica e financeira, com altíssimas taxas de inflação e instabilidade cambial.

À época desse desmonte do Iphan, convertido em IBPC, no início da década de 1990, a arquiteta Regina Celi Correa Cardoso assumia a direção da regional mineira, quando parte do quadro funcional é alterado. Em 1991, a Portaria IPHAN n. 22/1991 dispusera sobre as equipes responsáveis pela análise de projetos em regiões mineiras, sendo oficializada a participação de Livia Romanelli junto a outros profissionais no Programa de Trabalho Vale do Jequitinhonha, que englobava Diamantina, Serro, Conceição do Mato Dentro, Minas Novas e Berilo (IPHAN, 1991).

Em consulta às leis desenvolvidas pela Câmara Municipal de Diamantina, disponibilizadas para consulta remota (PMD, 2023), com documentos datados a partir de 1978, foram encontradas referências legais sobre regramento de obras construtivas na cidade apenas em 1993. Trataram-se das Leis complementares n. 8 e n. 9 de 1993 (não se sabe a data da primeira lei sobre o assunto). O primeiro documento legal, apesar de considerar a importância na compatibilização de regras com outras instâncias, não cita nominalmente a influência do Iphan nessa legislação. Fato que possivelmente enunciara pouca articulação entre prefeitura e órgão federal, naquele momento.

A segunda seria o Código de Posturas que integra a Lei complementar n. 09/1993. Nele há uma seção exclusiva referente a medidas de proteção ao patrimônio cultural, que indica mecanismos de tutela para evitar o abandono e a ocorrência de danos ao acervo cultural, sem esclarecer, contudo, medidas de cooperação entre os demais entes de proteção ao patrimônio atuantes no município:

Art. 61º – A Prefeitura Municipal manterá sistema permanente de tutela do patrimônio cultural do Município, através de medidas a atos administrativos capazes de evitar o abandono e a ocorrência de danos aos acervos e locais de valor histórico, artístico, turístico, paisagístico, arqueológico, etnográfico e urbanístico.

Art. 62º – A efetivação da tutela do patrimônio cultural do Município far-se-á pelos seguintes instrumentos:

I – Meios Primários: Desapropriações, limitações administrativas (tombamento em especial) e zoneamento;

II – Meios secundários: restrições decorrentes do regime jurídico especial pelo tombamento à utilização do bem;

III – Meios cautelares: tombamento provisório, nos termos da legislação específica.

IV – Meios repressivos: de natureza administrativa e de natureza penal na forma estabelecida em legislação aplicável (PMD, 1993, p. 16).

Esses artigos não indicam os tipos de imóveis a receberem essas medidas, se são acautelados por mais de um instrumento de proteção, nem esclarecem a localização precisa dos mesmos. Outras leis referentes à gestão do solo urbano só apareceriam a partir de 1999. Ainda em 1993 (BORSAGLI, 2011), surgiu a primeira tentativa de se candidatar Diamantina ao título de patrimônio mundial, ato encabeçado pela prefeitura municipal, mas que não conseguiu se lograr.

Entre 1994 e 2002, é desenvolvido o governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (CHUVA, 2017). A sua gestão se caracterizou pelo início de um processo de flexibilização das leis trabalhistas e do aumento de encargos patronais pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Além disso, reduziria a participação do Estado na gestão administrativa pública. Em 1994 foi criado o Plano Real, como forma de restabelecer o equilíbrio econômico após anos de instabilidade da inflação.

No processo de transição entre os governos Collor e FHC, em cujo contexto o IBPC seria reconvertido a Iphan em 1994, a historiadora Til Costa Pestana torna-se encarregada direta pelo escritório técnico de Diamantina, entre os anos de 1992 e 2005. Pestana procedeu à gestão de fiscalização e aprovação dos projetos, mesmo não possuindo formação como arquiteta e urbanista.

Foi sob sua gestão que se instaurou o processo para tombamento, em nível federal, da Serra dos Cristais (a serra historicamente conhecida como São Francisco, como visto no capítulo anterior), em 1996 (processo n. 1.367-T-96). Contudo, as extensas proporções de áreas previstas sob essa proteção dificultavam a gestão da serra. Ela

incorporaria inclusive trechos de Extração, distrito a dez quilômetros da sede, o que inviabilizou o prosseguimento do processo. Em consulta aos bens tombados pelo instituto nacional (PORTAL DO IPHAN, 2023), o processo federal da Serra dos Cristais está com o “status” de anexado, o que indica que ele foi anexado a outro, no caso, ao processo do conjunto de Diamantina, n. 64-T-38. Portanto, a serra é avaliada no contexto de proteção do conjunto urbano.

Importa destacar que, mesmo não instaurado isoladamente pelo Iphan, a abertura do processo começa a indicar o deslocamento da preocupação atestada pelo órgão federal de se avaliar a preservação da paisagem, refletida no incômodo com o adensamento urbano descontrolado pela serra, cada vez mais intensificado naquele momento (5º período morfológico).

Essa observação é confirmada ao se consultar esse processo. E a demanda de preservação com atribuição de valor de paisagem à Serra dos Cristais foi proposta pelo prefeito de Diamantina, Iralva Pires. No documento datado de 5 de junho de 1996, Pires relata que a “Serra dos Cristais é a excepcional paisagem que envolve e emoldura a cidade de Diamantina, cujo valor histórico justificou o tombamento de seu centro (...) por este instituto (...)” (IPHAN, 1996, p. 1). Contudo, avalia que a “paisagem natural” não havia sido igualmente contemplada pela proteção legal, o que resultaria em intervenções indevidas e “prejudiciais à sua qualidade estética e, conseqüentemente, à integridade do conjunto da cidade - paisagem natural”.

No ano de 1997 (BORSAGLI, 2011), inicia-se uma articulação entre prefeitura municipal e Iphan para se candidatar novamente Diamantina ao título de patrimônio mundial pela Unesco, fato que irá proporcionar uma nova fase de desenvolvimento de estudos e leis para a sua gestão urbana.

Constata-se que a prefeitura municipal, mesmo ao tratar a serra como moldura (ignorando a sua função como infraestrutura ambiental) e demonstrar preocupação em preservar a qualidade estética do sítio, começa a considerá-la como “paisagem” que deveria ser protegida com a própria centralidade tombada, cuja preservação da integridade do conjunto se fazia pertinente. Essa preocupação com a serra foi levada adiante apenas em 2000, quando o Iphan/MG assume o acautelamento desse bem.

3.6. 3ª fase da gestão urbana (a partir de 1998)

A fase mais recente da gestão urbana de Diamantina, sob a ótica da preservação patrimonial, começa a se concretizar a partir de 1998. Era o ano em que se celebravam cinco décadas de tombamento da cidade e o interesse pela candidatura a patrimônio mundial da cidade viria a atender demandas daquele território por parte de vários grupos.

No dia 23 de março de 1998, é elaborada pela 13ª Coordenação Regional do Iphan (repartição de Minas Gerais), e endossada pelo Setor de Inventários da Diretoria de Informação e Identificação (DID) do Rio de Janeiro, a proposta para realização do inventário do sítio urbano de Diamantina:

A presente proposta tem como objetivo estabelecer os levantamentos a serem realizados em Diamantina, segundo o método proposto pelo Inventário Nacional de Bens Imóveis do IPHAN, visando levantar as informações necessárias ao estabelecimento de medidas de preservação, na forma de critérios e normas de intervenção, no Centro Histórico de Diamantina e seu entorno, a serem incluídos no Plano Diretor da cidade. Este Plano está sendo elaborado pela Prefeitura com a colaboração do MinC e do IPHAN, buscando atender às exigências da candidatura da cidade a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (ANS, cx. 18, 1998, p. 1).

O trecho acima deixa claro que o intuito da realização do Inbi-Su seria o de atender às demandas para a candidatura da cidade a patrimônio mundial. Seria a partir desse principal objetivo que se depreenderam o plano diretor e as normas de intervenção para o Centro Histórico da cidade. Frustradas as pretensões de 1997, caberia ser estabelecido na cidade uma frente política que garantisse a sua candidatura, ainda mais em um cenário cujos interesses favoreciam vários atores envolvidos (prefeitura, Iphan e grupos sociais). Além do Inbi-Su, pesquisas para o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (Inbmi) foram desenvolvidas em Diamantina, fazendo a varredura dos bens móveis e artísticos nas igrejas acuteladas pelo Iphan, nas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais, área de atuação do ETD. Os bens imateriais também foram listados, pelo que se confirma por dados no arquivo daquele escritório, mas não resultaram em ações de proteção por parte do instituto.

A Unesco estabelece regras para se realizar a candidatura, que têm se aperfeiçoado desde a Convenção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972:

Todo bem listado como Patrimônio Mundial necessita de arranjos de proteção e gestão para atividades realizadas fora do bem, inclusive em seu ambiente imediato. Zonas de amortecimento são uma das formas normalmente usadas para garantir essa proteção, conservação e gestão. (...). Assim, zonas de amortecimento para proteger o ambiente imediato de um bem podem contribuir para a proteção de sua autenticidade e integridade (UNESCO, 2013a, p. 84).

Ou seja, além dos arranjos de proteção e gestão, as delimitações de zonas de amortecimento e proteção também eram demandadas, situação que se refletiria nas poligonais de titulação do patrimônio mundial e do entorno de atuação do Instituto Nacional.

O plano do inventário relata que se desenvolveria em prol de preencher a lacuna de medidas para a proteção do entorno (informação que nos dá indícios sobre uma menor relevância em relação aos critérios da própria área tombada), cada vez mais adensado (como visto no 5º período). Nele, foram propostas duas etapas de levantamento, englobando hierarquicamente a área de ocupação do século XVIII sucedida pelo restante da área tombada.

Ainda no mês de outubro de 1998 (IPHAN, 1999f), iniciaram-se as atividades do Inbi-Su em Diamantina. Para a sua realização, houve a participação de historiadores na fase da pesquisa histórica (que incluiu o acesso a arquivos) e de arquitetos, com auxílio de estagiários, nas fases do levantamento de campo e de questionários. A interface com a sociedade se dava mais claramente na etapa de questionários, na qual se traçava o perfil do morador ou do segmento da população ocupante do sítio enquanto local de trabalho (IPHAN, 2001). Suas atividades foram finalizadas em 19 de dezembro de 1999 (IPHAN, 1999f).

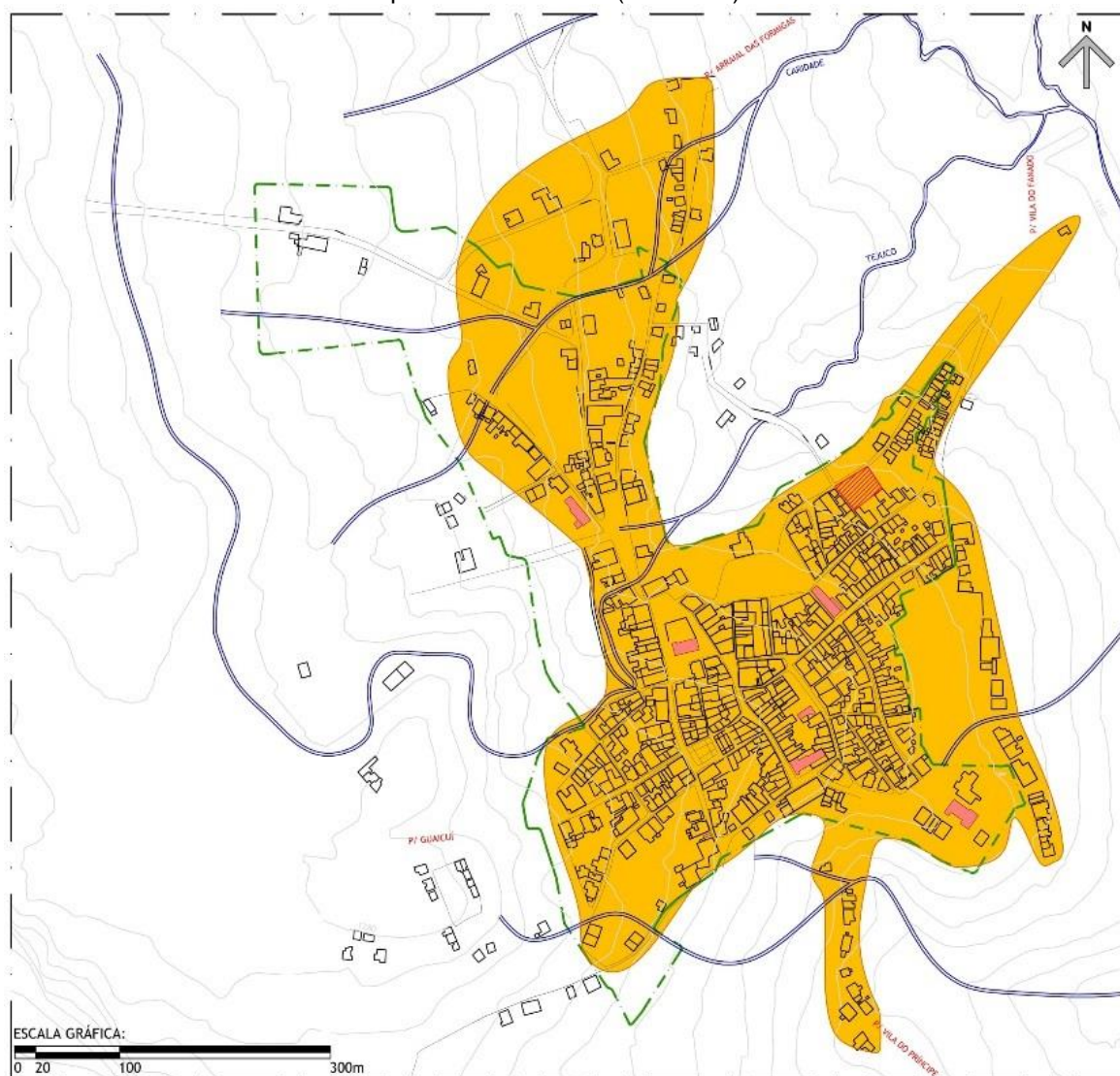
O relatório com a análise crítica dos trabalhos realizados para o INBI-SU (ANS, cx. 18, 1999) informa sobre o levantamento, na primeira etapa, de 450 imóveis na área tombada, tendo sido privilegiados os bens do século XVIII e XIX indicados em inventário prévio de 1991.

Na segunda etapa, levantaram-se 500 imóveis, com prioridade para a área pré-definida para a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Haveria uma terceira etapa para completar o levantamento planialtimétrico dos bens, que não chegou a ser de

fato finalizada. Todo o material foi apresentado à Unesco durante o processo de candidatura de Diamantina (ANS, cx. 18, 1998).

Para a dissertação de mestrado do autor (BARROS FILHO, 2018), foi desenvolvido um mapa para comprovar a relação entre a poligonal proposta pela Unesco e a mancha urbana adensada, representada em cartografias do século XVIII, como enunciado abaixo.

Figura 103: Área urbanizada em 1784, confrontada com o limite estabelecido para o título de patrimônio mundial (cor verde).



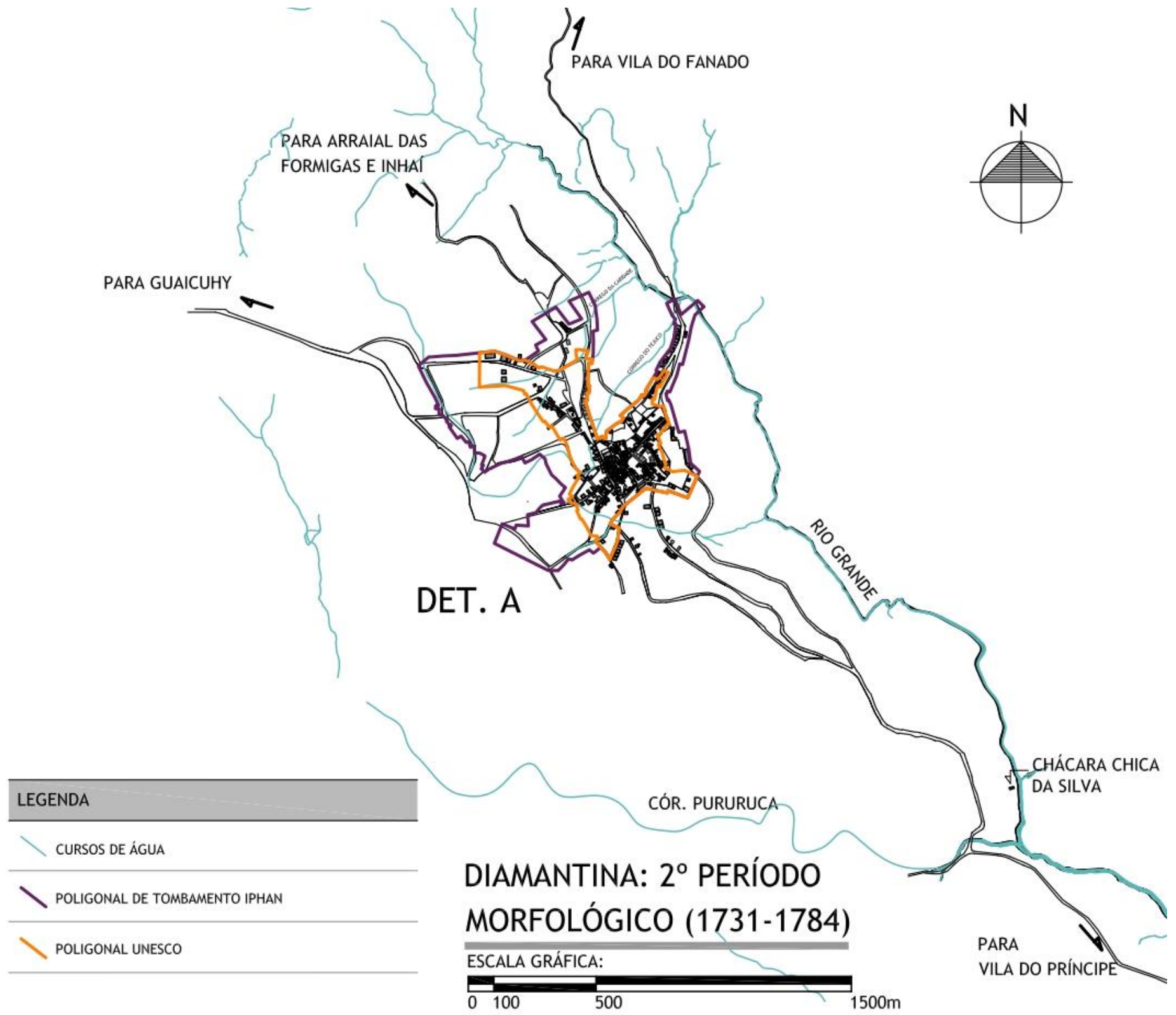
Adaptação pelo autor, 2017.

A definição do polígono de proteção da Unesco, indicada acima na cor verde, surge através desses estudos do INBI-SU, como pôde ser constatado através da extensa

documentação disposta no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro (também conhecido como Arquivo Noronha Santos).

A área referente à classificação como patrimônio mundial restringiu-se a uma mancha ao centro do primeiro perímetro de proteção, correspondendo de fato à área edificada nos mapas do século XVIII (2º período morfológico), mancha indicada na cor amarela acima. Na figura a seguir, está o mapa do 2º período morfológico (1784), com as duas poligonais de proteção em Diamantina.

Figura 104: Poligonais do IPHAN e da UNESCO comparadas ao mapa do 2º período morfológico.



Elaboração pelo autor, 2023.

No mapa comparativo acima, foram indicadas as poligonais de tombamento do Iphan e da Unesco junto à área urbanizada do antigo arraial do Tijuco. Isso comprova que a poligonal do organismo internacional englobou a área consolidada no século XVIII, como evidenciado pelo estudo do INBI-SU, enquanto a poligonal federal abrangeu ainda os caminhos vinculados às rotas territoriais, com ocupação esparsa.

Os estudos do Inbi-Su também resultaram na delimitação de entorno. Ela baseou-se em parâmetros pré-definidos desde o artigo 18 do Decreto-lei 25/1937, e surgiu por incentivo da candidatura da cidade na Lista da Unesco. No âmbito do Iphan, o “entorno” se refere à área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade (MOTTA; THOMSON, 2010, p. 12).

Um termo similar é a “zona de amortecimento”, definida a partir da legislação do SNUC (2000), estabelecida ao redor de uma Unidade de Conservação a fim de filtrar impactos negativos de atividades que ocorrem fora dela. Apesar de apresentarem conceituação análoga, para a presente pesquisa determinou-se por empregar o termo “entorno”, por se tratar de conceito incorporado nas portarias de proteção do próprio Instituto Nacional.

A definição da poligonal de entorno foi resultado de três fases de trabalho (ANS, cx. 18, 1998). A primeira previu a reelaboração do mapa cadastral da cidade, com a coleta de informações referentes à delimitação dos lotes e à marcação das edificações em seu interior. A segunda indicou a coleta das características de ocupação para viabilizar setores de uso no entorno. A última apontou para a articulação entre a leitura do tecido urbano, feita através das observações obtidas das cartografias setecentistas, e a leitura da história da ocupação do sítio urbano através de fontes bibliográficas, visando compreender o processo histórico de constituição de Diamantina e a sua forma de implantação no território (ANS, cx. 18, 1998).

Ao consultar materiais acondicionados no ETD, foram encontrados mapas de estudos sobre a delimitação do entorno, mas não há menção aos relatórios conclusivos que levaram à definição de fato do perímetro. É possível apenas depreender sobre os passos que foram tomados a partir da interpretação de parâmetros-chave das legislações que regem o perímetro de entorno.

Na figura a seguir, apresenta-se um esboço de estudo feito para a delimitação do entorno, obtido no material de pesquisa do Inbi-Su.

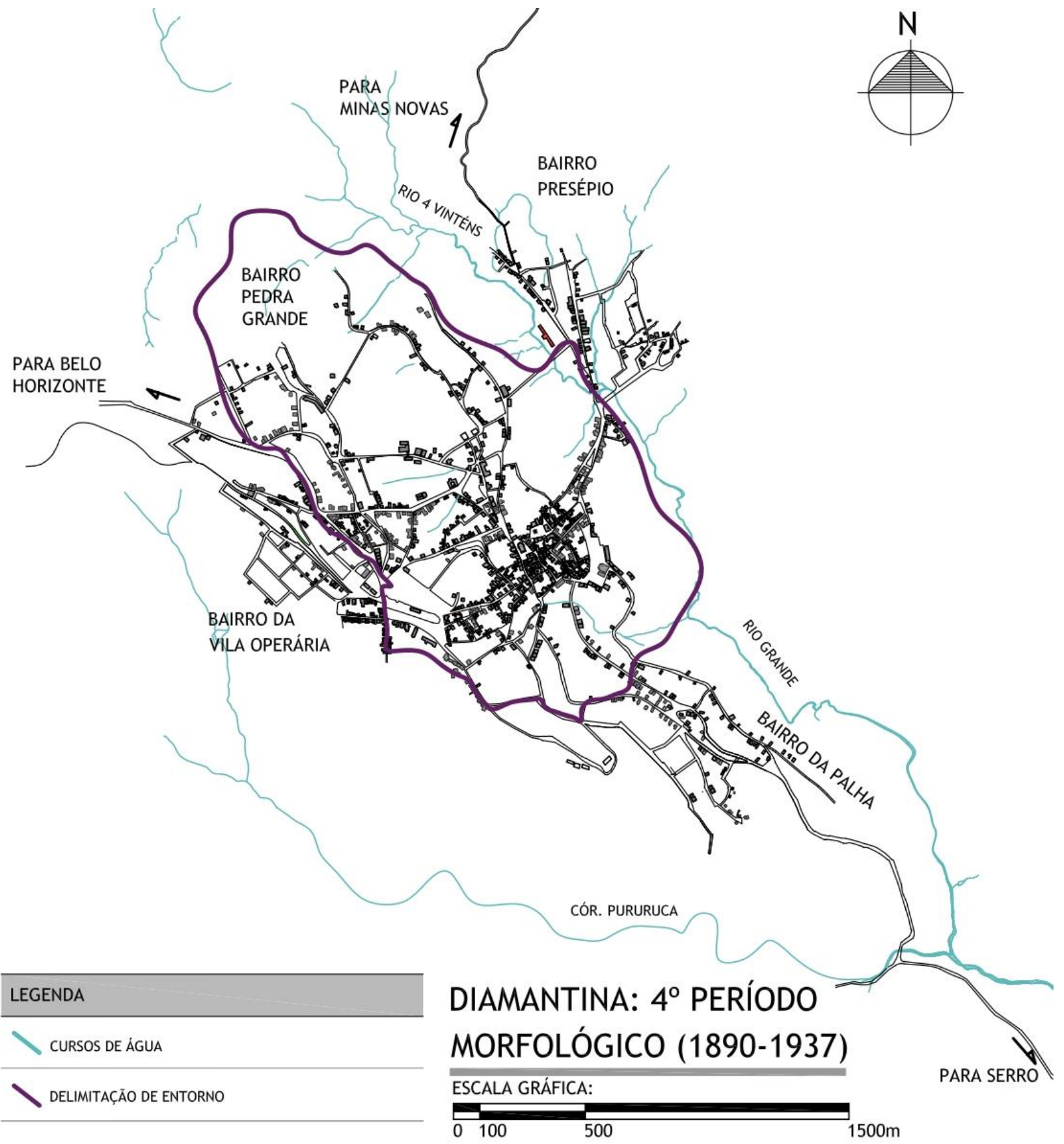
Figura 105: Estudo para a delimitação do perímetro de entorno.



Fonte: Arquivo do Escritório Técnico de Diamantina. Data provável: 1998.

Pelo mapa acima, observa-se que o entorno agrega áreas para além da centralidade tombada que não demonstravam, necessariamente, o mesmo padrão de ocupação e loteamento. Enquanto no trecho oriental, estava a maior parte de áreas com grandes parcelamentos, vicinais a córregos e ribeirões, o trecho ocidental já demonstrava relativo adensamento construtivo. Essas áreas se consolidariam a partir do 4º período morfológico, como apresentado na figura abaixo.

Figura 106: 4º período morfológico, em 1938.



Elaboração pelo autor, 2023.

No mapa do 4º período morfológico, observa-se que o entorno agrega áreas que estavam em processo de expansão e consolidação, como os trechos dos bairros Pedra Grande (a norte) e Palha (a sudoeste), e os grandes parcelamentos ainda não ocupados em 1938, como nas imediações do Largo Dom João e do bairro Vila Operária.

A delimitação de entorno não está inserida no processo de tombamento do conjunto. Ela somente foi instituída pela Lei municipal n. 35 de 28 de setembro de 1999, que define o Plano Diretor e as normas para parcelamento, uso e ocupação do solo, cuja ratificação definitiva se daria apenas em 2002, a partir da portaria n. 12 do Iphan, instrumentos legais que se desenvolveriam nesse contexto.

Deslocando a análise para o nível municipal, foi possível perceber que o Plano do Inventário também conseguiria alcançar o seu intuito quanto à elaboração do Plano Diretor de Diamantina. Como previsto pela Constituição Federal de 1988, competiria ao município promover o ordenamento territorial, através do planejamento e controle do uso do solo urbano, atribuição também indicada pela lei orgânica do município de Diamantina (PMD, 1990), em consonância com a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto das Cidades. Essa lei estabeleceu diretrizes gerais da política urbana, sendo que seu artigo 41 determina às cidades com mais de vinte mil habitantes a desenvolverem um plano diretor. Nos termos do Estatuto das Cidades (artigos 40 e 41), o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e parte integrante do processo de planejamento, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas, em prol de uma cidade sustentável. Para concretização das diretrizes do plano diretor, são necessários recursos públicos que demandam prévia autorização orçamentária (BRASIL, 2001).

Uma evidência de que o Inbi-Su embasara o plano diretor, em consonância com as exigências da Unesco, está no documento de contratação de profissionais para a elaboração do inventário, acondicionado no Arquivo Central do Iphan/RJ, conforme se vê a seguir:

Considerando as exigências da UNESCO para a elevação de Diamantina a Patrimônio da Humanidade, definidas na correspondência do IPHAN e à necessidade de se incluir (sic) normas

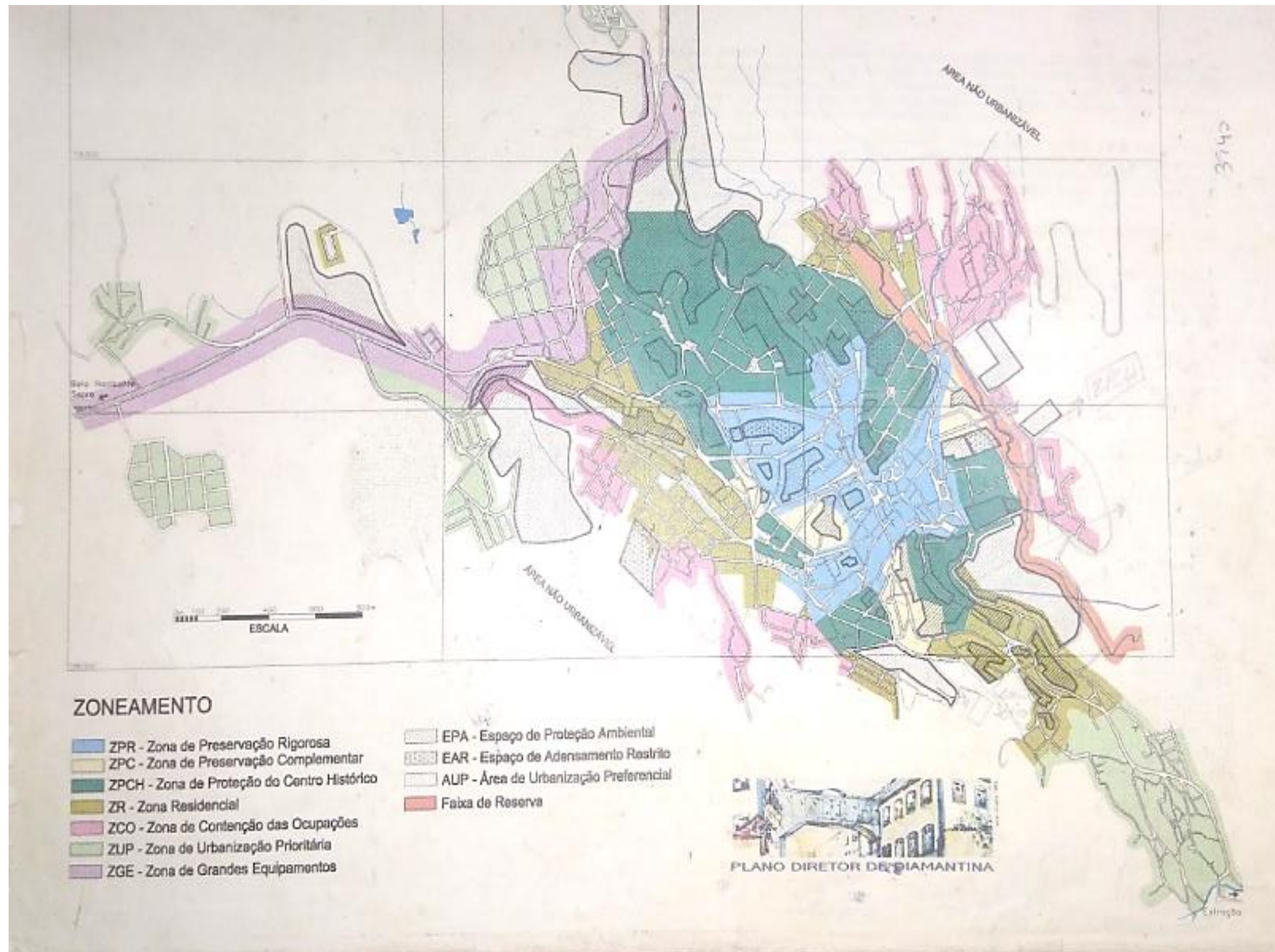
de preservação no plano diretor em andamento, para as quais o IPHAN se comprometeu a participar da execução direta, torna-se urgente a contratação de profissionais para a execução dos serviços em Diamantina e no Rio de Janeiro, visando a complementação de levantamentos, a organização de dados e a participação no estudo preliminar das referidas normas (IPHAN, 1999d, p. 1).

Assim, vários atores estiveram envolvidos na elaboração do Plano Diretor de 1999: escritório técnico do Iphan e sua Superintendência do Rio de Janeiro, a prefeitura municipal de Diamantina e os proprietários de edificações na área tombada. Uma empresa terceirizada foi contratada para apresentar uma proposta do Plano Diretor à prefeitura, a Cebrac (Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural), em maio de 1999. Todavia, a apresentação do volume omite a participação do Iphan, esclarecendo apenas a interação entre prefeitura municipal, técnicos da Fundação e a população de Diamantina.

A proposta do Plano Diretor de 1999 (identificado no arquivo do ETD), entretanto, compilou considerações que tratavam de vários aspectos do distrito sede, incentivando a integração entre área tombada e demais setores urbanos além de indicar posturas e diretrizes para essas regiões. Neste sentido, parece claro que a delimitação estratégica da área de proteção da Unesco foi vislumbrada como atitude política de gestão do território e da paisagem nesse contexto. O volume do Plano Diretor se estrutura em capítulos referentes ao zoneamento urbano, à hierarquia do sistema viário (indicando inclusive alterações na circulação do centro histórico, visando menor impacto de tráfego), à localização de equipamentos urbanos, às diretrizes de legislação urbana do distrito sede de Diamantina (área tombada e demais zonas) e às recomendações para ações governamentais na área econômica (com maior ênfase ao turismo como força motriz de desenvolvimento econômico).

Essa proposta foi elaborada de forma a respeitar as considerações realizadas para o dossiê de candidatura de Diamantina encaminhado à Unesco. A definição das macrozonas e zonas de uso foram feitas sempre tendo como norteadora a área do Centro Histórico. Quanto às indicações para o tráfego local, apenas parte da proposta de interrupção da circulação veicular foi implantada no centro histórico; a criação de bolsões ou áreas para estacionamento na periferia de ruas interditadas não chegou às vias de fato. Na figura abaixo, segue o mapa com o zoneamento proposto para Diamantina, pela proposta do Plano Diretor em 1999.

Figura 107: Mapa de zoneamento proposto para o Plano Diretor de 1999.



Fonte: Proposta para o Plano Diretor de 1999.

No mapa de zoneamento acima, é visto que a poligonal federal recebeu o zoneamento como Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), tendo o entorno de proteção federal coincidente com as Zonas de Proteção do Centro Histórico (ZPCH) e de Preservação Complementar (ZPC).

A Lei n. 35, de 28 de setembro de 1999, instituía de fato o Plano Diretor e condições para parcelamento, uso e ocupação do solo. Ele espelhou a proposta inicial, mas sintetizando grande parte dos esclarecimentos feitos para cada uma das recomendações apresentadas. Como novidade em relação à proposta, foram definidos dois agrupamentos de discussão, no caso o CCPD (Conselho Consultivo do Plano Diretor) e o GAT (Grupo de Apoio Técnico), vinculados à gestão da área tombada, articulando diferentes instituições e representantes da sociedade civil.

Na versão oficial do Plano Diretor de 1999, foram omitidas praticamente todas as extensas arguições sobre a malha viária, as diretrizes de áreas do zoneamento e as estratégias para desenvolvimento do turismo. Ou seja, o documento final foi entregue à população de Diamantina como uma sucessão de artigos concisos, apresentando de forma superficial e bem distanciada o que fora antes incorporado ao resultado dos estudos feitos para o plano. Ademais, não houve indicação de parâmetros de intervenção para a área tombada.

Inclusive, a partir da leitura do projeto de plano diretor, viu-se que os parâmetros eram inexistentes tanto na área tombada (ZPR) quanto nos demais setores propostos. O capítulo III, da “Gestão Urbana”, demonstra a tentativa de articular representantes do poder público municipal, estadual e federal com representantes da sociedade civil para a realização de um Conselho Consultivo do Plano Diretor, com vistas à avaliação de aspectos normativos desse plano. Essa situação efetivamente chegou a ser realizada no período, como verificado em documentação disposta em caixas administrativas do arquivo do ETD. Mas não houve avanço no sentido de estabelecer parâmetros necessários para uma completa e eficaz gestão do espaço tombado pelo Iphan.

Competiria ao Grupo de Apoio Técnico (GAT), por sua vez, a avaliação de projetos de intervenção em Diamantina, analisados por profissionais da área de arquitetura ou geografia, vinculados à prefeitura, ao Iphan, ao Iepha ou à sociedade civil. Isso ilustra

que a candidatura da Unesco trouxe uma ação positiva na tentativa de articulação dos vários poderes na gestão do patrimônio local. Visto que, até 2011, o grupo avaliava propostas por toda a cidade. A partir daquele ano, o Iphan e a Prefeitura passaram a dar ênfase às propostas concernentes à área da ZPCH (a ZPCH possui perímetro coincidente com o entorno da área tombada pelo Instituto Nacional). No artigo 3º do referido plano diretor, é apresentada a necessidade de restrição de obras em áreas de tutela federal e da Unesco, porém, sem apresentar qualquer diretriz nesse sentido. Nesse viés, é importante salientar que seria competência do Instituto Nacional estabelecer diretrizes referentes apenas ao perímetro protegido, por tratar-se de bem com tombamento federal.

À agência internacional competiria somente a postura de organização parceira, no sentido de promover a cooperação, sem atuação por vias legais no município. Por isso coube ao IPHAN desenvolver a primeira portaria para critérios de intervenção na área tombada, três anos depois. Porém, a obrigação de legislar sobre o solo urbano cabe à prefeitura, o que reforça sua atribuição de estabelecer parâmetros urbanísticos que dialoguem com a proteção estabelecida pelo tombamento federal do conjunto arquitetônico. Eis aqui um dos maiores nós na gestão da área tombada: o território urbano envolve uma infinidade de competências e questões referentes ao uso, à ocupação, aos proprietários e aos usuários desse local. E essas competências e questões necessitam de uma gestão integrada para serem corretamente articuladas – o que até então não tem ocorrido de forma totalmente eficaz em Diamantina.

Com o objetivo de distingui-la das outras cidades coloniais mineiras, notadamente Ouro Preto (sítio já listado como patrimônio mundial desde 1980), a arguição da candidatura de Diamantina buscou declará-la como um território único nas américas resultante de exploração de diamantes em território com aspereza topográfica e geomorfológica. Nesse sentido, fica claro como a paisagem é a infraestrutura do desenvolvimento urbano da cidade, caráter valorado pela candidatura.

O esforço empreendido na elaboração dessa estrutura de gestão, refletido no Plano Diretor (junto aos parâmetros para Uso e Ocupação do solo), na criação do GAT e na delimitação da área de patrimônio mundial, teve êxito e resultou na titulação de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1999. A cidade foi classificada pelos critérios II e IV:

- Critério II: Diamantina mostra como, no século XVIII, os exploradores do território brasileiro, os descobridores de diamantes e os representantes da Coroa conseguiram adaptar os modelos europeus a um contexto americano, criando assim uma cultura de modo fiel e original a suas origens.

- Critério IV: O conjunto urbano e arquitetônico de Diamantina, perfeitamente integrado a uma paisagem inóspita, é um bom exemplo dessa mistura entre espírito aventureiro e fonte de refinamento que caracteriza a aventura humana (UNESCO, 1999).

Pelos critérios indicados acima, durante a titulação da cidade, ficava evidente como o viés usado para enquadrá-la esteve associado ao caráter colonialista de sua interpretação valorativa, por ser considerada como um exemplar das expedições colonialistas em território americano. A paisagem é figurada para enquadrar o aspecto de implantação do sítio, sem receber maior tratamento conceitual.

Em outro ponto de vista, ao avaliar parecer para uma obra à rua da Quitanda, datada de 2000, foi possível constatar ainda que o turismo era uma atividade econômica pretendida pela candidatura:

Ainda é importante lembrar que Diamantina é uma das cidades mineiras que, em 1938, pela primeira vez no Brasil e no contexto mundial, foram tombadas como monumentos históricos. Em função de suas características especiais, conquistou o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, em dezembro de 1999, promovendo internacionalmente o patrimônio cultural brasileiro. Assim, a legislação federal responde a um anseio cada vez mais presente em nossa sociedade, consolidando e viabilizando a preservação da memória nacional e sua valoração internacional. Portanto, torna-se imperiosa a preservação do conjunto arquitetônico-urbanístico tombado da cidade – Patrimônio Mundial. A preocupação da valorização do patrimônio cultural de Diamantina torna-se cada dia mais frequente, especialmente com a finalidade de contribuir para seu desenvolvimento econômico visando o turismo cultural. Nesse sentido, é fundamental a adoção de medidas preventivas para salvaguardar a beleza da paisagem urbana, especialmente com o planejamento urbano físico territorial (IPHAN, 2000, p.3).

O trecho mostra claro interesse em valorizar o caráter turístico da área protegida, sem contar que o logradouro sedia as “vesperatas” (manifestação cultural do município resgatado naquele contexto), cravejando-se no coração do polígono de proteção da Unesco e estando associado às dinâmicas econômicas prioritárias pretendidas naquele ensejo. Fica evidente ainda a intenção de atrelar as recomendações à valoração de Diamantina como patrimônio mundial, retomando os discursos de área

de interesse histórico, com casario colonial a ser preservado. Nesse cenário, até mesmo a legislação federal (DL 25/1937) é articulada ao valor de patrimônio mundial da área a ser protegida.

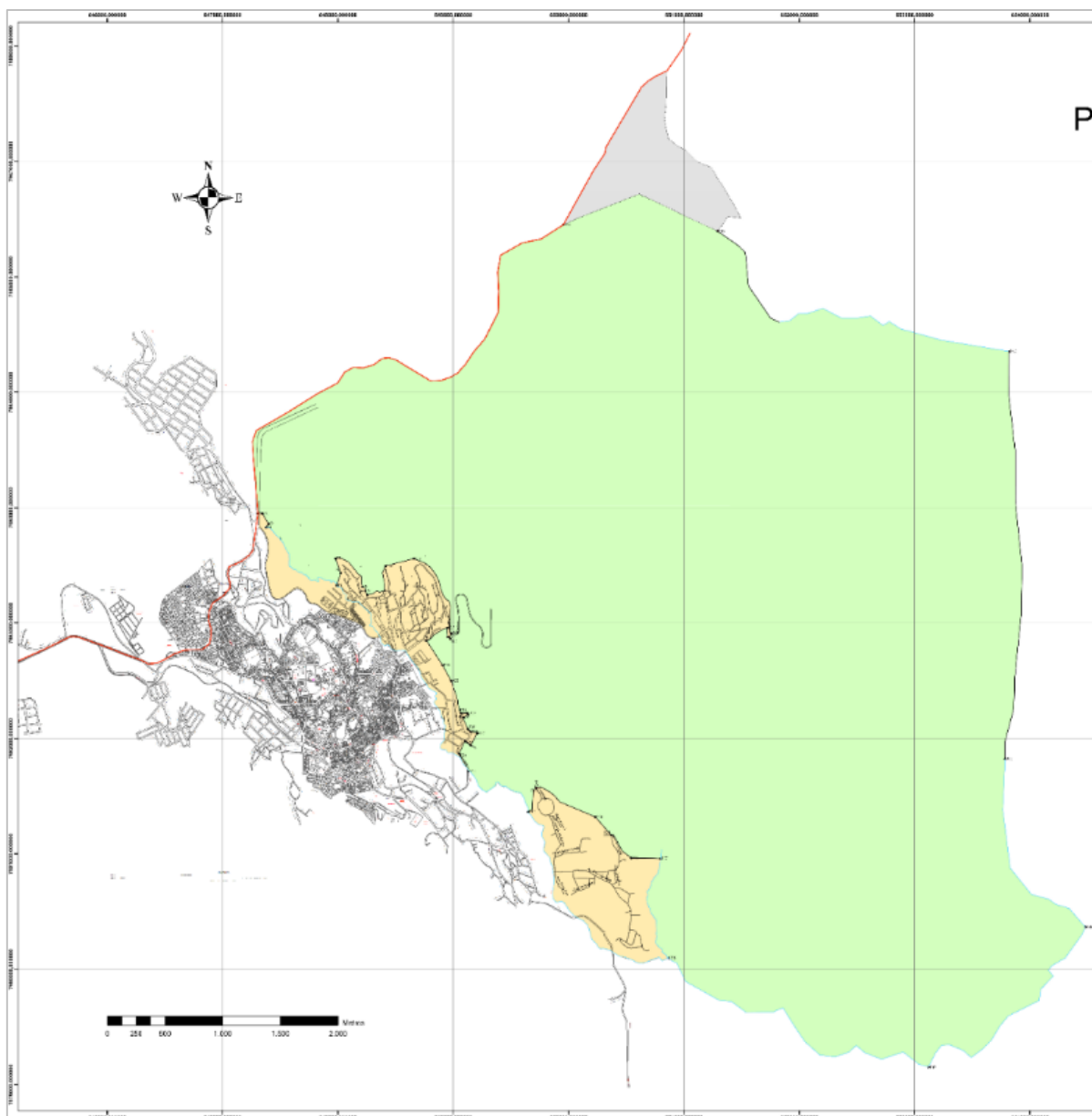
Na esteira de trabalhos para se considerar vários quesitos de preservação na cidade, no contexto da titulação da Unesco, houve também como resultado o tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, provisoriamente protegido em 12 de dezembro de 2000, cujo perímetro de proteção margeia a delimitação do Parque Estadual de Biribiri (reserva natural instituída em 1998, mesmo ano do tombamento do Conjunto de Biribiri pelo Iepha/MG).

O Iepha é o único órgão responsável pela fiscalização do Conjunto Paisagístico, enquanto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) cabe a fiscalização do Parque Estadual (unidade de conservação criada pelo ensejo da candidatura de Diamantina a Patrimônio Mundial, conforme dados do próprio dossiê do Iepha, 2001).

Como visto anteriormente, o Iphan abriu um processo para tombamento em nível federal da Serra em 1996 (processo n. 1.367-T-96), mas não deu continuidade a esta ação. Atualmente esse tombamento está anexado ao processo 64-T-38, mas o ETD restringiu sua atuação apenas ao conjunto urbano tombado.

Apenas a partir do tombamento provisório de 2000 (o oficial ocorreu em 2010) foi homologado o tombamento estadual do Conjunto Paisagístico (CP) da Serra dos Cristais. Na próxima figura, segue a poligonal de tombamento pelo Iepha/MG.

Figura 108: Perímetro de tombamento (verde) e de entorno (amarelo) da Serra dos Cristais.



Fonte: IEPHA, 2001.

No mapa acima, é visto que a superfície do Conjunto Paisagístico corresponde ao flanco oriental da serra, defronte à área urbana de Diamantina, incorporando a sua linha de cumeada e a encosta posterior nas imediações do campus da UFVJM. O território do campus, mesmo instalado em 2005, já tinha sua área prevista e contígua à poligonal de tombamento do Iepha. Além disso, as manchas em amarelo indicam ocupações urbanas na encosta da serra, tratadas como áreas lindeiras de entorno e para o amortecimento de proteção estadual.

A partir dos dados do Dossiê de Tombamento do Conjunto, há a comprovação de que esse tombamento se deu no contexto da candidatura de Diamantina ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade:

Durante a missão do arquiteto Michel Bonnete, para a avaliação de Diamantina como Patrimônio Mundial, a caracterização do valor universal daquele sítio foi discutida com representantes do ICOMOS, da Prefeitura e do IPHAN. Definiu-se na ocasião a importância de se ressaltar aspectos históricos e paisagísticos que caracterizem o valor universal do sítio, que poderiam ter ficado dispersos no conjunto das informações do Dossiê para a UNESCO (IEPHA, 2001, p. 11)

Nessa mesma perspectiva, foi observada a importância da paisagem natural em sua relação com o conjunto edificado, para evidenciar o caráter universal e ao mesmo tempo original daquele patrimônio. É através dessa relação, entre paisagem agreste e a riqueza urbana produzida pelos colonizadores, que se percebe o desafio que representou a ocupação daquele território, situando Diamantina como um marco da expansão da civilização ocidental no Mundo Novo. Tendo isso em vista, ressaltou-se a necessidade de se fortalecer as iniciativas para a manutenção do sítio integrado à paisagem, através dos instrumentos legais disponíveis e de sua valoração junto às comunidades usuárias e visitantes. (IEPHA, 2001, p. 11).

O processo de tombamento da Serra dos Cristais foi elaborado em conjunto entre o Iphan e o Iepha (IEPHA, 2001, p. 16), fato que corroborou para a paralisação do processo iniciado pela autarquia federal em 1996. Além disso, pela descrição textual citada (trata-se, na verdade, de uma correspondência do Iphan para a Unesco, apenas ao dossiê estadual), infere-se que o conceito de Paisagem Cultural ainda estava em construção, na qual se considerava a “importância da paisagem natural em sua relação com o conjunto edificado” (a chancela federal só ocorreria em 2007), apesar de a construção textual ainda privilegiar a visão “colonialista” da proteção pleiteada (“riqueza urbana produzida pelos colonizadores”). Não obstante, a ideia de Paisagem Cultural também é predominante no Parecer Técnico do tombamento do Conjunto Paisagístico:

(...) Este parecer, que acompanha o dossiê técnico do IEPHA, propõe o tombamento definitivo do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, tradicionalmente identificada como um elemento paisagístico da cidade, formando uma espécie de moldura para o espaço urbano. Contudo, a Serra é mais do que moldura (IEPHA, 2001, p. 16)

Quando se sagrou, em 1999, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em Diamantina, a cidade foi caracterizada como um conjunto urbano e arquitetônico perfeitamente integrado com uma paisagem selvagem. (...). É notável, portanto, a importância da paisagem natural e sua relação com o conjunto edificado: a paisagem agreste é testemunho histórico da ocupação do território e do surgimento e desenvolvimento da cidade. (IEPHA, 2001, p. 257).

Descrição em consonância com o artigo 1º da Portaria n. 127, de 30 de abril de 2007, na qual a “Paisagem Cultural” é tratada como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atributos naturais” (IPHAN, 2007).

Outros dois aspectos são importantes de serem considerados a respeito do tombamento estadual da Serra dos Cristais. O primeiro refere-se aos perímetros de entorno delimitados naquele momento. Anteriormente foi apresentada a delimitação de entorno do tombamento federal, instituída no contexto do Plano Diretor de 1999, agregando bairros adjacentes ao núcleo central. Entretanto, o perímetro não abarca a moldura natural da Serra dos Cristais, área incisivamente valorada na conjuntura da candidatura de Diamantina à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial.

Ao se avaliar o perímetro definido pelo dossiê de tombamento estadual, não foi integrado o sítio urbano tombado pelo Iphan, acomodando apenas as áreas com ocupação antropizada na encosta da Serra. Isso evidencia a preocupação cirúrgica das instituições em evitar sobreposições nas competências de fiscalização e gerenciamento das respectivas áreas de tutela – problema que o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural poderia minimizar. Por outro lado, as áreas de ocupação urbana na Serra geraram crescente preocupação para os agentes públicos locais (áreas de entorno indicadas na poligonal de tombamento), interferindo na preservação paisagística do sítio cultural. Na rerratificação desse tombamento estadual, realizada no ano de 2018, os setores de entorno foram removidos do acatamento, a fim de restringir ao órgão estadual sua competência em gerir apenas a poligonal tombada da serra – intensificado o processo de separação de atribuições entre instituições de acatamento.

Entre as décadas de 1990 e 2000, além das discussões sobre a Serra dos Cristais, também foram intensificados programas de preservação em imóveis civis de Diamantina. A partir de 2000, o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta foi proposto por meio de uma articulação entre o Ministério da Cultural e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja concepção estava marcada por uma visão voltada à sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico e artístico nos núcleos urbanos sob proteção federal, buscando articulação com o desenvolvimento de atividades econômicas – especialmente o turismo (IPHAN, 2012a, p. 21). Nessa seara, o Inbi-Su teria se aperfeiçoado, para informatizar os dados e consolidar os procedimentos do banco de dados, agilizando os inventários contratados com recursos do Programa Monumenta (IPHAN, 2001b). Porém, em Diamantina, só em 2006 o programa se intensificaria (como se verá mais adiante).

No ano de 2001, iniciou-se a abordagem do Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (Inceu) pelo Iphan, em Diamantina. Adotado em diversos sítios urbanos a partir de 2001, poderia ser empregado com vistas à apreensão do caráter volumétrico do sítio urbano. A metodologia do Inceu baseava-se na apreensão da forma urbana ao avaliar as características dos espaços em função de dimensões de abordagem que perpassam pela análise funcional, topo-perceptiva, co-presencial, bioclimática, expressivo-simbólica e econômica (OLIVEIRA, 2014, p. 59).

A análise da área tombada extrapolaria o plano bidimensional realizado em estudos de plantas e cartografias, para alcançar avaliações que lidam com a topografia e a implantação do conjunto arquitetônico de modo tridimensional. Do ponto de vista prático, o inventário não foi revertido em planos de preservação consolidados, inclusive em Diamantina (IPHAN, 2001c). Possivelmente em decorrência da linguagem técnica menos acessível, quando se comparada ao Inbi-Su.

Uma última consequência dos trabalhos consolidados pelo Inbi-Su seria o desenvolvimento da Portaria n. 12 de 2002 do Iphan, para conduzir a gestão da área tombada por aquele órgão. Ao consultar essa portaria, são verificadas recomendações iniciais para o desmembramento e o remembramento de terrenos, parcelamentos que podem ser realizados antes da nova construção propriamente dita. O desmembramento refere-se à subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação

(Lei n. 6.766 de 1979), enquanto o remembramento trata do agrupamento de áreas anteriormente parceladas (IPHAN, 2002, p. 6).

Quanto às novas construções, as recomendações da Portaria IPHAN n. 12 de 2002 também não são muito esclarecedoras. Para lotes vagos da área tombada, a diretriz é idêntica ao dos parcelamentos, enquanto critérios para novas edificações só aparecem na subseção referente ao entorno, com índices de gabarito (máximo de dois pavimentos ou 7 metros, mas com cobertura podendo atingir 9 metros na cumeeira), taxa máxima de ocupação (40%), coeficiente máximo de aproveitamento (0,8%) e de afastamentos mínimos (frontal de 6 metros e laterais de 3 metros).

Na área tombada em si, há menções apenas a acréscimos de áreas ou reformas de áreas construídas, indicando que podem ser realizadas desde que haja recuperação ou resgate das características históricas e arquitetônicas da edificação e as morfológicas da área urbana – argumentação retórica e evasiva, como já visto para outros parâmetros, com critérios não muito úteis para a atividade do escritório técnico.

Em termos de Brasil, os anos de 1998 e 2002 representaram o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, época do Decreto n. 3.551 de 2000, instituindo no Brasil o registro de bens culturais de natureza imaterial. Junto a esse registro, foi instituído o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento derivado das políticas do CNRC da década de 1980 (SILVA, 2014) e que instrumentalizou na prática o desenvolvimento dos dossiês de registro em âmbito federal.

Esse marco da ampliação das noções de cultura e preservação se perpetuaram nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (entre 2002 e 2010) e Dilma Rousseff (2010 a 2016). Naquele momento, o país atravessou um período econômico ainda neoliberal, mas voltado para as políticas públicas com foco na redução de desigualdades sociais. No campo da Cultura, rearticulou o ministério e reestruturou o Iphan (CHUVA, 2017).

Nesse cenário, o patrimônio passou a considerar os conceitos de desenvolvimento e diversidade cultural, ao ser incorporado pelo órgão federal dois temas fundamentais: o território e as políticas públicas (SCHLEE; QUEIROZ, 2017). Tratava-se no ensejo da criação de novos enfoques preservacionistas por parte do instituto nacional, tais como: Lei n. 11.483 de 2007 atribuindo ao órgão a responsabilidade de administrar os

bens do patrimônio ferroviário, as portarias n. 127 de 2009 estabelecendo a Chancela da Paisagem Cultural e n. 137 de 2016 com diretrizes de Educação Patrimonial.

Em meados da década de 2000, os inventários urbanos começam a ser substituídos por planos de preservação e manuais com normas de intervenção. Silva (2014) informa que, desde a década de 1990, as mudanças de governo resultaram na fragilização dos trabalhos em curso para os inventários urbanos. O Inbi-Su e o Inceu chegaram a embasar propostas de diretrizes de preservação entre as décadas de 1990 (IPHAN, 2001b; 2001c) e início de 2000 (GUERREIRO, 2006), mas logo paralisados. Um outro inventário, denominado Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA), foi criado em 2002, para sistematizar o registro dos bens imóveis tombados pelo Iphan (SILVA, 2014) – porém, sem ser perpetuado de forma significativa quanto os inventários anteriores.

Em 2004 é desenvolvida a portaria nº 299, na qual está previsto um termo de referência para orientar a formulação, implantação, acompanhamento e avaliação de um plano de regulação de conjunto urbano tombado em nível federal, o Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH). Entre as finalidades do plano, destacaram-se a intenção em explicitar princípios e normas de preservação que balizem ações públicas - privadas nos sítios tombados e a articulação entre as diversas esferas político-administrativas com competência nessa área, visando maior eficácia na gestão do patrimônio cultural urbano. Fica claro, inclusive, como o PPSH se vincularia à lógica do plano diretor municipal ao incentivar a realização de produtos que dialoguem com aspectos previstos ordinariamente por esse plano, tais como diretrizes de ordenação urbanística.

Um documento elaborado em 2006 pelo Iphan, concernente ao escopo de normas de preservação de sítios urbanos tombados, evidencia a preocupação do órgão com a fragilidade das legislações municipais em área patrimonializada, ao pormenorizar uma série de diretrizes em consonância com parâmetros urbanísticos preconizados pela portaria n. 299/2004. Esse documento se inicia indicando como finalidade o estabelecimento de “parâmetros que orientam o processo de preservação dos sítios históricos urbanos (...) por meio da regulamentação de intervenções que porventura se fizerem necessárias, tendo como fundamentação legal o Decreto-Lei 25/37” (IPHAN, 2006). Em seguida, são detalhadas disposições a serem estudadas para o

perímetro tombado, uma das três áreas de proteção previstas pela portaria (as demais seriam área de entorno e área de influência), referentes a (ao): uso do solo; meio físico natural; configuração da estrutura urbana; configuração e uso dos espaços urbanos; edificações existentes; lotes vagos; construções temporárias; eventos; mobiliário urbano; engenhos publicitários; sinalização; apresentação de projetos na área tombada.

No município de Diamantina, as primeiras leis específicas sobre a proteção do patrimônio cultural, após o contexto da titulação, surgem a partir de 2003. A Lei municipal n. 2.824 de 2003 instituiu normas de proteção ao patrimônio cultural do município de Diamantina, correspondendo de fato ao estabelecimento de procedimentos análogos aos do Decreto-lei 25/37 para a proteção de bens com valor cultural em nível local:

Art. 2º - Ficam, na forma desta Lei, sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens de propriedade pública ou particular existentes no Município que, dotados de valores culturais, aí compreendidos os valores históricos, estéticos, científicos e outros, justifiquem o interesse público em sua preservação (PMD,2003, p. 1).

As leis municipais n. 3.077 de 2005 e n. 3781 de 2013 complementam a atividade de proteção municipal do patrimônio cultural ao dispor sobre a criação do Conselho Municipal de Patrimônio e do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio. Apesar do redundante apelo pela proteção do patrimônio cultural descrita por essas três legislações, nenhuma esclarece como se daria a cooperação com o Iphan ou quanto aos procedimentos administrativos em bens de interesse cultural inscritos na poligonal de tombamento federal. Desde então, surgiram os tombamentos municipais: Asilo Pão de Santo Antônio (2004), Clube Social da Praça de Esportes (2004) e Seminário Provincial do Sagrado Coração de Jesus (2005).

Entre 2005 e 2006, o escritório técnico do Iphan foi gerenciado brevemente pela arquiteta Soraia Aparecida Martins Farias, até ser assumido por Junno Marins da Matta, arquiteto e urbanista, servidor que o administra desde então. O período de administração de Matta encerrou o desenvolvimento de dois programas nacionais de preservação: o Monumenta e, mais tarde, o Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH).

Como predito, a partir de 2006, o Programa Monumenta se intensificara em Diamantina. Até 2012, das 201 propostas para o financiamento de imóveis privados apresentadas pelo Programa Monumenta, apenas 26 contratos foram estabelecidos e onze obras concluídas (IPHAN, 2012a, p. 288). Complementando o financiamento pelo BID, a prefeitura deveria apresentar uma contrapartida para garantir o desenvolvimento do programa (CERQUEIRA, 2006, p. 77). Por meio do mapeamento dessas obras em imóveis privados (BARROS FILHO, 2018), percebe-se que a maior parte dos bens contemplados pelo programa estavam acondicionados no perímetro classificado como patrimônio mundial pela Unesco, o que evidenciou maior interesse em recompor elementos do casario mais bem preservado.

Guia (2018), em sua tese acadêmica “*Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*”, chegou a evidenciar como se desenvolviam tensões entre as instituições financeiras e os governos locais naquele ensejo, fato que propiciava uma espécie de transformação do patrimônio público em mercadoria. Em Diamantina não foi diferente, visto que a maior parte dos imóveis financiados estava associada a proprietários de maior poder aquisitivo, e que poderiam arcar com a quitação de suas respectivas dívidas (BARROS FILHO, 2018).

A partir de 2013, o PAC-CH deu continuidade ao financiamento de projetos em imóveis de interesse público. A dinâmica havia se alterado um pouco em relação ao programa anterior, cujos financiamentos privilegiavam bens sob propriedade de órgãos públicos.

A ampliação do conceito de patrimônio debatido no seio do órgão federal, junto à discussão de novos procedimentos de reconhecimento de bens culturais - agregando as naturezas materiais e imateriais desses bens - confluiu na criação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), em 2008. Esse sistema compilaria os dados já acondicionados em inventários anteriores do Iphan (SILVA, 2014), mesmo que não resgatassem as suas metodologias – fato que gerou discussões em relação à sua implantação. Contudo, como se verá adiante, ele foi incorporado às práticas preservacionistas do instituto.

No contexto de Diamantina, em 2009, a instauração do programa conhecido como Imposto Comercial sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) Cultural trouxe para a cidade uma nova articulação entre prefeitura e Estado no viés de preservação do patrimônio

cultural. A Lei estadual 18.030 de 2009 inscreve obrigações no sentido de auxiliar a atuação da prefeitura municipal para a preservação do seu acervo cultural, estabelecendo disposições sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, pertencente aos municípios. Conforme a alínea VII do 1º artigo dessa lei, a parcela do referido imposto deve ser distribuída conforme a “relação percentual entre o Índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices de todos os Municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha” (MINAS GERAIS, 2009, art. 1).

O anexo II da mesma lei estadual descreve uma série de atributos que correspondem a uma pontuação para efeitos de arrecadação do “ICMS Cultural” – tal como ficou conhecido percentual do imposto recolhido para fins de preservação do patrimônio – pelo município. Diamantina, por exemplo, recebe pontuações por possuir núcleo tombado em âmbito federal e bens tombados nos três níveis (federal, estadual e municipal). Iniciativas voltadas para a educação patrimonial, para inventários de proteção do acervo municipal e até para políticas estratégicas, como a criação do fundo municipal de preservação (vide Lei 3781 de 2013), também possibilitam pontuações para o município.

O ICMS Cultural fez com que o Iepha (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) se articulasse com a prefeitura de Diamantina, já que toda a documentação da política cultural desenvolvida pelo município é avaliada anualmente pelo órgão estadual, responsável por revisar os trabalhos técnicos e deliberar sobre a disponibilidade dos valores referentes à pontuação obtida no referido ano de exercício. A vantagem dessa política foi a de possibilitar um maior incentivo à prefeitura local, no sentido de atuar na preservação do patrimônio cultural, agindo em bens não acautelados pelo Iphan. Sem contar que se tornou, ainda, uma nova modalidade de prestação de serviços para o ramo de arquitetos e historiadores, vinculado a assessorias para elaboração de trabalhos para o ICMS Cultural.

No ano de 2010, em âmbito nacional, foram elaboradas as Portarias n. 187 (dispões sobre as infrações referentes a danos no patrimônio protegido) e n. 420 do Iphan (associada ao rito documental para a aprovação de projetos no órgão federal). Por

complementarem o entendimento de artigos do Decreto-lei n. 25 de 1937, elas se tornaram os principais instrumentos empregados pelo escritório técnico do Iphan em Diamantina (BARROS FILHO, 2018), para a ação e cumprimento de responsabilidades sobre as coisas tombadas e sua vizinhança (IPHAN, 2010a, p. 12). Por exemplo, as fiscalizações de rotina do escritório técnico recorrem, basicamente, à aplicação da Portaria Nacional n. 187, uma vez que as avaliações sobre intervenções estão atreladas a ela, sejam intervenções irregulares ou adequadas, conforme as posturas adotadas pelos profissionais servidores. Já a Portaria Nacional n. 420 é mais aplicada na avaliação dos projetos arquitetônicos e nas análises em intervenções de imóveis na área tombada e em sua envoltória (entorno) do perímetro de tombamento.

Ainda em 2010, foi elaborado pelo órgão federal (IPHAN, 2010a) um manual com orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Nesse contexto, passa a ser priorizado o uso do SICG, cuja metodologia partiria do pressuposto da observação *in loco* para a identificação dos aspectos que deveriam ser alvo de normatização específica. Como prenunciado, seria um sistema capaz de reunir os dados produzidos pelos inventários desenvolvidos pelo órgão federal, fossem eles IBA, Inbmi, Inbi-Su, Inceu e INRC (SILVA, 2014), referentes a bens de natureza material e imaterial,

A Portaria n. 312 de 2010, elaborada em Ouro Preto com normas para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade (IPHAN, 2010c), é um exemplo de marco legal realizado com base nesse método do manual. Ele foi estruturado em três partes, com orientações sobre o que deve ser salvaguardado pelas normas de preservação, e indicações de procedimentos para a delimitação ou revisão de poligonais de tombamento de bens protegidos. Na segunda parte, é apresentado um panorama sobre o contexto jurídico aplicado à preservação do patrimônio cultural no Brasil. Ao final são indicados os caminhos para a elaboração das normas de preservação de áreas urbanas propriamente ditas, desenvolvidas por intermédio das fichas do SICG, perpassando cinco passos: compreensão e apropriação do sítio; pré-setorização da área protegida; caracterização e diretrizes para os setores de preservação; construção de instrumentos para acompanhamento e gestão; elaboração de minuta para as normas de preservação.

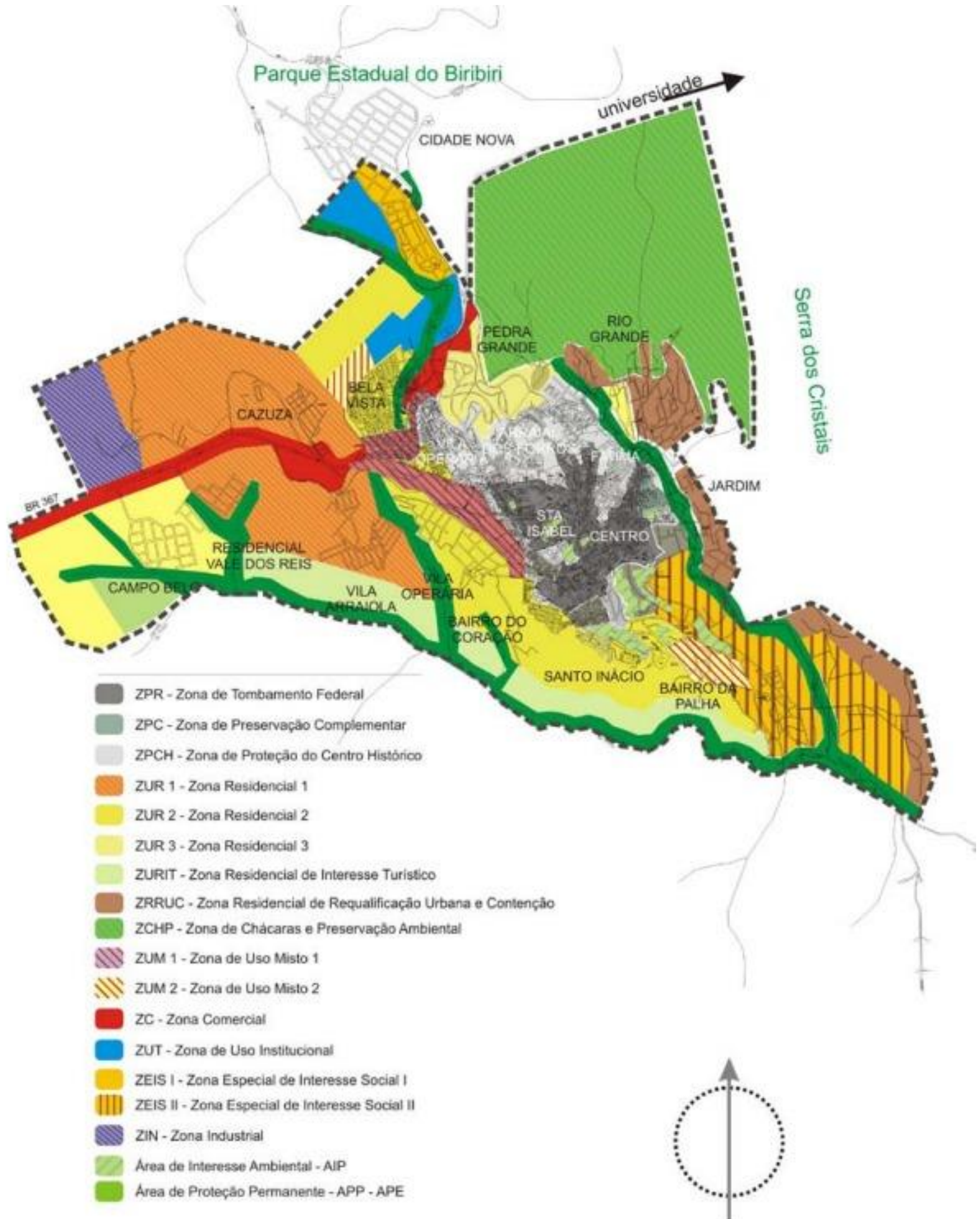
O Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Diamantina foram revistos em 2011 (Lei municipal complementar n. 103, de 30 de dezembro), ainda sem detalhamento de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos para área tombada (a área coincide com a Zona de Tombamento Federal – ZTF) atrelados ao setor de proteção de entorno do perímetro tombado (Zona de Proteção Complementar – ZPC e Zona de Proteção do Centro Histórico – ZPCH, ambas dentro da delimitação de proteção de entorno). Houve, apenas, singelas indicações para que os projetos realizados nessas áreas sigam recomendações técnicas do Iphan e da prefeitura municipal.

Nessa revisão da legislação municipal, a ZPCH recebeu parâmetros para usos passíveis de aprovação, sendo os seguintes: habitação unifamiliar, comércio de pequeno porte e equipamentos paisagísticos são permitidos; habitação institucional ou transitória e instituições de pequeno e grande porte são tolerados; habitação multifamiliar, comércio de grande porte e indústrias de abastecimento em qualquer porte são proibidos (PMD, 2011, p. 60).

Outra inovação da legislação revista refere-se à menção a instrumentos de política urbana previstos pelo Estatuto das Cidades, como Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) progressivo, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir, entre outros. Além disso, há a inclusão do termo “turismo sustentável” em diversos artigos referentes ao incremento da economia local, embora a atividade tenha sido assinalada de forma desconexa e sem muito aprofundamento.

Abaixo, segue o zoneamento que foi proposto para o Plano Diretor de Diamantina de 2011, após estudos técnicos realizados em 2009 (TECHNUM, 2009).

Figura 109: Mapa de zoneamento proposto para o Plano Diretor de Diamantina, em 2011.



Fonte: Technum, 2009.

No mapa está o zoneamento proposto para o Plano Diretor de 2011 em Diamantina, destacando-se aqui aqueles associados à área de preservação cultural. Para as três zonas de proteção da legislação municipal, relacionadas à área tombada (Zona de Tombamento Federal - ZTF, Zona de Proteção Complementar - ZPC e Zona de Proteção do Centro Histórico - ZPCH), e referendadas no Plano Diretor (PMD, 2011), há menções sobre o objetivo de garantir a preservação da paisagem urbana do centro histórico, mas os meios para garantir de fato essa preservação não estão explicitadas. Vale reforçar o seguinte: as duas áreas de atuação do Iphan (área tombada e área de entorno) equivalem às três indicadas na legislação municipal, sendo que a ZTF se refere ao perímetro de tombamento e as ZPC e ZPCH inscrevem-se na área de entorno.

A Lei Complementar Municipal nº 103 de 2011 (PMD, 2011d) oficializa a atualização do Plano Diretor, com pequenas adaptações no zoneamento em relação ao que fora proposta e indicado acima na figura.

A Zona de Tombamento Federal (considerada como Zona de Proteção Rigorosa no Plano Diretor de 1999) é claramente tratada como área de responsabilidade do Iphan: “Os critérios especiais para aprovação de parcelamento, uso, ocupação, construção e reforma na ZTF são estabelecidos pelo órgão federal de patrimônio histórico e artístico nacional – Iphan” (PMD, 2011d, p. 19). Como o instituto não estabeleceu ainda posturas construtivas para a área tombada, as avaliações sobre coeficiente de aproveitamento e outros dados de finalidade executiva acabam sendo feitas caso a caso pelo técnico responsável pela análise dos projetos de intervenção que dão entrada no escritório do Iphan.

Na Zona de Proteção Complementar, zona contígua à ZTF e que possui ocupação em terrenos de grande interferência visual com a paisagem do centro histórico (PMD, 2011d, p.20), a Lei Complementar municipal 103/2011 indica que as avaliações deverão passar por aprovação tanto do instituto nacional quanto da prefeitura municipal, situação condizente com o artigo 18 do Decreto-lei 25/1937: “Dependerá de consulta prévia ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan, bem como aprovação em parceria com a Prefeitura Municipal de Diamantina,

as reformas ou intervenções em imóveis existentes na ZPC quando houver alteração de volumetria, cor, acabamentos e gabarito” (PMD, 2011d, p. 20).

Desde aquele momento até 2018 (BARROS FILHO, 2018), as intervenções na área de entorno passavam primeiro pela análise da prefeitura, que depois as redirecionam ao Iphan. A Zona de Proteção do Centro Histórico (zona contígua à ZTF e à ZPC) também se insere no perímetro de entorno; seus parâmetros urbanísticos não são citados no Plano Diretor, e como de praxe legal foram previstos na Lei de Uso e Ocupação do Solo depreendida dele. Em consulta à Lei de Uso e Ocupação, revista pela lei complementar de 2011, são definidos os parâmetros de usos já mencionados para a ZPCH, bem como para a ZPC; contudo, não houve indicações de uso para o ZTF.

A área de ocupação da Serra dos Cristais foi denominada de Zona Residencial de Requalificação Urbana e de Contenção (ZRRUC) e indica a preocupação em restringir ocupações em áreas de risco geológico ou de proteção ambiental, não definindo, entretanto, como seriam essas restrições. Uma das justificativas para a remoção das áreas de entorno da Serra dos Cristais, do tombamento estadual, recorreu inclusive à existência dessa ZRRUC – sinalizando a atuação da prefeitura nesse local, o que tornaria desnecessário manter a atribuição de gestão estadual naquele território.

Já as Áreas de Interesse Paisagístico (AIP) correspondem aos espaços vegetados remanescentes dentro da área tombada ou em suas imediações, locais que foram valorados pelo tombamento (ver observações no capítulo anterior sobre delimitações estratégicas), demonstrando a preocupação do órgão municipal em preservá-las.

Por fim, observações referentes à circulação na área tombada indicam apenas a priorização da circulação de pedestres e do transporte público – os logradouros e passeios são bastante estreitos na área, sendo proibido o trânsito de veículos de grande porte como caminhões; inclusive o transporte público é realizado por micro-ônibus (informação não explicitada no corpo do Plano Diretor).

Também concerne ao poder municipal a avaliação dos projetos arquitetônicos propostos em qualquer parte do solo urbano, inclusive na área tombada. Para isso há legislações complementares ao Plano Diretor de Diamantina regulando a elaboração desses projetos, como o Código de Obras para Edificações, a Lei de Uso e Ocupação

do Solo (Lei municipal complementar n. 101 de 2011) e a Lei de Parcelamento Urbano (Lei municipal complementar n. 102 de 2011).

O Código de Obras de 1993 foi atualizado pela Lei complementar n. 100, de 30 de dezembro de 2011 (novamente alterada pela Lei complementar n. 133, de 7 de julho de 2016), estabelecendo “normas e procedimentos administrativos para a elaboração, aprovação, construção e controle das obras e edificações no Município” (PMD, 2016, p. 1). A seção III do Código de Obras esclarece as competências da prefeitura municipal em licenciar e fiscalizar a execução de obras, garantindo a observações das disposições do código em associação aos parâmetros da lei de uso e ocupação do solo. Menções ao Iphan aparecem apenas nos artigos 90 e 162, pelos quais obras na cobertura e em elementos de acessibilidade, nos imóveis dentro do limite do “Centro Histórico Tombado”, devem passar previamente pelo órgão federal.

Como não houve indicação de diretrizes urbanísticas para a área tombada, a prefeitura recorria a essa lacuna normativa para repassar ao ETD a responsabilidade de aprovação de propostas naquela área (BARROS FILHO, 2018). Essas propostas são diretamente analisadas pelo Iphan, cabendo à prefeitura recebê-las já negociadas e aprovadas pelo órgão federal. Dessa forma, o escritório técnico avaliava parâmetros construtivos que extrapolavam aspectos exclusivamente voltados para a preservação arquitetônica do conjunto, sobrecarregando a sua atuação.

A complementação do Código de Obras evidencia a preocupação da prefeitura municipal em aplicar infrações em projetos que não estão de acordo com os procedimentos administrativos do trâmite da aprovação, mais do que propriamente legislar sobre parâmetros urbanísticos e arquitetônicos para a área urbana.

Em 2013, através do PAC-CH, foi criada uma linha exclusiva aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, cabendo ao instituto a concepção do Programa em colaboração com prefeituras municipais, universidades e outras instituições federais (PORTAL IPHAN, 2017). Foram celebrados termos de compromisso para treze bens em Diamantina, conforme informa a Portaria IPHAN n. 383 de 2013 (DOU, 2013, p. 5). Nem todos os projetos contemplados pelo programa, extinto desde a transição dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016 a 2018), conseguiram ser implementados (BARROS FILHO, 2018) e, como visto no caso do programa

Monumenta, a maior parte dos bens contemplados pelo PAC-CH também se enquadraram no polígono de classificação da Unesco como patrimônio mundial.

No ano de 2014, o Iphan publica o primeiro manual a tratar sobre os aspectos de acessibilidade em sítios tombados (IPHAN, 2014b). Esse manual acompanhou o desenrolar político de propostas inclusivas, que desde 1987 estava legislada e validada pela CF (BRASIL, 1988), mas não incorporada ao debate cotidiano das ações institucionais. Em 2015, a Instrução Normativa nº 01 (IPHAN, 2015b) estabeleceria procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan, no âmbito de licenciamento ambiental, fato que inauguraria a integração das políticas federais de preservação ambiental e patrimonial.

Por outro lado, o aparato legislativo da prefeitura municipal, desenvolvido entre 2010 e 2022, espelhou as iniciativas de preservação apresentadas ao longo desse item. Fossem elas: a instituição do plano diretor e sua atualização; a criação de ferramentas para institucionalizar o Conselho de Patrimônio Cultural e os seus recursos; o alinhamento com entidades vinculadas à preservação do patrimônio em âmbito mundial; e o financiamento do setor cultural da cidade.

Em 2014, é instituído, pela Lei municipal ordinária n. 3860, o registro imaterial dos bens culturais da cidade. Até 2023 (IEPHA, 2023), foram registrados pelo município a Festa do Divino, a Guarda Romana, o Modo de Fazer do Bolo de Arroz e a Banda Fogosa do Sapo Seco; pelo Iepha as Folias de Minas, as Violas de Minas, a Arte em Barro do Vale do Jequitinhonha e o Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-vivas; e pelo Iphan a Linguagem dos Sinos e as Rodas de Capoeira e o Ofício de Mestres de Capoeira. Isso demonstra o alinhamento da política cultural municipal com aquela praticada a nível federal e estadual.

A partir da prática do autor durante o mestrado (entre os anos de 2016 e 2018), foi constatado que o ETD não apresentara atuação significativa em relação ao âmbito imaterial cultural de Diamantina, fato reforçado pela composição do corpo técnico com predominância de arquitetos. Isso explica o fato de as políticas imateriais serem mais recorrentes pela atuação do setor cultural do município, situação que também pode ser caracterizada como uma consequência indireta das políticas implementadas pelo

ICMS Cultural de Minas Gerais, ao exigirem aportes de novos instrumentos de preservação com vistas à pontuação e obtenção de receita.

Além disso, entre as décadas de 2010 e 2020, o ETD Iphan recorreu a recursos do PAC para tentar instituir uma Unidade de Conservação (UC) municipal na Serra dos Cristais, por meio da Área de Proteção Ambiental (APA), em parceria com a Prefeitura Municipal (ECOLIBRA, 2020). A instituição dessa APA se deu em 29 de setembro de 2023, por meio da Lei Complementar nº 178, com o estabelecimento do Conselho Gestor composto por representantes de órgãos públicos (IcmBio, IEF, PMD, Iepha e Iphan), da UFVJM e da sociedade civil. Essa foi uma medida para instrumentalizar uma melhor gestão do monumento paisagístico no território municipal, a partir de um Plano de Manejo com setorizações e diretrizes de ocupação.

Retomando a análise para o âmbito federal, desde o início da década de 2010, os Departamentos de Patrimônio Imaterial (DPI) e Material do Iphan (Depam) têm atualizado a discussão sobre normas de preservação de cidades históricas, em várias das superintendências distribuídas pelo país. O objetivo seria o de encontrar uma matriz conceitual mais bem desenvolvida, visando incorporar valorações tangíveis e intangíveis nessa discussão sobre normas de áreas urbanas – situação que até então não era debatida, posto que as análises recaíam preferencialmente no caráter material dos bens culturais do núcleo citadino.

Um reflexo disso foi a instauração da portaria nº 375 de 2018, instruindo a política de patrimônio cultural material do órgão federal (IPHAN, 2018), sem contar que um programa de patrimônio imaterial, no âmbito federal, já havia sido estruturado pela portaria nº 200 de 2016 (IPHAN, 2016). Nesse ensejo, entre 2015 e 2022, o ETD retoma as discussões para a criação de uma nova portaria com critérios e normas para as intervenções na área tombada de Diamantina. Em 2023 foi estabelecida uma minuta de portaria com normas de intervenção para o Conjunto Urbanístico e Arquitetônico de Diamantina (IPHAN, 2023), resultado desse contexto das ações do Depam de 2018.

A minuta ainda aguarda a consulta pública e aprovação do setor jurídico do Iphan para se efetivar legalmente. Os estudos apresentados na dissertação de 2018 (BARROS FILHO) foram um dos utilizados para embasá-la, como visto em mapas incorporados

à minuta, apesar de essa autoria não ter sido nela veiculada (no próximo capítulo, é detalhado o processo e a possível razão para isso).

Esse compilado de leis e posturas gerenciais se desenvolveram no território evidenciado pelo 6º período morfológico. A expansão da cidade para muito além da área acautelada exigiu esforços para uma articulação das instâncias da administração pública em Diamantina, fato também propulsionado pela sua titulação a Patrimônio Mundial da Humanidade. Em 2023, contudo, o desenvolvimento da minuta com normativas de intervenção na área tombada pelo Iphan demonstra que essa articulação ainda não equalizou as demandas gerenciais desse órgão. O último período morfológico é reflexo dessa contextualização contemporânea.

O capítulo a seguir se desenvolveu por meio da proposta de articulação dessas fases gerenciais com os aportes de morfologia urbana, prenunciados nas abordagens aqui apresentadas. Por essa análise, a tese pretendeu encontrar um possível caminho para se gerenciar uma paisagem urbana de forma efetiva, ao associar o panorama legal de Diamantina com o estudo de sua morfologia urbana.

4. A GESTÃO DE DIAMANTINA E A MORFOLOGIA URBANA

Nos episódios que envolveram a gestão do patrimônio urbano de Diamantina, desde o tombamento federal do seu conjunto arquitetônico e urbanístico em 1938, foi constatado que houve o desenvolvimento de dedicados estudos e pesquisas, no intuito de aperfeiçoar a administração do solo urbano perante as demandas de acautelamento do seu acervo edificado tombado.

Demandas que foram se alterando consoante os interesses políticos e sociais que se desenvolveram, entre os séculos XX e XXI, no seio da articulação política de instâncias gestoras do patrimônio cultural, como visto no capítulo anterior. De um modo não explícito, ao desenvolver uma análise sobre esses períodos de gestão, é possível entrever ações que se aproximariam do aporte de morfologia urbana tratada no preâmbulo da pesquisa.

A análise das fases de gestão perante os aportes análogos a métodos específicos do campo científico de Morfologia Urbana se fará como forma de demonstrar que a cidade, mesmo de um modo indireto, recebeu interpretações que tentaram se aproximar do conceito de paisagem cultural, mas sem de fato incorporá-la.

A aproximação acontece quando métodos de estudo enfocam a análise processual de sua formação, conforme seu contexto histórico e até mesmo geográfico. Esse fato evidencia como a conceituação da cidade como paisagem cultural permite tornar mais evidente o modo de analisar seus elementos compositivos e morfológicos, de modo mais integrado do que foi realizado, ou ao menos do que se tentou realizar, durante as fases de gestão de Diamantina.

Nem sempre foi possível identificar os métodos que orientaram os estudos e, em alguns momentos, a ausência de documentos históricos e arquivísticos tornava inviável comprovar suas fontes de inspiração ou pressupostos teóricos. Entretanto, tomando-se o cuidado de não criar evidências onde não há provas, foi possível desenvolver uma análise aproximando as abordagens adotadas, nos períodos de gestão urbana, às da morfologia urbana apresentadas no primeiro capítulo e estudadas em Diamantina no segundo.

Os eventos que envolveram estudos análogos aos métodos de morfologia urbana em Diamantina - mesmo que, em alguns momentos, de forma indireta - podem ser distribuídos pelas suas três fases de gestão urbana, como demonstrados na tabela a seguir. Em cada fase, está destacado o contexto associado ao aporte morfológico.

Tabela 04: Períodos Morfológicos x Fases de Gestão em Diamantina/MG.

PERÍODO COLONIAL	1º Período Morfológico MORFOGÊNESE (Final do séc. XVII-1730)		
	2º Período Morfológico CONSOLIDAÇÃO URBANA (1731-1784)		
FINAL DO PERÍODO COLONIAL / PERÍODO IMPERIAL	3º Período Morfológico CIDADE DE DIAMANTINA (1785-1889)		
PERÍODO REPUBLICANO	4º Período Morfológico DIAMANTINA POLO REGIONAL (1890-1937)		
	5º Período Morfológico DIAMANTINA PATRIMÔNIO NACIONAL (1938-1998)	Fase Heroica do Iphan (1937-1964)	1ª Fase de Gestão (1938-1960) Processo de definição da poligonal federal.
		Fase Moderna do Iphan (1965-1985)	2ª Fase de Gestão (1961-1997) Contexto do INBISU e INCEU
		Fase da Redemocratização do Iphan (1986-2002)	
	6º Período Morfológico DIAMANTINA PATRIMÔNIO MUNDIAL (1999-2022)	Fase contemporânea do Iphan (a partir de 2003)	3ª Fase de Gestão (1998-2023) Minuta de Portaria Normativa

Adaptação pelo autor, 2023. Fonte: PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015.

O primeiro contexto se trata do processo de definição da poligonal federal de tombamento, entre as décadas de 1930 e 1950 (1ª fase), com debates envolvendo o Iphan e a prefeitura municipal.

O segundo corresponderia ao ensejo da candidatura da cidade ao título de patrimônio mundial pela Unesco, no final da década de 1990, visto que estudos morfológicos e

tipológicos, pautados pelo Inbi-Su, propiciaram tanto a justificativa de candidatura quanto a poligonal de titulação. O método Inceu, mesmo não implementado, entraria nesse processo, por se tratar de uma complementação do Inbi-Su, por estudos topo-perceptivos da paisagem urbana construída. Esses dois métodos (Inbi-Su e Inceu) estão vinculados à 2ª fase de gestão urbana, ao serem motivados pelo contexto de atuação do instituto na década de 1980 (CHUVA, 2017).

Por fim, o terceiro momento se associa à elaboração mais recente de minuta do Iphan (2023) para a portaria de normas de intervenção no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina. Processo desenvolvido entre 2016 e 2023, correspondente à 3ª e atual fase da gestão do seu solo urbano.

Como se verá adiante, cada um dos métodos análogos à abordagem morfológica foram produtos do modo de se pensar o espaço construído pela ação humana, situações motivadas pelos interesses em jogo na administração pública do território diamantinense. Entretanto, há pontos que tangenciaram ou que se afastaram dos métodos de morfologia urbana estudados aqui no segundo capítulo, situação que irá resultar na ausência interpretativa da cidade, nos três momentos de gestão, como uma paisagem cultural holística em si – como se verá a seguir.

4.1. A Morfologia Urbana na 1ª fase de Gestão Urbana

Entre os anos de 1938 e 1959, a cidade de Diamantina experimentara as primeiras décadas de atuação do órgão federal, no tocante à preservação de seu tecido urbano colonial. Ela foi tombada em 1938, como conjunto arquitetônico e urbanístico pelo então Sphan, no Livro de Tombo de Belas Artes, sob o processo federal nº 64-T-38.

Segundo Fonseca (1997), os bens inscritos no Livro de Belas Artes seriam aqueles representativos do ideário estético em conformidade com a semântica preservacionista dos modernistas, elegendo cidades barrocas como exemplares daquilo que deveria ser valorado naquele contexto, para a proteção desse patrimônio edificado. Por meio de uma espécie de hierarquização dos livros de tomo, os Livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico abrigaram bens que, por falta de maior interesse estético, não possuíam condições de atender às exigências para a inscrição no Livro de Belas Artes – o mais valorado naquele contexto.

A cidade de Diamantina apresentara, portanto, condições suficientes para se classificar por este livro, cujas preocupações de preservação por parte do SPHAN se inter-relacionavam com essa valoração.

Por meio de uma breve retrospectiva conceitual, vale lembrar que a noção de patrimônio, naquele momento, enaltecia sobretudo o conceito do “monumento histórico” (CASTRIOTA, 2009; CARSALADE, 2011), como representativo do ideário de nação a ser divulgado (FONSECA, 1997), atitude incorporada pelo serviço de proteção nacional do patrimônio durante os primeiros tombamentos isolados e urbanos.

Em relação às discussões sobre a “paisagem”, mesmo que consolidados – nesse período - os estudos de geografia cultural, com os aportes de paisagem articulada aos seus atributos culturais (LA BLACHE, 1903; PASSARGE, 1920; SAUER, 1996), tais considerações ainda não estavam incorporadas ao modo de se gerenciar um território urbano acautelado.

Aproximando-se do contexto urbano de Diamantina, apresentado no segundo capítulo, é possível compreender os fenômenos e suas implicações, em processo naquele território.

A cidade ainda sentia os reflexos da diversificação comercial e econômica, experimentada no final do século XIX, com o início do Brasil republicano e a instalação da linha ferroviária. Por essa razão, a criação de novos equipamentos urbanos e o acirramento de ocupações periféricas vão conduzir à expansão da cidade no sentido sudeste-noroeste.

Porém, os efeitos econômicos atuantes naquele momento também induziram a um maior espraiamento da cidade, conformada entre as encostas das serras de Santo Antônio e São Francisco. Nessas ampliações, as edificações executadas não mais seguiam o padrão construtivo “tradicional” da centralidade antiga (IPHAN, 1938), incorporando as inovações ecléticas e proto-modernistas em voga naquele período. E, por outro lado, o tombamento da cidade se realizou desprovido de maiores esclarecimentos quanto à área de abordagem da proteção e aos seus parâmetros de conduta.

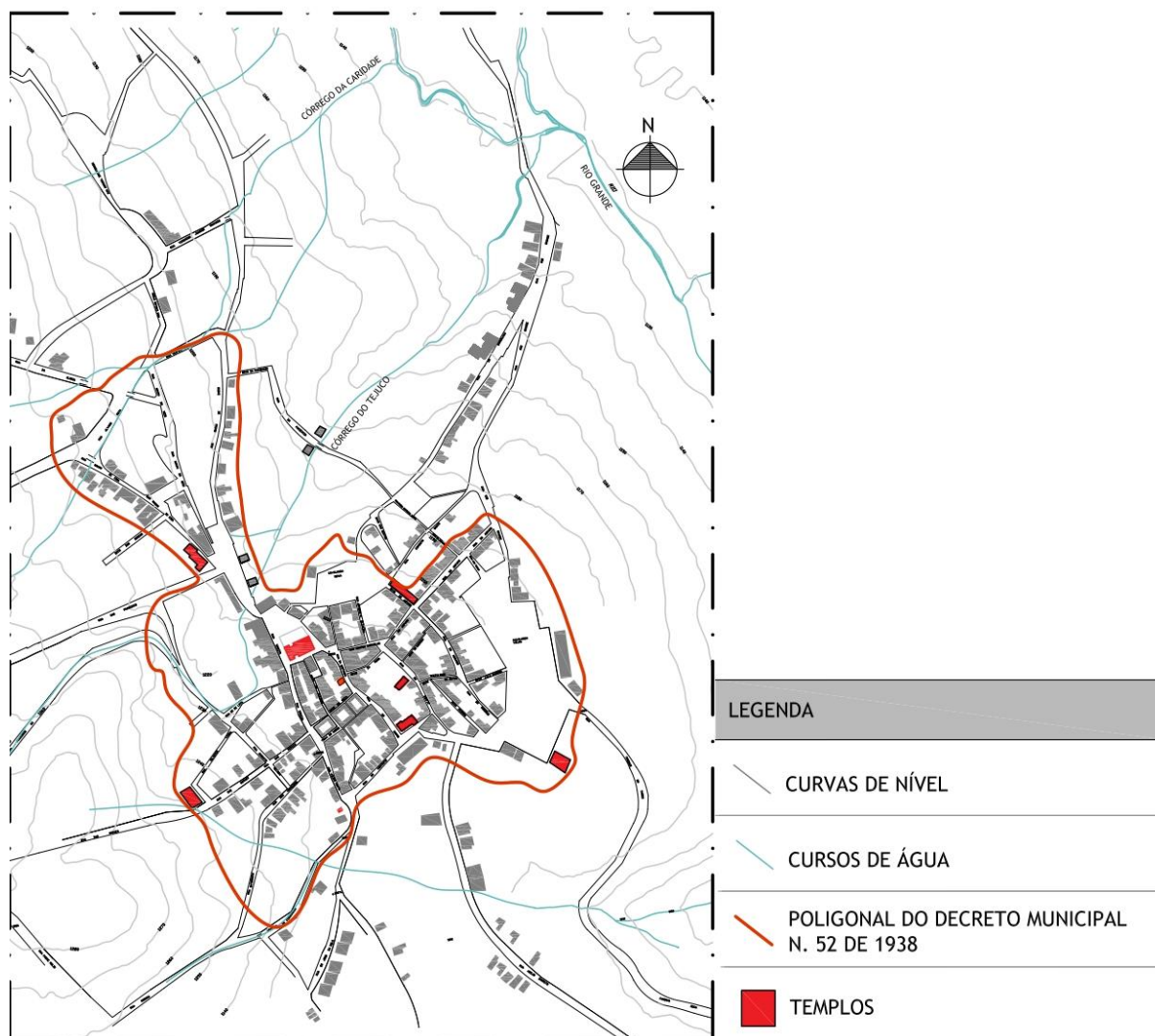
Foram esses fatos que resultaram nas trocas de correspondências entre a prefeitura municipal e o órgão federal (IPHAN, 1938), visando estabelecer diretrizes mais claras de atuação, principalmente no que se relacionava às respectivas atribuições no solo urbano e, em consequência disso, à definição de uma zona de proteção para o centro histórico acautelado.

Dentre as respostas concedidas pelo Sphan, destaca-se a que explicita sobre a proteção da cidade, feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1938 (IPHAN, 1938). Segundo ele, o intuito seria o de se preservar o conjunto como um todo, importando garantir a manutenção e conservação do casario que pautava a identidade da cidade, como um remanescente do núcleo colonial setecentista. A informação de que novas construções poderiam ser realizadas, caso fossem afastadas da cidade histórica, foi a que resultou nessa delimitação.

Isso pelo fato de haver uma contradição lógica de preservação. A cidade como um todo estaria tombada, mas construções afastadas da cidade histórica poderiam se fazer com menor rigor arquitetônico, mesmo que prioritariamente respeitando as técnicas construtivas tradicionais. Logo, a prefeitura enxergou nesse fato a possibilidade de delimitar uma área para a proteção prioritária, na qual fora dela seria tratada a região “não histórica” e passível de expansões e construções sob regulações menos rigorosas.

Dessarte, iniciaram-se as propostas de delimitação da zona histórica, construída e deliberada entre a prefeitura municipal (PMD) e o Sphan. A primeira delas foi sugerida pela prefeitura em 1938, como apresentada abaixo.

Figura 110: Delimitação proposta pela PMD em 1938, contraposta à planta do 2º período morfológico.



Adaptação pelo autor, 2023.

A delimitação de 1938 foi contraposta ao adensamento construtivo evidenciado no segundo período morfológico (1784), época de consolidação do antigo Arraial do Tijuco. Mesmo desprovido de documentos comprobatórios, a leitura do mapa por si só traz a observação de que a poligonal envolveu todos os templos religiosos e o casario mais concentrado naquele período histórico. Deduz-se, portanto, que a prefeitura pode ter avaliado a centralidade do antigo arraial, ainda mantida na planta urbana de 1938, para se delimitar a “área histórica” pretendida por Andrade.

Conjectura-se que essa delimitação se fez de forma análoga às considerações de Conzen (1960), ao investigar a cidade do ponto de vista evolutivo e estabelecer uma interpretação da cidade em termos da avaliação de seu plano urbano. Ou seja, seria

uma evidência da aproximação conceitual com as discussões sobre a morfologia urbana. Contudo, cercou-se de apenas uma das escalas da análise tripartite da forma cidadina, ao focar o tecido urbano e o estudo de sua evolução, dando relevância ao período de desenvolvimento do arraial no século XVIII.

Por outro lado, no trecho indicado acima, no qual Andrade informa que a identidade da cidade seria conferida pelo casario que o constitui, é possível avaliar ainda uma outra conotação. Nesse caso, o aspecto da tipologia edilícia e de sua composição por tecidos “pretensamente” homogêneos (o que de fato não são, como visto no segundo capítulo) seria o elemento a ser considerado como integrante da identidade do conjunto a ser preservado, excluindo-se das considerações protecionistas os trechos de expansões, com tipos construtivos distintos daqueles setecentistas. Nesse caso, a interpretação do Iphan teria interface com a segunda escala de análise das Escolas Inglesa e Italiana – análise dos tecidos.

É evidente que essa observação não se fará de modo anacrônico e nem decisivo, visto que as discussões sobre o tema foram se perpetuar em publicações após a Segunda Guerra Mundial (vide primeiro capítulo). Embora isso não impeça que seja feita a avaliação de que a primeira proposta de delimitação da zona histórica possuiu um forte caráter de estudo do processo morfológico diamantinense, retrocedendo ao seu decurso desde o século XVIII: fato comprovado quando se compara a concentração do casario delimitado pela poligonal em relação ao mapa do segundo período morfológico (1785), estudado no segundo capítulo.

Além disso, ao verificar que a obra “Arraial do Tijuco”, escrita por Machado Filho, teve sua primeira edição em 1939, com reapresentação da planta do arraial em 1775, pode-se deduzir que essa cartografia já era de conhecimento comum dos administradores do município, podendo ter sido empregada na avaliação da massa edificada e de logradouros daquele espaço. Todavia, essa delimitação não foi validada pelo Sphan, como indicou o processo de tombamento.

Uma década depois, em 1949, o prefeito Edison Lago Pinheiro retoma essa negociação, ao relatar a dificuldade de gerir a cidade sem uma poligonal definida para receber as diretrizes mais restritivas de preservação (GONÇALVES, 2010). Isso, quando a cidade se direcionava para a cumeada da serra de Santo Antônio e para o

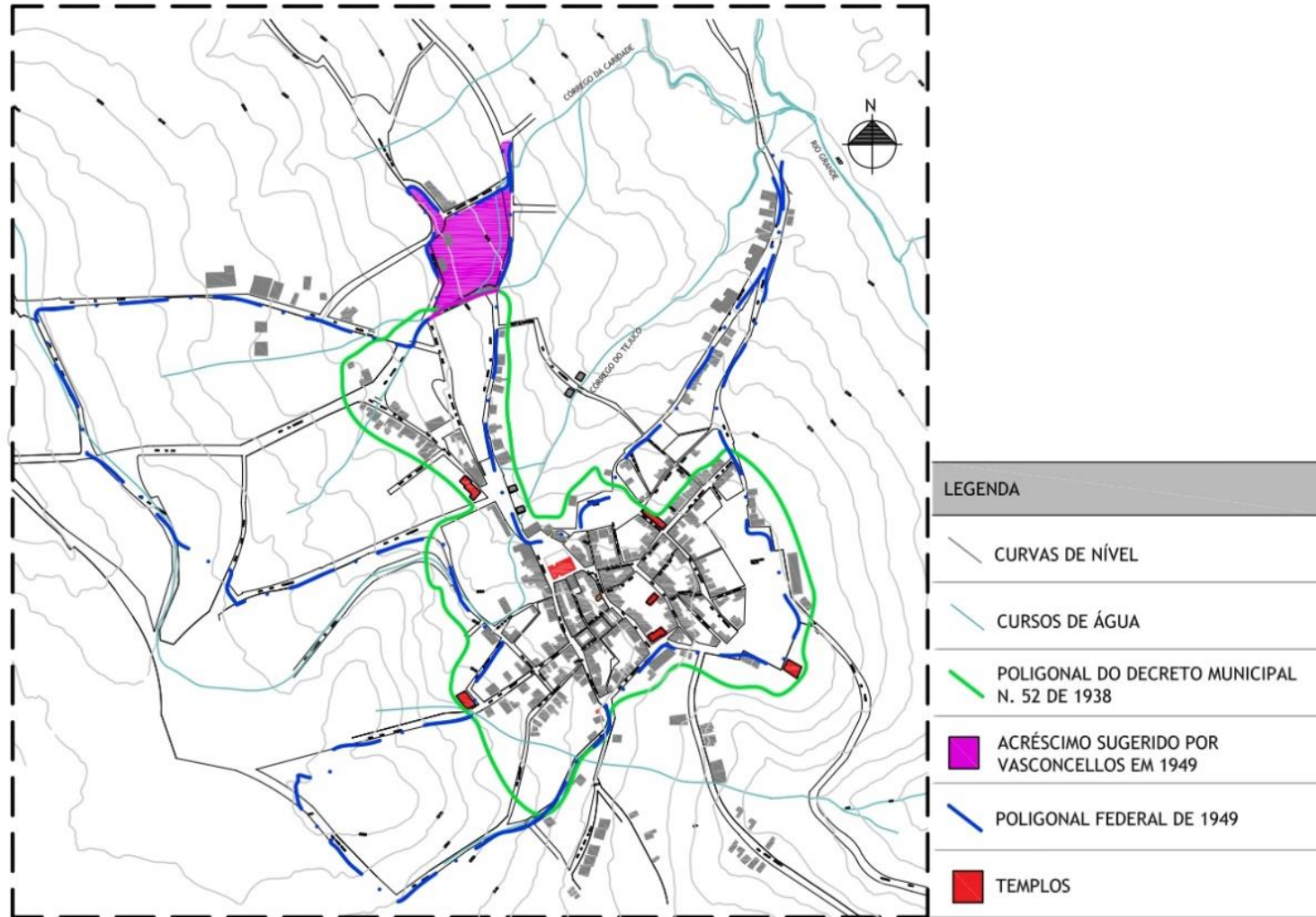
sopé da de São Francisco, além de se alongar em direção ao distrito de Extração (vide 4º período morfológico, no segundo capítulo). Não fazia sentido manter, com o mesmo rigor administrativo, as áreas que extrapolariam o centro histórico, dentro da valoração defendida por Andrade desde 1938.

Como dito no início deste texto, a acepção sobre paisagem cultural não havia sido consolidada no contexto preservacionista do período, por isso a ambiência dos bens tombados (cuja proteção estava indicada no artigo nº 18 do DL 25/1937) era estudada caso a caso, sem a noção do todo e da paisagem. A Serra dos Cristais tampouco havia recebido atribuição de valor nessa dinâmica espacial.

A Dphan acata essa demanda de delimitação da poligonal e encaminha Lucas Mayerhofer para desenvolver os seus estudos, que finalmente seriam incorporados ao processo federal. No capítulo anterior, foi informado não haver dados com os resultados sobre as pesquisas, desenvolvidas por esse profissional que possuía experiência na prática preservacionista dentro do antigo Sphan.

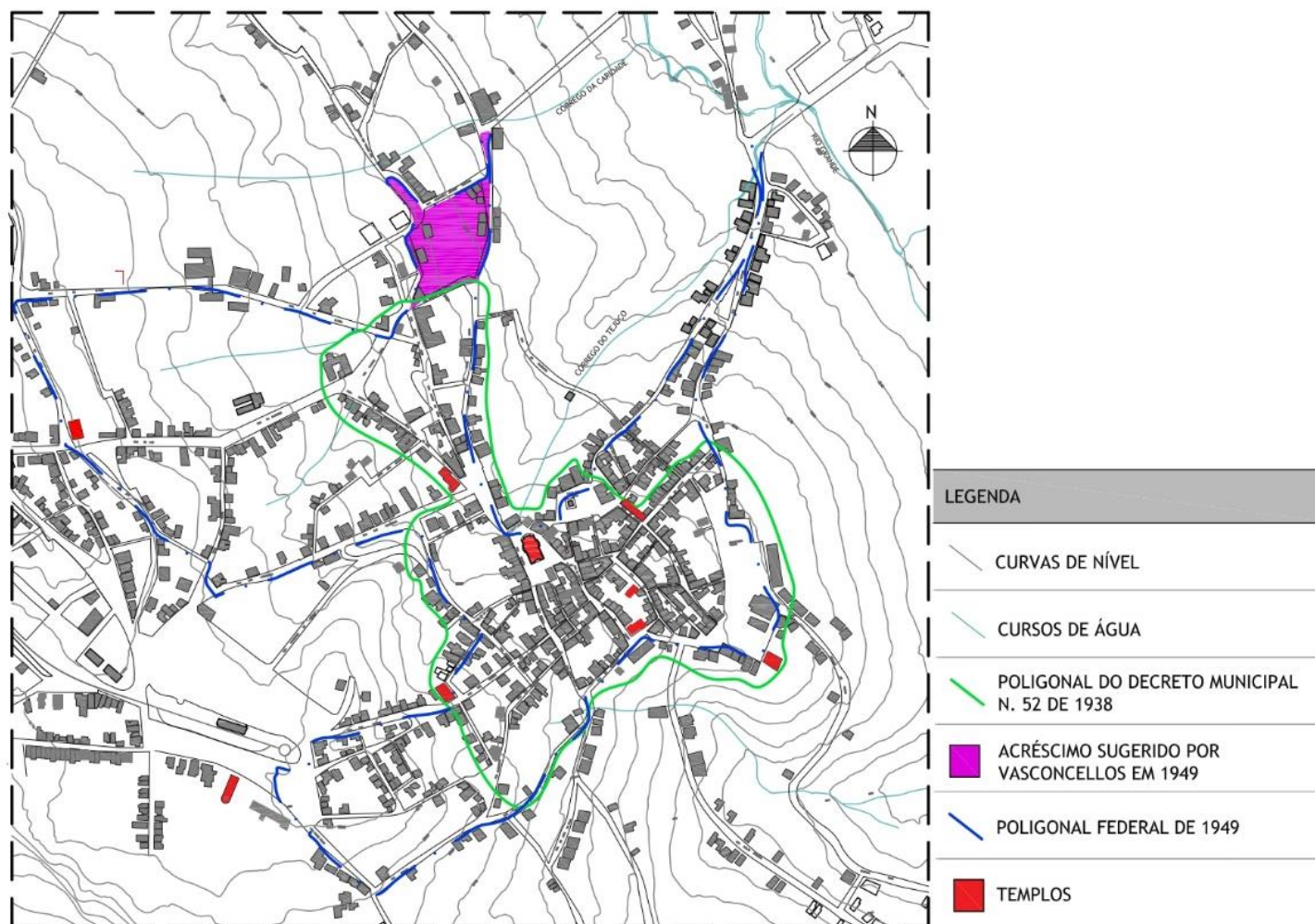
Abaixo segue a cartografia comparativa, para evidenciar algumas conclusões extraídas da presente pesquisa.

Figura 111: Poligonais sobre o mapa do 2º período morfológico (1784).



Adaptação pelo autor, 2023.

Figura 112: Poligonais sobre o mapa do 4º período morfológico (1938).



Adaptação pelo autor, 2023.

Os dois mapas acima representam o 2º e o 4º períodos morfológicos, em justaposição às fases de elaboração dos polígonos de acautelamento. Usou-se o 2º período para avaliar a definição dos perímetros em relação à massa edificada no século XVIII. O 4º período é de 1938, possível ano do mapa usado como base para a confecção da poligonal de tombamento do Iphan.

O primeiro polígono apresentado, em verde, foi o já discutido e deliberado pela Lei n. 52 de 1938. O segundo em azul é o deliberado pela Lei n. 69 de 1959, ratificado pela Dphan após o acréscimo da área correspondente ao Arraial dos Forros (roxo).

Pelo primeiro mapa, é possível constatar que a poligonal do Iphan visou agregar grande parte dos logradouros setecentistas (mesmo desocupados naquele momento), pertencentes ao plano urbano setecentista, tais como as ruas do Burgalhau, Glória, Caridade, Mercês e Jogo da Bola, sem contar que cuidadosamente contemplou os primitivos arraiais do Rio Grande e dos Forros. Inclusive a região do arraial dos Forros foi acrescida, por sugestão de Vasconcellos, por representar o quarto arraial de consolidação da forma urbana setecentista (agregando mais um fragmento de tecido colonial), até então desconsiderada pela poligonal proposta pela prefeitura: situação que a contrapunha à delimitação de Guerra, em 1938.

Quando se verifica o segundo mapa, é possível notar que a extensão a oeste da poligonal do Iphan atuou no sentido de tangenciar a igreja de Nossa Senhora da Luz e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus, processo comum de se desenvolver poligonais, conforme foi mencionado pelo processo de tombamento (IPHAN, 1938). Além disso, fica evidente como ela circundou o morro do Grupiara e não incluiu os novos eixos de expansão a noroeste, a sudeste, à serra de São Francisco e ao largo Dom João.

Essas áreas excluídas apresentavam forte dinamismo urbano naquele momento, como estudado entre o terceiro e o quarto período morfológico (visto no segundo capítulo), nas quais o prefeito Pinheiro já havia demonstrado interesse de não serem incluídas por essa delimitação. Além disso, são áreas de ocupação tardia do final do XIX, desprovidas do acervo setecentista pretendido pela proteção do Iphan.

Além dos trechos evidenciados no capítulo anterior, informando sobre a preocupação histórica em confeccionar a poligonal, pode-se chegar à conclusão de que também houve uma tentativa de se realizar uma avaliação da evolução morfológica da cidade, desde a formação do antigo arraial do Tijuco. Essa avaliação pode ter levado em conta o estudo da evolução da cidade desde 1774 (correspondente ao antigo mapa do arraial e ao 2º período morfológico) até a consolidação urbana de 1938, quando a cidade teve o seu tombamento pelo Iphan e associado ao 4º período de morfologia urbana estudado. Utilizar-se-ia, para tanto, da metodologia morfológica de comparação de cartografias antigas.

Em suma, os estudos sobre a evolução urbana de Diamantina, dos quais podemos inferir pelo processo de delimitação da poligonal federal nesse segundo momento, podem ter sido análogos ao apresentado por Silvio de Vasconcellos, em seu artigo de 1959, no qual desenvolveu esboços e textos analíticos sobre a formação da urbe diamantinense.

Além disso, da mesma forma como identificado na primeira delimitação, aqui se mostra evidente a aplicação similar ao aporte Conzeniano (1960). Como visto no primeiro capítulo, o geógrafo se dedicou ao estudo aprofundado do decurso urbano de cidades inglesas, pela análise de seus períodos morfológicos, método usado no segundo capítulo desta tese. Abordagem que se aproximou intimamente com aquela representada por Sylvio de Vasconcellos.

Desse modo, pode ser avaliado que os estudos empenhados pelo Instituto Nacional visaram entender o desenvolvimento da escala mais abrangente de análise, por meio do plano urbano, para assim se incorporarem na poligonal as áreas propulsoras da consolidação do casario tijucano, no século XVIII. Nesse sentido, buscaram privilegiar períodos morfológicos setecentistas, em detrimento das áreas de expansão vistas a partir do XIX e dotadas de tipos edifícios, tecidos e planos urbanos distintos daqueles eleitos como o de preservação rigorosa (o colonial). Eram enaltecidos os tecidos homogêneos com os tipos básicos coloniais (edificações “setecentistas” nas testadas de lotes alongados e profundos, sem afastamentos laterais e quintais significativos, fossem elas horizontalizadas ou assobradadas), desconsiderando aqueles com disposições de lotes e de edifícios, em tecidos não correspondentes ao padrão do século XVIII.

Infelizmente, não foram encontradas fontes que comprovassem o conhecimento sobre as discussões acerca da morfologia urbana, por parte de Vasconcellos. Situação que pode demonstrar sincronidade de abordagens (PEREIRA COSTA, 2015) ou até mesmo a influência desse conhecimento (não documentado), por parte do que se discutia nas políticas preservacionistas daquele período. Lembrando que, no momento da segunda delimitação (entre as décadas de 1930 e 1950), essas discussões já estavam em divulgação no continente europeu.

Em todo caso, pode-se concluir que o processo de delimitação da poligonal de tombamento do Iphan incorporou parcialmente a abordagem inglesa, ao se preocupar com o estudo da forma urbana ao longo dos séculos. Deu-se ênfase ao plano urbano consolidado nos setecentos, ao se direcionar para a preservação do tecido setecentista, em detrimento daqueles de ocupação posterior e dotados de tipos edilícios distintos do colonial. Assim, enfocou as duas escalas da análise de Morfologia Urbana, pouco considerando aspectos de uso e ocupação de lotes. Em relação à Escola Italiana, a leitura de Andrade a incorpora ao revelar a necessidade de se preservarem tecidos com os tipos coloniais, assim como foram vistos estudos de Vasconcellos (1979) sobre o processo de transformação dos tipos edilícios em Minas Gerais.

Decorrido meio século desde a definição da poligonal federal, o desenvolvimento de um enfoque de preservação, que pudesse estar associado ao estudo detalhado de todos os aspectos do sítio urbano, vai se tornar o estopim para a adoção de novos aportes metodológicos perante a gestão da área tombada de Diamantina, como se verá na fase seguinte.

4.2. A Morfologia Urbana na 2ª fase de Gestão Urbana

O período que contextualiza a análise da segunda fase de gestão urbana recai na década de 1990. Naquele momento, as discussões sobre a noção de paisagem já tinham incorporado as considerações de McHarg (1971), Delpoux (1972) e Macedo (1995), nas quais ela era interpretada de modo cada vez mais abrangente, como visto no primeiro capítulo.

Por exemplo, Delpoux (1972) interpretava que todas as partes da superfície terrestre eram compostas por um mosaico de paisagens, estruturadas em três elementos: potencial abiótico, a exploração biótica e o uso antrópico. McHarg (1971) avaliaria que forma e processo seriam indivisíveis, sendo aspectos de um mesmo fenômeno evolutivo. Nesse sentido, qualquer componente terrestre poderia ser classificado como uma paisagem, cujo decurso processual é indivisível de sua própria forma. Macedo incorpora à discussão a necessidade de se compreender a forma urbana dentro de uma compreensão mais ampla de uma paisagem urbanizada.

Além disso, o viés simbólico e perceptivo da paisagem também estava em discussão por Cullen (1959), Lynch (1960), Trieb (1972) e Lowenthal (1975). Autores que vão influenciar Kohlsdorf (1996) em suas considerações sobre a apreensão da forma da cidade, por meio de mecanismos perceptivos e cognitivos.

No campo patrimonial, o conceito de “patrimônio histórico” já havia englobado as noções de “patrimônio cultural” e “paisagem cultural urbana” (CASTRIOTA, 2009), permitindo a fusão dessas noções, com introdução de políticas públicas que pudessem gerir esse tipo de bem acautelado. Em 1992, por exemplo, já havia sido criada a categoria de “Paisagem Cultural” à Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, seguida pela elaboração da Recomendação da Paisagem Cultural três anos depois – vide primeiro capítulo.

No Brasil, a classificação de cidades como patrimônio mundial pela Unesco ainda não se enquadrava nessa nova categoria de “paisagem cultural”. Fato comprovado pela própria candidatura de Diamantina em 1999, visto que a estratégia de conceituação da paisagem cultural da cidade, associada à Serra dos Cristais, foi adotada apenas como uma argumentação da candidatura, e não de fato como uma titulação nesse viés. E foram as políticas resultantes dessa candidatura que caracterizaram o 5º período morfológico, ensejo desse período de gestão.

Na década de 1990, Diamantina já experimentara quatro décadas de gestão patrimonial do seu território. Às políticas consolidadas pelo processo de tombamento foram sendo acrescentados fenômenos urbanos que propiciaram uma maior expansão da cidade pelo eixo dominante noroeste-sudeste, mesmo enfrentando alguns reveses: como foi o caso da abertura de rodovias, na década de 1950, com a dissolução da

cidade em sua função de polo regional, e a desativação do ramal ferroviário na década de 1970.

A cidade se expandiu por não ter perdido o seu caráter atrativo de instituições, dentre elas as educacionais, além de consolidar o seu setor de serviços. Por conseguinte, Diamantina alcançara a década de 1990 com aportes financeiros que visavam fortalecer o setor turístico, fato que se associou a um dos interesses da candidatura pela Unesco.

No mapa do quinto período morfológico (segundo capítulo), foi possível perceber o quanto a cidade havia se ampliado em 1998. Mesmo com a intensificação da expansão entre as encostas das serras de São Francisco e Santo Antônio, observou-se que novos eixos começaram a se formar tangenciando e até mesmo, no flanco oriental, extrapolando a cumeada dessas serranias.

Esse é o cenário da cidade, quando a prefeitura municipal se alia ao Iphan para intentar a candidatura à Unesco. Ou seja, ela havia atingido o porte médio, com demandas urbanas muito mais complexas do que as verificadas no período de gestão anterior.

Nesse sentido, vão surgindo pleitos para o estabelecimento de novos aportes legais, representados por lei de uso e ocupação do solo, plano diretor e portarias de intervenção. Para instrumentalizá-los, incorporou-se inicialmente pelo Instituto Nacional a metodologia do Inbi-Su.

4.2.1. INBI-SU

Desde o final da década de 1980, a gestão urbana em Diamantina, pelo Iphan, foi caracterizada pela realização de inventários, a fim de se avaliarem as características de ocupação e arquitetônicas da área tombada. Essas ações foram desenvolvidas por Fernandes e D'Assumpção (BARROS FILHO, 2018), auxiliadas por outros profissionais envolvidos com a prática do escritório técnico federal na cidade, criado naquela década.

Segundo Chuva (2017), a gestão do bem tombado era cada vez mais um problema incontornável a ser abordado, naquele período, no qual as dificuldades de fiscalização da sua conservação se contrapunham aos fenômenos de crescimentos das cidades.

E Diamantina não escapou a esse processo, como visto entre o 4º e o 5º período morfológico. Talvez tenha sido esse um dos aspectos para a instalação do escritório local, em um cenário de intensa dinamicidade urbana.

No ano de 1989 (CHUVA, 2017), o Departamento de Informação e Documentação (DID) do Iphan formulou o método do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (Inbi-Su), contando com a participação de várias regionais administrativas, inclusive a de Minas Gerais. O seu manual de aplicação só foi desenvolvido em 2001, porém, registra todo o decorrer metodológico da abordagem, tendo sido o documento de referência para essa seção.

O Inbi-Su só vai chegar a Diamantina no ano de 1998 (IPHAN, 1998). O contexto já apresentado se relacionou à articulação entre poderes públicos municipal, estadual e federal, além de setores da sociedade civil (por meio do Grupo de Apoio Técnico – GAT), para se intentar a titulação de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, candidatura frustrada em 1993 (BORSAGLI, 2011).

O aporte conceitual do Inbi-Su partiu da construção do conceito de “patrimônio urbano” (IPHAN, 2001b). O raciocínio introdutório é explicitamente vinculado ao contexto apresentado anteriormente, no qual o patrimônio cultural se articulava às políticas de descentralização das tarefas de preservação para estados e municípios. Chama a atenção, contudo, o fato de realçarem que ele estava sendo visto como um “valor econômico para o turismo” (IPHAN, 2001b, p. 13). Isso denota a forte associação do inventário com as políticas de titulação mundial do período, como a adotada em Diamantina.

O conceito de “cidade-documento” é o referenciado pelo manual do inventário, no qual a cidade é percebida como um lugar socialmente produzido, com acúmulos de vestígios culturais sucessivos e resultantes da “permanente apropriação das coisas do passado, documentando a trajetória de uma sociedade” (IPHAN, 2001b, p. 13). Essa conceituação se aproxima do “palimpsesto” de camadas acumuladas em uma paisagem urbana, como explicitado pela Escola de Morfologia Urbana de Conzen (1960). Por essa razão, novamente o plano urbano é o elemento preterido para as conceituações e discussões desse método, por parte do Iphan, quando comparamos as análises de escala da escola inglesa.

A comprovação disso está na conceituação trazida pelo manual, sobre “patrimônio urbano”. Nela, a linguagem da “forma” é dada como própria do sítio urbano, onde seriam encontrados os seus significados e expressões:

Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificadas, detalhes de ornamentação etc. A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo (IPHAN, 2001b, p. 14).

Segundo o manual do Inbi-Su, essa noção estaria contida na apresentação do arquiteto Luís Fernando Franco, no seminário ocorrido em 1989, em Ouro Preto, e que ensejaria a criação do seu método. Por ela, é inquestionável a incorporação da morfologia urbana no aporte conceitual do inventário, ao enunciar que a forma urbana expressa as operações da vida humana, incorporadas em elementos físicos do meio citadino (parcelas, moradias, volumes edificadas e ornamentações). E, ao indicar “volumes”, demonstra que algum tipo de análise tridimensional teria sido pensado nesse momento.

A partir desse entendimento, a construção do conceito de “patrimônio urbano” é vista em uma lente mais abrangente de compreensão, na qual se ampliaram as possibilidades de valoração das cidades como patrimônio, em respeito à sua historicidade (ou seja, aos seus episódios temporais no seu decurso evolutivo – a cidade poderia ser lida historicamente por suas formas construídas) e abrangendo o atendimento às demandas dos agentes institucionais e comunitários. Por esse viés, acompanha a abordagem democrática da CF 1988, com novas possibilidades de preservação e dilatação da noção de patrimônio, refletida na proteção de bens materiais, quilombos e terreiros, por exemplo.

Interessante notar como essa conceituação dialoga com a noção de “paisagem cultural”, principalmente nas questões relacionadas às marcas impressas pelo homem no território urbano (IPHAN, 2007), compondo o seu patrimônio edificado. Contudo, a

acepção como tal só em 2007 seria incorporada às práticas do Iphan, época de institucionalização da “Chancela da Paisagem”.

Instrumento apresentado no primeiro capítulo e que se tornara improdutivo, em função dos questionamentos e dificuldades apresentados pelo órgão ao lidar com ele. Esse fato pode ter sido resultante da falta de compreensão da paisagem urbana a partir de sua composição morfológica e de seus aportes metodológicos, como tem se aplicado aqui desde o segundo capítulo. Logo, criar instrumentos de gestão de uma paisagem sem entender sua composição e seus mecanismos intrínsecos de desenvolvimento é uma atitude inócua desde sua proposição.

O manual do Inbi-Su não só trouxe a conceituação de “patrimônio urbano”, como ainda apresentou um aporte de referências historiográficas sobre o estudo das cidades brasileiras. Essas referências são similares àquelas apresentadas no segundo capítulo, na contextualização dos períodos morfológicos de Diamantina, uma vez que ilustraram de modo breve a escalada conceitual sobre as cidades urbanas de colonização portuguesa, interpretadas por Holanda (1933), Smith (1949), Reis Filho (1964) e Delson (1979).

É a partir dos dois pressupostos conceituais da “pesquisa histórica”, todavia, onde se verifica que o embasamento conceitual do Inbi-Su partiu de um viés, sobretudo, historicista. Jacques Le Goff foi o historiador referenciado para embasar o primeiro pressuposto, tendo destaque a obra “Por amor às cidades” (1998).

No primeiro pressuposto, Le Goff faz uma leitura muito similar àquela empregada pela conceituação que embasou o Inventário Nacional, pautada na noção de “cidade-documento”, ao mostrar como as mudanças nas funções de uma urbe se caracterizariam como um momento da história da cidade como um todo, visto que elas podem ser alteradas, enquanto a função do caráter urbano seria (em tese) perene.

O segundo pressuposto parte da ideia de que a cidade possui um caráter de concentração, no qual a relação entre centro e periferia (gerada pela cidade) seria operacional para a compreensão da forma urbana. Três foram as hipóteses em torno desse aspecto.

A primeira trataria as cidades como uma reunião lenta em um único poder político-administrativo do núcleo primitivo, acrescido de lugarejos importantes da periferia. A segunda revelaria o poder da cidade sobre um setor ou áreas a ela dependentes, com a cobrança de impostos e a concentração de serviços. A terceira destacaria a importância das ordens religiosas na organização dos espaços urbanos no Brasil colônia, podendo-se pensar, a partir da localização delas, na avaliação do papel de permeabilizar áreas periféricas até então sem comunicação, ilustrando a atração da periferia pelo centro ou reforçando a consolidação do espaço de poder, ao se situarem próximas ao poder público (IPHAN, 2001b).

Essas três hipóteses podem ser encontradas na análise dos períodos morfológicos de Diamantina, influenciadas pelo aporte Conzeniano. O arraial do Tijuco se formou por núcleos periféricos, concentrados no poder político central do núcleo setecentista. No século XVIII, esse arraial representou a sede do poder político da Demarcação Diamantina, simbolizado pela Intendência dos Diamantes, e a instalação das irmandades religiosas trouxe uma importante leitura sobre a ocupação das ruas no arraial, no segundo período morfológico. Novamente, com viés referenciando a maior escala dentre os elementos tripartites da forma urbana: o seu plano urbano.

A partir do entendimento dos dois pressupostos e suas hipóteses, o manual estabelecia focos de observação nas marcas impressas no território, considerados vestígios que constituíam a forma urbana e que permaneceram como elementos culturais em função das diferentes apropriações e usos atribuídos (IPHAN, 2001b). Destarte, dava-se destaque ao estudo de especialização de áreas, das características da cidade (avaliação dos lugares de sociabilidade), dos elementos físicos, das vias de comunicação, das formas de higiene, da questão demográfica e dos grupos sociais.

No estudo de especialização de áreas da cidade, explica que seriam avaliados os espaços principais estruturadores da cidade, relacionados ao espaço de produção e ao espaço do poder (influência direta de Le Goff).

O manual, ao focar os estudos realizados em Tiradentes, indica que a identificação de espaços historicamente especializados foi instrumental para a leitura da forma urbana atual, mas que poderia se tratar de uma abordagem insuficiente se não permeada por outras formas de concentração - alternadas e sobrepostas. Ao se

apreciar os elementos físicos, seriam avaliados os seus papéis como balizadores do espaço construído e da forma dessa construção (articuladas às características da topografia e da hidrografia). Para as vias de comunicação, recorrer ao mapeamento das antigas vias seria fundamental para identificar os seus antigos usos e a hierarquia resultante deles.

Aqui surgem mais semelhanças com a consideração de Conzen sobre a morfologia do território urbano, ao avaliar a sua composição por um palimpsesto de formas, moldadas por distintos contextos sociais e históricos, sobre um substrato natural (“formas físicas”) e dotado de um plano urbano sobre ele (“vias de comunicação”).

A principal observação a ser feita aqui é a de que, a partir dos conceitos desenvolvidos pelo manual do INBI-SU, a abordagem partiu de uma leitura historicista sobre o patrimônio urbano, focado no estudo de processos sociais sobre os territórios de cidades tombadas. Contudo, trata-se de um campo abrangente e que inescapavelmente tangenciou as abordagens sobre morfologia urbana, dando-se até então preferência à escala do plano urbano.

O método do inventário empregava três formas de abordagem do sítio urbano: pesquisa histórica, levantamentos físico-arquitetônicos e entrevistas com moradores e usuários do espaço físico.

Na fase de pesquisa histórica, foram desenvolvidos formulários para a compreensão dos sítios urbanos tombados, a partir de sua relação com o território e o contexto histórico de sua formação e desenvolvimento. O inventário não explicita recorrer a qualquer método morfológico nessas suas abordagens. Porém, por meio dos objetivos mencionados na “Pesquisa Histórica”, pôde se chegar a essa inferência.

A pesquisa visou analisar e compreender o processo de constituição dos sítios urbanos tombados pelo Iphan, investigadas as motivações para sua implantação no sítio e a forma urbana adquirida ao longo do tempo. Fato que novamente demonstra um método análogo às abordagens escrutinadas nessa tese sobre a morfologia urbana.

A cidade, como objeto privilegiado de patrimônio, é aqui observada como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais, documentando a trajetória de uma sociedade. A forma

urbana, como um objeto cultural, resulta pois das práticas sociais. Pretende-se sua percepção no contexto cultural e socioeconômico no presente, que, sistematizada em textos analíticos, visa a definição de critérios de intervenção que preservem as características formais do sítio que lhe conferem o caráter de documento urbano, sem limitá-lo a um papel nostálgico e estático de retrato do passado (IPHAN, 2001b, p. 31).

O extrato acima é um espelho das considerações de Conzen, acerca da paisagem histórica urbana. Na reunião de artigos sobre morfologia urbana, editado por seu filho em 2014, Michael P. Conzen, há uma definição clara nesse sentido. Segundo o urbanista, a geografia é reconhecida por regiões distintas, compostas por três atributos básicos, relativos a um sistema de interações de forças (seu atributo funcional), à manifestação material em uma forma espacial específica (seu atributo morfológico) e às mudanças ao longo do tempo (seu atributo histórico-geográfico).

Cabe, contudo, observar a finalidade desse estudo, enunciada acima. Ao Iphan, o método Inbi-Su teria como objetivo o estabelecimento de critérios de intervenção para a preservação das características formais do sítio, que lhe confeririam o caráter de documento urbano. Mesmo que realizado para uma leitura completa da cidade (o “documento urbano”), em uma abordagem dinâmica de suas modificações (“sem se limitar a um papel nostálgico do retrato do passado”), a sua ação seria restrita.

Ou seja, embora analogamente fundamentada em preceitos de morfologia urbana, a sua aplicação não se faria para preservar essa paisagem, uma vez que estaria restrita à preservação da centralidade acautelada pelo órgão federal (um dos componentes da paisagem urbana e não o todo). Por outro lado, os estudos do método conseguiram realizar interpretações para a cidade que subsidiaram o plano diretor da cidade naquele momento – ainda que não articulados à área tombada.

A elaboração fracionada de produtos do Inbi-Su, sem uma inter-relação com as instâncias públicas de administração do solo urbano, pode ter sido a responsável pelas leituras fragmentadas e pelo desenvolvimento de leis, em Diamantina, que não integravam a ação delas no território urbano.

O objeto da pesquisa histórica era delimitado em função do objetivo de se compreender o modo de construção desses sítios urbanos ao longo do tempo. Sobre

essas áreas, eram desenvolvidos estudos históricos, **morfológicos** e de demografia urbana, assim como as observações referentes aos usos encontrados.

O manual ressalta que o objeto de estudo não corresponderia necessariamente à área protegida pelo tombamento (apesar de que, na prática, foi o que ocorreu), visto que os critérios de atribuição de valor e seleção adotados pelo Iphan variaram ao longo do tempo, mesmo que fossem reconhecidas as motivações que embasaram sua proteção. O recorte temporal deveria ser relacionado ao contexto socioeconômico motivador de sua ocupação.

A consolidação da estrutura urbana deve ser abordada numa perspectiva de longo prazo, desde a fundação da cidade, até a época do tombamento do sítio em estudo quando a cidade passa a ser vivida e tratada como patrimônio cultural, sujeito a regras específicas para o seu desenvolvimento, constituindo-se num objeto de investigação distinto (IPHAN, 2001b, p. 32)

Mais uma vez, a redação do manual reforça a abordagem morfológica de Conzen, mostrando o interesse pelo estudo histórico, morfológico e dos usos do solo urbano, além de evidenciar uma preocupação que extrapolaria a área tombada e a definição de um recorte temporal relacionado ao contexto social e histórico – basicamente a proposta de evolução urbana como método Conzeniano.

Ainda interessa notar como o recorte histórico só agregaria o período de formação da cidade até o tombamento – escolha um pouco equivocada para se compreender o sítio urbano, visto que todas as cidades são dinâmicas, cujos processos interferem diretamente na área acautelada a todo o tempo. Fato evidenciado pelo estudo dos dois períodos morfológicos, após o tombamento federal em Diamantina, no segundo capítulo. Além disso, a informação de reconhecer motivações que embasaram sua proteção é refletido nos estudos do Inventário Nacional em Diamantina, durante a definição da poligonal da Unesco, visto que resgatara a valoração histórica de se manter uma área restrita ao casario e à malha urbana setecentista.

O segundo tripé do método se realizou pelos formulários dos levantamentos físico-arquitetônicos. Eles reuniram dados individualizados dos imóveis (plantas, fotos, características dos lotes), com características arquitetônicas e avaliação do estado de conservação. A leitura de tipologias e características formais do sítio urbano e a compreensão do conjunto só seria possível, segundo o manual, com o cruzamento

dessas informações e o mapeamento dos dados históricos e arquitetônicos na planta cadastral (IPHAN, 2001b).

A partir de consulta ao ACI, são vistos produtos do Inbi-Su que perpassaram as três escalas de análise do método inglês: o plano urbano refletido em mapas com o estudo da evolução urbana de Diamantina; os tecidos por meio da elaboração de manchas sobre o surgimento histórico de bairros da cidade; a escala do padrão de ocupação de lotes, a partir dos levantamentos pelo software CAD das edificações e por fichas identificando os usos. O método italiano só foi tangenciado a partir do levantamento das características formais dos edifícios, por meio da realização de plantas baixas e de descrições estilístico-compositivas – desprovido, no entanto, de avaliações sobre o processo dessas mudanças tipológicas.

Ademais, como já predito, o interesse pelo estudo da cidade foi reverberado na avaliação da área tombada (como se pode comprovar pelos dados acondicionados no arquivo), não articulada à sua totalidade, visto que o Plano Diretor e a Luos não se associaram à portaria normativa de 2002.

As entrevistas, por fim, realizaram-se concomitantemente aos levantamentos arquitetônicos, ajudando a estabelecer o contato com os moradores. Os seus formulários reuniram dados sobre os movimentos de migração, o grau de satisfação quanto a morar ou usar o sítio e a relação afetiva dos cidadãos com o patrimônio edificado e “natural” – percepções subjetivas dos entrevistados. A confrontação desses aspectos com os demais dados levantados conferia a dimensão social às análises, fato relevante para a orientação das propostas de preservação. Segundo o manual, essa etapa teria promovido a relação direta do Iphan com as comunidades, ação necessária, mas não contumaz, na prática da instituição (IPHAN, 2001b).

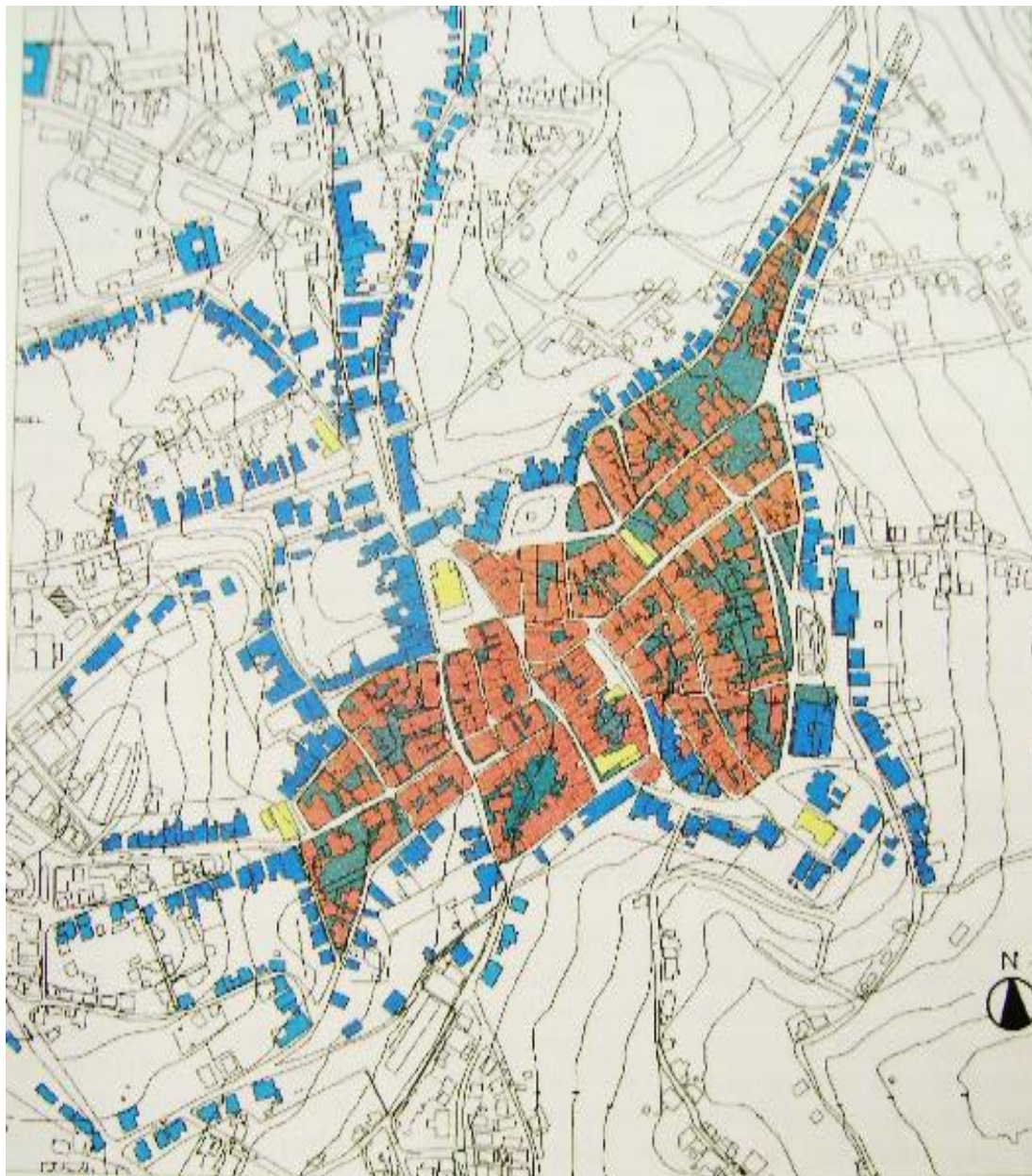
Em documentação do ETD e do ANS, que integra o processo da candidatura submetida à UNESCO, foi vista a “Proposta para a realização do inventário do Sítio Urbano de Diamantina”, com indicação de levantamentos a serem desenvolvidos segundo o método do Inbi-Su (ANS, cx. 18, 1998).

Havia a informação de que, dentro da área de tombamento federal, existiam cerca de mil edificações, sendo que circunscrita a ela havia uma mancha urbana menor, com

aproximadamente setecentas edificações de ocupação do século XVIII, “caracterizando o período histórico que motivou o tombamento” (ANS, cx. 18, 1998). No capítulo anterior, informou-se que cartografias do século XVIII nortearam o estudo desse mapeamento, presente na análise crítica sobre os trabalhos do Inbi-Su de 1999.

Essa análise, que também faz parte desse decurso, esclarece que o estudo foi “apresentado à Unesco como instrumento de trabalho do Iphan, durante o processo de indicação da cidade a Patrimônio da Humanidade” (ANS, cx. 18, 1999), evidenciando que o perímetro definido fora, de fato, depreendido dos estudos do inventário. Além disso, há uma série de mapas no ACI sobre o Inventário Nacional, indicando estudos que conjugam análises históricas ao tecido urbano existente. Em um desses estudos, é visto um mapeamento síntese da ocupação do antigo arraial do Tijuco no século XVIII – figura abaixo.

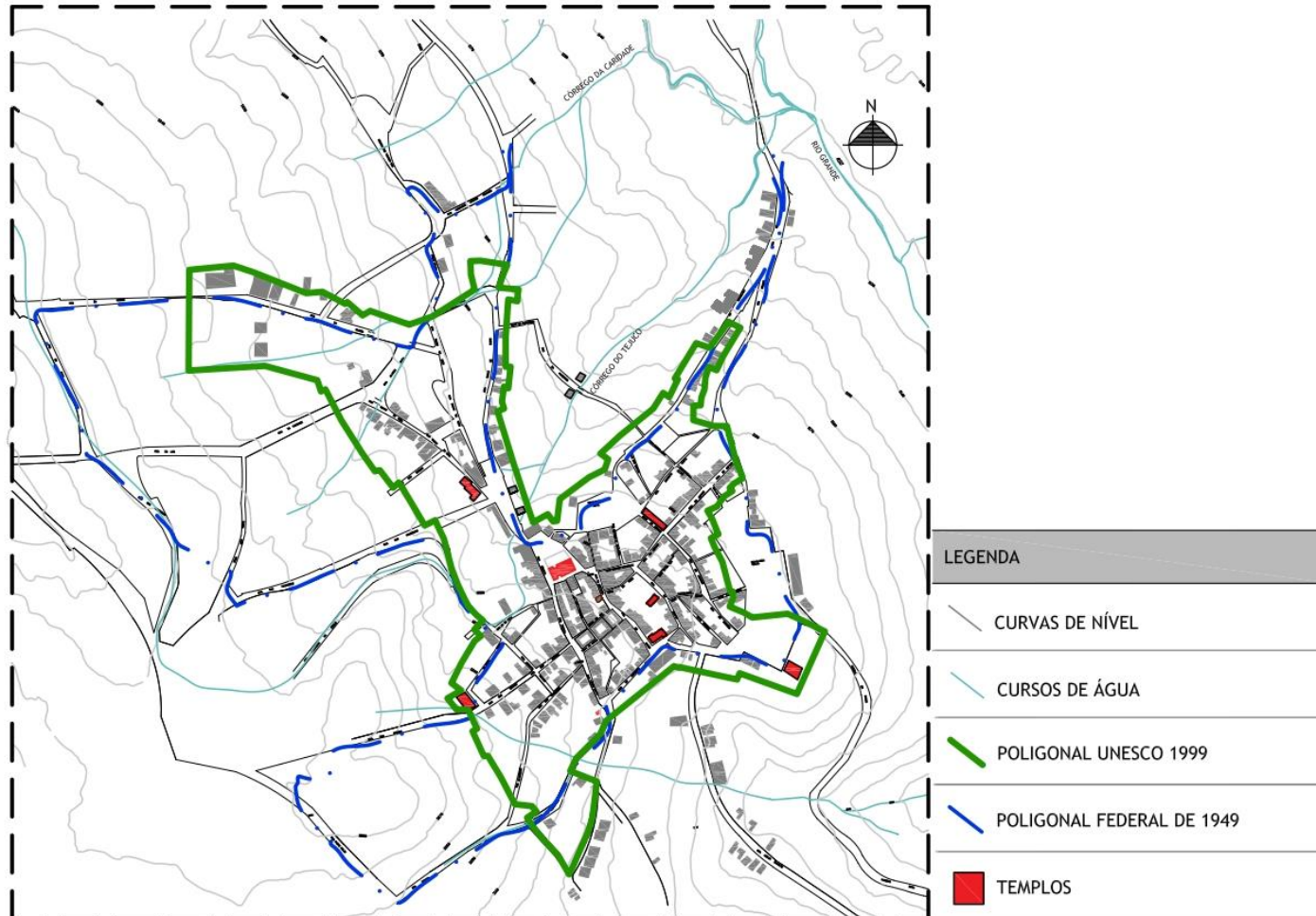
Figura 113: Mapeamento-síntese realizado por Laura Bahia, conforme estudos sobre a cartografia de 1784 realizados no INBI-SU. Imóveis em azul indicam ocupação ao longo das vias e, em vermelho, voltada para as quatro faces de quadra; em amarelo estão as igrejas.



Fonte: Arquivo Central do Iphan, cx. 18, 1998.

Nele, as quadras conformadas por edificações em todas as testadas e com vazios no meio do lote são representadas em contraposição às edificações que se desenvolveram ao longo de rotas de ocupação do território. As igrejas também foram assinaladas, como forma de reforçar esse processo de formação do sítio urbano nos setecentos. Abaixo está o mapa do 2º período morfológico, aqui adaptado com a incorporação das poligonais do Iphan e da Unesco.

Figura 114: Poligonais do Iphan e da Unesco, sobre o mapa do 2º período morfológico.



Adaptação pelo autor, 2023.

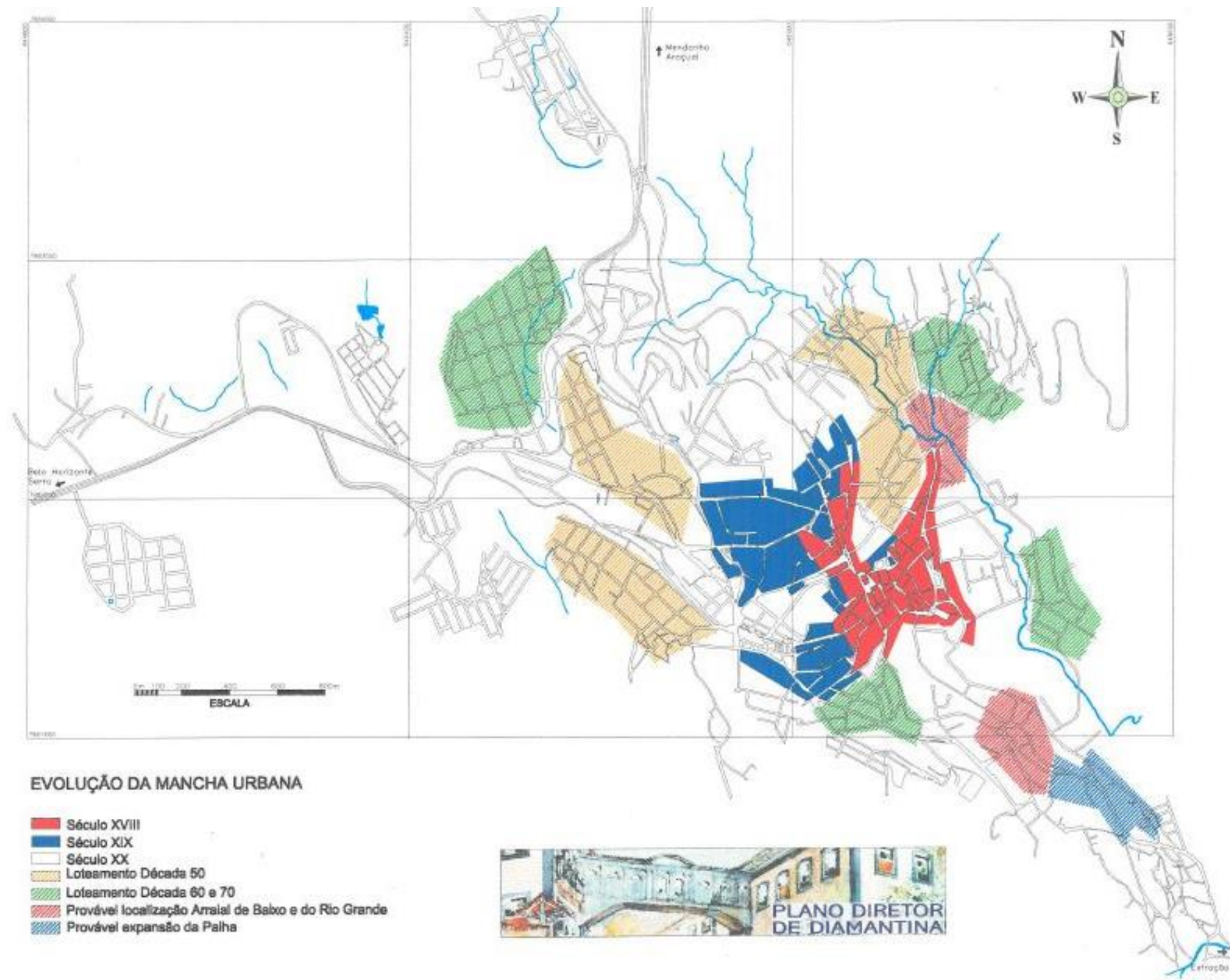
Na adaptação acima, novamente se reforça a avaliação da Unesco buscando privilegiar o tecido urbano e a ocupação edilícia mais densa, observada nas cartografias do século XVIII. Trecho considerado de ocupação homogênea e com menos descaracterizações (predomínio de edificações de tipologia setecentista), como visto em documentos já apresentados nessa pesquisa. Nota-se que as bordas ocidentais da área tombada não estavam sendo contempladas pela poligonal da Unesco, áreas ocupadas a partir do século XIX.

Os eixos de desenvolvimento do antigo arraial já estavam incorporados à poligonal do Iphan, o que demonstra maior vínculo dessa nova poligonal à homogeneidade do tecido colonial do que à delimitação de um plano urbano consolidado no XVIII.

Importa notar aqui que a prática embrionária, apresentada no primeiro período de gestão, reverbera-se nesse momento. Ou seja, a preocupação com a forma cidadina se deu no sentido mais amplo do plano urbano, mesmo que estudos tenham se desenvolvido para as outras duas escalas de análise da escola inglesa. Novamente elegeu-se a forma urbana setecentista como a representativa do tecido a ser preservado e acautelado, incorporando na delimitação da Unesco os tecidos mais homogêneos da centralidade tombada. Aqueles com padrões de ocupação distintos do “lote burguês”, na área federal tombada, não possuíram o interesse de delimitação pela agência internacional. Em termos de tipo edilício, viu-se apenas uma preocupação pontual em agregar a Escola Júlia Kubitschek na poligonal, em termos de valoração do patrimônio modernista, para além dos tipos coloniais.

Em outros mapas encontrados na relação do INBI-SU, no ACI, foi possível constatar que houve análises acerca dos perímetros desenvolvidos para a centralidade de Diamantina, entre eles o estudo da poligonal proposta por Joubert Guerra em 1938 e a oficializada em 1949 pelo Iphan. Além disso, um mapa com o estudo de manchas da ocupação urbana da cidade, inserido na proposta do Plano Diretor de Diamantina em 1999, certamente teria se depreendido dessas análises de evolução da forma urbana. Abaixo segue a sua reprodução.

Figura 115: Evolução da mancha urbana em Diamantina.



Fonte: Proposta do Plano Diretor de 1999.

A análise do mapa acima pode suscitar leituras semelhantes às realizadas no segundo capítulo, por meio dos períodos morfológicos de evolução urbana de Diamantina. Uma vez que houve a distinção dos tecidos urbanos (segunda escala de análise da abordagem inglesa) conforme os seus períodos cronológicos de surgimento.

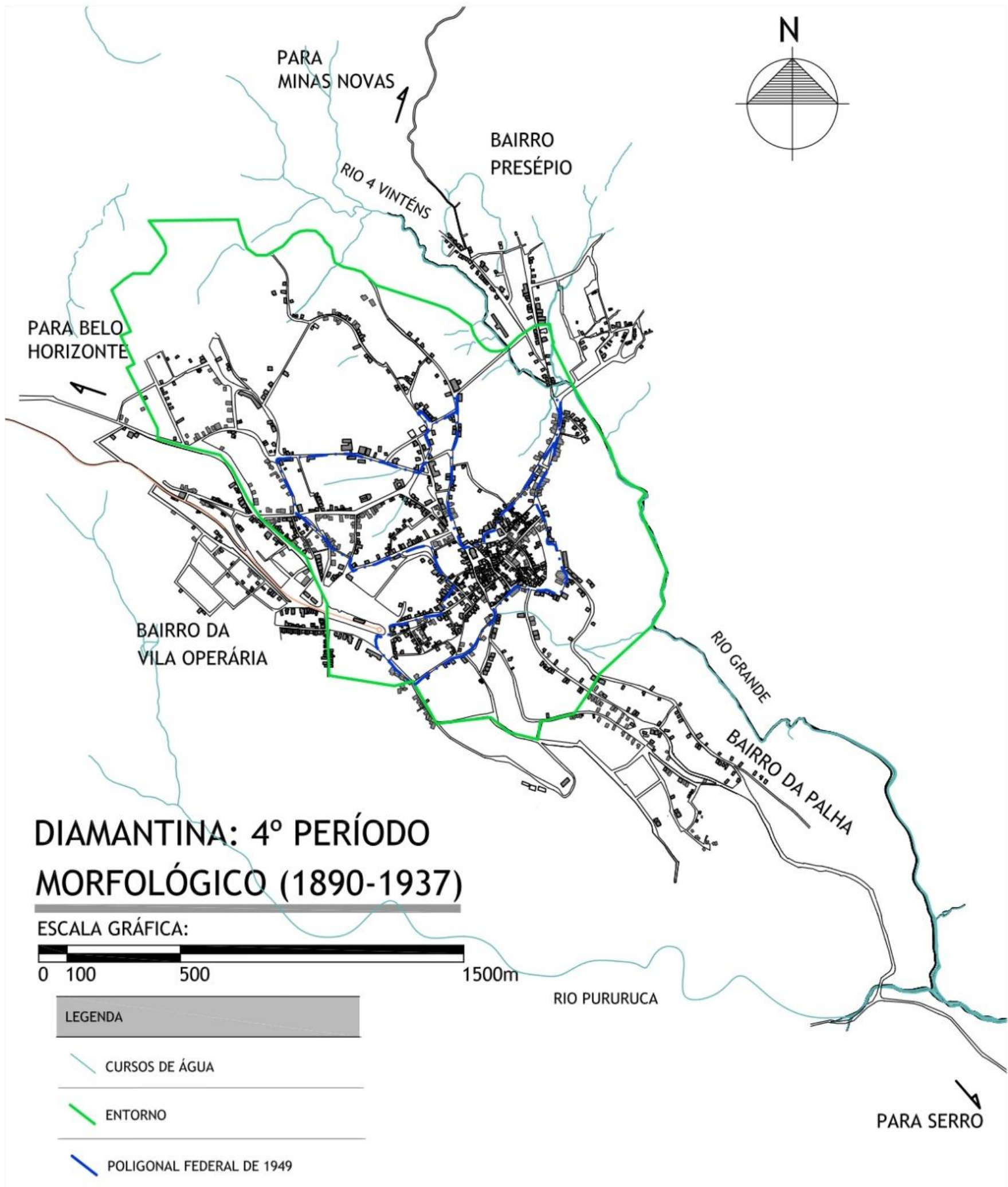
As manchas em rosa indicariam os arraiais do Rio Grande e de Baixo, duas das povoações periféricas que deram origem ao antigo Arraial do Tijuco, referentes à sua morfogênese (1713 a 1730). A concentração de bens do século XVIII está na área correspondente ao perímetro de tutela da Unesco (mancha vermelha), área análoga à descrita pelo mapa do 2º período morfológico (1730 a 1784). As áreas em azul escuro avançam nas porções noroeste e sudoeste, região adensada no 3º período morfológico (1785 a 1889) e corresponderia à ocupação do século XIX.

Pelo mapa acima, a ocupação do século XIX perfazia a poligonal de proteção definida pelo Iphan, em 1949. Informação que não condiz com a avaliação do 3º período morfológico, no qual há a indicação de ruas e relativa urbanização para além da poligonal federal (vide segundo capítulo). Os bolsões em branco, emoldurando a área tombada, representam ocupações do século XX, áreas compreendidas no mapa do 4º período morfológico (1889 a 1937) e que estariam contempladas à poligonal de entorno vista no capítulo anterior.

Logo, a aplicação crítica do método inglês de evolução urbana, por períodos morfológicos, feita aqui no segundo capítulo, permitiu com que se identificasse de modo mais exato o processo de formação e desenvolvimento das expansões urbanas em Diamantina – em detrimento de parte das informações trazidas pelo mapa síntese apresentado acima e acondicionado no material técnico do Inbi-Su (IPHAN, 1999).

De toda a forma, a aplicação parcial do método inglês foi a que propiciou a delimitação do entorno, como se verá adiante, principalmente ao avaliar o plano urbano em relação ao seu sítio de implantação. Abaixo segue novamente a adaptação do mapa do 4º período morfológico (1889) perante a poligonal de entorno (como demonstrado no capítulo anterior).

Figura 116: Poligonais de entorno e de tombamento, contrapostos ao mapa do 4º período morfológico.



Adaptação pelo autor, 2023.

No mapa acima, evidencia-se que a poligonal do entorno não só abrangeria áreas de expansão, consolidadas entre o século XIX e início do XX, como também outras desenvolvidas em décadas seguintes. Isso permite conjecturar que a avaliação não partiu apenas de aporte historicista, mas também por avaliações de caráter topográfico do sítio e até mesmo da configuração das quadras urbanas (estudo do plano urbano sobre o suporte ambiental).

Isso pode explicar a exclusão dos bairros Operário e da Palha e da Vila Presépio, nos eixos de expansão do período. No caso dos dois bairros, em expansão na época de tombamento (quarto período morfológico), eles se encontram em locais topográficos de menor visibilidade em relação à área tombada, avaliação levada como prioridade nos estudos de entorno (MOTTA; THOMPSON, 2010). Por outro lado, a Vila Presépio se encontra na Serra dos Cristais, local que recebera tombamento pelo estado. Ou seja, por mais que haja uma forte e imediata relação de visibilidade entre a serra e a área tombada, a proteção dada pelo Iphan foi a necessária para desconsiderá-la na poligonal de entorno.

Os loteamentos da década de 1950 estão na cor marrom, e se relacionam à expansão pelo sentido norte-noroeste, locais que permitem o acesso a Montes Claros e Belo Horizonte. Os loteamentos de 1960 e 1970 (manchas verdes) estariam em trechos noroeste, nordeste e direcionadas a sudeste, sentido este também de expansão do bairro Palha (mancha azul-claro). Todas elas foram as áreas analisadas no 5º período morfológico (1938 a 1998), momento em que a cidade apresentava considerável ampliação para além de seu núcleo acautelado. Por meio desse estudo de evolução da mancha urbana de Diamantina, foram desenvolvidas as setorizações do Plano Diretor, instituído em 1999.

Avaliados os pressupostos teóricos, o método e a aplicação do Inbi-Su em Diamantina, em paralelo às interfaces com o aporte Conzeniano, importa entender o que de fato ele representou para a cidade.

O inventário foi metodologicamente desenvolvido para suprir a carência de informações que davam suporte à valoração do sítio tombado como patrimônio cultural, para assim aperfeiçoar a gestão do Iphan. Essa valoração seguiu os pressupostos teóricos de caráter histórico, relacionados ao modo de se ler a cidade

como um território no qual os processos socioeconômicos se desenvolvem e se alteram ao longo das décadas. Momento em que a abordagem da Escola Inglesa de Morfologia Urbana tangencia o inventário.

Portanto, em Diamantina, o Inventário Nacional surgiu de uma necessidade prática da prefeitura municipal e do instituto nacional, em prol de atender ao objetivo da titulação mundial da cidade. Por isso, a experiência do método na cidade teria sido um pouco distinta da intentada pelo inventário. Os seus produtos não se limitaram à atuação do Escritório Técnico local, mas conseguiram estabelecer uma tentativa de se articularem ações de várias instâncias administrativas, o que foi visto pela instituição do Plano Diretor, pelo tombamento da Serra dos Cristais e pela criação do Grupo de Apoio Técnico. Esses produtos foram resultantes principalmente das avaliações pautadas nas escalas 1 (plano urbano) e 2 (tecido urbano) do aporte inglês, priorizando a evolução da forma urbana no século XVIII e a consolidação do pretense tecido homogêneo com os tipos edilícios coloniais. Isso pelo fato de ter sido visto, no segundo capítulo, a ocorrência de dois subtecidos coloniais distintos em um mesmo plano urbano colonial (tecidos das ruas da Glória e Direita).

A falta de maior aprofundamento na menor escala do método pode ter sido a responsável pelas lacunas ao nível do Plano Diretor. Mesmo nas revisões das leis complementares, a área tombada do Iphan manteve-se esvaziada de atribuições para se legislar o solo urbano, deixando claro que a prefeitura não interferiria nas decisões do órgão institucional, embora a atribuição do solo seja prioritária dessa instância.

Caso fossem aplicados e empregados os produtos das fichas com os dados de ocupação dos lotes e de plantas edilícias, seria possível avaliar quais posturas normativas poderiam ser adotadas para preservação do aspecto urbano, conforme o levantamento dessa área tombada. O aporte italiano, com o estudo do decurso tipológico e disposição serial em conjuntos, poderia aperfeiçoar a aplicação dessas fichas, para assim interpretar o fenômeno urbano em sua menor escala de apreensão.

Por parte do Iphan, houve uma tentativa de elaboração de portaria com critérios de intervenção da área tombada (IPHAN, 2002). Porém, ela surgiu esvaziada de diretrizes eficazes, deixando margem para variações consideráveis de posturas e manutenção da prática de se distribuir condutas conforme a avaliação técnica em

atividade. Dessa forma, não atenderia ao intuito explícito do manual de se garantir tais estabelecimentos de critérios.

À vista disso, é possível deduzir que esse descompasso de resultados pode ter sido um dos fatores que propiciaram o ensaio de aplicação do Inceu na cidade, em benefício de se incorporarem outros aspectos de leitura do sítio e, assim, encontrar novos caminhos para a equalização dos problemas ainda existentes em sua gestão urbana.

4.2.2. INCEU

O Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos (Inceu) se constituiu como um aperfeiçoamento do Inbi-Su, método que se aliaria ao objetivo enunciado por este último, no sentido de auxiliar a gestão prática do Iphan nas cidades tombadas (IPHAN, 2001c). A partir dessa finalidade, uma primeira dedução é a de que as suas avaliações e abordagens podem ter sido feitas novamente em uma leitura (de certa forma) restrita do território urbano, fato que procurou ser analisado no decorrer desse item.

A explanação sobre o método do Inceu é feita com base no Manual de Aplicação Preliminar, elaborado no ano de 2001 pelo Iphan, sob coordenação da Diretoria de Informação e Documentação (DID) do referido instituto. O documento é estruturado em três partes. Na primeira, são apresentados os conceitos básicos e a metodologia do inventário. A segunda parte detalha os procedimentos para recolhimento de dados de configurações de espaços urbanos. Os formulários para a aplicação do Inceu são apresentados na última parte do manual de aplicação.

A apresentação do manual informa que o método é destinado a fundamentar a normatização de intervenções em áreas protegidas, com metodologia que opera em níveis de percepção visual do espaço urbano e de sua representação geométrica (IPHAN, 2001c). A professora Maria Elaine Kohlsdorf foi a profissional responsável por supervisionar as pesquisas para a apreensão, análise e caracterização do espaço urbano junto ao DID, ao longo de um ano e meio de trabalho.

A cidade piloto de aplicação completa do método foi Goiás Velho, antiga capital do estado de Goiás, o que resultou na estruturação desse manual do Iphan. Contudo,

Diamantina também foi uma das cidades com aplicação dos respectivos métodos perceptivos, ilustrando parte das abordagens indicadas pelo manual.

É na introdução em que se vê apelo explícito do documento para se recorrer a uma metodologia que incorporasse uma abordagem de **morfologia urbana**. O Inbi-Su é indicado como método superado por não abranger os “atributos morfológicos e de conjunto dos sítios a serem preservados” (IPHAN, 2001c, p. 6), visto que a análise do espaço urbano ficou restrita a atributos genéricos de traçado, balizada por uma cartografia bidimensional, enquanto os estudos volumétricos se restringiam à massa edificada.

Essa informação não é verídica em sua totalidade. Como se viu anteriormente, os estudos do Inbi-Su, ao nível do plano urbano, podem ter considerado o aspecto topográfico do sítio de Diamantina para resultar na delimitação da área de entorno, excluindo áreas de expansão que não acarretariam impactos de visibilidade à área tombada. Por outro lado, a abordagem da morfologia urbana trazida pelo Inceu se mostrou mais balizada pelo aspecto fenomenológico e perceptivo urbano, como se verá adiante.

Como o Inventário Nacional de Configurações Urbanas foi desenvolvido para considerar “aspectos arquitetônicos, urbanísticos e **paisagísticos** que não estavam plenamente contemplados pelo Inbi-Su” (IPHAN, 2001c, p. 6), é possível avaliar que a introdução de aportes da morfologia urbana teria surgido de forma estratégica. Visto que, desde o primeiro capítulo, o pressuposto conceitual da tese trouxe a interpretação de que a abordagem da Morfologia Urbana seria a mais adequada para se entender uma paisagem urbana, ao permitir a construção de uma leitura da forma cidadina a partir de seu processo de desenvolvimento e pelas escalas de análise de sua composição.

O Inceu se apresentaria como uma nova abordagem, já que os sítios urbanos são configurados por elementos volumétricos além dos edifícios, como o mobiliário urbano, a vegetação, as águas, o relevo do solo e os diversos veículos de propaganda, por exemplo. Importava acrescentar à análise do sítio avaliações sobre a formação das silhuetas, a constituição poliédrica das ruas e áreas livres, e as temáticas morfológicas de diversas partes do conjunto urbanizado e das relações de

composição entre si, que se resultariam nos efeitos de contraste, continuidade, dominância entre outros (IPHAN, 2001c) – focalizados, portanto, em seus efeitos perceptivos.

O seu referencial teórico inter-relaciona os conceitos de “sítio urbano” / “memória e identidade”, cuja autoria é atribuída a Kohlsdorf. O “sítio urbano” é definido como uma categoria de bem cultural complexo, não apenas por suas dimensões físicas, pela composição interna heterogênea e pela diversidade de paisagem que os individualiza. É complexo por abrigar um patrimônio de natureza tanto material quanto imaterial, em escala de possibilidades pela concentração social e amplo espectro de práticas culturais. Essas práticas culturais resguardadas formam a memória dos povos (IPHAN, 2001c). No entanto, o inventário se dedicaria apenas a uma parte desse acervo cultural, associado ao aspecto físico espacial dos sítios urbanos, conceituado por sua natureza histórica, o que o qualificaria como processo social.

A conceituação supradita é mais abrangente do que a indicada anteriormente para “patrimônio urbano”, por incorporar aspectos do patrimônio imaterial em sua composição – acompanhando a evolução do conceito de patrimônio, como apresentado no primeiro capítulo. Porém, ao revelar a sua estratégia de atuação, demonstra que se nivela àquela adotada pelo Inbi-Su, pautada nos aspectos materiais da cidade.

O patrimônio material dos sítios urbanos (IPHAN, 2001c) faz da “forma” o seu principal atributo, por meio do qual informa sobre a vida social nele ocorrente e interage com os que nele se encontram, não sendo uma instância passiva e neutra. Por ser um elemento vivo, age podendo interferir em práticas sociais. Esse viés seria uma extensão de sentido para a conceituação dada por Le Goff (1998), sobre as cidades como meio de práticas sociais, pressuposto que embasou Inbi-Su.

Junto a Santos (1988), Kohlsdorf se insere como um dos autores a refletirem sobre a característica de processualidade e da natureza social compondo a condição histórica dos sítios urbanos, cuja historicidade abrigaria o caráter necessariamente espacial deles, por se tratar de sociedades especializadas no tempo (IPHAN, 2001c).

O conceito de “memória” foi demonstrado no manual junto à construção da ideia de “identidade”, tendo como referência os aportes de Abbagnano (1962) e Certeau (1994). Ao discutir as conceituações, chega à conclusão de que as abordagens – se observadas isoladamente - eram múltiplas sobre os dois aportes, fato que permitia uma quantidade significativa de critérios para a eleição de bens a serem preservados.

Esse impasse seria resolvido ao relacionar o conceito de identidade ao de memória, representado no papel exercido pelos “lugares nos processos de identificação e construção de lembranças” (IPHAN, 2001c, p. 11). A atribuição de valor afetivo à memória é feita por Correa (1988), no qual memória e identidade seriam indissociáveis, pois a primeira indica a coerência da história interior, e a identidade, como permanência no tempo, edificaria o sujeito.

Por essas acepções, o objetivo da preservação de sítios urbanos deve estar contemplado pela construção da história dos povos, nos quais seria imprescindível que seus códigos fossem compartilhados. O inventário nacional, portanto, teria a finalidade de responder à revelação da identidade dos lugares, evidenciando quais feições permanecem no tempo, por também serem responsáveis pela construção da história dos grupos sociais. Como contraponto ao Inbi-Su, nota-se que a noção de paisagem urbana vai se tornando ainda mais enfática nesse método:

Preservar sítios urbanos significa definir suas permanências, em termos do quê e para quem preservar, requerendo coleta e análise de informações capazes de revelar a identidade dos mesmos (IPHAN, 2001c, p. 12).

A partir da construção do conceito de “sítio urbano”, a autora demonstra a importância de se preservarem os símbolos que constituem a identidade dos lugares, relacionados aos povos que o ocupam, e não aos órgãos que acautelam seus espaços de sociabilidade. Para traduzir esses signos é que se construiria a ação do Inceu.

A identificação da materialidade dos sítios urbanos estaria sempre aderida ao tempo, segundo a autora. Por ser o rosto material de sua história, a identidade dos lugares se mostraria consistente ao se associar a uma investigação abrangente, isto é, ao método histórico, no qual seria ofertado um contexto explicativo onde dados de configuração dos lugares iriam adquirir significado e função. A análise morfológica seria indispensável ao método histórico, pois a história dos homens é espacial.

Assim, como o método histórico explica o processo pelo relacionamento entre as etapas específicas de cada contexto, a análise configurativa fornece os dados morfológicos correspondentes, permitindo que se revele o percurso das transformações da forma dos lugares e quais traços permaneceram, assim como inferir tendências de nova metamorfoses (IPHAN, 2001c, p. 12).

Os conceitos de caráter sociológico e urbanístico que construíram a conceituação de “sítio urbano” aparecem aqui definidos em um aporte análogo ao Conzeniano (1959), fato semelhante ao observado para a construção do conceito de patrimônio urbano no Inbi-Su. O “percurso das transformações da forma dos lugares” seria correspondente à análise dos “períodos morfológicos”.

Kohlsdorf explica que as conclusões oriundas do estudo morfológico seriam um instrumento de decisão, ao expor quais elementos de determinado lugar deveriam ser protegidos de descaracterização, por atestarem sua identidade histórica. Evidenciando, por exemplo, quais relações deveriam ser mantidas entre dimensões de edifícios para não se desfigurar um bairro, quais os ritmos caracterizam determinados conjuntos de fachadas, quais composições paisagísticas guardam a individualidade de alguma praça. Nesse ponto, as considerações da autora se relacionam aos aspectos da escola italiana, ao nível da escala dos edifícios (relações dimensionais entre imóveis - séries), que somados comporiam um tecido (ritmos que caracterizam conjuntos urbanos) e, por fim, o organismo urbano. Assim, justificar-se-ia a preservação dos bens, para que outros indivíduos os conheçam e tenham possibilidade de construir sua história social por meio desses símbolos.

Nas considerações acima, a análise também se aproximaria do referencial teórico de Conzen (1985; 2004), mais especificamente em relação às regiões morfológicas. Para o autor, em um sítio com variedade de estratificações históricas de uma parte sobre outras, seriam criados esses tipos de regiões. Elas seriam caracterizadas como um “agrupamento de formas espaciais reunidas na paisagem urbana, baseadas nas similaridades do seu desenvolvimento, definidas mais claramente nos termos do plano de composição urbana, caracterização do uso do solo e da edificação” (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 113).

O método do Inceu visou à identificação dos traços de identidade dos sítios urbanos a se preservar, que só seria possível através de três formas de apreensão: o

movimento do indivíduo pelo espaço, por meio de sequências de cenas; a *seleção* de informações pertinentes e “subjetiva porque depende de condições de aprendizagem particulares” (IPHAN, 2001c, p. 15); e a *transformação* por meio da percepção dos sítios pela referência de posição (topológica) e a de perspectiva, responsáveis pela formação de campos visuais.

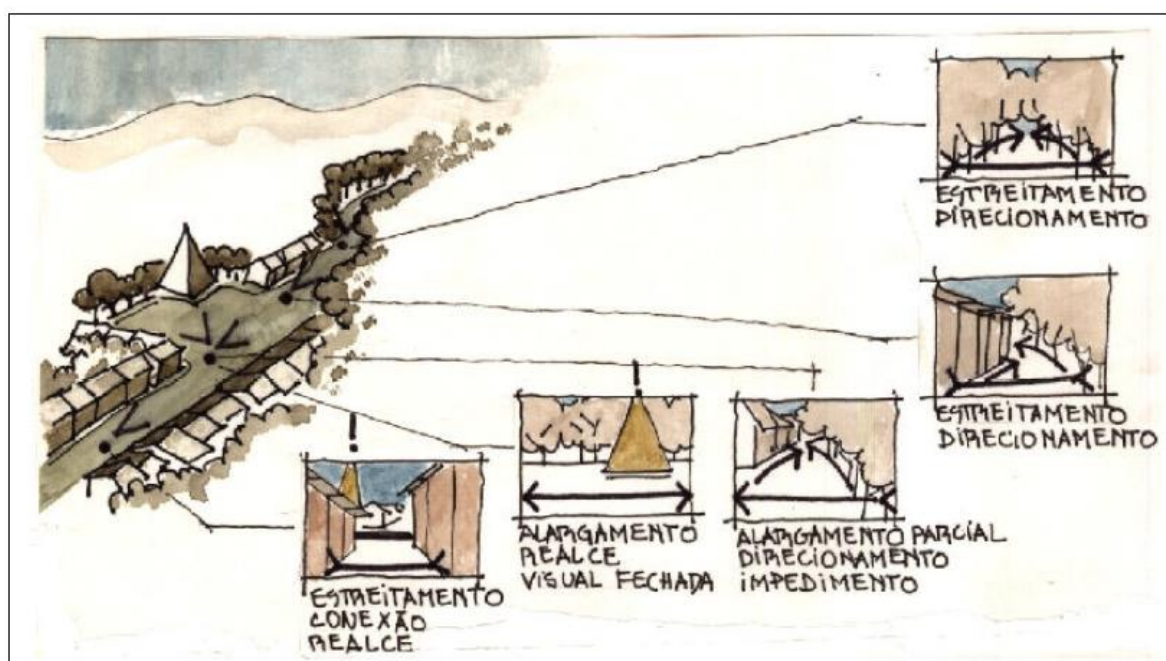
Logo, essas três formas de apreensão resultariam na técnica de análise sequencial proposta por Kohlsdorf, para representar atributos ditos “universais” do espaço percebidos em pautas sequenciais. Segundo a autora, a técnica seria uma espécie de radiografia dos traços de identidade verificados nos lugares incidentes na percepção do observador.

Por conseguinte, a análise sequencial forneceria três categorias analíticas responsáveis por compor o inventário de configuração de espaços urbanos ao nível da percepção:

- os eventos gerais das sequências, com análise de estações e intervalos presentes em trajetos importantes para a apreensão da identidade cultural do sítio;
- os campos visuais das sequências, com observação de ângulos destacados durante os percursos;
- os efeitos visuais das sequências, com o exame dos efeitos topológicos, perspectivos e semânticos que constituem o campo visual analisado (IPHAN, 2001c, p. 15).

Abaixo está uma imagem adotada pela autora para exemplificar essa análise sequencial.

Figura 117: A representação do espaço urbano sequencialmente apreendido.

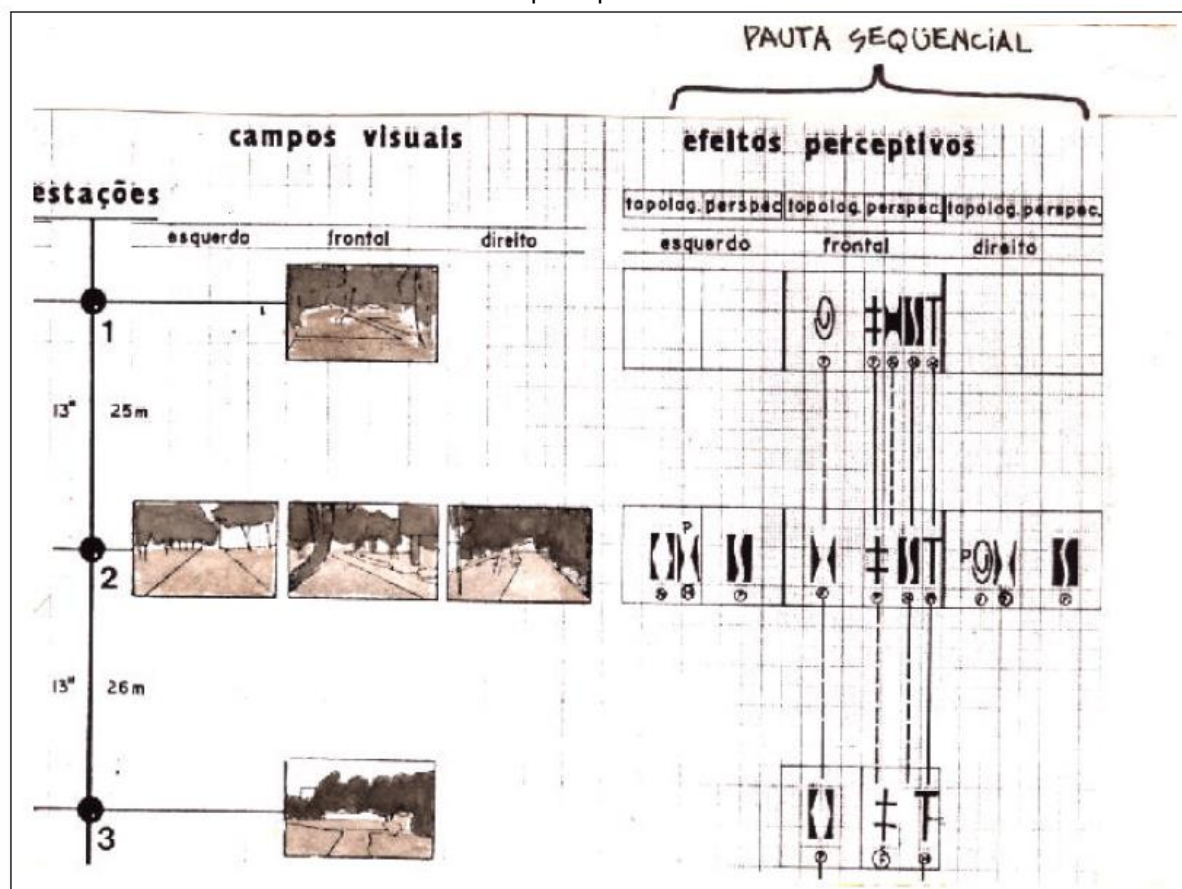


Fonte: IPHAN, 2001, p. 16.

Na imagem, estão as três categorias de análise sintetizadas. À esquerda, no trecho urbano selecionado, são indicados os locais dos campos visuais, elencados em sequência a partir de um trajeto significativo para a apreensão da identidade cultural e com a informação dos ângulos destacados no percurso. Ao centro e à direita, estão os efeitos visuais que compõem cada campo visual analisado, caracterizados pelas semânticas de “estreitamento” e “alargamento”, por exemplo.

Abaixo, a figura sistematiza as estações dos campos visuais.

Figura 118: Segunda categoria analítica, por campos visuais, e a terceira por meio de efeitos perceptivos.



Fonte: IPHAN, 2001, p. 16.

Os campos visuais foram estruturados em estações e distanciados em metros. A cada estação, são registrados os campos distribuídos em “esquerdo”, “frontal” e “direito”. Na coluna da “pauta sequencial”, são evidenciados os efeitos perceptivos nos três campos visuais, com símbolos remetendo àqueles apreendidos nas estações.

Segundo o manual, esse tipo de análise admitiria o exame da percepção de códigos universais cognitivos, em modo qualitativo e estatístico, a fim de se obterem os traços de identidade dos lugares que, ao serem “universalmente” perceptíveis, deveriam também ser preservados (IPHAN, 2001c, p. 17).

Ainda informa que, se certos traços de sua identidade morfológica fossem ignorados pela percepção universal, significaria dizer que não seriam “pregnantes”, indicando problemas na comunicação da memória inscrita no espaço. O que solicitaria “providências às ações de preservação, a fim de se resgatar a presença e a evidência do valor desses traços à percepção universal” (IPHAN, 2001c, p. 17). Kohlsdorf define

“pregnância” como a “capacidade de fácil leitura e memorização das configurações” (IPHAN, 2001c, p. 48), razão pela qual seria diretamente responsável pela identidade de qualquer lugar.

Com a revelação das características perceptíveis dos sítios urbanos, o método do inventário sugere que seja tentado, em um segundo passo da abordagem, a sua correspondência nos sistemas de representação próprios ao projeto arquitetônico e urbanístico (isto é, na representação bidimensional). Uma vez que eles se operam por meio da escolha de informações adequadas à compreensão de pautas sequenciais – estações, campos visuais, efeitos topológicos e perceptivos.

Ou seja, primeiramente seria entendida a formação dos efeitos topológicos (proximidade, continuidade ou distanciamento de elementos físicos em relação ao movimento do observador), para assim se explicarem os efeitos perceptivos depreendidos da perspectiva cônica (resultante nas oclusões e deformações próprias dessa projeção). Em um segundo momento, os eventos sequenciais deveriam se articular às informações representadas em projeções ortogonais, perspectivas axonométricas e em outras possibilidades de representação projetiva.

O método perceptivo do Inceu inverte a lógica de leitura urbana, em relação ao aporte da escola inglesa, por se iniciar ao nível dos efeitos topológicos em trechos urbanos. Logo, reforça-se a sua analogia à italiana: a análise se inaugura pela menor escala de uma paisagem urbana, ao nível dos edifícios e dos seus somatórios seriais. Porém, a interpretação em planta dessa escala é feita apenas em seguida, por meio das representações projetivas do espaço urbano.

Como exemplo dessa abordagem, explica a relação sequencial em três elementos urbanos. As malhas urbanas (representadas em planta) poderiam possibilitar tamanhos distintos das estações conforme as dimensões de seus segmentos; os conjuntos de fachadas de mesma largura (representadas em elevações), segundo a autora, não propiciariam novas estações por manter inalterado o nível de estímulo visual nos percursos; a planta topográfica indicaria efeitos perceptivos de mirante.

Kohlsdorf conclui que os traços de identidade dos sítios urbanos, a serem preservados, deveriam ser investigados por sua relevância na percepção. Contudo,

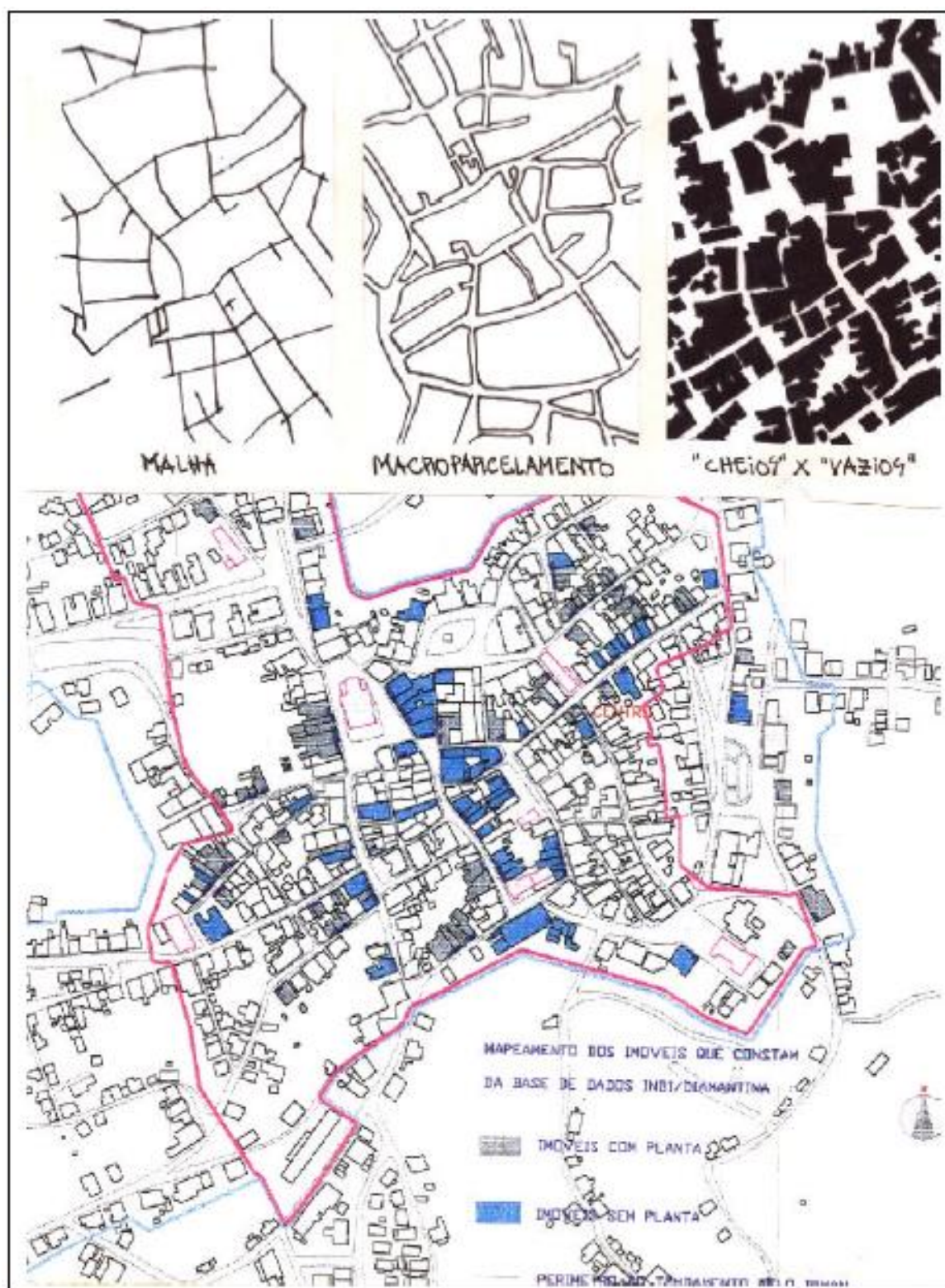
as categorias do espaço percebido sempre se fariam em sua totalidade e não por elementos isolados. A noção de totalidade seria fundamental para a observação dos lugares com bens de valor histórico e cultural, pois seria por meio da captura dos conjuntos, via percepção, que as pessoas entrariam em contato com a memórias dos povos inscrita nesse espaço.

O método de Kohlsdorf atesta grande familiaridade com o aporte Muratoriano, em relação ao tipo de análise por escalas: a partir das malhas urbanas e conjuntos, até se alcançar o todo. Entretanto, não enfoca o estudo no processo tipológico edilício que irá resultar no organismo urbano como um todo. A ela interessaria antes fazer uma leitura do todo (noção de totalidade) para se interpretar o valor histórico e cultural de um espaço urbano.

A noção de totalidade e a finalidade de se analisar os conjuntos deveriam guiar o exame dos códigos projetuais, na medida em que esses códigos possibilitariam aproximações às características matemáticas do espaço (por meio de pontos, linhas, superfícies e volumes, em projeções ortogonais ou perspectivas). Elementos que não são explícitos nos sistemas cadastrais urbanos, demandando adaptações desde ao que se buscava recolher no Inceu.

Um mapa resultante do Inbi-Su foi incorporado ao manual, para ilustrar a adaptação do aporte de Kohlsdorf sobre Diamantina.

Figura 119: Exemplo de mapa elaborado para Diamantina, pelo INBI-SU, e adaptado para os estudos do INCEU.



Fonte: IPHAN, 2001c, p. 19.

Na figura acima, a autora recorre ao mapa com o resultado do mapeamento de imóveis no Inbi-Su para aplicar estudos perceptivos por meio de esboços com a malha, o macroparcelamento e os “cheios” e “vazios” da centralidade tombada em Diamantina. Apesar de não considerar espaços livres intraquadra e intralote.

Para Kohlsdorf, os atributos que constroem a identidade configurativa dos lugares não seriam evidentes, mas resultantes de um processo analítico pelo qual se agrupariam certas características morfológicas em conjuntos, representadas geometricamente. Aqui mais um ponto de reflexão. A autora considera que a identidade de um lugar é concedida pelo conjunto de edifícios: ou seja, a análise pormenorizada do tipo básico isolado ou de seu modo de implantação no lote não seria o foco em si, mas notoriamente como se comporiam os tecidos urbanos (analogia clara ao aporte Muratoriano).

Essa é uma distinção importante de se evidenciar, novamente, em relação ao aporte inglês, que estrutura a cidade em três escalas e o lê como um todo de antemão, aproximando-a ainda mais da aplicação italiana, na qual vão se somando escalas até se entender o todo. Contudo, cabe aqui uma observação sobre o método. Avaliar o espaço urbano pela sua totalidade “perceptiva” também pode gerar equívocos processuais. Os códigos projetuais não devem ser lidos apenas em uma lente ampla, uma vez que decursos tipológicos se desenvolvem na sua menor escala: a da implantação do edifício. **Além disso, a identidade do conjunto tombado não é apenas dada pela feição de seus elementos seriais e de seus tecidos. As apropriações do espaço e a ocorrência de edifícios em destaque também podem conferir identidade à área tombada.** Ponto a se ter em mente, em relação a esse método, e que pode também ter contribuído para a sua não aplicação pelo Iphan.

Trieb (1972) é o autor referenciado para esse método, ao desenvolver uma classificação urbana a partir de planos de preservação para cidades alemãs protegidas.

O sistema de classificação urbana, adaptado pela autora, respeitaria os princípios legais vigentes no cadastro urbano brasileiro (BRASIL, 1979), cujas terras da cidade seriam classificadas entre áreas parceladas e não parceladas; as primeiras podendo ser públicas e privadas, enquanto as segundas apenas públicas (QUEIROZ, 2000).

A representação para projeto dessas áreas se daria por projeções ortogonais ou perspectivadas, mas insuficientes para expressar o espaço urbano. Dessa forma, recorreria a Trieb (1972) ao esquematizar quatro conjuntos de componentes volumétricos que organizariam o espaço da cidade: os elementos do sítio físico, os edifícios, os de engenharia viária e os complementares (arborização, mobiliário etc.). As categorias de projeções ortogonais e as parciais se articulariam em uma categoria-síntese, compondo a estrutura morfológica do espaço. Kohlsdorf, portanto, transpõe ao método do Inceu as aplicações de estudo para quadras modernistas como categorias síntese (1996).

Os quatro conjuntos de componentes volumétricos da cidade se dialogam com a categoria de plano urbano da escola inglesa: estrutura do plano urbano por meio de edifícios, elementos do sítio físico, de engenharia viária e complementares. A divergência fundamental é a de que a cidade, por esse método, seria resultante de categorias de projeções parciais (dadas pelo somatório de edificações, em conjuntos específicos), aproximando-a novamente do aporte italiano.

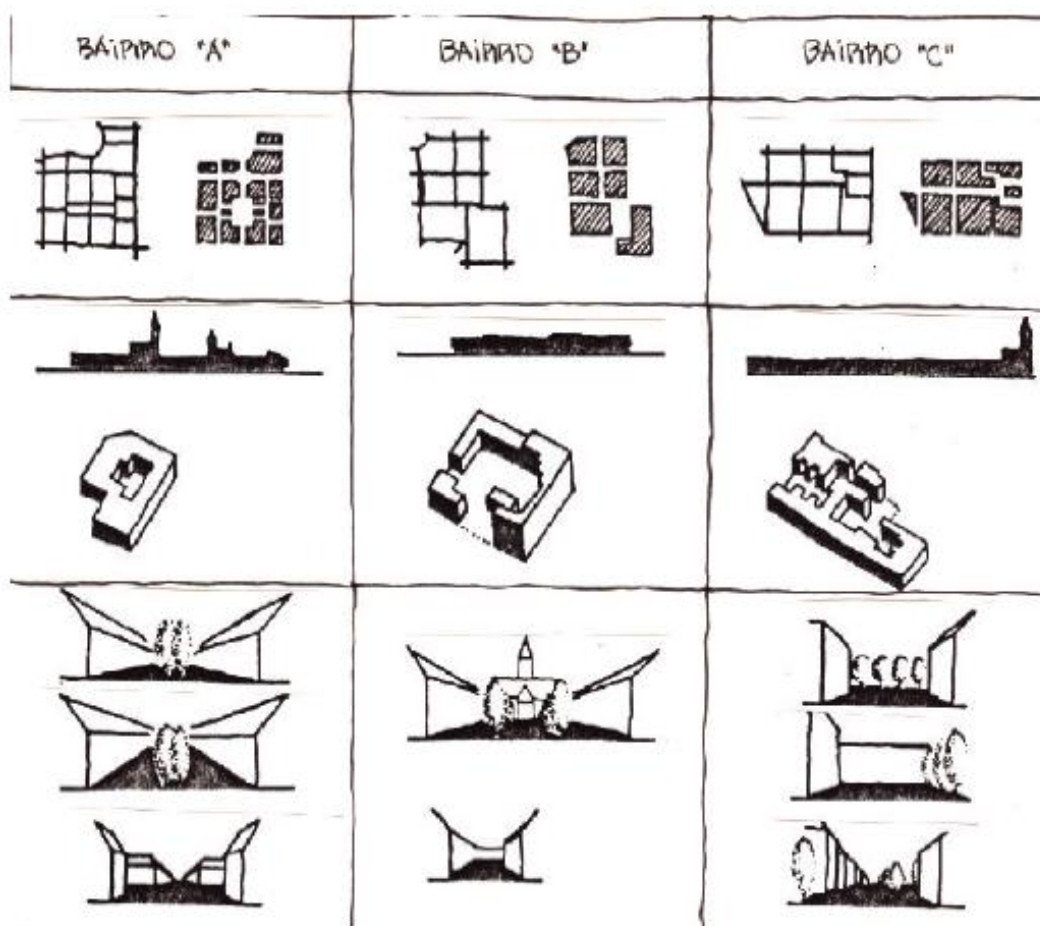
O manual do Inceu proporia, portanto, para além das categorias perceptivas demonstradas acima outras sete no nível projetual. Por elas seria possível analisar as possibilidades de atributo de cada um dos seus elementos em configurar a identidade do sítio considerado, no que se refere à sua forma:

- Duas Categorias de Totalidade: Planta Baixa; Conjunto de Planos Verticais;
- Quatro Categorias Parciais: elementos de sítio físico, edifícios, engenharia urbana e complementares;
- Uma Categoria Síntese: estrutura interna do espaço.

Seria necessária, para tanto, a inferência dos atributos fundamentais dessas representações, sendo solicitado pelo manual (IPHAN, 2001c) o exame de seus papéis na formação dos traços de identidade, por meio da aplicação de métodos estatísticos simples indicando a predominância de certos elementos e relações morfológicas. Destarte, seriam esclarecidas leis de composição por contraste, dominância, simetria, equilíbrio e semelhança, por exemplo.

A autora emprega uma figura para exemplificar essa análise.

Figura 120: Representação das abordagens de Trieb (1972) nas aplicações de categorias morfológicas estruturais à inferência de traços de identidade, em Ludwigsburg, na Alemanha.



Fonte IPHAN, 2001c, p. 21).

No exemplo acima, em três bairros de Ludwigsburg, Trieb aplica seu método por meio do estudo de unidades morfológicas (malha e “cheios e vazios”) e de suas volumetrias, das silhuetas urbanas e da inferência dos elementos complementares (arborização, nos três casos) nas percepções visuais dos bairros. Essas unidades morfológicas poderiam corresponder aos tecidos urbanos, em interlocução com os aportes adotados na tese.

Encerrando a apresentação do método do Inceu, a autora tece uma breve conclusão acerca do assunto.

Segundo Kohlsdorf, os sítios urbanos passariam por mudanças em sua configuração, mas manteriam sua identidade em certos atributos perceptivos. São esses atributos o

objeto das ações de preservação, no qual se concentraria o inventário de configuração urbana. A análise dessa configuração não se trataria de um instrumento isolado, devendo ser precedida pelo conhecimento histórico dos sítios. As características dos lugares, que se apresentam à percepção dos indivíduos, deveriam estar presentes na investigação de seus traços de identidade e nas diretrizes de sua preservação. Apuração viável, por meio de procedimentos aplicados nos níveis perceptivos da cognição e da representação euclidiana do espaço. Como os principais atributos perceptíveis da identidade dos sítios urbanos são de natureza morfológica, sua configuração se apresenta diferentemente de forma perceptiva e nas representações geométricas. Por essa razão, devem ser trabalhados esses dois níveis de abordagem dos lugares, tendo as categorias de análises como instrumentos adequados para essa interpretação analítica.

Reforça-se aqui o ponto fundamental que distingue esse aporte dos aqui estudados. Kohlsdorf defende a interpretação da forma urbana em dois níveis de abordagem: apreensão perceptiva e representações geométricas, para então serem estruturadas categorias de análise e a leitura das identidades de um sítio urbano. Os aportes inglês e italiano escrutinam a estrutura da forma urbana, sem interpretá-la a partir de apreensões perceptivas e que poderiam incorrer em análises subjetivas desse território – abrindo margens a apreciações sobre o que deve ou não ser preservado, coadunando-se à pretensa “identidade” lida no espaço urbano. Aspecto que é, por outro lado, evidenciado nas preocupações da instituição federal, por priorizar a proteção (com uma tendência de “congelamento”) de restritas facetas em relação ao todo urbano.

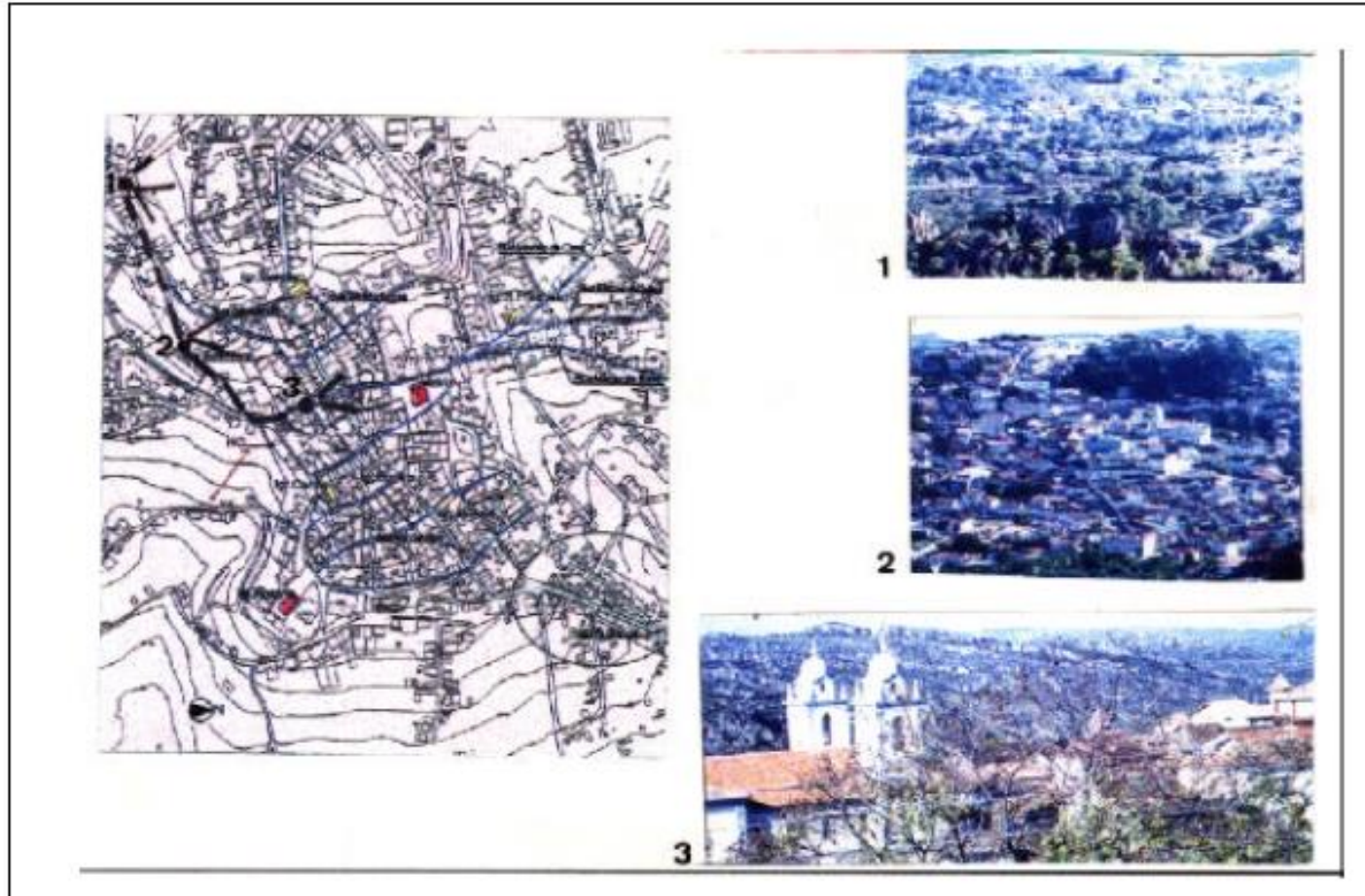
Como conclusão do método, entende-se que a aplicação do Inceu seria desenvolvida por meio de categorias analíticas, “conjuntos de atributos geométricos relevantes na formação da identidade configurativa dos sítios” (IPHAN, 2001c, p. 23). Elas eram definidas por uma lógica de relação entre os dois modos de apreensão do espaço: segundo a linguagem projetual e o modo de conhecimento perceptivo. Essas categorias são estruturais, ao cobrirem todos os âmbitos de análise de configuração necessários para as ações de preservação, mas não prescindem da abordagem histórica. Por isso, seria recomendado aplicar as categorias inventariais de

configuração urbana para diferentes tempos, e entender as correspondentes características morfológicas, por meio da história do sítio considerado.

No parágrafo acima, surge outra evidência sobre a possível ineficácia desse aporte metodológico. A sugestão dada pela autora seria a de se aplicarem as avaliações configurativas, por categorias analíticas, “a cada período histórico” do sítio de estudo. O capítulo dois dessa pesquisa mostrou as possibilidades de apreensão da evolução urbana de Diamantina, a partir dos registros históricos e cartográficos existentes e que, em alguns casos (como em relação a cartografias do século XIX), eram indisponíveis, não sendo possível ilustrar a totalidade dos aspectos urbanos em parte dos períodos morfológicos. Dessa forma, a aplicação das categorias analíticas, indicadas por Kohlsdorf, não seria plenamente viável, pois nem todos os elementos analisados seriam – de fato – constatados em cada um dos episódios da formação urbana do sítio.

Para ilustrar a aplicação do método, são apresentadas categorias adotadas em Diamantina e exemplificadas pelo Manual de aplicação do inventário. Abaixo, a cidade foi utilizada para evidenciar a coleta de dados da categoria de eventos gerais das sequências à distância.

Figura 121: Simulação de análise à distância de Diamantina.



Fonte: IPHAN, 2001c, p. 30.

Pela imagem, em três mirantes da cidade, foram obtidos campos de visão para se estudar Diamantina à distância. Pelo método, a análise à distância deveria considerar os principais pontos de vista: nos caminhos de acesso, em acessos aos setores da área estudada e a partir dos quais a área de proteção prioritária seria percebida. No exemplo acima, a simulação de análise considerou um percurso com três pontos de visada, a partir dos quais a área tombada de Diamantina foi apreendida.

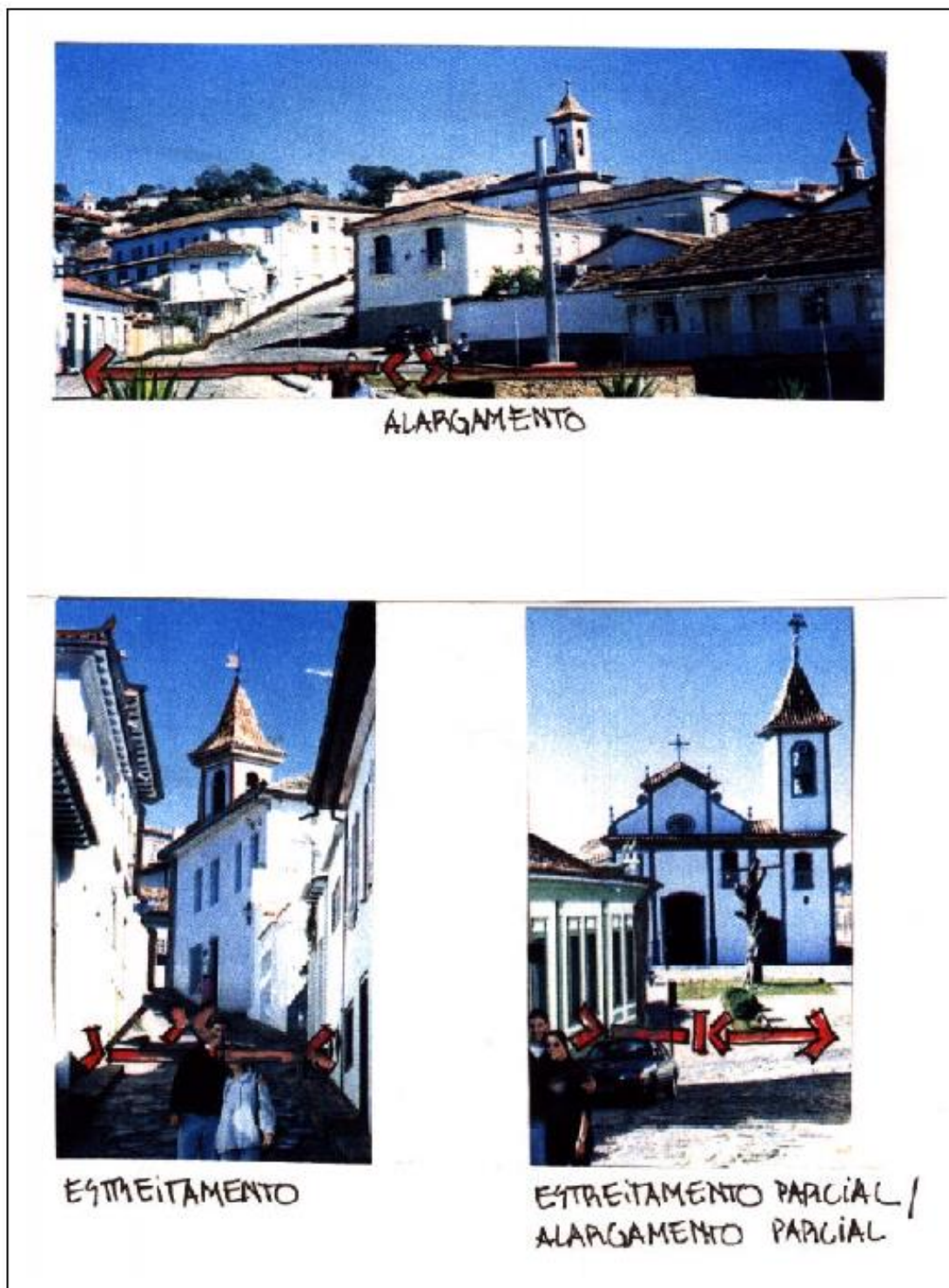
A cidade também foi empregada para representar a aplicação da categoria de percepção vinculada aos efeitos visuais das sequências. Essa categoria analisaria como a área se apresentava à percepção, em termos de composição das cenas registradas, nos campos visuais das sequências examinadas. Esse item é o primeiro a fazer uma menção específica ao caráter de “paisagem” do aporte, ao informar que:

(...) a quantidade e articulação entre campos visuais oferecem estímulos diferentes à apreensão dos sítios urbanos ou dos seus setores, mas cada campo visual contém uma **paisagem**, onde importa analisar, para o inventário, como se organizam os objetos fixos e estruturadores do espaço (edifícios, vegetação, relevo, mobiliário urbano) em termos de suas semelhanças ou diferenças morfológicas, suas quantidades, suas posições em relação uns aos outros e seu papel na cena (IPHAN, 2001c, p. 37).

O excerto acima elucida que a paisagem estaria vinculada aos campos visuais, o que invariavelmente se resultaria em uma multifacetada extração de “recortes de paisagem”, dotados dos elementos que a comporiam relativizadas em relação aos efeitos de semelhanças e contrastes entre si.

Segundo o manual, esses elementos perderiam sua individualidade nessas paisagens, passando a ser integrantes de composições morfológicas que poderiam oferecer qualidades diferentes dos estímulos visuais registrados, em decorrência dos efeitos semânticos de contraste, associatividade, continuidade entre outros, além de indicar noções tratadas pela autora como “universais” de lugar, em termos de efeitos topológicos e perceptivos. Dessa forma, os três elementos de análise seriam os efeitos topológicos, perceptivos e semânticos. Os topológicos são constituídos por composições de cenas nos campos visuais, indicando a posição do observador no espaço. Segue a ilustração desse efeito em Diamantina.

Figura 122: Exemplos de efeitos topológicos em Diamantina.

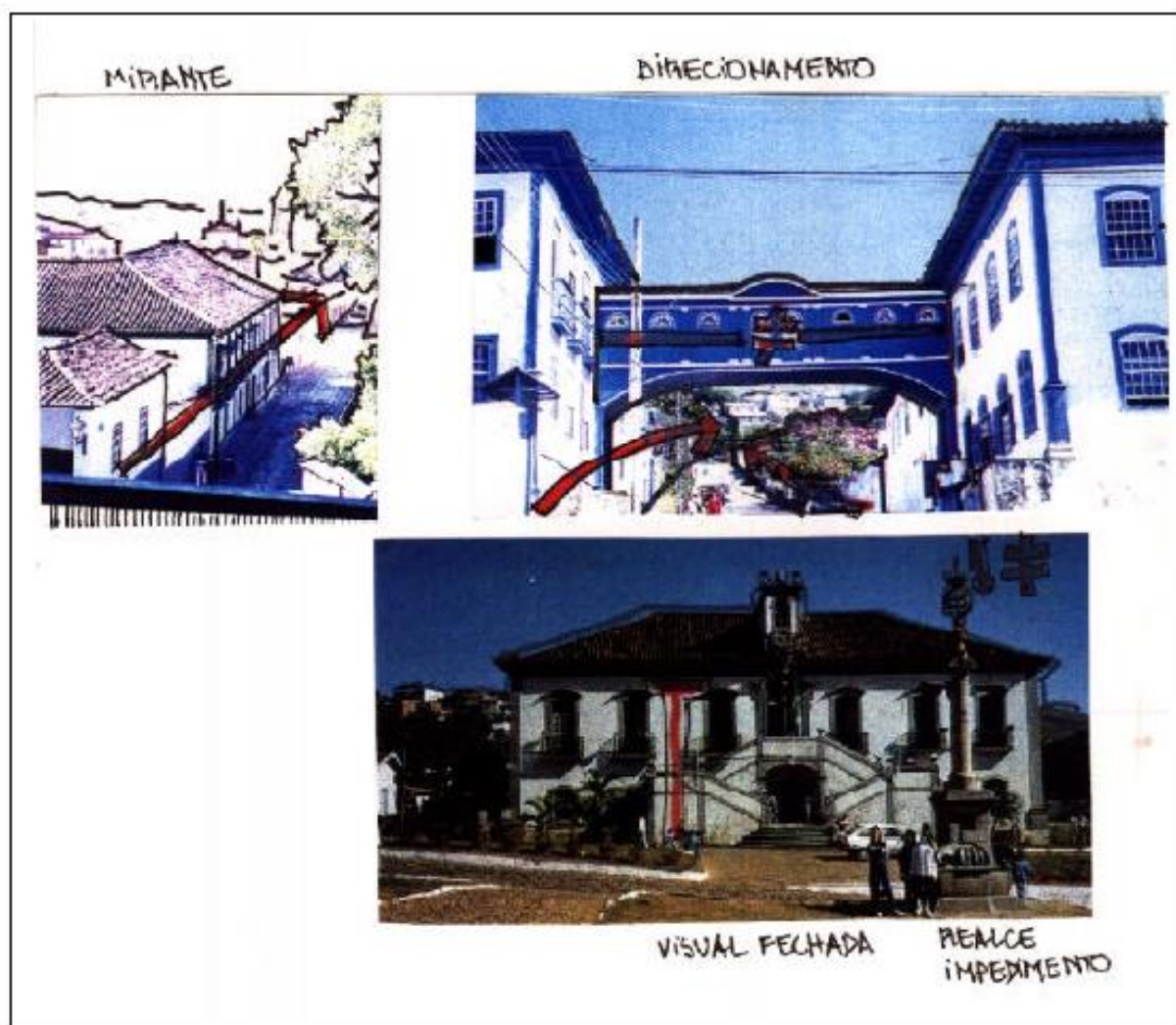


Fonte: IPHAN, 2001c, p. 39.

Em Diamantina, as fotos acima registram os efeitos topológicos de alargamento e estreitamento, completo e parcial, nas imediações do largo Dom Joaquim, aplicados por Kohlsdorf em 1999 (IPHAN, 2001c).

Os efeitos perceptivos indicam a organização dos campos visuais pela composição da cena em perspectiva, seja por ocultações, deformações de tamanho e forma dos objetos. Segue ilustração desses efeitos em Mariana e Diamantina.

Figura 123: Efeitos perceptivos em Diamantina e Mariana.



Fonte: IPHAN, 2001c, p. 40.

Na imagem acima, os efeitos visuais perceptivos de mirante e direcionamento foram constatados, respectivamente, a partir da varanda da Casa da Chica da Silva e na visualização do Passadiço da Casa da Glória, em rua homônima. O efeito visual fechado, com realce de impedimento, foi constatado na antiga Câmara Municipal de Mariana.

Na categoria de elementos edíficos, seria observado como a configuração dos edifícios, isoladamente ou em conjuntos, participaria da identidade da área

inventariada – momento em que o método tangencia a abordagem italiana, pautada no estudo dos tipos edifícios e respectivas disposições em conjuntos seriados. Importaria focar os elementos que incidem nessas composições, analisando-os em porções homogêneas ou setores previamente estabelecidos. Os edifícios seriam analisados em seu papel na composição dos lugares ou situações, cujos efeitos perceptivos seriam provenientes de uma série de características exteriores de cada edifício, que configurariam o espaço público a partir da percepção resultante do deslocamento do observador por ele. Abaixo segue a aplicação do conceito em Diamantina.

Figura 124: Edifícios configurando efeitos topológicos e perceptivos em Diamantina.



Fonte: IPHAN, 2001c, p. 65.

Nos dois campos de visão acima, no Passadiço da Glória e no largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, é exemplificado que os efeitos topo-perceptivos analisados anteriormente seriam retomados, perante as avaliações da configuração desses edifícios. O manual informa que as informações necessárias para a análise dessa categoria estariam parcialmente sistematizadas, em dados cadastrais e georreferenciados pelo Inbi-Su.

Os elementos analíticos dessa categoria seriam:

- Relações intervolumétricas entre edifícios: distâncias laterais entre os volumes edificados, bem como os afastamentos frontais;

- Volumetria: forma dos edifícios como volumes, analisados tanto isoladamente quanto participantes de um conjunto.
- Fachadas: forma das fachadas dos edifícios voltadas para os arruamentos.
- Relações entre Temas-Base e Temas-Destaque dos edifícios: síntese dos elementos anteriores, referentes às composições dos edifícios da área estudada, em termos de contrastes entre elementos repetidos (as bases) e elementos diferenciados (os destaques).

Ainda em relação à aplicação do método, o manual informa que o valor de um sítio cultural poderia variar de intensidade e qualidade, sendo positivo se os atributos configurativos permitissem “a leitura clara do papel simbólico original dos elementos, bem como se as atividades desenvolvidas nas áreas analisadas não comprometessem a leitura do processo histórico do sítio inventariado” (IPHAN, 2001c, p. 103).

A frase acima possui dois enunciados questionáveis. Primeiro, não deixa claro o que balizaria a originalidade o sítio, sem exemplificar conceituações e critérios para embasá-la. Em segundo lugar, indica que seria positivo o valor dos seus atributos configurativos se eles não “comprometessem” a leitura do processo histórico do sítio. Como visto no segundo capítulo dessa pesquisa, pelo estudo morfológico de Diamantina, o processo histórico dela é continuamente lido em todos os seis períodos morfológicos, sendo variável conforme a época de desenvolvimento urbano e construtivo dos edifícios – o que não impediu a definição clara de sua identidade multifacetada, consecutivamente construída ao longo dos anos.

Ou seja, a valoração da identidade do sítio pela clarificação de seu processo histórico não foi bem-sinalizada nesse argumento, podendo abrir margem a interpretações e questionamentos.

As conclusões geradas, a partir da aplicação das três categorias de percepção e sete categorias de representação projetual do espaço, seriam destinadas à produção de recomendação e diretrizes de preservação para o setor ou sítio urbano estudado. Por meio da identificação e registro das relações entre os vários elementos e atributos

investigados, o manual indica que seriam extraídas conclusões sobre quais características e aspectos eram responsáveis pela identidade cultural do sítio.

Algumas conclusões merecem destaque, após a avaliação do método.

Certamente não se pode objetar o avanço do aporte conceitual trazido pelo método do Inceu, ao se avaliar um sítio urbano acautelado, quando comparado ao Inbi-Su. As análises pautadas por um viés historicista deste, com produção de dados abrangentes, não aprofundaram estudos quanto ao caráter volumétrico de um sítio, o que ensejou a criação de um novo método de inventário urbano pelo Iphan.

A urbanista Kohlsdorf (1996) assume a liderança desse inventário, aplicando a sua abordagem morfológica já praticada em Brasília. A interlocução conceitual se desenvolveu junto às discussões de Merleau-Ponty (1945) e Piaget (1971), enquanto a aplicação foi influenciada por Trieb (1972).

Reforçando o que se evidenciou sobre o método: o espaço urbano deveria ser compreendido por meio de três categorias de análise topo-perceptivas e sete em nível projetual, com vistas a transportar para o meio projetivo de análise as considerações feitas ambientalmente. O principal objetivo seria o de revelar a identidade cultural do sítio, para assim serem elaboradas diretrizes para a sua preservação como patrimônio urbano.

A abordagem que, à princípio, dava a impressão de se pautar apenas pelas inferências subjetivas topológicas e perceptivas, vai se tornando complexa, ao se distribuir por categorias projetuais que escrutinam os elementos físicos componentes do espaço urbano e suas relações entre si, somadas até atingir as categorias de análise desse espaço pelas suas partes e pelo Todo. A cidade de Diamantina foi empregada para ilustrar uma fração das abordagens, não tendo sido encontrada qualquer documentação no ACI que comprovasse o uso do método para embasar leis ou portarias na sua área tombada. A cidade de Pirenópolis foi a que recebeu integralmente o método e que, nada obstante, não teve como resultado a adoção de uma portaria de normas, para se gerenciarem as intervenções em sua poligonal de tombamento.

Sem incorrer a simplistas avaliações anacrônicas, o que se importou avaliar esteve relacionado às discussões provocadas pela abordagem.

O aspecto predominante a se criticar refere-se ao enviesamento das classificações e análises propostas. Primeiro, a tênue incorporação da participação popular no Inbi-Su, representado pelos questionários sociais, é invisibilizada no Inceu – mesmo que (repetidamente) fossem mencionados como fontes os resultados do inventário anterior.

Além disso, as avaliações sobre a percepção do sítio enfocaram apenas o aspecto visual da apreensão humana, e termos totalitários e generalizantes foram sendo utilizados, ao qualificar a “identidade comum” dos sítios, sua “originalidade” ou os seus atributos “universais”. Sem contar que a definição desses atributos e valores partiriam de modo unívoco dos técnicos ou analistas que os avaliariam.

Do ponto de vista do aporte metódico, não se questiona a incorporação da morfologia urbana no Inceu, mesmo com as aproximações e os afastamentos em relação aos aportes estudados no capítulo 2. O estudo em escala perceptiva associado a representações geométricas resultou em categorias morfológicas, distribuídas por elementos análogos àqueles evidenciados no plano urbano Conzeniano (edifícios, vias e elementos complementares) e principalmente nas escalas do espaço urbano (semelhante aos estudos seriais da escola italiana). Na contextualização do primeiro capítulo dessa tese, inclusive, foi apresentado o enquadramento de Kohlsdorf às considerações sobre a geografia da percepção, aproximando-a de autores como Cullen (1959) e Lynch (1960), com instrumentalização desse ideário em cidades patrimonializadas por Trieb (1972).

Mesmo que distanciada do estudo evolutivo desenvolvido por Conzen (1960), as análises em categorias edilícias, do sítio físico e das fachadas vão se aproximar dos aportes Muratorianos (1959), ao considerar aspectos compositivos de volumetria, fachadas e disposições intervolumétricas. Entretanto, a diferença fundamental entre as considerações destes em relação a Kohlsdorf pode ser atribuída ao aspecto de análise da forma urbana, sem interpretação da morfologia urbana enquanto processo evolutivo (como um todo). Como predito, o método da autora investigava aspectos identitários das categorias urbanas, resultantes dos estudos topo-perceptivos, para

assim avaliar diretrizes de proteção aos elementos delas. Pretensão enviesada e focada em interpretações subjetivas do elemento urbano.

Enquanto as abordagens inglesa e italiana evidenciaram o caráter “processual” da forma, seja ela constituída pela evolução urbana ao longo de períodos morfológicos ou por processos tipológicos, a autora desenvolveu análise em uma espécie de “fotografia fragmentada” do sítio urbano, resultante em um todo “topo-perceptivo” desse espaço (estudo da forma urbana). Essa ponderação é reforçada quando se apontam as informações de que o registro da época construtiva de certos elementos não seria obrigatório nas análises, mas introduzido se considerado pertinente pelo inventariante – concedendo mais ênfase à interpretação perceptiva da forma urbana do que necessariamente ao seu estudo de formação e desenvolvimento cronológicos.

Isto posto, a identidade do sítio urbano, constituída pelos dez elementos de análise configurativa, estaria associada àqueles consolidados no período de levantamento considerado, revelados e tratados pelo analista técnico, por meio de zoneamentos e setores, e suas relações contrastantes e de predomínios. A autora chega a considerar a necessidade de se fazerem avaliações dessas dez categorias para períodos distintos, mas não desenvolve o raciocínio e nem apresenta a possibilidade de se compararem as modificações urbanas, ao longo do seu percurso processual.

Sem contar que, na conclusão do método, não houve uma articulação entre as categorias projetuais àquelas subjetivas de topo-percepção ditas “universais”. A partir de qual critério seriam classificadas como “universais” as categorias que sequer abrangiam todas as possibilidades de apreensão de um espaço urbano?

Os zoneamentos propostos pelas análises de categorias poderiam ser relevantes para a proposição de planos diretores ou diretrizes de preservação, mas com um caráter parcial, visto que não foram avaliados em uma ampla lente processual. Por derivação de sentido, também seria parcial a constatação da “identidade” do sítio urbano.

Entretanto, esse é o elemento de destaque do método, caracterizando um avanço em relação aos estudos do Inbi-Su. A partir da definição e compreensão das categorias reveladas pelas análises, seria possível o estabelecimento de parâmetros para se preservar a identidade atribuída a esses elementos do espaço urbano. Apesar de

ainda se limitar a um aspecto tecnicista de se interpretar a identidade do fragmento urbano, sem se considerarem as atribuições valorativas dos seus moradores e usuários a ele.

Pela bibliografia consultada, contextualizada no capítulo anterior, viu-se que o método chegou a ser usado em estudos para embasar possíveis normas de intervenção. No entanto, não foi possível obter aquelas nas quais foi evidenciada a abordagem Inceu para suas instaurações - nem mesmo na já citada Pirenópolis, que recebeu todo o estudo do método.

A complexidade dele e as inferências subjetivas de percepção podem explicar sua descontinuidade, mas a falta de uma análise “processual” e não apenas perceptiva da forma urbana também inviabilizaria sua eficácia. Além disso, as mudanças de governo e a ampliação do conceito de patrimônio cultural – com a integração das discussões para bens imateriais – vão resultar na criação do SICG, banco de dados para agregar os dados dos métodos de inventário até então disponíveis, sem realizar uma abordagem metódica de aplicação.

Como visto, tampouco em Diamantina o Inceu se logrou. Ele foi desenvolvido na fase de transição entre o 5º e 6º período morfológico (vide capítulo 2), logo após a instrumentalização de novo aporte legislativo resultante dos trabalhos do Inbi-Su, fato que dificultou a perpetuação e aplicação do método. Encerrava-se assim o ciclo de inventários norteados pela conceituação das “cidades-documento”.

Após quinze anos de descontinuidade do método, ressurgem na cidade novos estudos com aporte morfológico, enquadrados na mais recente fase de sua gestão urbana.

4.3. A Morfologia Urbana na 3ª fase de Gestão Urbana

A fase mais recente da gestão urbana de Diamantina se inaugura na década de 2000, assim que a cidade foi classificada como patrimônio mundial pela Unesco, e se divide em três momentos: elaboração do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG, 2008); Manual de Normatização de Conjuntos Tombados pelo Iphan (2011); Elaboração da Minuta de Portaria com a Normatização de Critérios de Preservação do Conjunto Tombado de Diamantina (2023).

Foi nesse período em que as discussões sobre a “paisagem” incorporavam considerações sobre a ecologia (FORMAN; GORDON, 1986) e ganhavam cada vez mais importância e destaque nos projetos envolvendo o planejamento urbano (WALDHEIN, 2001).

No campo do patrimônio cultural, o Iphan havia ampliado o debate para incorporar o seu aspecto intangível (IPHAN, 2000) e de paisagem cultural (IPHAN, 2007), acompanhando a consolidação das ideias integrativas e de sustentabilidade do patrimônio, como as desenvolvidas pela Recomendação HUL da Unesco (2011).

No contexto do 6º período morfológico, a cidade havia consolidado um novo aparato legal depreendido dos esforços para a candidatura à Unesco, como refletido no surgimento da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor (PMD, 1999; 2011). A Serra dos Cristais estava recém-protegida pelo Iphan/MG (2000) e, pelo Escritório Técnico do Iphan, haviam sido instituídas portarias e minutas para aperfeiçoar a gestão do território.

A cidade ganhou forte influxo de instituições educacionais, situação que trouxe novo dinamismo econômico e social, associado ao fortalecimento do setor do turismo pelos eventos atraídos com a titulação mundial. Os vetores de expansão, constatados no período morfológico anterior, intensificaram-se, com ramificações orientadas ao longo das vias rodoviárias, inclusive àquela direcionada ao Campus da UFVJM. Novos condomínios surgiram, para englobar a população atraída pelas novas instituições e pelos comércios que seguiram o advento do turismo no local (vide mapa do 6º período morfológico, do segundo capítulo).

Esse cenário motivou com que, pelo Iphan, fossem adotadas metodologias para aperfeiçoar o aparato de diretrizes normativas, o que resultou na criação de uma nova portaria em 2019. Neste último subitem do capítulo, será tratado como esse processo teve relação com os aportes de morfologia urbana, avaliando sua eficácia de forma crítica.

O subitem anterior apresentou o final da segunda fase de gestão urbana em Diamantina. Os estudos do Inbi-Su, resultando em novidades legislativas para o município (lei de uso e ocupação, plano diretor, tombamento estadual da Serra dos

Cristais), embasaram a primeira portaria com critérios de intervenção para a área tombada da cidade (IPHAN, 2002) – instrumento, contudo, ineficaz (vide contexto discutido no Inbi-Su).

A insuficiência dessa portaria para garantir uma adequada gestão do solo urbano, tanto por parte do ETD, quanto por meio de sua articulação com outros organismos da esfera do poder público e de camadas sociais, resultaria na tentativa de se estabelecerem novos mecanismos legais ou jurisprudências (BARROS FILHO, 2018) para se intentar esse efeito, ao longo das décadas de 2000, 2010 e início da de 2020. Essa insuficiência seria representada pelas generalizações das diretrizes, abrindo margens a interpretações dúbias ou exigindo análises subjetivas, variáveis conforme a alteração do corpo técnico responsável por gerenciá-las.

No âmbito das decisões técnicas federais em Brasília, o decurso dos aprimoramentos tecnológicos, entre as décadas de 2000 e 2010, vai influenciar o novo modo de se cadastrarem bens culturais de diversas naturezas pelo Iphan. Conforme relatou Silva (2014), as metodologias de inventário, criadas com vistas à criação de um banco de dados (casos do Inbi-Su e Inceu), encontraram dificuldades financeiras e técnicas no período de transição presidencial, entre os anos de 2002 e 2003. Por outro lado, novos esforços do Ministério da Cultura foram empreendidos no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de alinhar ações de política de preservação à noção ampliada de patrimônio cultural, constante desde o advento da CF (BRASIL, 1988).

Em 2006, técnicos do Depam, recém-empossados por meio de concurso naquele ano, realizaram reuniões refletindo sobre as práticas institucionais do órgão (SILVA, 2014), tendo como um dos resultados a elaboração de uma ferramenta para a gestão do patrimônio de forma integrada, novamente priorizando o sistema de inventário na instituição. Lembra-se que também nesse concurso ingressou Junno Marins da Matta, chefe do ETD desde 2006, e que transplantou discussões federais para o âmbito municipal (BARROS FILHO, 2018).

O debate avançou no sentido de se pensar o novo Sistema Nacional de Inventários, incorporando três linhas de atuação: a salvaguarda do estoque já coletado em inventários anteriores, a expansão dele com vistas a atender a dimensão continental

do território nacional, e a construção de normas de preservação e monitoramento dos sítios urbanos.

Nesse ensejo é criado o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), objetivando implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural Brasileiro, otimizando recursos humanos e financeiros para a sua efetiva proteção (IPHAN, 2010). O incentivo ao desenvolvimento do PAC-CH, em 2011, depreendeu-se desse sistema. Como fruto dessas discussões e da criação do SNPC, foi teorizado pelo Iphan a criação de um sistema de inventários, com procedimentos de levantamento e registro buscando sistematizar o conhecimento e a proteção do patrimônio, cujos diferentes inventários deveriam ser complementares e não concorrentes (SILVA, 2014).

A proposta desse novo sistema seria o de trabalhar em várias escalas, a partir de um contexto regional e temático, até se alcançar o objeto específico do estudo. Esse objeto poderia se relacionar com outros bens, independente da sua natureza ou tipo (SILVA, 2014). Para essa finalidade, seria desenvolvida uma ficha síntese inicial de cadastro, com a reunião de informações básicas sobre o bem (sua natureza, localização, estado de conservação), relacionando-o a um contexto temático e territorial mais abrangente, sucedido por fichas com dados específicos para cada categoria de bem (imóvel, móvel, patrimônio ferroviário ou naval, por exemplo). Interessante como essa gradação de escalas vai se aproximar da abordagem inglesa de morfologia urbana, contudo, sem de fato recorrer a tal aporte – como se verá adiante. No ano de 2008, esse sistema é batizado como SICG, pelo Depam.

A introdução desse sistema é um marco para as ações de normatização de cidades históricas, ao permitir com que dados depreendidos de metodologias anteriores pudessem ser nele acondicionados. Tanto que as elaborações de normativas para sítios tombados em Areia (Paraíba) e Ouro Preto (Minas Gerais) incorporaram esse novo aporte de sistematização de dados (IPHAN, 2010a). Como consequência direta disso, o Iphan desenvolve um documento para a normatização de cidades históricas por ele acauteladas, em novembro de 2010 (IPHAN, 2010a), com vistas a estruturar o novo instrumento de estudos urbanos, pautados pela coleta sistematizada de dados.

4.3.1. SICG

Segundo o seu manual, uma das principais características do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) seria o seu papel em permitir a automatização de processos com o compartilhamento do cadastro de bens considerados como patrimônio cultural, por prefeituras e governos locais. Assim ganharia uma escala territorial e amplitude temática do alcance das políticas públicas de reconhecimento e proteção dos bens culturais, ao articular o cadastro de bens materiais e imateriais, fato que seria até então inédito na instituição federal.

De fato, é um avanço observado quanto aos inventários anteriores, concebidos de modo compartimentado e sem se relacionarem entre si. No tocante à automação de processos, o SICG acirrou a transcurso sistemática de dados e posturas gerenciais do órgão federal, aprimorado ao longo da última década. Por exemplo, no ano de 2015, houve integração de dados à plataforma de Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta digital para edição e tramitação de processos legais (PORTAL IPHAN, 2017) e, em 2016, a criação do Sistema Informatizado de Fiscalização (Fiscalis), para otimizar a instrução e tramitação dos processos de fiscalização de bens tombados (PORTAL IPHAN, 2016), regidos pela portaria federal n. 187 (IPHAN, 2010c).

O SICG se associou ao contexto contemporâneo tecnológico, distinto daquele de implantação dos inventários no período de gestão anterior. O sistema seria abordado a partir de conceitos e inteligências informatizadas. A sua experiência na administração pública iria traduzir uma nova forma de se fazer política pública, focada no “reconhecimento das relações de complementariedade, baseada na lógica da rede de agentes, instituições e bens que permitiram novos avanços concretos na ampliação dos bens culturais como vetores de desenvolvimento territorial” (IPHAN, 2013, p. 2).

Cinco foram os objetivos assinalados pelo sistema:

- Realizar inventários de conhecimento e de identificação/proteção (a1);
- Construção de um cadastro unificado e uma cartografia do Patrimônio Cultural (a2);
- Possibilitar a construção de planos de preservação e projetos de reabilitação urbana (a3);

- Articular conhecimento e gestão do patrimônio urbano (a4);
- Consolidar a Rede Nacional de Proteção do Patrimônio Cultural (SNPC) – (a5).

Os inventários do conhecimento (a1) visariam formar uma base de informações aplicadas na construção de uma rede nacional de proteção do patrimônio cultural, integrando as existentes em todos os estados e municípios. Assim, funcionariam como um mapeamento abrangente desse patrimônio, com vistas à sua proteção e valoração. O cadastro unificado e a cartografia do patrimônio cultural (a2) seriam o resultado dos dados coletados, georreferenciados e classificados conforme sua categoria, recorte temático e territorial dos estudos.

A construção de planos de preservação (a3) foi refletida desde a constituição de alguns instrumentos do sistema, dimensionados para a captura de dados que subsidiariam a tomada de decisões para planos estratégicos de normas de preservação, e definição de ações de qualificação urbana. É nesse ponto que o SICG tangencia o interesse do ETD, pautado na definição de parâmetros normativos para a área tombada de Diamantina.

Esses três objetivos se articulariam para produzir dados para o conhecimento e gestão do patrimônio urbano (a4), consolidando assim o intuito principal do SNPC, ao ensejar a integração deles em uma rede sistêmica gerencial, distribuída pelas três esferas de atuação do poder público. A instrumentalização do SICG se deu pelo estabelecimento de três módulos de catalogação dos dados, que reuniriam um conjunto de formulários para a obtenção das informações pretendidas.

O módulo de conhecimento seria responsável por contextualizar, na história e no território, os bens cadastrados, com a organização dos dados provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. Esse módulo seria essencial para estudos temáticos ou inventários de conhecimento em um dado espaço geográfico, permitindo relações de pertinência para unidades territoriais e temáticas complementares (IPHAN, 2013). O recorte geográfico se estabeleceria por unidades de planejamento estatal, baseadas em divisões estipuladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte temático seria referente ao assunto ou matéria específicos, definidos a partir de perspectivas históricas, científicas, antropológicas,

literárias, entre outras, a partir das quais os bens passariam a compor um conjunto, mesmo que dispersos no território. O módulo seria composto por três fichas (ABRANTES, 2014):

-M101 – Contextualização Geral: Reunião de informações referentes a uma configuração territorial ampla, relacionando diversos bens em um mesmo universo, fosse ele temático ou territorial, não se aplicando a bens isolados.

-M102 – Contexto Imediato: Direcionada para a aplicação de conjuntos históricos urbanos ou rurais, permitindo sua caracterização por aspectos históricos, geográficos, morfológicos, tipológicos ou de apropriação dos espaços.

-M103 – Informações sobre a Proteção Existente: Seria aplicado a conjuntos urbanos e rurais com algum tipo de acatamento cultural ou ambiental.

O módulo de gestão teria como enfoque as áreas já protegidas, sobre as quais o Iphan ou demais órgãos de preservação do patrimônio cultural (em outras esferas do poder público) seriam responsáveis por realizar trabalhos gerenciais. Operaria atividades de normatização, parte das ações de fiscalização, da construção de planos de preservação e de reabilitação, por exemplo. Dessa forma, seria composto por cadastros voltados para a setorização, laudos de vistoria e avaliação do estado de conservação do bem. Sua constituição se faria por sete fichas (ABRANTES, 2014):

- M201 – Pré-setorização: Voltada para a construção de uma compreensão espacial de diferentes elementos dos conjuntos e suas áreas de entorno, por meio de uma caracterização da dinâmica estabelecida no local;

- M202 – Caracterização dos setores: Descrição detalhada de cada um dos setores determinados na ficha anterior, considerando problemas, demandas, fatores de pressão e potencialidades constatadas no conjunto, indicando diretrizes para o seu desenvolvimento aliado à preservação.

- M203 – Averiguação e proposição local: aplicação das diretrizes indicadas nas fichas anteriores, aplicadas em todas as quadras do conjunto, recorrendo às faces de quadra como item mínimo para esse estudo. A ficha possibilitaria a identificação de exceções dentro do conjunto, a serem tratadas isoladamente, ao se considerar as características de cada face de quadra. Por meio disso, seria avaliada a

homogeneidade ou heterogeneidade **morfológica** desse somatório de quadras (grifo do autor).

- M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote: Objetivaria agrupar dados de cada lote do perímetro avaliado, constando de número de imóveis, área construída, estado de conservação (entre outros), fornecendo dados estratégicos para tomadas de decisão quando necessária.

-M205 – Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra: Agruparia dados referentes às quadras de modo geral, com análise da ocupação, infraestrutura urbana existente e equipamentos, para fornecer subsídios a projetos de qualificação urbana.

-M206 – Diagnóstico de Conservação – Arquitetura Religiosa: Indicaria orientações em vistorias de imóveis eclesiásticos tombados isoladamente, por meio do acompanhamento do estado de conservação do bem, para assim se planejarem obras para sua preservação. Ou seja, poderia instrumentalizar a prática das atividades de fiscalização.

-M207 – Relatório Fotográfico: Documentação e organização de fotografias, capturadas em campo para ilustrar os dados anteriores. Entretanto, as demais fichas individuais também possuíam campo para apresentação de imagens ilustrativas.

O módulo de cadastro reuniria dados aplicados para cada bem de interesse ou já acautelado. Seria um cadastro básico comum a todas as categorias do patrimônio material e imaterial, com informações indispensáveis para a sua identificação. Só por meio desse módulo que se poderia aprofundar os conhecimentos sobre tais bens, pelo preenchimento de demais fichas especializadas. Seria dividido por oito fichas (ABRANTES, 2014):

-M300 – Planilha Síntese: listagem com denominação do bem, sua localização e demais informações com sua caracterização.

-M301 – Cadastro Básico de Bens: qualquer bem cultural deveria ser cadastrado inicialmente por meio do preenchimento dessa ficha, a partir da qual seria gerado um código de identificação a ser reproduzido nas demais fichas especializadas. Com o código, seria possível rastreá-lo e cruzá-lo em outros sistemas do Iphan.

-M302 – Cadastro de Bem Imóvel – Arquitetura – Caracterização Externa: responsável por caracterizar o bem edificado por meio de croqui da planta, tipo, data construtiva, dimensões gerais, quantidade de pavimentos e complementação descritiva sobre sua configuração arquitetônica.

-M303 – Cadastro de Bem Imóvel – Arquitetura – Caracterização Interna: consideraria a descrição interna do edifício, ao relatar a quantidade de cômodos e os tipos e acabamentos para divisórias, pisos e forros, complementado por um croqui de sua planta.

-M304 – Bem Imóvel – Conjuntos Arquitetônicos e Rurais: referente ao levantamento de conjuntos rurais, com croqui de implantação, descrição das suas edificações compositivas (com dados de época construtiva e caracterizações construtivas), informações sobre a contextualização de sua atividade econômica e relato de levantamentos arquitetônicos pré-existentes.

-M305 – Bens Móveis e Integrados: relação de bens móveis e integrados de um bem ou conjunto específico, com dados sobre sua datação, origem, autoria, descrição de materiais e partes compositivas, referências a marcas ou inscrições, além do relato de características estilísticas e iconográficas.

-M306 – Patrimônio Ferroviário: teria como finalidade cadastrar bens de natureza ferroviária, parte deles associados à lei federal n. 11.483 de 2007 (BRASIL, 2007), responsável por atribuir ao órgão federal a responsabilidade de receber e administrar bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico ou cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFSSA). A ficha estaria composta por dados sobre a localização do bem (quanto à linha, ramal ou sub-ramal ferroviário), o seu tipo conforme o uso, o ano de construção, o pertencimento a algum conjunto ferroviário, a concessionária ou responsável por ter a posse do bem ferroviário, as suas características construtivas e a existência de bens integrados ou documentais.

-M307 – Patrimônio Naval: ficha para cadastrar bens com natureza naval, relatando dados característicos (tipo do barco, modo de propulsão, dimensões, registro na marinha), elementos náuticos (local de construção, mestres construtores, métodos empregados na construção entre outros), informações sobre a tripulação e sua atividade econômica, fotos e levantamento de outros dados complementares.

Ao analisar essas fichas, algumas considerações podem ser tecidas.

A ficha M102 do módulo de Conhecimento apresenta um campo para a “caracterização morfológica e tipológica do sítio”, com um caráter mais descritivo do que metodológico, situação que inviabiliza um estudo pormenorizado com aporte morfológico da área urbana cadastrada. Embora apresentasse indicação de se descrever a “morfologia da paisagem e características de implantação do bem”, não há qualquer consideração sobre como se faria tal descrição, desprovida de qualquer método ou aporte de aplicação.

Os módulos de gestão foram aqueles específicos para definir normas de preservação. Ele foi estruturado segundo uma linha de raciocínio para viabilizar prática gerencial nos conjuntos urbanos protegidos (M201 a M205) e ao monitorar bens tombados eclesiásticos (M206).

As fichas M201 a M205 foram propostas para permitir a construção de uma normatização do sítio urbano de estudo, balizada por setorizações espaciais (ficha M201), resultante da compilação de análises sobre lotes (ficha M204) e quadras (ficha M205), para assim se instituírem diretrizes normativas (ficha M202). Apesar de a numeração das fichas inferir a ordem de elaboração de cada uma delas, é possível considerar que a escala de composição analítica - para a definição de normativas - seguiria essa sucessão: M204 (lotes), M205 (quadras), M203 (proposição local), M202 (caracterização dos setores) e M201 (pré-setorização).

A ficha M204 sintetiza dados urbanísticos dos lotes por área construída e livre, valor imobiliário, altimetria, vacância (ocupação ou não de pavimentos), estado de conservação (condições físicas) e preservação (condições tipológicas), além do uso. Na M205, as quadras eram caracterizadas por suas dimensões geográficas (localização na zona urbana) e urbanísticas – estas definidas por áreas construídas e de ocupação, ocorrência de lotes vagos, infraestrutura disponível (rede elétrica, sanitária, pavimentação etc.) e equipamentos (saúde, lazer, templos etc.).

A ficha M203 seria composta pelos resultados das fichas M204 e M205, para lotes e quadras, na qual surge a indicação de aporte morfológico, com a análise morfológica das faces de quadra. Ela estava estruturada com dados sobre a localização do objeto

de análise e a identificação sumária da quadra de estudo, considerado sua descrição geral e seus dados sobre os logradouros. Também haveria recomendações gerais para o setor, que deveriam se articular àquelas gerais apresentadas na M202.

O item 3.7. (ainda na ficha M203) se tratava da “análise morfológica das faces de quadra”, com caracterização de cada uma das faces, relacionando-as ao aspecto homogêneo (concentração de bens de interesse), heterogêneo (dispersão de bens de interesse) e complementar (ausência de bens de interesse), além de dados para o logradouro. Um outro campo estava vinculado à análise das elevações de faces de quadra, relacionando-as ao logradouro e às escalas constatadas. Essas avaliações eram complementadas por fotografias. Nesse item, evidencia-se a aproximação da proposta da ficha com os aportes de estudo do tipo edifício, da abordagem italiana.

A caracterização dos setores (M202) esclareceria os critérios de normatização, depreendidos das fichas anteriores. Nela haveria o mapeamento setorial seguido de descrição e normativas de planejamento, para cada um deles. Por fim, na ficha M201, deveriam ser indicados os critérios para análise e setorização do sítio. A indicação dos critérios se faria conforme a dinâmica de ocupação do território e das áreas de entorno. Pelos critérios, seriam definidas premissas gerais com normatizações necessárias para a preservação do conjunto.

Nota-se que o SICG possuiu fichas que orientavam o profissional a desenvolver uma análise da área urbana em escalas. Contudo, como o recorte esteve vinculado ao território acautelado pelo Instituto Nacional, novamente a leitura fragmentada do todo se manteve: não houve a incorporação de estudos sobre a evolução urbana. Porém, retoma-se o intuito, já verificado pelo Inceu, de se determinarem diretrizes a partir de caracterizações resultantes da dissecação do espaço urbano, pelas escalas pretendidas pelas fichas: edifício (faces de quadra), lotes, quadras e setores (tecidos) – só que desprovidos das avaliações topo-perceptivas daquele inventário urbano.

Nesse sentido, as fichas do módulo de gestão trariam a leitura da cidade com enfoques próximos aos dos aportes ingleses e italianos. A abordagem inglesa é análoga à estruturação de escalas de análise, partindo do mais geral para o específico plano urbano (pré-setorização), tecidos (setores) e escala de uso e ocupação

(quadras e lotes). O aporte italiano é visto nas análises de faces de quadra, priorizando estudos sobre o tipo edifício e suas variantes nos conjuntos.

Dentre elas, dá-se realce à ficha M202, responsável pela caracterização dos setores e esclarecimento dos critérios de normatização, depreendidos das fichas anteriores. Nela haveria o mapeamento setorial seguido de descrição e normativas de planejamento, para cada um deles. Na ficha M201, deveriam ser indicados os critérios para análise e setorização do sítio. A indicação deles se faria conforme a dinâmica de ocupação do território e das áreas de entorno, com definição de premissas gerais com normatizações necessárias para a preservação do conjunto.

Nessa análise, está a explicação para a prática gerencial constatada no ETD (BARROS FILHO, 2018), balizada pelas análises de face de quadra (aproximando-se do aporte italiano pelo estudo de séries), uma vez que o modo de cadastramento do SICG conduzia o trabalho técnico para esse método. Os elementos que representam a instância mínima dentre as escalas urbanas foram determinadas até mesmo pelas fichas desse sistema de cadastro. Ou seja, mesmo que entendida por essa escala analítica, as fichas não foram estruturadas sob um forte arcabouço teórico e conceitual, o que dificultou possibilidades de apreensão de partes da urbe, adaptadas conforme as demandas e urgências deliberadas pelo escritório técnico do órgão federal.

Essa prática vai ecoar o modo de se desenvolver a minuta de portaria em 2019. Importa destacar aqui uma avaliação sobre o caráter “morfológico” do cadastro.

Em primeiro lugar, a observação de sistema de cadastro para o SICG ainda é vislumbrada no módulo 2, mesmo que ele tenha sido elaborado no intuito de instrumentalizar normas de proteção e práticas de fiscalização. Essa avaliação se dá pelo modo de indicação para completar os campos de análise, desprovido de qualquer aporte teórico ou metódico bem estruturado e enunciado. Além disso, os métodos dos inventários anteriores, notadamente Inbi-Su e Inceu, não foram incorporados ao sistema, mesmo que – em alguns campos – os dados demandados tangenciavam conteúdos produzidos pelos inventários de sítios urbanos (caso da coleta de informações sobre lotes e quadras, por exemplo).

Incorporar um aporte teórico e metodológico de Morfologia Urbana, como os estudados aqui, para a estruturação sobre o modo de se preencherem as fichas do SICG, poderia ter aperfeiçoado a aplicação desse sistema. Entendidas as escalas de análise pela escola inglesa e o processo tipológico pela italiana, as fichas se integrariam a uma lógica coesa de compreensão do espaço, para a partir delas serem definidos critérios que se correlacionassem com os setores ou tecidos depreendidos do estudo da urbe e de seus tipos edilícios. Situação que só seria eficaz a partir de um estudo da evolução processual da cidade como um todo, compreendendo-a como uma paisagem cultural.

Em relação às análises indicadas na ficha M203, elas não resultaram em aporte morfológico de fato. A dita abordagem “morfológica” para a face de quadra, ao considerar o aspecto de concentração de bens de interesse, viu-se insuficiente para tanto. A falta de conceituação desses bens de interesse ou, por outro lado, a abertura de quaisquer critérios para defini-los poderia resultar em uma análise imprecisa. Consequentemente, a constituição de normativas pelo somatório dessas análises (fichas M201 e M202) também poderia ser executada de modo parcial, desprovida de uma leitura do todo – isto é, sem se interpretar a cidade como uma paisagem cultural, pelo seu viés morfológico, por exemplo. Isso retoma a informação dada acima: englobar o aporte da morfologia urbana para coadunar a elaboração dessas fichas agiria em prol da compreensão do todo cidadão e de sua transformação, para assim se definirem critérios específicos e assertivos para os setores e tecidos avaliados.

Portanto, o SICG se tratou meramente de um sistema de compilação de dados para os bens culturais, fossem eles existentes em inventários e processos administrativos anteriores, ou cadastrados ao longo das atividades práticas do órgão federal. Considerado no contexto do SNPC, foi pensando em uma lente ampliada de discussão, com vistas a incorporar dados nas três esferas de poder público voltados para a preservação do patrimônio cultural, e não apenas no âmbito federal. Esse plano ambicioso pode ter acarretado dificuldades na sua implementação geral.

Como visto, os seus módulos de conhecimento e cadastro não contiveram um aporte de aplicação em si, ao apenas consolidarem e organizarem as informações, distribuindo-as por recortes territoriais e temáticos.

Nas práticas atuais de produção de dados para o SICG (no ano corrente de 2023), existem dificuldades para acessar o seu banco de dados (cuja disponibilização é restrita por parte do Iphan) e tem ocorrido a criação de novos sistemas paralelos para disponibilização de informações acerca de bens culturais, como o realizado para a alimentação colaborativa daqueles imateriais registrados pelo órgão federal (PORTAL IPHAN, 2023).

Além disso, as fichas estruturadas acima, para exemplificar o preenchimento do sistema, não são mais empregadas em documentos avulsos (na extensão “.doc”, por exemplo), mas espelhadas por campos dentro da estrutura informatizada do cadastro.

É bem provável que essa constatação (referente à falta de instruções claras sobre como fazer a leitura da cidade para, assim, implementar diretrizes de gestão) tenha sido a responsável por nortear o desenvolvimento do manual com orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas tombadas pelo Iphan, no ano de 2010, com conseqüente normatização de Diamantina em 2019.

Ainda mais ao se compreender que o SICG é basicamente um sistema de acondicionamento de dados, insuficiente para nortear, por si só, quaisquer possibilidades de aporte metodológico, inclusive aqueles com o viés da morfologia urbana.

4.3.2. Manual de Normatização do IPHAN

O documento com instruções para normatizar conjuntos urbanos com tombamento federal foi desenvolvido pelo Departamento de Patrimônio Material (Depam) do Instituto Nacional de patrimônio, dirigido em 2010 por Dalmo Vieira Filho e coordenado por Anna Eliza Finger e Yole Milani Medeiros (IPHAN, 2010c).

As razões apresentadas para a sua elaboração estiveram associadas à necessidade de se aperfeiçoar a gestão dos sítios e conjuntos urbanos, em especial em termos de elaboração de suas normas de preservação. O dado apresentado foi o de que apenas 10% das áreas tombadas em nível federal, naquele momento, dispõem de normas eficientes para nortear as intervenções nos conjuntos históricos, o que dificultaria a “ação eficaz e transparente, tanto na análise dos projetos de intervenção, quanto na fiscalização dos locais não normatizados” (IPHAN, 2010c, p. 5).

Além disso, os quadros técnicos dos municípios acautelados com menos de 50 mil habitantes (cerca de 50% do montante daquelas protegidas) não estariam qualificados para lidar com as demandas de gestão urbana (IPHAN, 2010c), resultante do ritmo de crescimento e transformação observado por essas cidades brasileiras, nas últimas décadas. Cenário muito similar ao verificado no sexto período morfológico de Diamantina que, mesmo dotada de escritório técnico local, confrontava processos cada vez mais intensos de dinamização urbana na área tombada e em seu entorno contíguo.

Por essa razão, desde 2007 o Depam teria auxiliado algumas superintendências na elaboração de normativas para sítios tombados, como os casos já citados de Areia e Ouro Preto, implementando a proposta sistemática do SICG, que partiria do pressuposto de observação “in loco” para identificar aspectos que deveriam ser alvo de normatização específica.

Segundo o manual do órgão federal, em apenas 3 dias foi possível identificar diferentes setores morfológicos e realizar outras análises territoriais, para se constituir a base para as diretrizes de preservação para Corumbá de Goiás (IPHAN, 2021). Foi por meio dessas experiências que o Depam investiu no desenvolvimento de orientações metodológicas para guiar a elaboração de normas de preservação para as áreas tombadas, registrando-as no manual de normatização (IPHAN, 2010c).

O intuito principal seria o de reverter o quadro de queda sensível da qualidade urbana, como observado pelo órgão federal, advindo das pressões descaracterizadoras progressivas nas áreas tombadas do Brasil, sendo necessário o estabelecimento de parâmetros para resguardar os “valores” atribuídos aos sítios protegidos. Essa frase sintetiza o método fundamental dessas orientações, guiado pelo rastreamento dos valores imbuídos neles, para assim se desenvolverem as posturas normativas.

Esses parâmetros deveriam ser submetidos a revisões contínuas, após o tempo necessário de maturação e adequação, para se fornecerem subsídios para a consolidação das normas, estabelecendo uma espécie de pacto para equalizar a preservação das áreas protegidas com os processos de desenvolvimento. Ou seja, o Iphan assume a leitura das cidades tombadas pelo seu dinamismo, e não pelo congelamento estético (como pretendido na primeira fase de gestão urbana de

Diamantina, por exemplo), dando continuidade às reflexões realizadas desde o contexto de elaboração do Inbi-Su. Seria, portanto, fundamental buscar uma associação desses fenômenos processuais à preservação do caráter histórico do sítio urbano.

Ao encerrar a introdução do documento, indicando a necessidade de assegurar as condições para um “convívio harmonioso entre as populações residentes – os maiores beneficiários da preservação de seu patrimônio – e seus poderes constituídos”, o Iphan incorpora a ampliação do conceito de patrimônio enunciado desde a CF 1998 (BRASIL, 1988), ao trazer para o nível social a valoração do patrimônio. Entretanto, tratou-se de um recurso discursivo que, nem sempre, associou-se às práticas (BARROS FILHO, 2018).

Breves reflexões sobre a preservação das cidades históricas foram apresentadas, para exemplificar as mudanças de conceituação para a preservação desses sítios urbanos, tais quais os vinculados ao resgate histórico de cidades com colonização portuguesa (vide breve menção dada na conceituação histórica do INBI-SU, anteriormente neste capítulo).

Segundo o documento (IPHAN, 2010c), os conceitos de monumentalidade, homogeneidade e excepcionalidade, que embasaram a seleção dos primeiros bens a compor o patrimônio histórico e artístico brasileiro (dentre eles Diamantina) passaram a ser confrontados com uma nova realidade, com acelerados e impactantes processos de urbanização. Dessa forma, tornavam-se “inadequados” para a atribuição de valores culturais aos espaços urbanos. O conceito de ‘excepcionalidade” teria agregado sítios com exemplares de arquitetura “monumental” religiosa e tipologias coloniais de destaque, consideradas “homogêneas” por terem ficado à margem de processos de crescimento e adensamento urbano.

Como visto ao longo dos três capítulos dessa tese, a cidade de Diamantina não se classificou rigidamente por esses três conceitos. A “excepcionalidade” do conjunto se daria mais pela preservação de exemplares coloniais - inclusive civis (não necessariamente pelos exemplares religiosos), em território com partes “homogêneas” que não se corresponderiam ao “todo” urbano. Visto que, desde 1938, a prefeitura defendia a delimitação da área tombada, quando novas tipos edifícios

eram recorrentes naquele período (bangalôs e chalés em detrimento dos tipos coloniais), em uma cidade não estagnada. Entretanto, entende-se que sua proteção abarcou parte dessas conceituações, o que a enquadrou no Livro de Belas Artes (como explicado no início desse capítulo).

Por meio do retrospecto conceitual, o documento (IPHAN, 2010c) demonstra que o conceito de “excepcionalidade” se contrapôs ao de “tradição”, tratado como o mais adequado ao trabalho contemporâneo do órgão federal. Um bem considerado tradicional seria de amplo conhecimento ou amplamente repetido. As variações “tradicionais”, associadas às especificidades do território, imprimiriam marcas próprias às cidades, definindo sua identidade para além do caráter excepcional. Neste ponto, a retomada conceitual do manual se relaciona à abordagem italiana, ao descrever o que seria o tipo básico e o seu processo de mutação (variações), além de trazer a noção de “consciência espontânea” ao se referir às “variações tradicionais que imprimiram marcas próprias às cidades” (IPHAN, 2010c). Seria o marco inflexivo para o reconhecimento de sítios urbanos não monumentais, como os constatados a partir da década de 1980.

As cidades tombadas pelo Instituto Nacional, nos primórdios de sua atuação, também poderiam incorporar essa nova conceituação, cujas arquiteturas tradicionais associadas ao território lhes conferiam características próprias. A conciliação do desenvolvimento sustentável à preservação do patrimônio cultural seria o maior desafio contemporâneo do Iphan, para a administração pública local. Dessarte, o estabelecimento de diretrizes claras se tornaria estratégica, tanto para a preservação quanto qualificação de áreas tombadas.

Nesse sentido, as normas de preservação deveriam salvaguardar a motivação para o tombamento e os valores atribuídos ao sítio, como se mencionou anteriormente. O órgão federal deveria garantir a preservação dos aspectos necessários para a leitura dos valores atribuídos ao sítio e que motivaram o seu tombamento, devendo ser considerado aquilo que levou ao seu acautelamento. Aqui está a raiz das discussões para as normativas de Diamantina, sob o crivo da valoração de seu tombamento.

Deve-se ponderar, todavia, que estabelecer uma normativa sobre uma matriz de valoração pode resultar em um arcabouço legal interpretativo e subjetivo, podendo

dar respostas à gestão territorial conforme os atores responsáveis por escrutiná-lo e desenvolvê-lo, muitas vezes sem aproximar o poder gestor da camada social (fato similar ao resultado dos estudos do Inceu).

Não obstante, focar a valoração para resgatar aquilo que se consolidou nos anos 1930, como foi o caso daquela indicada no processo de tombamento de Diamantina (IPHAN, 1938), pode ser uma atitude que remontaria a qualificações do aspecto urbano enviesadas, não considerando a amplitude conceitual que o patrimônio cultural teve ao longo das décadas – fato que seguramente perpetuará a preservação da área tombada sem considerar o seu aspecto imaterial correlata à qualificação e caracterização contemporânea desse sítio tombado.

Possivelmente ao considerar isso, o Depam indicara que, para além da motivação original do tombamento, deveria ser observada a existência de outras motivações não refletidas diretamente no aspecto estético dos bens, ou para além de possíveis valores identificados durante o processo de tombamento, cujos diferentes olhares poderiam ter incorporado novos enfoques refletidos na preservação do conjunto urbano. Um exemplo disso seria a possibilidade de identificar valores históricos (como foi o caso do tombamento de Laguna, em Santa Catarina) para além dos tradicionalmente balizados pela estética construtiva. Crítica que foi trazida no parágrafo anterior, mas que não necessariamente perpassou as tratativas de rerratificação de processos de tombamento de períodos mais antigos da gestão da autarquia federal – como se verá no último item deste capítulo.

O manual de normatização (IPHAN, 2010c) abria ainda a possibilidade para a definição de poligonais não necessariamente contíguas. Um conjunto seria capaz de denotar algo fisicamente vinculado ou também algo adjacente, não sendo determinante a necessidade de que as partes estivessem conformadas em um mesmo limite físico. Conseguiriam inclusive ter áreas dispersas, como se observa na urbanização contemporânea. Por conseguinte, um conjunto poderia ser formado por mais de uma poligonal de tombamento ou por uma poligonal de edificações isoladas, desde que partilhassem da mesma motivação – o que corresponderia a regiões morfológicas, como as estudadas pela escola inglesa e na retomada conceitual do

Inceu. A opção por cada alternativa deveria ser feita em decorrência da caracterização do sítio.

A definição de uma poligonal de tombamento seria decorrente da relação de continuidade refletida no espaço urbano, influenciando diretamente na “conformação da paisagem urbana diferenciada” (IPHAN, 2010c, p. 12). Por outro lado, se não houvesse uma relação de ambiência entre os bens em si, poderiam ser listados individualmente.

Eis a enunciação de um método de análise para as poligonais, por meio do estudo da morfologia urbana de um sítio protegido. Claramente possuíam interlocução com os aportes metodológicos e teóricos Conzeniados e, indiretamente, aos adotados no Inbi-Su e Inceu, mesmo sem considerar a retomada cartesiana de suas aplicações. Inclusive em Diamantina, como visto nos dois primeiros itens desse capítulo, esse método de análise pode ter sido empregado por Mayerhofer e por técnicos do Iphan durante a definição das poligonais de tombamento federal, de entorno de tombamento federal e de patrimônio mundial. Também é importante considerar o emprego da expressão “paisagem urbana diferenciada”, evidenciando que a nova leitura da cidade histórica pelo Instituto Nacional incorporava os aportes de paisagem, embora não a explicitasse conceitualmente e nem referenciasse estudos sobre ela. Contudo, vai ser nas propostas para a delimitação da poligonal de “entorno” que a prática da instituição federal se afastaria do âmbito da “paisagem”, ao considerá-lo apenas para efeitos de visibilidade da área tombada.

A delimitação da poligonal de entorno seria embasada pelo artigo 18 do Decreto-lei n. 25 de 1937, pelo qual se restringia a possibilidade de construção na vizinhança da coisa tombada para lhe impedir ou reduzir a visibilidade. Portanto, a poligonal buscaria preservar a ambiência do bem tombado, funcionando como uma área de amortecimento entre esta e o restante da cidade. Dessa forma, não seria atribuído a ela um valor específico independente ou diferente da área tombada. A normatização dessa poligonal deveria explicitar em quais aspectos a área de entorno se relacionaria com a visibilidade e ambiência da área tombada, ao definir os pontos sobre os quais o Iphan iria se manifestar. Logo, o entorno seria realmente interpretado apenas como uma “paisagem de proteção da visada do centro histórico”, como se estabeleceu

durante a definição da poligonal de entorno de Diamantina, vista no episódio do INBISU.

São necessárias duas considerações. Primeiro, a delimitação do entorno seguiu criteriosamente o valor de proteção de ambiência, destacado pelo artigo 18 do decreto que instituiu o tombamento. O objetivo seria o de esclarecer o papel gerencial do órgão ao administrar entornos, visto que a análise de projeto nessas áreas não deveria seguir a mesma rigidez adotada na área tombada, mais pautada em averiguar a relação dada entre elementos do entorno e sua interferência na visibilidade da área tombada. Segundo, por mais que essa leitura seja prática para instrumentalizar a ação do órgão federal, ela não considera a interpretação do sítio como uma paisagem cultural.

A área tombada não pode ser lida sem se considerar o todo urbano, junto aos fenômenos de dinamismo que se desenvolvem na sua periferia. Por exemplo, os crescimentos pelo eixo de expansão de Diamantina e inovações de equipamentos institucionais (6º período morfológico), embora periféricos, trouxeram reflexos na área acautelada – vide segundo capítulo. A paisagem de uma cidade é interpretada pelo somatório de partes da sua estrutura urbana, e não pelas suas partes fragmentadas.

O manual de normativas assume o seu papel de apenas pensar na atuação do órgão federal, ao indicar que, pela regulamentação, seriam excluídas oficialmente áreas antes sob responsabilidade do Iphan. Por mais compreensível que seja o ponto de vista adotado, um manual com orientações normativas não deveria ser elaborado sem considerar os outros organismos em atuação no território. Como explicado acima, a cidade tombada funciona junto com o todo o urbano e não de forma isolada.

O manual até esclarece que a “articulação entre elas é primordial para a gestão eficiente das cidades históricas” (IPHAN, 2010c, p. 25). Para isso, elucida as possibilidades de colaboração entre ações das esferas do poder público, além de sugerir a incorporação dos instrumentos previstos pelo Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), instrumentalizando a gestão do patrimônio cultural urbano. Em complementação, defenderia a participação pública na elaboração das normas de preservação, na forma de pactos estabelecidos entre o poder municipal e o órgão federal. No entanto, a informação trazida sobre a necessidade de se estabelecer uma

rede coletiva de construção normativa é feita sem assumir de forma instrumentalizada e legal os passos para isso, no tocante à articulação com as demais esferas de poder público e agentes sociais envolvidos no dinamismo urbano de um sítio.

Por conseguinte, o manual de normatização da autarquia trouxe alguns pontos de destaque para se considerar. Sem dúvidas, ele direcionou uma contextualização para o desenvolvimento das normativas, explicando a evolução conceitual da valoração de conjuntos urbanos e reconhecendo a necessidade de articulação dos poderes públicos na gestão dessas áreas tombadas. A valoração do tombamento seria o primeiro aspecto a ser escrutinado, para em seguida serem realizados os estudos de setorização, desenvolvimento de poligonais de proteção e proposta de diretrizes. As fichas do SICG, desprovidas de aporte metodológico ao serem analisadas por si mesmas (como visto anteriormente), ganhavam nesse manual uma amarração necessária para a construção de normativas.

A incorporação de elementos empregados em métodos anteriores, mais explícitos a partir da coleção de dados consolidados pelo Inbi-Su e Inceu, aparecem nesse manual como uma espécie de dados complementares. Da mesma forma, houve alguma referência indireta a aspectos das escolas italiana (processo tipológico) e inglesa (regiões morfológicas), desprovidos de uma concatenação conceitual robusta de morfologia urbana.

Isso vai se refletir novamente na elaboração de critérios de intervenção, como se viu no resultado das fichas do SICG, onde o espaço urbano é interpretado de forma não coesa e fragmentada. Os termos indicativos de análise morfológica foram empregados de modo generalista pelo manual (situação já observada em fichas do SICG), com uma análise conclusiva e setorial da área urbana mais pautada na definição de zonas restritas para a atuação do Iphan, do que necessariamente na construção de uma leitura holística da paisagem urbana.

Essas reflexões vão se perpetuar na definição de normativas em Diamantinas, cujo processo se iniciou em 2014.

4.3.3. Normativas do IPHAN em Diamantina

O percurso para a elaboração dos parâmetros normativos de preservação em Diamantina tem durado uma década (desde 2014 até o ano da presente tese, 2023) e não foi necessariamente linear. A conceituação da metodologia que guiou a proposta de elaboração de portarias normativas está apresentada no “Projeto Básico para a Elaboração de Portaria de Normatização de Centros e Bens Protegidos e seus Entornos” (IPHAN, 2014b), realizado pela Superintendência de Minas Gerais, em 31 de julho de 2014.

A demanda para o desenvolvimento de portarias, em conjuntos urbanos tombados pelo Iphan em Minas Gerais, partiu de uma reunião de alinhamento, realizada em novembro de 2013. Ela ocorreu com a Superintendente em exercício, Michele Arroyo, e o corpo técnico dos Escritórios Técnicos responsáveis por gerir os conjuntos urbanos de Diamantina, Serro, Congonhas, Mariana, São João del Rei e Tiradentes. No evento, viu-se a necessidade de se esclarecerem os parâmetros normativos que embasariam as ações de fiscalização e aprovação de projetos, efetivados pelas portarias n. 187 e 420 de 2010 (IPHAN, 2010b; 2010c), cujas regulamentações seriam elaboradas e disponibilizadas ao público urbano.

Em termos gerais, o conteúdo da 1ª fase seria correspondente aos passos 1 e 2 presentes na “Normatização de Cidades Históricas” (IPHAN, 2010c), esclarecidos no item anterior, contemplando a “compreensão e apropriação do sítio” e a “elaboração da base para as normas de preservação – pré-setorização”. Em suma, equivaleria aos serviços preliminares de levantamento, pesquisa documental, sistematização de informações e avaliação crítica da realidade atual dos núcleos estudados, constando dos seguintes produtos:

- Levantamento e disponibilização de dados existentes;
- Consolidação de banco de dados cartográficos em ambiente SICG;
- Preenchimento das fichas do Módulo 01 de Conhecimento do SICG;
- Produção de texto dissertativo, com síntese crítica sobre o material coletado;

- Elaboração de base para as normas de proteção (indicação de poligonais de proteção e proposta de pré-setorização).

A 2ª fase agregaria os demais três passos do método de aplicação da normativa (IPHAN, 2010c), cuja atribuição caberia ao corpo técnico institucional, para deliberar sobre as diretrizes normativas acompanhadas pela minuta de portaria.

Na metodologia do projeto, o aporte adotado por Maria Elaine Kohlsdorf (1996) é explicitamente referenciado, ao sugerir o uso da “Fenomenologia” como base metódica “mais adequada” para a apreensão do fato cultural. O conceito de “fenomenologia” é associado às considerações de Husserl (1986), referente à descrição da estrutura específica do fenômeno (fluxo imanente de vivências que constituem a consciência), cuja consciência é construída na medida em que o conhecimento é reflexo de uma apreensão do plano físico. Logo, o aporte da geografia perceptiva (vide primeiro capítulo) se nutriria das considerações fenomenológicas para se apreender o espaço urbano.

Segundo o projeto básico, alguns roteiros de apreensão do espaço urbano foram selecionados para compor as atividades por ele previstas, congregando tanto pressupostos dados por Kohlsdorf (1996), pelos dados extraídos do curso “Reabilitação Urbana com Foco em Áreas Centrais” (BRASIL, 2018), oferecido pelo Ministério das Cidades, e roteiros sensoriais em analogia com as práticas desenvolvidas pelo Escritório Técnico de Ouro Preto (PORTAL IPHAN, 2011).

Desse modo, percebe-se que as possibilidades de apreensão do sítio, por mais que fossem fortemente pautadas pelo caráter perceptivo da paisagem (notadamente o resultante da apreensão visual), também abririam margem para se incorporarem outras formas de apreensão da cidade, como a adotada em Ouro Preto. Além disso, introduzia discussões desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, com vistas a identificar e relacionar os processos de transformação urbana, por meio de estratégias de reabilitação de áreas centrais, bem como sugestão de planos setoriais inter-relacionados com planos diretores urbanos (BRASIL, 2018).

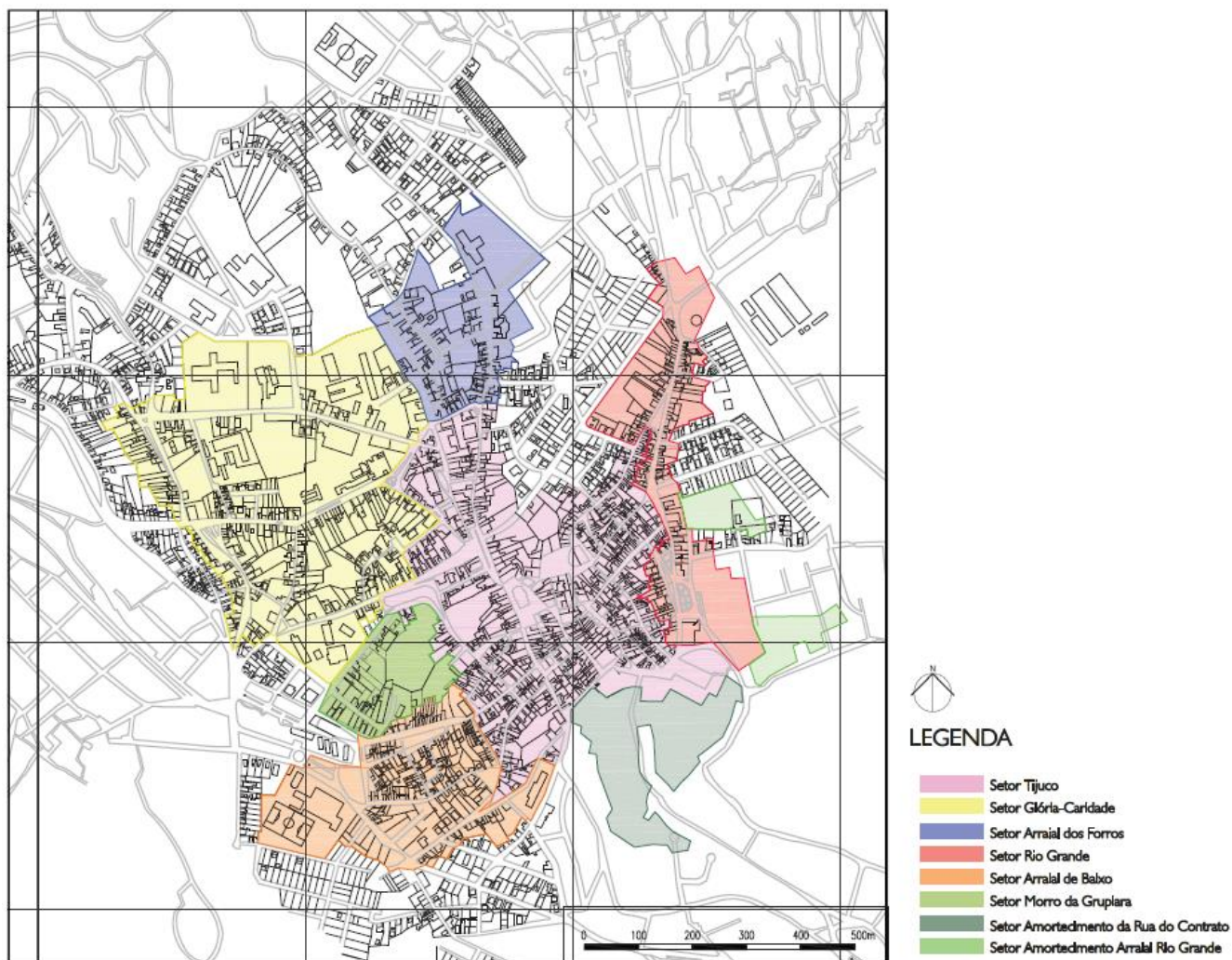
Entretanto, a metodologia e sua conceituação se restringiram à proposta do projeto básico, como se verá no caso de Diamantina.

Com a problemática da ausência de normativas eficientes para embasar a atuação técnica do ETD (não houve a aplicação de um aporte morfológico para se estruturar a sua leitura e, assim, produzir diretrizes), pretendeu-se contratar empresa terceirizada para realizar a compilação de dados sobre a urbe, acompanhado de um estudo para o aperfeiçoamento das poligonais de acatamento existentes. Ou seja, o corpo técnico da repartição local não teria condições para desenvolver o volumoso trabalho como apresentado. Além disso, mesmo já provida de poligonais de tombamento e entorno, os estudos permitiriam avaliar a necessidade de se re-ratificar tais poligonais, conforme as demandas do órgão federal.

Em 2018, foi entregue pela empresa o produto com a pré-setorização do sítio urbano, contemplando os elementos previstos pelo manual de normatização do Iphan: consolidação e levantamento de dados, preenchimento de fichas SICG e proposta de setorização.

Nela foram previstos seis setores que foram descritos e justificados. Segundo dados da ficha, a pré-setorização pretendeu garantir a legibilidade do mérito cultural que motivou seu tombamento (IPHAN, 2017). Além disso, previu setores que se corresponderiam aos quatro arraiais que compuseram o antigo arraial do Tijuco, segundo estudo de Vasconcellos (1959).

Figura 125: Setorização proposta para a área tombada.



Fonte: IPHAN, 2017.

Os seis setores estiveram associados aos núcleos periféricos de formação do antigo arraial do Tijuco e haviam sido estabelecidos em uma tentativa de setorizar trechos do território com aspectos urbanísticos e arquitetônicos similares. Os setores de amortecimento a essas zonas seriam compostos por áreas vazias vegetadas associadas aos antigos caminhos tronco, como trechos de rotas regionais, que se intercomunicavam pelas regiões das ruas Rio Grande e do Contrato.

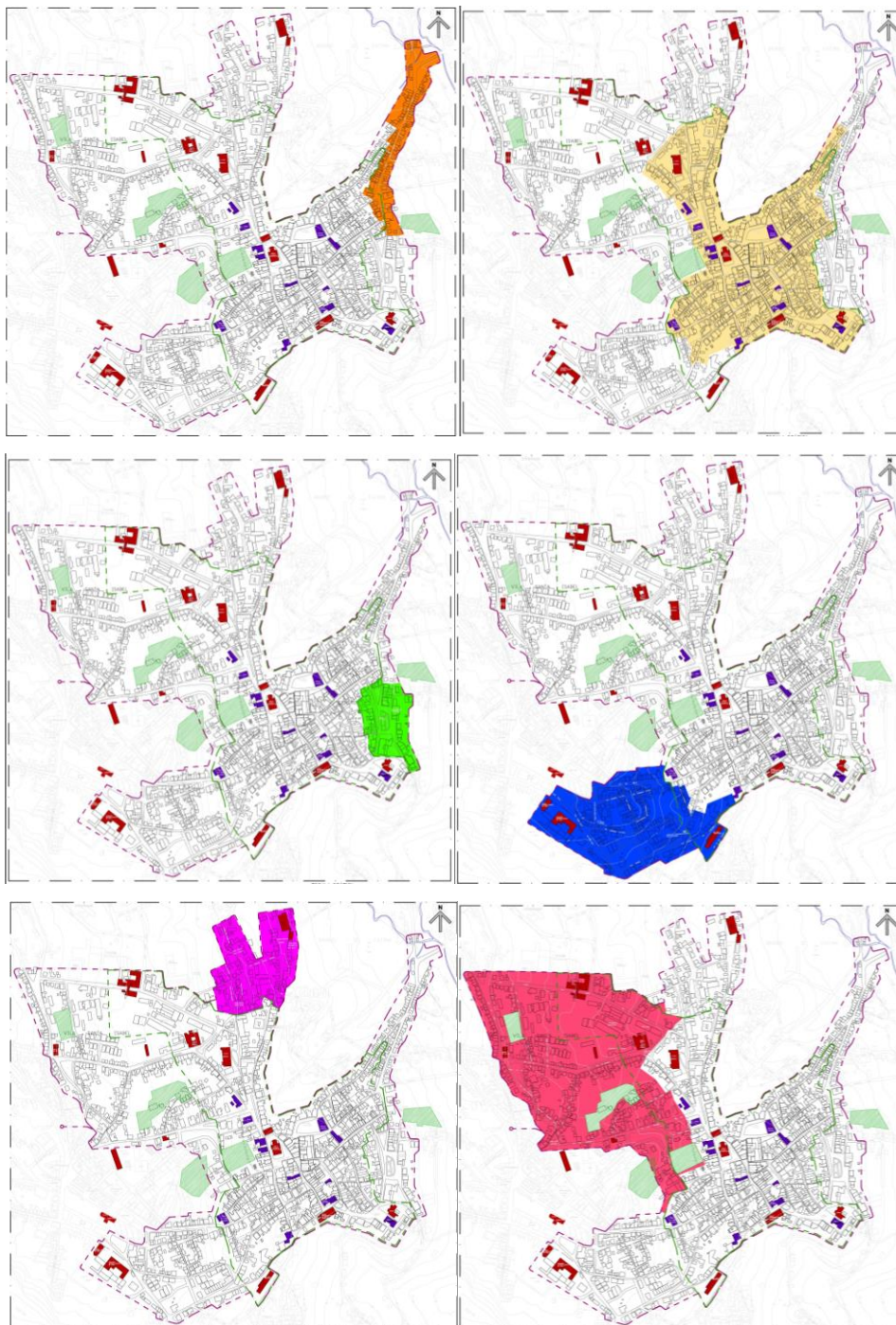
Além disso, vale destacar que o mapa produzido pela empresa incorporava a dimensão de lotes nas divisas da poligonal de tombamento, estratégia que será mantida no mapa da poligonal de tombamento, em atualização para a portaria mais recente – vide ilustração ainda neste item.

As setorizações propostas pela contratada não foram ratificadas pelo Escritório Técnico do Iphan, muito em função das incompatibilidades observadas em relação aos estudos feitos pelo autor, quando bolsista do mestrado profissional do instituto nacional (entre 2016 e 2018), assim como referente a considerações técnicas dadas pelos servidores do escritório local ao analisá-las.

Em decorrência disso, foi proposto pelo ETD a realização de um serviço complementar assessorado por este autor, com vistas a estudar uma nova proposta de setorização somada a uma primeira minuta de portaria normativa. Esse serviço foi embasado pelos três produtos do mestrado profissional, e seguiu como modelo a portaria n. 312/2010 (IPHAN, 2010) de Ouro Preto.

Nesse documento, foi proposta uma adaptação das delimitações anteriores (apresentada pela empresa terceirizada) em seis setores e um para o entorno, contemplando: Núcleo Urbano; Rio Grande; Praça Doutor Prado; Samambaias; Arraial do Meio e Chacreamentos. Abaixo segue a proposta de adaptação das delimitações.

Figura 126: Novas seis setorizações propostas para a área tombada de Diamantina.



Elaboradas pelo autor, em 2018.

A setorização proposta, indicada acima, foi resultante do cruzamento de dados sobre a formação urbana da área acautelada em contraposição a mapas temáticos com usos, gabaritos, tipos e épocas construtivas, para as 1200 edificações desse território. Dessa forma, o estudo propôs a distinção de seis tecidos urbanos. A segunda parte do documento foi composta pelos parâmetros normativos gerais, parâmetros normativos por setor e para o entorno. Em geral, seguiu apresentação de elementos normatizados em relação à(s): áreas de interesse paisagístico, ambiência urbana; pintura; equipamentos publicitários; calçamento dos logradouros; sistema construtivo; restauração urbana; novas construções.

Logo, tanto esse estudo quanto o primeiro apresentado pela empresa terceirizada adotaram análises com algum viés morfológico, para se definirem as setorizações, mesmo que tivessem resultados não congruentes. Esse viés esteve associado à leitura da evolução urbana (escala do plano urbano Conzeniano), dando enfoque à área tombada pelo nível federal, e à definição de setores conforme as características dos tecidos urbanos (próximo ao método de soma de escalas de análise, como o aporte italiano).

Contudo, não foi sistematizado qualquer tipo de estudo aprofundado sobre as escolas inglesa e italiana, para assim se procederem essas setorizações, não sendo possível indicar a aplicação ortodoxa desses aportes, para os casos acima explicitados.

Desde 2018, o Depam deu continuidade à concatenação desse processo junto ao ETD, estabelecendo novos enfoques a serem considerados para viabilizá-la. Dentre elas, a criação de uma matriz de valores, para se esclarecer o que motivou o tombamento, em associação ao método apresentado para a normatização de cidades tombadas – visto no item anterior (IPHAN, 2010c).

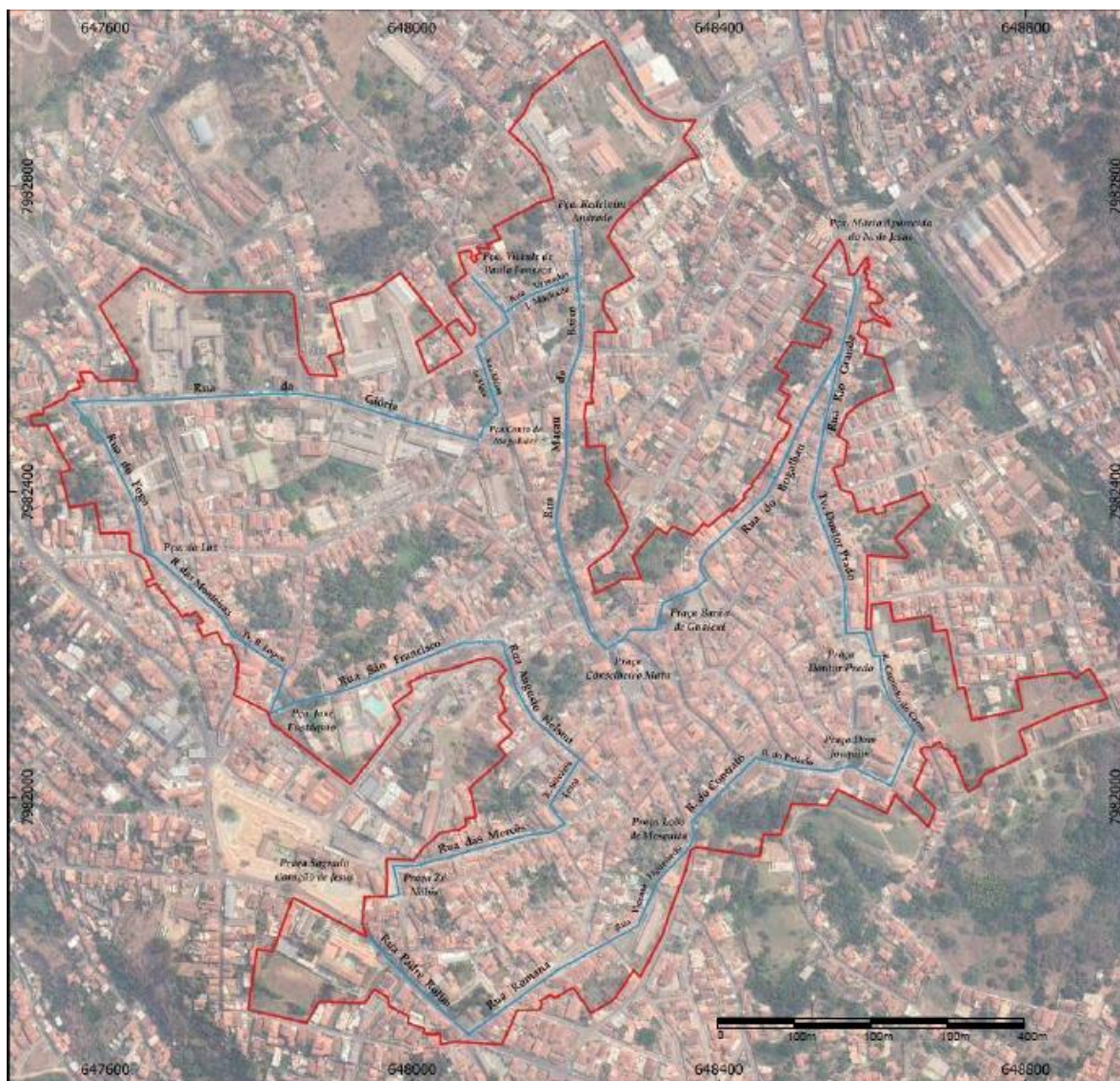
Segundo palestra da coordenadora geral de normatização do Iphan, Érica Diogo, conferida na VI Conferência Ibero Americana de Paisagem Cultural (IEDS, 2023), essa matriz de valores foi concebida para esclarecer atributos do bem acautelado que se inter-relacionariam aos seus valores apreciados pelo tombamento, mesmo em contextos no qual o processo de tombamento não os esclarecessem. Ademais, ela se desenvolveu de modo similar a uma parte da abordagem da Paisagem Urbana

Histórica (HUL), que sustenta a integração dos valores do patrimônio urbano em um quadro mais amplo de desenvolvimento (UNESCO, 2011).

No ano de 2019, foi publicada a primeira minuta dessa portaria (IPHAN, 2019), disponibilizada para consulta pública em agosto de 2023 (IPHAN, 2023). As setorizações estudadas pelo bolsista não foram incorporadas, possivelmente por não terem sido consensadas entre os técnicos da instituição. Essa pode ter sido a razão pela omissão da participação do autor no resultado final da minuta. Embora os mapas, nela apresentados, tenham sido inspirados e desenvolvidos sobre bases em desenhos técnicos do autor, bem como adaptada parte da redação das diretrizes gerais, indicadas em produtos anteriores para as normativas (BARROS FILHO, 2018).

Dentre os mapas, foi proposta a incorporação de três cartografias em anexo: mapa da poligonal de tombamento; mapa com a classificação das edificações; mapa de faixas edificáveis. Na figura 112, segue a ilustração da poligonal de tombamento.

Figura 127: Poligonais de tombamento pelo eixo das vias limítrofes (cor azul) e passando pelo fundo dos lotes (cor vermelha).



Fonte: IPHAN, 2023.

A poligonal de tombamento em azul segue o eixo das vias limítrofes, enquanto a vermelha agrega os fundos dos lotes, visto que a área tombada corresponde à “integralidade dos imóveis (lotes e edificações) dentro do perímetro das vias limítrofes (...), e à integralidade dos imóveis (lotes e edificações) lindeiros a ela, ou seja, aqueles situados ao longo dessas vias e que com elas se limitam” (IPHAN, 2023, p. 83).

A atualização da poligonal de tombamento (em vermelho) foi elaborada para incorporar os terrenos que tangenciam os limites da poligonal, de modo similar ao que foi feito anteriormente pela empresa terceirizada. Dessa forma, ficaria mais claro, para

o proprietário do imóvel e para os técnicos do Iphan, quais seriam os limites da propriedade sob fiscalização.

A minuta estrutura-se por três capítulos: o objeto de normatização, os objetivos de preservação e respectivas diretrizes.

Esclarece no primeiro capítulo os valores reconhecidos e os atributos a serem preservados no conjunto urbano. Seriam atributos do valor artístico (IPHAN, 2019; 2023):

I – a coexistência harmônica entre os componentes arquitetônicos e urbanísticos que formam um conjunto homogêneo de excepcional valor artístico;

II – as relações estabelecidas entre o conjunto de origem colonial e seu território de implantação conformando um efeito de unidade paisagística;

III – a morfologia de largos, praças e arruamentos típica da urbanização colonial, constituindo documentação da formação original da cidade.

IV – o parcelamento do solo dividido de acordo com as práticas usuais do período formador do núcleo urbano, dividida entre lotes menos extensos e mais adensados (predominantemente no núcleo central), lotes profundos e estreitos, com quintais e grandes lotes nas bordas da área tombada;

V – o conjunto arquitetônico de tipologia colonial tradicional com características que remontam aos séculos XVIII e XIX;

VI – a arquitetura religiosa com características excepcionais e singulares, criando um todo harmônico com o casario.

VII – a existência de edificações civis de destaque no conjunto urbano tombado por sua relevância histórica e arquitetônica.

Acima, fica claro como o Iphan assume a postura de que a valoração do tombamento do conjunto é conferida pelo Livro de Belas Artes, enunciando para isso os elementos que iriam compor essa valoração – ou seja, retomando aquilo que foi valorado na década de 1930, sem incorporar qualquer interpretação contemporânea sobre o valor do sítio para a população, por exemplo.

Todos eles estão associados ao aspecto da morfologia urbana desse conjunto, por realçarem o valor do traçado urbano setecentista, os modos de parcelamento e ocupação do solo urbano e o aspecto arquitetônico desenvolvido nele. Ainda vale referenciar o termo “unidade paisagística” pelas relações estabelecidas entre o conjunto e seu território de implantação, mesmo que seja bem evidente que não se trataria de uma unidade paisagística, mas de um somatório de unidades morfológicas em um todo paisagístico.

Quanto aos objetivos, explicitados no capítulo 2, há a informação de que os atributos relacionados ao valor do tombamento deveriam ser percebidos, compreendidos e preservados. Além disso, todas as intervenções feitas em Diamantina deveriam se harmonizar com os atributos preservados e esclarecidos anteriormente pela minuta.

No capítulo 3, são estruturadas as diretrizes para o sítio tombado. Na primeira seção, estão as diretrizes de preservação, retomando os principais aspectos caracterizados como de valor no conjunto, devendo se intentar para a “manutenção da morfologia urbana, principalmente no que se refere ao arruamento, ao macroparcelamento, às áreas verdes, e à configuração dos lotes e espaços públicos, típicos da urbanização colonial que constitui documentação da formação e evolução do sítio tombado” (IPHAN, 2019, p. 37).

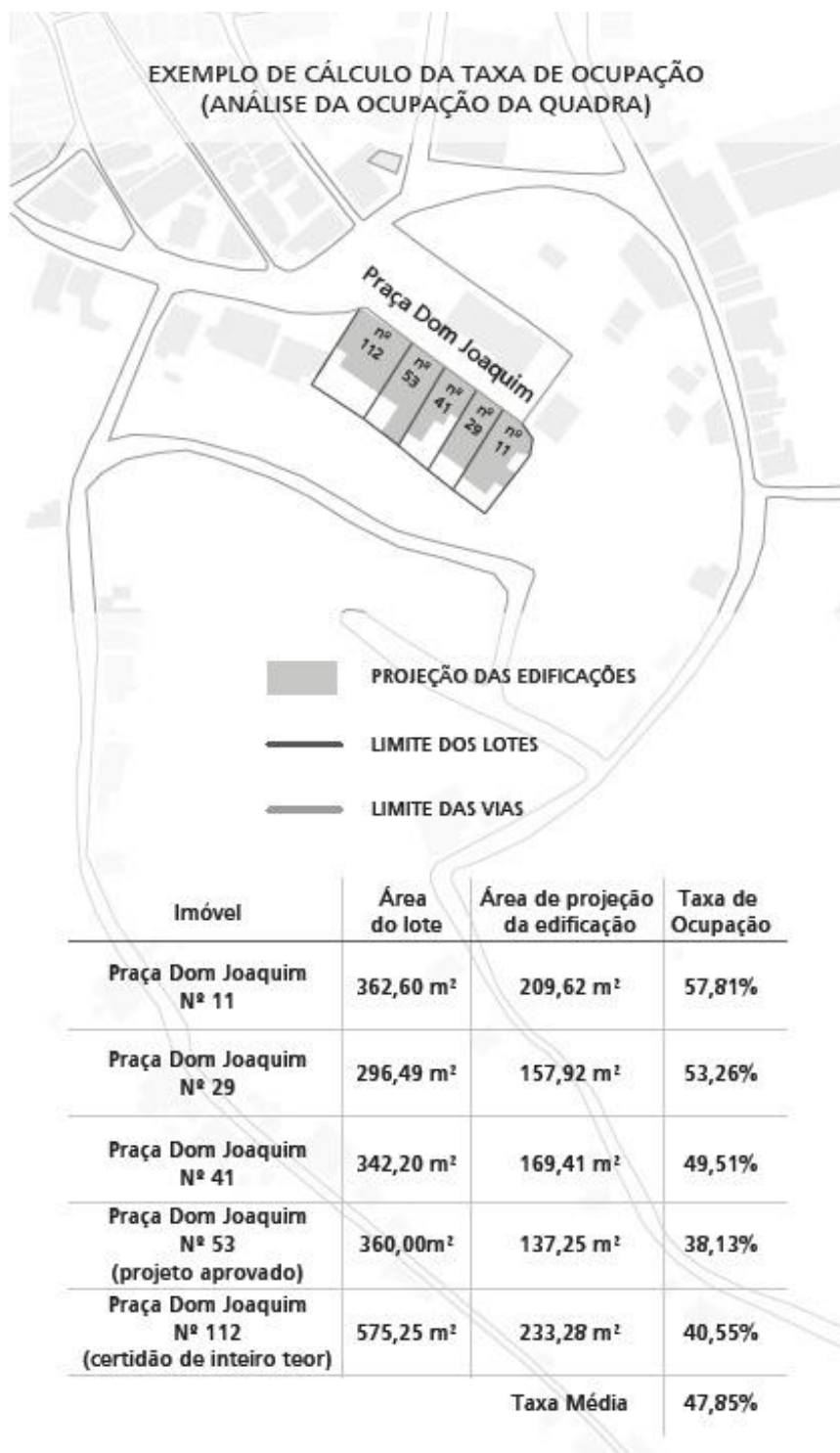
Na segunda seção, estão os critérios gerais para os espaços públicos. Na subseção I, o intuito principal é a preservação do traçado urbano, por ser um atributo essencial para se entender a formação e evolução de Diamantina. Por essa premissa, seguem recomendações para a manutenção do traçado urbano e da pavimentação de seus logradouros, notadamente aqueles em lajotas de pedra (predominantes), pé de moleque e paralelepípedo. Ademais, há considerações para a iluminação de espaços públicos (dando preferência à fiação subterrânea), as placas de sinalização e mobiliário urbano. Critérios para eventos e instalações temporárias estão na subseção II.

Na seção III, são reunidos os critérios para a ocupação e parcelamento dos lotes, seja onde já existem edificações ou para edificações novas.

Nos parâmetros gerais para a ocupação dos lotes, à subseção I, há a informação de que haveria compatibilização em relação às permissões municipais, visto que ao Iphan competiria ter regra própria com base na preservação dos atributos valorados pela minuta.

Dessa forma, o objetivo seria manter a continuidade da ocupação predominante no conjunto tombado, preservando as proporções entre massas alinhadas aos logradouros e quintais ou áreas verdes nos fundos de lote. Disso, surge a proposta do cálculo de da taxa média de ocupação da quadra pelos imóveis em situação administrativa regular perante o Iphan, exemplificada abaixo na figura abaixo.

Figura 128: Exemplo de cálculo da taxa de ocupação em uma quadra.

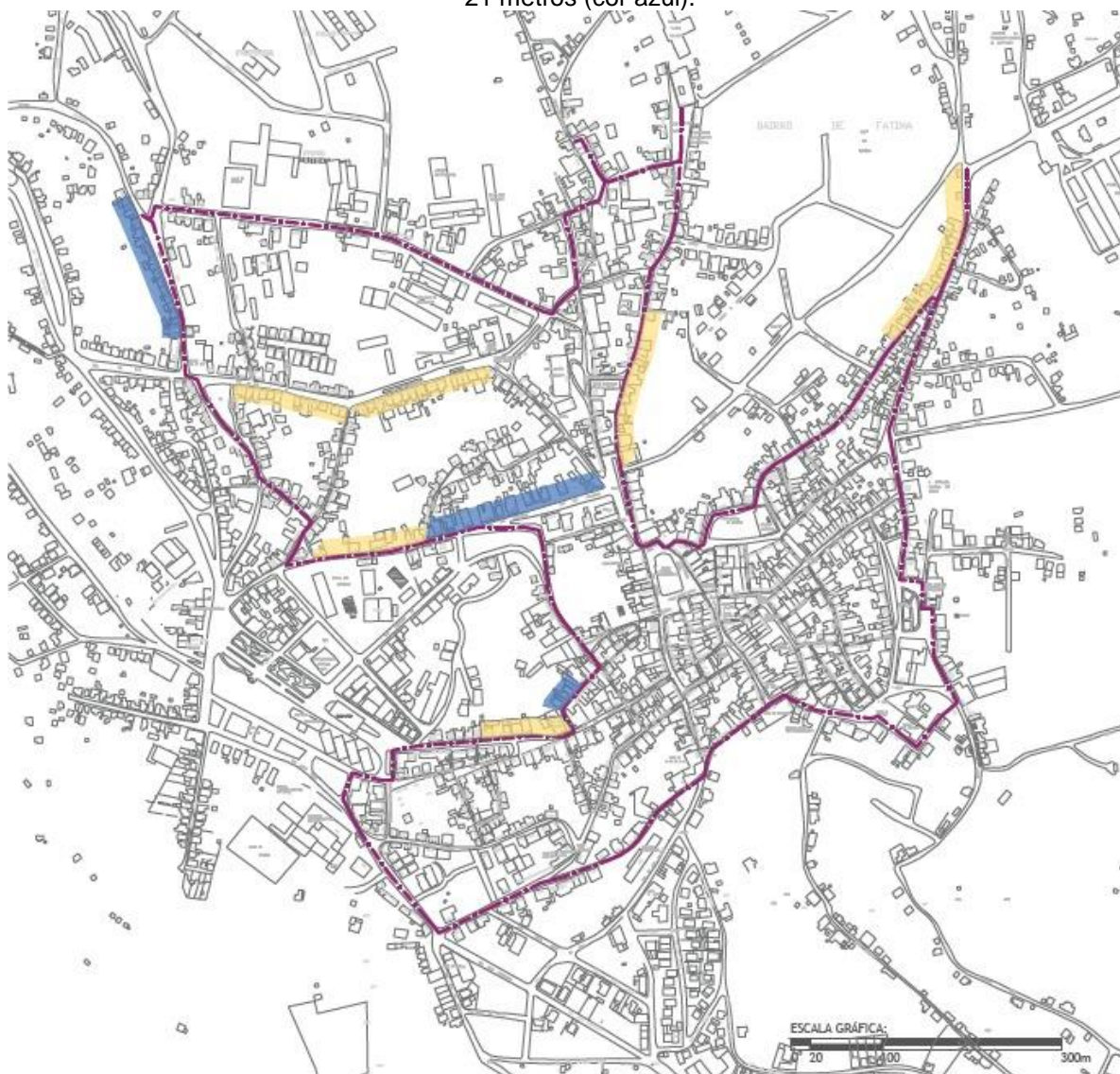


Fonte: IPHAN, 2023.

No exemplo, foi demonstrada a média da taxa de ocupação resultante da análise de cinco imóveis, na face de quadra da Praça Dom Joaquim, em cerca de 47,85% e que deveria ser a adotada, em uma eventual proposta construtiva nesse local. Ademais,

incorporou-se a apresentação de mapas com faixas edificáveis, para guiar em relação aos limites máximos de ocupação.

Figura 129: Mapa de faixas edificáveis, indicando as de 18 metros (cor amarela) e 21 metros (cor azul).

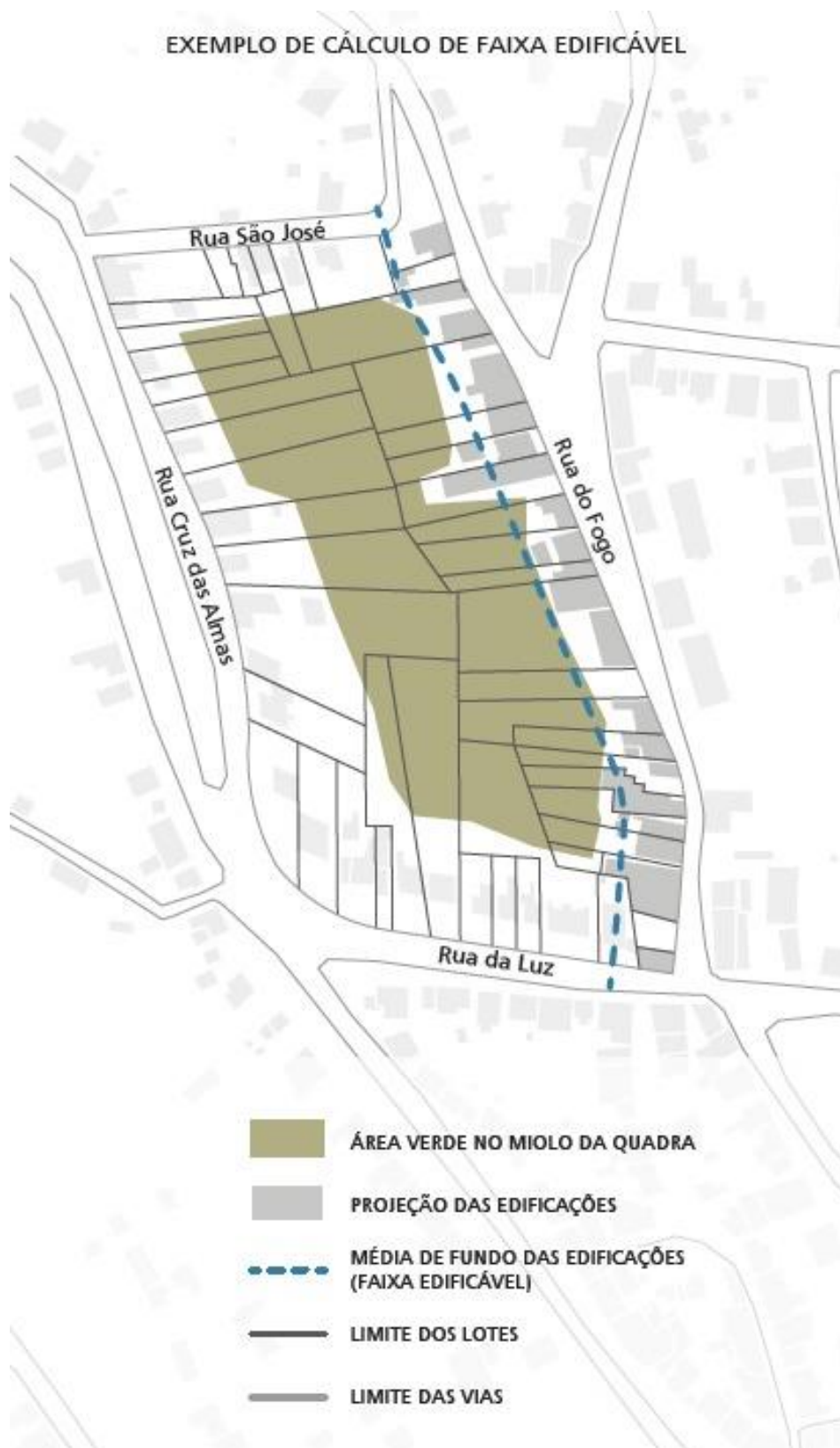


Fonte: IPHAN, 2023.

O mapa de faixas edificáveis indica o padrão de ocupação, em metro linear, a ser adotado nos setores mapeados acima. Abaixo está exemplificado a média de fundo das edificações, correspondendo à faixa edificada.

Neles, são estabelecidos metragens de 18 e 21 metros, a partir da testada de lote em direção a seu fundo, a fim de preservar características de ocupações nas quadras destacadas.

Figura 130: Exemplo de média de fundo das edificações.



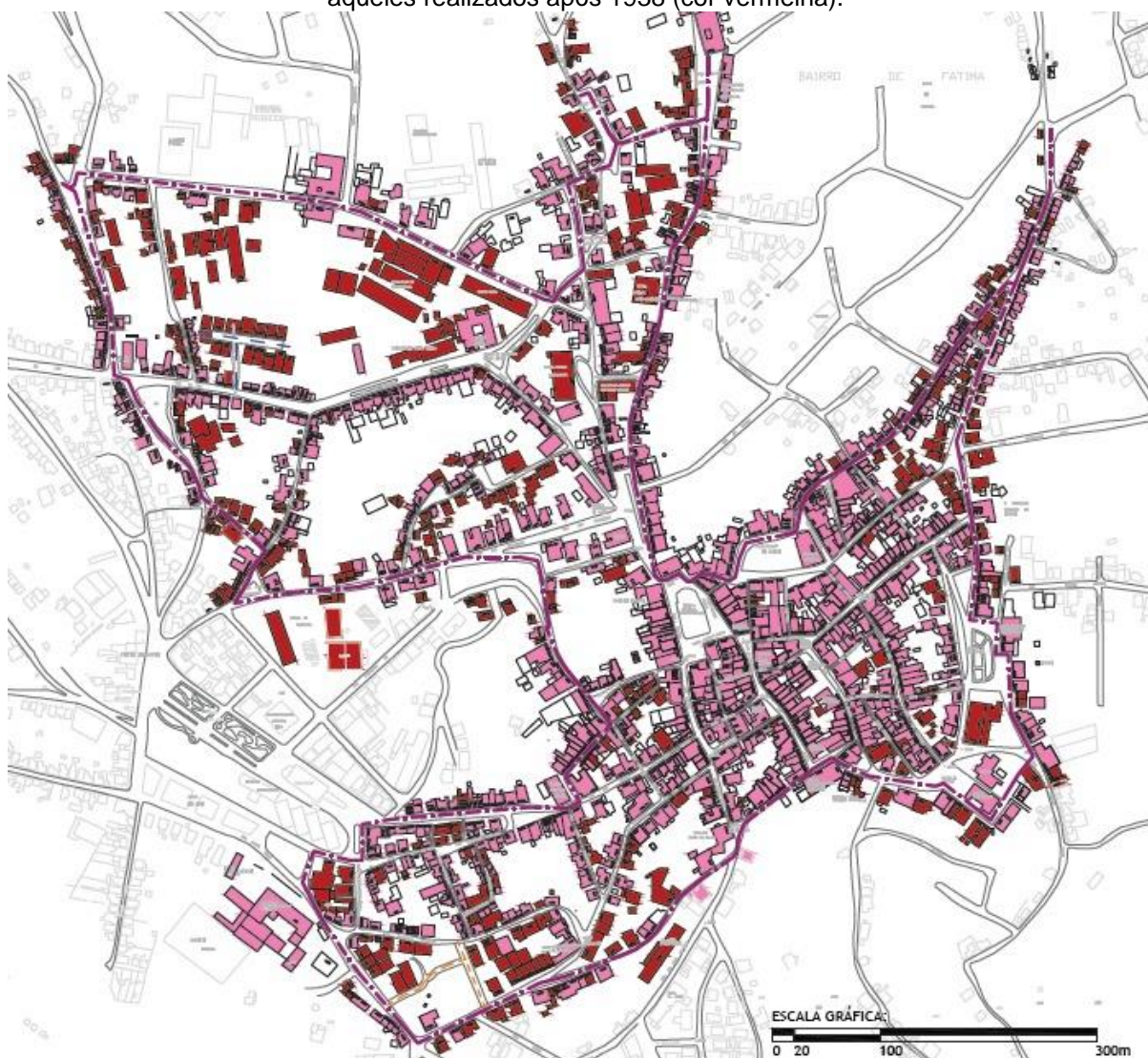
Fonte: IPHAN, 2023.

Acima ilustra-se a adoção da média estabelecida em 21 metros, para a construção edilícia em lotes à rua do Fogo. Como demonstrado, a faixa média padroniza a possibilidade de instalação construtiva ao longo do lote, coibindo possibilidades distintas daquela referendada.

Dessarte, não seria mais interessante para o órgão adotar mapas temáticos com limites de ocupação específicos, visto que as faixas edificáveis poderiam ser idênticas em mais de uma área da poligonal de tombamento, assim como poderiam ser extraídas médias da taxa de ocupação nos demais casos. Contudo, a definição dessa faixas edificáveis não seguiu qualquer aporte metodológico como o da Escola Italiana. Por essa Escola, as faixas de pertencimento (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) estariam associadas a rotas do território, avaliadas de forma muito mais contextualizada com o processo evolutivo da forma urbana do que se desenvolveu pelo Iphan.

Em relação à edificação em si, os critérios para reformas e novas construções dependeriam de sua classificação, dividida em três possibilidades: construídas até 1938, posteriores a 1938 (que engloba as existentes e as que ainda serão construídas) e as localizadas na Vila Santa Isabel ou no Loteamento Caldeira Brant, por terem características diferentes de outras áreas do conjunto urbano (IPHAN, 2019). Abaixo segue o mapeamento das edificações construídas até 1938 e posteriores a essa data.

Figura 131: Mapa de classificação das edificações, com imóveis construídos até 1938 (cor rosa) e aqueles realizados após 1938 (cor vermelha).



Fonte: Iphan, 2023.

O mapa acima refletiria a situação do sítio na ocasião do tombamento, realizado sobre a base cadastral da Cemig, de 1999, tendo como fonte primária o mapa realizado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (IPHAN, 2023). Esse mapa tem como intuito subsidiar análises técnicas e parâmetros indicados pela minuta, referente às propostas de preservação e intervenção na poligonal de tombamento.

A sua elaboração teve inspiração clara na portaria de Ouro Preto (IPHAN, 2010d), na qual as diretrizes de preservação foram pautadas pela distinção entre imóveis construídos antes e depois da data de tombamento pelo Iphan, em 1938. No entanto, aquela foi realizada em articulação com o plano diretor local, fato não desenvolvido

em Diamantina, além de ter estabelecido setorizações específicas para diretrizes de preservação.

Entende-se, portanto, que as setorizações estudadas anteriormente não foram consideradas pelo órgão federal para que se definissem critérios específicos a elas, destacando-se apenas os dois loteamentos (Santa Isabel e Caldeira Brant) como os com aspecto distinto da área tombada.

Atitude um pouco equivocada, pois como apresentado anteriormente, a área tombada não é homogênea em termos de ocupação, gabaritos, usos e parcelamentos. Por outro lado, a maior preocupação do órgão seria a de acompanhar as intervenções nos edifícios conforme a época de construção, fossem eles edificadas antes do tombamento ou não.

Depois de verificar as regras específicas para classificar as edificações, o Iphan iria observar a situação dos demais imóveis regulares na quadra e na face de quadra, onde a edificação se localiza – vide exemplo abaixo.

Figura 132: Exemplo de faces de quadra à rua do Bonfim.



Fonte: IPHAN, 2023.

Acima está um exemplo de disposição construtiva de edifícios na face de quadra, interpretado pelo ETD durante as avaliações sobre intervenções e propostas construtivas.

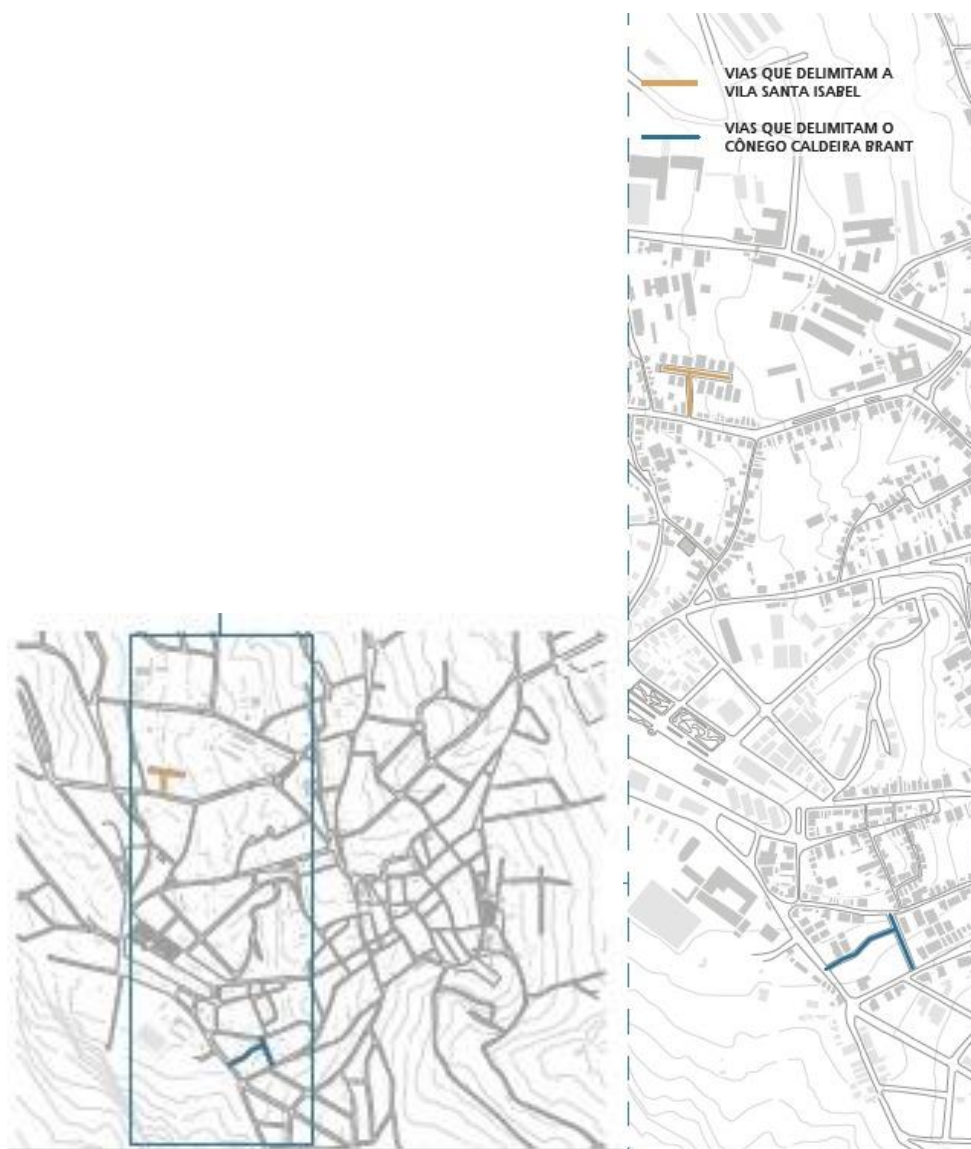
Do ponto de vista da quadra, seriam consideradas a predominância de atributos preservados em relação à implantação, à altura, à volumetria, à forma e ao material da cobertura. Os imóveis em situação irregular não seriam adotados como parâmetros dessa avaliação (IPHAN, 2019). Nesse caso, é consolidada a postura de avaliação de intervenções por parte dos técnicos gestores, seguindo o receituário de normatização

das áreas tombadas pela autarquia federal, ao dar destaque às avaliações de face de quadra.

Na subseção II do parcelamento, o intuito da portaria é o de preservar a estrutura tradicional dos lotes, em seus diferentes modelos existentes na área tombada, por contribuir diretamente para a manutenção da escala do conjunto e da morfologia urbana (IPHAN, 2019). A preocupação em se preservar a morfologia urbana é destacada pela minuta, prevendo desmembramentos apenas em caráter excepcional. Contudo, apresentada sem interpretar a área tombada de fato – pois esse setor territorial não é analisado pelos seus componentes compositivos (como foi feito aqui, por exemplo, no capítulo 2).

Nos loteamentos residenciais denominados Caldeira Brant e Vila Santa Isabel, criados respectivamente nas décadas de 1950 e 1980, houve parâmetros de ocupação distintos do tradicional em Diamantina (ponto destacado pela minuta e que realça o fato de o conjunto não ser homogêneo). Abaixo segue a localização deles.

Figura 133: Vila Santa Isabel e loteamento Caldeira Brant.



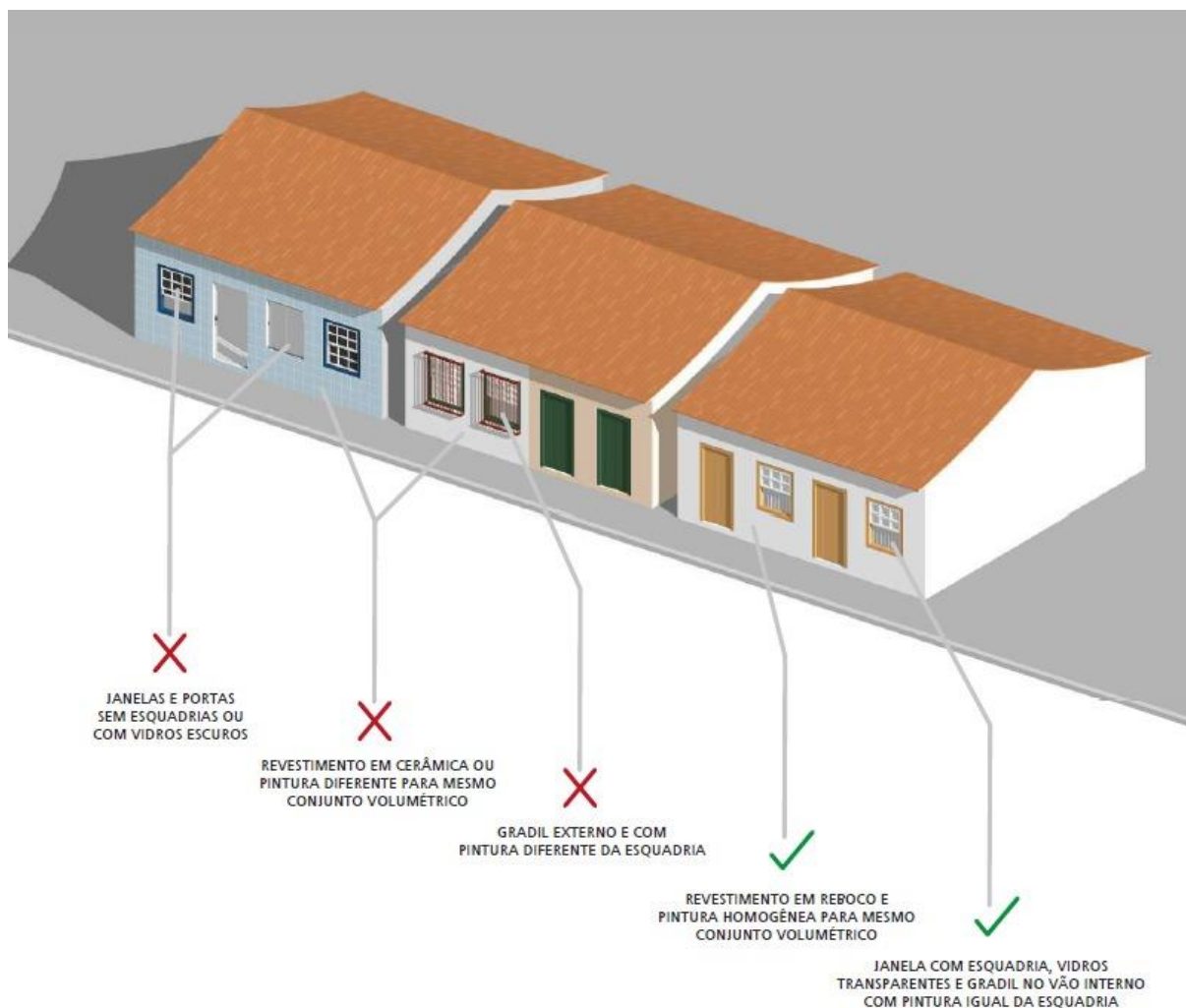
Fonte: IPHAN, 2023.

Esses dois loteamentos estão na porção oriental da área tombada, região com maior dinamismo urbano recente, como verificado no capítulo 2 desta pesquisa. A minuta justifica que a proposta de se coibirem parcelamentos e remembramentos, também nesses locais, visaria à preservação da sua configuração peculiar.

Na subseção III, estão diretrizes para a ocupação do lote. Estão indicadas sob que circunstâncias poderia haver a possibilidade de construções, conforme a classificação de data construtiva (antes ou depois de 1938) ou da qualidade do acréscimo a ser demolido (descaracterizante ou não). Também foram estabelecidos os casos com viabilidade de construção de acréscimos e a retomada das faixas edificadas, como

estabelecidas e apresentadas anteriormente. Abaixo estão exemplos ilustrativos de parte dessas diretrizes (IPHAN, 2023).

Figura 134: Ilustração sobre elementos permitidos ou não em fachadas.



Fonte: IPHAN 2023.

Na ilustração, foram exemplificadas as possibilidades de adoção de elementos em esquadrias e fachadas, como a pintura homogênea e o emprego de madeira e vidro em folhas guilhotinadas. Por outro lado, seriam coibidos revestimentos cerâmicos e gradis externos, com pintura distinta da esquadria.

Na subseção IV, estão os critérios gerais para todas as edificações, consolidando os parâmetros já empregados pelo ETD (BARROS FILHO, 2023) para indicações de pinturas de fachadas, adoção de materiais em esquadrias, emprego de gradis, aspectos de composição volumétrica, adoção de coberturas, construção de portão

para garagens e para elementos complementares (toldos, placas solares, antenas e painéis fotovoltaicos).

A portaria é encerrada na seção IV, com parâmetros para letreiros e equipamentos de publicidade, com vistas evitar impactos no sítio tombado. Não houve menção à poligonal de entorno e tampouco a parâmetros para esse setor. Na figura abaixo, segue estudo para a atualização das poligonais de tombamento e entorno, disponibilizada pelo ETD.

Figura 135: Poligonais de tombamento (vermelho) e entorno (amarelo).



Fonte: ETD, 2023.

Na figura apresentada, está o georreferenciamento de poligonais estudadas para a atualização das delimitações de tombamento e entorno, obtidas do ETD em 2023. A poligonal de entorno receberia a adaptação mais significativa, estudada sob o viés da “ambiência” do artigo 18 do Decreto-Lei 25 de 1937, como apresentado no manual de normatização de áreas tombadas.

A poligonal seria reduzida em área de abrangência e deveria se restringir (novamente, como visto no episódio do Inbi-Su) à incorporação de elementos da ambiência que

impactariam na visibilidade da área tombada. Solução aquém da realidade do sítio, quando observada a complexidade de sua forma urbana sobre topografia acidentada. Além disso, a redução da área de entorno corresponderia à diminuição da área de atuação do ETD, para além da poligonal de tombamento, situação que decresceria a intensidade de demandas administrativas que competiriam à apreciação do ETD.

Interessa destacar que a poligonal de entorno não foi incorporada à minuta de normativa, disponibilizada ao público em agosto de 2023 (IPHAN, 2023). Esses estudos deverão se encerrar neste ano (2023), com a publicação oficial da normativa, após 30 dias decorridos do dia 14 de setembro, data limite para o órgão receber as contribuições para o aperfeiçoamento da proposta de normatização (MINC, 2023).

Como reflexão inicial, é possível observar como a minuta normativa compilou e inter-relacionou condutas e posturas normativas, adotadas pelo órgão federal, de modo fragmentado ao longo dos anos, em um mesmo receituário normativo. Fato que é evidente, uma vez que a gestão do escritório apresentava condutas que variaram conforme o gestor à frente do ETD (BARROS FILHO, 2018).

Tendo como referências a portaria de Ouro Preto (IPHAN, 2010d), as instruções normativas e portarias já existentes em Diamantina (IPHAN, 1986ab, 2002) e documentos técnicos com especificações para equipamentos de publicidade, adaptações para a acessibilidade universal e instalações provisórias, foi possível coligar parâmetros que se referiam a várias facetas vinculadas ao gerenciamento do solo urbano tombado e de seus componentes urbanos e edifícios.

E em geral são parâmetros que se coadunaram com a política do órgão federal, situação vista eminentemente naqueles para as edificações (pinturas, materiais de elementos construtivos, coberturas etc.) seus elementos complementares (toldos, equipamentos publicitários) e mobiliário urbano (fiação subterrânea e recomendações para lixeiras, por exemplo). Essas diretrizes estavam incumbidas de garantir a preservação dos atributos valorados nesse sítio.

Inclusive esse é o primeiro ponto que a distingue da normativa de Ouro Preto. Na primeira seção da minuta, são esclarecidos os valores reconhecidos e os atributos a serem preservados, pautados basicamente em relação à preservação do conjunto de

feição colonial, como pretendido por Andrade em 1938 (IPHAN, 1938), enquanto naquela esses atributos se distribuíram ao longo da portaria. A partir disso, são dispostos os capítulos com os objetivos de preservação (II) e as diretrizes de preservação (III).

Pelo que se viu, a morfologia urbana pareceu possuir lugar de destaque nas considerações sobre o que deveria ser preservado no sítio urbano. Todavia, sua aplicação não é lida nessa perspectiva metodológica. A área protegida é tratada como uma “unidade de paisagem”, que possui alguns aspectos urbanísticos a serem considerados em relação a áreas específicas (Vila Santa Isabel e loteamento Caldeira Brant) e a faixas edificáveis (distribuídas por ruas). Além disso, o critério para intervenções em edificações deveria levar em conta as análises de faces de quadra, com base no mapeamento de classificação de edificações, para se considerar sua época construtiva e seu aspecto tipológico.

Após décadas de construções de estudos por meio de poligonais de proteção (perímetros de tombamento, entorno e da Unesco), de considerações topo-perceptivas (Inceu) e de estudos de evolução urbana de Diamantina (Inbi-Su e produtos práticos do Mestrado Profissional), é possível avaliar que a morfologia urbana apareceu em segundo plano, em todo esse processo. Uma vez que ela não é protagonista em relação à leitura da cidade como uma paisagem urbana, que precisaria ser compreendida em seu todo, incorporando áreas para além da centralidade tombada. Além de não ter tido qualquer tipo de aplicação de um método específico para se compreender o processo urbano diamantinense.

Em relação à minuta de portaria normativa, há critérios pautados em considerações que até tangenciam as abordagens das escolas inglesa e italiana, mas que não estruturam a leitura e interpretação da área tombada, por receber indicações generalistas de conservação e preservação. Até mesmo a indicação de faixas edificáveis foi realizada de forma padronizada em locais com tecidos urbanos distintos. Quanto aos edifícios, as propostas enfocaram apenas a possível datação cronológica e breves menções a estilos arquitetônicos, para o estabelecimento de critérios mais rígidos ou não, junto a estudos de face de quadra que facilitam a análise técnica do parecerista. Análises que não aprofundam, contudo, interpretações sobre

a composição dessas séries edilícias, como realizado pela Escola Italiana por exemplo.

À vista disso, realmente não houve aporte teórico e metodológico de morfologia urbana para estruturar a minuta da normativa. É inviável interpretar a cidade apenas por um extrato de sua composição. E, para além disso, a definição das diretrizes não acompanha a abordagem multiescalar que poderia ser trazida pela aplicação desse aporte.

A própria Recomendação HUL (UNESCO, 2011), usada como argumento da coordenação como documento que referenciou o desenvolvimento da portaria normativa, não foi totalmente contemplado por ela. Uma vez que, no artigo I com a sua definição, é esclarecido que a paisagem histórico urbana é uma área resultante da estratificação histórica de valores culturais, cujo contexto mais abrangente inclui elementos que o compõem: topografia, geomorfologia, hidrologia, ambiente construído histórico e contemporâneo. Elementos não interpretados pela normativa.

Desde o início da portaria, pelo artigo 3º, é vista uma interpretação errônea sobre o conjunto tombado, dotado por “feição harmônica do casario, resultado da homogeneidade de tipologias, de escala e de massas construtivas” (IPHAN, 2019, p. 2). O conjunto tombado não é homogêneo, tanto que os estudos cartográficos resultantes das análises feitas pelo autor (BARROS FILHO, 2018) e pela empresa terceirizada (IPHAN, 2017) evidenciaram tecidos e conjuntos morfológicos com aspectos semelhantes entre si, mas não homogêneos como um todo, na área tombada: há diferenças tanto na escala micro (tipos de ocupação e de edificações, variações de lotes, distinções de gabarito) quanto na macro (forma do parcelamento e das distribuições de edifícios ao longo de quadras, e por seus agenciamentos no plano urbano).

E sequer possuem a mesma cronologia construtiva, o que por si só inviabilizaria qualquer interpretação homogênea dessa área tombada. Além disso, a própria insígnia IV, sobre o parcelamento do solo, informa acerca da variedade de tipos de lotes e implantações, enquanto a V identifica tipos distintos daquela setecentista, evidenciando o caráter múltiplo do conjunto tombado: podendo até ser harmônico (em

partes), mas não homogêneo definitivamente. Abaixo segue uma ilustração sobre a variedade tipológica em edificações do conjunto tombado.

Figura 136: Fotografia do casario nas imediações da rua do Amparo.



Fonte: IPHAN, 2023.

Na foto acima, empregada pelo próprio Iphan para ilustrar a pretensa uniformidade do casario (IPHAN, 2023), é bem evidente o contrário. A série orgânica de edificações com o tipo setecentista é predominante, com suas variantes (conforme o processo tipológico italiano), apenas na rua do Amparo. Visto que em ruas paralelas, são vistos edifícios em estilo modernista (imóvel na cor verde, sem cobertura cerâmica e disposta atrás da Igreja do Amparo) e até mesmo contemporâneo (edifícios na parte superior da imagem).

Nos objetivos de preservação da normativa, o intuito principal seria o de respeitar os ditos “atributos que se relacionariam ao valor do tombamento” (IPHAN, 2019, p. 5), atributos definidos por uma matriz de valoração construída por técnicos do Iphan, sem participação popular (patrimônio para quem?). Nesse momento, evidencia-se a influência perpetuada pelo manual de normatização do Instituto Nacional (2011), preocupado mais com a preservação de elementos associados a uma atribuição valorativa e material, interpretada pelo órgão federal.

Isso se reverbera nos objetivos da preservação, ao focar a importância de se conservarem os tipos arquitetônicos existentes, dando destaque à predominante colonial. É por isso que a normativa vai se dialogar mais com o aspecto processual da abordagem italiana, ao dar preferência para a preservação do arcabouço formal das partes urbanas; contudo, sem se interpretar o todo e as relações multiescalares existentes.

Tanto que a construção dos elementos novos seria avaliada em relação aos tipos, e não à configuração do espaço urbano em si. A normativa não evidencia isso, ao indicar que a preservação seria feita para assegurar a compreensão e a percepção de relações harmônicas entre os componentes do conjunto urbano, em seu território de implantação. Porém, como ela vai garantir isso, se nem mesmo a área tombada conseguiu ser analisada sob qualquer parâmetro completo de morfologia urbana? Isto é, por meio de uma análise em escalas do espaço urbano, para assim se compreenderem os processos tipológicos na escala desse território – como se desenvolveu aqui pelos aportes italiano e inglês, no segundo capítulo.

No artigo 5º, são evidenciados os valores de conjunto a serem preservados, em respeito à: valorização de características urbanas e arquitetônicas do conjunto; a manutenção da morfologia em relação ao arruamento, macroparcelamento, áreas verdes, lotes e espaços públicos “típicos da urbanização colonial”; manutenção da harmonia do conjunto em relação à volumetria, cobertura e implantação; manutenção das características dos imóveis que guardam sua integridade morfológica; garantia da visibilidade e ambiência dos bens tombados isoladamente. Mais um problema evidenciado pela normativa, ao explicar o objetivo de se preservarem os elementos

do conjunto, sem necessariamente apresentar qualquer interpretação de leitura completa desse espaço citadino.

Problema amplificado ao avaliar que os critérios para reformas e novas construções vão depender primariamente da classificação dos imóveis em três possibilidades: construídas até 1938 (ano do tombamento), posteriores a 1938 e as localizadas na Vila Santa Isabel e no Loteamento Caldeira Brant. Só após serem perscrutadas as especificidades de preservação desses três estratos construtivos, é que a avaliação replicaria as regras conforme a clássica prática da “análise de face de quadra”, para considerar a predominância de atributos em relação à implantação, à volumetria, à forma e ao material da cobertura. Seriam excluídos dessa análise os imóveis sem aprovação no ETD.

Os imóveis até 1938 teriam os critérios mais rigorosos de preservação, com definições de preservação para cobertura, vedações e pinturas de fachada, conforme o tipo edifício: basicamente distinguido entre o eclético e o colonial. Para aqueles posteriores a 1938, recairiam as regras gerais de preservação indicadas para elementos construtivos, podendo variar conforme o estilo arquitetônico. Ainda assim, é possível notar que essa atitude pode ser relativamente ineficaz, pois trata de forma particularizada os tipos, não os avaliando em contexto de conjunto e de composições seriais.

A viabilidade de demolição seria vetada naquelas anteriores a 1938 (salvo quando colocar em risco a segurança pública ou em relação a acréscimos descaracterizantes, passíveis de demolição), mas permitida naquelas posteriores a 1938, quando substituída por outra para contribuir com a requalificação do conjunto. Essa viabilidade de demolição possui alguns dados questionáveis. O mapa de 1938 (Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais) não garante que todos os edifícios nele mapeados sejam de fato os existentes como tal no ano do tombamento e preservados até 2023. Ou seja, a preservação se arraigou a uma forma de leitura herdada pelo órgão federal, desde a década de 1930, preocupada com a estética construtiva do edifício.

E ele não interpreta que a preservação dos edifícios, da área tombada, seguiu os próprios processos internos de ampliação e modificações urbanas em determinados

setores dessa área. Até mesmo a proposta de substituição de imóveis apenas em casos de requalificação do conjunto traz um postulado questionável: requalificação em relação a qual aspecto do conjunto? Ele não foi analisado pelo Iphan em termos de forma resultante do processo urbano.

A minuta também prevê um mapa tipológico com os tipos construtivos identificados na área tombada, possivelmente baseada naquele produzida pelo autor em 2018, no mestrado profissional. No entanto, o mapa, junto a outros documentos (mapa elaborado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, Certidão de Inteiro Teor do Imóvel, Inventários do Inbi-Su, documentação iconográfica e existente nos arquivos do Iphan), serviriam para balizar as propostas aceitáveis de intervenção nos edifícios existentes na área tombada, (novamente) sem de fato interpretar o processo evolutivo desses tipos urbanos – como orientado pelo aporte italiano.

Ou seja, atitude inócua, visto que os pareceristas não conseguiriam avaliar os elementos edilícios em um contexto contínuo de adaptação e expansão a partir de tipos básicos construtivos, sem compreender o organismo urbano nessa perspectiva. A consulta à documentação consolidada no ETD, sem interpretação em larga escala, pode conduzir a atitudes discricionárias.

Se o organismo urbano fosse analisado pela perspectiva da morfologia urbana, seriam possíveis avaliações mais objetivas em relação à interpretação de possibilidades interventivas na malha urbana acautelada, a partir da compreensão sobre o modo em que se processaram as modificações tipológicas e sucessivas composições de elementos seriais e tecidos urbanos (vide aporte italiano). Assim, abriria possibilidades para a garantia da preservação desse decurso, quando favorável para os ditos valores do tombamento.

Para os loteamentos Caldeira Brant e Vila Santa Isabel, foi recomendada a preservação dos tipos de lotes existentes. Aqui é o momento mais evidente de preservação de tecido distinto dos demais da área tombada. Em relação aos edifícios, os parâmetros para a Vila Santa Isabel retomam a Instrução Normativa da década de 1980, permitindo o tipo de ocupação até então existente: tipo de cobertura, de fachadas, materiais de cobertura e de acabamento específicos, taxa de ocupação máxima de 60% e manutenção de 20%, no mínimo, de área livre nos fundos. Ou seja,

foram reproduzidos parâmetros pré-existent, sem qualquer análise crítica em relação aos tecidos urbanos consecutivos.

Parâmetros similares são adotados em novas construções a serem realizadas no loteamento Caldeira Brant, considerando inclusive 20% de área livre nos fundos (no mínimo) e 50% da taxa máxima de ocupação. Também não ficou evidente sobre a possível harmonização ou não desses parâmetros em relação à área tombada contígua, já que não foi feita uma interpretação morfológica dela.

As propostas de desmembramento deverão ser coibidas, enquanto as de remembramento requerem análise cautelosa. Situação que poderia ser aperfeiçoada pela leitura ampla e detalhada da área tombada, entendendo limites e possibilidades de subdivisões de tecidos urbanos.

Nos casos em que houver a predominância de imóveis irregulares perante o IPHAN, seriam adotados os critérios a partir de um gabarito de até dois pavimentos e taxa de ocupação máxima de 60%, para que as “características do imóvel não destoem do conjunto arquitetônico de tipologia colonial tradicional de Diamantina”. Fato controverso, pois o conjunto da cidade não apresenta apenas a tipologia tradicional. Isso pode concorrer para a padronização de um tipo edifício “Iphan” (situação resultante das ações dessa autarquia evidenciadas na área tombada, como visto desde 1938), que desconsidera características próprias do tecido existente nesse território.

Quanto ao entorno de bens tombados isoladamente, a preocupação com a visibilidade e ambiência acabam sendo as determinantes a serem preservadas, sem se incorporarem outras interpretações referentes à implantação do bem em seu meio urbano e topográfico, para além daqueles dois aspectos. Isso vai se dialogar com a proposta de redução do entorno da área tombada, apresentada anteriormente, com vistas a diminuir demandas de avaliação aos técnicos do ETD. E, além disso, demonstra o quão desassociado está da cidade como um todo, por não se incorporar ao plano diretor e à lei de uso e ocupação do solo da cidade. Parâmetros externos à área tombada já eram regidas por esses aparatos legais, desde 1999 (PMD 1999; 2011), e necessitam de interlocução não só com diretrizes para o entorno, como também àqueles em definição pela nova normativa.

Sem contar que gabaritos permitidos em cotas mais altas de topografia impactarão no conjunto tombado mais do que aqueles nas cotas mais baixas, reforçando ainda o risco de se definirem parâmetros sem se interpretar a disposição topográfica do sítio urbano.

Entre os artigos 6º e 16º, são estabelecidos critérios para os espaços públicos, enfocando os elementos interpretados como “complementares” pelo Inceu: traçado urbano, pavimentação, iluminação pública, sinalização turística, mobiliário urbano, áreas verdes, antenas de transmissão e instalações temporárias. Porém, eles não são apenas complementares, por serem componentes da análise morfológica multiescalar. Neles, a preocupação maior é a de se preservar a “percepção” da área tombada, da “contemplação dos elementos preservados do espaço urbano” e dos “atributos” do sítio.

Apesar do ponto positivo, por terem se constituído pela compilação de parâmetros já adotados pelo ETD, eles partiram inescapavelmente de um viés generalista, sem se aprofundarem leituras sobre esse espaço e suas relações interesaciais. O *questionável* interesse subjetivo de se preservar a “percepção” do espaço urbano é herança direta da abordagem Inceu, reproduzida no arcabouço conceitual da minuta de normatização do Iphan.

Nesse sentido, não houve qualquer tratativa em relação ao espectro imaterial existente na cidade e que pudesse ter alguma associação a critérios e parâmetros apresentados. Visto que não há uma tradição, pelo escritório local, em lidar com esses bens culturais intangíveis, relegados à atuação da prefeitura municipal. Agente pouco articulado à minuta desenvolvida, inclusive. Além disso, possibilidades de programas de Educação Patrimonial, que pudessem incorporar oficinas que dialogassem com práticas e saberes tradicionais construtivos, foram tampouco aventadas. Logo, a percepção que se outorgava preservar, pela normativa, ainda se vincularia ao aspecto material dessa urbe (herança da fase heroica do Iphan).

É na seção III, sobre os lotes e edificações, que fica novamente explícita a análise generalista da área tombada. Foram estabelecidos dois parâmetros para a ocupação do lote. O primeiro é por meio de faixas edificáveis, com os limites máximos de construção, em metro linear, a partir da testada do lote em direção ao fundo desse

terreno. Nos demais casos, o limite máximo de ocupação será calculado para cada imóvel, levando-se em consideração a média da taxa de ocupação da quadra, pelos imóveis em situação administrativa regular perante o Iphan. São vistos dois problemas nesses parâmetros. No primeiro, adotar faixas edificáveis padronizadas em elementos “análogos” da área tombada não permite a compreensão mais alargada sobre os tecidos desse território.

A área tombada de Diamantina é um elemento orgânico, não homogêneo. Tratar sobre faixas edificáveis sem considerar o contexto da quadra no seu tecido, em uma lente mais ampliada, pode acarretar em um risco de análise por parte do técnico parecerista: ele não vai fazer a leitura do todo multiescalar, mas avaliar a proposta de ocupação por uma faixa edificável padronizada pela normativa e, assim, agilizar o seu trabalho como revisor técnico.

O segundo raciocínio é similar. Calcular o limite de ocupação máxima, levando-se em consideração a média dessa taxa de ocupação em um local, é no mínimo ignorar que a área tombada possui ao menos dois subtecidos distintos, que se dialogam e apresentam relações transitivas entre si. Ao adotar uma média específica, paulatinamente serão apagados os vestígios de ocupação, que até poderiam ser lidos em uma lente mais abrangente de análise, como as realizadas aqui no capítulo 2. Quem garante que na quadra estudada no tecido da rua da Glória, região de intensa dinamização urbana, caberiam novas propostas de ocupação apenas por meio da média de faixa edificável?

Há até parâmetros para preservar a massa verde nos quintais, com porcentagem mínima de 20% da área de lote, excluindo-se aqueles de dimensões geométricas atípicas (não são definidos quais se enquadrariam como atípicos) e os lotes que abrigam equipamentos de grande porte. Logo, mais uma vez a norma trata de forma generalista um elemento que é variável conforme o tecido urbano que gera o palimpsesto da área tombada. Abaixo seguem exemplos de grandes equipamentos em tecidos específicos desse território.

A Santa Casa de Misericórdia e as sub-sedes da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), instituições de significativas proporções construtivas, ocupam quadras que

historicamente estavam à margem da ocupação concentrada setecentista (tecido do tipo “fringe belt” pelo aporte inglês). E, por terem recebido propriedades produtoras de cultivos à época (como visto no estudo do tecido da rua da Glória), apresentaram ocupação menos adensada ao longo dos anos. E é por essa razão que evidenciam processo de evolução urbana distinto daquele de outros setores da área tombada. Além disso, essas áreas relacionadas às antigas regiões agricultáveis praticamente não demonstram significativos vestígios morfológicos na paisagem urbana, em decorrência dos acirrados processos de ocupação verificados inclusive na área tombada, como visto no segundo capítulo.

Dessa forma, esse tipo de atitude vai favorecer a intensificação da falta de harmonia de ocupações naquele espaço (harmonia no sentido de se interpretar o contexto onde está inserido o elemento normatizado, desrespeitando o processo histórico dessa ocupação), indo contra todos os atributos “valorativos” da portaria. Sem contar que se recorrerá a seguir faixas construtivas em imóveis “regularizados” pelo órgão federal, sabendo-se de antemão que a prática de condutas técnicas, em si, é irregular e assimétrica, conforme o analista em atuação perante o escritório (BARROS FILHO, 2018).

É inviável garantir eficácia de uma gestão técnica em um território, ao sequer incorporar uma análise da forma processual urbana, que se modifica em camadas temporais e se constitui em uma paisagem cultural. Questão decorrente não só das divisões temáticas de responsabilidades de gestão no território urbano, mas também pela incapacidade de se interpretar o que esse meio urbano de fato é: um palimpsesto de formas urbanas sobrepostas a um substrato físico.

Diante do que se expôs, apresentam-se ponderações que compilam as principais considerações extraídas da discussão deste capítulo.

4.4. Ponderações

No primeiro período de gestão (1938 a 1959), o processo de delimitação da poligonal de tombamento evidenciou o inaugural aporte morfológico adotado na cidade, mesmo que essa percepção tenha se construído por uma inferência, ao compará-lo com as discussões de morfologia urbana em curso na Europa. Notadamente, aproximou-se

das elocubrações Conzenianas em relação ao estudo da evolução urbana, apesar de priorizar a escala do plano urbano.

Por outro lado, Rodrigo Melo Franco de Andrade demonstrava uma maior preocupação com o aspecto “harmônico” do conjunto que, ao privilegiar a preservação da tipologia colonial, atestava um enfoque que tangenciava a consideração do processo tipológico pela escola italiana. A cidade de Diamantina recebera seu tombamento federal (IPHAN, 1938), instrumento de proteção patrimonial até então inédito no país. Por isso, essa situação tornou-se desafiadora para todos os agentes sociais envolvidos, fossem eles habitantes e usuários da cidade, poderes públicos municipal e federal.

O crescimento do organismo urbano, por outro lado, não se cessara com o tombamento. Forças econômicas e políticas continuaram a exercer influências na cidade, a ponto de ela continuar se expandindo ao longo da encosta da serra de Santo Antônio e galgando a árida escarpa da serra de São Francisco. Esse processo se acentuou entre as décadas de 1960 e 1990, com auxílio do quadro político do Brasil no período, reforçado nos anos de 1950 pela atuação de Juscelino Kubitschek.

Em 1998, no final do 2º período de gestão (1960 a 1998), a cidade já se enquadrava dentre as de porte médio, o que exigiu em 2000 a elaboração de um plano diretor, conforme legislação vigente (BRASIL, 1988; 2001). Destarte, somou-se às questões vinculadas ao crescimento e gestão urbana o fator “patrimônio histórico”, visto que sua centralidade estava protegida pelo Iphan. Fato que, junto à titulação da candidatura, propiciou o estabelecimento de um aparato legal para tentar sanar os mais distintos problemas da cidade, fossem eles de caráter urbano ou patrimonial.

Nesse sentido, o órgão federal introduziu métodos de inventário para auxiliar a elaboração de normas de preservação na cidade, a fim de aperfeiçoar o processo de gestão desse território protegido. O Inbi-Su (IPHAN, 2001a) e o Inceu (IPHAN, 2001b) se desenvolvem, trazendo alterações vinculadas ao conceito de “cidade-documento” e à análise do espaço urbano de modo perceptivo. Esses métodos – articulados ao processo de evolução conceitual da paisagem e do patrimônio – dialogaram-se claramente com aqueles das Escolas Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana, mesmo que não as referenciassem. Contudo, maiores resultados foram observados a partir

da aplicação do Inbi-Su e, mesmo assim, associados a leis fragmentadas e pouco articuladas.

Esse é o primeiro momento em que surge uma preocupação, por parte do Iphan, de compreender a cidade como um todo, estabelecendo escalas de análise para interpretá-la: fossem pelas fichas de identificação do Inbi-Su ou pelas categorias de análise do Inceu que, consolidadas, dariam a leitura do todo urbano. Entretanto, a prioridade de se escrutinar e aprofundar considerações para a área tombada dificultou uma maior interlocução delas em relação à análise urbana de Diamantina, em maior escala. Sem contar que o aporte perceptivo do Inceu contribuiria para uma avaliação do organismo urbano por uma lente subjetiva e interpretativa, fato refletido na “identidade” que se buscava apreender dele.

O conceito de “paisagem cultural” até tangenciou o arcabouço teórico empregado para a titulação da cidade pela Unesco (IPHAN, 2000) e para o tombamento da Serra dos Cristais (IEPHA, 2001), executado para conter as ocupações naquela encosta. Embora não tenha sido incorporada na interpretação e leitura da cidade como uma paisagem urbana em essência. Ou seja, os elementos compositivos de Diamantina foram avaliados de modo fragmentado, com a Serra dos Cristais tratada mais como uma envoltória do que como elemento pertencente ao substrato territorial de conformação da urbe.

Decorridos quinze anos desde a titulação, já no 3º período de gestão (1999 a 2022), o Escritório Técnico do Iphan em Diamantina (ETD) decide por aperfeiçoar as portarias de intervenção da área tombada. Esse intuito se explicou pelo acirramento das questões sociais do solo urbano, com franca expansão e adensamento da massa edificada. O aumento da população, a intensificação de demandas de construção e adequações de edifício, bem como as dificuldades em arcar com o gerenciamento da área de entorno são fatores centrais para essa tomada de atitude pelo Iphan.

Sendo assim, o ETD recorreu ao aparato conceitual (IPHAN, 2011c), estabelecido no período, para embasar a elaboração das normativas (IPHAN, 2019; 2023) e iniciou um trabalho para efetivá-la por meio de uma contratação terceirizada. Adiciona-se a isso a seleção de um bolsista mestrando para fomentar e aperfeiçoar esse processo.

Como resultado, duas propostas de setorização com diretrizes preliminares foram desenvolvidas.

Esses estudos, no entanto, não foram incorporados à minuta expedita em 2019 (IPHAN, 2019; 2023). Afinal, ela se baseou nos aspectos valorativos do sítio tombado, por meio de uma interpretação fragmentada desse território, junto a análises de face de quadra para intervenções e propostas de reconstrução e restauro. A minuta de portaria espelhou o método de normativas estabelecido em 2011 (IPHAN, 2011c), que enfatizou o resgate dos valores possivelmente atribuídos ao sítio durante seu tombamento em 1938, recorrendo a essa avaliação para embasá-los (IPHAN, 1938). Retomou, portanto, a valoração conferida por Andrade, ao focar prioritariamente a necessidade de se conservar o conjunto urbano, do ponto de vista da “harmonia” de seu casario colonial. De toda a forma, um dos maiores destaques dessa minuta de portaria foi a compilação de diretrizes de preservação já adotadas pelo ETD, mas dispersos ao longo de décadas de processos administrativos, cujas indicações propositivas – muitas vezes - variavam conforme o parecerista.

O estudo da forma urbana foi empregado como recurso argumentativo secundário, pois surgiu nas apreciações da portaria de modo superficial, sem garantir uma avaliação e interpretação morfológica do tecido urbano como tal. Tampouco foi considerado o processo que associa a forma ao tempo, muito menos suas relações interescares. Não há qualquer aplicação dos aportes teóricos e metodológicos de morfologia urbana, como o inglês ou italiano, no sentido de apresentar uma leitura completa e processual dessa forma. Sem contar que não houve interesse em articulá-la ao plano diretor ou à Luos corrente da cidade, fato evidenciado até mesmo na desconsideração de parâmetros para o entorno.

Não houve, ainda, qualquer interesse pelo Iphan em desenvolver a normativa por uma lente integrativa, absorvendo discussões associadas ao patrimônio imaterial ou a práticas de educação patrimonial, por exemplo – o que mantém o modo de se gerenciar o solo tombado pelo Iphan, orientado segundo o corpo técnico dominado pela disciplina da arquitetura e urbanismo. **Ademais, mesmo se desenvolvendo em um contexto de gestão compartilhada, a construção da minuta se fez no seio da instituição nacional, cuja exposição à consulta pública se fez apenas no decurso final de seu desenvolvimento. Fato que poderia ter sido realizado de outra**

maneira, a partir de consultas públicas ao longo do seu processo, abrindo-se a contribuições de moradores, outros agentes públicos e até mesmo a intelectuais que repensam o modo de se gerir cidades acauteladas.

É por isso que as normas foram elaboradas de forma não coesa, particularizada por seções específicas que não interpretam o objeto de sua normatização. Além disso, deu-se relevância à preservação de aspectos perceptivos da área tombada, retomando o aporte de Kohlsdorf, mas desprovido de um método morfológico para interpretá-lo. Isso, quando não tratava de modo homogêneo um conjunto de fato heterogêneo.

Interessante notar como o decurso ampliado de discussões sobre o território urbano, que se intensificou no segundo momento de gestão, encontra no terceiro um processo reverso de estreitamento das considerações interpretativas desse espaço citadino.

Esse breve retrospecto foi feito para esclarecer o motivo de se perpetuarem os problemas de gestão da cidade, e que possivelmente podem ser ainda constatados com a nova portaria normativa. A partir dos aportes metodológicos e com os resultados constatados por meio de leis e portarias, ela não foi interpretada como paisagem, dotada de atributos sociais e naturais que a compõem. O aspecto patrimonial, tratado do ponto de vista central desta pesquisa, nada mais é do que um dos elementos que constituem as dimensões desse todo urbano.

Ou seja, considerar o patrimônio como um aspecto centrado em si mesmo não é passível de eficácia, ao se avaliar a cidade como um organismo que cresce e se modifica, por meio da articulação de todos os seus elementos, e atributos físicos e culturais.

Dessa forma, a análise construída ao longo desses quatro capítulos de pesquisa - aportes conceituais, estudo da morfologia urbana de Diamantina, períodos de gestão urbana e associação deles aos estudos de morfologia urbana - requer uma reflexão sobre uma nova perspectiva de se pensar a gestão de uma cidade acautelada, pelo viés da paisagem cultural e da avaliação de sua morfologia urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação de mestrado, que deu origem à presente investigação, analisou a gestão do território tombado de Diamantina pelo Iphan (BARROS FILHO, 2018). A principal conclusão se referiu à reduzida articulação entre as três esferas de administração daquele território, situação que propiciou a ineficácia de leis e portarias elaboradas para geri-lo.

Nesta tese, o desenrolar das considerações sobre essa inoperante articulação legal, associadas ao estudo do processo evolutivo urbano de Diamantina, trouxe um resultado analítico diverso. Esse problema não é o que se enquadra na raiz desse e de demais atribuições verificadas no território citadino.

O problema central é: Diamantina não é interpretada como uma paisagem. Ele está no cerne dos demais avaliados e é o que precisa de um tratamento diferenciado, para se equalizar a gestão do território diamantinense.

Alguns pressupostos podem ser elencados na construção dessa conclusão, advindos dos quatro capítulos aqui estudados:

(1) **Toda a parte do território terrestre é uma paisagem**, composta por seus elementos abióticos, bióticos e antrópicos. Dessa forma, considerando que o homem interveio (direta ou indiretamente) em quaisquer porções desse território, essa paisagem é cultural em sua essência. Quanto antropizada de modo expressivo e concentrando massa populacional fixa, corresponde a uma paisagem urbana (capítulo 1, item 1.1);

(2) Sendo paisagem, a **definição de políticas desse território exige interpretá-la como tal**. Além disso, a relação com os usuários do espaço urbano torna-se mais democrática nessa nova perspectiva, visto que as escalas de composição do território nada mais são do que o resultado das atividades humanas em seu espaço de vivência. E as considerações para os parâmetros de preservação patrimonial poderiam extrapolar o olhar tecnicista, para englobar aspectos de apropriação social dos territórios.

(3) **O patrimônio cultural é apenas um elemento componente dessa paisagem**, por se caracterizar por um atributo dela. Visto que toda a paisagem urbana é uma cidade histórica, com decurso processual ao longo de anos e décadas, com acumulação de processos econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, o patrimônio cultural é empregado para sistematizar modos e processos de acautelamentos para espectros específicos dessa paisagem, sejam eles no seu aspecto tangível ou intangível (capítulo 1; item 1.2);

(4) A **morfologia urbana é um método assertivo para se estudar a paisagem urbana** como a de Diamantina, visto que é aquele capaz de trazer uma leitura pormenorizada e fiel de sua composição, ao avaliar seu decurso urbano e suas particularidades estruturais, processuais e tipológicas. Assim, só foi possível aprofundar as considerações, sobre os contextos políticos de gerenciamento do território urbano, ao compatibilizá-las aos períodos morfológicos resultantes do método (capítulos 1 e 2);

(5) Os períodos de gestão evidenciaram que, desde o seu tombamento em 1938, a cidade viu-se enquadrada sob tentativas de se desenvolverem aportes legais, para aperfeiçoar a gestão do seu território – dando-se enfoque ao núcleo acautelado. As quatro esferas organizacionais, em atuação nele (municipal, estadual, federal e internacional), só evidenciaram o quanto **as políticas públicas necessitam de uma inter-relação para se tornarem eficazes**. Contudo, nesses períodos, a área tombada foi lida e gerenciada por si mesma, enquanto seu plano diretor legislou pelo todo urbano, sem se articular à sua própria centralidade (capítulo 3);

(6) A adoção do aporte de morfologia urbana, nesses períodos gerenciais, foi resultante de propostas desencontradas para se estruturar a administração do território tombado, fossem elas refletidas nas poligonais de acautelamento, nas leis urbanas e nas portarias normativas. E essas propostas foram significativas, como foi evidenciado pelos inúmeros estudos conceituais referentes à forma urbana e ao seu gerenciamento. Tendo como exemplo o Inbi-Su, ele inaugurou uma interpretação sistêmica sobre a cidade, pelo órgão federal, cujos produtos resultantes ainda são de suma importância para balizarem investigações urbanas, como as evidenciadas aqui na pesquisa. No advento do Inceu, a morfologia urbana foi conceituada e proposta de

modo também sistêmico, mas com aportes subjetivos. Quanto à portaria de 2019, ademais, foram revelados atributos valorativos do sítio, segundo a interpretação técnica do Iphan, e por eles construídos os objetivos de preservação e suas diretrizes. Apesar do forte apelo em preservar o aspecto arquitetônico e paisagístico do conjunto (IPHAN, 2023), esvaziaram-se os estudos morfológicos, com a área tombada lida de modo partitivo e descontextualizado de seu todo urbano. Por essa razão, **como a cidade não foi interpretada como “paisagem cultural”, os métodos de inventário e seus aportes morfológicos se apresentaram inócuos, situação que pode se repetir com a aplicação da nova minuta de normativas**. Visto que seus parâmetros foram empregados para tratar aspectos específicos e vinculados diretamente ao seu espectro patrimonial, notadamente tangíveis (capítulo 4).

Logo, **a cidade de Diamantina precisa ser avaliada como uma paisagem cultural urbana**, bem como quaisquer outros agenciamentos urbanos, independente de possuir ou não atributo patrimonial, consolidado por lei. Quando interpretada como paisagem, o método de morfologia urbana se tornaria o mais básico instrumento para dissecá-la e analisá-la em seu processo urbano, sejam quais forem as escolas ou as linhas conceituais de morfologia em questão.

Isso se viu na pesquisa, ao se adotar o aporte das Escolas Inglesa e Italiana. A partir da Inglesa, avaliou-se a cidade por meio de sua estrutura urbana, de seu suporte geomorfológico e de seus três elementos de composição: plano urbano, tecido urbano, e uso e ocupação do solo. Componentes lidos por uma distribuição em períodos morfológicos de análise. Já o da Escola Italiana, apesar de pouco aprofundado, elucidou como o processo tipológico perpassou esses períodos analíticos.

Analisado à luz dos períodos gerenciais, fica evidente como esses métodos poderiam ainda ter sido incorporados às normativas de intervenção, mesmo para as contumazes avaliações interventivas em face de quadra, por se relacionarem muito mais ao todo urbano do que as diretrizes empregadas na portaria proposta.

- Por exemplo, a partir do aporte inglês, poderia ser propiciada uma leitura da cidade, com o mapa síntese do período mais recente de análise (como feito aqui na pesquisa – capítulo 2). Por ele seria possível estruturarem estudos envolvendo elementos

físicos e urbanísticos (vinculados ao período de formação de cada tecido) e, assim, avaliar propostas para a construção de posturas normativas de ocupação do solo urbano da área tombada associada às demais parcelas da urbe.

- Em relação ao aporte italiano, poder-se-ia propor a identificação dos tipos originais e básicos da cidade, os seus processos de modificação, as suas séries distribuídas pelos conjuntos e a composição dos tecidos desse território tombado. Assim seriam mapeados os tipos seriais e os respectivos tecidos resultantes dessa análise. Por meio disso, seria possível mapear zonas para receber parâmetros específicos, como a lei de uso e ocupação do solo, pois inter-relacionariam padrões de ocupação, tipos de edifício, pavimentações, equipamentos urbanos, áreas verdes, dentre outros. Essas zonas identificariam ainda áreas que demandariam proteção específica, por se relacionarem a regiões de risco geológico ou de vulnerabilidade ambiental, por exemplo. Seria a partir disso que poderiam ser desenvolvidas as portarias normativas, considerando os parâmetros de preservação e modificação edilícia ou de lotes conforme o contexto real desses elementos na área tombada.

Ao compreender esse núcleo acautelado como porção do todo de uma paisagem, considerações sobre trânsito, gabaritos de entorno, elementos de visibilidade na Serra dos Cristais entre outros poderiam ser avaliados de modo associativo, no qual parte e todo se inter-relacionam. Nesse sentido, as poligonais de entorno de bens tombados deveriam se dialogar com a postura urbana da cidade. Tendo como exemplo a poligonal de entorno da área tombada, com a setorização de tecidos homogêneos entre si e cruzando-os ao suporte físico, seria possível desenvolver um aparato normativo que atendesse tanto aos critérios de proteção da dita “ambiência” do conjunto tombado quanto àqueles específicos da área de entorno. Já que a poligonal agregaria não apenas elementos que impactassem na visibilidade, mas também aqueles que possuíssem inter-relação de escalas, de elementos compositivos ou até mesmo de desenvolvimento em um período cronológico (resguardando a interpretação histórica desse espaço urbano).

Por meio de uma lente ampliada, a construção dessas normativas poderiam se desenvolver junto a outras estratégias urbanas para permitir moradias populares e, assim, evitar desocupação e arruinamentos nas cidades. Bem como contribuir para

desacelerar perversos processos de gentrificação do espaço público, quando se adiciona o fator social nas decisões e leituras desse território. Ademais, possivelmente a ineficácia da portaria de Chancela da Paisagem Cultural, criada pelo Iphan em 2007, pode ter sua explicação ao tentar enrijecer, via aparato legal, a administração de um território considerado “paisagem cultural”. Ao se compreender que qualquer aglomerado urbano é uma paisagem cultural, percebe-se que o problema teria uma outra natureza: não averiguar a composição do processo urbano, ao se desenvolverem posturas legais para gerenciá-lo.

Como **toda cidade é uma paisagem cultural**, com ou sem atributo patrimonial, ela precisa receber instrumentos legais partitivos, que possam se dialogar com todas as suas facetas: uso e ocupação do solo, preservação de áreas de interesse histórico, acautelamento de celebrações e saberes, conservação de leitos hidrográficos etc. Legalmente, essa proteção já existe por meio do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, (ainda) restrito para cidades a partir de 20 mil habitantes, vide Estatuto das Cidades (BRASIL, 20001), dentre outros instrumentos legais.

Portanto, a solução não seria necessariamente criar mais um instrumento normativo, via “chancela da paisagem”, por exemplo, para se endossar a preservação de uma cidade, seja ela protegida por tombamento ou não. A cidade, de fato, precisa ser interpretada como uma paisagem. A partir disso, a morfologia urbana poderia ser empregada como método de interpretação, por meio da qual se desenvolveriam aportes legais ou portarias normativas.

Pela análise do todo urbano e de suas partes, ao longo de um decurso processual, sobre um substrato geomorfológico, seria possível estabelecer qualquer tipo de proteção legal, seja ele de caráter patrimonial, ambiental entre outros. Demais metodologias de análise e interpretação se agregariam a esse estudo, justamente para envidar o aporte legal, em todas as instâncias demandadas. Ainda assim, essas metodologias precisam estar incorporadas a um planejamento territorial urbano e associadas, inexoravelmente, ao plano diretor e à sua lei de uso e ocupação do solo.

Pensar Diamantina por meio de um dos seus atributos, como o do patrimônio cultural, não garantirá entendê-la por completo e, conseqüentemente, torna-se inviável qualquer proposta eficaz de gestão de seu solo urbano. A quebra desse

paradigma, ao se conceituar uma cidade, faz-se premente na elocubração de seu planejamento urbano. E, dentro desse viés, torna-se mais profícua a incorporação dessas políticas urbanas na contemporânea perspectiva da Recomendação HUL (UNESCO, 2011), possibilitando melhor integração e enquadramento de estratégias de conservação do patrimônio urbano frente aos objetivos mais abrangentes de desenvolvimento sustentável.

Em suma, retomando a hipótese defendida na introdução, a cidade não foi realmente interpretada como paisagem cultural, ao ser desconsiderado o modo pelo qual se formou a área urbana, sobre seu substrato físico, e como resultado de processos históricos e sociais nela impressos desde sua remota consolidação no século XVIII.

Como consequência, viu-se que as propostas metodológicas para a análise da forma urbana, e consequente elaboração de aparatos legais para a sua gestão, foram estabelecidas por meio de uma leitura distribuída pelos agentes legais em atuação no território, sem se relacionarem entre si e tampouco considerarem a cidade de modo holístico.

Até mesmo os aportes morfológicos, introduzidos principalmente por arquitetos e urbanistas, com formação profissional que incorporam tais discussões, foram adotados visando atender a aspectos específicos da cidade. Muitas vezes vinculados ao arcabouço arquitetônico, desprovidos da leitura do todo urbano, desconsiderando as dinâmicas territoriais para fora da área tombada. Por outro lado, políticas urbanas realizadas para as áreas periféricas pareciam ignorar a poligonal acautelada, com frágeis considerações sobre entorno ou relacionadas a interconexões com o setor protegido pelo Iphan.

É por essa razão que as abordagens de Morfologia Urbana, quando existentes - mesmo que de forma desfragmentada e desprovidas de profundo arcabouço conceitual, desenvolveram-se desassociadas da leitura da cidade como Paisagem Cultural. Ela foi considerada dentro de aspectos setorizados, desprovidos de uma integração legal e política, e sem contar que desconsiderou o papel relevante de aspectos físicos no desenvolvimento dessa urbe, como é

visto no caso de se tratar a Serra dos Cristais como um elemento de “moldura” envoltória da cidade.

A pesquisa, contudo, cumpriu seu objetivo ao introduzir a abordagem morfológica na avaliação da paisagem cultural de Diamantina. A convergência da macro-estrutura da Escola Inglesa com a escala tipológica do edifício da Italiana permitiu adaptá-la ao estudo do processo de formação de Diamantina, desde o seu contexto como antigo Arraial do Tijuco. Mesmo que não aplicadas com a completude desses métodos, em seu contexto mais amplo, elas se estruturaram a partir de uma síntese analítica multiescalar, que permitiu compreender a cidade e seu desenvolvimento pelos seus seis períodos morfológicos.

Um outro aspecto de destaque da investigação se tratou do estudo da paisagem urbana de Diamantina, ao longo dos seis períodos morfológicos, incorporando avaliações tridimensionais da cidade sobre seu suporte físico. Para se compreender a sua paisagem cultural, a análise precisou ser realizada tridimensionalmente, para assim se avaliarem as acomodações físicas de suas inovações e composições urbanas sobre seu suporte natural. Esse fato possibilitou com que a pesquisa percorresse caminhos analíticos extrapolando o caráter bidimensional da análise cartográfica, aspecto mais comum de abordagem nos métodos morfológicos das escolas supraditas.

Foi por meio desse estudo que se estruturaram as análises sobre como se desenrolaram as 3 fases de gestão do território urbano, desde o tombamento da cidade, junto à adoção dos aportes que se aproximaram da abordagem morfológica. Isso para demonstrar que a gestão da cidade tem se desenvolvido ainda focada em análises de partes em detrimento do todo.

O conceito de “paisagem cultural”, que poderia nortear a interpretação dessa urbe, não é aplicado (entendendo o todo urbano, sobre seu suporte físico e associados aos aspectos culturais que o compõem) e da mesma maneira não se adotou de modo enfático abordagens morfológicas (como as análogas àquelas explicitadas aqui, por meio da interpretação física de seus edifícios,

tecidos e plano urbano,) para garantir aparatos legais mais precisos e correspondentes ao que é essa paisagem cultural de Diamantina.

O conceito de “paisagem cultural” tem grande potencial para nortear a interpretação dessa urbe, ao ser aplicada a partir da compreensão do todo urbano, desenvolvido sobre seu suporte físico e associado aos aspectos culturais que o compõem. Da mesma forma, a adoção enfática das abordagens morfológicas, como as análogas àquelas explicitadas aqui (por meio da interpretação física de seus edifícios, de seus tecidos e do plano urbano), pode ser vista como uma estratégia válida para se intentar a interpretação da cidade como paisagem e, assim, garantir aparatos legais mais precisos e correspondentes à compleição física e paisagística de Diamantina.

Eis, enfim, as considerações dessa pesquisa acadêmica e que podem ser aplicadas não só em Diamantina, mas em qualquer território urbano, sejam eles acautelados ou não. Dessa forma, apresenta-se a possibilidade de um novo caminho para se gerenciarem as cidades compreendendo-as como paisagens culturais e humanas.

E Diamantina pode ser assim interpretada e respeitada como tal.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: ed. Mestre Jou.1962.
- ABRANTES, Andreza Rigo. **Tecnologias digitais como instrumentos de preservação do patrimônio urbano edificado**. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**: volume I – A a I. São Paulo: ProEditores, 1998a. I-X, 316 p. il.
- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**: volume II – J a Z. São Paulo: ProEditores, 1998b. I-X, 356 p. il.
- ALMEIDA, Herbert. **Curso Regular de Direito Administrativo**. Estratégia Concursos, 2018.
- ALVARENGA, Carlos José de Souza. **Glossário Geológico**. 2008. Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/unidadelitoestratigrafica.htm>. Acesso em: 25 fev. 2022.
- ALVES, Érica de Paula. **Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- ANASTASSAKIS, Zoy. **A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan**. p. 65-77. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, Brasília, 2017.
- ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA (AEAD). Caixa 220, Maço 10. **Carta de Dom Joaquim Silvério Souza endereçada ao Sr. Negrão de Lima**, 1925.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (NORONHA SANTOS). M0G0. **Marcação da área tombada**, 25/10/1966.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (NORONHA SANTOS). **INBI-SU**. Caixa 17. Mapeamento indicando ruas (cor verde) e casas (cor vermelha) existentes de acordo com cartografia de 1784. S/d.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (NORONHA SANTOS). **INBI-SU**. Caixa 17. Mapa com Propostas para a delimitação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Diamantina. S/d.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (NORONHA SANTOS). **INBI-SU**. Caixa 18. Proposta para a realização do inventário na área urbana de Diamantina. 23/03/1998. 5 p.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (NORONHA SANTOS). **INBI-SU**. Caixa 18. Análise crítica dos inventários – exemplo Diamantina. 08/1999. 14 p.

ARQUIVO DA CASA DOS CONTOS (Ouro Preto). **Décimas prediais do Arraial do Tejuco (1810 a 1831).**

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). Caixa intitulada: **Centro Histórico de Diamantina.** Estudo (1) para a delimitação do perímetro de entorno. S/d.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). Caixa intitulada: **Centro Histórico de Diamantina.** Estudo (2) para a delimitação do perímetro de entorno. S/d.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). Caixa intitulada: **Material para Dossiê de Inscrição de Diamantina na Lista de Patrimônio Mundial -1998.** “Nota sobre Diamantina” do Sr. Jean-Pierre Halévy. 1997.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). **Planta do distrito sede de Diamantina,** base cartográfica da CEMIG, 1999.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). **Planta do distrito sede de Diamantina,** base cartográfica da Prefeitura Municipal de Diamantina, 2006.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). **Planta do município de Diamantina em 1938,** elaborado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). **Processos de Licenciamentos e de Autuações em Diamantina/MG.** Acondicionados no Arquivo do Escritório Técnico I do IPHAN. Diamantina, 1980-2018.

ARQUIVO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DE DIAMANTINA (AETD). **Proposta do limite da UNESCO,** com redefinição do perímetro do IPHAN. 1999.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais existentes no arquivo histórico ultramarino.** Lisboa, s/d.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Relação de todos os habitantes da Demarcação Diamantina.** Arraial do Tejuco, 1775.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Requerimento de Teresa de Jesus Perpétua, residente nas Minas, Bispado de Mariana, pedindo licença para erigir uma capela com o orago de Nossa Senhora da Luz, nos subúrbios do arraial do Tejuco, para o que oferece competente patrimônio.** Arraial do Tejuco, 1802. AHU-Minas Gerais, cx. 165, doc. 68.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050.** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Brasília, 2015. 162 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724.** Informação e documentação, trabalhos acadêmicos e apresentação. Brasília, 2011. 15p. Disponível em:

http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/NBR_14724_atualizada_a_br_2011.pdf. Acesso: 17 ago. 2023.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967 a 1979**. p. 45-63. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, Brasília, 2017.

BAHIA, Cláudio Lister Marques. **Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira**. Disponível em: http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514091138.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

BAKER, N. J.; SLATER, T. R. **Morphological regions in English medieval towns**. In Whitehand, J. W. R.; LARKHAM, P. J. (eds.). *Urban Landscapes: international perspectives*. Ed. Routledge, London, 1992, p. 43-68.

BARKE, Michael. **Urban landscape regions and conservation: new approaches and problems in Atequera, Málaga Province, Spain**. *Urban Morphology*, 2003, edição n. 7, p. 3-13.

BARROS FILHO, Edilson Borges de. **Contribuição da Recomendação HUL para o Agenciamento Urbano de Tiradentes/MG**. 6º Seminário Iber-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2019.

BARROS FILHO, Edilson Borges de. **Urbs Adamantina: da Gestão à Preservação**. Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018.

BANDARIN, Francesco; RODERS, Ana Pereira. **Reshaping Urban Conservation**. Springer Nature Singapore Pte Ltda. Singapore, 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL PORTUGUESA. **Mapa da Demarcação de Diamantina**. Disponível em: https://purl.pt/22667/2/cc-1916-a_JPG/cc-1916-a_JPG_24-C-R0150/cc-1916-a_0001_est_t24-C-R0150.jpg. Acesso em: 3 de mar. 2023.

BLEY, Lineu. **Morretes: um estudo de paisagem valorizada**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 215 f. 1990.

BORSAGLI, Alessandro. **O Distrito Diamantino: 1734-1821**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-distrito-diamantino-1734-1821/35586/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Breve História da Terra**. 3 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Canal-Escola/Breve-Historia-da-Terra-1094.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004 [1963].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018. Acesso em: 11 set. 2021.

BRASIL. **Curso de reabilitação urbana com foco em áreas centrais**. Brasília, 2018. Disponível em: www.capacidades.gov.br. Acesso em 14 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispões sobre a organização da Administração Federal. Rio de Janeiro, 1967.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.105, de 16 de março de 2015**. Revoga o art. 22 do Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9784.htm. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamento arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera os dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informação e Indicadores de Cultura – SNIIC e dá outras providências.

BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Seção 1. Nº 83. ISSN 1677-7042. p. 17. Brasília, 30 de abril de 2009.

BRASIL. **Portaria nº 978, de 26 de julho de 2012**. Dispõe sobre o reconhecimento de cursos de pós-graduação “strictu sensu.”. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/1_1-Portaria_MEC_978-26_07_2012.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. **Um breve histórico do planejamento urbano do Brasil**. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_12285abtigo_hist_plan_by_pdf_artigo_hist_plan_BR.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRESCIA, Marco. **Catalogue des orgues baroques au Brésil: architecture et décoration**. Dissertação de Mestrado, Sorbonne-Paris IV, 2008.

BURTON, Richard Francis. **Viagem de Cano de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976 [1886].

CALABRE, Lia. **O serviço do patrimônio artístico nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas do Brasil**. p. 33-43. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, Brasília, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre Patrimônio Cultural**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology: interpreting basic building**. Firenze, Alinea Editrice srl. 2001.

CARRARA, Ângelo Alves. **A real fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto**. Volume 1. Mariana, 2003.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural**, São Arquitextos Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. **Saverio Muratori and the Italian school of planning typology**. Urban Morphology, 2002, ed. 6, p. 3-14.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Ed. Annablume. 2009, 380 p.

CERQUEIRA, Letícia Mourão. **Patrimônio Cultural, Políticas Urbanas e de Preservação: os casos de Diamantina e Tiradentes – MG**. 398 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano - Artes de Fazer**. Petrópolis: ed. Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Edição Estação Liberdade, São Paulo, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. 1998. Tese (Doutorado em História Social das Idéias), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, Brasília, 2017.

CODEMIG. **Mapa Geológico da Folha Diamantina/MG**. 2012. Disponível em: <http://www.portalgeologia.com.br/index.php/mapa/#col-form-download-tab>. Acesso em: 25 fev. 2022.

COLLOT, Michel. **Points de Vue sur la perception des paysages**. L'espace géographique, juillet/septembre 1986, Vol. 15, N. 3, pp 211-217.

CORREA, José de Anchieta. **Extrato de Palestra**. Belo Horizonte, anotações, 1988.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland**: a study in town-plan analysis. Institute of British Geographers Publication 27 (second edition) Londres: Institute of British Geographers. [1960] 1969.

CONZEN, M. R. G. **Thinking about Urban Form**: papers on urban morphology, 1932-1998. Londres: Peter Lang Pub Inc. 2004.

CONZEN, M. R. G; WHITEHAND, J. W. R. **The urban landscape**: historical development and management. Toronto: academic press, 1981.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA (CIAM). **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Burra**. Burra, 1980. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Washington, 1987**. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Critérios para a conservação do patrimônio arquitetônico do século XX, documento de Madrid 2011**. Madrid, junho de 2011.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Conferência sobre autenticidade em relação à conservação do Patrimônio Mundial**. Nara, 1994. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Declaração de Québec**. Québec, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **ICOMOS Brasil, 2008**. Disponível em: <https://www.icomos.org.br/estrutura-kmg2c#:~:text=O%20ICOMOS%2C%20o%20Conselho%20Internacional,monumentos%2C%20centros%20urbanos%20e%20s%C3%ADTIOS>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Recomendação de Nairobi relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos. Nairobi, 1976**. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS. **Instrução Técnica nº 35, de 17 de julho de 2017 – 2ª Edição**. Segurança contra incêndio em edificações que compõem o patrimônio cultural. Belo Horizonte, 2017.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O programa de cidades históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. Dissertação de mestrado, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo de Brasília. Brasília, 2012.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2007.

COSTA, Antônio Gilberto; FURTADO, Júnia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald. SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. **Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. Ed. Empresa das Artes. São Paulo, 1995.

COUTO, Soter. **Vultos e Fatos de Diamantina**. Diamantina, 2002.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. [1959] Lisboa: Edições 70, 1996. Disponível em: <https://estudanteuma.files.wordpress.com/2015/05/cullen-gordon-paisagem-urbana.pdf>.

CURY, Isabelleb (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. **Diamantina: uma evolução urbana original**. Revista Barroco. Belo Horizonte. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. 1993/6. Nº17. p. 227-30.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. **Preservação urbana em Diamantina**: aspectos teóricos e a prática institucional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA/FAU, 1995.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli e FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. **Documentos cartoriais da cidade de Diamantina**: subsídios para uma visão sócio-cultural e urbana, século XIX. In: Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de pesquisa Histórica. Porto Alegre: SBPH, 1992. p.125-131.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro; SOUZA, Pedro Augusto Queiroz de; ROSSIN, Maria Silva; CHAVES, Thamires Augusto de Barros; CARNEIRO, Ana Rita Sá. **Uma possibilidade de paisagem na prática do IPHAN à luz da experiência de Gustavo Giovannoni**. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 32, n. 47, 2021.

DELPOUX, Marcel. **Ecosystème et Paysage**. Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest. Tome 43, fasc. 2, pp. 157-174. Toulouse, 1972.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil Colônia**: planejamento espacial e social no Século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997 [1979].

DEMARTINI, Juliana. **Apresentação: A apreensão da forma da cidade, Kohlsdorf**. Florianópolis: Programa de pós-graduação em Arquitetura na UFSC, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 383, de 20 de agosto de 2013**. Seção 1. Nº 162. ISSN 1677-7042. p. 5. Brasília, 20 de agosto de 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Regimento Interno do IPHAN**. Seção 1. Nº 131. ISSN 1677-7042. p.6-18. Brasília, 9 de julho de 2012.

DUTRA, Lúcia Sampaio Alho. **Obrigação de manutenção do bem tombado diante da hipossuficiência do proprietário**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018.

DUSSIN et al. **Supergrupo Espinhaço**: modelo de evolução geodinâmica. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/EdilsonBorges/Downloads/11518-Article%20Text-30833-1-10-20181207.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ECOLIBRA. **Plano de Manejo**: área de proteção ambiental da Serra dos Cristais. Volumes I, II e III. Diamantina, janeiro de 2020.

ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. **The Cultural Landscape**. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 3-9.

ESTADO DE MINAS (EM). **Diamantina foi influência para que o arquiteto e urbanista projetasse Brasília**. Belo Horizonte, 05/04/2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/04/05/interna_gerais,515766/diamantina-foi-influencia-para-que-o-arquiteto-e-urbanista-projetasse-brasil.html. Acesso em: 30 jun. 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS PAISAGISTAS (IFLA). **Carta da Paisagem das Américas**. Cidade do México, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <http://www.abap.org.br/abap/wp-content/uploads/2021/09/CARTA-DA-PAISAGEM-DAS-AMERICAS.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FORMAN, Richard; GODRON, Michel. **Landscape ecology**. Nova York: Wiley, 1986.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas del Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2011, 732 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rido de Janeiro: ed. UFRJ, 1997, 316 p.

FURTADO, Júnia F. **O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo, Annablume, 1996.

FRANÇA, Elisabeth. **Os planejadores urbanos e a periferia**. 04 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.esquina.net.br/2018/06/04/os-planejadores-urbanos-e-a-periferia/>. Acesso em 07 de junho de 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Maia and Schmidt, Rio de Janeiro, 1933.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil**. London, 1846.

GEDDES, Patrick. **Cidades em Evolução**. Tradução Maria J. Ferreira de Castilho. Campinas: Papyrus, 1994.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_ramais/diamantina.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova**. Unione Tipografico-Editrice torinese, Torino, 1931.

GODOY, Pedro Pinto. **Território “Rio Grande”, Diamantina/MG: ocupação histórica, uso e estado ecológico**. Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 19 – Ano X – 05/2021 Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2021/05/Alex.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2023.

GOMES, Daniele Gonçalves. **As ordens terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875)**. Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH. Maringá, 2009.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado (1938-1967)**. 2010. 216f. Tese

(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP, 2010.

GU, Kai. **Urban morphological regions and urban landscape management: the case of central Auckland, New Zealand.** *Urban Design International*, n. 15, 2010, p. 148-164.

GUERREIRO, Ana. **Inventário de Configurações do Centro Histórico de Manaus** - uma leitura crítica sobre a análise no nível da percepção visual no Sítio Histórico de Manaus. IPHAN, 1º SR AM/RR. Manaus, 2006.

GUIA, George Alex da. **Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID.** 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. UNB, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

HUMBOLDT, Alexander von. **Cosmos: essai d'une description physique du monde.** (Traduction de M. H. Faye). Première partie (Vol. 1). Milan: Charles Turati, 1846.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da Fenomenologia.** Lisboa: Edições 70, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diamantina.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama>. Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diamantina.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/diamantina.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nova proposta de classificação territorial mostra um Brasil menos urbano. 2012.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Diamantina em 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IEDS). **VI Colóquio Ibero Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto.** Universidade Federal de Belo Horizonte: 11 a 15 de setembro, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L2V_2jeo3-g&list=PL9A7KRcOg-z1NK_D4LX7bHVGjhDfYf10l&index=3. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Geologia Geral: uma revista da Turma 63.** São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://igc.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/Revista-elaborada-pelos-estudantes-do-atual-segundo-ano-do-curso-de-Geologia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê Diamantina Patrimônio da Humanidade**. Anexos 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9. Diamantina, 1999a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Brasília, 2006a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Edital de Seleção Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Edital_de_Selecao_do_Mestrado_Profissional2016.pdf. Acesso em: 18 abr. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Edital de tomada de preços nº 24/2014**. Contratação de pessoa jurídica específica para realizar a 1ª fase dos serviços destinados à elaboração de portarias de normatização IPHAN para os Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos em Minas Gerais, tombados em nível federal, representados por Escritórios Técnicos locais: Diamantina, Congonhas, Mariana, São João del Rey, Tiradentes e Serro. Belo Horizonte, 2014a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Edital de tomada de preços nº 02/2015**. Contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração do Plano de Manejo de Unidade de Conservação (UC) a ser criada na Serra dos Cristais, Distrito Sede do Município de Diamantina, MG. Belo Horizonte, 2015a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Escopo das normas de preservação de sítios urbanos tombados pelo IPHAN**. Brasília, 2006b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Estudo de Setorizações e Parâmetros Normativos para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico Tombado em Diamantina**. Processo SEI nº 01514.001288/2018-40. Brasília, 2018a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Formulário de inscrição de Diamantina na Lista de Patrimônio Mundial**. Brasília, 1999b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Brasília, 2001a. 128 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **INBI-SU Diamantina/MG: Inventário nacional de bens imóveis - sítios urbanos tombados**. Diamantina, 1999c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, 2012a. 375 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução nº 01/82**. Normas a serem observadas para aprovação de projetos para a área da Vila Santa Isabel. Diamantina, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução nº 02/86**. Normas a serem observadas para aprovação de projetos para a área da Vila Santa Isabel. Diamantina, 1986a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução Normativa nº 001/2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, 2015b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Inventário Nacional de Bens Imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento, versão 2001**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Departamento de Identificação e Documentação, 2001b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual de aplicação do Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU**. Brasília, 2001c, 107 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual de usuário Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://plan-eval.com/repositorio/arquivo/projeto/Manual%20SICG.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Minuta de Portaria, abril de 2012**. Estabelece normas para instalação de Equipamentos de Publicidade e Propaganda nos Conjuntos Protegidos em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Minuta de Portaria com diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina (MG)**. Processo SEI nº 01514.000884/2019-93. Brasília, 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Minuta de Portaria comentada, com diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina (MG)**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_Diamantina_MinutacomentadailustradaCP_compressed.pdf. Acesso em: 16 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos**. Brasília: IPHAN, 2014b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Normatização de Cidades Históricas**. Orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, 2010a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Orientações técnicas de pintura de imóveis na área tombada de Diamantina**. Escritório Técnico de Diamantina: IPHAN, 2017a.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Orientações técnicas sobre o Calçamento do Centro Histórico**. Escritório Técnico de Diamantina: IPHAN, 2010b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Parecer s. nº, 2000**. Análise referente a uma obra interventiva em imóvel à rua da Quitanda. IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Parecer n. 12/2023/PFIPHAN/PGF/AGU**. Análise jurídica da Minuta de Portaria para a normatização do Conjunto Urbanístico de Diamantina/MG. Brasília, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Mundial: fundamentos para seu reconhecimento**. Brasília, DF. 2008a. 80 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 10, de 10 de setembro de 1986 (revogada)**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pela SPHAN ou nas áreas dos respectivos entornos. Brasília, 1986b. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_10_de_10_de_setembro_d_e_1986.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986**. Dispõe sobre a instauração do processo de tombamento. Brasília, 1986c. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 22, de 1991**. Dispõe sobre as equipes responsáveis pela análise de projetos em regiões mineiras. Belo Horizonte, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 12 de 2002**. Trata da delimitação e normas de intervenção urbana-arquitetônica para o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Diamantina e seu entorno. Belo Horizonte, 2002. 80 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 187, de 11 de junho de 2010**. Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. Brasília, 2010c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016.** Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PINPI. Brasília, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maios_de_2016.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 42, de 24 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a alteração da poligonal de entorno e a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para as áreas de tombamento e de entorno do sítio denominado "Conjunto Arquitetônico constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e bens edificados que a envolvem", situado no município de Corumbá de Goiás, estado de Goiás (GO), bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2021/portaria-gab-iphan-iphan-no-42-de-24-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 20 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 299 de 6 de julho de 2004.** Dispõe sobre a criação do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano. Brasília, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 312, de 12 de outubro de 2010.** Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Brasília, 2010d.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília, 2018b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Brasília, 2010e

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Primeiro Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.** Brasília, 2010f. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/I_Forum%20Nac%20Patrimonio%20Cultural%202009%20_Sintese%20Preliminar.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo administrativo n. 01514.000884/2019.** Minuta de Portaria que dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área contida na poligonal de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, situado no estado de Minas Gerais (MG), bem objeto de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Brasília, 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo nº 64-T-38**. Trata do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina, Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1938.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo nº 72-T-63**. Trata do tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ambas em Berilo-MG, com respectivas imaginárias e alfaias. Rio de Janeiro, 1963.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo nº 1552/2008**. Processo de tombamento do Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, Cidade Baixa, Salvador, Bahia. Brasília, 2008b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Processo SEI 01514.000884/2019-93. Ficha M201 de Pré-setorização do Conjunto Urbanístico da cidade de Diamantina/MG**. Belo Horizonte, 2017b. Fonte: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?il3OtHvPArlTY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0laDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWWlqQ1kDeERI02QIQhWuZtIbV2O-XHXIFhJpDrE8gGXTD0f. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Projeto Básico / Diamantina**. Contratação de serviços de terceiros – 3º completo, pessoa física. Diamantina, 1999d.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Projeto Básico para a Elaboração de Normatização de Centros e Bens Protegidos e seus Entornos**. Belo Horizonte, 2014b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Projeto de Requalificação do Largo Dom João**. Diamantina, 2015b.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Proposition D'inscription de Diamantina sur la Liste du Patrimoine Mondial**. Brasília, 1999e. 217 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Proposta de Normas de Preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN, Diamantina (Minas Gerais)**. Diamantina, 2018c.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Proposta Preliminar da Política Nacional do Patrimônio Cultural**. Brasília, 2015c. 39 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **IPHAN 1937 - 2017**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35. Rio de Janeiro, 2017c.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS (IEF/MG). **Parque Estadual do Biribiri**. Disponível em: <http://ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/1753-parque-estadual-do-biribiri>. Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural**. Dispõe sobre as normas relativas ao Critério Patrimônio Cultural, para o exercício de 2018 e consecutivos. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Dossiê de tombamento do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, município de Diamantina**. Belo Horizonte, 2001.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Relação de Bens protegidos por Registro de Bens Imateriais e pelos Municípios (apresentados ao ICMS Cultural)**. Belo Horizonte, Exercício 2023.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Lucas Mayerhofer**. Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/Lucas%20Mayerhofer.html>. Acesso em: 4 nov. 2022.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos** (a Geografia humana anglo-americana desde 1945). São Paulo: Difel, 1986.

JORNAL DA UNICAMP. **Dissertação analisa o lugar do Clube da Esquina na linha evolutiva da MPB**. 2012. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/ju/530/dissertacao-analisa-o-lugar-do-clube-da-esquina-na-linha-evolutiva-da-mpb#:~:text=A%20primeira%20destacada%20pela%20pesquisadora,\)%20Milton%20Nascimento%20\(1969\)](https://www.unicamp.br/unicamp/ju/530/dissertacao-analisa-o-lugar-do-clube-da-esquina-na-linha-evolutiva-da-mpb#:~:text=A%20primeira%20destacada%20pela%20pesquisadora,)%20Milton%20Nascimento%20(1969).). Acesso em: 17 mar. 2023.

KNAUER, Luiz Guilherme. **O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais: considerações sobre sua estratigrafia e seu arranjo estrutural**. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/EdilsonBorges/Downloads/11634-Article%20Text-30949-1-10-20181207.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora EdUNB, 1996.

KUCHLE, Juliano. **Análise Tectono-estratigráfica de Bacias Rifte**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56340/000859594.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Tableau Geographique de la France**. Paris, 1903.

LARKHAM, Peter.J; JONES, A.N. **A glossary of urban form Institute of British Geographers Historical Geography Research**. Series 26 (GeoBooks, Norwich). 1991.

LARKHAM, Peter. J. **The study of urban form in Great Britain**. Artigo publicado na revista Urban Morphology. 2006. 10. 117-41.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Fundação Editora da Unesp, São Paulo, 1998.

LE ROBERT. **Dictionnaire de la Langue Française**. Verbetes: *paysage*. Paris, 2006.

LEAL, A. **Construções históricas do Corredor Cultural do Rio estão em ruínas**. O Globo, Rio de Janeiro, 27/10/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/construcoes-historicas-do-corredor-cultural-do-centro-do-rio-estao-em-ruinas-24045133>. Acesso em: 27 abr. 2021.

LOURENÇO, Claudinei. **Paisagem no Kosmos de Humboldt**. FFLCH-USP, 2002.

LOWENTHAL, David. **Past Time, Present Place**: Landscape and Memory. *Geographical Review*, Vol. 65, N. 1, pp. 1-36, 1975.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Edições 70, Ltda. Lisboa, [1960] 1989.

MACEDO, Silvio Soares. **Espaços Livres**. Paisagem e Ambiente, Ensaios n. 7. São Paulo, p. 15-56, junho de 1995.

MACEDO, Silvio Soares. **Sessão Temática: Paisagem Urbana e Sistema de Espaços Livres**. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, julho de 2016.

MACHADO, Sandra. **Corredor Cultural Preserva a Memória do Rio**. 2015. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/993-mapa>. Acesso em: 5 set. 2021.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina**. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1944].

MAGNANI, Maria Claudia Almeida Orlando. **O hospício de Diamantina – 1889 – 1906**. Dissertação (Mestrado do curso de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ). Rio de Janeiro, 2004.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Ambiente, Espaço, Paisagem**. Paisagem Ambiente: ensaios – n. 21. São Paulo, p. 237-244, 2006a.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaço Livre – Objeto de Trabalho**. Paisagem Ambiente: ensaios – n. 21. São Paulo, p. 175-198, 2006b.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breve história de Diamantina**. Diamantina: Gráfica Urgente, 1996.

MARZOT, Nicola. **The study of urban form in Italy**. *Urban Morphology*, 2002, ed. 6, p. 59-73.

MATOS, Luciana Ferreira. **Estação da memória**: um estudo das entidades de preservação ferroviária do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

MAWE, John. **Viagem ao interior do Brasil**. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978 [1810].

McHARG, Ian L. **Design with Nature**. New York, American Museum of Natural History, 1971.

MERLEAU - PONTY, Maurice. **Phénoménologie de la Perception**. Paris: ed. PUF, 1945.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo. **Conhecer para respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina**. Guia de consulta. Diamantina: Ed. UFVJM, 2011.

METAAL, Stefan. **Gentrification, an Overview**. Gentrification. Flows and Counter-Flows. OASE, (73), 7–28. 2007. Disponível em: <https://www.oasejournal.nl/en/Issues/73/GentrificationAnOverview#007>. Acesso em: 24 set. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.850, de 28 de dezembro de 2011**. Contém o estatuto do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45850&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 25 out. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971**. Autoriza o poder executivo a instituir, sob forma de fundação, o instituto estadual do patrimônio histórico e artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências. Belo Horizonte, 1971. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1971&num=5775&tipo=LEI>. Acesso em: 24 out. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1994. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11726&ano=1994>. Acesso em: 25 out. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/lei-18030-2009.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 970, de 12 de maio de 1971**. Aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Ministério da Educação e da Cultura destinado à preservação do patrimônio histórico e artístico do Estado. Belo Horizonte, 1971. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=970&ano=1971&tipo=RAL>. Acesso em: 25 out. 2017.

MINISTÈRE DE LA CULTURE / FRANCE (MLC). **Les Secteurs Sauvegardés**. Paris, 1996.

MORAIS, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.** Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Graça. **Requalificação urbana – alguns conceitos básicos.** 2007. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>. Acesso em 15 de março de 2021.

MOTTA, Lia. **A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 222, p. 108-122, 1987.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Annalucia. **Entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Danieli Veleda; SIMÕES, Christian da Silva. **A evolução histórica do conceito de paisagem.** Ambiente e Educação. Volume 15, p. 179-185. 2010.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. **A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo.** 2006. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228/6675>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História.** São Paulo - Brasília: ed. Martins Fontes / Ed. UnB, 1982.

MURATORI, Saverio. **Studi per una Operante Sotria Urbana de Venezia.** Roma: Instituto Poligraphico dello Stato, 1959.

MURATORI, Saverio. **Vita e storia della città.** Rassegna critica di Architettura 11-12, 3-52. Roma, 1951.

NASCIMENTO, Milton; BRANDT, Fernando. **Beco do Mota.** Rio de Janeiro: Odeon Fonográfica, Industrial e Eletrônica S.A. 1969. Disco de vinil.

NUNES, Pedro dos Reis. **Dicionário de tecnologia jurídica.** Imprensa: Rio de Janeiro, 1990.

OLIVEIRA, Livia de. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa.** Rio Claro: UNESP, Departamento de Geografia, Tese de Livre Docência. 1977.

OLIVEIRA, Vitor; MONTEIRO, Cláudia. CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: análise do plano de cidade.** Tradução. Porto: Urban Forms, 2022.

OLIVEIRA, Vitor. **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros.** Porto: Urban Forms, 2018,

OLIVEIRA, Vitor. **The concept of the morphological region: developments and prospects.** Urban Morphology, n. 24, 2020, p. 35-52.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Centre historique de la ville de Diamantina.** 1999. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/890/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conference for the Establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, held at the Institute of Civil Engineers, London, from the 1st to the 16th November, 1945.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-8b821e24-0d1e-4922-978d-f94c82a2f61e>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) e IPHAN. **Manual de Referência do Patrimônio Mundial.** Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial. Brasília, 2013a. 136 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Patrimônio Mundial no Brasil.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>. Acesso em: 13 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica.** Paris, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **The HUL Guidebook: managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments.** Austria, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Termo de Referência nº SA-2308/2013.** Contratação de serviços técnicos especializados para a análise de documentos pertinentes ao acompanhamento e execução das ações do PAC Cidades Históricas nas cidades de Diamantina e Serro/MG. Brasília, 2013b.

PAISAGEM. *In: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* Curitiba, 2022.

PALIMPSESTO. *In: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa.* Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/palimpsesto>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PALIMPSESTO. *In: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* Curitiba, 2022.

PANERAI, P. et al. **Elements d'analyse urbaine.** Bruxelas: Éditions Archives d'Architecture Moderne, 1980.

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativo na América Portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Curitiba, 2007.

PEREIRA, Danilo Celso. **Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga. **A sincronicidade nas Escolas de Morfologia Urbana e os seus paradigmas sociais**. Relatório final de Pesquisa. Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **Fundamentos da Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **The study of urban form in Brazil**. 2014.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; SALGADO, Marina (2020). **A investigação da forma urbana em Minas Gerais, Brasil**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20200095>. Acesso em: 07 jun. 2022.

PESSÔA, José Simões de Belmont. **Forma urbana no Brasil: uma amostragem de casostipo**. Artigo publicado na Colectânea de Estudos, Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Lisboa, CNCDP, 1998.

PESTANA, Til Costa. **Diamantina**. Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português. Lisboa, 2001.

PIAGET, Jean. **Les Mécanifs Perceptifs**. Paris: ed, PUF. 1971.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930**. p. 13-31. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 35, Brasília, 2017.

PORTAL IPHAN. **Bens culturais registrados**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PORTAL IPHAN. **Carta de Petrópolis. Petrópolis, 1987**. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Carta de Nova Olinda. Nova Olinda, 2009**. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Carta de Veneza. Veneza, 1964**. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Compromisso de Brasília. Brasília, 1970.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Declaração de Amsterdã. Amsterdã, 1975.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Fiscalis do Iphan permite agilidade nas ações de preservação de bens tombados.** Brasília, 10 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3587/sistema-de-fiscalizacao-do-iphan-permite-agilidade-nas-acoes-de-preservacao-de-bens-tombados>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PORTAL IPHAN. **Normas de Quito. Quito, 1967.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **PAC Cidades Históricas.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br>. Acesso em: 9 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Paisagem Cultural.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/899>. Acesso em: 3 nov. 2023.

PORTAL IPHAN. **Programa das Cidades Históricas (PCH).** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Programa Revive: Cooperação internacional promove Patrimônio Cultural e Turismo.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promove-patrimonio-cultural-e-turismo>. Acesso em: 2 jun. 2021.

PORTAL IPHAN. **Programa Sentidos Urbanos recebe homenagem por suas ações pelo patrimônio em Ouro Preto-MG.** 14 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1225/programa-sentidos-urbanos-recebe-homenagem-por-suas-acoes-pelo-patrimonio-em-ouro-preto-mg>. Acesso em: 24 mar. 2023.

PORTAL IPHAN. **Recomendação Europa. Paris, 1995.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>. Acesso: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **Recomendação de Paris. Paris, 2003.** Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

PORTAL IPHAN. **O SEI!** Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1431>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Decreto-lei nº 52, de 21 de outubro de 1938**. Delimita a “zona histórica” da sede do município de Diamantina. Diamantina, 1938.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Dossiê de Tombamento da Estação Ferroviária de Conselheiro Mata**. Diamantina, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Legislação municipal de Diamantina**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/diamantina>. Acesso em: 2 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei de 30 de junho de 1925**. Autoriza a desapropriação de casas na travessa do Carmo. Diamantina, 1925.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei nº 69 de 31 de outubro de 1949**. Delimita o perímetro sobre o que recai nesta cidade de Diamantina a proteção de que fala o decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e dá outras providências. Diamantina, 1949.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei n. 131 de 13 de fevereiro de 1902**. Diamantina, 1902.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei nº 2.824, de 25 de março de 2003**. Estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural do município de Diamantina e seu respectivo procedimento. Diamantina, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei nº 3.077, 30 de dezembro de 2005**. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Diamantina. Diamantina, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei nº 3.781, de 12 de julho de 2013**. Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm. Acesso em: 4 jun. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 9, de 23 de dezembro de 1993**. Institui o Código de Posturas do Município de Diamantina-MG e dá outras providências. Diamantina, 1993. Disponível em: http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/codigo_postura.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 35, de 28 de setembro de 1999**. Institui o plano diretor e estabelece normas e condições para parcelamento, uso e ocupação do solo do distrito sede do município de Diamantina. Diamantina, 1999a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar n. 50 de 02 de agosto de 2002**. Diamantina, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 100, de 30 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o código de obras e edificações no município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 101, de 18 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no município de Diamantina. Diamantina, 2011b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 102, de 30 de dezembro de 2011**. Estabelece normas gerais para o parcelamento do solo urbano no município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 103, de 30 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2011d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 133, de 7 de julho de 2016**. Altera a lei complementar municipal n. 100, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe o código de obras e edificações do município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei complementar nº 178, de 29 de setembro de 2023**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Serra dos Cristais, estabelece critérios para a sua implantação, e dá outras providências. Diamantina, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Lei orgânica do município de Diamantina**. Institui a lei orgânica do município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Planta da Praça do Mercado em Diamantina**. Diamantina, 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA (PMD). **Proposta do Plano Diretor de Diamantina**. Institui o plano diretor em Diamantina e dá outras providências. Diamantina, 1999b.

PORTAL DO GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Aberta consulta pública sobre normas de preservação para Conjunto Tombado de Diamantina (MG)**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/aberta-consulta-publica-sobre-normas-de-preservacao-para-conjunto-tombado-de-diamantina-mg>. Acesso em: 16 ago. 2023.

QUEIROZ, José Jandson. **Metodologia da Projeção Urbanística por Avaliação de Desempenho**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (FAU UnB). Brasília, 2000.

REGIANI, Luana Espig; FRAJNDLICH, Rafael Urano. **Origens do percurso moderno em Diamantina: Kubitschek, Costa e Niemeyer**. Arquitetura e urbanismo do movimento moderno. Uberlândia, novembro de 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **A Urbanização e o Urbanismo na Região das Minas**. Revista de Estudos sobre o Urbanismo, Arquitetura e Preservação. São Paulo, FAU/USP, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial: 1570-1720**. São Paulo: FAU-USP, 1964.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil**. Belo Horizonte: Revista Barroco. Belo Horizonte, 1990/2, Nº 15, p. 229-36.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**. In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Curitiba/PR: Companhia da Letra, 1995.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RIEDEL, August. **Viagem S.S.A.A. Reais Duque de Saxie seu Agusto irmão D. Luiz PIII IPPI ao interior do Brasil, no ano de 1868**. Rio de Janeiro, 1868.

RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos**. [1903]. Tradução Werner Rothschild Davidson, Anat Falbel. I Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIEIRA, Mirian. **Da administração Pública para a Gestão Pública: uma mínima evolução necessária**. 5 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/artigos/academico/de-administracao-publica-paragestao-publica-uma-minima-evolucao-necessaria/91425/>. Acesso em: 24 out. 2017.

RODERS, Ana Pereira; BANDARIN, Francesco. **Reshaping Urban Conservation: The Historic Urban Landscape Approach in Action**. Singapore: Springer Nature Singapore Pte. Ltd., 2019.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas públicas. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 13.

RUGENDAS, Johan Moritz. **Voyage pittoresque dans le Brésil**. Paris: Engelmann & Cie., 1835.

RUSKIN, John. **The seven lamps of Architecture**. Library Edition, Volume III. London, 1903. Disponível em: <https://www.lancaster.ac.uk/media/lancaster-university/content-assets/documents/ruskin/8SevenLampsofArchitecture.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SAADI, Allaoua. **A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens**. Genomos, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

SALGADO, Marina. **Olhares sobre o patrimônio**: a busca de significados da paisagem. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia editorial nacional, 1941 [1817].

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 277 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTANA, Tânia de. **O culto a santos católicos e a escravidão africana na Bahia colonial**. Revista Aulas, n. 4, abril a julho de 2007.

SANTIAGO, Luís. **Tempos de Diamantina**. 1. ed. Pedra Azul: Luís Carlos Mendes Santiago, 2016. v. 1. 440p.

SANTOS, Ana Renata Silva. **Renovação urbana ou restauro urbano? O pátio ferroviário das cinco pontas em Recife/PE**. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_renovacao_urbana.pdf. Acesso em 15 de março de 2021.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Acaiaca**. Typographia do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, 1894.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976 [1868].

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto. **A capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz Miranda**: informações fidedignas? Belo Horizonte, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. **Calçamento das ruas de Tiradentes**: Notas Históricas. 2013. Disponível em: http://ihgt.blogspot.com/2013/04/calçamento-das-ruas-de-tiradentes_12.html. Acesso em: 24 jun. 2013.

SARAI, Leandro. **Repensando o Conceito de Administração Pública na Busca da Máxima Efetividade de seus Princípios Constitucionais**. 2010. Disponível em: www.agu.gov.br/page/download/index/id/7983752. Acesso em 24 de outubro de 2021.

SAUER, Carl. **The Morphology of Landscape**. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315.

SCHLÜTER, Otto von. **Bemerkungen zur Siedlungsgeographie**. *Geogr. Ztschr.*, v.5, p. 65-84, 1899.

SCHLÜTER, Otto von. **Die Erdkunde in ihrem Verhältnis zu den Natur und Geisteswissenschaften**. *Geogr. Anzeig.*, v. 21, p. 145-152, p. 213-218, 1920.

SCHLÜTER, Otto von. **Die analytische Gographie der Kulturlandschaft erläutert am Beispiel der Brücken**. *Ztrchr. D. Ges. F. Erdk.* Berlin, Sonderband, p. 388-411, 1928.

SCHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva (org.). **Fundação João Pinheiro, 50 anos de história e memória: trajetória de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Coleção Mineriana, 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/3.5.2022_50-anos.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito. **Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (SP): novas ações e pesquisas nas políticas federais de patrimônio cultural**. In: IPHAN, Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto-2010. Belo Horizonte, 2017. nº 6, p. 316-337.

SEEMANN, Jörn. **A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da geografia cultural? Espaço e Cultura**. UERJ, Rio de Janeiro, n. 17, p. 65-76. 2004.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural do IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**. Dissertação (Mestrado) – Iphan, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2014.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Benardi Silveira. **Negociações sobre o espaço mortuário sagrado**. *Revista Nures*, ano VII, número 19, setembro-dezembro 2011.

SIMMEL, Georg. **Philosophie der Landschaft**. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2009 [1913].

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1975.

SMITH, Robert. **Arquitetura Civil no período colonial**. *Arquitetura Civil I*. São Paulo: MEC-IPHAN/FAU-USP, 1981 [1949], p. 95-190.

SMITH, Robert. **As cidades coloniais da América Espanhola e Portuguesa.** Journal of the Society of Architectural Historians, Charlottesville, VA, v. 14, nº 4, p. 3-12, dez. 1955. Tradução de Murillo Marx. São Paulo, FAU/USP, 1981.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820.** Brasília: Edições do Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.2.pdf?sequence=15. Acesso em: 24 jun. 2022.

SWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TECHNUM. **Plano Diretor Participativo de Diamantina, revisão 2008.** Diamantina, fevereiro 2009.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira.** In: TEIXEIRA, Manuel C. (org). A Construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros Horizontes, 2004. P. 23-46.

TEIXEIRA, Wilson. **Geologia – Tópico 11 – A História da Terra e da Vida.** 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5415861/mod_resource/content/1/Geologia%20-%20T%C3%B3pico%2011%20-%20Tempo%20Geol%C3%B3gico%20-%20A%20Hist%C3%B3ria%20da%20Terra%20e%20da%20Vida%20%28geologia_top11%29.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

TRIEB, Michael. **Rahmenplan zur Stadtgestaltung für Leonberg und Eltingen.** Stuttgart, 1972.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Glossário de Legislação.** Disponível em: <http://legislacao.ufsc.br/glossario/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

URBANISMOBR. **Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte.** Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2728>. Acesso em: mar. 2021.

VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. **Por uma Geografia de Diamantina-MG.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2SK5T>. Acesso em: 25 fev. 2022.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Formação urbana do Arraial do Tijucu.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 14. Rio de Janeiro, 1959.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica.** São Paulo: Perspectiva, 2011 [1979].

VIANNA, Letícia C. R. **Patrimônio Imaterial.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2.

ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

VIEIRA, Bárbara de Castro **A água e a construção de lugares e da paisagem regional – um estudo dos chafarizes e da rede hídrica de Diamantina, MG.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2019.

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca:** aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. Tese de doutoramento para obtenção parcial do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle.** Paris, A. Morel, 1866-1868. 10 V. 3. Paris, 1875.

WALDHEIN, Charles. **Landscape as Urbanism.** Princeton University Press, 2016.

WHITEHAND, J. W. R. **British urban morphology:** the Conzenian tradition. Artigo apresentado no 8º Seminário Internacional de Forma Urbana. Cicinnati, 2001.

WHITEHAND, J. W. R. **The changing face of cities:** a study of development cycles and urban form. Institute of British Geographers Special Publication 21, Oxford: Basil Blackwell. 1987.

WHITEHAND, J. W. R. **The structure of urban landscapes:** strenghtening research and practice. *Urban Morphology*, ed. 13, 2009, p. 5-27.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LACERDA, Norma. **Plano de Gestão da Conservação Urbana:** conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. 304 p.

ZHANG, J. **Urban morphological processes in China:** a Conzenian approach. *Urban Morphology*, n. 19, p. 35-56.

APÊNDICES

1 – MAPA DO PRIMEIRO PERÍODO MORFOLÓGICO (FIM S. XVII-1730)

2 – MAPA DO SEGUNDO PERÍODO MORFOLÓGICO (1731-1784)

3 – MAPA DO TERCEIRO PERÍODO MORFOLÓGICO (1785-1889)

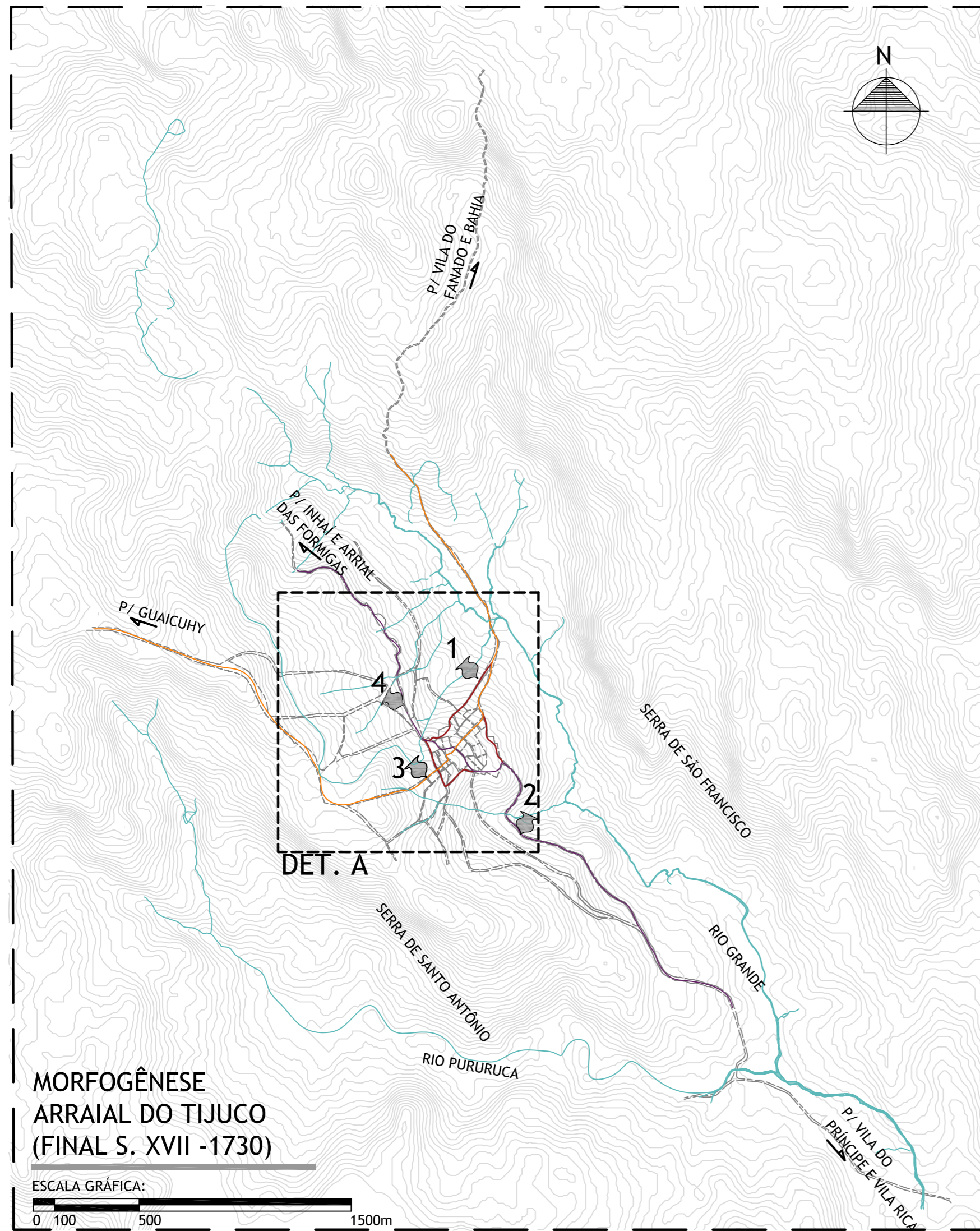
4 – MAPA DO QUARTO PERÍODO MORFOLÓGICO (1890-1937)

5 – MAPA DO QUINTO PERÍODO MORFOLÓGICO (1938-1998)

6 – MAPA DO SEXTO PERÍODO MORFOLÓGICO (1999-2022)

7 – MAPA SÍNTESE DOS SEIS PERÍODOS MORFOLÓGICOS

8 – MAPA DA ESTRUTURA URBANA EM 2022

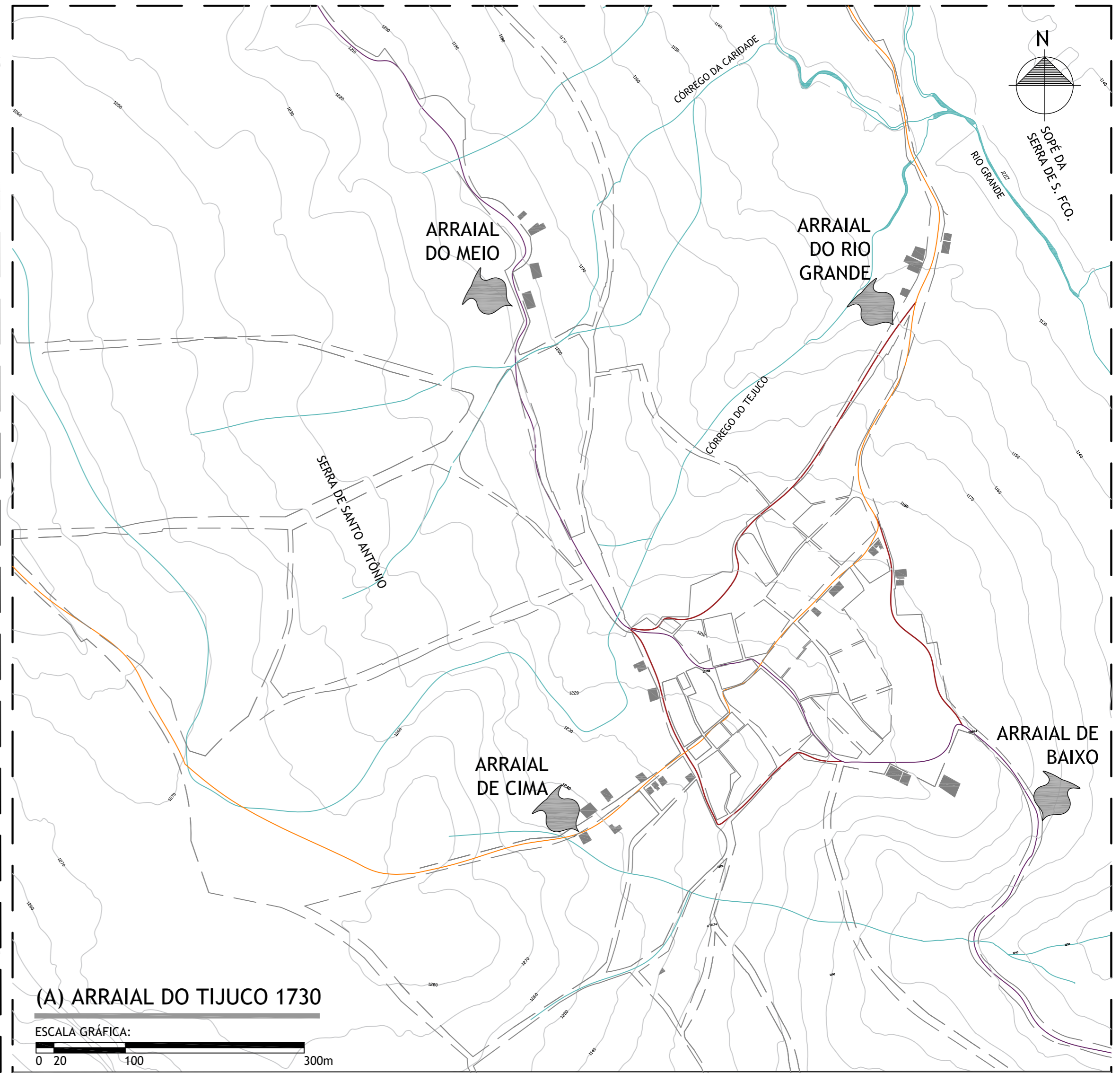


**MORFOGÊNESE
ARRAIAL DO TIJUCO
(FINAL S. XVII - 1730)**



LEGENDA

- | | |
|-----------------------------|-------------------------|
| CURSOS DE ÁGUA | 1 ARRAIAL DO RIO GRANDE |
| CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL | 2 ARRAIAL DE BAIXO |
| CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL | 3 ARRAIAL DE CIMA |
| CAMINHOS SECUNDÁRIOS | 4 ARRAIAL DO MEIO |



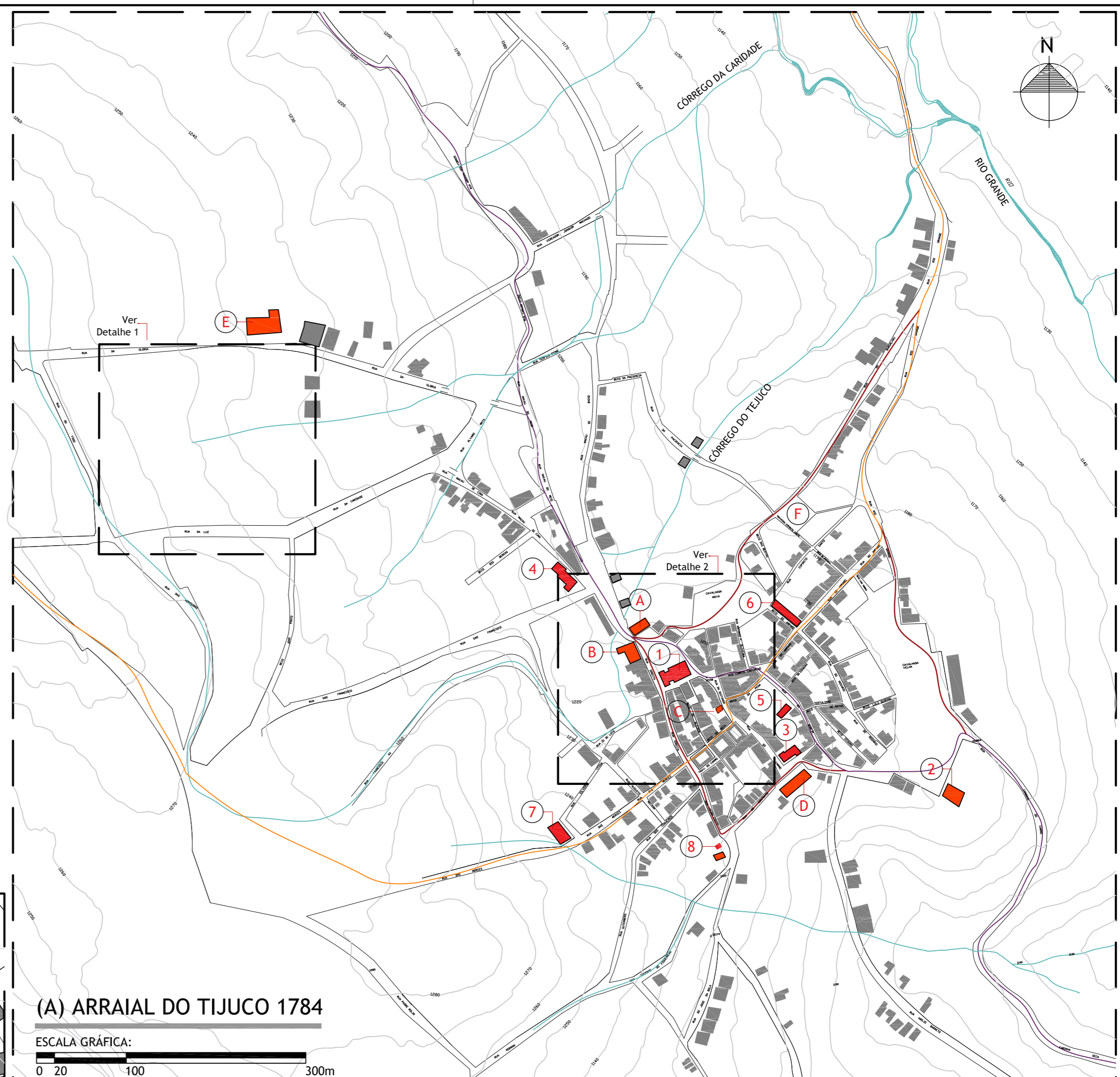
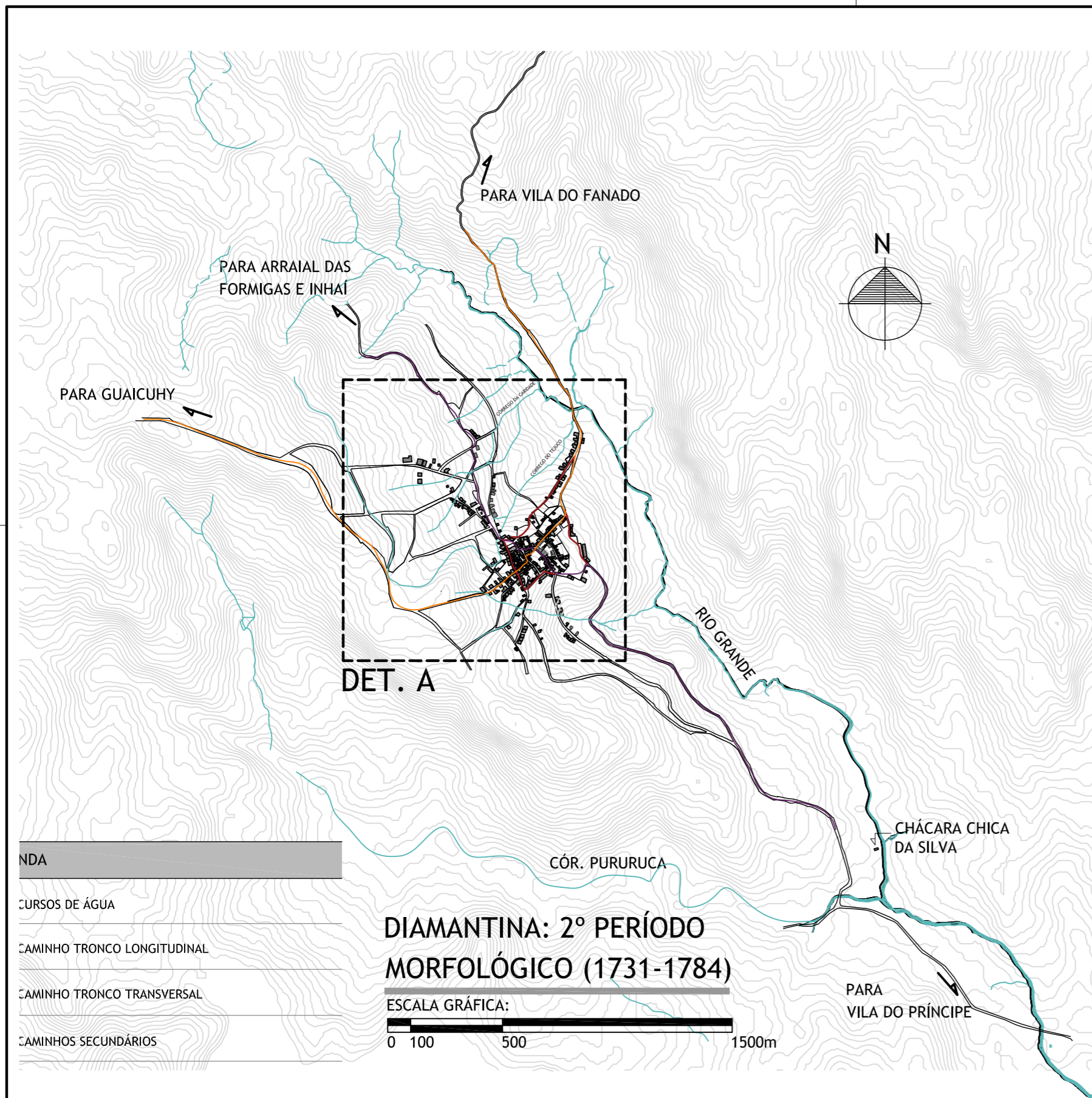
(A) ARRAIAL DO TIJUCO 1730



LEGENDA

- | | | |
|-----------------------------|----------------------------|--|
| CURSOS DE ÁGUA | CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL | HIPÓTESE DE LOCALIZAÇÃO DOS QUATRO ARRAIAIS PRIMITIVOS |
| CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL | CAMINHOS SECUNDÁRIOS | PROJEÇÃO DE FUTUROS LOGRADOUROS |

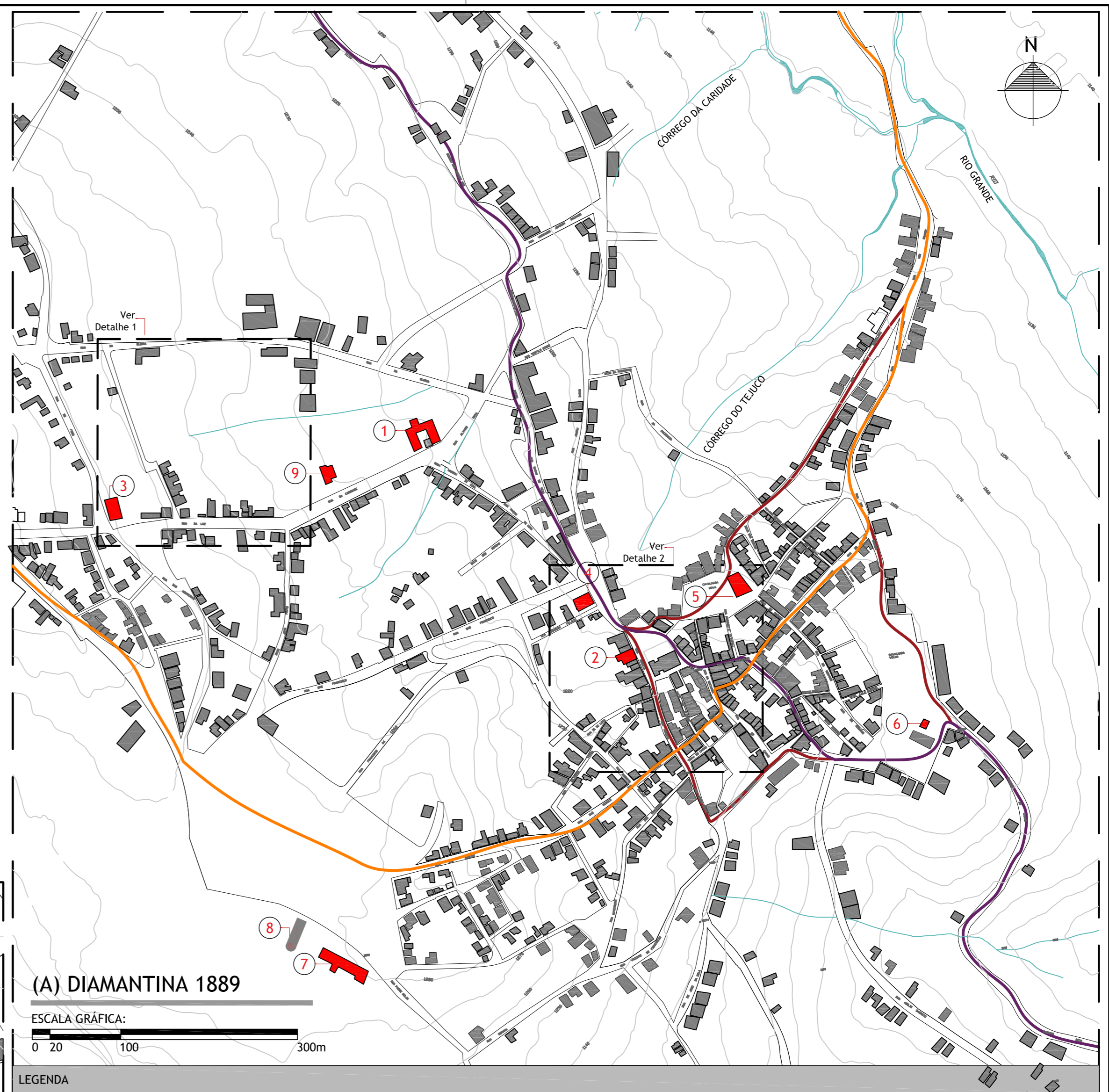
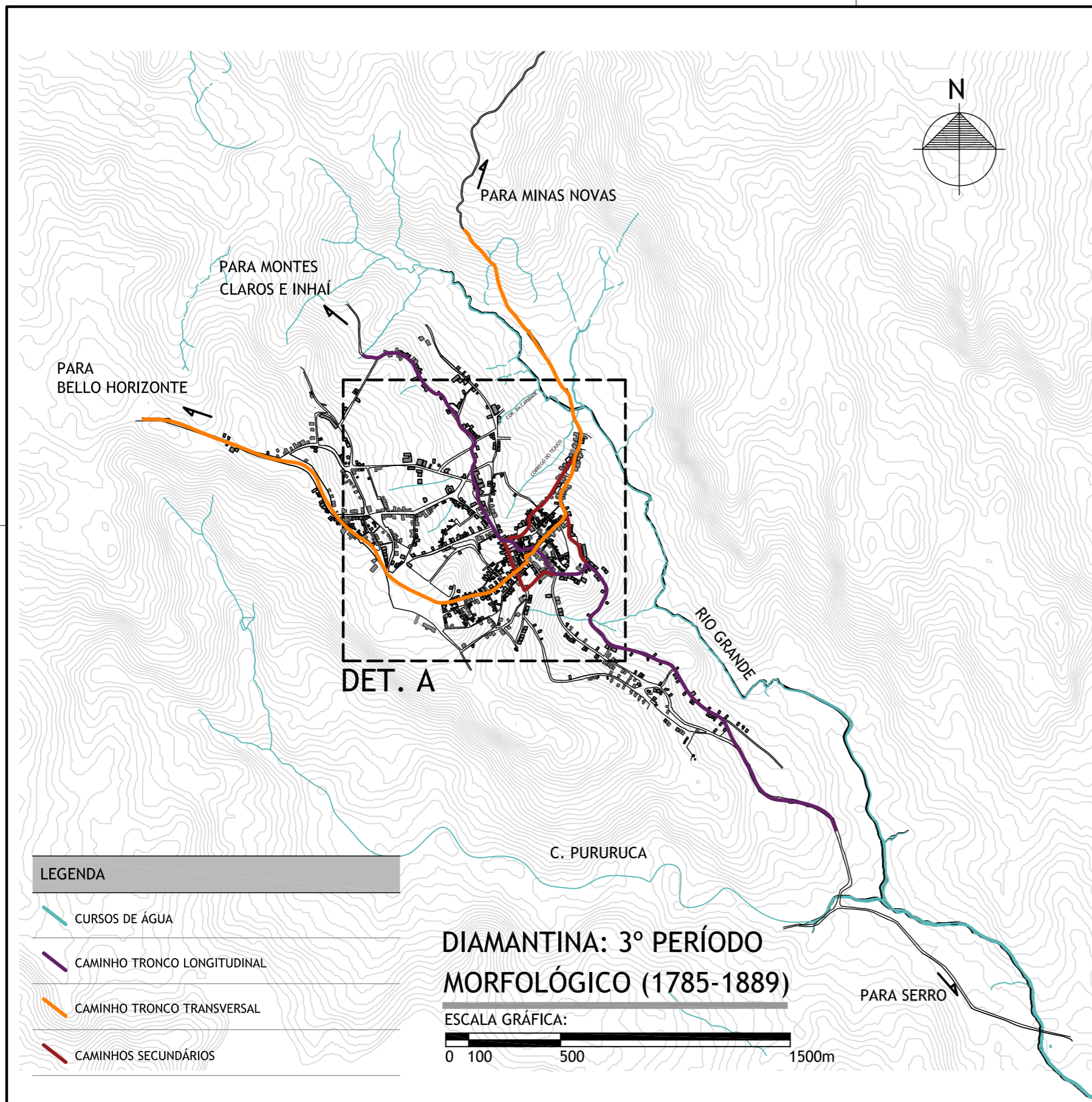
PRODUTO	ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG		ESCALA	GRÁFICA
CONTEÚDO	1º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - FINAL SÉC XVII A 1730		DATA	JAN/2023
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999		FORMATO	A2
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / LAIZA TADIM		FOLHA	01 / 08



LEGENDA

CURSOS DE ÁGUA	1 IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO	5 IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO	A INTENDÊNCIA DOS DIAMANTES	E CASA DA GLÓRIA
CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL	2 IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	6 IGREJA DO NOSSO SENHOR DO BONFIM	B RESIDÊNCIA DE PADRE ROLIM	F CEMITÉRIO DO BURGALHAU
CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL	3 IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO	7 IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	C CASA DO MUXARABI	
CAMINHOS SECUNDÁRIOS	4 IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	8 CAPELA DE SANTA QUITÉRIA / CONTÍGUA À CASA DA CHICA DA SILVA	D CASA DO CONTRATO	

PRODUTO	ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG	ESCALA	GRÁFICA
CONTEÚDO	2º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - 1731 A 1784	DATA	JAN/2023
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999	FORMATO	A2
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / LAIZA TADIM	FOLHA	01 / 08

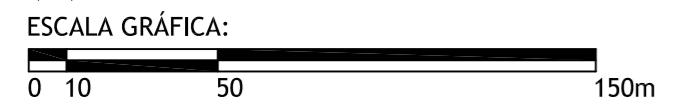


(A) DIAMANTINA 1889



- LEGENDA**
- CURSOS DE ÁGUA
 - CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL
 - CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL
 - CAMINHOS SECUNDÁRIOS
- | | | |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> 1 SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1790) 2 CASA DO FORRO PINTADO (~1808) 3 IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ (1819) 4 PRIMITIVO EDIFÍCIO DO ANTIGO FÓRUM E CADEIA (-1800 A 1820) | <ul style="list-style-type: none"> 5 PRIMITIVO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL (1836) 6 TEATRO SANTA IZABEL (1843) 7 SEMINÁRIO EPISCOPAL (1866) 8 BASÍLICA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (1886) | <ul style="list-style-type: none"> 9 HOSPÍCIO DE DIAMANTINA (1889) |
|---|---|---|

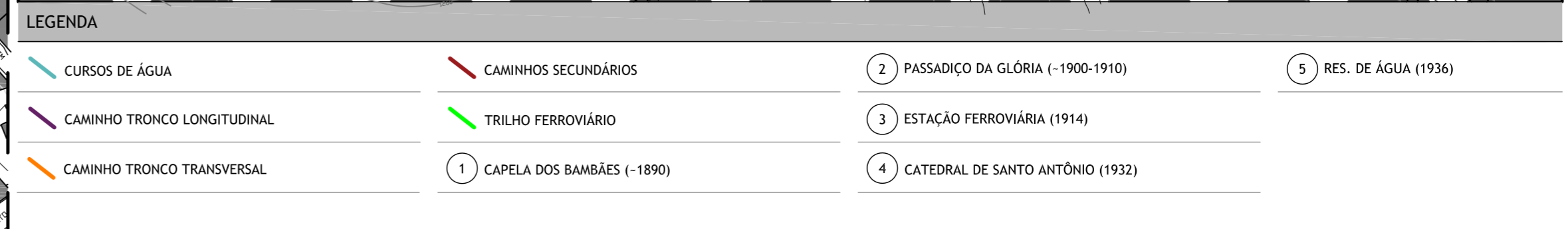
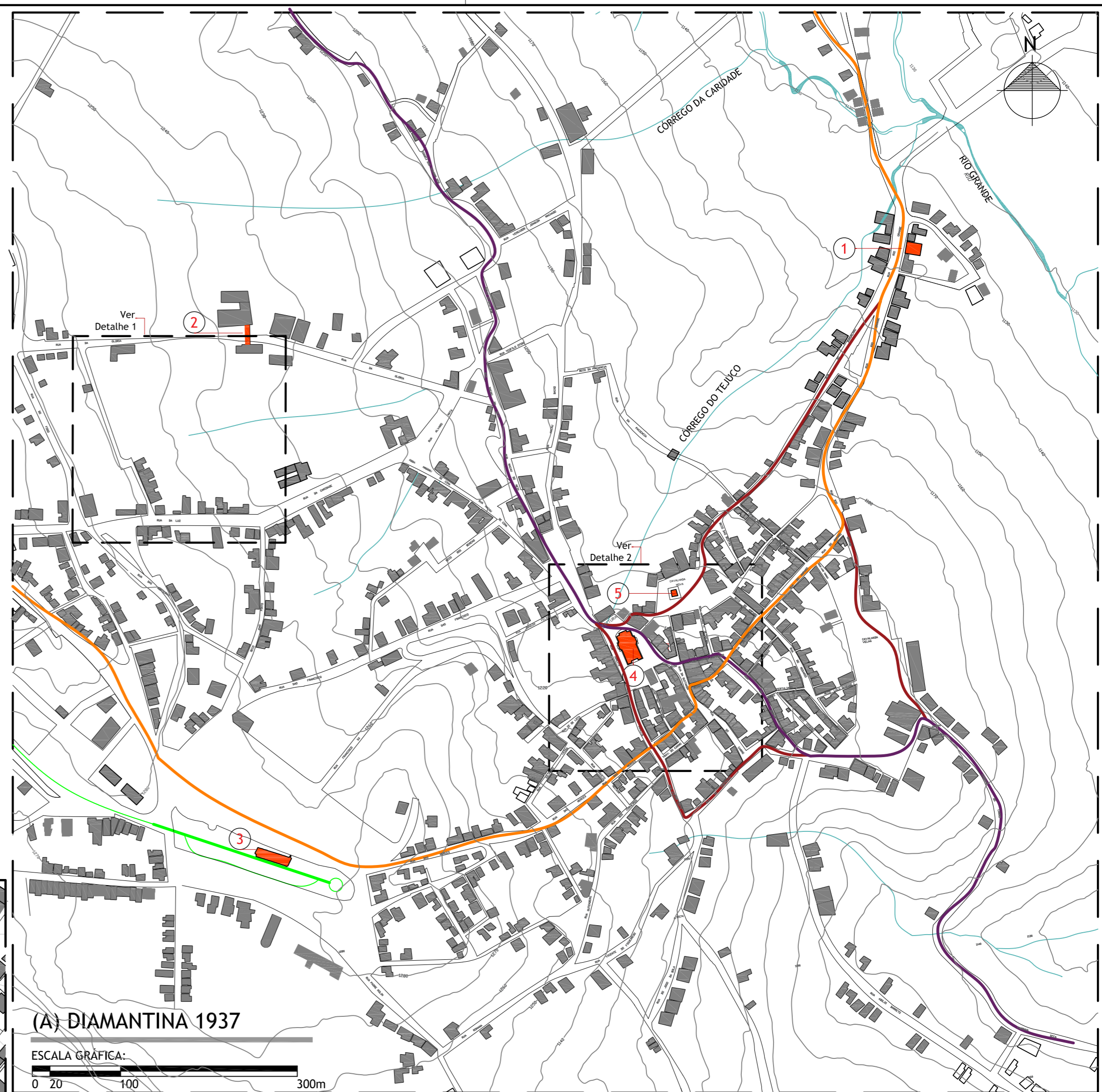
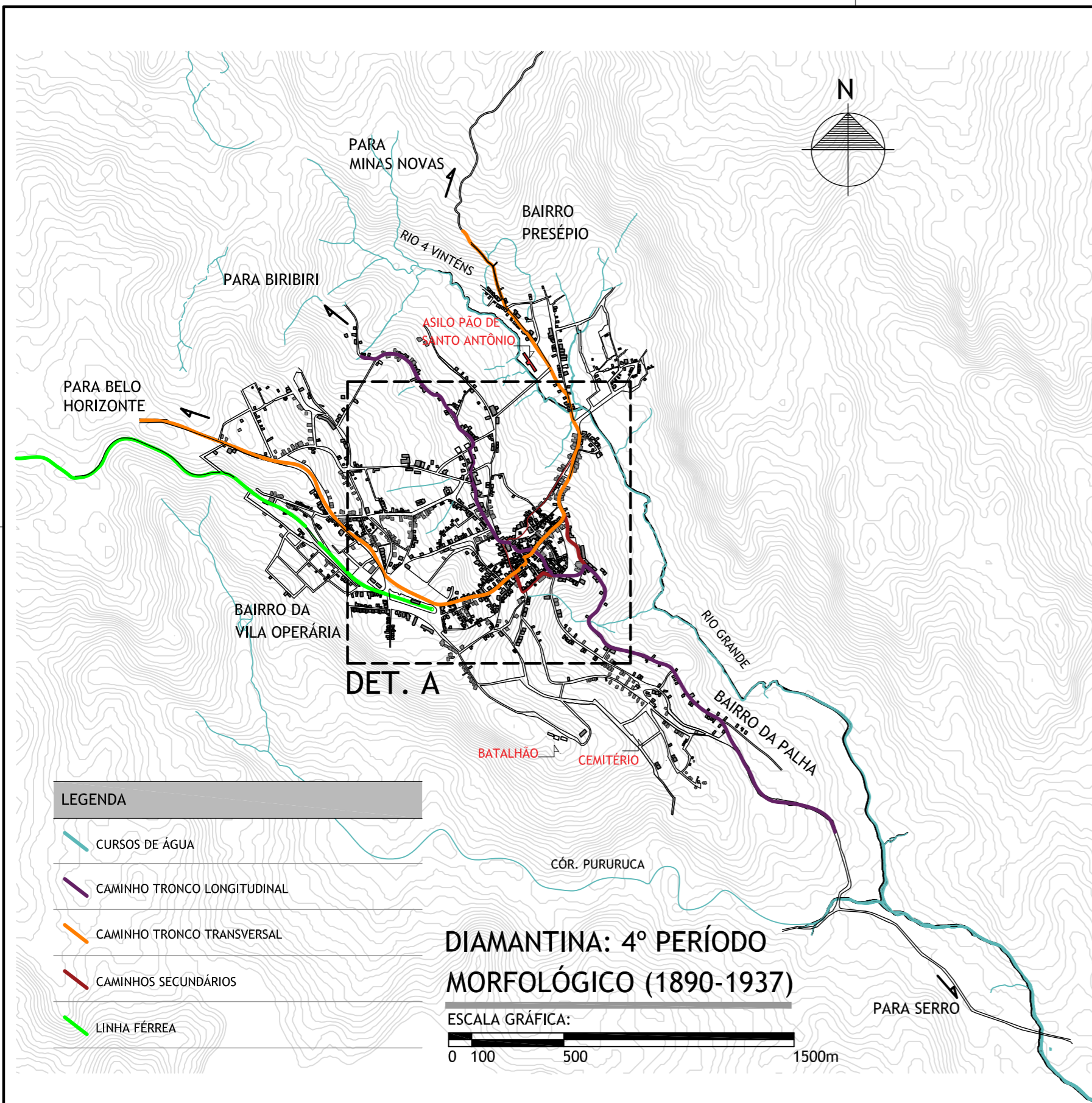
(1) RUA DA CARIDADE



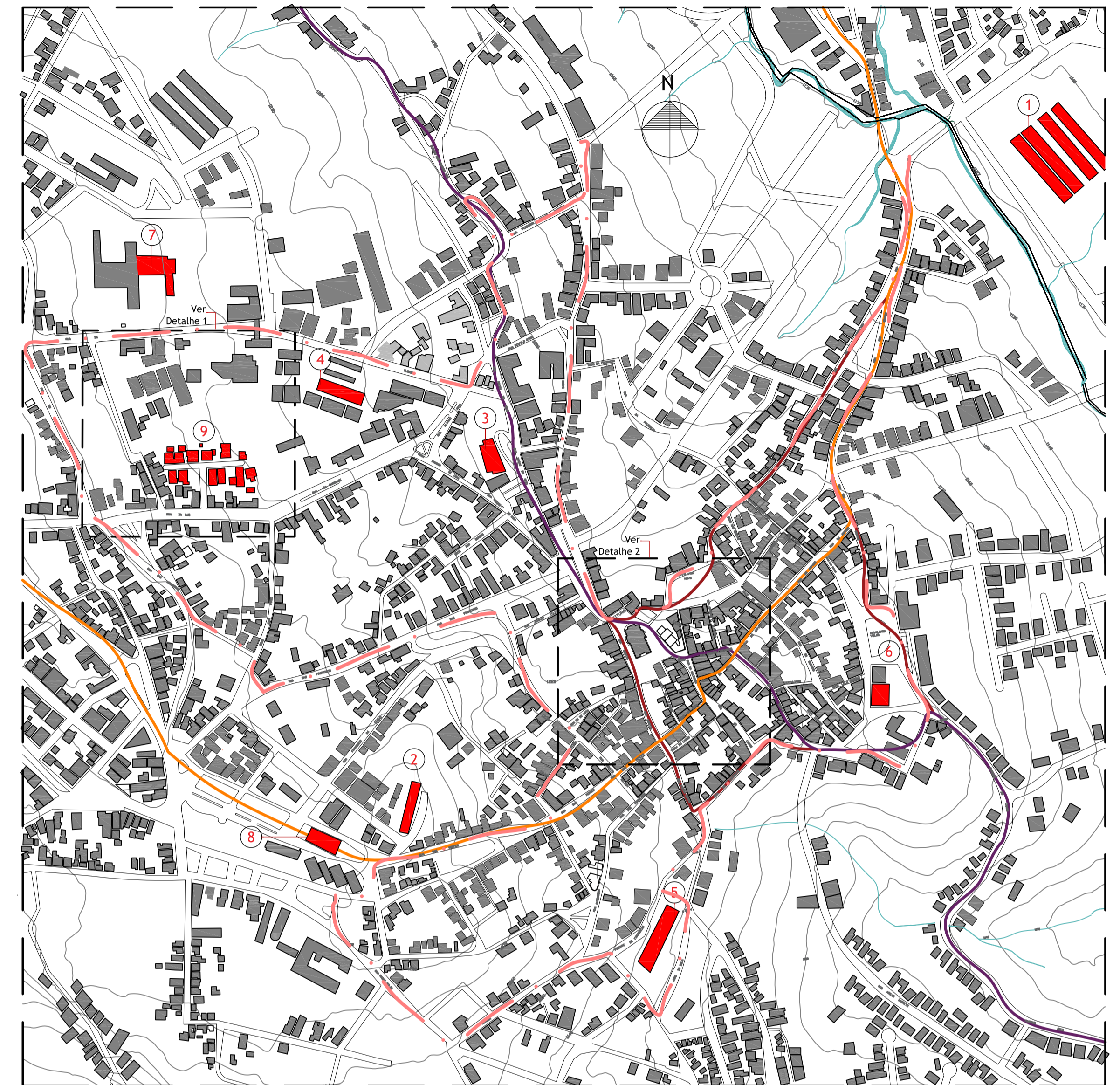
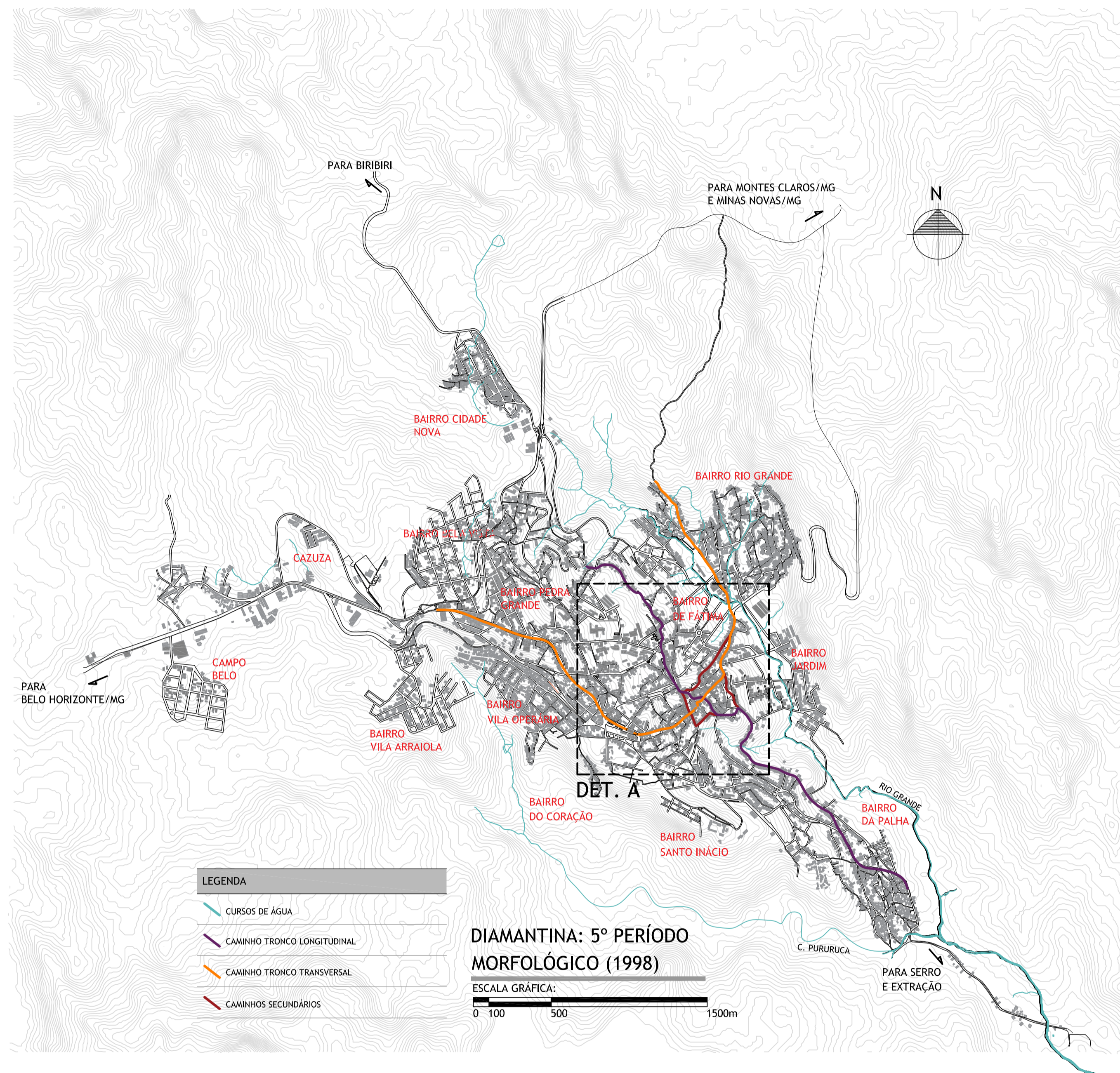
(2) RUA DIREITA



PRODUTO		ESCALA	INDICADA
ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG			
CONTEÚDO		DATA	MAR/2023
3º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - 1785-1889			
BASE CADASTRAL		FORMATO	A2
PLANTA DA CEMIG DE 1999			
DESENVOLVIMENTO		FOLHA	03 / 08
EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / CLARA GODDARD			



PRODUTO	ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG		ESCALA	INDICADA
CONTEÚDO	4º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - 1890 A 1937		DATA	MAR/2023
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999		FORMATO	A2
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / CLARA GODDARD		FOLHA	04 / 08



(A) DIAMANTINA 1998

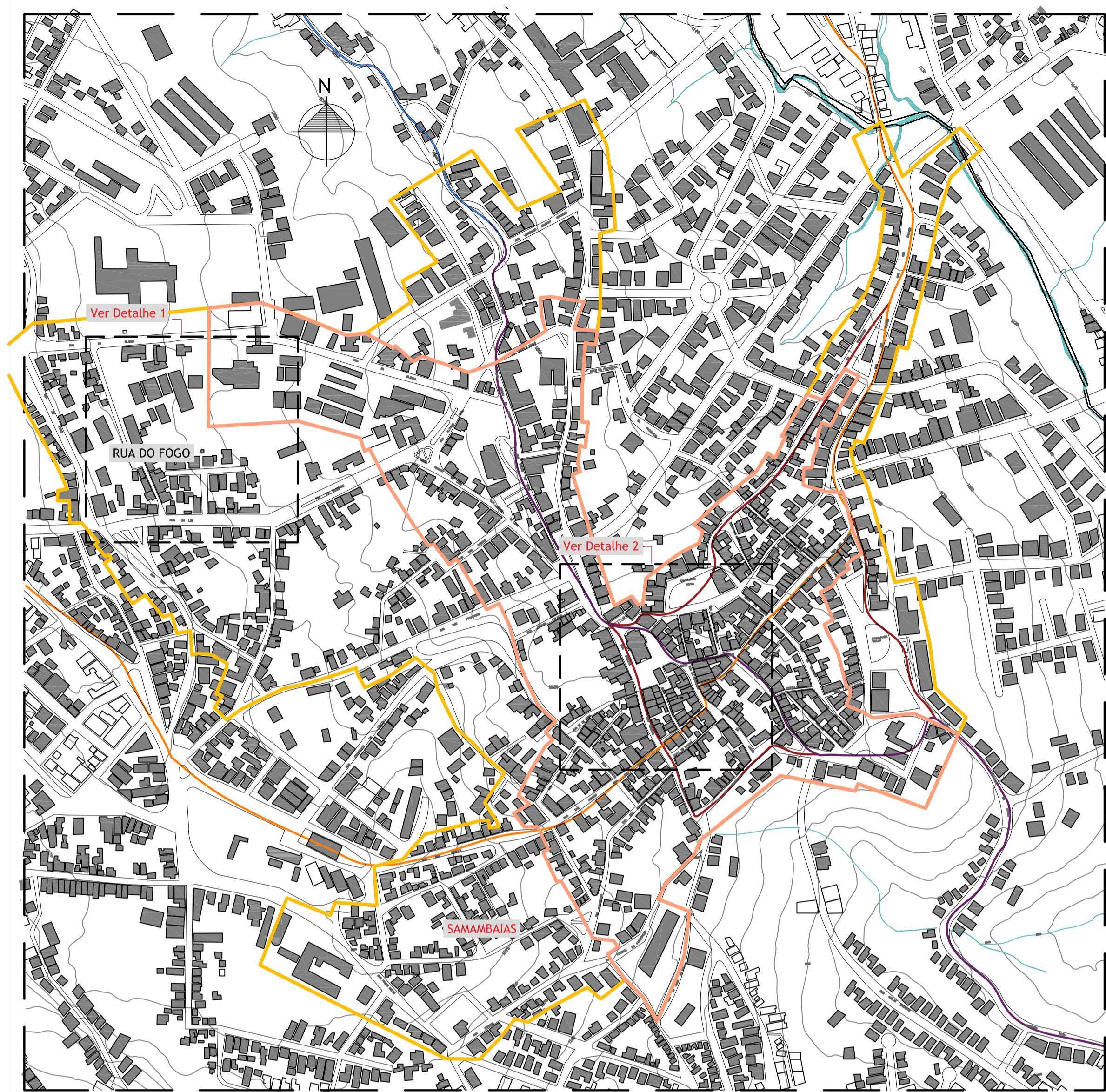
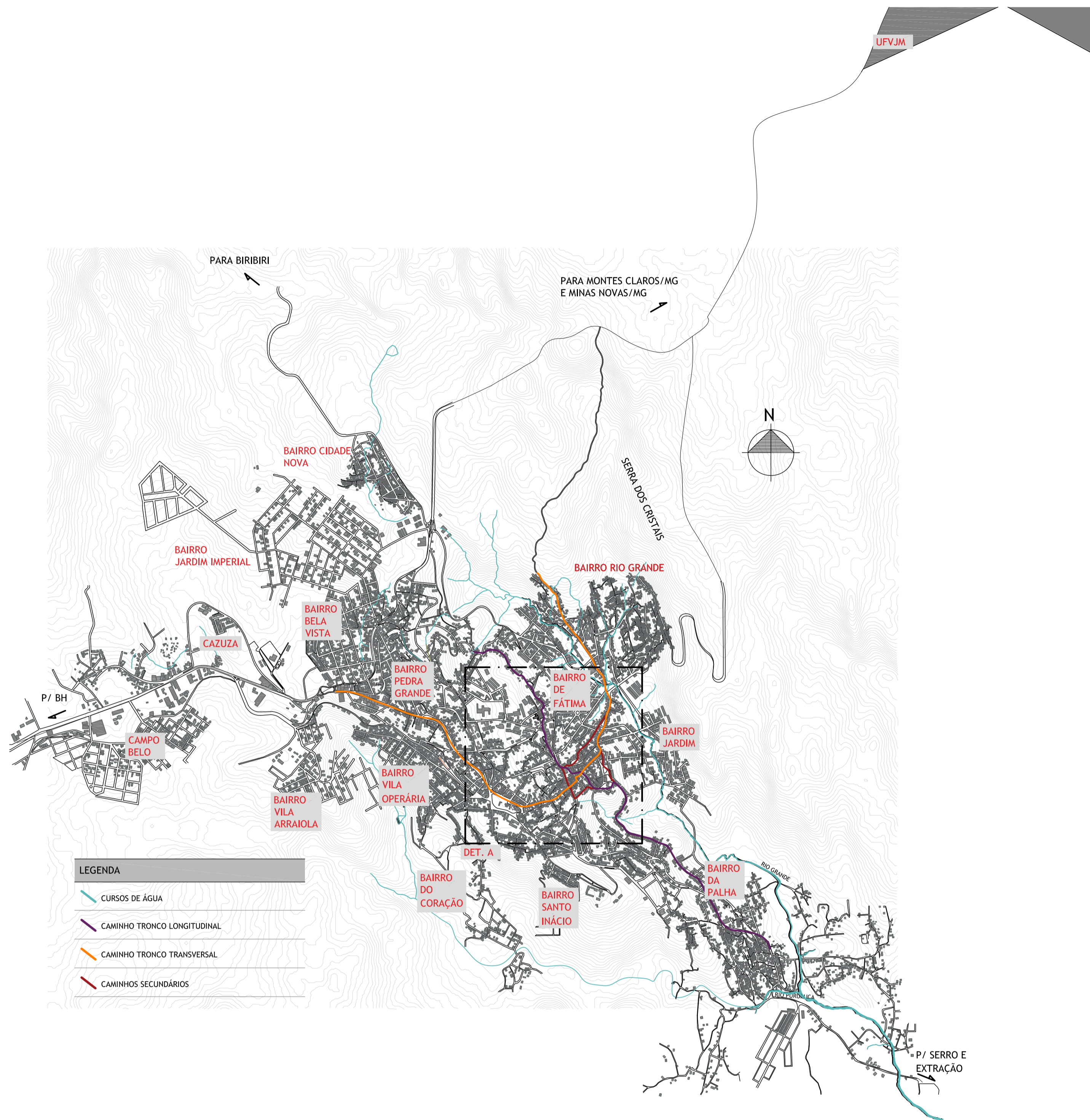


(1) RUA DA CARIDADE



(2) RUA DIREITA

PRODUTO	ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG	ESCALA	1/200
CONTEÚDO	5º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - 1938 A 1998	DATA	MAR/2023
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999	FORMATO	A1
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / CLARA GODDARD	FOLHA	05 / 08



(A) DIAMANTINA 2022

ESCALA GRÁFICA:



LEGENDA

- CURSOS DE ÁGUA
- CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL
- CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL
- CAMINHOS SECUNDÁRIOS
- POLIGONAL DE TOMBAMENTO IPHAN
- POLIGONAL UNESCO



(1) RUA DA CARIDADE

ESCALA GRÁFICA:

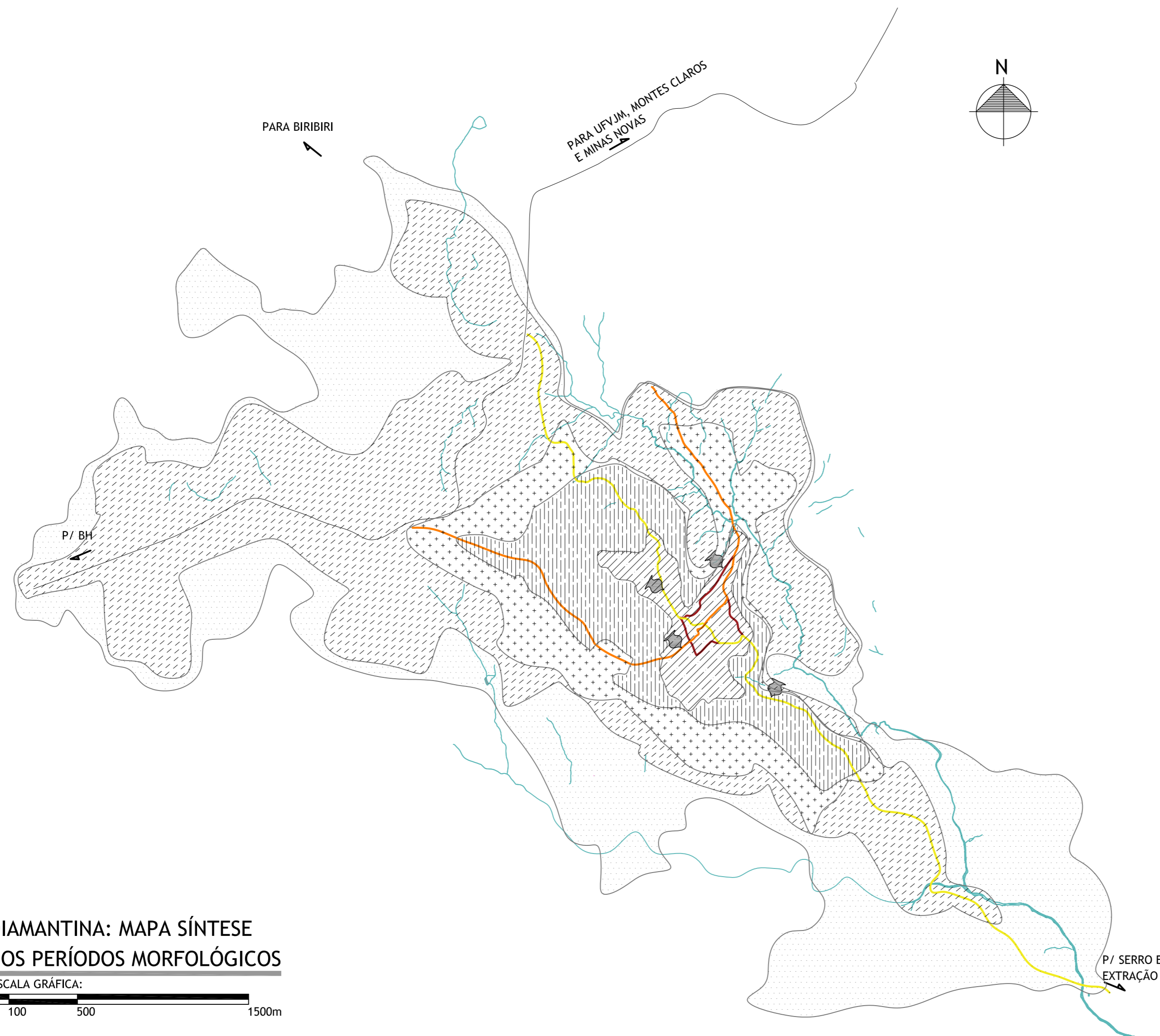


(2) RUA DIREITA

ESCALA GRÁFICA:



PRODUTO	ESTUDO DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS DE DIAMANTINA/MG	ESCALA	1/200
CONTEÚDO	6º PERÍODO MORFOLÓGICO DE DIAMANTINA - 1999 A 2022	DATA	MAR/2023
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999	FORMATO	A1
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / CLARA GODDARD	FOLHA	05 / 06



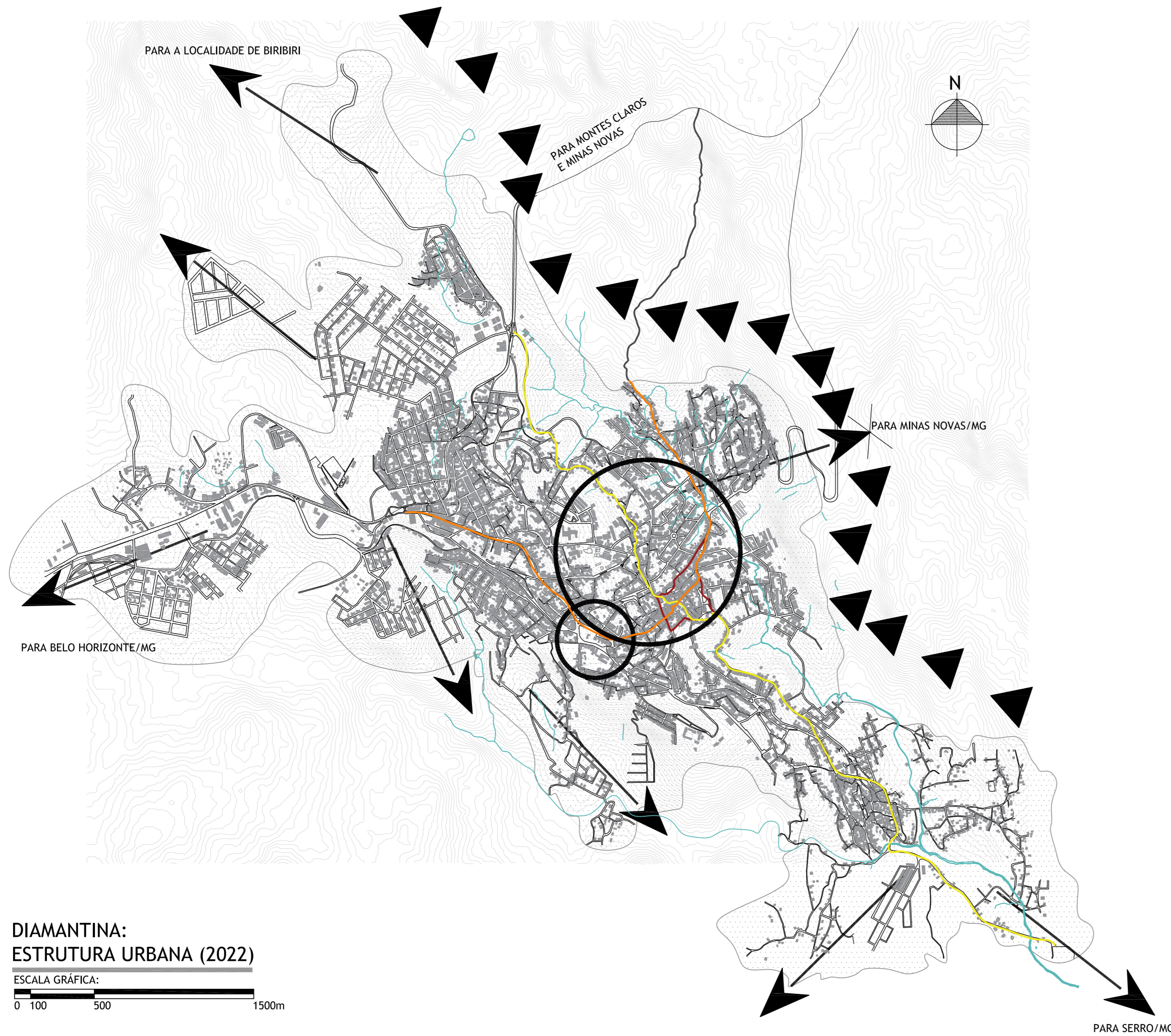
LEGENDA

- CURSOS D'ÁGUA
- CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL
- CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL
- CAMINHOS SECUNDÁRIOS
- 1º PERÍODO MORFOLÓGICO - MORFOGÊNESE (ATÉ 1730)
- 2º PERÍODO MORFOLÓGICO (1731 A 1784)
- 3º PERÍODO MORFOLÓGICO (1785 A 1889)
- 4º PERÍODO MORFOLÓGICO (1889 A 1937)
- 5º PERÍODO MORFOLÓGICO (1938 A 1998)
- 6º PERÍODO MORFOLÓGICO (1999 A 2022)

**DIAMANTINA: MAPA SÍNTESE
DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS**



PRODUTO	ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA DE DIAMANTINA/MG	ESCALA	INDICADA
CONTEÚDO	MAPA SÍNTESE DOS PERÍODOS MORFOLÓGICOS	DATA	MAR/2023
BASE CADASTRAL	CEMIG, 1999	FORMATO	A2
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO	FOLHA	07 / 08



**DIAMANTINA:
ESTRUTURA URBANA (2022)**



LEGENDA	
	MANCHA URBANA
	CURSOS D'ÁGUA
	CAMINHO TRONCO LONGITUDINAL
	CAMINHO TRONCO TRANSVERSAL
	CAMINHOS SECUNDÁRIOS
	CENTRALIDADE PRINCIPAL
	CENTRALIDADE SECUNDÁRIA
	BARREIRAS
	SETOR DE EXPANSÃO LIVRE
	SETOR DE EXPANSÃO COM BLOQUEIO

PRODUTO	ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA DE DIAMANTINA/MG		ESCALA	1/200
CONTEÚDO	MAPA DE ESTRUTURA URBANA DE DIAMANTINA EM 2022		DATA	DEZ/2022
BASE CADASTRAL	PLANTA DA CEMIG DE 1999		FORMATO	A2
DESENVOLVIMENTO	EDILSON BORGES DE BARROS FILHO / CLARA GODDARD		FOLHA	08 / 08



FOTO: ROGÉRIO MOTA, 2023



FOTO: EDILSON ORGES, 2023